UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VANDRÉ APARECIDO TEOTÔNIO DA SILVA

**“Notícias do Rio”: a intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* e
a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945)**

Versão Corrigida

Exemplar original disponível no CAPH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

São Paulo

2012

VANDRÉ APARECIDO TEOTÔNIO DA SILVA

**“NOTÍCIAS DO RIO”:
a intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo*
e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945)**

Versão corrigida da dissertação de mestrado
entregue à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo após defesa com a obtenção de título
de Mestre em História Social

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio da
Silva

Versão Corrigida

Exemplar original disponível no CAPH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Vandrê Aparecido Teotônio da. “Notícias do Rio”: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945) / Vandrê Aparecido Teotônio da Silva; orientador Marcos Antonio da Silva. – São Paulo, 2012. 350 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Estado Novo (1937-1945). 2. Imprensa brasileira. 3. O Estado de S. Paulo. 4. Censura – Brasil. 5. Jornalismo – história. 6. Meios de comunicação. I. Título. II. Silva, Marcos Antonio da.

Ao meu avô Teotônio Herculano:
matuto, repentista e contador de *causos*.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e estudo de um tema atinge, direta ou indiretamente, as pessoas que nos rodeiam. Nesse sentido, quero agradecer a todos que contribuíram para que essa empreitada pudesse vingar:

À minha esposa Flaviana, por ter colaborado com a revisão dos textos e, como todos os companheiros de pesquisadores, teve a paciência e interesse em me escutar falando por horas a fio sobre Getúlio, “Estadão” e demais nomes que permearam o meu objeto de estudo: a ela sou carinhosamente grato.

Aos meus pais, Jorge e Ivanilda, por terem me auxiliado e ensinado a valorizar o humano e as relações interpessoais. Mais ainda por terem batalhado, desde os tempos de migração nordestina nos anos 1970, para que seus filhos pudessem ser educados - a muito custo, é verdade - valorizando e apoiando eu e meus irmãos em todos os nossos projetos.

Aos meus irmãos Paulo, Zé, Gê, Dinha e Dé, pela convivência fecunda que sempre tivemos e por todo o apoio que me deram durante minha vida escolar. Como caçula que sou sempre admirei todos, fazendo de mim uma parte de cada um deles.

Aos meus amigos Carlos Henrique da Silva, Leandro Pereira, Heidy Mori, João Rafael da Silva, D. Maria Fuertes, Walber Lustosa e Rinaldo Teixeira, por terem me apoiado durante a pesquisa, sempre curiosos em saber sobre o andamento dos meus estudos. Agradeço a vocês pelo companheirismo e camaradagem.

Aos amigos historiadores Fábio Martins, Lucas Robles, João Paulo Venzel, Tais Renata Luiz, Ângela Artur, André W. Sousa, Evandro Santana, Juliana Ferrini, Rodrigo de La Torre, Marcos Rafael Silva, Carine Dalmás, Gustavo Casale, Rodrigo Pezzonia, Everton (o “Hirmão”) e demais figuras que, seja na graduação ou no mestrado, contribuíram diretamente com reflexões sobre a História e o nosso ofício em animadas conversas que cultivamos. Um agradecimento especial à Maria Siqueira pela ajuda com o resumo e pelas trocas de experiências durante essa fase de escrita.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva, pelo companheirismo, auxílio e dedicação despendida a mim durante todo o processo de pesquisa, por ter acreditado nesse projeto e por ter colaborado especialmente com preciosas sugestões, impressões e conhecimentos, que sem elas essa pesquisa estaria incompleta.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Prof. Dr. Gilberto Maringoni e Prof^a. Dr^a. Maria Helena Rolim Capelato, pelas observações e ideias que foram essenciais para o aperfeiçoamento dessa pesquisa, bem como pelas sugestões em conversas que estabelecemos durante o seu desenvolvimento.

À Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, pelas sugestões e observações que delinearam o início desse trabalho.

Aos professores da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Leandro Leonardo Batista, Prof^a. Dr^a. Cristina Costa e Prof^a. Dr^a. Roseli Fígaro, pelas trocas que realizamos durante as aulas de propaganda e censura. Essas contribuições foram essenciais para o amadurecimento de meu objeto de estudo.

À Prof^a. Dr^a. Sílvia Hunold Lara da Universidade Estadual de Campinas, pelas contribuições e reflexões sobre a materialidade das fontes históricas, auxiliando-me, especialmente, no tratamento dispensado ao meu corpus documental.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, por terem facilitado - com um excelente atendimento e um ambiente propício aos estudos - minha árdua tarefa de coleta das fontes.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, por terem me auxiliado na solução de dúvidas sobre a dinâmica protocolar acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo auxílio financeiro que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – A intervenção como processo autolegitimador	30
1.1 – O surgimento da coluna <i>Notícias do Rio</i>	30
1.2 – A intervenção nas páginas d’ <i>OESP</i>	44
1.3 – Transformações em <i>Notícias do Rio</i> : estratégias de convencimento	56
1.4 – O cotidiano do centro de poder	74
Capítulo II – A notícia como autoimagem: novos temas em <i>Notícias do Rio</i>	84
2.1 – O “diário do Catete”: Getúlio Vargas n’ <i>OESP</i>	84
2.2 – A partilha dos holofotes: interventores e ministros em <i>Notícias do Rio</i>	100
2.3 – O DIP e a imprensa nas páginas d’ <i>OESP</i>	112
2.4 – O tempo festivo n’ <i>OESP</i>	133
Capítulo III – A guerra muda tudo: novos discursos com o Brasil na guerra	153
3.1 – A “neutralidade” como pauta: as relações cordiais com o mundo	153
3.2 – Da “Conferência” à guerra: agora somos antifascistas	167
3.3 – A nova diretoria d’ <i>OESP</i> : adaptações em tempos de guerra	181
3.4 – A palavra de ordem é... “mobilização”: produzir mais e consumir menos	192
Capítulo IV – “Pracinhas não! Expedicionários!”: a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial	203
4.1 – Preparando a guerra: preparação militar e resistências internas	203
4.2 – A FEB na Itália: o país no concerto das nações	215
4.3 – O desmonte das estruturas do Estado Novo	226
4.4 – O governo Linhares, as eleições e a devolução d’ <i>OESP</i>	245
Considerações Finais	
O que foi a intervenção?	264
Corpus Documental	269
Anexos	276
Anexo A - Figuras	276
Anexo B - Tabelas	342

O fato ainda não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia.
O marido está matando a mulher.
A mulher ensanguentada grita.
Ladrões arrombam o cofre.
A polícia dissolve o meeting.
A pena escreve.
Vem da sala de linotipos a doce música mecânica.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

SILVA. Vandr Aparecido Teotnio da. “Notcias do Rio”: a interveno no jornal *O Estado de S. Paulo* e a autolegitimao do Estado Novo (1939-1945). 2011. 350 f. Dissertao (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Cincias Humanas, Universidade de So Paulo, So Paulo, 2011.

A presente pesquisa se debrua sobre a produo noticiosa do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1940 e 1945. Durante esse perodo, o jornal sofreu interveno do governo (Estado Novo, 1937-1945) e passou por transformaes em sua estrutura que buscavam autolegitimar o regime entre os leitores do peridico. Dentre essas transformaes operadas pela nova direo, a coluna *Notcias do Rio* se destaca por se constituir como espao privilegiado do Estado Novo no sentido de construir sua autoimagem. Essas mudanas foram ao encontro de um projeto de comunicao social que o Governo Federal buscava impor para o jornal, especialmente ao considerar o contexto de relaes com a imprensa (silenciamentos, incitaes) vivenciadas durante o perodo. Muito mais do que exemplo de fora do regime, a interveno do peridico assume nesta anlise como o resultado de longos conflitos entre grupos polticos que se digladiaram por sua manuteno no poder. Todavia, isso no impediu que os lderes do jornal construssem uma relao situacional com Vargas caracterizada por momentos de apoio e combate a seu governo. Com a instaurao do Estado Novo em 1937, os dirigentes d’*OESP* sofreram com processos criminais e deportaes, assumindo a interveno do peridico o derradeiro golpe do regime contra seus antigos aliados de 1930. *O Estado de S. Paulo* ser ressignificado com a interveno em 1940, colocando em evidncia novos personagens no cenrio poltico nacional por meio de suas pginas. Deste modo, mais do que censurar, o Estado Novo se preocupou em produzir notcias e imagens que o autolegitimassem diante dos leitores do jornal, fazendo da coluna *Notcias do Rio* o painel das aes oficiais do regime.

Palavras-Chave: Estado Novo (1937-1945), Imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo*, Censura – Brasil, Jornalismo – histria, Meios de comunicao.

ABSTRACT

SILVA. Vandr Aparecido Teotnio da. “Notcias do Rio”: intervention in the newspaper *O Estado de S. Paulo* and the self-legitimation of “Estado Novo” (1939-1945). 2011. 350 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Cincias Humanas, Universidade de So Paulo, So Paulo, 2011.

This research focuses on the newsy production of the newspaper *O Estado de S. Paulo* between the years of 1940 e 1945. During this period the newspaper suffered the intervention of the government (Estado Novo, 1937-1945) and went through changes in its structure that was seeking for self-legitimation of the regime among the readers of the journal. Among these transformations wrought by the new direction, the column *Notcias do Rio* stands out for constituting a privileged space for “Estado Novo” to build its self-image. These changes were to meet a social media project elaborated by the federal government in order to impose its will to the journal, especially when considering the context of its relationship with press (silences, incitements) experienced during the period. Much more than an example of strength of the regime, the intervention of the periodical assumes, in this analysis, the result of a long conflict among political groups that battled for its maintenance in power. Nevertheless, it has not stopped the leaders of the newspaper from building a situational relationship with Vargas characterized by moments of support and moments of combat against his government. With the introduction of “Estado Novo” in 1937, the leaders of *OESP* suffered some prosecutions and deportations, assuming the intervention of the journal, the ultimate hit of the regime against its former allies of 1930. *O Estado de S. Paulo* would be reframed with the intervention in 1940, putting in evidence new characters of the national politics scenario through its pages. This way, rather than censor, “Estado Novo” worried about producing news and images that could self-legitimate itself to the readers of the newspaper, making of the column *Notcias do Rio* the panel for the official actions of the regime.

Key words: "Estado Novo" (1937-1945), Brazilian Press, *O Estado de S. Paulo*, Censure – Brazil, Journalism – history, Media.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1940 e 1945, o jornal *O Estado de S. Paulo*¹ esteve sob intervenção do Estado Novo, passando, por sua vez, a ser ressignificado pelo regime e colocado a serviço de seus projetos políticos. A produção jornalística nesse período é negada pelos atuais proprietários do jornal, herdeiros de Júlio Mesquita e Filho, vendo-a como um “hiato” da própria história do periódico. Em sua página da Internet, por exemplo, *OESP* utiliza uma “linha do tempo” para contar sua história, demarcando sua “fase sob intervenção” a partir de quatro marcos: “1940”, dando-se ênfase para a invasão do jornal pelas Forças Policiais do Estado de São Paulo, que prendem Francisco de Mesquita, tio de Julio de Mesquita Filho, proprietário e redator do jornal; “1943”, situando a volta de Julio de Mesquita Filho, em autoexílio na Argentina, sendo preso logo em seguida; “1944”, a operação de Armando de Sales Oliveira devido um câncer; e por fim, “1945”, quando o jornal destaca a volta de Armando de Sales Oliveira e sua morte, a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro e a devolução d’*OESP* à família Mesquita em dezembro do mesmo ano².

É significativo olhar para essa descrição cronológica dos acontecimentos já que o jornal privilegia determinados fatos. Esse hiato histórico, construído pelo próprio periódico, indica, antes de tudo, a preocupação dos atuais proprietários em desvincular essa fase de sua própria memória enquanto instituição independente. Negar a autoria é compreensível, assumindo, em certos momentos, uma forma de protesto contra o processo de intervenção. No entanto, desconsiderar essa produção, enquanto objeto da história e fonte preciosa para o entendimento da história política brasileira como também da grande imprensa de São Paulo, seria negar sua própria existência. Mesmo que os atuais proprietários d’*OESP* não queiram reconhecer esse “período obscuro” da história do periódico como seu, o jornal de todo modo foi impresso e os leitores entraram em contato, cotidianamente, com uma publicação assinada por grupos ligados ao regime e que, paulatinamente, ressignificou conteúdos com a pretensão de transformá-lo em vitrine das ações empreendidas pelo Estado Novo.

O posicionamento atual d’*OESP* nos levou a alguns questionamentos: tendo a intervenção no jornal se concretizado, o que se produziu? Quais elementos foram

¹ Para facilitar o processo de citação ao longo da dissertação iremos passar a nomear o jornal pela sigla *OESP*.

² Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>. Acesso em: 15/05/2009.

utilizados pelo jornal interditado para substituir os antigos projetos políticos da família Mesquita? O que foi a “intervenção”? O que a motivou? Por quais motivos ela ocorreu somente em 1940, três anos após o início do período ditatorial? Quais as relações estabelecidas entre os dirigentes d’*OESP* e o governo Vargas? E, não menos importante, o que se passava na imprensa e na cultura política da época que acarretou na apropriação do jornal pelo Estado Novo?

Por outro lado, especialmente pensando no modo como o próprio *OESP* constrói sua história durante esse período, é pertinente questionar e observar como a historiografia tratou o episódio “intervenção” n’*OESP*, levando-nos a vasculhar, em uma diversidade de obras sobre o Estado Novo, como era tratado esse suposto hiato na história da imprensa brasileira.

Com base nesses questionamentos, começamos a estabelecer em um primeiro momento quais mudanças ocorreram no periódico após sofrer intervenção em março de 1940. Dentre as colunas que compunham o jornal, uma se destacava: *Notícias do Rio*. Nossa escolha por esse recorte documental dentro da fonte se justifica quando observamos alguns fatores que diferenciavam essa coluna das demais: por ser uma coluna que trata especialmente de temas políticos; por ter verificado que, após a intervenção, ganhou espaço e destaque em relação às demais seções do jornal; pelo fato de que os temas e discursos veiculados na coluna, após a intervenção, corroboravam com um projeto de comunicação social do Estado Novo que estava se consolidando durante o período. Por outro lado, cronologicamente, a existência da coluna *Notícias do Rio*, criada sete meses antes da intervenção do jornal, corresponde temporalmente ao contexto de afirmação do projeto comunicacional do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), iniciado em fins de 1939 com a criação do órgão, até o fim do Estado Novo e a consequente devolução d’*OESP* aos seus antigos proprietários. A intervenção que se estende de março de 1940 a dezembro de 1945 compreende na história política brasileira a consolidação e derrocada do Estado Novo, período sobre o qual a presente análise se debruça³.

Trabalhar com a imprensa diária é penoso⁴: são edições sucessivas, compostas de notas, fotografias, anúncios, notícias, manchetes e propagandas que dialogam entre si,

³ Ao utilizarmos a coluna *Notícias do Rio* como foco da pesquisa, a análise documental não ficou restrita a essa coluna: outras seções e colunas foram analisadas (propagandas, anúncios comerciais, notícias internacionais, dos Estados da União, etc.).

⁴ A presente pesquisa se concentrou na leitura de 50.181 notas que compunham a coluna *Notícias do Rio* entre as edições de 11 de setembro de 1939 a 31 de janeiro de 1946. Destas notícias, foram fichadas e catalogadas em banco de dados próprio cerca de 3.200 notas que foram citadas direta ou indiretamente no decorrer do texto (Anexo B – Tabela IX).

confrontam perspectivas e que fazem do jornal um produto cultural único. Daí, a importância de se ler a fonte enquanto uma totalidade, especialmente considerando sua materialidade e os diálogos que as edições estabelecem umas com as outras: um tema, uma expressão ou um acontecimento pode ser retomado anos depois de ser publicado. Uma “colcha de retalhos” seria o resultado final dessa pesquisa.

Nosso corpus documental se limitou à análise de uma única fonte⁵, pois enxergamos o jornal enquanto uma instituição produtora de bens culturais que cumprem funções diversas além de um aparente “informar”. Deste modo, compartilhamos a ideia de Capelato e Prado (1980) que entendem o jornal como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19), entendendo manipulação e intervenção num sentido que não é pejorativo e sim como indicações da presença ativa da imprensa na sociedade onde ela existe.

O caso da intervenção, como veremos, é muito citado pela historiografia da imprensa, especialmente tratando-o como exemplo de força e silenciamento impostos pelo Estado Novo à sociedade brasileira. Mesmo sob intervenção, *OESP* neste período continuou a circular todas as manhãs e tardes, demonstrando fazer parte de um esforço do regime em colocar em prática um projeto de comunicação social que autolegitimaria seu papel no trato social. Reapropriado e assumidamente getulista, *OESP* passava a ser uma ferramenta a serviço do governo federal com o objetivo de construir uma autoimagem perante os leitores do jornal.

Por outro lado, valer-se de um jornal censurado como única (ou, ao menos, priorizada) fonte de pesquisa não diminui sua importância enquanto objeto histórico, discordando, sobretudo da concepção de que o jornal “é incapaz de servir de fonte quando é censurada”⁶. Negar a potencialidade que esse tipo de documentação pode proporcionar é, antes de tudo, autenticar o esquecimento, elemento nocivo para a ampliação do conhecimento histórico, ao não se considerar o material censurado como objeto de

⁵ A materialidade da própria fonte deve ser ressaltada: a pesquisa, infelizmente, não pode contar diretamente com fontes em suporte papel, limitando-se à consulta do jornal em suporte microfilme. Esse mecanismo tem suas vantagens e desvantagens: facilita o uso e o traslado de dados, pois digitalizando o filme podemos armazená-lo com maior facilidade em computadores etc.; e por outro, esse processo de digitalização é lento e desgastante. Outra questão relevante é questionar a origem desses microfilmes d’*OESP*: em todos os lugares pesquisados (Arquivos Públicos e arquivos vinculados às Universidades) o jornal em papel foi digitalizado a partir da assinatura da Biblioteca do Congresso Nacional dos Estados Unidos. Conforme consta um carimbo próximo ao cabeçalho das edições analisadas, essas edições eram lidas (ou tombadas na biblioteca) pelos estadunidenses dois meses após sua publicação no Brasil. Essa constatação é pertinente já que poderíamos também abrir possibilidades para pesquisas que tratassem dos caminhos percorridos por esses bens culturais e os suportes de memória no Brasil.

⁶ Segundo argumentos apresentados por Jean-Jacques Becker. Ver em *A opinião pública*. In: RÉMOND, 2003, p. 197.

pesquisa. Assim sendo, é relevante retroceder alguns anos antes da intervenção para buscar alguns elementos que possam contribuir com a caracterização do jornal enquanto sujeito político.

Antes da intervenção do Estado Novo em 1940, o jornal baseou a construção de sua autoimagem na concepção depositor aos grupos constituídos. Segundo Capelato e Prado (1980), o projeto político do jornal

[...] se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal e à experiência prática de outros países. Nesse projeto político, o periódico assumia o papel depositor, razão pela qual seus representantes sempre procuraram dar ao jornal uma feição de independência frente aos governos e partidos [...] (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23).

Nesse projeto político, a figura do governo federal sempre lhe foi estranha desde o final da Primeira República, onde o periódico fundamentou suas críticas na “questão do domínio político das oligarquias” e de sua aversão ao “centralismo”. Daí que sua concepção de Estado ideal era baseada na “teoria evolucionista” e no “princípio liberal de autonomia dos Estados”. Deste modo, qualquer proposta oficial que atingisse alguns desses pontos era repelida com rigor pelos dirigentes do periódico (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 26).

Seu posicionamento político, do qual os seus proprietários se ufanavam, vinha desde o seu surgimento como *A Província de S. Paulo*. Publicado pela primeira vez em 1875 na cidade de Campinas, o jornal foi fundado por figuras como Francisco Rangel Pestana, Américo Brasiliense e outros. A partir de 1884 o jornal passaria a assumir uma posição “francamente republicana”, defendendo as campanhas levadas a cabo no período.

No ano seguinte, Julio Mesquita, futuro proprietário, entrava para a redação do jornal. Com o advento da República o jornal passou a se denominar *O Estado de S. Paulo*, mudando seu nome a partir da edição de 1º de janeiro de 1890. A eleição de Rangel Pestana para o Senado, em 1891, levou Mesquita a assumir a direção política do periódico (SODRÉ, 1999, p. 228). Em 1885 algumas inovações técnicas ocorridas na imprensa, tais como a introdução das rotativas, iriam caminhar lado a lado com mudanças estruturais no gerenciamento dos jornais, definindo-os cada vez mais como “estrutura empresarial”, daí caracterizarmos *OESP* como “grande imprensa”, segundo perspectiva apresentada por Sodré. No mesmo ano, o jornal procurando acompanhar transformações tecnológicas e administrativas no mundo da imprensa, dissolveu a antiga “Companhia Impressora”,

passando a propriedade do jornal para a empresa “J. Filinto & Cia”, permanecendo Mesquita como “um dos árbitros da opinião” (SODRÉ, 1999, p. 226). Em 1902, Júlio Mesquita se torna único proprietário do jornal, passando a investir mais ainda na inovação do periódico, quando em 1907, *OESP* volta a ser uma Sociedade Anônima (SODRÉ, 1999, p. 323). Com o falecimento de Júlio Mesquita em 1927 o jornal passa por novas mudanças em sua direção: Armando de Sales Oliveira como Diretor-Presidente; Francisco de Mesquita (irmão de Júlio), Júlio de Mesquita Filho, Carolino da Mota e Silva, Antônio de Mendonça e Carlos Vieira de Carvalho, como diretores; e por fim, Plínio Barreto, consolidando sua posição de Redator-Chefe (SODRÉ, 1999, p. 368).

A relação do jornal com movimentos políticos, especialmente localizados em São Paulo, deve ser ressaltada como um dos pontos característicos de sua história. Júlio de Mesquita, Plínio Barreto e demais figuras do jornal, embora ligados aos grupos oligárquicos paulistas, nunca admitiram colocar explicitamente o jornal a serviço de um partido ou governo. Como parte dessas oligarquias⁷, Julio de Mesquita rompeu com seu antigo partido, o Partido Republicano Paulista (PRP), causando um racha nos grupos hegemônicos de São Paulo. A partir de 1926, a ruptura de Mesquita com o PRP foi consolidada com a criação do Partido Democrático (PD), fundado por Julio de Mesquita e outros em setembro de 1927. Deste modo, é relevante ressaltar a participação desses personagens políticos na formação das oposições ao governo da Primeira República.

Segundo Borges (1979), a criação de um partido político de oposição – até a criação do PD, o PRP era o único partido em São Paulo – se refletiu na imprensa com a utilização dos jornais como veículos de publicização das propostas políticas dessas oligarquias paulistas: de um lado, o PRP, representado pelo *Correio Paulistano*, e do outro, de modo particular, mas agindo em prol de objetivos semelhantes, *OESP* e o *Diário Nacional* (DN). Como nos aponta a autora, ocorre um processo de bipolarização em São Paulo que permeou o ideário desses jornais durante o final de Primeira República e o início da década de 1930 (BORGES, 1979, p. 27).

Apesar da semelhança de posições entre o *DN* e *OESP*, não podemos considerá-lo um porta-voz do PD. Entretanto, seus posicionamentos políticos e sua linha de defesa e crítica jornalística tinham certas semelhanças entre esses dois jornais. Oficialmente, segundo Capelato e Prado (1980), *OESP* sempre procurou ater-se a “desempenhar uma

⁷ Segundo Borges (1979) o termo “oligarquia paulista” era utilizado para se referir a grupos hegemônicos que detêm a propriedade da terra, especialmente ligados ao café, mas não uma regra, que projetam uma “paradoxal ideologia liberal com padrões de comportamento oligárquico e tradicional” (BORGES, 1979, p. 23).

atuação política sem vinculações partidárias e, nessa linha, trabalharam por se configurar num grupo político independente constituído” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 33).

De um lado, o PRP apoiava as proposições dos governos, especialmente, Arthur Bernardes e Washington Luis, de outro, *OESP* se autoproclamava bastião da oposição política em São Paulo⁸. No ano da criação do PD, Washington Luis foi eleito presidente e o posicionamento do jornal contra a política de centralização do poder nas mãos do governo federal permanentemente publicado. Deste modo, a proximidade entre os grupos d’*OESP* e o PD com o governo estadual de Vargas vem desde esse momento⁹.

Nesse sentido, segundo Prado (1986), a criação do PD corroborou com

[...] um projeto específico para fazer frente ao movimento social que avançava 'perigosamente', podendo por em risco as estruturas político-sociais vigentes. A relação entre classe dominante e classe dominada estava colocada de forma límpida pelo governo (sustentado pelo Partido Republicano Paulista): a dominação se exercia através da repressão pura e simples (PRADO, 1986, p. 158).

Nessa mesma época, as relações entre Vargas e *OESP* se iniciaram com sua nomeação para o cargo de ministro da Fazenda no governo de Washington Luis, em 1926. O jornal via Getúlio de modo simpático, especialmente ao associar sua política econômica com os seus próprios projetos liberais para o Brasil. Essa admiração aumentou com a indicação de Vargas para a presidência do Rio Grande do Sul. Sua atuação, considerada sóbria pela imprensa oligárquica paulista, era louvada por *OESP*, sobretudo, ao considerarmos a aproximação estabelecida a partir desse momento entre os políticos descontentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) com o novo PD. Quando

⁸ A partir do racha dentro do PRP em 1926 o termo “oligarquia” passou a ser utilizado por *OESP* e *DN* para denominar qualquer grupo político que estivesse no governo, portanto representando seu alvo de críticas, diferenciando-se, deste modo, do sentido empregado pela historiografia de modo geral. Para esses jornais ligados ao PD a oligarquia é “o grupo que está no governo, que maneja sozinho o poder, no plano federal e estadual” (BORGES, 1979, p. 26). Assim sendo, para a autora o objetivo d’*OESP*, associado ao projeto político do PD, era o de “[...] estabelecer uma república liberal” reservando a São Paulo o papel de estado hegemônico no Brasil. Elitista, os grupos que representavam o jornal buscavam a “moralização dos costumes políticos” por meio do voto e o fortalecimento da federalização no país. Tais projetos seriam contemplados quando uma “elite pensante” iria contribuir para o desenvolvimento da democracia tendo como função “orientar” o país baseado em teorias evolucionistas (BORGES, 1979, p. 38). Deste modo, a autora parte do princípio de que as “oligarquias” paulistas (PRP e PD) embora divergissem em pontos específicos de seus projetos e se digladiassem mortalmente através de suas imprensas possuíam uma “unicidade” em relação à política de Vargas durante os primeiros anos do Governo Provisório (BORGES, 1979, p. 121).

⁹ Para Borges (1979) o processo de oposição entre o PRP e o PD ocorreu a partir do momento que o governo de Artur Bernardes passa o controle do Instituto de Defesa Permanente do Café para São Paulo em 1924, recebendo a denominação de Instituto do Café do estado de São Paulo (ICESP). No governo de Washington Luis, em 1926, o ICESP passa a ser gerido por membros do PRP, do qual praticavam uma política cambial considerada “imediatista” pelo PD, aumentando, por sua vez, os conflitos dentro do PRP (BORGES, 1979, p. 49).

Vargas foi eleito para a presidência do Rio Grande do Sul, o PD viu como compatível o projeto político reformador do PRR e o seu, facilitando, por sua vez, o diálogo entre as oligarquias regionais (BORGES, 1979, pp. 71-81).

Com o endurecimento das posições de Washington Luis e sua insistência em não cumprir o acordo de revezamento entre São Paulo e Minas Gerais (baseados na “República Café com Leite” dos PRs mineiros e paulistas), os grupos de oposição ao governo federal passaram a se mostrar cada vez mais organizados, evidenciando um inevitável processo de “desestruturação do estado oligárquico” que, desde o início da década de 1920, vinha sendo “minado em suas bases”, especialmente por não agregar novas preocupações com os processos industriais e de valorização do café¹⁰. O PRP, base de sustentação do governo de Washington Luis, sofreu duros golpes com a cisão do PD e a Crise Econômica de 1929, fazendo com que a indicação de Júlio Prestes como candidato do partido fosse o derradeiro gesto da instabilidade do governo, tanto no plano federal quanto no estadual. A partir de julho de 1929, com a formalização do apoio do PD à Vargas, a união desses grupos oligárquicos dissidentes formou a Aliança Liberal, composta pelas oligarquias regionais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que propunham em sua plataforma política alijar do poder os “políticos profissionais”¹¹ (BORGES, 1979, pp. 86-87).

Para Capelato e Prado (1980), *OESP* “vislumbrou novos horizontes” apoiando Vargas como candidato da Aliança Liberal (AL), embora, segundo as autoras, soubesse que uma das metas da AL seria acabar com a hegemonia paulista que era defendida pelo jornal. Essa concessão, vista como oportuna para se tomar o poder, foi acatada pelos grupos políticos ligados a *OESP* mesmo que seu custo fosse subordinar seus projetos reformadores liberais aos do novo grupo em ascensão (CAPELATO; PRADO, 1980, p.

¹⁰ As oposições ao governo da República não se limitaram às elites, mas sobretudo, pela oposição operária nos anos 1920 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, pelo Bloco Operário Camponês (BOC). Como nos aponta De Decca (1988) as práticas do BOC durante os anos de 1928 e 1929, por exemplo, demonstraram o quanto o discurso do vencedor foi veiculado e propagado durante os anos seguintes à “revolução de 1930”. Silenciados pela memória do vencedor, os vencidos foram varridos do discurso oficial e descartados como agentes políticos das transformações pelas quais passava a sociedade (DE DECCA, 1988, p. 105). De modo análogo, Vesentini (1977) aponta os tratamentos dispensados acerca da revolução como obra acabada, fruto de uma obra de “reprodução” e “memorização” impostos pelo vencedor. Esvaziado e apropriado pelos chefes da “revolução”, o movimento é permanentemente trabalhado ao longo do governo Vargas (VESENTINI, 1977, pp. 142-143).

¹¹ Segundo a autora, o PD de início defendia uma candidatura nacional pelo PDN, partido nacional fundado em 1928 que corroborava com seu projeto político. O nome de Vargas, nesse momento, não é bem visto pelo PD e por PRM, dificultando assim a decisão por um candidato ligado a esses grupos. Mas de todo modo, devemos considerar o posicionamento maleável de Júlio Mesquita que havia, posteriormente, confessado que chegara a procurar Júlio Prestes para oferecer-lhe apoio político na eleição presidencial, desde que aceitasse como plataforma de governo o voto secreto, especialmente. Júlio Prestes havia aceitado, segundo Mesquita, mas persuadido por Washington Luis, desinteressou-se pelo apoio do proprietário d’*OESP* (BORGES, 1979, p. 88).

35).

A disputa eleitoral foi acirrada: de um lado, o PRP (*Correio Paulistano*) buscava rebater as críticas do PD (*DN* e *OESP*), procurando mostrar a inconsistência do programa da AL. Na esperança da vitória de Vargas, *OESP* entrou na campanha da AL de modo bastante participativo, especialmente com a visita de Getúlio à São Paulo em setembro de 1929. Segundo Borges (1979), *OESP* não poupou elogios ao candidato da AL, procurando dar destaque a sua plataforma política e econômica. Para os representantes do periódico, Vargas possuía uma “ligação com as massas” que poderia ser capitalizada para seu apaziguamento, preocupação constante do jornal, já que o cenário de crise e de rebuliço social que se verificou ao longo das décadas de 1920 aterrorizava as consciências liberais do periódico (BORGES, 1979, p. 103).

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória coube ao candidato Júlio Prestes. Vargas reconheceu a derrota, todavia um acontecimento ocorrido após o pleito contribuiu para o acirramento de ânimos: o assassinato de João Pessoa, vice de Vargas, serviu como estopim para o movimento armado. Sobre a possibilidade de uma revolta armada, segundo Capelato e Prado (1980), *OESP* afirmava que era contrário a uma tomada de atitude radical, mas via o processo revolucionário como uma alternativa às mudanças pacíficas que não se verificaram com as eleições. As medidas de centralização tomadas por Washington Luís acabaram por intensificar o descontentamento do periódico com o governo federal (CAPELATO; PRADO, 1980, pp. 36-37).

Como nos apontam as autoras, essa reação ao fortalecimento do poder central passou a ser mais questionada com o não reconhecimento de diplomas de deputados mineiros eleitos ligados à Antônio Carlos e João Pessoa. Entretanto, se esses acontecimentos são definidos como “estopim”, devemos nos ater que

Não se pode explicar a Revolução de 1930 somente a partir da crise política que se manifestou no final da década de 20; a crise mundial de 1929 representou o seu papel na eclosão do movimento, pois veio acentuar as dificuldades com que se vinha defrontando o principal setor da economia brasileira, o café. Durante o período estudado, o jornal caracterizou-se pela defesa dos interesses do café; a oposição a Washington Luís se radicalizou por sua recusa de atender a esses interesses, após a crise de 1929. Entretanto, a justificativa de seu apoio ao movimento revolucionário de 1930 não se situa no nível dos interesses econômicos. Para os representantes do periódico, os problemas econômicos não justificavam a necessidade de uma Revolução, [...] apoiaram a Revolução de 1930 na expectativa de que sua vitória tornaria possível a remodelação política do país, nos moldes por eles propostos (CAPELATO; PRADO, 1980, pp. 38-39).

Assim sendo, baseando-se numa concepção evolucionista da sociedade, os dirigentes d'*OESP* viam na “revolução” a oportunidade de colocar o país de volta a seu curso normal. Com a deposição daqueles grupos oligárquicos do poder, em outubro de 1930, o jornal vislumbrou que os novos tempos fariam retornar o país a um regime estável e que corroborasse com seu projeto de hegemonia paulista¹². Entretanto, as expectativas d'*OESP* caíram por terra assim que o Governo Provisório de Vargas indicou para a interventoria o líder tenentista João Alberto, primeiro como “delegado da Revolução em São Paulo” e depois como interventor federal.

A revolução saiu vitoriosa e as manchetes d'*OESP* procuraram transmitir aos leitores o advento de um tempo de retomada, de reconstrução¹³. A maior preocupação dos representantes do periódico era a de garantir a chefia política em São Paulo com a indicação por Vargas de membros do PD. Vavy Borges (1992), discutindo a formação das primeiras celeumas entre o governo Vargas e o PD, considerou que se num primeiro momento a revolução foi tomada como um grande acontecimento, essa euforia decaiu a partir do momento em que Vargas não confirmou Francisco Morato, presidente do PD, no cargo de interventor de São Paulo. Segundo a autora, travou-se, entre os anos de 1930 e 1932, uma permanente luta pelo poder estadual (BORGES, 1992, p. 31).

Logo após a vitória dos “revolucionários”, as relações entre o PD, ao qual *OESP* estava ligado, e o governo de João Alberto foram de cordialidade. O PD, embora não tivesse conseguido a interventoria, se considerava participante do governo estadual com a chefia de secretarias importantes para o partido: José Maria Whitaker, quando nomeado para o Ministério da Fazenda, foi substituído por Plínio Barreto, redator chefe d'*OESP* e membro do PD; Vicente Rao, outro membro do PD, ficou com a chefia da polícia em São Paulo; a Prefeitura da cidade de São Paulo e a Secretaria da Fazenda são igualmente ocupadas por democráticos.

Todavia, ainda em 1930, o clima de companheirismo entre o PD e João Alberto não

¹² Durante o período o clima de instabilidade e medo de uma revolta social contribuiu para a participação dos “liberais oposicionistas de São Paulo” que, segundo Capelato (1989) “decidiram apoiar o movimento armado para evitar o mal maior: a revolta das massas” (CAPELATO, 1989, p. 170).

¹³ Para alguns jornais, como o *Correio Paulistano*, a “revolução” significou o fechamento forçado de periódicos: identificado com o grupo deposto, o jornal é empastelado e incendiado por manifestantes exaltados no final de 1930, retornando somente em 1934 (BORGES, 1979, p. 135). Segundo Sodré (1999) os bens do periódico foram depositados a cargo de um responsável num primeiro momento para depois ser desapropriado pelo governo de João Alberto, anexando os seus maquinários à Imprensa Oficial. Esses equipamentos iriam imprimir o futuro órgão da Legião Revolucionária, *O Tempo*. A partir de 1937 o jornal passará a se aproximar do Estado Novo apoiando-o deliberadamente. Deste modo, é pertinente destacar a participação na direção do jornal interditado de personagens que pertenciam ao antigo *Correio Paulistano*, dentre eles, Abner Mourão (SODRÉ, 1999, pp. 376-377).

durou muito tempo: o partido, caracterizado por não ser favorável à permanência de militares no poder, não via com bons olhos a provável liberação pelo interventor das atividades do Partido Comunista Brasileiro. Com a divulgação da criação da Legião Revolucionária (LR), em novembro do mesmo ano, o PD ficou em estado de alerta e passou a questionar a posição de João Alberto. Um fator que auxiliou no aprofundamento desses desentendimentos foi a chamada “questão social”, sendo o período marcado por diversas greves e tumultos urbanos. Outro fator foi a demissão do “secretariado dos quarenta dias”, quando, em oposição à escolha de cargos políticos, os membros do PD se retiram do governo estadual¹⁴.

Temendo o crescimento da LR, os membros do PD pressionam cada vez mais para a saída do interventor. Já em janeiro de 1931 alguns boatos sobre o rompimento do PD com a interventoria paulista começam a circular na imprensa¹⁵. Com a pressão cada vez mais enfática, João Alberto renúncia e indica para seu lugar Plínio Barreto, o líder do “secretariado dos quarenta dias”. Entretanto, Barreto não irá assumir o posto, pois era acusado de “contra-revolucionário” por ter escrito artigo em 1922 contra o levante militar de julho daquele ano¹⁶.

Para *OESP*, as atitudes de João Alberto e a não efetivação de Plínio Barreto na interventoria foram evidenciadas já desde o início de 1931¹⁷. Para Capelato e Prado (1980), “[...] era visível a decepção do jornal com o movimento revolucionário que vinha representado a negação de seu projeto político; ao invés de mais autonomia estadual, ao invés de estar São Paulo na liderança do movimento renovador” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 109).

¹⁴ O “problema dos cargos”, como nos aponta Borges (1992) é um dos motivos da demissão do secretariado do PD na interventoria paulista: Vicente Rao, chefe de polícia, era acusado por parte do grupo “revolucionário” de favorecer políticos do PD em cargos de chefia de delegacias. Pressionado por Miguel Costa, João Alberto e Mendonça Lima, Rao se demite, entretanto, o partido ainda não rompe com o interventor. Em fevereiro de 1931, João Alberto reorganiza as chefias das delegacias e as coloca sob direção de militares, fator que desagrade ainda mais o PD (BORGES, 1992, p. 38).

¹⁵ Segundo Borges (1992) a campanha da Liga de Defesa Paulista, em maio de 1931, é um prenúncio para a preparação para o “confronto final”. Baseando-se em slogans de “união da família paulista”, esse movimento vai crescendo entre membros do PD e demais descontentes com a política de João Alberto passando a exigir a retomada do poder do governo estadual por elementos civis e paulistas. (BORGES, 1992, p. 40).

¹⁶ A escolha de Barreto para substituir João Alberto não fica clara tendo em vista a conhecida indisposição entre ambos. Todavia, conforme aponta Borges (1992), essa escolha pode estar relacionada à disputa política pela interventoria que se manifestou entre Miguel Costa e João Alberto desde o início da “Revolução” (BORGES, 1992, p. 43).

¹⁷ As críticas à interventoria de João Alberto não impediam que *OESP* apoiasse o Governo Provisório. Pelo contrário. Como nos demonstra Capelato e Prado (1980), os dirigentes do jornal viam com bons olhos a promulgação de leis trabalhistas pelo governo Vargas, acolhendo-as “sem restrições”. Segundo as autoras, *OESP* “apostou na política de Vargas, esperando que ela pusesse freios aos conflitos” oriundos da “questão social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 109).

Embora Barreto não assumisse o cargo, o jornal louvou a indicação de Laudo de Camargo para a interventoria, já que “finalmente, São Paulo se libertaria do julgo militar e seria governado por um paulista civil”. Entretanto, quatro meses após sua posse, o interventor renuncia sendo nomeado o coronel Manuel Rabelo, comandante da II Região Militar, aprofundando os descontentamentos d’*OESP*¹⁸ (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 42).

Esses fatores influenciaram cada vez mais o pedido por um interventor civil e paulista¹⁹. A partir de janeiro de 1932, o PD rompeu com Vargas e responsabilizou o governo João Alberto por ter vetado o acesso dos paulistas ao governo estadual. Dias depois, foi a vez do PRP romper com o Governo Provisório. A partir desse momento, antigos rivais se uniram para tentar reconquistar a hegemonia paulista no cenário estadual. Deu-se então a formação da Frente Única Paulista (FUP), composta por PRP, PD, Liga Católica e Federação dos Voluntários. Em fevereiro do mesmo ano, a FUP se ligou à Frente Única Gaúcha (FUG), que reunia setores descontentes com o governo federal. Vargas, procurando amenizar a pressão das oposições, nomeou Pedro de Toledo, político idoso do PRP. Procurando dirimir as críticas da oposição que se formava, o governo contra-argumentava que já havia atendido aos pedidos dos políticos paulistas: Toledo era paulista e civil.

Entretanto, o governo de Pedro de Toledo não conseguiu administrar o crescimento desses descontentamentos. Para a FUP, era irreversível sua posição de retomada da hegemonia paulista no governo de São Paulo. Somado aos conflitos de rua, que deram origem ao MMDC²⁰, a campanha por autonomia do estado se transformou em uma bandeira das oposições, vendo o momento como oportuno para conseguir desestruturar os

¹⁸ *OESP* não se pautou apenas pela oposição aos “revolucionários”, pois em alguns temas, o jornal criticava os governantes, em outros não, como é o caso da política de auxílio ao café. Para Capelato e Prado (1980), “[...] se no plano político o jornal colocou-se em oposição ao Governo Provisório, no plano econômico apoiou as decisões de Getúlio Vargas e de João Alberto” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 77).

¹⁹ Borges (1992) destaca que durante o final de 1931 a LR e o PD estabelecem uma “trégua” compartilhando entre si o desejo de São Paulo ser governado por um interventor civil e paulista, aproximando, por sua vez, os projetos políticos desses dois grupos (BORGES, 1992, p. 46). Entretanto, essa aproximação é aparente, pois com a interferência de Miguel Costa na escolha do secretariado de Laudo de Camargo, a FUP irá concentrar suas forças na alocação de um de seus elementos na chefia do governo estadual, identificando, segundo a autora, a LR como “um estranho no ninho” (BORGES, 1992, p. 80).

²⁰ O MMDC foi uma organização secreta criada após a morte dos jovens Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo em conflitos entre partidários da LR e do PRP nas ruas do centro da capital paulista em maio de 1932. Segundo Dulles (1984) essa organização contava com a participação de jovens estudantes de São Paulo tendo como um de seus centros de comando a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco de São Paulo (DULLES, 1984, pp. 69-73).

projetos do Governo Provisório para São Paulo²¹.

Contando com um suposto apoio de MG e RS, os paulistas se encontraram sozinhos no conflito com as forças do governo federal. Baseando-se em um sentimento regionalista e temendo mudanças drásticas nas estruturas políticas do país, o movimento de 1932 acabou sendo sufocado pelas tropas leais ao Governo Provisório. O saldo dessa “revolução” foi milhares de mortos e a prisão dos opositores de Vargas em outubro de 1932, dentre eles, líderes d’*OESP* que participaram do movimento: Júlio de Mesquita Filho, Francisco de Mesquita e Paulo Duarte foram presos e exilados.

Segundo Capelato e Prado (1980), os diretores do jornal acreditavam que o Governo Provisório não atendia mais aos interesses nacionais, tarefa que deveria ser desempenhada por São Paulo. Para os representantes do jornal, o regime “[...] se encontrava fora da lei, ameaçando a unidade do Brasil, enquanto São Paulo se batia pela lei e defendia o princípio da unidade nacional” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 49). Ainda para essas autoras, “[...] o movimento de 1932 surgiu como uma explosão do regionalismo paulista, numa tentativa desesperada de submeter o governo central ao seu comando”²² (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 50).

Com o fim dos conflitos, foi nomeado para a interventoria Waldomiro Lima, um dos generais responsáveis por sufocar o movimento militar paulista. Sua gestão foi contemporânea à eleição da Assembleia Estadual em maio de 1933, quando houve um relativo fortalecimento regional dos grupos políticos paulistas. Embora derrotados militarmente, os liberais d’*OESP* declararam-se vitoriosos pois conseguiram finalmente que parte de suas reivindicações fossem acolhidas. Daí que a formação da “Chapa Única”, agrupando os setores paulistas descontentes com a política centralizadora de Vargas, em 1933, se preparara para a criação da nova Constituição²³ (CAPELATO; PRADO, 1980, p.

²¹ Para Borges (1992) o movimento revolucionário de 1932 consistiu em um “[...] confronto direto pela posse do poder estadual e/ou pela retomada do predomínio no plano federal, com tudo o que isso significa de briga por cargos político-administrativos ou por adeptos e/ou filiados, futuros eleitores. Mas também é uma luta pela mera sobrevivência na atividade política, atacados que são pelos ‘revolucionários’ como ‘maus políticos’ com todo o tipo de adjetivação pejorativa. [...] Seus interesses mais diretos – e contrariados – devem ser pensados como ponto de partida: a perda de poder, suas benesses e sua segurança, a perda de empregos e posições – parecem-me constituir a mola propulsora de suas atitudes (da FUP)” (BORGES, 1992, p. 179).

²² Maria Helena Capelato (1989) nos demonstra como os “constitucionalistas” passaram a ver a “revolução de 1930” como um elemento perturbador da ordem social, pois o Governo Provisório não estava cumprindo com seu projeto inicial que consistia em reordenar a sociedade, daí “justificaram a necessidade de uma nova revolução” (CAPELATO, 1989, p. 179).

²³ Segundo Capelato (1989), ao analisar o ideal defendido pelos representantes liberais de São Paulo por meio de sua imprensa, o debate sobre o presidencialismo ganhou força na Constituinte, no entanto, “[...] o que realmente interessava aos liberais paulistas era a descentralização do poder” (CAPELATO, 1989, p. 187).

52).

A vitória da “Chapa Única”, somando-se a impopularidade do então interventor Waldomiro Lima, acabou desencadeando a necessidade de se nomear novo interventor para São Paulo. A escolha de Armando de Sales Oliveira, em agosto de 1933, foi louvada pelo jornal, que via efetivadas suas aspirações por um governo paulista e liberal: finalmente os grupos que *OESP* representava conseguiram o que almejavam. Os trabalhos da Constituinte, por sua vez, foram considerados pela “Chapa Única” mais uma vitória contra o governo federal: conseguiram manter o federalismo e as eleições diretas para presidente, além de conquistarem o governo estadual e colocarem em prática alguns projetos no campo da educação²⁴. Segundo Capelato e Prado (1980), para os representantes d’*OESP*:

A corrente centralizadora havia sido, se não dominada, pelo menos abafada, nos trabalhos da Constituinte. O princípio da autonomia dos Estados estava salvo; talvez não exatamente da maneira esperada por “O ESP”, mas coerente com a posição conciliadora defendida na época e, tendo em vista as circunstâncias do momento, o periódico se dava por satisfeito (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 55).

Em julho de 1934 a nova Constituição foi validada e Vargas eleito por sufrágio indireto, com mandato até 1938, quando se realizariam novas eleições. A conquista de alguns pontos considerados capitais pelos grupos ligados a *OESP* constituiu, nas palavras de Capelato e Prado (1980), uma “vitória efêmera”: o custo para a conquista do governo estadual e a continuidade do sistema político foi pago com a o apoio de medidas do Governo Constitucional de Vargas, especialmente no que dizia respeito ao combate ao comunismo – assunto que retomaremos futuramente –, os liberais d’*OESP* cederam ao processo de centralização do poder nas mãos do Governo Federal em troca da extinção da “ameaça vermelha”, fatores que contribuíram para o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo. Sobre essa questão, devemos elencar mais uma concessão dos grupos liberais paulistas: a intervenção d’*OESP* como consolidação da dominação do governo Vargas tanto de São Paulo quanto do próprio periódico, liquidando, por sua vez, os antigos projetos liberais que o jornal objetivava colocar em prática.

²⁴ A Universidade de São Paulo foi um dos projetos levados a cabo pela interventoria de Armando de Sales Oliveira. Segundo Capelato (1989), a USP foi a concretização do antigo projeto educacional d’*OESP*, vendendo-a como lugar privilegiado para a formação das elites que deveriam orientar a nacionalidade: “A Universidade de São Paulo significou uma vitória para os liberais paulistas e foi possível porque o Governo Federal, após o movimento de 1932, decidiu fazer concessões aos seus adversários com o intuito de amenizar o conflito político” (CAPELATO, 1989, p. 202).

Desde antes da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ALN), os representantes do Congresso Nacional mostravam-se receosos com a “radicalização” do Partido Comunista. Em julho de 1935, a sede do partido foi invadida por forças policiais e seus líderes presos. *OESP* “regozijou-se com a medida, justificando que o partido fazia propaganda no sentido de subverter, por meios violentos, a ordem estabelecida” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 57). Em novembro do mesmo ano, o levante comunista nos quartéis de Recife e Natal serviram de álibi para Vargas solicitar do Congresso mais poderes. Segundo Skidmore (1982), os “poderes de emergência do governo federal foram rapidamente aumentados” com a ameaça latente de sublevação comunista, levando o Congresso a aprovar no mesmo mês o estado de sítio solicitado por Getúlio²⁵. Em dezembro, Vargas novamente conseguiu aprovar medidas de exceção como a autorização para o presidente demitir funcionários públicos e nomear/promover oficiais das Forças Armadas. Durante o ano de 1936, o Congresso ainda julgou e concedeu quatro prorrogações do estado de sítio. Os parlamentares ainda autorizaram, mesmo após a prisão de deputados, a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), tribunal que ampliou os poderes de Vargas e institucionalizou a punição aos elementos considerados indesejáveis (SKIDMORE, 1982, pp. 43-44). Nesse sentido, o caminho para o Estado Novo não foi obra apenas de Vargas e seus aliados imediatos, contou com participação ativa do Congresso Nacional.

Durante o ano de 1936, *OESP*, ao mesmo tempo em que apoiava as medidas de exceção do governo constitucional de Vargas (e, portanto, coadjuvava o crescente autoritarismo do governo federal), procurou dar vazão à candidatura de Armando de Sales Oliveira para a presidência. Como as eleições seriam marcadas para janeiro de 1938, os partidos paulistas, especialmente, começaram a se organizar para a disputa eleitoral. Os candidatos da oposição foram sendo apresentados no decorrer de 1937: Armando de Sales Oliveira, representando a União Democrática Brasileira (UDB), apoiado por Flores da Cunha (Partido Libertador) e concorrendo pelo recém-criado Partido Constitucionalista; José Américo de Almeida, antigo tenentista e um dos líderes da AL em 1930, apoiado por setores do governo e sem o aval de Vargas num primeiro momento; e Plínio Salgado, integralista e ex-membro do PRP.

Com o desenrolar da campanha presidencial, o posicionamento de Vargas sobre as eleições se mostrou bastante dúbio. Em junho de 1937, pela primeira vez, o Congresso

²⁵ Devemos ressaltar que Skidmore reproduz argumentos repressores e oficiais do governo sem uma devida reflexão, daí, fazemos ressalvas ao caráter oficialismo de seus textos.

recusava a prorrogação do estado de guerra solicitado por Vargas. Enquanto isso, os conflitos entre “camisas verdes” e setores comunistas nas ruas das grandes capitais colocavam em estado de alerta o regime, servindo-lhe de subterfúgio para o endurecimento da repressão política aos grupos de esquerda. Quando a última solicitação de prorrogação do estado de guerra foi feita pelo Governo Federal, *OESP*, que antes apoiou as medidas repressoras do Governo Constitucional, passou a não ver com bons olhos o processo de centralização do poder nas mãos de Vargas:

Pela primeira vez o jornal recebia com reservas o estado de guerra, pois temia que por trás dele se ocultasse uma manobra política, visando impedir as eleições de 3 de janeiro de 1938. Mesmo assim, em face das declarações do ministro da Guerra, general Dutra, de que a medida fora solicitada ao Congresso apenas para combater o comunismo, consentiram (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 65).

No entanto, essa medida recaiu tanto sobre comunistas quanto liberais: os primeiros perseguidos e mortos pelo regime e os outros vendo suas liberdades expropriadas por meio de um golpe armado pelos militares: o “Plano Cohen”.

O “Plano Cohen” foi uma estratégia utilizada por Góes Monteiro para acelerar a tomada de posição de Vargas para a decretação do golpe de estado que já se encontrava elaborado: criado por integralistas e entregue ao chefe do Estado Maior do Exército pelo capitão Olimpio Mourão Filho, o “documento” era na realidade parte de dinâmicas hipotéticas utilizadas em reuniões integralistas. Criando um valor real para o documento, Dutra o apresentou ao Congresso que rapidamente concedeu amplos poderes para Vargas, principalmente, a concessão do estado de guerra negado anteriormente em junho do mesmo ano. Com a saída de Flores da Cunha da interventoria do Rio Grande do Sul, em outubro, a eleição de Armando de Sales Oliveira ficou comprometida. No início de novembro, J. C. de Macedo Soares pediu demissão do Ministério da Justiça, alegando que as reformas realizadas não se deram conforme ele havia esperado. No dia seguinte, o temor dos candidatos à presidência se tornava patente, levando o candidato da UDB a ler um manifesto na Câmara e no Senado, solicitando apoio castrense para que a eleição em janeiro de 1938 pudesse ser realizada sob garantias militares. No dia 10 de novembro, a reação do governo Vargas foi imediata: o Congresso Nacional foi fechado, os partidos extintos e uma nova Carta Constitucional apresentada ao país (SKIDMORE, 1982, pp. 48-52).

A instituição do Estado Novo marcou a derrota do projeto dos liberais de São

Paulo, acarretando não apenas a perda de hegemonia política de São Paulo, mas, sobretudo, a perseguição empreendida pelo novo regime aos antigos opositores: Armando de Sales Oliveira fica confinado em Minas Gerais e depois segue para o autoexílio em fins de 1938; Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita partiram para o exterior junto à Sales Oliveira, deixando a direção d'*OESP* à cargo de Carlos Vieira de Carvalho, cunhado de Júlio, e Plínio Barreto (DULLES, 1984, p. 103). O jornal permaneceu, como toda a imprensa, amordaçado pela censura imposta pela Constituição de 1937, colocando-a, sobretudo, como instituição ligada ao Estado e regulamentada por lei própria. A partir desse momento, a sociedade brasileira passou a ser regida por um governo que se caracterizou pela centralização política, interferência estatal nos mais variados campos da sociabilidade e execução de um projeto político de cunho autoritário.

Assim sendo, a interferência do Estado nos meios de comunicação a partir do golpe de 1937 se fortaleceu, paulatinamente, com a imposição de novos códigos de comunicação na imprensa. Tratava-se de um Estado interventor que criava um ambiente em que o regime assumia as funções de árbitro social que, nas palavras de Monica Pimenta Velloso,

[...] penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de direção e organização da sociedade. Assim, se auto-elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o bem público o móvel de sua ação (VELLOSO. *In*: OLIVEIRA, 1982, p. 72).

Tudo cabia ao olhar do Estado Novo: o grau de interferência na vida cotidiana se tornou uma das características que marcaram o período. Para *OESP*, a situação não era menos desesperadora: alvo de investidas da polícia estadual contra suas redações, o jornal era permanentemente vigiado pois o Estado Novo acreditava, ou pelos menos fazia acreditar, que os membros do jornal estivessem armando algum tipo de conspiração contra o governo Vargas. Embora Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte estivessem exilados em Buenos Aires, o governo federal buscava encontrar em poder de seus antigos correligionários de 1930 algum documento, radiotransmissor ou plano maquiavélico para derrubá-lo. Com o intuito de evitar problemas com o regime, em 1939, o nome de Júlio de Mesquita Filho foi substituído pelo de Leo Vaz no cabeçalho do jornal (DULLES, 1984, p. 136), sugerindo uma acomodação aos interesses governamentais mesmo antes da intervenção plena.

Entre o período que vai do golpe de novembro de 1937 até à intervenção n'*OESP* em março de 1940, o jornal, devido à censura imposta, praticamente ausentou-se do debate

político, limitando-se a publicar as notas oriundas da Agência Nacional, obrigatórias segundo a Constituição²⁶. O processo de perseguição aos representantes d'*OESP* se estendeu até março de 1940, quando as Forças Policiais do Estado de São Paulo invadiram as redações do jornal, na Rua da Boa Vista, centro de São Paulo, e valendo-se de um engodo, tal como o “Plano Cohen”, justificou o fechamento do periódico sob a acusação de seus proprietários possuírem armas de guerra em seu poder. A partir desse momento, *OESP* sofreu importantes modificações, mantendo, todavia, a mesma configuração tipográfica já conhecida por seus leitores.

Trataremos no Capítulo I a intervenção n'*OESP*, vendo-a como o início de um processo de autolegitimação do Estado Novo perante os leitores do jornal. Para isso, analisaremos o surgimento da coluna *Notícias do Rio* em suas páginas, em setembro de 1939, buscando apontar suas principais características e temáticas que possuía antes da intervenção. Num segundo momento, o “episódio intervenção” será o foco da análise, especialmente o modo como parte da bibliografia da História da Imprensa no Brasil enxerga a intervenção n'*OESP* e, não menos importante, a forma como ela foi abordada nas próprias páginas do jornal. Deste modo, verificaremos que logo após a intervenção – o jornal fica fechado por pouco mais de uma semana –, *OESP* ressurgiu com uma nova proposta comunicacional onde estratégias de convencimento foram utilizadas pelos novos diretores do periódico para consolidar o papel do regime. Dentro desse projeto de comunicação, o cotidiano do centro do poder, a capital federal, era diariamente noticiado para os leitores do jornal. Procurava-se construir uma imagem positiva do regime e isso a nova direção se esforçou em fazê-lo.

O Capítulo II abordará a produção da notícia (a nota oficial, a reportagem jornalística e o comentário político) como resultado de uma autoimagem construída pelo regime. Novos temas foram introduzidos no jornal. Dos diversos assuntos noticiados na coluna *Notícias do Rio*, alguns se destacaram, tais como a criação de uma espécie de “Diário do Catete” no noticiário político e a partilha de “holofotes” entre personalidades do regime. Personalista, a política comunicacional do Estado Novo procurou focar indivíduos e tornar públicas desde informações íntimas como públicas. Cabia, nesse momento, reverter os discursos anteriormente veiculados por *OESP*: se antes da intervenção os

²⁶ Maria Helena Capelato (1989) cita uma publicação d'*OESP* na coluna “Vida Florence” onde evidencia, ainda, um compartilhamento de vistas entre *OESP* pré-intervenção e o Estado Novo: a luta contra o comunismo. Segundo esse texto citado pela autora, publicado um mês antes da intervenção, o jornal incorpora elementos do ideário católico, vendo o cristianismo como um elemento eficaz contra os extremismos (nazismo e comunismo) (CAPELATO, 1989, p. 216).

projetos políticos dos dirigentes do jornal baseavam-se na hegemonia paulista, com a intervenção, verificaremos que esse discurso foi apropriado e revertido para uma ideia de “São Paulo pelo Brasil”. Esse processo de construção de uma imagem positiva do regime fica em evidência quando observamos a participação do DIP e o papel desempenhado pela imprensa durante o período. O tempo festivo, promovido com a larga contribuição do DIP, também será analisado neste capítulo.

A Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) – que inclusive demarca nosso recorte teórico – será o tema do Capítulo III, onde discutiremos que o processo de aproximação com os EUA e o início do conflito mundial acarretou na produção de novos discursos n’*OESP*. O período da neutralidade continental foi apresentado pelo jornal apropriado como um aceno público para ambos os lados do conflito (Aliados e Eixo). Deste modo, somente com a Conferência dos Chanceleres Interamericanos, em janeiro de 1942, o Estado Novo efetivamente assumiu um dos lados da contenda. Publicizando os pensamentos do regime, o “novo” *OESP* empreendeu uma campanha contra o nazifascismo que definiu o período inicial do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. Essas adaptações do governo federal acabaram por se refletir também em uma importante modificação ocorrida no jornal em meados de 1942: ele foi “vendido” a uma “Sociedade Anônima”, composta por antigos inimigos dos Mesquitas. Esse grupo passou a gerir o jornal como veículo independente, todavia, dando continuidade à seu apoio ao regime. Sua configuração e temática não mudaram em nada durante esse período, representando essa modificação de ordem burocrática uma forma de corroborar com o novo discurso incansavelmente propalado pelo Governo Federal: o Estado Novo era, ou melhor, “sempre foi democrático”. Esse momento também foi marcado pela preparação civil da sociedade para a guerra: mobilizar significou na prática produzir mais e consumir menos.

E por fim, o Capítulo IV pretende contribuir para a história da participação do Brasil na Segunda Guerra. O Estado Novo foi alvo de críticas e forte resistência interna, cabendo ao *OESP* defender o regime contra as dúvidas de que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) não estivesse tão preparada quanto o jornal divulgava. A participação da FEB no “concerto das nações” foi uma tentativa do regime de se assegurar no poder. As vitórias além das fronteiras nacionais eram acompanhadas pelo processo de desmonte do regime, evidenciando a desestruturação que se iniciava a partir de 1944. Por último, mas não menos importante, abordaremos o fim do Estado Novo e a formação do governo de José Linhares. Antes mesmo da derrocada do Estado Novo, em meados de 1945, a

“Sociedade Anônima” proprietária d’*OESP* procurava se agarrar ao lado que se mostrava mais forte no tumulto da campanha presidencial daquele ano: Dutra e o PSD. Todavia, em dezembro do mesmo ano, as mudanças nos postos da administração federal e estadual influenciaram na devolução do jornal aos seus antigos proprietários, fechando deste modo o ciclo da intervenção d’*OESP*.

O retorno d’*OESP* tem sido identificado pelos antigos dirigentes e proprietários do jornal como símbolo das lutas políticas de uma época, visualizando essa luta contra a intervenção como “resistência” aos desmandos da ditadura, sendo, até hoje, permanentemente autolegitimado pela memória oficial do jornal. Nesse sentido, esta pesquisa procura nuançar esses argumentos, refletindo sobre a presença indireta do jornal na montagem do Estado Novo e a funcionalidade de seu uso, via intervenção, para a consolidação do projeto estadonovista em São Paulo e no Brasil.

Completando agora 66 annos de intensa circulação, “O Estado de S. Paulo” orgulha-se de poder fazel-o numa fase de franca prosperidade [...]. Integrado na defesa dos interesses nacionaes [...], o grande diario da capital paulista foi também o baluarte das grandes causas da nossa historia no periodo de sua existencia, tomando parte activa em todas as campanhas que visam um Brasil maior e feliz – Notícia das comemorações dos 66 anos de existência do jornal exaltando sua credibilidade ao longo da história política do Brasil (*OESP*, 4 jan. 1941, p. 1).

CAPÍTULO I – A INTERVENÇÃO COMO PROCESSO AUTOLEGITIMADOR

1.1 - O surgimento da coluna *Notícias do Rio*

Em uma edição de segunda-feira, 11 de setembro de 1939, estreava n’*OESP* uma nova coluna: *Notícias do Rio*. Localizada inicialmente na segunda página, após o noticiário internacional, sua função era a de organizar notícias que provinham da sucursal carioca do jornal, abarcando em suas páginas todo tipo de informações relacionadas à capital federal: acontecimentos políticos, decretos-lei, notas, portarias, comunicados oficiais, tragédias do cotidiano, falências, falecimentos, concursos, resultados de reuniões ministeriais ou de conselhos de Estado²⁷.

Todavia, em fase de testes, a coluna começou a ser publicada somente sete dias após o seu surgimento, em 18 de setembro, dando continuidade no dia seguinte para desaparecer por uma semana, ressurgindo novamente em 28 de setembro de 1939. Após essa data, *Notícias do Rio* permaneceu como coluna fixa do jornal (Anexo A - Figura 1).

Sua função era a de organizar em um espaço definido as notícias da capital federal, pois antes de seu surgimento, as notícias oriundas do Rio de Janeiro eram publicadas a cada edição em páginas diversas do jornal. Por outro lado, podemos inferir, pensando no posicionamento político de seus dirigentes, arredios com o governo Vargas durante o período, outras funções para a coluna, tais como isolar o noticiário político e delimitá-lo para que houvesse uma separação entre o que o jornal produz e o que ele “tem” de

²⁷ Contida em uma coluna, das nove que compunham a página, a coluna *Notícias do Rio* reúne em sua estreia apenas quatro pequenas notas: uma relação de concursos promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a listagem dos prêmios da Academia Brasileira de Letras daquele ano e os candidatos para o ano seguinte, uma resposta do ministro do Trabalho à consulta de vendedores praticistas acerca de suas contribuições sindicais e os estragos provocados por “violenta tromba d água” em Alagoas (*OESP*, 11 set. 1939, p. 2).

publicar²⁸.

O teor das matérias veiculadas na coluna e seus remetentes podem ser divididos em dois grandes grupos: matérias oficiais e noticiário geral da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro grupo se caracteriza pela publicação de comunicados, portarias, circulares, telegramas, decretos e informações sobre o cotidiano dos atores políticos do regime e, menos numeroso, o noticiário composto de pequenas notas que informavam o dia a dia da capital federal, compreendendo informações sobre as tragédias pessoais, notas de falências, falecimentos de personalidades da sociedade carioca, movimento de vapores no Porto da Guanabara, notas policiais (assassinatos e suicídios) e desembarque/embarque de viajantes.

Antes de entrar na análise das notícias, devemos considerar o que as cercava: as outras colunas que compunham o jornal. *OESP* durante esse período era um jornal composto de seis à quatorze páginas, variando conforme o dia e a quantidade de anúncios. Com poucas fotografias, sua composição era de estreitas colunas, nove por folha, onde predominava o uso de textos e pequenas notas. A manchete ainda não era muito difundida, restringindo-se seu uso à primeira página do periódico.

As colunas presentes no jornal eram: capa, “Notícias do Rio”, “Vida forense”, “Notas e informações”, “Cultura e Política”, “Artes e Artistas”, “Tribunaes”, “Cartas à redação”, “Força Pública”, “Questões Vernaculas”, “Movimento Associativo”, “Falecimentos”, “Movimento religioso”, “Palcos e Circos”, “Serviço Militar”, “A sociedade”, “Queixas e Reclamações”, “Notícias de Esporte”, “Notícias dos Estados”, “Notícias do Interior”, “Notícias Diversas” e “Parte Comercial”.

Como há uma grande variedade de colunas, selecionaremos algumas para comentar sua função no jornal, tendo como critério de seleção o tamanho e as relações estabelecidas com *Notícias do Rio*.

Como vivíamos um contexto do conflito mundial iminente, na capa as notícias internacionais ganhavam destaque, especialmente após setembro de 1939, quando a invasão da Polônia pela Alemanha ampliou o noticiário de guerra. Em seguida, temos o editorial do jornal, chamado de “Notas e informações”, onde se veiculava a opinião do jornal sobre temas do presente. “Cultura e Política” é outra coluna que, embora pequena, era publicada com a colaboração de intelectuais que discutiam temas filosóficos, políticos e culturais da sociedade brasileira. Já “Artes e Artistas” era uma seção especial na divulgação de eventos culturais e atividades do mundo intelectualizado da cidade de São

²⁸ Considerando que a maior parte das notícias contidas nessa coluna, nesse primeiro momento, consistiam em publicações de notas da Agência Nacional, agência oficial de notícias do Estado Novo.

Paulo. Sua congênere era “Palcos e Circos”, espaço dedicado a divulgar espetáculos teatrais e mostras culturais na capital paulista. O espaço de publicização da comunicação dos leitores com o jornal era denominado “Carta à Redação”, onde encontramos cartas debatendo temas e elogiando o papel do periódico, bem como “Queixas e reclamações”, coluna responsável pela publicação de queixas dirigidas geralmente aos setores públicos municipais e estaduais de São Paulo. “Questões Vernaculas” e “Movimento religioso” eram duas colunas que, embora tratassem de assuntos religiosos, possuíam cada qual objetivos diversos: na primeira, eram publicados textos discutindo movimentos religiosos e questões morais, enquanto que a segunda consistia em espaço reservado para grupos católicos publicarem artigos e eventos da Igreja. “Notícias do Esporte” era uma coluna abordando, especialmente, partidas do futebol local e internacional. Por sua vez, “Notícias do Interior” e “Notícias dos Estados” eram responsáveis, a primeira, por estampar as notícias de municípios do interior do Estado de São Paulo, principalmente da região de Campinas, e a segunda, como o nome indica, notícias de outras capitais federais, com grande aparição de informações onde o jornal possuía sucursal. Por fim, concentrando-se geralmente nas últimas páginas, “Parte Comercial”, onde o leitor podia encontrar uma gama de anúncios publicitários²⁹.

Quanto à tiragem do jornal durante o período, valendo-nos, infelizmente, de dados pouco confiáveis³⁰, só podemos inferir sobre a circulação d’*OESP* no ano da intervenção. Segundo o “Anuário Estatístico do Estado de S. Paulo”, considerando o período de 1937-1939 e os dados fornecidos pelos próprios jornais, *OESP* ocupava a segunda posição do ranking, com 85 mil exemplares impressos por dia³¹, cifra considerável quando levado em conta questões como o analfabetismo e a demografia brasileira naquela época e uma circulação regular local ou, no máximo, Estadual.

Com a explanação da composição estrutural do jornal, podemos agora verificar quais elementos eram utilizados na composição temática da coluna *Notícias do Rio*. A característica inicial das notícias sobre a capital federal é a de veicularem informações sobre as ações governamentais, figurando, por sua vez, um grupo relativamente

²⁹ “Parte Comercial” era a coluna que nas edições de domingo ocupava mais espaço devido à quantidade de propagandas publicadas no jornal. Se levarmos em consideração a edição dominical veremos que, entre anúncios e textos, a predominância massiva era do primeiro elemento.

³⁰ A auditoria da tiragem dos jornais só foi realizada em 1957 com a fundação do Instituto Verificador de Circulação ligado a Associação Brasileira de Propaganda. Antes disso, as tiragens eram declaradas. Disponível em: http://www.ivc.org.br/Instituto/instituto_historia.asp. Acesso em: 10/01/2011.

³¹ Segundo a tabela, tínhamos *A Gazeta* (90 mil), *OESP* (85 mil), *Diário da Noite* (60 mil, considerando as três edições diárias), *Correio Paulistano* (55 mil) e *Diário de S. Paulo* (35 mil). *Anuário Estatístico do Estado de S. Paulo*. Apud RIBEIRO, 1998, p. 28.

homogêneo de notícias que objetivavam tornar público um extenso e complexo conjunto de dispositivos legais que eram diariamente tornados públicos aos leitores do periódico:

RIO, 27 (“Estado”) - O ministro da Justiça, para cumprimento do decreto-lei número 1532, assignou a seguinte portaria que tomou o número 2.676:
 “O ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, nos termos do disposto no artigo 5º do decreto-lei n. 1532 de 23 de agosto de 1939, resolve dar as seguintes instruções para cumprimento do citado decreto lei: Artigo 1º”. (*OESP*, 28 set. 1939, p.1).

As matérias que tinham como objetivo tornar pública a promulgação de uma portaria ou decreto-lei seguiam protocolos narrativos semelhantes: sem citar nomes, apenas o cargo da autoridade. Esse pequeno texto que introduz a portaria marca certo distanciamento do jornal quanto ao restante do texto da lei, este ocupando quase a totalidade do espaço na página. Antes da intervenção no jornal, verifica-se, comparando com as notícias publicadas posteriormente, uma separação, com a utilização de “aspas”, do que é produzido por *OESP* e do que é o texto oficial.

De modo análogo, uma portaria do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, que convocava representantes de sindicatos para participarem de conselho especial, valeu-se da mesma fórmula:

RIO, 16 (H.) – Foi assinado pelo Sr. Ministro do Trabalho, a seguinte portaria:
 “O ministro de Estado resolve instituir uma comissão especial composta dos representantes do Sindicato dos Armadores Nacionais, Alfredo Luiz Grave, do Centro de Navegação [...] para o fim de regulamentar, em colaboração com o Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo, no Porto de Santos, os serviços que se executam no cais do mesmo porto” (*OESP*, 18 set. 1940, p. 2).

“Foi assinado”, o “ministro do Trabalho distribuiu o seguinte comunicado aos jornaes”, o “chefe de divisão mandou publicar”. Os protocolos narrativos utilizados nas notícias cumpriam a função de apresentar ao leitor o ato governamental – fórmula que mudaria após a intervenção. Oriundas da Agência Nacional e do DIP, depois de 1940, a publicação de decretos-lei ou portarias sinalizavam, por um lado, o caráter oficial da notícia e, por outro, a resistência empregada pelos jornalistas d’*OESP* ao se distanciarem da notícia, apenas publicando-a conforme era distribuída pelos órgãos oficiais de informações.

Desse primeiro grupo de notícias alguns setores do governo passaram a figurar nas páginas da coluna com regularidade: os Ministérios da Guerra, Agricultura, Justiça e

Negócios Interiores, Educação e Saúde, Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, Fazenda. As páginas d'*OESP* compunham um mosaico das determinações do Estado e de suas ações. Marcada pelo distanciamento das aspas, a coluna deixava bem clara a identidade dos remetentes da informação: “Foi assignado decreto-lei dispondo sobre a criação e funcionamento da comissão de Defesa da Economia Nacional, cujos termos são os seguintes:”. Publicava-se o texto, “em sua integra”, com todos seus parágrafos e alíneas (*OESP*, 30 set. 1939, p. 1).

Além de portarias e decretos-lei, o noticiário sobre o regime era composto por matérias que davam cabo da grande quantidade de processos criminais, estes compreendendo as seções *Tribunal de Segurança Nacional*, *Supremo Tribunal Federal* e de aparelhos de Estado específicos, como conselhos dos Ministérios da Educação, da Justiça Militar e do Ministério da Justiça.

Publicizava-se, no sentido de tornar público, a condenação, a absolvição, o processo, o crime. Indeferimentos, dos mais curiosos, eram divulgados em pequenas notas:

RIO, 6 (“Estado”) – O juiz da 8ª vara pretoria civil indeferiu o pedido de habilitação de casamento de Guilhermina Ferreira e Octavio Rodrigues, sob o fundamento de que o Código Civil não permite o casamento entre o genro e a sogra (*OESP*, 07 out. 1939, p. 2).

Para infelicidade do futuro casal, além de seu pedido indeferido, sua intimidade foi exposta, ainda mais se pensarmos na sociedade brasileira de meados do século passado. Todavia, também se perdoava por meio dos indultos expedidos pelo presidente:

RIO, 11 (“Estado”) – O presidente da República assignou decreto na pasta da Justiça indultando do resto da pena o sentenciado Ubaldo Terra, condenado pelo juízo de direito da 1º vara criminal da capital do Estado de São Paulo, à vista do parecer favorável do respectivo Conselho Penitenciário (*OESP*, 12 out. 1939, p. 2).

Condenações, casos curiosos, indultos³²: a “justiça” e seus aparelhos tinham espaço garantido n’*OESP*. Uma das seções mais duradouras da coluna *Notícias do Rio* foi a do *Tribunal de Segurança Nacional*. Inaugurada no final do mês de setembro, a seção

³² Era comum serem publicadas, especialmente nas últimas edições do ano, notas informando a concessão de “indultos” de penas à sentenciados. O “perdão presidencial”, mecanismo de controle e de afirmação do poder do soberano, continuou a ser noticiado nos anos seguintes à intervenção n’*OESP*, tal como o “pedido de indulto” de 17 prisioneiros portugueses ao presidente solicitando abrandamento de suas penas (*OESP*, 26 jun. 1940, p. 2).

publicava cotidianamente a relação de processos abertos, em andamento ou julgados. Estes continham informações básicas como acusado, juízes e procuradores responsáveis, número do processo, andamento e o crime cometido:

RIO, 16 (“Estado”) – o juiz commandante Lemos Bastos julgou hoje o processo 709 desta capital, absolvendo Jorge Gomes de Oliveira, acusado de vender livros de propaganda extremista.

- O procurador adjunto Sr. Oiticica Filho, denunciou ao presidente do Tribunal de Segurança Waldemar Campos, Virgílio do Amaral Barros e Deusdedit Leandro de Oliveira acusados de tentar rearticular a extinta Acção Integralista Brasileira. É redator do processo o juiz Pedro Borges (*OESP*, 15 out. 1939, p. 2).

Segundo Campos (1982), a criação do TSN obedeceu aos reclamos dos militares que viam a justiça comum incapaz de julgar os crimes cometidos pela “intentona comunista de 1935”, já que, como os crimes eram previstos por leis especiais (nº 38 e nº 136 de abril e dezembro de 1935, respectivamente), deveriam ser julgados por uma corte especial (CAMPOS, 1982, p. 39). O TSN era, inicialmente, um órgão da Justiça Militar sediado no Distrito Federal e que deveria julgar os presos políticos do movimento comunista. A segunda instância cabia ao Supremo Tribunal Militar. Segundo o autor, “o TSN nascia inquinado como órgão de exceção”, já que a Constituição de 1934 não permitia, em seu artigo 113, parágrafo 25, a existência de foro privilegiado e, menos ainda, uma tribuna de exceção. Todavia, isso não impediu sua criação e implantação (CAMPOS, 1982, p. 47).

Em 1937, com o Estado Novo, o TSN ganhou novas atribuições, especialmente no que tangia a sua caracterização: de órgão da Justiça Militar passou a ser considerado tribunal “autônomo” da Justiça Especial, cabendo-lhe julgar casos em primeira e segunda instância, reunindo em um só tribunal o trabalho de condenação e apelação³³.

Deste modo, o TSN serviu como um tribunal inquisitório que, criado para o combate à “ameaça vermelha”, serviu também para combater o integralismo³⁴. Para Campos, as maiores preocupações do TSN recaíram sempre sobre os “comunistas, punindo-os com severidade, mas muitas vezes contrariando os autos, condenando nem sempre pelo ato, mas a intenção” (CAMPOS, 1982, p. 108).

³³ Segundo Reinaldo de Campos, outras modificações foram efetuadas no TSN a partir do Estado Novo: a redução do tempo de apresentação de defesa e recursos, a redução no número de testemunhas de defesa, as sentenças eram irrecorríveis – mesmo que recorresse, o réu não obtinha a redução da pena – e a exclusão dos debates orais, tudo com o objetivo de dificultar a ação da defesa (CAMPOS, 1982, p. 75).

³⁴ O autor analisou o processo contra “integralistas” que tentaram o assalto ao Palácio da Guanabara em maio de 1938 e que foram julgados pelo TSN (CAMPOS, 1982, p. 75).

Entretanto, ainda segundo Campos, “ameaçado de ficar sem réus”, quando a “ameaça comunista” aparentava estar distante, em fins de 1938, o regime atribuiu ao TSN a competência para julgar os “crimes contra a economia popular”, deixando, por sua vez, o Tribunal em prontidão em caso de uma nova “ameaça vermelha” (CAMPOS, 1982, 114).

Os “crimes contra a economia popular” eram julgados até então pela Justiça comum, vista pelos setores militares como ineficaz. Assumindo novas atribuições, o TSN viria “dinamizar os processos, punindo os Tubarões”. Embora a ideia inicial fosse a de processar grandes empresas, o TSN passou a julgar pequenos comerciantes que, divulgados com grande alarde pela imprensa, inclusive n’*OESP*, constituíam elementos legitimadores da ação do órgão, popularizando-o como defensor do povo (CAMPOS, 1982, p. 115). Na seção do TSN, alguns dos “crimes contra a economia popular” foram noticiados:

RIO, 23 (“Estado”) – O procurador adjunto Gilberto de Andrade denunciou hoje no Tribunal de Segurança o comerciante romeno Luiz Libman, estabelecido nessa capital à rua Haddock Lobo, como incurso nas penas do artigo 4, letra “b”, do decreto-lei n. 859, sob a acusação de ter vendido moveis defeituosos e se recusado a restituir ao comprador parte da importância recebida (*OESP*, 24 jan. 1940, p. 2).

Além da publicação da relação de processos do dia, denúncias, quando consideradas graves, eram transcritas no periódico e a ação penal legitimada por lei. Crimes contra a economia popular figuravam a maior parte dos processos relatados na seção do TSN, exceto quando a “ameaça comunista” tomava conta de suas linhas. Por sua vez, as acusações dos “crimes contra a economia popular” iam da “majoração” dos preços do aluguel de uma casa (*OESP*, 1 fev. 1940, p. 1) à formulada contra gerente de fábrica de pregos por ordenar aos seus representantes a suspensão das vendas do produto com o fito de “lucrar com a situação operante” (*OESP*, 4 nov. 1939). De todo modo, essa seção revelava não somente a extensão da atuação do Estado Novo enquanto mesa de julgamento, mas demonstrava, antes de tudo, o grau de interferência do regime no cotidiano do homem comum. Tal interferência era cada vez mais evidente quando, após a intervenção no jornal, a seção passou a ocupar todas as edições analisadas.

Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal também possuíam um espaço reservado no jornal. As atividades desses órgãos eram cotidianamente noticiadas:

RIO, 24 (“Estado”) – Em sessão de hoje, a segunda turma fez os seguintes

julgamentos:

Agravos – N. 8.075 – S. Paulo – Redator, ministro Cunha Mello. Recorrente ex-offício, o juiz de direito da comarca de Apiahy. Aggravado, Alberto Dias Baptista. Negaram provimento ao recurso ex-offício por unanimidade de votos (*OESP*, 25 out. 1939, p. 2).

Embora se publicasse diariamente a relação de processos, acusados e juízes, não havia preocupação em deixar o leitor a par do que se tratava o procedimento jurídico: apenas uma listagem dos processos que transitavam no cotidiano da corte de justiça federal.

O Ministério da Guerra, em seção exclusiva, reunia notas diversas sobre atividades militares, movimentação de tropas, homenagens, avisos e, especialmente, a publicação de processos contra militares no Supremo Tribunal Militar:

RIO, 1 (“Estado”) Pela primeira Auditoria de São Paulo, foram remetidos ao Supremo Tribunal Militar os autos do processo instaurado contra os responsáveis pela falsificação de certificados de reservistas fornecidos pelos irmãos Laurindo e José Rigolih, uma vez que o promotor Cisneiros do Amaral não se conformou com a sentença do Conselho de Justiça que absolveu os responsáveis (*OESP*, 2 dez. 1939, p. 2).

Publicizaram-se condenações, indeferimentos: elementos que ainda possuíam uma carga de oficialidade nos textos modificaram seus protocolos narrativos após o processo de intervenção. Não se detalhavam os fatos, apenas os estampavam nas páginas do jornal para tornar públicas decisões destes órgãos judiciários.

Todavia, o noticiário sobre o regime não se limitou à decretos e processos crime, mas também se utilizou do jornal para a publicação de uma série de “instruções”. Através de “circulares”, buscava-se uma aproximação do leitor com a legislação vigente. Essa função informativa, assumida por esse grupo de notícias, tinha como remetentes os Ministérios da Educação e Saúde, do Trabalho Indústria e Comércio, das Relações Exteriores, da Viação Transportes e Obras Públicas, Fazenda e Agricultura.

O Estado Novo, por meio dos Ministérios e conselhos, regulamentava ações de produtores, vendedores e consumidores. Vivenciando uma economia de suposta neutralidade, enquanto se iniciava a Guerra na Europa, o diretor do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas em circular de número 5, publicou a tabela de “peso específico do trigo” para o ano de 1940, contendo os valores e reajustes do produto (*OESP*, 28 jan. 1940, p. 2). Do mesmo modo, a Comissão de Abastecimento, ligada ao Ministério da Agricultura, noticiava novas instruções para comerciantes varejistas e atacadistas:

RIO, 7 (“Estado”) – A Comissão de Abastecimento que tem se reunido diariamente, está elaborando as tabellas para os atacadistas e para os varejistas que serão obrigados a afixar-as em locais visíveis nos seus estabelecimentos. [...] O comerciante autuado pelo desrespeito às tabellas em vigor será levado à polícia para prestar declarações e em seguida será dado conhecimento do fato ao Tribunal de Segurança para que seja processado o infractor (*OESP*, 8 out. 1939, p. 2).

Embora ameaçadoras, as circulares tinham o objetivo de informar aos comerciantes sobre as atenções devidas para com as regras de mercado instituídas pelo governo. O Ministério da Fazenda, por meio do diretor da Fazenda Nacional, expediu circular sobre novos selos produzidos pelo Tesouro. Dos selos, utilizados na cobrança de taxas na educação e saúde, foram especificadas características: “[...] O centro da cruz é ocupado por um livro aberto tendo nelle inscriptas as palavras ‘Tesouro’ e ‘Nacional’ superpostas na ordem acima” (*OESP*, 25 out. 1939, p. 2).

Outro Ministério que possuía uma extensa publicação no jornal era o do Trabalho. Ocupando esta parte significativa do noticiário da coluna, publicava cotidianamente avisos e instruções, algumas, direcionadas à outros ministérios:

RIO, (“Estado”) – O Sr. Waldemar Falcão tem tomado todas as providências da alçada de seu Ministério no sentido da execução do recente decreto-lei que dispõe sobre o exercício da profissão de professores de estabelecimentos particulares. Nesse sentido acaba de dirigir os seguintes avisos ao seu collega da pasta da Educação:
 “Devendo ter inicio a 30 de Abril próximo [...] o registro profissional dos professores e auxiliares da administração escolar” (*OESP*, 17 mar. 1940, p. 2).

Não só ministérios emitiam circulares e avisos sobre suas atividades, como também diretores de órgãos públicos, conselhos administrativos, presidentes de autarquias, etc. A Estrada de Ferro Central do Brasil, por exemplo, possuía uma seção especial para suas notas informativas. Compostas por avisos e comunicados sobre suas atividades, eram comuns pequenas notas de “demissões a bem do serviço público”, como a do funcionário da estrada de ferro Henrique Tedim Costa, inspetor de linhas telegráficas (*OESP*, 29 dez. 1939, p. 2), ou mesmo noticiar o atraso dos trens devido ao alagamento provocado por fortes chuvas em ramais da viação férrea (*OESP*, 24 jan. 1940, p. 2).

Respostas de consultas endereçadas aos ministérios também eram publicadas nas páginas da coluna: alunos de um colégio baiano solicitaram ao ministro Gustavo Capanema que fossem “liberados dos exames finais”, recebendo, por meio do jornal, a

negativa da petição (*OESP*, 7 dez. 1939, p. 2). Ao publicar respostas de solicitações, normalmente dos Ministérios da Educação e do Trabalho, tais notícias serviam de exemplo para o leitor do jornal das ações governamentais e da relação do Estado com o homem comum, não formando necessariamente um canal de comunicação entre o cidadão e o regime mas, sobretudo, um painel de exposição das determinações e despachos dos órgãos oficiais pelos quais a imprensa era obrigada por lei a noticiar.

O Ministério das Relações Exteriores, junto ao do Trabalho e da Viação, era uma das pastas do regime que mais publicaram na coluna *Notícias do Rio*³⁵. A natureza de suas notícias era variada: telegramas, portarias, congratulações de outros ministros, circulares, resultados de reuniões de conselhos (Comércio Exterior, Imigração e Colonização), comissões (Interamericana de Neutralidade), homenagens e comunicados à imprensa.

Durante o período, podemos visualizar após a instituição da Comissão Interamericana de Neutralidade – publicada no jornal as resoluções da Conferência do Panamá (*OESP*, 8, 9 e 12 dez. 1940) – o jogo político do Estado Novo em afirmar sua “neutralidade”, ao mesmo passo que sustentava suas relações diplomáticas com ambos os lados do embate. Essa pretensa ambivalência que predominou durante a neutralidade – só aparente, já que fazia parte das estratégias políticas do jogo empreendido pelo Estado Novo – podem ser visualizadas nas páginas do jornal pré-intervenção por meio de publicações que denotavam essas simpatias:

RIO, 2 (“Estado”) – O presidente da República recebeu do chefe do governo da Hespanha, general Francisco Franco, o seguinte telegramma: “Envio a v. exa., por motivo do Anno Novo, a expressão de sinceros votos pelo seu bem-estar pessoal e prosperidade do paiz” (*OESP*, 3 jan. 1940, p. 2).

Além de servir como uma boa ilustração, o telegrama de Franco desejando “feliz ano-novo” para Vargas demonstra as relações firmadas pelo regime com governos que inspiravam a organização política do Estado Novo. Do mesmo modo, as relações de proximidade e, num primeiro momento, a despreocupação do governo em tornar públicas suas relações com tais países, eram nítidas quando encontramos uma troca de notas entre Oswaldo Aranha e o embaixador italiano Hugo Sola, publicadas na seção do Ministério das Relações Exteriores, estabelecendo um conjunto de normas para o comércio entre os dois países. Mais que evidente, as cordiais relações que setores do Estado Novo nutriam pelos

³⁵ Das 3719 notas analisadas, entre os meses de setembro de 1939 a março de 1940, 1438 referiam-se à publicação de portarias e circulares oriundas destes ministérios, ou seja, quase metade das publicações (Anexo B – Tabelas I e II).

países do Eixo puderam ser visualizadas durante a neutralidade brasileira (*OESP*, 19 jan. 1940, p. 1).

Felicitações e acenos de amizade na seção do Ministério das Relações Exteriores davam o tom do discurso propagandístico que se iniciava na coluna *Notícias do Rio*. Contudo, outro grupo de notícias ocupou cada vez mais espaço no jornal: as Comemorações e Homenagens, oriundas de diversos ministérios, principalmente da Educação e Guerra. Esse conjunto de notícias seguia um determinado protocolo narrativo: relação dos presentes, local da festividade, trechos de discursos – os de Vargas eram transcritos integralmente – e descrição do evento. A comemoração do “Cincoentenário da República” de 1939, por exemplo, ocupou as páginas da coluna durante sucessivas edições, ganhando dignas cinco colunas, das nove existentes, contendo uma extensa descrição das comemorações ocorridas em diversos pontos do país, dando-se destaque para a “parada militar na Avenida Beira Mar” atraindo “grande massa de povo” (*OESP*, 16 nov. 1939, p.2).

Um elemento específico que devemos nos ater é a presença de Vargas na coluna *Notícias do Rio*. O chefe do governo não possuía ainda o amplo espaço que ocuparia no jornal após a intervenção, sendo o número de notícias veiculadas sobre o presidente ainda pequeno³⁶, resumindo-se à coluna “No Cattete”, seção menor comparada com as demais, tendo esta a função de noticiar o cotidiano do presidente no Palácio do Catete:

RIO, 29 (“Estado”) – Despachou hoje com o presidente da República o general Mendonça Lima, ministro da Viação.

Foi recebida hoje pelo presidente da República, uma comissão dos representantes dos hervateiros do Rio Grande do Sul, acompanhada dos srs. Carlos Gomes de Oliveira, Waldomiro Silveira e Nicolau Mader, presidente e diretores do Instituto Nacional do Mate.

O sr. Getúlio Vargas recebeu em audiência o professor Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil, que apresentou a congregação da Faculdade de Filosofia (*OESP*, 30 set. 1939, p. 2).

A seção, em particular, noticiava os despachos do presidente e suas atividades no gabinete oficial, evidenciando, em suas poucas linhas, personagens que compunham a trama política da época. Cabe notar a presença assídua de determinados ministros, como

³⁶ Dos 48 temas presentes na coluna *Notícias do Rio* pré-intervenção, os referentes ao presidente representam apenas 1,3 % do total de notícias. A quantidade de notícias e informações que davam cabo das ações e discursos de Vargas irá aumentar gradativamente após a intervenção. Analisaremos com maior detalhamento no capítulo II, onde trataremos da construção da imagem do presidente no jornal após o processo de intervenção de março de 1940 (Anexo B – Tabela I e II).

Oswaldo Aranha, das Relações Exteriores, e Fernando Costa, da pasta da Agricultura (*OESP*, 13 dez. 1939, p. 2). Mais do que noticiar despachos, a seção “No Cattete” demonstrava esforços do Estado em colocar um jogo de luzes sobre o chefe do governo. No entanto, após a expropriação do periódico, o destaque dado à Getúlio Vargas se estenderia à outras seções da coluna, refletindo como proposta de comunicação a exaltação do líder e sua presença cotidiana nas páginas d’*OESP*³⁷.

Visitas do presidente também se transformavam em notícias: a ida de Vargas à sede da Associação Brasileira de Imprensa (*OESP*, 17 out. 1939, p. 2); à Escola Nacional de Agronomia (*OESP*, 22 out. 1939, p. 1); ao ateliê do artista plástico Leão Velloso para verificar escultura do Barão de Rio Branco encomendada pelo governo (*OESP*, 12 nov. 1939, p. 8). À primeira vista, poderíamos caracterizar essas notícias como eventos corriqueiros, comuns no noticiário sobre os homens do poder. Todavia, pensando a notícia num campo estratégico da propaganda política e nas funções de autolegitimação que assumiam, verificaremos que após a intervenção no jornal, paulatinamente, as informações sobre Vargas foram ganhando não somente espaço, mas, principalmente, novas roupagens.

O noticiário sobre o presidente tratou de trabalhar a construção de sua imagem perante os leitores do jornal. Mesmo antes da intervenção a benevolência de Getúlio era publicizada com a concessão de benesses ao cidadão comum:

RIO, 24 (“Estado”) – O presidente da República deferiu a petição do funcionário público paulista José Camanho da Costa, pae de 16 filhos, pedindo matrícula gratuita para um delles no Collégio Militar. Determinou o chefe do governo que o menino se submetta ao exame de admissão e que, havendo vagas de gratuito, seja elle admitido nessa categoria (*OESP*, 25 out. 1939, p. 2).

Não só cidadãos brasileiros recorriam com pedidos feitos diretamente ao chefe da nação. Estrangeiros de passagem pelo país também obtinham favores do presidente:

RIO, 27 (“Estado”) – Pelo chefe do gabinete do titular da Fazenda foi communicado ao diretor do Imposto sobre a Renda haver o presidente da República deferido os requerimentos em que os artistas das companhias portugueza Maria Mattos e Beatriz Costa pediram dispensa, por equidade, do imposto sobre a renda, devido sobre os proventos que recebem durante sua estada no paiz (*OESP*, 28 out. 1939, p. 2).

³⁷ A seção “No Cattete” é renomeada entre os meses de janeiro e fevereiro de 1940 quando Getúlio Vargas dá início à sua “estada de veraneio” em Petrópolis, passando a se chamar *No Palácio Rio Negro*, local de expediente do presidente (*OESP*, 29 fev. 1940, p. 1).

Além do “perdão presidencial”, publicado eventualmente na coluna, as nomeações promovidas por Vargas ganhavam destaque no *OESP* como, por exemplo, a nomeação pelo presidente do diretor do recém-criado Departamento Nacional da Criança (*OESP*, 21 fev. 1940, p. 1).

Outro grupo de informações publicadas n’*OESP* consistia em notícias do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Esse espaço, em particular, apresentava os problemas e mazelas da capital federal. Uma série de reportagens compunha o mosaico noticioso sobre a vida na cidade, contendo, em suas páginas, matérias que iam do suicídio passional ao lento movimento dos vapores na Guanabara:

RIO, 30 (“Estado”) – Chegou de Buenos Aires o navio frigorífico “Maria” que aqui receberá 40 mil caixas de laranjas para a Dinamarca [...]. É esperado depois de amanhan, às 10 horas o navio “Angola” que na mesma tarde partirá para Santos. Da Europa é esperado amanhan o “Bagé”, da frota do Lloyd Brasileiro (*OESP*, 1 dez. 1939, p. 2).

Nesse movimento moroso das embarcações, personalidades compunham a lista de viajantes que aportavam em terras brasileiras:

RIO, 8 (“Estado”) – São esperados amanhan o astro cinematográfico George O’Brien e sua esposa Margareth Churchill, que viajam pelo aparelho da Pan-American Airways. Após uma permanência de alguns dias nesta capital os viajantes seguirão de avião para o Amazonas, que pretendem visitar (*OESP*, 9 fev. 1940, p. 2).

Seja noticiando o movimento dos portos ou a chegada e saída de viajantes, essas seções cumpriam a função de informar sobre os acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro. Algumas delas foram perdendo importância na medida em que a intervenção n’*OESP* pelo Estado Novo se consolidava, dando, deste modo, lugar para os acontecimentos oficiais e ações governamentais. Todavia, até à intervenção no jornal, as matérias que não diziam respeito ao governo continuaram a ser publicadas e podemos visualizar uma diminuição de seu número e até a eliminação de algumas seções³⁸.

³⁸ Verificamos essa diminuição de temáticas quando constatamos a diminuição das notícias referentes ao movimento do porto entre os anos de 1940 (205 notícias) e 1941 (140). Já em um contexto de guerra, considerando a eminência de ataques às embarcações comerciais, a seção irá publicar nos anos de 1942, 1943 e 1944, respectivamente, 17, 21 e 25 notas (Anexo B – Tabelas II - VI).

Tragédias da vida cotidiana compunham esse painel de informações em que consistia a coluna *Notícias do Rio*. Ao lado das ações regulamentadoras do governo, a seção “Suicídios” ilustrava infelicidades pessoais:

RIO, 7 (“Estado”) – Por ter sido abandonado pela esposa o médico Antonio Pinto de Carvalho, cego há algum tempo, suicidou-se sabbado último. O suicida deixou dois filhos: Antonio, de 15 annos, e Décio, de 14, que desde então passaram a residir em casa de um tio, à Rua Joaquim Nabuco. Hontem Antonio imitando o gesto do pae poz termo à existência. Por um bilhete deixado pelo jovem verificou-se que o seu acto foi uma consequência da infelicidade que cahíra sobre sua família (*OESP*, 8 fev. 1940, p. 2).

O noticiário trágico estava presente nas páginas da coluna, sempre havendo espaço, comumente após as notícias do regime, para se publicar “scenas de sangue”:

RIO, 1 (“Estado”) – O educador Benjamin Pereira de Oliveira, após tentar assassinar com um martelo a esposa Anna de Oliveira e uma filha menor, Ignez, em sua própria residência, à Rua São Vicente, suicidou-se, desfechando um tiro na cabeça [...]. O gesto de Benjamin é attribuido a um acesso de loucura. O Estado de sua mulher e da filha é considerado desesperador (*OESP*, 2 nov. 1939, p. 2).

Quatro dias depois, o jornal noticiava a morte da jovem Ignez, que não resistira aos ferimentos provocados pelo ataque do pai, arquivando-se por fim o inquérito policial (*OESP*, 6 nov. 1939, p. 2). As notícias policiais não possuíam seção própria ou nome fixo, sendo nomeadas conforme o crime cometido: “procurado pela polícia”, “abertura de inquérito policial”, “prisão de fraticida”. A manchete “prisão de larapio” exemplifica a diversidade de assuntos tratados:

RIO, 15 (“Estado”) – Foi preso hoje no Largo de São Francisco, no momento que tentava roubar a carteira do bolso de um passageiro de um bonde, o indivíduo José Fernandes de Oliveira, procurado pelas autoridades em consequência de numerosos roubos verificados naquelle ponto de bondes (*OESP*, 16 mar. 1940, p. 2).

Outro conjunto de notícias que compunham a coluna eram as relacionadas a acidentes de trânsito, afogamentos, atropelamentos, incêndios, enchentes e descarrilamento de trens. Noticiavam-se ao leitor d’*OESP*, os desastres das grandes cidades:

[...] Na Praça Juliano Moreira um automóvel dirigido por Moacyr Caetano dos Santos e no qual viajavam Carlos Edmundo Osório, Antonietta Silva e

Antonietta Moreira, perdendo a direção galgou o passeio, chocando-se com uma árvore alli existente. Todos os passageiros ficaram gravemente feridos. Carlos Osório e Moacyr Santos faleceram quando eram medicados (*OESP*, 13 fev. 1940, p. 2).

Seguindo esse grupo de notícias funestas, as notas de falecimento eram publicadas com regularidade, diferenciando-se do tradicional anúncio de funeral pago pelos anunciantes. Na seção “Falecimentos”, ilustres mortos estamparam as páginas d’*OESP*:

RIO, 29 (“Estado”) – Em sua residência, em Petrópolis, faleceu o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança. S.a. perfeitamente bem disposto, assistira em companhia de suas filhas à exibição de um filme num dos cinemas da cidade. Ao regressar à sua residência, no palácio Grão-Pará, à Avenida Epitácio Pessoa, sobreveio-lhe uma indisposição repentina. Sendo visivelmente delicado o seu estado, a família chamou o padre Gentil, vigário da cidade, que ministrou a D. Pedro a extrema unção. S. a. expirou às 18 horas [...] (*OESP*, 30 jan. 1940, p. 1).

Essa notícia em particular é importante não só pela publicação da perda de um remanescente da família imperial, mas especialmente, por ser uma das primeiras matérias da coluna *Notícias do Rio* a utilizar uma fotografia que, juntamente com o texto, compunha a matéria. O uso de fotografias³⁹ foi uma das estratégias de convencimento postas em prática no decorrer do período de intervenção no jornal.

Como um painel da cena cotidiana, a coluna *Notícias do Rio* reunia em sua estrutura uma multiplicidade de informações – apesar de sua curta existência em relativa liberdade, pois a censura operava com toda sua fúria na imprensa –, não se restringia ao tradicional noticiário político, pretendendo, sobretudo, divulgar aos leitores d’*OESP* os acontecimentos ocorridos no dia a dia da capital federal. Após a desapropriação do jornal, um movimento de autolegitimação do regime foi estampado nas páginas d’*OESP*, evidenciando, deste modo, projetos de comunicação social colocados em prática pelo Estado Novo com vistas a construir uma imagem positiva de seu papel no trato social.

1.2 - A intervenção nas páginas d’*OESP*

³⁹ Trataremos do uso de fotografias futuramente, mas, por hora, cabe ressaltar que a introdução da fotografia como elemento da notícia pode estar relacionado a novas estratégias de persuasão utilizadas na coluna no período pós-intervenção d’*OESP*.

Sete meses após a criação da coluna *Notícias do Rio* n' *OESP*, um acontecimento mudou o rumo da história do jornal e da vida de seus proprietários e editores: no final da tarde de 25 de março de 1940, os funcionários do periódico foram surpreendidos por um grupo de policiais da Força Pública de São Paulo, que invadiram a redação na Rua da Boa Vista, centro da capital, vasculhando os escritórios do “Estadão” em busca de algo suspeito⁴⁰. Empregados e diretores foram detidos sem acusação aparente, mas no dia seguinte, o jornal foi restituído aos seus proprietários. Um dia depois, em ação conjunta e ordenada pelo interventor Ademar de Barros – que exigia “uma busca minuciosa” –, os policiais da Força Pública e tropas do Exército da II Região Militar invadiram novamente a redação e as oficinas gráficas da Rua 25 de Março. Após algumas horas de busca nos prédios, dois soldados deram o flagrante da operação: duas metralhadoras novas, enroladas em jornais da véspera, estavam escondidas no forro da redação (BAHIA, 1990, p. 310).

A invasão do jornal deu início a um período que, em boa parte dos casos, é tratado de forma tangencial pela historiografia: o fechamento e o novo funcionamento d' *OESP*, por mais de cinco anos, sob a tutela do Estado Novo. O percurso utilizado por alguns estudiosos da imprensa nos proporciona uma melhor assunção do assunto.

Um dos primeiros trabalhos de História da Imprensa que citou o episódio da intervenção foi o de José Freitas Nobre na *História da imprensa de São Paulo* (1950), onde o autor se propôs analisar o “papel da imprensa bandeirante”, num galanteio claro à paulistaneidade (NOBRE, 1950, p. 10). Embora não analise a imprensa do período, por se tratar de um contemporâneo, o autor, no último capítulo, intitulado “O jornal dos nossos dias”, faz um apanhado da situação da imprensa durante o Estado Novo, caracterizando a permanência de Vargas durante quinze anos no poder como um “negro período” para os meios de comunicação: “o espírito rebelde dos paulistas, mais uma vez, fez voltar-se contra São Paulo toda ira do poder central que, por todos os meios e formas, tentou sufocar as manifestações de protesto que surgiam”. Fica mais que evidente que as feridas da “Revolução Constitucionalista de 1932” ainda não estavam cicatrizadas⁴¹ (NOBRE, 1950, p. 95).

⁴⁰ Segundo John W. F. Dulles (1984), era recorrente a realização de buscas da polícia estadual nas instalações d' *OESP*. Segundo o autor, Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, mesmo em exílio, eram alvos de batidas policiais em suas residências que objetivavam encontrar provas da participação de membros d' *OESP* em uma possível “conspiração”. Após a intervenção Plínio Barreto e Leo Vaz são demitidos; Alguns escritores, como Mario de Andrade, em sinal de protesto se recusam a continuar a colaborar no jornal, enquanto Armando de Sales Oliveira era processado pelo TSN mesmo fora do país (DULLES, 1984, pp. 136-137).

⁴¹ O tema da “Revolução Paulista” não é tratado por *OESP* após o processo de intervenção. O papel de São Paulo, abordado de modo cuidadoso, é figurado nas páginas do jornal interditado com uma nova roupagem: a grandeza de São Paulo em prol do Brasil, assunto que será abordado futuramente.

Segundo o autor (1950), o jornal “[...] que se mostrava intransigente em sua orientação democrática”, acabou por ser surpreendido por uma jogada do governo central para derrubar qualquer resquício de oposição: quem não resistia, restava apenas “se entregar de corpo e alma ao estadonovismo” (NOBRE, 1950, p. 96).

Todavia, essa “posição intransigente” apontada por Freitas Nobre não se sustenta quando verificamos que os grupos que compunham o jornal não se limitaram à crítica ao regime, como nos mostra a obra *O bravo matutino: imprensa e ideologia – o jornal O Estado de S. Paulo* (1980), de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado. As autoras, ao analisarem a atuação do jornal no processo político, pontuam os diversos momentos em que, ora *OESP* fazia oposição ao governo central, ora apoiava algumas ações de Vargas conforme lhe fosse conveniente. Da mesma forma que os representantes d’*OESP* empunhavam a bandeira do liberalismo e da liberdade de imprensa, defendendo, por exemplo, a candidatura de Amando de Sales Oliveira em 1937 como símbolo de constitucionalidade, “com o advento do levante comunista (1935) o jornal faz uma série de graves concessões, abrindo na cerrada muralha liberal largas brechas” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 66). A oposição exercida pelo periódico se dirigia contra o centralismo das decisões políticas levadas a cabo pelo governo federal, postura que o periódico sempre refutou, ainda mais, sabendo que sua posição sempre fora a de afirmação do papel do Estado de São Paulo como guia do desenvolvimento da nação, contrariando assim, o movimento nacionalista levado adiante pelo Estado Novo (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23-61).

A caracterização de Freitas Nobre sobre o período serviu de base a outros escritos sobre a imprensa periódica: Nelson Werneck Sodré, na consagrada *História da imprensa no Brasil* (1999), cita o “negro período” caracterizado por Nobre, limitando-se a simplificar que “as consequências que essa forma totalitária do governo trouxe à imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema da ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura para compreender quão graves e profundas foram”. Sodré assume a mesma posição de Nobre: sem liberdade de imprensa não se faz jornalismo (SODRÉ, 1999, p. 382-383).

Em Sodré, podemos visualizar uma determinada visão da intervenção que conduziria análises futuras da História da Imprensa: a intervenção n’*OESP* como exemplo de força do Estado Novo. Em contraposição, a restituição do periódico à família Mesquita é colocada por Sodré ao lado do “processo de redemocratização” que ocorreu no ano de 1946. A restituição, a 6 de dezembro de 1945, figurou, em sua análise, “novos horizontes

para a imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 387). Do mesmo modo que Freitas Nobre, o processo de intervenção n’*OESP* foi tratado como exemplo didático de demonstração de força do regime ou, quando muito, da simples constatação da ausência de liberdade nos meios de comunicação.

O “período negro” da imprensa foi também trabalhado por Tânia Regina de Luca no capítulo *A grande imprensa na primeira metade do século XX*⁴², texto que compõe o livro *História da imprensa no Brasil*. A autora, pontuando a intervenção no jornal *OESP* e noutros periódicos como *A Noite* e estações de rádio, como a *Rádio Nacional* no Rio de Janeiro, entendeu tais processos de intervenção como uma das “ações diversificadas” de controle dos meios de comunicação durante o período (MARTINS; LUCA, 2008, p. 172). Segundo a autora, o DIP e a Agência Nacional foram responsáveis pela maior parte das notícias veiculadas pelos periódicos, buscando, num esforço crescente, “construir uma imagem positiva de Getúlio Vargas e do regime”. Esse quadro⁴³ “alterou-se significativamente a partir de 1942, quando a batalha no círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados, exemplificada com a saída de Lourival Fontes do DIP” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 173).

De modo análogo, Juarez Bahia, em *Jornal, História e Técnica* (1990), traçou um paralelo entre os “desvios da liberdade de imprensa”, apontando o “regime de rolha”, após a criação do DIP, instituído pelo Estado Novo (BAHIA, 1990, p. 299). Nesse regime, quando a “censura onipotente” controlava o noticiário e dava “o tom moral na cobertura dos grandes acontecimentos”, a desapropriação d’*OESP* assumiu os mesmos trágicos e acinzentados aspectos que nos demais: a intervenção como exemplo da força de um Estado castrador, com suas proibições baseadas na lei e a extensa rede burocrática que colocava em funcionamento uma imprensa amordaçada pelo regime (BAHIA, 1990, p. 305).

Outro questionamento pertinente é a própria narração do acontecimento “invasão” d’*OESP* realizada pela historiografia: não há uma única descrição da sequência dos fatos ocorridos em março de 1940. Juarez Bahia narrou os acontecimentos em dois momentos: uma primeira invasão em 26 de março, sem resultados, e uma segunda em 28 de março de 1940 (BAHIA, 1990, p. 310). Já em Freitas Nobre, por exemplo, a invasão policial ocorreu no dia 25 de março de 1940 apenas (NOBRE, 1950, p. 96). Sodré, por sua vez, citando Freitas Nobre, definiu a “expropriação pela violência” d’*OESP* como ocorrida no dia 25 de

⁴² LUCA, Tânia Regina de. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴³ As modificações de orientação ocorridas a partir de 1942 coincidem com as transformações operadas no periódico com a mudança da diretoria do jornal. Trataremos desse tema no capítulo III desta dissertação.

março daquele ano (SODRÉ, 1999, p. 384). No entanto, outras versões sobre esses fatos, especialmente oriundas de memórias de jornalistas, fornecem outros aspectos do acontecimento, como é o caso de Ribeiro (1998) que define o episódio da invasão como ocorrido no dia 26 de março (RIBEIRO, 1998, p. 54).

Isso demonstra, conseqüentemente, a multiplicidade da memória existente sobre os acontecimentos ocorridos no final de março de 1940. Embora divergentes, os autores concordam em um ponto: a caracterização, prática e simbólica, da invasão e intervenção n' *OESP* como marco de um endurecimento do regime para com a imprensa⁴⁴.

Por outro lado, o resgate memorialístico realizado por Ribeiro é importante para a ampliação da discussão sobre o que aconteceu⁴⁵. Recorrendo à memória de Marcelo Tulmann Neto, jornalista e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJPESP), o jornalista aposentado citou um acontecimento não comentado na historiografia da imprensa: o oferecimento da direção do jornal ao Sindicato. Segundo Tulmann Neto, em depoimento à Ribeiro, Lourival Fontes, diretor geral do DIP, havia solicitado uma “reunião sigilosa e urgente” com jornalistas de São Paulo. Na reunião, estavam presentes membros do SJPESP e da Associação Paulista de Imprensa (API). Lourival Fontes havia sugerido que a direção d' *OESP* fosse compartilhada entre as duas entidades de classe. As entidades solicitaram uma nova reunião para decidir sobre a proposta, no entanto, a API desistiu da ideia, alegando que “se a intenção era mesmo entregar o jornal aos jornalistas e se o Governo queria mesmo demonstrar isenção, que passasse as ações aos funcionários do próprio ‘Estadão’ para que estes, através de uma cooperativa [...] tocassem o jornal” (RIBEIRO, 1998, p. 54).

Isso nos leva a outras indagações: se na bibliografia a intervenção n' *OESP* é múltipla, assumindo diversas facetas, como foi noticiada/interpretada a intervenção nas próprias páginas do periódico? Que sentidos foram veiculados aos leitores do jornal para justificar seu fechamento?

⁴⁴ A utilização de Freitas Nobre (1950) como marco inicial sobre as discussões sobre o “episódio intervenção” são justificadas devido a perpetuação das ideias do autor por Sodré (1999) e Bahia (1990), estes últimos, autores considerados basilares pela historiografia da imprensa e citados em trabalhos atuais como os de Luca (2008). Verifica-se, deste modo, a permanência na historiografia de um tipo específico de abordagem sobre a intervenção n' *OESP*.

⁴⁵ Ribeiro, por exemplo, é o único que cita a utilização de “20 mil contos para confiscar a empresa”, informação relevante, pois evidencia a preocupação do Estado Novo em institucionalizar a intervenção, buscando, deliberadamente, não associar sua imagem diretamente à desapropriação do jornal. O autor confirma que essa operação foi realizada com a compra de ações do periódico, no qual foram repassadas às “Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União”, categoria criada por decreto-lei no mesmo mês do fechamento d' *OESP* (RIBEIRO, 1998, p. 54).

No dia 7 de abril de 1940, treze dias após o “desaparecimento” d’*OESP*, o jornal ressurgiu com as habituais notícias, mas contendo uma pequena alteração: abaixo do título do periódico, onde antes se encontravam os responsáveis pela edição (no canto esquerdo superior, “Director: Leo Vaz”; no centro, “Julio Mesquita (Director: 1894-1927)”; no canto direito superior, “Redactor Chefe: Plínio Barreto”), o nome de Abner Mourão⁴⁶, centralizado e em caixa alta, substituindo a antiga tríade, assumindo o cargo de “Director designado pelo Conselho Nacional de Imprensa” (*OESP*, 7 abr. 1940, p. 1).

O nome do novo diretor⁴⁷, centralizado e substituindo a tradicional tríade que dirigia *OESP*, representava, simbolicamente, as mudanças que ocorreriam na folha a partir de então: a orientação do jornal, que até aquele momento postumamente guiado pelo nome de Julio Mesquita, era substituída por representante designado pelo Conselho Nacional de Imprensa, órgão sob a orientação do DIP. Escolher Abner Mourão não foi coincidência: ex-diretor do *Correio Paulistano* e jornalista de renome em São Paulo, Mourão dirigia um jornal que representava os interesses do PRP desde o fim da “Primeira República” que, com o Estado Novo, passou a apoiar o regime⁴⁸.

Cumprir ressaltar que a função do jornal, nesse contexto de intervenção do Estado Novo nos meios de comunicação de massa, passou a cumprir, após a intervenção, a finalidade de noticiar exaustivamente todos os passos dados pelo governo e sua interferência na vida social do país. Em *História Social da Imprensa* (2007), Marialva Barbosa se propõe à uma breve análise da história da imprensa no Brasil visualizando-a como processo, onde a importância do produtor, do conteúdo, da forma e da veiculação da mensagem são elementos significativos para o entendimento das relações de comunicabilidade:

Os jornais disseminam idéias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Ao mesmo

⁴⁶ Abner Mourão foi jornalista, advogado, escritor e parlamentar. Nasceu em 1890 na cidade de São José do Calçado, Espírito Santo. Atuou no Ministério Público de São Paulo como advogado e trabalhou em diversos jornais como *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Correio Paulistano*, *O País*. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acessado em: 20/11/2010.

⁴⁷ Segundo Vinícius Orlandi, em entrevista à Ribeiro, o jornal também possuía “interventores”, inicialmente quatro. O jornalista, que já trabalhava n’ *OESP* antes da intervenção, retoma suas lembranças sobre um deles em particular, Arthur Ramos: “Fazia economia até de lápis. Quando os Mesquita voltaram, o jornal tinha até linotipos novas. E pagava gratificação de Natal, 13°, coisa que nenhuma empresa fazia e de que o Governo só iria cogitar em 1963”. Orlandi afirma ainda que *OESP*, antes, durante e depois da intervenção, sempre atuou de modo “liberal” em relação a posição política de seus funcionários, abrigando “comunistas ou seguidores de outros credos nem sempre legais” (RIBEIRO, 1998, p. 54).

⁴⁸ *OESP* interditado passou a construir uma imagem positiva do novo diretor do jornal, como por exemplo, cobrindo a chegada de Abner Mourão ao Rio de Janeiro para efetuar “palestra” com Vargas (*OESP*, 29 mai; 14 jun; 8 jul 1941).

tempo que materializam o Estado, tornando pública sua simbologia e ideologia política [...], os periódicos, ao narrar suas ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercícios de dominação de classe e da reprodução social (BARBOSA, 2007, p. 111).

Objetivando a “reprodução social” de um conjunto de ideias e informações que justificavam o papel do Estado junto aos leitores d’*OESP*, verifica-se que mais do que censurar ou interditar, o Estado Novo ocupou os espaços vazios deixados pelos antigos proprietários, esvaziamento que o próprio regime provocou⁴⁹.

Todavia, a intervenção n’*OESP* assumiu em suas páginas sentidos diferentes dos apontados pela historiografia: em nenhum momento se discute efetivamente a intervenção no periódico. O que a motivou - noticiada pelos jornais nos treze dias em que ficou fechado⁵⁰ - não é publicado. Contudo, Abner Mourão, no artigo “O reaparecimento do ‘Estado de S. Paulo’”, publicado anteriormente em *A Gazeta*, explica o porquê do “retorno” do periódico:

“O Estado de S. Paulo” foi legalmente fechado, em virtude de acontecimentos de gravidade excepcional, como é de domínio público. Apenas e naturalmente mais de quinhentos trabalhadores de jornal que effectivamente prestam serviços à empresa são estranhos a esses acontecimentos. A reabertura do jornal, facilitada pelos poderes públicos, visa principalmente attender ao lado humano da questão: manter esse numeroso e respeitável grupo de trabalhadores na actividade diária de que retira a subsistência. [...] A publicação do jornal, aliás, a todos convém. O seu fechamento prolongado trar-lhe-ia prejuízos incalculáveis e até a própria destruição (*OESP*, 7 abr. 1940, p. 3).

Essa transcrição, que não acaba aqui, é significativa por duas razões: a invasão do próprio jornal não é comentada, sendo apenas reiterada com a expressão “como é de domínio público” e, segundo, reabrir o jornal significou um ato “humano” do regime. E Abner Mourão continua:

⁴⁹ Segundo Barbosa (2007) “[...] os anos de chumbo do Estado Novo significam também o controle rigoroso dos meios de comunicação, o que leva ao fechamento de inúmeros deles. Estima-se que no período deixaram de circular 61 publicações” (BARBOSA, 2007, p. 121). *OESP* ficou organizado administrativamente como uma “Empresa Incorporada ao Patrimônio da União”, regulamentada pelo decreto-lei 2.073 de 8 de março de 1940 – Verificar que este decreto-lei foi assinado no mesmo mês da intervenção no jornal.

⁵⁰ As repercussões da intervenção no jornal *OESP* em outros periódicos da época não foram objeto de análise da pesquisa, nos limitando, por ora, aos sentidos assumidos no próprio jornal. Pretendemos, num futuro próximo, alargar a discussão sobre processos de intervenção e seus resultados em outros órgãos da imprensa paulista.

Precisamos, além disso, encarar de frente as realidades nacionaes. Na nossa conturbada vida pública não chega a ser razoável exigir dos homens uma rigorosa coherencia. Esta, porém, tenho procurado invariavelmente manter: sempre fui um homem da ordem contra a desordem. [...] Era preciso enfrentar a áspera realidade e encontrar o remédio. E isso se tornou a missão histórica do Sr. Getúlio Vargas. Em momentos dos mais críticos, com a experiência, a capacidade política e a serena mas indomável coragem que lhe compõem a personalidade invulgar de estadista, nos deu [...] o Estado Novo, que a nação immediatamente compreendeu, acceitou e se acha disposta a defender (*OESP*, 7 abr. 1940, p. 3).

O novo diretor d'*OESP*, no trecho acima, ressalta a necessidade de “coherencia”, caráter essencial para os homens de imprensa, autodenominando-se “homem da ordem contra a desordem”. Sem tratar da “invasão” do jornal propriamente dita, o novo diretor desconversa exaltando a figura do presidente e, vagamente, aponta as “realidades nacionaes” como motivo para justificar o fechamento do jornal e seu reaparecimento sob as rédeas do Estado. A nomeação de Abner Mourão como diretor foi aplaudida por outros periódicos e órgãos representativos da imprensa, como podemos visualizar em telegrama de Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, transcrito no próprio jornal:

Abner Mourão – Redacção do ‘Estado de S. Paulo’ – S. Paulo – A Associação Brasileira de Imprensa, que escreve entre um dos mais brilhantes consócios, cumpre o dever de lhe levar sinceros e efusivos parabéns pela escolha com que, para missão de tanto melindre e delicadeza, o distinguiu o Conselho Nacional de Imprensa, e está certa de que o êxito de sua acção será tanto maior quanto mais altos foram as virtudes demonstradas no espírito que presidiu a acceitação do encargo. Meus cordiaes abraços.

A notícia ainda transcreve notas publicadas em *A Noite* sobre o reaparecimento do jornal:

“O Estado de S. Paulo”, fechado recentemente por motivo de factos do mais amplo conhecimento publico, voltou a circular hontem sob a direcção do Sr. Abner Mourão, que se afastou assim do cargo de director do “Correio Paulistano”.

Sob a orientação do antigo e brilhante jornalista, designado pelo Conselho Nacional de Imprensa para exercer áquellas funcções, a tradicional folha paulista começou sua actividade normal. Explicando as razões da sua presença no novo posto, o Sr. Abner Mourão escreveu oportunos comentários, dos quaes reproduzimos esta passagem: “O regime de 10 de Novembro, tão ajustado às nossas necessidades, proscreveu para sempre as lutas exacerbadas e estéreis dos espíritos, faz o principio de autoridade triumphar de todas as tendências dissolventes e anarchicas e favorece uma vasta obra de construcção nacional”.

Os “oportunos comentários” do senhor Abner Mourão foram os mesmos publicados no dia 7 de abril em seu artigo sobre o reaparecimento do jornal. Seguindo a mesma lógica e formato da informação, o *Correio da Noite* também noticiou a posse do novo diretor d’*OESP*:

Voltou à actividade hontem o ‘Estado de S. Paulo’, que fora fechado como é de domínio público, em virtude da conspiração descoberta na Paulicéia. O veterano orgam, agora sob a direcção do ilustre jornalista Abner Mourão, designado pelo Conselho Nacional de Imprensa para a alta missão, forneceu aos seus leitores uma bem cuidada edição de 24 páginas. O Sr. Abner Mourão, nessa edição, publicou um artigo em que tece commentários em torno do caso do fechamento do velho orgam e de sua attitude em face do convite que lhe foi redigido (*OESP*, 9 abr. 1940, p. 2).

O “artigo” de Mourão, citado pelos jornais *A Noite* e *Correio da Noite*, não responde e nem “tece commentarios” como este último periódico afirma. Antes, faz um elogio ao regime, sem abordar a motivação para o fechamento do “velho orgam”. Esse conjunto de notas, publicadas em outros jornais, cumpria a função de reiterar por meio da adjetivação do novo personagem – Abner Mourão é “brilhante consócio”, “antigo e brilhante jornalista”, “ilustre” - a feliz escolha pelo antigo redator do *Correio Paulistano* para dar continuidade a *OESP*. Na lógica da adjetivação de que se valia o Estado Novo, a escolha do Conselho Nacional de Imprensa (CNI), tratado com rédeas curtas pelo regime, só poderia ser a melhor.

Em continuidade às felicitações ao novo diretor d’*OESP*, a Divisão de Imprensa do DIP mandou publicar telegrama de Cásper Libero direcionado ao órgão:

Congratulamo-nos vossencia indicação nome brilhante jornalista Abner Mourão para assumir temporariamente direcção jornal ‘O Estado de S. Paulo’ de accôrdo temos decreto-lei 1º de Abril corrente que attribuiu Conselho Nacional de Imprensa competência legal para aquella indicação. Em nome Sindicato Proprietários Jornaes e Revistas do Estado de S. Paulo, venho felicitar vossencia e Conselho feliz escolha porque Abner Mourão é um dos mais cultos jornalistas brasileiros, apresentando fé de officio cheia de inspirações e trabalhos sempre brilhantes para um Brasil cada vez maior e melhor. Queira vossencia receber e transmitir demais membros Conselho nossas felicitações por esse ação que bem demonstra não só o desejo de defender as instituições como também as grandes empresas de publicidade. Attenciosas saudações (*OESP*, 11 abr. 1940, p. 2).

Assim sendo, devemos refletir sobre os sentidos pretendidos com a publicação dessas mensagens: uma autêntica forma de demonstrar a unicidade do discurso de classe

para legitimar a intervenção n' *OESP*. Nos mesmos moldes do telegrama de Cásper Libero, na edição seguinte, foi publicada nota sobre “telegramma de congratulações” da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJPESP), direcionado agora à Vargas, felicitando o presidente pela escolha de Abner Mourão, representando o ato “o reinício das actividades dessa empresa, onde trabalham centenas de profissionaes” – lembrando que esse mesmo Sindicato, como apontado anteriormente, mostrou-se *a posteriori* contrário à intervenção. Coincidência ou não, a matéria é um tanto semelhante ao artigo de Abner Mourão sobre o reaparecimento do periódico (*OESP*, 12 abr. 1940, p. 2).

A ideia de “benevolência” do Estado por reabrir o jornal se estendeu por boa parte das notícias do mês de abril de 1940. Novamente, por meio dos “telegrammas”, o processo de autolegitimação da intervenção foi transcrito nas páginas do jornal. Desta vez, o “lado humano” do regime foi manifestado pelos próprios funcionários do jornal em “aviso” direcionado a Lourival Fontes, diretor geral do DIP:

[...] Exmo Sr. – Redactores e revisores, funcionarios da administração, graphics e demais operários do ‘O Estado de S. Paulo’ vêm agradecer a assistência, o esforço e a solidariedade por ocasião das ultimas ocorrências com a empresa onde trabalham, collaborando na solução do caso. A atitude de v. exa. muito sensibilizou a todos, que aproveitam a oportunidade para exprimir por meio deste a sua inteira e cordial sympathia – Ass. José de Oliveira Orlandi, pela redacção; Fernando de Castro Lima, pela administração, e Herculano Rangel, pelas officinas (*OESP*, 17 abr. 1940, p. 2).

Reforçava-se a ideia de um regime bom e conciliador, tornando público o reconhecimento dos funcionários por meio dos telegramas publicados na coluna. Legitimava-se a reabertura do jornal, identificando-a com uma causa nobre: evitar a demissão de “milhares” de trabalhadores, se o jornal não fosse reaberto pelo governo. Louvava-se o “esforço e solidariedade” do regime para com os trabalhadores.

Outro telegrama semelhante, agora endereçado ao presidente, vinha “agradecer as providencias que houve por bem determinar a fim de garantir a subsistência a mais de mil familias que vivem dessa empresa jornalística”. Os empregados do periódico ainda ressaltavam a “excepcional sympathia não só do ponto de vista humano do caso, mas também do ponto de vista social” (*OESP*, 19 abr. 1940, p. 1).

Embora não tenha havido no jornal uma referência sequer acerca do “episódio” da intervenção nos dias 26 a 28 de março de 1940, uma denúncia publicada na seção *Tribunal*

de *Segurança Nacional* talvez explique a ausência de comentários sobre os acontecimentos:

Ao ministro Barros Barreto foi apresentada, pelo procurador adjunto Clóvis Kruehl de Moraes, denuncia contra o engenheiro Leonardo Yancey Jones Junior, de São Paulo. O processo, que tem o numero 1.160 foi distribuído para citação e julgamento ao juiz Pereira Braga.

A denuncia está assim redigida: “O Ministério Público, por seu representante legal abaixo firmado, no uso de suas atribuições, vem capitular o delicto cometido por Leonardo Yancey Jones Junior, casado, brasileiro, engenheiro civil e funcionário público, no inciso 23 do art. 3.o do decreto-lei n. 431 por ter, no dia 3 de Abril do corrente anno, na sala do Departamento de Operações da Viação Aérea S. Paulo S.A. dito o que abaixo se transcreve: ‘O que se vinha passando nada mais era que uma repetição do golpe de 10 de Novembro e que a tentativa de revolta e seu suffocamento era obra do governo que se desejava perpetuar no poder: que talvez tivesse sido a própria polícia quem collocara as metralhadoras no lugar em que foram encontradas, isso com o fim de comprometter pessoas que tiveram projecção política’ [...]. Procura o indiciado justificar-se, affirmando que assim falara ‘para contar o que corria pela cidade’, mas a prova testemunhal convence do contrário, pois o que della se depreheende é que vehiculava factos verdadeiramente injuriosos aos poderes públicos e seus agentes, quando daquella forma se referia aos últimos acontecimentos occorridos no Estado de S. Paulo. Assim sendo, uma vez processado regularmente, espera o Ministério Público sua condemnação, por ser de direito e justiça – Clóvis Kruehl de Moraes, procurador adjunto” (*OESP*, 8 mai. 1940, p. 2).

A notícia sobre o engenheiro é característica das publicadas nas seções do TSN, estas envolvendo acusações e denúncias que eram detalhadas quando consideradas relevantes. Entretanto, servem como evidências da existência de oposições e posicionamentos políticos de indivíduos aos poderes constituídos. O réu se defende da acusação de proferir “fatos injuriosos aos poderes públicos” alegando que falara apenas “o que corria pela cidade”. Se nas ruas as pessoas comentavam que as “armas na redação” do jornal era um engodo do regime para justificar a interdição, é interessante pensar o que se pretendia silenciar, embora fosse “de domínio público” os acontecimentos⁵¹. A ausência de comentários sobre a invasão policial na redação da Rua da Boa Vista não só demonstra a censura dispensada sobre o assunto, mas, sobretudo, valendo-se da omissão como forma de promover o esquecimento dos fatos, sinaliza nas falas que autolegitimam a nova situação do periódico novos horizontes almejados pelo regime com *OESP* a seu serviço⁵².

⁵¹ Sem sucesso e ainda preso, o pedido de apelação do engenheiro Yancey foi negado meses após, confirmando-se a preocupação do Estado Novo em fazer calar qualquer manifestação sobre o assunto (*OESP*, 12 jun. 1940, p. 2).

⁵² Após a intervenção do jornal, a nova direção d’*OESP* será homenageada em diversos eventos (banquetes, reuniões do CNI), como também, em “visitas” de Abner Mourão à Associação Brasileira de Imprensa ou de

Dois meses após a intervenção não se publicou mais nenhuma nota que se referisse à nova direção d'*OESP*. Todavia, uma notícia tratando dos resultados de uma reunião do Conselho Nacional de Imprensa (CNI) tecia graciosos comentários sobre a nova situação do jornal:

[...] Na última sessão o Conselho Nacional de Imprensa, presentes todos os seus membros, tratou da situação do importante órgão da imprensa paulista. Nessa oportunidade o dr. Roberto Marinho propoz á assembléia um voto de alto louvor e agradecimento ao director de “O Estado de S. Paulo” pelo grande acerto e clarividência com que vem desempenhando essas delicadas funções. Não só esse conselheiro como outros colegas seus tiveram ocasião de falar tecendo os maiores encômios ao jornalista que dirige “O Estado”, pondo em relevo, sobretudo, o acerto das medidas postas em prática, especialmente na parte administrativa do jornal.

Foi revelado nessa sessão que “O Estado de S. Paulo” obteve sensível aumento na sua já enorme circulação, uma das maiores da imprensa brasileira, bem como cresceu extraordinariamente a renda da publicidade, a qual bateu todos os recordes no mez de Maio ultimo, ascendendo a uma cifra única entre os jornaes do paiz.

O conselheiro J. S. Maciel Filho usou também a palavra e, sob aplausos geraes e unânimes, poz em relevo a obra constructiva que o jornal vem agora levando a cabo em prol do Estado Novo e das grandes realizações do presidente Getúlio Vargas [...] (*OESP*, 8 jun. 1940, p. 1).

Olhando por outro ponto de vista, o conselheiro Maciel Filho tinha razão: o jornal estava levando adiante a publicização das obras do regime e isso estava sendo aproveitado da melhor maneira possível. A intervenção, no discurso do Estado Novo, só trouxe benfeitorias para todos: pouparam-se centenas de trabalhadores, aumentando, de quebra, a produção e lucratividade do periódico.

A confirmação de que os negócios do jornal iam bem se deu logo no final do ano de 1940 em uma confraternização realizada nas suas oficinas em São Paulo. Com o intuito de homenagear o novo diretor, a notícia apontava a determinação de Abner Mourão em “contornar obstáculos de aspectos graves”, onde a direção editorial e financeira “conjugaram-se de tal forma, sem quebrar as velhas e respeitáveis tradições da casa”. Acompanhada de uma montagem de três fotografias (Anexo A - Figura 2) do festejo, a notícia ocupou metade das colunas existentes, publicando-se, inclusive, os discursos de jornalistas da casa e os agradecimentos de Mourão. Sem “quebrar tradições”, como aponta a notícia, o novo diretor d'*OESP*, “à testa do maior jornal do nosso paiz”, foi homenageado

personalidades do jornalismo conhecendo as novas instalações da sucursal carioca do periódico (instalada, no segundo semestre de 1940, no prédio de *A Noite*, jornal que também sofreu intervenção). Ver edições d'*OESP* dos dias 17 mai. e 16 jun. 1940.

com os louros de direito, já que possuía “tradições arraigadas no coração de todos os paulistas” (*OESP*, 31 dez. 1940, p. 6). É interessante acentuar a necessidade dos novos diretores em assegurar aos seus leitores que o jornal permanece seguindo os caminhos que sempre trilhou, numa clara tentativa de não deixar em dúvida os tradicionais consumidores do periódico. Ao deixar explícito que “nada havia mudado”, a direção d’*OESP* pretendeu se apropriar da credibilidade do jornal para veicular de modo mais eficiente o projeto de comunicação que visava implementar.

As transformações operadas n’*OESP*, por meio da coluna *Notícias do Rio*, deste modo, dão início a uma nova fase do jornal, inaugurando novos protocolos narrativos da notícia. O centro do poder seria o tema central que passava a estampar as páginas do periódico, produzindo, com o passar das edições, uma imagem do Estado como organizador da sociedade. No palco das representações, a coluna *Notícias do Rio*, agora apropriada, passou por transformações que alteraram o noticiário sobre a “cidade maravilhosa”: estratégias de convencimento foram largamente aplicadas na produção da notícia, mudando, deste modo, o sentido da informação e a percepção do leitor diante de um “novo” jornal em vias de configuração.

Tais transformações vão ao encontro da proposta do Estado Novo de resignificar os conteúdos e suas formas de veiculação por meio da coluna *Notícias do Rio*. Os sentidos pretendidos com esse novo noticiar estavam inter-relacionados com a tentativa do regime de silenciar oposições, ao mesmo tempo em que se reapropriava do público e da credibilidade d’*OESP*.

1.3 - Transformações em *Notícias do Rio*: estratégias de convencimento

A intervenção no jornal acarretou transformações na forma e conteúdo das notícias veiculadas. Novos temas passaram a ser estampados nas páginas da coluna *Notícias do Rio*. Por outro lado, as modificações estruturais e de localização da coluna, bem como a utilização de novos protocolos narrativos, modificaram, deste modo, a percepção do leitor do *OESP* diante de um jornal resignificado.

A primeira das grandes modificações que sofreu o periódico, citada anteriormente, foi em sua capa: no lugar da tradicional tríade Vaz-Mesquita-Barreto, o nome de Abner Mourão, “designado pelo Conselho Nacional de Imprensa”, substituiu os antigos mentores d’*OESP* (Anexo A - Figura 3). Transformação essa que, logo de início, evidenciava as

pretensões da nova direção: fazer d’*OESP* peça de um projeto maior de centralização das comunicações no país. Colocar o nome do novo diretor centralizado sob o título é, antes de tudo, reafirmar os novos aportes de comunicação que estavam sendo utilizados na produção da notícia (*OESP*, 7 abr. 1940, p.1).

Quanto a sua localização no jornal, a coluna *Notícias do Rio*, antes da intervenção, não possuía lugar fixo: por poucas vezes, estampou a capa, aparecendo na última, terceira, sexta ou, mais recorrente, na segunda página. Seu tamanho, comparando-a com o noticiário internacional, que tomava boa parte do espaço da página, não ultrapassava três colunas das nove existentes. Após a intervenção em março de 1940, a coluna *Notícias do Rio* ganhou tamanho e destaque⁵³.

Por outro lado, a modificação da localização da coluna nas páginas do jornal indicava o maior destaque às publicações, especialmente, considerando o valor da publicidade cobrado em cada página do jornal. No ano de 1940, por exemplo, os valores cobrados para propagandas, fornecido por tabela publicada geralmente na segunda página, indicam dois tipos de publicidade aceita por *OESP*: “editoriais” e “ineditoriais”.

O primeiro grupo correspondia a textos mandados publicar, o que inferimos que podem ser consideradas “matérias pagas” pelo governo ou que provinham de outros remetentes. Na primeira página, o valor era de 10:000\$, passando para 8:000\$ na segunda e 9:000\$ na terceira. Já a parte “ineditorial”, que correspondia a propagandas comerciais, era mais em conta, cobrando-se 4:000\$ para a primeira página. Para rotogravuras, por sua vez, o anunciante gastava o equivalente a 2:000\$ para imagens na primeira página, 1:000\$ se publicasse na segunda e assim por diante⁵⁴.

No ano seguinte, 1941, os preços cobrados pelo periódico eram parecidos com os do ano anterior: na parte editorial 10:000\$ para a capa, 7:000\$ na segunda, 9:000\$ na terceira. Na “comercial”, 4:000\$ para propagandas de primeira página, mais o acréscimo de 11\$ por centímetro (*OESP*, 6 jun. 1941, p. 2).

Entretanto, houve uma majoração no ano de 1942 no preço dos anúncios, especialmente para a capa do jornal, segunda e terceira páginas: 100\$000, 33\$000 e 30\$000, respectivamente. Nesse ano, não ocorreu a separação do tipo de publicação –

⁵³ Nos anos seguintes à intervenção a coluna *Notícias do Rio* publicou em 1940, 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945, respectivamente, 5.587, 8.580, 7.463, 8.517, 8.389 e 7.011 notas (Anexo B – Tabelas II - VII). Por outro lado, devemos considerar que o número de páginas do *OESP* entre 1940 e 1945 se manteve entre 22 a 36 páginas, quantidade bem superior se comparadas as antigas 16 páginas de antes da intervenção.

⁵⁴ Os valores eram cobrados “por centímetro de coluna” (*OESP*, 14 jun. 1940, p. 2).

comercial e editorial – cobrando-se o mesmo valor para qualquer tipo de propaganda (*OESP*, 30 jun. 1942, p. 2).

A questão do deslocamento da coluna na página reflete, por meio dos valores pagos pelos anunciantes em cada página, a preocupação d’*OESP* em colocar em evidência as publicações sobre o Estado Novo e suas ações na sociedade. Ainda mais se considerarmos que a tabela de valores d’*OESP* – nomeada “expediente” – nos permite inferir sobre a importância assumida pela coluna *Notícias do Rio* ao ser estampada na capa ou, o que é de praxe, na segunda página da publicação. Essa modificação representava o valor dado à coluna com a intervenção no jornal e, principalmente, o reflexo que essas notícias possuíam ao figurarem ao lado de determinadas propagandas.

Como a coluna passou a ser publicada na primeira e segunda páginas, as propagandas que dividiam espaço com as notícias da capital federal podem ser consideradas relevantes para a identificação do público leitor. Se o valor das propagandas cobradas pelo jornal variava, isso indicava a importância assumida por determinadas páginas. Um olhar atento sobre a propaganda comercial, por sua vez, pode evidenciar aspectos externos à notícia, tais como os leitores/consumidores desses produtos.

Outra forma de inferir sobre o público leitor do jornal é analisar o alcance de sua cobertura jornalística com a criação de sucursais em outros Estados. *OESP*, segundo quadro publicado no jornal com os endereços e contatos de seus escritórios regionais aponta, em 1940, escritórios no Rio de Janeiro, Salvador, Santos e Campinas (*OESP*, 3 mar. 1940, p. 2). Já em 1942, o jornal anuncia a existência de sucursais no Estado de São Paulo nas cidades de Atibaia, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto. Fora do Estado foram criados os escritórios de Belo Horizonte, Minas Gerais (*OESP*, 4 fev. 1942, p. 2). Isso evidencia, por um lado, que a intervenção no jornal contribuiu para a expansão empresarial do jornal no território brasileiro.

As propagandas que compõem a capa e a segunda página do jornal geralmente eram de grandes empresas farmacêuticas, cosméticos, lojas de departamentos, indústrias multinacionais, lojas de roupas, consultórios médicos e dentários, máquinas de escrever, ou seja, uma multiplicidade de anúncios que abarcavam amplas fatias do mercado consumidor, sobretudo, direcionados às classes médias e altas da sociedade paulistana.

O número de seções que abordavam o cotidiano do governo federal aumentou logo após a intervenção, ocupando, paulatinamente, a maior parte do espaço disponível da coluna, do mesmo modo que as notícias diversas sobre acontecimentos da capital federal (mortes, tragédias, eventos da sociedade civil, notas policiais) decaíram. Ocorreu uma

priorização, quantitativamente, de temas relacionados ao governo em detrimento de assuntos do cotidiano ou *fait divers*⁵⁵.

Outra modificação, esta de ordem administrativa, foi o cancelamento da edição da tarde. Em quadro localizado na capa, o jornal comunicou aos leitores que “os ultimos acontecimentos da guerra [...] vieram agravar, para todas as empresas jornalísticas, as dificuldades de importação de papel”. E justificou: “A necessidade de economisar papel impõe a ‘O Estado de S. Paulo’, pelo menos temporariamente, a não publicação da sua edição vespertina e da edição extraordinária das segundas-feiras [...]” (*OESP*, 13 abr. 1940, p. 1).

O problema da importação do papel de imprensa despertava preocupação nas empresas jornalísticas, acarretando, deste modo, a produção de notícias que propunham a solução do problema: o fim da dependência do papel importado com a instalação de uma “fabrica de celulllose” no país (*OESP*, 18 abr. 1940, p. 2).

A partir do mês de abril de 1940, a coluna *Notícias do Rio* passou a ser impressa ao lado das publicações das agências telegráficas internacionais (*Havas, Reuter e United Press*), que noticiavam os conflitos mundiais (*OESP*, 19 abr. 1940, p. 1). Essa pequena modificação, a fixação da coluna em determinada página do jornal, representava, antes de tudo, uma tentativa dos novos editores de habituar o leitor à existência da coluna⁵⁶.

Novas informações e o noticiar detalhado das atividades do regime passaram a ocupar o espaço da coluna:

RIO, 9 (“Estado”) – A convite do D.I.P. o capitão Hugo Bethlem realizou hoje sua annunciada conferencia sobre o thema: “A juventude e a segurança nacional”. [...] Começou o conferencista accentuando que a educação da juventude representava uma responsabilidade fundamental do Estado Novo. [...] É preciso fazer com que os jovens compreendam que o nosso sangue é o único penhor da eternidade da pátria e só pode ter garantia de paz quem é forte. Só o forte pode distribuir justiça, só o forte pode ser magnânimo [...] (*OESP*, 10 de abril de 1940, p. 1).

⁵⁵ As notas sobre tragédias antes da intervenção, por exemplo, somavam 99 notas, caindo para 61 notas de abril a dezembro de 1940. Nos anos seguintes esse número variou nos anos de 1941, 1942, 1943 e 1944, sendo publicadas, respectivamente, 81, 35, 40 e 49 (Anexo B – Tabelas II-VII).

⁵⁶ Segundo Ribeiro (1998) “o Estadão fazia a primeira página só com notícias nacionais”, prática mudada após 1937 com a instauração do Estado Novo, onde se privilegiou a publicação do noticiário internacional em oposição ao nacional, visto pelo autor como uma forma de resistência ao regime. Por outro lado, devemos considerar que a eminência de um conflito mundial, iniciado em 1939, pode também ter contribuído para a escolha da localização dessas notas (RIBEIRO, 1998, p. 28).

A forma de veicular a notícia foi alterada com a utilização de novos protocolos narrativos. Em meio à notícia - num primeiro momento, limitando-se a divulgar uma conferência contendo a lista de presentes, local e o tema discursado -, novos conhecimentos eram veiculados juntamente com as informações: para o conferencista, “é preciso fazer com que os jovens compreendam” a importância de seu papel social. Não se publicavam apenas notícias mas, sobretudo, valores a serem observados, tais como magnanimidade, força e patriotismo – atributos esses fartamente utilizados para descrever as qualidades de Getúlio Vargas (*OESP*, 20 abr. 1940, p. 2). Essa mudança de orientação do caráter da notícia trazia consigo uma série de informações com propósitos pedagógicos, ensinando os leitores quais valores morais eram tidos como positivos na sociedade estadonovista.

A mudança do teor dos textos, de uma oficialidade para um discurso mais direto, fez-se presente em boa parte das seções que compunham a coluna *Notícias do Rio*. Em uma notícia sobre o “número de cooperativas existentes no paiz”, resultado de relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, além de publicar as cifras, a matéria frisava que “já não é dado duvidar do magnífico desenvolvimento do cooperativismo no Brasil” (*OESP*, 12 abr. 1940, p. 2). O reforço da mensagem com uso de adjetivos era mecanismo fartamente utilizado pela nova direção como meio de louvar qualquer que fosse a ação do Estado Novo.

Além da excessiva adjetivação sobre as ações governamentais, o suporte para a construção da notícia diferenciava-se conforme a ocasião. Em alguns casos, a utilização de “declarações” de figuras da administração pública, evidenciando o caráter informativo e explicativo da notícia, compunha um arranjo da informação diferente do até então em voga. Ao publicar as palavras de uma autoridade, a notícia assumia não só oficialidade, mas, sobretudo, legitimação. A notícia ganhava credibilidade quando a Agência Nacional confirmava com uma “fonte fidedigna” notícias sobre a existência de petróleo em Alagoas:

RIO, 24 (“Estado”) – A notícia de que o petróleo jorrara em Alagoas levou a “Agência Nacional” a solicitar maiores esclarecimentos do general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Confirmando-a em todos os seus detalhes, s. a. fez as seguintes declarações: “Até aqui tínhamos certeza de que o petróleo existe, em quantidade comerciável, no Estado da Bahia. Embora fossem os mais animadores os trabalhos a que vimos procedendo em outras regiões do paiz, a certeza adquirida há mezes era a única a persistir [...]” (*OESP*, 25 abr. 1940, p. 2).

A utilização do “discurso competente”, que tem como objetivo confirmar e dar autenticidade à informação, é constante na produção da notícia (CHAUI, 2006, p. 32). Por outro lado, ela unifica e centraliza, por meio de um grupo ou pessoa, a informação, autorizando poucos indivíduos/instituições a realizar pronunciamentos sobre determinados assuntos. Do mesmo modo, quando surgiam polêmicas no meio jornalístico, o DIP passou a rebatê-las por meio de notas distribuídas aos jornais. Com o objetivo de dissolver quaisquer dúvidas sobre os aspectos da política de neutralidade brasileira, por exemplo, o departamento publicou um comunicado esclarecendo um discurso ambíguo de Vargas:

RIO, 13 (“Estado” – Pelo telephone) – O Departamento de Imprensa e Propaganda distribuiu aos jornais a seguinte nota: “O discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas a 11 do corrente não traz qualquer modificação à política internacional do Brasil. Teve por objectivo, tão somente, a vida interna do seu paiz e chamar a atenção dos brasileiros para as transformações que se estão operando no mundo, justificando assim a necessidade de se fortalecer o Estado, econômica e militarmente. [...] A política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana, na defesa commum do continente contra qualquer ataque vindo de fora. O nosso paiz, por sua vez, não intervem em conflictos europeus, mantendo estricta neutralidade. As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora”⁵⁷ *OESP*, 14 jun. 1940, p. 1).

Outro mecanismo utilizado na confecção das notícias foi a modificação da antiga publicação “na integra” – valendo-se de aspas - dos decretos-lei, portarias e comunicados por matérias explicativas do conteúdo desses documentos. A incorporação de todos os serviços gráficos federais à Imprensa Nacional, assinada por decreto-lei pelo presidente, foi noticiada:

RIO, 12 (“Estado”) – O presidente da República assignou decreto-lei dispondo que as officinas e os serviços graphicos federaes serão incorporados à Imprensa Nacional [...]. Por esse decreto, o director da Imprensa Nacional proporá as medidas necessárias a fim de que as referidas officinas passem à administração

⁵⁷ O discurso na qual o DIP se referiu foi publicado na edição de 12 de junho de 1940 quando Vargas “tomou parte das comemorações” da Batalha Naval do Riachuelo. Em seu discurso, o presidente faz menção aos esforços do regime em se readaptar economicamente diante da guerra na Europa, todavia, tece críticas e dispensa elogios: “Em vez de um panorama de equilibrio e justa distribuição dos bens da terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos das nações fortes, impondo-se pela organização baseada nos sentimentos de pátria e sustentando-se pela convicção da propria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens”. Esta passagem, em particular, despertou comentários já que, indiretamente, Vargas se referia aos Estados Unidos e Aliados, “liberalismos imprevidentes”, em oposição aos governos de direita, “nacionalismos das nações fortes”, representados, certamente, pela Alemanha, Itália e Japão (*OESP*, 12 jun. 1940, p. 2). Em capítulo oportuno, trataremos dos aspectos da “neutralidade” assumida pelo Brasil no jornal e sua mudança de posição quando o rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo”.

effectiva da Imprensa Nacional, e de accôrdo com as instruções que deste receberem, um inventário do material nellas existente, bem como a relação dos trabalhos em execução; e o director da Imprensa Nacional fará o levantamento completo do material existente nas citadas graphicas e em outras do governo federal, afim de projectar a instalação da Imprensa Nacional em seu novo edifício (*OESP*, 13 abr. 1940, p. 2).

Se antes o decreto era publicado com todos os seus parágrafos e alíneas, após a intervenção no periódico, seu número nem sequer era citado. Publicizar a lei desta forma era, antes de tudo, uma tentativa da nova direção do jornal de aproximar o leitor dessas notícias: com textos menos formais, o conhecimento da legislação passava a ser facilitado.

Nos preparativos para as comemorações de 1º de Maio, Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, baixou portaria “recommendo que em todos os centros trabalhistas do paiz” se realizassem “commemorações condignas”. Falando sobre as iniciativas de seu ministério, Falcão esclareceu: “na portaria que baixei sobre o assumpto, determinei que se promovesse em todos os Estados ‘uma grande concentração operária’”, pois, segundo o ministro, “servirá para accentuar e definir mesmo a ordem política social que o presidente Getúlio Vargas soube implantar para no Brasil para o presente e para o futuro” (*OESP*, 26 abr. 1940, p. 2).

Na fala do ministro Falcão e em boa parte das notícias analisadas, verificamos a necessidade de atrelar as ações do Estado à figura de Vargas. A crescente presença do presidente foi inaugurada, coincidência ou não, justamente em seu aniversário. Na edição de 19 de abril de 1940, a terceira página⁵⁸ trazia a tradicional foto do presidente – de perfil e com a faixa presidencial –, estampando o centro do texto ocupando boa parte da matéria (Anexo A - Figura 4). Estabelecendo um “perfil político do Presidente Getúlio Vargas”, o extenso texto biografava um chefe de governo “habituado a conduzir outros homens e a conduzir um grande povo”, exaltando suas qualidades: “tudo em s. exa. é methodo, raciocinio e serenidade”. A adjetivação não parava por aí: “magnânimo”, “nobre” e “extremamente simples” eram traços inerentes de um presidente que possuía um “raciocinio seguro, uma vontade firme” (*OESP*, 19 abr. de 1940, p. 3).

O aniversário de Vargas serviu de modelo para a extensa publicação sobre o cotidiano do presidente, geralmente a cargo de noticiário produzido pela Agência Nacional. As visitas do presidente viravam verdadeiros acontecimentos:

⁵⁸ A terceira página, que possuía grande valor na tabela de anúncios d’*OESP*, foi muito utilizada para publicar textos e reportagens especiais sobre Vargas e datas comemorativas do Estado Novo. Isso indica, antes de tudo, a preocupação do regime em estar sempre em evidência.

UBERABA, 22 (A.N.) – O presidente Getúlio Vargas chegou a esta cidade às 11 horas e 15, tendo partido de Araxá às 10 horas e 40 [...]. S. exa. teve um desembarque muito concorrido. O presidente Getúlio Vargas, depois de percorrer a cidade, inspecionando várias obras, visitou as duas maiores fazendas de criação do município. [...] – Às treze horas, a municipalidade ofereceu um almoço íntimo ao presidente Getúlio Vargas, no salão do Jockey Club, a que compareceram senhoras e senhoritas da sociedade local. – O presidente Getúlio Vargas visitou demoradamente as novas instalações do serviço de águas que estão sendo construídas nos mesmo moldes das de Bello Horizonte [...] (*OESP*, 23 de abril de 1940, p. 2).

Descrições pormenorizadas e, como em um diário, os passos dados pelo chefe do governo eram oferecidos ao leitor do periódico até à exaustão. Um elemento iconográfico incorporado no novo projeto gráfico d'*OESP* foi o uso da fotografia dialogando com as notícias⁵⁹. Sua utilização complementava, e em muitos casos reforçava, os sentidos pretendidos com a notícia. Em razão da viagem de Vargas para São Paulo, em abril de 1940, uma matéria, separada da coluna *Notícias do Rio* e localizada novamente na terceira página, descreveu exaustivamente a estada de Vargas na Paulicéia. Junto ao texto, duas fotografias (Anexo A - Figura 5) deram destaque para a manchete: a primeira, onde Getúlio apareceu em “carro de Estado” ao lado do interventor paulista Ademar de Barros e do general Maurício Cardoso, comandante da II Região Militar, e a segunda, um “clichê” da visita do presidente, acompanhado de sua comitiva, assistindo “à demonstração do fabrico de pneumáticos nacionais” na fábrica da Goodyear (*OESP*, 27 abr. 1940, p. 3). Do mesmo modo, na edição seguinte, em continuação das matérias sobre a permanência de Vargas em São Paulo, sete fotografias (Anexo A – Figura 6) foram inseridas no meio da notícia registrando os “flagrantes” da inauguração do Estádio do Pacaembu (*OESP*, 28 abr. 1940, pp. 7-8).

A utilização de fotografias na coluna *Notícias do Rio* não ficou restrita ao presidente, passando, no decorrer das edições, a fazer parte de noticiário sobre outras personalidades do regime. Em jantar oferecido por “amigos e admiradores” a Jarbas de Carvalho, recém-empossado diretor da Divisão de Imprensa do DIP, uma fotografia

⁵⁹ Odete da Conceição Dias (1993) em sua dissertação de mestrado analisa o discurso fotográfico durante o governo Vargas nas edições do jornal *A Gazeta*. Segundo a autora o uso das fotografias servia como meio de se veicular o discurso oficial, facilitando a compreensão de uma grande massa de analfabetos, aliado às técnicas modernas de impressão disponíveis no período. Era um dos recursos para se “atrair um público cada vez maior, formando opiniões, moldando comportamentos e modos característicos de percepção da realidade social” (DIAS, 1993, p. 59). Trata-se de tendência da imprensa mundial – e brasileira – que vem ao menos do início do Século XX, como se observa nas revistas ilustradas (SILVA, 1990).

isolada do texto (Anexo A – Figura 7) ilustrava a “homenagem” prestada ao diretor (*OESP*, 11 mai. 1940, p. 2).

Assuntos privados também eram dignos de nota: o casamento de Lourival Fontes com a poetisa Adalgisa Nery ganhou a primeira página da edição, com direito a “flagrante” dos noivos; o enlace matrimonial do diretor geral do DIP foi um evento que “apesar do seu carácter íntimo, teve a assisti-lo altas autoridades” (Anexo A - Figura 8). Além de Vargas, os holofotes foram divididos com outras “personalidades” do regime⁶⁰ (*OESP*, 22 mai. 1940, p. 1).

Logo após a intervenção, o número de notícias sobre comemorações oficiais e homenagens aumentou consideravelmente⁶¹, como também, a diversidade do que se homenageava/comemorava:

RIO, 5 (“Estado”) – Os amigos do ministro Fernando Costa, festejando hoje a passagem do seu aniversário natalício, ofereceram-lhe um churrasco no local em que se constrói a nova Escola Nacional de Agronomia, em Santa Cruz. À festa compareceram numerosos agrônomos e chefes de serviços do Ministério da Agricultura. Fez o discurso oficial o Sr. Arthur Torres Filho, falando também o Sr. Lauro Montenegro, secretário da Agricultura da Parahyba, além de outros. O Ministro Fernando Costa agradeceu as manifestações, salientando que as suas realizações no Ministério da Agricultura se deviam ao apoio permanente que recebe do presidente Getúlio Vargas e à colaboração dos técnicos do Ministério (*OESP*, 6 jun. 1940, p. 2).

Seguindo um determinado protocolo narrativo, Vargas era citado como responsável pelo trabalho desempenhado no Ministério da Agricultura, figurando como protagonista até no churrasco em homenagem a Fernando Costa.

Se o Estado Novo homenageava os seus - e mais ainda, fazia públicas essas homenagens -, os amigos e simpáticos ao regime também possuíam seu espaço. Durante o período, o Brasil mantinha sua postura de neutralidade diante o conflito europeu. Todavia, embora se distanciando da guerra, uma série de notas sobre cerimônias de condecoração contaram com a presença de espanhóis, portugueses, italianos e japoneses (militares e civis), que foram agraciados com a “Ordem Cruzeiro do Sul” (*OESP*, 9 jan. 1941, p. 2), como, por exemplo, a nota informando a condecoração de Salazar:

⁶⁰ Trataremos da presença de outras personagens políticos do regime em capítulo posterior, cabendo, por hora, sinalizar a crescente evidência dispensada à interventoria Ademar de Barros, das ações e atividades de ministros como Gustavo Capanema, Waldemar Falcão, Eurico Dutra, Oswaldo Aranha e outros.

⁶¹ Entre a criação da coluna *Notícias do Rio*, em setembro de 1939, até a intervenção, em março de 1940, foram publicadas 120 notas sobre comemorações diversas do regime. Um ano após a intervenção, em abril de 1941, foram verificadas 291 notas sobre o mesmo tema (Anexo B – Tabelas I - III).

RIO, 4 (“Estado”) – O presidente da República na qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Mérito Militar nomeou para o corpo de graduados especiais, quadro ordinário dessa ordem, o Dr. Antonio de Oliveira Salazar, ministro da Guerra de Portugal e reorganizador do exército português [...] (*OESP*, 5 mai. 1940, p. 2).

Se a constante presença de Vargas foi uma das transformações verificadas n’*OESP*, ao mesmo tempo, houve uma diversificação das notícias, os produtores destas também mudaram. Até à intervenção, o noticiário da coluna era essencialmente produzido pela sucursal carioca do periódico, aparecendo, eventualmente, notícias de agências de notícias como a *Havas*. Entretanto, com a apropriação do jornal pelo Estado Novo, outros personagens passaram a contribuir com o noticiário político: o Bureau Interestadual de Imprensa e a Agência Nacional⁶².

As notícias do Bureau Interestadual de Imprensa possuíam caráter de boletim, diferenciando-se em muito da tradicional nota informativa. Suas publicações se assemelhavam mais a um artigo do que a uma notícia propriamente dita, iniciando sua participação na coluna *Notícias do Rio* em maio de 1940. Em uma série de artigos sobre problemas enfrentados pelo país, em face da guerra europeia, e as soluções encontradas pelo regime, o Bureau publicou artigo intitulado “O dia do trabalho entre as classes operarias nacoes”:

RIO, Maio (Bureau Interestadual de Imprensa) – A significação do “Dia do Trabalho” é hoje diversa da de alguns annos atrás. Não se caracteriza mais como um dia de reivindicações violentas. Transformou-se numa verdadeira festa do trabalhador, em que elle pode exprimir os seus sentimentos de plena satisfação pelas garantias de que se vê cercado. [...] O “Dia do Trabalho”, no Brasil, é um dia de festa. E a personalidade do presidente Getúlio Vargas centralizará todo o seu festivo alvoroço. Jamais, pelo tempo afora, se poderá apartar essa

⁶² Trataremos das funções e publicações destes dois órgãos posteriormente, pois tais produtores de notícias estão relacionados com outros grupos de poder, tais como a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Imprensa. O Bureau Interestadual de Imprensa era um órgão representativo dos jornais brasileiros no Rio de Janeiro que repassava noticiário, inclusive seus “boletins mensais”, para jornais de diversos pontos do país. Sua direção ficava a cargo do jornalista Ivo Arruda, diretor do órgão e também diretor das sucursais cariocas d’*OESP* e do *Correio Paulistano*. A importância de Arruda na vida do jornal interdito se dá como mediador dos jornais que representava na capital federal e os homens do governo, sendo comum seu nome ser citado em comemorações oficiais, atividades da imprensa carioca e visitas a ministros e personagens políticos do Rio de Janeiro. As viagens de Ivo Arruda entre o Rio de Janeiro e São Paulo eram noticiadas pelo jornal com grande destaque, bem como seu aniversário e presença em eventos do regime. Do mesmo modo quando personalidades do regime, como Candido Mota Filho, diretor do DEIP/SP em 1941, visitavam a sucursal carioca do jornal, notícias desses “encontros” eram publicadas nas páginas do periódico procurando se destacar o “entrosamento” entre *OESP* e Estado Novo. Na “Hora do Brasil”, por exemplo, um editorial d’*OESP* em apoio a Vargas foi lido pelos locutores do DIP, elogiando, sobretudo, a “atitude patriótica” dos diretores do jornal. Ver edições d’*OESP* dos dias 29 dez. 1940; 25 abr. 1941; 23 jul. 1941; 21 set. 1941; 13 dez. 1941.

personalidade do “Dia do Trabalho”, no Brasil, porque foi o Presidente Getúlio Vargas que lhe deu essa expressão grandiosa de comportamento cívico. É a massa trabalhadora que applaude, que agradece e que confia no seu grande amigo e protector (*OESP*, 16 mai. 1940, p. 2).

Mais do que veicular acontecimentos, a coluna *Notícias do Rio* serviu de palanque para a divulgação de premissas ideológicas do Estado Novo. Caracterizando acontecimentos, da magnitude assumida pelo 1º de Maio, por exemplo, os textos do Bureau definiam e resumiam os sentimentos presentes na “massa trabalhadora”. O caráter elogioso do artigo evidenciava tentativas da nova direção do periódico em reforçar a imagem de “grande amigo e protector”.

O Bureau Interestadual de Imprensa não se limitava a produzir apenas boletins exaltando as qualidades do chefe de governo, mas também “séries de reportagens” como “Divisões do DIP”. Nesses textos, o órgão explicava detalhadamente as funções e atividades das diversas seções que compunham o Departamento de Imprensa e Propaganda (*OESP*, 7 jun. 1940, p. 2); as ações do governo para a implantação de cooperativas agrícolas (*OESP*, 16 jun. 1940, p. 1); ou do movimento de hóspedes na instância hidromineral de Lambary, Minas Gerais (*OESP*, 17 mai. 1940, p. 2).

Outros produtores de notícias contribuíram ainda mais para a veiculação de determinados sentidos que a informação pretendia alcançar. A Agência Nacional, por exemplo, que fornecia noticiário para as redações de jornais durante o Estado Novo, com a intervenção n’*OESP*, continuou sua contribuição com o fornecimento de notícias ao jornal. Quando Getúlio Vargas viajou para a cidade de Araxá, Minas Gerais, a Agência Nacional foi responsável pela criação de notas sobre o cotidiano do presidente:

Araxá, 23 (A. N.) – O presidente Getúlio Vargas regressou de Uberaba, em trem especial, que chegou a esta cidade mais ou menos à 1 hora de hoje. O chefe do governo, não obstante a hora tardia em que se recolheu, bem cedo, às 7 horas, reencetava as suas actividades, indo às thermas em companhia do governador Benedicto Valladares e do ministro Fernando Costa, voltando, às 10 horas, ao centro da cidade (*OESP*, 24 abri. 1940, p. 2).

Esse noticiar minucioso, a descrição hora a hora do que fez ou deixou de fazer o presidente é característico das notícias produzidas pela Agência Nacional. Revestidas de oficialidade, essas notícias compuseram uma complexa agenda das atividades dos ministros e do presidente, pretendendo passar, deste modo, uma imagem positiva do

regime e de seus personagens. A coluna *Notícias do Rio* imprimiu em suas linhas a cotidianidade do poder, detalhe por detalhe.

Uma das primeiras modificações na composição das notícias publicadas na coluna *Notícias do Rio* foi introduzir as atividades do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁶³, que se diferenciavam da antiga nota policial até então publicada. Isso acarretou duas modificações: primeiro, as notícias ganharam tamanho e destaque; segundo, porque inaugurou no jornal uma narrativa característica do discurso policial⁶⁴. Logo após a intervenção de março de 1940, a seção do DOPS foi iniciada com uma extensa matéria noticiando a prisão de membros do partido comunista em São Paulo. O relatório do capitão Baptista Teixeira, delegado do DOPS, foi publicado na íntegra, apontando inclusive, “comprovado por documentos inscriptos”, a participação de Francisco Mesquita, irmão de Júlio Mesquita e membro do extinto Partido Constitucionalista – o mesmo de Armando de Sales Oliveira - como “collaborador” do PCB e que, segundo o jornal, “as fileiras armandistas estavam infestadas de elementos communistas” (*OESP*, 14 abr. 1940, p. 2). Há de se pensar sobre os efeitos de uma publicação desse tipo em um jornal que antes da intervenção era justamente “armandista”.

Segundo Campos (1982), o processo contra o grupo dirigente d’*OESP* no Tribunal de Segurança Nacional representou a “típica maquinação para atingir adversários políticos, levando-os a processos e condenações” (CAMPOS, 1982, p. 113). No primeiro julgamento do grupo d’*OESP*, o juiz Antonio Pereira Braga se negou a continuar com o processo pois os réus estavam em exílio. Não concordando com a negação, o Tribunal Pleno devolveu o processo, solicitando que fosse reformado e julgado segundo o Regimento Interno do TSN. Reformada a sentença, o Tribunal condenou-os a dois anos de prisão (CAMPOS, 1982, p. 114).

A divulgação das ações policiais do Departamento foi publicada durante semanas, dando ao leitor detalhes do inquérito sobre os membros do Partido Comunista, as prisões efetuadas e os interrogatórios realizados⁶⁵. Essa onda de publicar o dia a dia das

⁶³ Uma nota do DOPS, publicada no jornal em fevereiro de 1940, apontava os resultados da repressão de “extremistas” no ano anterior: mais de vinte mil prontuários foram abertos contra “comunistas”, “integralistas” e “elementos indesejáveis” (*OESP*, 15 fev. 1940, p. 2).

⁶⁴ Cytrynowicz (2002) chama a atenção para o cuidado no tratamento da fonte policial, pois estas “tendem a fazer crer que o mundo imaginado pela polícia existiu de fato tal qual esta o imaginava. É próprio da lógica policial, em qualquer época, ainda mais em uma ditadura, ver inimigos e acreditar na possibilidade de controle completo e total sobre os inimigos”. Para o autor, a historiografia do Estado Novo sempre buscou enfatizar o “aspecto totalitário da lógica policial e ideológica [...]”, mas a lógica totalitária não se tornou hegemônica na sociedade” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 397)

⁶⁵ O caso da execução pelo “tribunal vermelho” da militante Elza Fernandes ganhou as páginas d’*OESP* durante edições seguidas. O ápice das notícias se deu com a publicação da “carta de Prestes”, datada de 1935,

investigações cessou quando a manchete da edição do dia nove de maio de 1940 noticiou com letras garrafais: “Completamente desarticuladas as actividades comunistas”. A matéria informava aos leitores do jornal que “eliminou-se o perigo comunista do Brasil”, solicitando ainda, “applausos á acção da Policia”, representados aqui pela direção do major Filinto Muller e do capitão Baptista Teixeira (*OESP*, 9 mai. 1940, p. 2).

Entretanto, a “ameaça do perigo vermelho” não parecia ter fim: pouco tempo depois da elucidação dos casos envolvendo Prestes e membros do PCB, novas informações eram repassadas à imprensa pelo delegado do DOPS, Baptista Teixeira. Em um pronunciamento à imprensa, Teixeira expôs nova torrente de “horrorosos crimes praticados por elementos do PCB”, mais uma vez, levados a cabo pelo “tribunal vermelho”⁶⁶ (*OESP*, 12 jun. 1941, p. 2).

Outra das grandes alterações efetuadas na coluna *Notícias do Rio* foi a introdução de artigos assinados que antecederiam as notícias. Assinados por “J.S.” - Jorge Santos⁶⁷, diretor da Agência Nacional e colaborador d’*OESP* - os artigos serviam como reforço das notícias publicadas em edições passadas ou mesmo um filtro para as notícias que os seguiam, evidenciando, por sua vez, um esforço de fixação de temas e direcionamento de opiniões. Jorge Santos colaborou n’*OESP* entre abril de 1941 e agosto de 1942, publicando cotidianamente na abertura da coluna suas “crônicas”, assim denominadas por ele. Seus

em que reclama da demora dos “subordinados” de executarem Elza (*OESP*, 18 abr. 1940, p. 2). Detalhes do assassinato da militante saíram em edições diárias entre os dias 14 de abril a 9 de maio de 1940, bem como, a prisão do executor da jovem: Francisco Natividade Lyra, o “Cabeção” (*OESP*, 19 abr. 1940, p. 2). Para maiores informações sobre o “caso da menina Elza” ver análise do processo em Campos, 1982, p. 99.

⁶⁶ O crime consistiu no caso da jovem “Neli”, “mulher jovem e formosa” que foi acusada pelos comunistas de colaborar com a polícia. Neli é morta em emboscada realizada pelos militantes Antônio de Azevedo Costa, Ricardo Sarandi, Diocesano Martins e Vitor da Cruz, acusados pelo TSN por terem empurrado a jovem da “Ponte do Inferno”, em Niterói, sendo o corpo desfigurado à machadadas por Daniel Valença. O incidente causou a morte do motorista do grupo, o “Paulista”, que havia presenciado a morte de “Neli”, morto a tiros pelos companheiros. Ao final do pronunciamento, Baptista Teixeira, confirma os mandantes dos crimes: “afirmo e desafio desmentidos que todos estes crimes arrepiantes foram determinados pelo Partido Comunista” (*OESP*, 12 jun. 1941, p. 2). Dias após, é publicada pequena nota sobre a prisão de Valença (*OESP*, 18 jun. 1941, p. 2). O processo do caso da “jovem Neli” foi igualmente analisado por Campos, 1982, p. 108.

⁶⁷ A identidade do jornalista “J.S.” só foi possível ser confirmada com o desenrolar da pesquisa já que não havia evidências muito claras sobre o autor. Entre os meses de agosto e novembro de 1942, Santos é substituído por “G.I.L.”, retomando suas publicações em meados de novembro quando o cronista passa a assinar como “Jorge Santos” (*OESP*, 17 nov. 1942, p. 2). Entre os meses de dezembro de 1942 e abril de 1943, após colaborar por mais de um ano com espaço exclusivo, Jorge Santos passa a dividir a abertura da coluna *Notícias do Rio* com seu substituto “G.I.L.”, deixando de publicar suas crônicas logo depois a sua substituição pelo Capitão Paula Gonçalves na direção da Agência Nacional (*OESP*, 30 nov. 1943, p. 18). Por outro lado, a identidade de “G.I.L.”, que publicou suas crônicas entre novembro de 1942 e novembro de 1945, não foi possível ser descoberta, todavia, inferimos que era um jornalista ligado às personalidades do Estado Novo, visto a recorrência de encontros e eventos nos quais o “cronista” era convidado.

textos, carregados de ironia, abarcavam todo tipo de tema: elogios ao presidente⁶⁸, críticas aos opositores do regime⁶⁹ ou a demonização do “comunismo” como fator de desagregação nacional⁷⁰.

Entretanto, o posicionamento anticomunista do jornal vem desde a “Revolução de 1930”, quando ainda estava sob a direção dos Mesquitas. Nesse período, entre 1930 e 1937, o periódico empreendeu uma ferrenha luta contra o comunismo, especialmente vendo-o como “antítese do liberalismo”, o qual defendia. Suas críticas às doutrinas comunistas baseavam-se em sua “desmoralização enquanto teoria”, especialmente combatendo seu caráter internacionalista (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 105). Segundo Capelato e Prado (1980), *OESP* acabou realizando algumas “concessões” em seus paradigmas liberais⁷¹:

[...] concordou com a necessidade de uma lei de segurança nacional antes do levante comunista e, após, acatou todas as medidas repressivas tomadas pelo governo: a nova Lei de Segurança Nacional mais rígida, o estado de sítio, o estado de guerra e a própria reforma da Constituição (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 107).

Deste modo, verificamos uma pequena continuidade, se assim podemos afirmar, no projeto político d’*OESP* antes e depois da intervenção: sob a direção dos Mesquitas, o jornal se mostrou anticomunista dos mais fervorosos e após a intervenção, dirigido por homens afeitos ao projeto comunicacional do Estado Novo, o combate ao comunista se mostrou tão louvado quanto dantes. Como nos aponta Capelato (1989), a partir de argumentos do jornal esse ponto em comum entre o projeto liberal d’*OESP* antes da

⁶⁸ Um texto de Jorge Santos comparava as manifestações populares, e a cobertura dada pela imprensa, no aniversário de Vargas com os de políticos “de outrora”. O autor ressalta a participação dos jornais do Rio de Janeiro que “[...] outrora se mostravam tão temerosos de incorrer na indiferença do público porque tecessem louvores a cavalheiros que exerciam o poder, dedicaram, sem exceção, paginas e paginas repletas de artigos elogiosos e de gravuras sugestivas à figura do homem que dirige os destinos do Brasil” (*OESP*, 24 abr. 1941, p. 2).

⁶⁹ Jorge Santos em artigo virulento contra Monteiro Lobato critica o escritor pela utilização do “elemento indígena” em suas obras. Para Santos, os povos indígenas atrapalhavam a marcha da civilização – a “Marcha para o Oeste” – devendo ser desconsiderados como elementos da “nacionalidade” (*OESP*, 7 out. 1941, p. 2). Já é conhecido o processo movido contra o escritor no TSN devido a prováveis “injúrias” ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) sendo condenado a seis meses de detenção (*OESP*, 21 fev. 1941, p. 2). Na prisão, Lobato envia cartas ao presidente, ao CNP e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) criticando a política energética do Estado Novo, dando-se ensejo para nova denúncia contra o escritor (*OESP*, 5 mar. 1941, p. 2). No mês seguinte Lobato é julgado e inocentado, considerando o juiz que a “denúncia era improcedente”, já que não viu em suas cartas, devido à sua proximidade com o presidente, nada que constituísse um “animus injuriandi”, deste modo, o coloca em liberdade (*OESP*, 9 abr. 1941, p. 8).

⁷⁰ Para o autor, suas críticas ao “comunismo” se explicavam simplesmente pelo fato de “não entendê-lo” (*OESP*, 16 dez. 1941, p. 2).

⁷¹ Em alguns momentos, especialmente após o levante comunista de 1935, o jornal chegou a considerar a “Lei de Segurança Nacional insuficiente” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 58).

intervenção do governo Vargas durante o período (1935) não pode ser considerado uma “contradição” liberal e sim como “um ato de legítima defesa” da própria sociedade, visto que “a segurança emergiu como um direito básico, relegando a segundo plano o direito de liberdade, que como acreditavam, seria recuperado quando o perigo desaparecesse”. Todavia, com o advento do Estado Novo e a intervenção ao jornal, os dirigentes d’*OESP* viram suas esperanças irem por terra (CAPELATO, 1989, p. 207).

Essa repressão ao elemento considerado “pernicioso” não se limitou à capital federal. Segundo Maria das Graças de Almeida, investigando a repressão e censura na interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco, durante o período, o “comunismo” era a pauta em jornais favoráveis ao interventor. Nas palavras da autora:

Por meio da propaganda persuasiva e diária, da repetição sistemática, constrói-se a imagem figurativa do indivíduo – o comunista que deve ser identificado, antes de tudo, pela ausência de sentimentos humanos, insensível, e, extraordinariamente, por um atributo que lhe seria peculiar e distinto, detentor de hábitos de antropofagia. Assim veiculava-se pela imprensa o medo de esses indivíduos raptarem crianças (ALMEIDA. *In*: CARNEIRO, 2002, p. 256).

Voltando aos casos do “tribunal vermelho”, um artigo assinado por Jorge Santos comentava a ação de Baptista Teixeira contra o comunismo e a constatação da existência de um “tribunal vermelho”. Seu título estampou uma verdadeira sentença condenatória, “Assassínios”:

[...] E quantos estariam já sentenciados? Quantos tombariam, se a polícia, desperta e enérgica, não enjaulasse as feras? Quantos não se sentirão, ainda, ameaçados, porque é possível que estejam fora da prisão alguns dos monstros que a III Internacional subvenciona e comanda?
É preciso que o povo brasileiro esteja alertado e de uma vez se disponha a vigilante defesa, não mais contra uma ideologia convulsionadora, mas contra o mais horrível banditismo de que temos notícia na crônica policial sul-americana (*OESP*, 13 jun. 1941, p. 2).

É importante destacar os adjetivos atribuídos pelo autor aos “comunistas”: “assassínios”, “feras”, “monstros” e “banditismo”, características relacionadas genericamente a “todos” os comunistas. Na campanha de combate ao comunismo, desumanizar o adversário era uma forma de causar medo ao leitor e manter a “ameaça vermelha” sempre recorrente e alimentada pela imprensa⁷². Meses depois, Jorge Santos

⁷² N’*OESP* foram publicadas diversas prisões de comunistas foragidos, como é o caso de Francisco Batista Lima, que, condenado pelo TSN a dois anos de reclusão, havia fugido para os EUA e, ao tentar retornar ao

retomaria o assunto em texto sobre as manifestações pela libertação de Luiz Carlos Prestes ocorridas em Montevideu e promovidas pelo “agitador” argentino Rodolpho Ghioldi, inclusive condenado pelo TSN por ter participado do levante integralista de 1938. Santos exalta-se ao direcionar sua raiva contra os comunistas, caracterizando-os como “degenerados” e “não-humanos”, conclamando a imprensa para combater o “credo moscovita”, acreditando o autor que os jornais tinham uma “missão”, ou em suas palavras, um “imperativo categórico”, onde defender-se do comunismo era “salvar a própria humanidade” (*OESP*, 13 jul. 1941, p. 2).

Segundo Dutra (1997), ao analisar os discursos anticomunistas durante o período, a valorização da pátria e a exaltação do nacionalismo eram elementos fundamentais para o entendimento do “conjunto de valores, prática e normas que têm por finalidade a preservação da ordem e da estabilidade social, a racionalidade do poder, a conquista de uma unidade nacional e a afirmação de uma unidade nacional compacta” (DUTRA, 1997, p. 150). Para a autora, a presença do elemento “alienígena” – podendo ser identificado tanto nos discursos anticomunistas quanto nos antifascistas e, posteriormente, nos anti-imperialistas – elegem o inimigo externo como fator perturbador da ordem. Nas palavras da autora:

A importância da figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas de todo tipo está em que este, além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade. [...] E a ameaça que motiva as atitudes de defesa pode ser lida em dois registros diferentes: o externo e o interno. No externo, está a ameaça da invasão do inimigo estrangeiro; no interno, a ameaça de comoção social (DUTRA, 1997, p. 152).

A partir disso, é preciso considerar que os textos de Jorge Santos⁷³ na coluna *Notícias do Rio* representavam uma voz autorizada do jornal para dar o tom das notícias - estas se assemelhando tanto na temática quanto na abordagem de assuntos considerados cruciais. No entanto, em um segundo momento, com a aproximação entre o Brasil e os

Brasil, foi preso pelas autoridades portuárias (*OESP*, 10 jun. 1941, p. 2). Outro caso noticiado pelo jornal foi a prisão do “agitador” Ari Bherinz Ribeiro Pontes, detido “varias vezes pela policia carioca” acusado de organizar greves operárias (*OESP*, 9 jul. 1942, p. 8).

⁷³ Jorge Santos destilava seu ódio ao comunismo acusando o escritor Jorge Amado de que seus livros, “cheios de pornografia”, existiam a influência do “credo vermelho”. O autor do artigo desqualifica o escritor baiano sugerindo uma possível loucura e propõe, ainda, que países como os Estados Unidos não recebam “elementos” como o escritor baiano (*OESP*, 5 out. 1941, p. 2).

EUA, o discurso anticomunista cedeu espaço para a pregação contra os “quinta colonistas” e “súditos do eixo”⁷⁴.

No rol das mudanças colocadas em prática pelos novos diretores d’*OESP*, as notícias oriundas da sucursal carioca do jornal passaram por modificações quanto a seu envio. Após a intervenção na folha, as matérias que eram inicialmente encaminhadas para São Paulo por telegrama passaram a ser enviadas pelo telefone. Verificamos que, a partir de maio de 1940, as seções da coluna *Notícias do Rio* tiveram a origem alterada de “Estado” para “Estado – pelo telephone”. Essa pequena modificação evidenciava uma preocupação da nova diretoria em publicar, com a menor diferença temporal possível, as notícias oriundas de sua sucursal na capital federal. Como se deu o aumento da quantidade de notas após a intervenção, seria necessário agilizar o envio de material para a gráfica em São Paulo, tendo como solução a utilização do telefone, infinitamente mais prático e rápido do que a espera de um dia para a chegada dos telegramas (*OESP*, 13 abr. 1940).

No entanto, algumas seções da coluna permaneceram com sua configuração original, como é o caso de *Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*, que continuou a publicar a listagem de processos a serem julgados nos mesmos moldes de antes da intervenção no periódico (*OESP*, 26 jun. 1940, p. 2). No mesmo caminho, notas referentes a concursos públicos promovidos pelo DASP e respostas a consultas continuaram com seus habituais protocolos narrativos⁷⁵ (*OESP*, 18 jun. 1941, p. 2).

As novas notícias que passaram a ser produzidas com a reapropriação d’*OESP* foram caracterizadas pela sugestão, entendendo-a como uma “tentativa de induzir nos outros a aceitação de uma crença específica sem dar razões por si mesmas evidentes ou lógicas para essa aceitação, que elas existam ou não” (BROWN, 1963, p. 26). Esse poder de sugestibilidade, inerente na propaganda, foi utilizado na produção das matérias que compunham a coluna *Notícias do Rio*, buscando, portanto, autolegitimar o papel do Estado Novo através do jornal resignificado.

⁷⁴ Trataremos no capítulo III dessa mudança de orientação dada pela direção d’*OESP* com o alinhamento do Brasil com os EUA após realização da Conferência dos Chanceleres realizada em janeiro de 1942 no Rio de Janeiro. De um anticomunismo exacerbado o cronista passou a louvar ações de perseguição aos “súditos do Eixo”, onde competia ao presidente “comandar as reações e indicar as represálias” e, ao povo, permanecerem “disciplinados” (*OESP*, 15 mar. 1942, p. 2).

⁷⁵ A utilização da “ortografia oficial” em substituição da “simplificada” foi introduzida por meio de decreto oficial de março de 1941. O despacho do presidente institui, após exposição de motivos de Lourival Fontes, diretor geral do DIP, a obrigatoriedade dos órgãos de imprensa e editoras a unificarem a ortografia, pois a existência de duas fórmulas e regras “adoptadas ao mesmo tempo estabelecem confusão que precisa ser evitada” (*OESP*, 13 mar. 1941, p. 2). Em junho do mesmo ano outro aviso do DIP chamando atenção para o fim do prazo informava a obrigatoriedade da adoção da ortografia oficial, medida cumprida por *OESP* um mês antes da data limite estipulada pelo regime (*OESP*, 7 jun. 1941, p. 1).

Considerando os objetivos almejados por esse tipo de publicação, que assumidamente propagandeava as realizações do regime, e a censura operante no período, os protocolos narrativos das notícias se revestiram do “controle seletivo de informações a fim de favorecer determinado ponto de vista” (BROWN, 1963, p. 17). Nas matérias analisadas, a “seleção das informações” – emprego de um determinado modo de publicizar a informação, excluindo ou privilegiando determinado tema – e o favorecimento de um ponto de vista - a imagem positiva e infalível de Vargas, por exemplo – são elementos recorrentes (JAHR, 1999a).

As transformações operadas n’*OESP* se caracterizaram, por outro lado, pela veiculação de novas informações com vistas a autolegitimar o papel do Estado Novo no trato social. Deste modo, a percepção dos leitores do periódico se alterou diante dessas mudanças, evidenciando processos persuasivos veiculados na notícia, tendo em vista a ideia de percepção como “conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais”. Quando habituados a determinados estímulos, como é o caso ao se realizar a leitura cotidiana de um jornal, qualquer mudança do estímulo irá afetar a percepção do indivíduo, alterando, deste modo, suas “atitudes” em relação ao objeto (STERNBERG, 2000, p. 110).

Quando há modificação de um padrão, em nosso caso do padrão da notícia, o receptor percebe a mudança alterando, conseqüentemente, sua percepção sobre o ocorrido, exigindo, deste modo, um maior “envolvimento do ouvinte” (ou leitor) como forma de facilitar a resignificação da mensagem veiculada (STERNBERG, 2000, p. 143). Considerando que o leitor é um ser ativo no processo de percepção, novos sentidos são produzidos quando a leitura do “novo” jornal é realizada. Se a percepção é fruto da interação de elementos diversos, como ambiente, memória e conhecimento, os leitores d’*OESP* não deixaram de notar que a origem das notícias, por exemplo, provinha de remetentes bem diferentes daqueles com os quais estavam habituados.

Quando a percepção é alterada, a atitude social, entendendo-a como “sentimento pró ou contra um objeto social”, também muda (RODRIGUES, 1975, p. 395). A inserção de novos protocolos narrativos, a adjetivação das personagens do regime, a ampliação do tamanho das notícias e sua localização na página e a reiteração de determinados assuntos acabavam por tentar modificar a atitude do leitor diante dos novos sentidos que estavam sendo veiculados pelo jornal. Por meio do afeto (da valorização das ações do governo, representadas por Vargas), a notícia buscava criar uma empatia no leitor, mecanismos estes típicos da propaganda (BROWN, 1963, p. 28).

As mudanças que foram introduzidas n' *OESP* acarretaram, por sua vez, alterações no modo como o leitor da folha passou a ler as notícias. A intervenção no jornal, longe de representar um “hiato” na história do periodismo brasileiro, foi, antes de tudo, um dos mecanismos de autolegitimação do papel do regime nas páginas de um periódico prestigiado e resignificado. Mais do que produzir notícias, a nova direção do jornal veiculava informações que corroboravam a leitura de mundo do Estado Novo, fazendo isso também, a partir da autoridade que o jornal já possuía⁷⁶.

1.4 - O cotidiano do centro de poder

Destacar determinados assuntos é uma operação comum na “seleção de informações” nos meios de comunicação de massa: “a página em que é colocada, a dimensão do texto, o título, o maior ou menor número de pormenores contidos na descrição permitem dar aos fatos um outro significado” (JAHR, 1999a). O privilégio de certas temáticas, valendo-se de técnicas de convencimento, foi uma das práticas utilizadas pelo Estado Novo como meio de autolegitimar seu papel enquanto “sujeito da história” (CAPELATO, 1989, p. 62).

O cotidiano do centro de poder foi largamente noticiado no decorrer da intervenção n' *OESP*. O Estado Novo, por seu turno, “teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e idéias, pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileira” (OLIVEIRA, 1982, p. 9). Essa extensa produção, que durou mais de cinco anos, permite-nos visualizar de que forma tais notícias foram veiculadas e quais assuntos se destacaram na coluna *Notícias do Rio*.

Entendemos a produção de notícias como parte de processos de “construção ideológica” que, por meio da coluna, informações e sentidos foram veiculados com a pretensão de justificar o papel do regime como coordenador das novas transformações que estavam em curso no país. Compartilhamos o entendimento de que a “ideologia não é inversão especular do real, nem visão de mundo, mas um conjunto de dispositivos práticos e teóricos produzidos pela luta de classes com a finalidade de anular a realidade dessa luta”

⁷⁶ No capítulo IV verificaremos que na devolução d' *OESP* aos seus antigos proprietários, realizada em dezembro de 1945, são publicadas correspondências de antigos leitores que evidenciam seus posicionamentos diante das mudanças operadas no periódico.

(CHAUI. In: DE DECCA, 1998, p. 13). Os dispositivos práticos, a notícia e os teóricos, os rearranjos da informação objetivavam interar o leitor d'*OESP* com o cotidiano do poder.

No jogo das representações ideológicas⁷⁷, procuramos entender o papel do regime não como produtor de uma realidade fantasiosa dos fatos, ou muito menos, simples manipulador de uma massa títere, inerte e alheia aos acontecimentos, passiva de ler e acreditar no que lia, mas, sobretudo, visualizando nessa relação, um conjunto de tensões e rearranjos impressos na coluna *Notícias do Rio*. Entende-se que, ao produzir um novo noticiário, composto de novas abordagens, símbolos e temáticas, os leitores d'*OESP* passaram a estabelecer novas relações de comunicabilidade pautadas em ressignificações dessas informações (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 261).

Retomando a ideia de que a nova direção do periódico passou a destacar determinados temas na composição das notícias da coluna, compartilhamos com Vesentini (1997) acerca da construção do acontecimento no jornal: “dada a imediatez do noticiário, uma situação qualquer pode ser grave, como simplesmente mera aparência criada exatamente pelo foco localizado e ampliado de determinados acontecimentos” (VESSENTINI, 1997, p. 29). Focando ou deslocando temáticas, o Estado Novo tornava público seu cotidiano, privilegiando seu papel como coordenador da sociedade e de mediador dos conflitos sociais.

Uma das seções que ganharam destaque após a intervenção n'*OESP* foi “No Cattete”. A seção era composta de pequenas notas sobre despachos e personagens recepcionados por Vargas na sede do governo. O enfoque à seção, embora os protocolos narrativos e seu tamanho não tenham se alterado após a intervenção no periódico, se deu por sua aparição diária em quase todas as edições analisadas. A seção representava, por um lado, um nítido esforço do regime em publicizar o cotidiano do presidente e, por outro, familiarizar o leitor com os nomes que compunham o governo.

Essa necessidade de noticiar as ações do presidente não se restringia à seção de despachos e audiências do Catete⁷⁸, ela ia além: quando Vargas viajou a Araxá, Minas

⁷⁷Em *Ideologia e mobilização popular* (1985), Chauí analisa o ideário integralista durante o governo Vargas. A autora retoma a crítica ao esquecimento, por parte dos estudiosos das ideologias, das formas de existência social que são o pensamento e as representações. Compartilhamos com a visão da autora, abordando a “ideologia” como mecanismos de ocultação dos conflitos sociais e que tem a tarefa, consequentemente, de converter o discurso do grupo dominante em discurso universal (CHAUI, 1985, p. 9-15).

⁷⁸ Trataremos da crescente participação de outras “personalidades” do regime no segundo capítulo do texto onde, com base nas notícias analisadas, procura-se dar destaque não somente do cotidiano do Palácio do Catete, mas também, de outros departamentos e ministérios do governo. Após a intervenção, valendo-se dos mesmos protocolos narrativos utilizados em “No Cattete”, ministérios passaram a ter sua própria seção cotidiana, como, por exemplo, o Ministério da Fazenda (*OESP*, 21 jun. 1940, p. 1).

Gerais, um boletim da Agência Nacional nos deu os pormenores do ambiente criado na cidade em razão de sua estada:

[...] O Hotel Colombo transformou-se num autêntico palácio de governo. Com a sua geométrica noção de ordem, organizado e methodico, o presidente Getúlio Vargas installou seu gabinete de trabalho como se não se houvesse afastado da Capital da República. Seus auxilliares, todos a postos, não têm mãos a medir para collocar-se à altura das responsabilidades que lhes cabem. Todo o expediente do Cattete vive rigorosamente em dia. Aviões militares atterisam duas vezes por semana nas redondezas do balneário e aqui desembarcam a immensa papelada que depende de exame do chefe do governo. Esse trabalho, que se prolonga muitas vezes até cerca de meia noite, só é interrompido nos rápidos minutos em que o Presidente Getúlio Vargas atravessa o parque nos primeiros instantes do dia, rumo à fonte de água radioactiva ou quando tarde comparece ao pavilhão dos banhos de ducha [...] (*OESP*, 26 abr. 1940, p. 2).

A seção “No Cattete” só não era publicada quando o presidente estava fora do Rio de Janeiro, mas, de todo o modo, como diz o texto acima, nem precisava, pois era como se Vargas “não se houvesse afastado da Capital da República”: Vargas era o próprio Catete.

As descrições cotidianas das atividades de Vargas, por outro lado, não se limitaram à atividade política, estendendo-se a fatos corriqueiros relacionados ao chefe de governo:

RIO, 29 (Estado” – Depois de inaugurar hoje pela manhan a exposição de mappas municipaes, o Presidente Getúlio Vargas acquiesceu ao convite que lhe fez o ministro Fernando Costa, tendo viajado até o Palácio Guanabara no automóvel a gazogenio de propriedade do titular da pasta da Agricultura. S. exa. mostrou-se satisfeito com a segurança, conforto e efficiencia desse aparelho, inteiramente adaptável a um carro de luxo (*OESP*, 30 mai. 1940, p. 2).

Na notícia acima, Vargas havia pegado somente uma carona com seu ministro, fato mais que suficiente para virar notícia visto que o presidente gostara tanto do “aparelho”⁷⁹.

As reuniões de conselhos a que Getúlio Vargas comparecia também eram estampadas em manchetes de primeira página, acompanhadas de fotografias (Anexo A - Figura 9): em uma reunião semanal do Conselho Federal de Comércio Exterior, presidida pelo presidente, descreveu-se pormenorizadamente a chegada do chefe de governo, suas palavras e sua retirada da sessão, transformando uma reunião rotineira do conselho em

⁷⁹ Durante o período em que Fernando Costa foi ministro da Agricultura, *OESP* noticiou diversas de suas “iniciativas”, dentre elas a da conversão de veículos à gasolina para o “gazogênio” com incentivo da Comissão Nacional do Gazogênio (*OESP*, 15 ago. 1940, p. 2). Em outra ocasião, publicou-se a utilização de veículos de carga do próprio Ministério que foram modificados para funcionarem com esse tipo de combustível (*OESP*, 3 set. 1940, p. 2). Nas comemorações de 10 de novembro de 1941, Fernando Costa organizou pessoalmente um “desfile de caminhões movidos a gazogenio” (*OESP*, 9 nov. 1941, p. 11).

acontecimento de capa (*OESP*, 18 jun. 1940, p. 1). Do mesmo modo que o presidente protagonizou reuniões, a utilização de protocolos narrativos específicos para a composição de notícias de assinaturas de decretos era constante: “O presidente assignou decreto na pasta...”, evidenciando que a presença da figura de Vargas era corriqueira em qualquer que fosse a ocasião (*OESP*, 20 jun. 1940, p. 2).

Todavia, as notícias produzidas acerca do cotidiano do Estado Novo não ficaram restritas ao presidente: as realizações do governo nos mais variados campos passaram a tomar boa parte do noticiário da coluna *Notícias do Rio*. O regime, na construção de sua autoimagem, proporcionou ao leitor d’*OESP* informações diárias sobre as ações do governo e de seus pressupostos ideológicos. Ministérios, como o do Trabalho, aumentaram o volume de publicações⁸⁰ sobre suas tarefas:

RIO, 4 (“Estado” – Pelo telephone) – O Sr. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, esteve hoje no instituto dos marítimos e no Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, onde com s. exa. despacharam os respectivos presidente e director, srs. Homero Mesquita e Oswaldo Gomes da Costa Miranda. No S. E. P. T., entre outros assumptos, o ministro assentou com o director do referido serviço providencias relativas à fiscalização da lei do salário mínimo que hoje entrou a vigorar em todo o paiz (*OESP*, 5 jul. 1940, p.1).

As notícias que relatavam o cotidiano dos ministros estamparam com regularidade as páginas d’*OESP*. Por meio da notícia, o governo buscou inteirar os leitores do jornal de suas realizações, ainda mais, de assunto tão discutido como a instituição do salário mínimo: era preciso deixar claro que “providencias” estavam sendo tomadas para o cumprimento da lei, legitimadas pelo poder encarnado na figura de Waldemar Falcão. Igualmente, em seção especial, o Conselho Nacional de Imprensa (CNI), órgão que se destacava cada vez mais na coluna *Notícias do Rio*, publicava regularmente os resultados de suas reuniões: deliberações, resultados de processos e assuntos discutidos eram os conteúdos dessa seção (*OESP*, 10 jul. 1940, p. 1).

Outro órgão que passou a ter suas reuniões noticiadas no jornal com regularidade foi o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Responsável pela coordenação do comércio externo brasileiro, o CFCE esteve em evidência durante o período de 1940-1941. Esse crescimento da publicação de suas atividades reflete a preocupação do regime diante do conflito que se desenrolava na Europa. Seus pareceres, como o da instituição da

⁸⁰ No ano da intervenção do jornal, 1940, foram noticiadas 435 notícias referentes ao Ministério do Trabalho e no ano seguinte, 1941, esse número subiu para 529 notícias (Anexo B – Tabelas II e III).

Comissão Econômica Brasileira, tendo como missão visitar “varios paizes latino-americanos” com o intuito de fortalecer o “commercio entre as nações amigas”, representavam os esforços do Estado Novo em legitimar seu papel como regulamentador das relações comerciais numa conjuntura de guerra (*OESP*, 12 jul. 1940, p. 1).

Com o fim de se obter melhores resultados na coordenação da sociedade, segundo a lógica do Estado Novo, a sistematização de dados estatísticos assumia grande importância na compreensão da “realidade nacional” e para isso, valeu-se do censo demográfico como ferramenta administrativa e de propaganda.

As campanhas do censo de 1940 são fundamentais para a compreensão desse esforço do regime em legitimar seu papel de coordenador da sociedade. Em uma série de reportagens sobre os objetivos do Recenseamento de 1940, o Serviço Nacional de Recenseamento (SNR) passou a publicar “comunicados” que conclamavam a população a participar da pesquisa, pois, segundo *OESP*, os seus resultados “interessam tanto ao administrador, quanto ao jornalista, ao ministro religioso, como ao capitalista”. O levantamento a “todos interessa”, pois este seria o momento em que os brasileiros poderiam contribuir com um censo “mais incisivo e mais ousado do que o de 1920” (*OESP*, 15 mai. 1940, p. 1)⁸¹.

Não se limitando à notícia, o Estado Novo passou a publicar notas de rodapé na capa do jornal, instruindo a população a colaborar com os pesquisadores: “Não despreze esta oportunidade de mostrar o lado constructivo de seu patriotismo. Colabore no recenseamento nacional”. Em outra, detalhava-se como devia ser feita a participação: “O serviço Nacional do Recenseamento aceita a sua crítica, mas pede a sua cooperação, coopere primeiro, critique depois, critique constructivamente cooperando” (*OESP*, 25 e 27 jul. 1940, p.1). Do mesmo modo que instruía, a propaganda censitária ameaçava quem não cumprisse seu papel de cidadão: “Recusar informações aos agentes do recenseamento é o mesmo que renunciar à pátria” (*OESP*, 13 ago. 1940, p. 1).

⁸¹ Assis Valente com a música “Recenseamento” tratará do assunto: “Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento/ E o agente recenseador esmiuçou a minha vida foi um horror/ E quando viu a minha mão sem aliança encarou para a criança que no chão dormia/ E perguntou se meu moreno era decente/ E se era do batente ou era da folia/ [Refrão] Obediente eu sou a tudo que é da lei fiquei logo sossegada e falei então: O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro, e é quem sai com a bandeira do seu batalhão! A nossa casa não tem nada de grandeza nós vivemos na pobreza, sem dever tostão Tem um pandeiro, uma cuíca, um tamborim um reco-reco, um cavaquinho e um violão [Refrão] Fiquei pensando e comecei a descrever tudo, tudo de valor que meu Brasil me deu/Um céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo um pano verde-amarelo/ Tudo isso é meu!/ Tem feriado que pra mim vale fortuna a Retirada de Laguna vale um cabedal!/ Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia um conjunto de harmonia que não tem rival/Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia um conjunto de harmonia que não tem rival”.

Estes avisos traziam à tona um esforço propagandístico que se estenderia até à realização do censo, em 1º de setembro de 1940. Nos meses seguintes, foram publicados artigos que comentavam os resultados, estes, sempre positivos em relação aos censos anteriores. Exatamente um ano após a abertura oficial do recenseamento de 1940, em artigo intitulado “O papel das estatísticas”, retomava-se a importância da pesquisa demográfica como forma “de estabelecer e de manter dignas possibilidades de existência para todo o povo e nação” (*OESP*, 3 set. 1941, p. 2).

O papel de um Estado “interventor”, que, segundo Fonseca (1999), sempre esteve presente nas políticas econômicas anteriores ao Estado Novo, a partir de 1937 se intensificou quando “o governo trouxe a si a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar as atividades produtivas em profundidade sem precedências”, abrangendo, desse modo, variadas esferas sociais (FONSECA, 1999, p. 259). Segundo o autor, a política econômica e administrativa de Vargas, antes de tudo, era permeada por um intervencionismo enquanto concepção de administrar a sociedade não apenas no campo econômico, mas se estendendo para toda a sociedade (FONSECA, 1999, p. 263). Tais interferências, presentes na cotidianeidade da notícia, iam desde medidas de caráter nacional, como a padronização da produção de indústrias têxteis (*OESP*, 26 nov. 1940, p. 1) até portarias específicas que, “visando à disciplina”, exortavam funcionários do Ministério da Fazenda a como procederem durante o horário de trabalho e quais assuntos eram proibidos de conversar:

Rio, 6 (“Estado” – Pelo telephone) – O director de Rendas Internas expediu portaria aos funcionarios da sua repartição proibindo, em beneficio da disciplina e da ordem, agrupamento no recinto das sessões ou corredores, bem como discussões sobre assumptos de política nacional, religião ou guerra [...] (*OESP*, 7 dez. 1940, p. 2).

Esperava-se do funcionário público um “comportamento padrão”. Pretendia-se alcançar na racionalização do serviço público a

[...] uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constitui a base para a centralização e o fortalecimento do poder totalitário. Para instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis. Tudo interessa ao Estado. Não há nada, nem no âmbito público ou privado, que permaneça excluído e não implique o monopólio estatal (NOVINSKY. *In*: CARNEIRO, 2002, p. 31).

Outro exemplo desse Estado interventor foram as obras realizadas pelo regime e que iam ganhando cada vez mais espaço após a intervenção do jornal⁸². Em texto do Bureau Interestadual de Imprensa sobre a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, publicou-se o projeto de “gigantesco empreendimento”:

RIO, 12 (Bureau Interestadual de Imprensa) – Cada vez mais se confirma a asserção de que, na América, a paz encontrou seu último refúgio. Effectivamente, enquanto grandes povos se estraçalham no cenário desconexo do Velho Mundo, o continente colombiano se estreita e agrega, dentro da mais sadia e fraternal política de amizade, sem ódios, sem lutas, sem ambições. Symbolo perfeito dessa auspiciosa identificação é a aproximação bolívia-brasileira, entabolada e nascida dos profundos sentimentos de concórdia panamericana e em harmonia com os interesses dos dois paizes, que determinou a construção de uma estrada de ferro, ligando, através seus territórios, os dois grandes povos irmãos [...] (*OESP*, 14 jul. 1940, p. 1).

Numa fase de reafirmação da “neutralidade continental”, presente em notícias e discursos das autoridades, os projetos de obras públicas se inter-relacionavam com a situação mundial. Enquanto vivíamos um clima de prosperidade e “harmonia”, o “Velho Mundo” se debatia com desavenças e ódios. A publicação da realização de uma nova obra dava margem para se discutir o papel do país ante o conflito europeu, estabelecendo-se, aparentemente, uma relação direta da “paz” conquistada no continente com os projetos levados a cabo pelo Estado Novo. Da mesma forma, acompanhando o ritmo acelerado do fortalecimento da “indústria nacional”, as obras da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, Rio de Janeiro, foram noticiadas no jornal exaustivamente⁸³ pois, segundo o periódico, a fabricação de aço representava “uma verdadeira campanha de libertação econômica” (*OESP*, 3 out. 1940, p. 2).

Além das ações governamentais, outras formas de estímulo à economia eram noticiadas através de concursos e premiações. Em nota intitulada “Estímulo a industria de pesca”, o Conselho Nacional de Pesca publicou os “premios de animação à pesca”, com o

⁸² O aumento no número de publicações referentes a obras pode ser verificado pelo crescimento do número de notícias sobre o Ministério da Viação e Obras Públicas. Entre setembro de 1939 a março de 1940 foram publicadas 448 notas. Após a intervenção, de março a dezembro de 1940, esse número subiu para 487, para crescer novamente em 1941, totalizando 587 notas. Nos anos seguintes a quantidade de notas se manteve, apresentando nos anos de 1942, 1943, 1944, 1945 respectivamente com 423, 445, 482 e 350 notas (Anexo B – Tabelas I-VII).

⁸³ Embora a campanha n’*OESP* pela efetiva construção da CSN, ela só ira ser iniciada em março de 1941, publicando-se, inclusive, uma série de notas que informavam “subscreições” de personalidades diversas em prol da construção da Usina de Volta Redonda. Dentre essas subscreições, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo contribuiu com 500 contos para sua construção (*OESP*, 26 mar. 1941, p. 2). Três dias antes de sua fundação, o jornal informava a subscreição de Institutos dos Industriais, Comerciários e Bancários, cada qual, respectivamente, contribuindo com 75, 50 e 25 mil contos cada (*OESP*, 6 abr. 1941, p. 8).

objetivo de fortalecer o setor, instituindo medalhas – “5 medalhas de ouro e 5 grandes medalhas de prata” – destinadas a pescadores profissionais e prêmios em dinheiro – “15 contos de reis” - para os patrões, ambos, sob a condição de estarem “devidamente cadastrados junto ao Conselho” (*OESP*, 19 jul. 1940, p. 1).

Comunicados, avisos, prêmios e projetos foram cotidianamente publicados na coluna *Notícias do Rio*, pequenas notas publicizavam autorizações:

RIO, 31 (“Estado” – Pelo Telephone) – Na pasta da Agricultura foi assignado decreto autorisando o cidadão brasileiro Guilherme Christofel a pesquisar ouro numa área de 25 hectares no município de Iguape, nesse Estado; e a título provisório a Sociedade Limitada Petróleos de Marahu (Solipema), a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais em terrenos situados nos municípios de Marahu e Caramu, na Bahia (*OESP*, 1 out. 1940, p. 2).

Considerando que o resultado de autorizações como essas competia somente aos interessados, podemos inferir que um dos objetivos desse tipo de publicação era o de tornar públicas ações de ministérios e órgãos autárquicos, mostrando ao leitor o poder regulamentador do regime. Pretendia-se evidenciar um caráter onipresente do Estado Novo.

Se as autorizações, das mais diversas, eram publicadas como meio de afirmação do papel regulador do Estado, na cotidianidade da notícia, cifras e números cumpriam a função de quantificar os feitos do Governo Federal. Publicava-se, por exemplo, o movimento da correspondência aérea que, segundo o jornal, “augmenta dia a dia” (*OESP*, 20 nov. 1940, p. 8); as cifras da exportação de laranja no estado do Rio de Janeiro (*OESP*, 26 nov. 1940, p. 2); ou a “abertura de credito suplementar” para o Ministério da Educação para o combate da malária na Baixada Fluminense (*OESP*, 6 dez. 1940, p. 1).

À medida que as notícias sobre o Estado Novo cresciam, as que se referiam ao dia a dia da cidade do Rio de Janeiro iam pouco a pouco desaparecendo. O grupo de notas que informavam o leitor sobre as tragédias cotidianas de uma grande cidade (suicídios, falências, assassinatos, atropelamentos) foi excluído dois meses após a intervenção do jornal. A seção “Suicídios”, que nos meses de janeiro e fevereiro de 1940 chegou a noticiar 12 suicídios na cidade do Rio de Janeiro, foi decaindo até chegar ao ponto de se extinguir um ano após a intervenção no jornal, em março 1941⁸⁴. Aos olhos do regime, não era de

⁸⁴ Entre a criação da coluna *Notícias do Rio* (setembro de 1939) e a intervenção (março de 1940), foram publicadas n’*OESP* 19 notas de suicídios. Um ano após a intervenção no jornal (abril de 1941) apenas 13 notas informavam esse tipo de acontecimento. Nos anos seguintes esse número caiu ainda mais, sendo nos

bom tom publicar esse tipo de notícia pois estas representavam uma sociedade debilitada, desarmoniosa, doente, bem diferente da estabilidade e do crescimento que o noticiário oficial pregava.

Seguindo o mesmo caminho, outra seção da coluna que perdeu espaço para as notícias de ações governamentais foi “Falencias”. Essas notas, compostas de pequenas linhas, eram publicadas para informar o pedido de concordata de empresas na cidade do Rio de Janeiro. Sua redução fora drástica (46 notas publicadas antes da intervenção do jornal para um ano depois cair para 18 notas). Todavia, uma pequena alteração em seu título foi verificada após a intervenção n’*OESP*: ao invés de “Falencias”, passou a ser nominada “Confissão de insolvência”⁸⁵. Tal modificação não se restringiu ao título, mas atingiu especialmente, o protocolo narrativo utilizado pelo texto. Comparando duas notas em momentos diversos, antes da intervenção no jornal e um ano após, respectivamente:

Rio, 9 (“Estado”) – Foram decretadas as fallencias da Feira de Machinas Ltda., firma estabelecida à avenida Salvador de Sá, n. 6, é de Alberto Silva, negociante estabelecido à rua do Engenho de Dentro, 362. (*OESP*, 11 mar. 1940, p. 6).

Rio, 8 (“Estado” – Pelo telephone) – Confessou em juízo sua insolvência a firma J. Nunes & Irmão, montando o passivo em 493:013\$ (*OESP*, 9 out. 1940, p. 2).

Modificar a ideia de “falência”, solicitada pelo comerciante e decretada por um juiz, para “confissão”, onde os representantes da empresa diante de um juiz confessam sua “insolvência” é uma transformação significativa na notícia. Ao reduzir o número de notas desse tipo e alterar suas formas de apresentação, os diretores d’*OESP* pretendiam, conforme a orientação do regime, amenizar o teor da notícia como meio de não causar ao leitor uma imagem negativa do regime, sobretudo se pensarmos que no período de 1940-1942 houve um esforço propagandístico do jornal em colocar em evidência as obras do regime e solidificação econômica que se propalava.

Destarte, novas temáticas foram surgindo com o passar das edições do jornal após o processo de intervenção pelo Estado Novo: novos temas exigiam novas formas de publicizar a notícia. Fruto de um processo ideológico pautado em “construções”, como foi apontado anteriormente, as notícias irão assumir novas funções: elas representam a

anos de 1942, 1943, 1944 e 1945, respectivamente, 2, 9, 1 e 0. Isso evidencia a exclusão desse tema no noticiário sobre a “cidade maravilhosa” (Anexo B – Tabelas I-VII).

⁸⁵ Mesmo com a modificação da nomenclatura da seção o número de notas que se referiam a processos de falências diminuiu sensivelmente durante o período de intervenção n’*OESP*: entre os anos de 1941 e 1945, foram publicadas apenas 54 notas no período (Anexo B – Tabelas I-VII).

materialidade dos pressupostos ideológicos que o regime objetivava veicular, informações e conhecimentos que buscavam a autolegitimação do governo diante os leitores do periódico.

Após arrumar a “casa” a seu modo, a nova direção do jornal introduziu, paulatinamente, novos protocolos narrativos que se diferenciavam dos utilizados pelos antigos proprietários d’*OESP*. Seja adicionando novas seções à coluna, modificando sentidos ou destacando determinados assuntos (como a utilização da fotografia), o periódico foi se transformando em um novo jornal, alterando, consequentemente, a percepção do leitor diante das mudanças levadas a cabo.

Verificaremos, adiante, a tentativa dos novos editores de privilegiar nos anos seguintes à intervenção novas temáticas: a construção da autoimagem do regime, representado por Vargas, o teor das discussões sobre imprensa e as interferências do DIP, bem como a partilha de espaço no jornal entre Vargas e demais figuras públicas do regime. Esse conjunto de personagens iriam figurar ao que denominamos de “Tempo Festivo”, visto sua presença e importância assumidas nas comemorações oficiais do regime.

As transformações operadas no periódico estabeleceram novos sentidos ao noticiar o Estado Novo para os leitores d’*OESP*. Pautadas pela repetição, destaque ou subtração de temas, as novas notícias que passaram a compor a coluna ampliaram o rol de informações sobre o regime e sua ação interventora na sociedade. Ao noticiar o cotidiano das ações e homens do regime, o jornal apropriado contribuiu para a construção da autoimagem pretendida pelo Estado Novo: a capital federal como centro irradiador do projeto político do governo federal, tendo a coluna *Notícias do Rio* como seu palanque para São Paulo, polo de extremo dinamismo na economia nacional, centro potencial de setores oposicionistas de elite e mesmo de uma opinião pública socialmente diversificada, como manifesto no movimento constitucionalista de 1932.

[...] As atitudes do presidente Getúlio Vargas surpreendem tanto a massa, com a qual se identificou profundamente, como os seus próprios amigos. Ainda na véspera de deixar Belem, agradecendo uma manifestação do proletariado, pronunciou de improviso um dos seus mais interessantes discursos, dirigindo-se ao povo amazônico, duas vezes maltratado pelas endemias e pela falta de meios com que se defender da ganância dos ambiciosos. E o presidente da República atacou a questão por dois lados objectivos: a distribuição da terra e o saneamento da região. E agora, de súbito, apossa-se da direção do hydro e assume o seu commando como quem quer ter, realmente, uma visão perfeita da região – Notícia descrevendo a viagem de Getúlio Vargas ao norte do país e de suas “habilidades” como piloto de aeronaves (*OESP*, 10 out. 1940, p. 1).

CAPÍTULO II - A NOTÍCIA COMO AUTOIMAGEM: NOVOS TEMAS EM NOTÍCIAS DO RIO

2.1 - O “diário do Catete”: Getúlio Vargas n’*OESP*

Em uma obra contemporânea do Estado Novo, *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões* (s.d.), Gastão Pereira da Silva, médico e psicanalista, por meio de uma abordagem peculiar, realizou uma análise da personalidade do presidente Getúlio Vargas. A íntima relação que Vargas estabelecia com as massas provinha, segundo o autor, da existência única de um “laço libidinal” entre o presidente e o povo. Em contrapartida, as massas se identificavam com o líder elegendo-o um “*transfert* a quem os indivíduos fazem suas confidências” (SILVA, s.d, p. 12). Como em um set psicanalítico, Vargas assume o papel do terapeuta, onde analisa e interpreta os anseios das massas, organizando-os e conduzindo-os conforme as necessidades coletivas da nação, sanando, quando necessário, os traumas e deficiências da personalidade brasileira.

Para Lenharo (1986), que realiza uma breve análise da obra de Pereira da Silva, a “máquina da propaganda” foi a responsável pela disseminação da imagem de Vargas, presente em nomes de ruas⁸⁶, praças, instituições, provas esportivas⁸⁷, etc. Sua vida era

⁸⁶ Uma das ruas centrais da cidade do Rio de Janeiro à época que levou o nome do presidente foi a “Avenida presidente Vargas”, homenagem do prefeito da cidade Henrique Dodsworth ao presidente. Do primeiro

recontada a cada oportunidade, num movimento de “reescritção mítica de suas qualidades pessoais de chefe predestinado”, dando-se, por sua vez, um processo de “getulização da sociedade”. Segundo o autor:

Esse traço de getulização do regime aponta claramente para a confluência da abordagem psicanalítica da propaganda com a sua organização maquínica propriamente dita. Por meio da afirmação da onipresença unidimensional da pessoa física e simbólica, assegurada pelos meios de comunicação, a imagem do chefe ganha contornos perfilados, a se reproduzirem nas infindáveis situações de identificação entre os subalternos e a autoridade do chefe (LENHARO, 1986, p. 48).

A imagem de um “Vargas terapeuta” foi apenas uma das mais variadas adjetivações que eram utilizadas para se descrever o presidente. Na imprensa, essa construção da imagem do líder não foi diferente: o “Chefe da Nação” – alcunha fartamente utilizada para citar Vargas nos cabeçalhos das manchetes – assumiu múltiplas facetas no decorrer da intervenção n’*OESP*⁸⁸.

Ainda segundo Lenharo, a imagem de Vargas foi construída paulatinamente, condensando-se as características nacionais em sua pessoa. Nas palavras do autor:

O caráter predestinado do líder para intervir na história volta aqui com toda a força; ganha ainda mais realce a afirmação da propriedade deste líder de corporificar em si a complexidade da sociedade e ser capaz, portanto, de desarmar os seus focos geradores de tensão. Fica posto em relevo o dom em posse do líder de intuir e extrair do inconsciente o desejo socialmente contido e realizá-lo. Esta representação física do “todo”, essa incorporação da brasilidade do brasileiro médio e dos traços nacionais levados às raias do absurdo tece uma senda incrivelmente mistificadora das relações sociais, de sua dinâmica e das possibilidades de seu controle (LENHARO, 1986, p. 194).

batimento das “estacas” (*OESP*, 8 jul. 1942, p. 1) a sua inauguração (*OESP*, 9 set. 1944, p. 1) o jornal cobriu amplamente esse empreendimento. Em texto de “G.I.L.”, o autor louva a criação da avenida pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro relacionando-a como símbolo de uma cidade moderna (*OESP*, 26 ago. 1944, p. 14).

⁸⁷ O “Grande Prêmio Presidente Vargas” era disputado no Jockey Clube do Rio de Janeiro anualmente em homenagem a assinatura de decreto-lei que dava mais autonomia a instituição. O presidente do Jockey era Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, no qual fazia questão de que na prova fossem utilizados apenas cavalos nacionais, contando sempre com a presença de Getúlio no evento (*OESP*, 16 nov. 1941, p. 10). Outro evento que levou o nome de Vargas foi a “Prova automobilística Presidente Vargas” que consistiu em corrida de carros realizada no Rio de Janeiro em “reconhecimento ao Chefe da Nação pela execução do Plano Rodoviário Federal” (*OESP*, 23 mar. 1941, p. 2).

⁸⁸ Para Capelato, analisando a construção das imagens de Eva e Perón na sociedade argentina, a importância dos estudos dos líderes Latino Americanos como Vargas e Perón deve ser ressaltada visto “a permanência dos líderes na história política contemporânea indica que este é um objeto de estudo pertinente, sobretudo entre nós que temos uma tradição de política personalista” (CAPELATO. In: BRESCIANI, 1992, p. 241).

Embora a multiplicidade de características atribuídas a Getúlio Vargas⁸⁹, algumas singularidades de sua personalidade foram dadas como inequívocas. Em texto do Bureau Interestadual de Imprensa sobre a publicação de novas obras literárias que abordavam as características do presidente da República, descreveu-se a extensão de sua popularidade:

[...] São numerosos os jornalistas estrangeiros que têm estudado o novo regime brasileiro, apontando a sua originalidade e perfeita adequação ao ambiente do país. Embora haja diversidade na apreciação dos phenomenos, todos são accordes num ponto: O Sr. Getúlio Vargas foi o homem que conseguiu captar todos os anseios da alma brasileira, interpretal-os e realisal-os através de uma corajosa orientação de reformas, que não possui símile no mundo (*OESP*, 18 jun. 1940, p. 2).

Essa capacidade do “Chefe da Nação” de assunção das necessidades da massa se estendeu para além das fronteiras nacionais, tendo como resultado a produção de uma série de obras que eram noticiadas no jornal com o intuito de publicizar análises que pretendiam entender os pensamentos do presidente⁹⁰. Ao noticiar o despertar do interesse internacional sobre Getúlio Vargas, a nova direção d’*OESP* buscou legitimar junto aos leitores a aceitação que o presidente dispunha tanto dentro como fora das fronteiras brasileiras. Em outra notícia, Vargas foi objeto de estudo em artigo do jornalista inglês Harcourt Livingston. No texto intitulado “O gênio do presidente Getúlio Vargas”, o autor analisava os “dez annos da legislação que criaram um Estado Forte”. Abordando os embates enfrentados por Vargas em 1930, o jornalista descreveu-o como salvador da ordem contra a desordem: “No meio do chaos, appareceu o Sr. Getúlio Vargas com seu tacto, sua vontade férrea, seu gênio de organização” restabelecendo a ordem e unindo a nação sob sua égide (*OESP*, 2 mar. 1941, p. 2).

Essa construção discursiva da personalidade do presidente em tal tipo de publicação se assemelhava em muito com as descrições efetuadas por nacionais - intelectuais, artistas, críticos ou jornalistas -, tornando oportuno pensar que o autor da obra divulgada era um

⁸⁹ Segundo Lenharo, as imagens relacionadas ao regime não eram meramente “acumuladas indisciplinadamente” apesar de seu aspecto múltiplo, mas sim, “selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro. Ali se encontra o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação – de comunhão – entre Getúlio e as massas, as novas leis, atos e atitudes aprovados por todos, concretização da universalidade eclesial (‘Pai, que todos sejam um’)” (LENHARO, 1986, p. 194).

⁹⁰ Mônica Pimenta Veloso analisa as bases de sustentação do discurso estadonovista verificando os elementos constitutivos da revista editada pelo DIP *Cultura Política*. Na seção especial intitulada “O pensamento político do presidente”, a autora identificou as características louvadas em Vargas pelo discurso oficial (VELOSO. In: OLIVEIRA, 1982, p. 78).

jornalista inglês, numa tentativa de mostrar ao leitor que a aceitabilidade do regime não se restringia aos adeptos nacionais⁹¹.

Na busca por legitimidade, era comum a republicação de entrevistas de Vargas a jornais de outras nacionalidades. Valendo-se de adjetivação semelhante, em junho de 1941, mais de um ano após a intervenção no jornal, a Agência Nacional publicou entrevista de Vargas à jornalista do diário argentino *La Prensa*. O entrevistador pormenorizou suas impressões sobre Getúlio:

[...] A figura do presidente Getúlio Vargas é conhecida em Buenos Aires. O povo portenho soube apreciar prontamente a simplicidade e as maneiras afetuosas do primeiro magistrado brasileiro. É uma grande coisa essa de poder falar com um homem que não deseja cativar pela ênfase e pela rigidez de protocolo. Parece que todo bom brasileiro sabe praticar a diplomacia das boas maneiras, dentro da maior solicitude (*OESP*, 27 jun. 1941, p. 2).

Nessa entrevista, Vargas se apresentava como um verdadeiro “anfitrião”, recebendo o jornalista como um convidado de honra. Levando em consideração que a entrevista fora publicada pela Agência Nacional, cabe ressaltar que a utilização do adjetivo “primeiro magistrado da nação” era comum no tratamento dispensado a Vargas nas notícias produzidas por *OESP*.

Maria de Lourdes Janotti (1998), ao analisar as permanências existentes no imaginário social da figura de Vargas, propôs que ao pensarmos nas representações sobre o presidente, devemos levar em consideração a multiplicidade de interpretações que foram elaboradas ao longo do tempo. No entanto, a autora viu certa homogeneidade na construção de sua imagem: “Vargas é apresentado como sendo sempre o mesmo homem imperturbável e seguro, sem hesitações ou medos, sabendo como agir e premeditando com exatidão o próximo passo a ser dado” (JANOTTI, 1998, p. 91). Essa infalibilidade atribuída a Vargas também esteve presente nas notícias publicadas n’*OESP*, verificando-se, entre os anos de 1940 e 1941, um crescimento no número de notas que se referiam ao presidente⁹².

A presença de Vargas no noticiário da coluna *Notícias do Rio* se intensificou com o

⁹¹ Outros casos foram noticiados como “referências” da imprensa sueca ao presidente (*OESP*, 3 jan. 1941, p. 2) ou da “boa receptividade” que Vargas gozava nos jornais chilenos (*OESP*, 22 nov. 1941, p. 2).

⁹² No ano de 1940 foram publicadas 211 notas sobre o presidente da República subindo para 271 notas no ano seguinte. O aumento quantitativo da presença de Vargas se dava em meses específicos, geralmente ligados a momentos de comemoração: abril, aniversário de Getúlio; maio, comemorações do “Dia do Trabalhador”; outubro, festejos da vitória da “Revolução de 30”; novembro, comemoração da instituição do Estado Novo (Anexo B – Tabelas I-VII).

processo de intervenção no jornal. Se antes da intervenção de março de 1940, Getúlio Vargas era noticiado quase exclusivamente na seção “No Cattete”, no período da intervenção, deu-se início ao processo de construção de sua imagem de forma mais sistemática.

A crescente participação do presidente nas notícias analisadas d’*OESP* demonstra, antes de tudo, que o objetivo do Estado Novo era formatar um modelo de civilidade atribuída à Vargas. A extensão da utilização de seu nome a quaisquer ações de melhorias nos serviços do Estado era diretamente relacionada à atitude pessoal do líder. Em notícia sobre a agilidade requerida por Vargas no andamento de processos nas repartições públicas, o texto exaltou que “o presidente da República cada dia aperfeiçoa mais a machina administrativa, e todos os melhoramentos que se introduz têm por finalidade a efficiencia do serviço, em proveito do Brasil e dos brasileiros” (*OESP*, 12 jun. 1940, p. 2). Atributos como “eficiência”, relacionados ao próprio Vargas, passaram a ser identificados com um ideal de serviço público.

O presidente figurou nas páginas d’*OESP* e seus familiares também foram contemplados com notas sobre suas atividades:

RIO, 13 (“Estado” – Pelo telephone) – Em avião da linha internacional, chegou, hoje, dos Estados Unidos, o Sr. Getúlio Vargas Filho, que recentemente concluiu o curso de chimico industrial na Universidade de John Hopkins naquella paiz. No aeroporto Santos Dumont o Sr. Getúlio Vargas Filho foi recebido pelas sras. Darcy Vargas e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, além de numerosas pessoas (*OESP*, 14 jun. 1940, p. 2).

O retorno de “Getulinho” para o Brasil era digno de nota, como também foi à chegada de outro filho do presidente, Luthero, que viera de Roma acompanhado de Bruno Mussolini, filho do ditador italiano⁹³ (*OESP*, 9 mai. 1940, p. 2).

⁹³ A vida de “Getulinho” foi noticiada no jornal em diversos momentos de sua curta existência: sua primeira “prova de tiro” como recruta no Forte de Copacabana – o “cabo 399” – sendo assistido por seu pai (*OESP*, 19 jul. 1941, p. 2). No início do ano de 1943 o filho caçula de Vargas cai enfermo, falecendo em São Paulo vítima de uma paralisia respiratória provocada por uma “neurite infecciosa”. Sua morte foi alvo de extensas publicações contendo detalhes sobre seu funeral (o jornal estimou em cinquenta mil pessoas o público que compareceu ao seu funeral), biografia do falecido e manifestações de pesares de amigos e personalidades políticas do regime (*OESP*, 3 fev. 1943, p. 3). Nas edições seguintes uma série de telegramas é publicada no jornal de figuras como Jorge VI, rei da Inglaterra, e Pio XII (ver respectivamente edições do dia 6 e 7 de fev. 1943). Jorge Santos, em texto abrindo a coluna *Notícias do Rio* lamentava a morte de “Getulinho” aproveitando para exortar os leitores: “[...] resta-nos, ainda, uma coisa a fazer: manter a nossa Fé na energia do Chefe da Nação e a nossa confiança na firmeza da compreensão que tem do espírito público” (*OESP*, 5 fev. 1943, p. 1).

A vida da família de Vargas foi matéria-prima para notas jornalísticas que ganharam destaque gradativamente com a intervenção no jornal. A presença de Vargas e dos que o cercavam foi se tornando trivial na coluna *Notícias do Rio*, sendo costumeiro encontrarmos notas sobre as viagens da primeira dama (*OESP*, 21 mai. 1940, p. 2).

Das viagens particulares da “sra. Vargas” meses após o jornal ser apropriado pelo governo, publicou-se, com o passar das edições analisadas, suas obras de assistência aos necessitados:

Rio, (“Estado” – Pelo telephone) – A senhora Darcy Vargas realizou hoje à tarde uma reunião que teve a presença de figuras destacadas da sociedade, diretores de jornais e emissoras, afim de tratar de providencias e medidas em favor da campanha para a construção da “Cidade das Meninas”.

[...] A esposa do chefe do governo informou ainda que Carmem Miranda realizará no próximo dia 15 o seu primeiro espetáculo no Rio, cuja renda será revertida em benefício da “Cidade das Meninas” (*OESP*, 3 jul. 1940, p. 2).

A construção da “Cidade das Meninas” ganhou grande repercussão nas edições seguintes d’*OESP*. O regresso de Carmem Miranda ao Brasil estampou a capa do jornal, descrevendo-se os preparativos para sua recepção no cais do Porto da Guanabara. No texto, ressaltava-se que “a sua primeira audição no Brasil será em benefício da construção da “Cidade das Meninas” (*OESP*, 6 jul. 1940, p. 1). Dois dias depois da apresentação da cantora, uma nota informava que Carmem Miranda estava enferma pois “o esforço que fez para cantar naquela noite agravou o seu estado de saúde, achando-se, presentemente, de cama” (*OESP*, 18 jul. 1940, p. 2).

Essa tentativa de associar uma figura conhecida das rádios como Carmem Miranda às obras de assistência social da primeira dama representava, antes de tudo, a necessidade da nova direção do periódico em evidenciar tanto a popularidade de suas ações quanto o início do processo de construção de uma imagem positiva do Brasil junto aos EUA, país onde a cantora ganhou notoriedade. Essa parceria seria responsável pela popularização do Brasil no exterior, fator que se intensificaria com o alinhamento do país junto aos EUA e o posterior rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo”.

Darcy Vargas teve espaço privilegiado na coluna *Notícias do Rio*. As obras de assistência ao “pequeno jornaleiro”⁹⁴, outro trabalho assistencial sob direção da Fundação

⁹⁴ A obra assistencial da “Casa do Pequeno Jornaleiro” recebia apoio de jornais, da Associação Brasileira de Imprensa e de personalidades simpáticas à obra assistencialista de Darcy Vargas. É importante ressaltar a relação estabelecida entre a ABI e as ações filantrópicas da primeira dama, tais como a realização de festas nos salões da Casa do Jornalista. Embora os esforços da esposa de Vargas para manutenção de sua

Darcy Vargas, inauguraram no jornal as ações filantrópicas da primeira dama. Em extensa matéria, o repórter d'*OESP* descreveu com entusiasmo as repartições do estabelecimento. Ao perceber que um dos “alunos” tinha uma caderneta de poupança sobre a carteira escolar, o repórter indagou ao “pequeno jornalista se possuía tanto dinheiro que sobrasse para depósitos”, ele respondeu que a instituição os instruía a poupar parte de seus ganhos como forma de lhes ensinar a “adoção de hábitos de economia” (*OESP*, 28 nov. 1940, p. 2).

O reconhecimento das ações sociais da primeira dama extrapolou os limites territoriais da nação quando uma nota republicou trechos de uma entrevista de Errol Flynn, ator de cinema estadunidense, à revista “Screenrand”. Darcy Vargas figurava na lista do ator como uma das “10 mais impressionantes figuras do mundo feminino”. Para Flynn, a primeira dama brasileira era “uma personalidade particularmente singular e colorida”, um “exemplo de bondade feminina do melhor padrão” (*OESP*, 21 nov. 1941, p. 2).

Do mesmo modo que as obras sociais coordenadas por Darcy Vargas eram noticiadas, datas comemorativas, como seu aniversário, ganhavam destaque na primeira página do jornal, com resumos biográficos e fotografia. Ao parabenizar a aniversariante, a notícia exaltava “seu alto papel de modelo da mulher brasileira” que personificava “os elevados sentimentos do coração feminino”. Numa breve tentativa de configurar um exemplo de feminidade a ser seguida pela(o) leitora(or) do jornal, o texto da matéria explicitava no que consistia os trabalhos desenvolvidos pela primeira dama:

[...] Acompanhando a obra gigantesca do Chefe da Nação, não é somente a esposa dedicada, criadora do ambiente do lar, indispensável a todos os homens de estudo e de trabalho. Sua actividade vai até a consecução de grandes empreendimentos de assistência colectiva, preenchendo lacunas até então desprezadas pelo nosso consenso de assistência social. As phrases ocas e inexpressivas, as promessas infundadas não rimam com seu espírito superior, todo dedicado à causa do próximo desventurado (*OESP*, 13 dez. 1940, p. 1).

No ano seguinte, em 1941, novamente publicou-se a comemoração de sua “data natalícia” com a cobertura de uma recepção no Palácio da Guanabara, onde compareceram “vários ramos da alta sociedade brasileira”: acompanhando a notícia, uma fotografia reforçava o clima do evento, mostrando a primeira dama sorridente, rodeada por mulheres (Anexo A - Figura 10) (*OESP*, 14 dez. 1941, p. 9).

instituição, Darcy irá apelar para a Comissão Especial de Legislação Social solicitando que estudem exposição de motivos para decreto-lei para instituir uma cobrança de 3% sobre a mensalidade de torcedores de clubes de futebol em prol de suas obras assistencialistas (*OESP*, 5 jul. 1940, p. 1).

Nos mesmos moldes descritivos atribuídos à figura da mãe, a filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, esposa do interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, era ocasionalmente citada na coluna *Notícias do Rio*. Em razão de seu aniversário, a filha de Vargas foi caracterizada como “espírito empreendedor e compreensivo”, visto que a primeira dama carioca, “não obstante a sua faina intensa colaboradora do chefe do governo – Alzira também era secretária do pai -, tornou-se uma das dedicadas auxiliares na tarefa beneficente da senhora Darci Vargas” (*OESP*, 23 nov. 1940, p. 2). Sua obra de assistência aos “desvalidos”, como um curso profissionalizante de “trabalhos manuais” destinados a mulheres, dividia o espaço com as obras assistencialistas da mãe (*OESP*, 6 ago. 1940, p. 2).

O clímax do assistencialismo levado a cabo pelas senhoras Vargas e Amaral Peixoto se dava ao final de cada ano: em dezembro, as esposas do “chefe da nação” e do interventor carioca promoviam o “Natal dos Pobres” no Palácio do Catete.

Da pequena nota timidamente publicada antes da intervenção no jornal (*OESP*, 24 dez. 1939, p. 2), o “Natal dos pobres no Catete” passou a ganhar espaço com o decorrer daquele processo. Dois dias antes do Natal, o Palácio do Catete abria suas portas à população para uma jornada de distribuição de brinquedos e roupas. Chefiados por Darcy e Alzira, a distribuição de brinquedos, restrita a “quatro mil pessoas de todas as idades”, se estendia das 14 às 21 horas, tendo como objetivos “um Natal mais alegre e feliz” (*OESP*, 15 dez. 1940, p. 14). Na distribuição, descrita como “uma verdadeira romaria”, a “sra. Getúlio Vargas sorria às exclamações de prazer das crianças mais impacientes que iam logo devassando o que lhes havia de presente” (*OESP*, 24 dez. 1940, p. 8). Em edição posterior, publicou-se uma fotografia de uma menina sorridente (Anexo A - Figura 11) segurando uma boneca que, segundo o texto, “talvez nunca tivesse tido brinquedo tão lindo”. Comparando com o “Natal dos Ricos” – onde “as crianças dos apartamentos e dos palacetes esperam e recebem a visita de Papae Noel, que não se esquece por que é bem pago” –, o Natal no Catete vinha dar felicidade aos “desprovidos” (*OESP*, 7 jan. 1941, p. 2).

Durante o período em questão, compreendendo os anos de 1940 a 1942, outras aparições do presidente nas páginas do periódico foram detectadas. A grande cobertura dada aos aniversários de Getúlio Vargas ocupava páginas inteiras. No início do mês de abril, começavam a surgir notas e programas das festividades do “natalício do Chefe da Nação”. Noticiava-se desde uma portaria do secretário geral de Educação e Cultura, Pio

Borges, instruindo que “todas as escolas”⁹⁵ realizassem festejos e comemorações no dia 19 de abril, à comunicação ao DIP de uma rádio paranaense, informando-lhe de seu interesse em aderir às comemorações, promovendo esquetes especiais para a data (*OESP*, 12 abr. 1940, p. 2).

A programação, presente em todos os aniversários de Vargas, era fornecida pela Agência Nacional e publicada com antecedência. As notícias, com data, local e horário de cada evento, serviam como uma “agenda” da programação oficial das festividades, tanto no Estado do Rio de Janeiro como nas demais unidades da federação (*OESP*, 17 abr. 1941, p. 3).

A ênfase dada ao aniversário do presidente, transformando a data em “festa nacional”, obtinha sua consagração na edição do dia 19, quando a foto de Getúlio Vargas “sentado em sua mesa de trabalho” figurou no centro da página, acompanhada da programação oficial (Anexo A - Figura 12). Em letras garrafais, a manchete anunciava: “Com o máximo júbilo, todo o Brasil comemora hoje, condignamente, o aniversário natalício do presidente Getúlio Vargas”. O texto que detalhava as comemorações prometia ao leitor festividades “com grande imponência”, marcando o dia do “grande brasileiro” (*OESP*, 19 abr. 1942, p. 6).

Nas edições que se seguiram ao dia 19 de abril, as descrições das comemorações realizadas ocuparam mais de três páginas, todas acompanhadas dos “clichês” que supostamente davam veracidade à matéria jornalística (Anexo A - Figura 13). Falava-se nos textos da “grande massa que afluía espontaneamente” para os eventos públicos congregando

[...] figuras de todas as categorias, o capitalista e o operário, o marinheiro, o soldado, o jornaleiro, o banqueiro e o pequeno comerciante, se irmanaram na tarefa de comemorar, com um entusiasmo que traduzia alegria e orgulho, a data aniversária do Presidente Getúlio Vargas, dando-lhe magnitude de acontecimento nacional. Assim a jubilosa data transpôs os âmbitos da intimidade para, por vontade espontânea e arrebatada do povo, transmutar-se em uma comemoração de todos os brasileiros, solidários com as diretrizes sabias e felizes do eminente homem de Estado que ontem viu transcorrer, entre as plácidas alegrias do lar feliz, o dia do seu nascimento (*OESP*, 21 abr. 1942, p. 7).

⁹⁵ A participação dos “escolares” nas comemorações do aniversário de Vargas se dava em boa parte dos Estados brasileiros. Era comum serem programados pelos departamentos estaduais de educação desfiles de estudantes nas capitais e cidades do interior. Em 1941, por exemplo, o diretor do Departamento Estadual de Educação de Minas Gerais baixou uma portaria instruindo os diretores das unidades de ensino a realizarem no “dia lectivo do 19 de abril, notadamente nas aulas de história e educação cívica, tenham os professores por motivo o estudo da personalidade do primeiro magistrado da nação” (*OESP*, 18 abr. 1941, p. 2).

O encontro de “todas as categorias”, unidas para comemorar o aniversário do líder, era um termo recorrente nos discursos veiculados sobre as comemorações oficiais do regime. Nos anos de 1940 e 1941, o espaço dedicado no jornal para se comemorar o dia 19 de abril foi significativamente menor se comparado com as comemorações de 1942⁹⁶.

Deste modo, como é colocado por Montes, quando tratamos do “discurso populista”, um de seus elementos constitutivos é a apropriação dos elementos populares e a sua identificação com o chefe do regime. Para a autora, é preciso, antes de tudo

[...] não pensar o discurso populista exclusivamente da ótica do Estado, que o anuncia, mas também da ótica de seu destinatário, o “povo” que, no ato de ouvi-lo e nele se reconhecer, confere por isso mesmo ao Estado e ao discurso que dele emana seu poder. [...] Enunciado do lugar do poder (o Estado), esse discurso articula num espaço propriamente político elementos dispersos, esparsos, que constituem parte significativa do acervo do saber do senso comum popular, dando ao povo uma imagem de si que lhe é familiar, mas projetada agora no espaço próprio da política, como identidade política em que se reconhece, mas que é reconhecida e legitimada no mesmo ato também pelo outro, graças ao lugar de poder de onde este outro a enuncia (MONTES. *In*: MELO, 1981, pp. 63-64).

De 1941 em diante o aniversário de Vargas passou também a ser festejado como o “dia da Juventude Brasileira”. Se no ano de 1940 as notícias das comemorações se concentraram em publicar informações biográficas sobre o presidente, no ano seguinte essas comemorações ganharam novo fôlego com a crescente participação da “Juventude” nos desfiles⁹⁷. A partir de então, juntava-se às comemorações a inauguração de escolas⁹⁸, programas especiais na “Hora do Brasil”, irradiações radiofônicas internacionais, jogos universitários, discursos e palestras de ministros, sessões cívicas no DIP, banquetes da alta sociedade e demais certames (*OESP*, 19 abr. 1942, p. 8).

As manifestações de apressamento ao presidente não ficavam restritas ao seu aniversário,

⁹⁶ Tratando-se da quantidade de colunas e páginas ocupadas de notícias das comemorações do aniversário de Getúlio Vargas, tem-se a seguinte distribuição: 4 páginas em 1940, 6 páginas em 1941 e 8 páginas em 1942. Nos dois primeiros anos após a intervenção no jornal, 1940 e 1941, Vargas não permaneceu no Rio de Janeiro durante seu aniversário, viajando nesses dois anos para Minas Gerais. Nos anos seguintes, compreendendo outra fase do periódico, o aniversário de Vargas ocupou em 1943, 1944 e 1945, respectivamente, 2, 2 e 1.

⁹⁷ Analisaremos o papel da “Juventude Brasileira” n’*OESP* em capítulo futuro que trata da utilização desse corpo de “escoteiros” em demais comemorações do Estado Novo. Verificamos que, paulatinamente, a “Juventude” passou a ser convocada na “Semana da Pátria”, nas manifestações do “1º de Maio” e nas festividades da “Proclamação da República”.

⁹⁸ Outro elemento adicionado às comemorações em 1941 foi a criação da “Cruzada Nacional da Educação”, em março do mesmo ano (*OESP*, 13 mar. 1941, p. 2). A comissão era responsável pela criação do cronograma oficial das festividades e organização da inauguração de “uma escola em cada município brasileiro” (*OESP*, 4 abr. 1941, p. 2).

fazendo parte da coluna *Notícias do Rio* uma multiplicidade de publicações que informavam ao leitor homenagens prestadas ao líder nas mais diversas situações. Logo após a apropriação d'*OESP* pelo Estado Novo, verificou-se que essas notícias buscavam legitimar uma imagem cordial de Getúlio Vargas. Em uma dessas homenagens, o Jockey Clube do Rio de Janeiro ofereceu um almoço ao presidente, em reconhecimento às leis de proteção ao turismo. A notícia descrevia a presença no evento “do nosso mundo oficial e corpo diplomático”, relacionando os nomes das autoridades e os cargos que ocupavam. Na comemoração, que reservara espaço separado para os “populares”, Getúlio quebra os protocolos e se aproxima da multidão: “[...] Ao transpor o portão, o povo aproximou-se, em massa, do Presidente da República. Com o chapéu na mão, sorrindo, s. exa. agradeceu essa espontânea manifestação, indo até o fim desse pavilhão popular” (*OESP*, 4 jun. 1940, p. 2).

Além das manifestações das “classes conservadoras”, condecorações e títulos oferecidos ao presidente ganhavam as páginas d'*OESP*. Quando a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro conferiu o título de “Professor Honoris Causa” à Getúlio, publicou-se em primeira mão a notícia (*OESP*, 4 jul. 1940, p. 2). Na edição do dia seguinte, uma fotografia (Anexo A - Figura 14) reforçava a notícia publicada mostrando Vargas rodeado por professores que se dirigiram em comitiva ao Catete para entregarem o título ao “primeiro magistrado da nação”⁹⁹ (*OESP*, 5 jul. 1940, p. 2).

Outro título que o presidente fora agraciado e fartamente noticiado foi a sua indicação para ocupar a cadeira de número 37 da Academia Brasileira de Letras que pertencia a Alcântara Machado¹⁰⁰. O texto exaltava o “dom da escrita” que Vargas possuía e de sua afinidade com o texto jornalístico, fato suficiente para compará-lo a imortais tais como Machado de Assis e João do Rio (*OESP*, 10 mai. 1941, p. 2). Três meses após a indicação, uma manchete noticia sua eleição “por unanimidade” como “imortal das letras”. Após detalhar o processo de votação, o repórter colheu impressões dos membros da ABL¹⁰¹ sobre o resultado da eleição que, em uníssono, declararam apoio ao novo membro

⁹⁹ Outro título honorário que causou polêmica foi a sugestão de grupo de alunos da Universidade de São Paulo em homenagear Vargas com o título “Doutor Honoris Causa”. Segundo Dulles (1984) a resistência anti-Vargas na Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco impediu que o título fosse entregue, fazendo Vargas recuar quanto à sua nomeação. Deu-se início em São Paulo a uma greve de estudantes que acabou influenciando outros movimentos de contestação ao Estado Novo (DULLES, 1984, pp. 174-197).

¹⁰⁰ Dias antes de sua nomeação para a ABL, *OESP* publicou artigo do *O Globo* indicando, após sondagens no meio intelectual, a predileção de Getúlio para ocupar vaga na Academia (*OESP*, 6 jun. 1940, p. 2).

¹⁰¹ Entre os “imortais” que deram declarações à reportagem d'*OESP* estão: Oswaldo Orico, Levi Carneiro, José Carlos de Macedo Soares, Alcides Maia, Olegario Mariano, Pereira da Silva, Clementino Frega, Manuel Bandeira, João Neves da Fontoura, Barbosa Lima Sobrinho e Cassiano Ricardo. No entanto, Vargas só tomará posse em dezembro de 1943 (Ver edições d'*OESP* dos dias 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 1943).

(*OESP*, 8 ago. 1941, p. 1). No mesmo mês, após ser empossado como “imortal”, Getúlio Vargas ainda acumularia mais um “honoris causa”, agora conferido pelo Conselho Universitário do Estado do Rio de Janeiro em reconhecimento do apoio do presidente às universidades (*OESP*, 26 ago. 1941, p. 2).

Da mesma forma que títulos acadêmicos eram conferidos ao presidente, títulos de associações desportivas, como o do Clube Náutico do Rio de Janeiro, eram oferecidos ao “Chefe da Nação” (*OESP*, 26 nov. 1941, p. 2).

O reconhecimento à Vargas era igualmente noticiado quando o presidente recepcionava setores diversos da sociedade. Uma comitiva de estudantes, por exemplo, foi ao Catete entregar medalhas comemorativas de olimpíada universitária (*OESP*, 16 jul. 1940, p. 2). Seguindo os mesmos protocolos narrativos, a inauguração de um busto de Vargas na Academia Nacional de Letras estampava a capa da edição, declarando, ainda, o presidente como “grande protector das letras nacionaes” (*OESP*, 10 ago. 1940, p. 1). Dias depois, Vargas recebera comissão de artistas, chefiado por Procópio Ferreira, em agradecimento ao apoio dado pelo regime à classe teatral (*OESP*, 24 ago. 1940, p. 1). Os intelectuais, por seu turno, não ficaram de fora: em grande comitiva, composta de “40 pessoas”, o chefe do governo recebeu no Salão Amarelo do Catete os convidados que, em manifestação de apreço ao presidente, entregaram um “pergaminho ricamente ornado” onde subscreveram “dezenas de nomes de nossa intelectualidade” (*OESP*, 15 jan. 1941, p. 2).

A busca por legitimidade retrata os esforços empreendidos pelo Estado Novo em fazer-se presente no cotidiano da notícia¹⁰². As viagens do presidente, que ficavam a cargo da Agência Nacional, eram largamente noticiadas, compreendendo estas ricas descrições de seus passos dados no território nacional. Em visita ao Estado de Goiás, tudo é pormenorizado:

Goyania, 5 (A.N.) – O Presidente Getúlio Vargas acaba de chegar a essa capital descendo do aparelho que o conduziu, precisamente às 13 horas e 50 minutos.

¹⁰² Na tentativa de incrustar determinados pontos do regime, alguns discursos de Vargas eram festejados um ano após sua pronunciação. É o caso do “aniversário do discurso do Rio Amazonas”, proferido em 10 de outubro de 1940 quando Vargas estava em viagem oficial à região. Em 1941, uma nota anunciava os “programas de festas cívicas” na Amazônia que seriam realizadas nos dias 9 e 10 de outubro (*OESP*, 24 set. 1941, p. 2). Na capital federal, os eventos iriam consistir em uma “apresentação litero-musical” no Palácio Tiradentes, sede do DIP, presidida por Lourival Fontes e com a presença de “grande número de amazonenses, paraenses e acreanos” (*OESP*, 7 out. 1941, p. 2). Em edição seguinte, uma reportagem tomando três colunas descreve detalhadamente as comemorações realizadas em Estados do Norte e Nordeste do país, dando-se destaque ao evento realizado pelo DIP (*OESP*, 11 out. 1941, p. 2).

O avião realizou voo directo num percurso que durou 3 horas e 40 minutos. A população da capital, em número superior a 12 mil pessoas, desde cedo deslocou-se para as ruas em demonstração de entusiasmo pela visita do Chefe do governo. A cidade encontra-se engalanada com bandeiras e dísticos expressivos: “Goyaz, integrado no Estado Novo, vive uma hora feliz”, “Goyaz deposita sua fé e confiança no governo probo de Getúlio Vargas”, “Presidente Getúlio Vargas, receba a homenagem de 12 mil goyanos que desejam a grandeza do Brasil” (*OESP*, 6 ago. 1940, p. 1).

A saída, a duração da viagem, a chegada e a receptividade descritas nas notícias da Agência Nacional eram a tônica do discurso quando Vargas deixava a capital federal. As notícias davam conta de informar ao leitor os eventos oficiais marcados para os dias que seguiam à estada do presidente em suas viagens, bem como “encontros” do chefe do governo com populares. Em visita a região amazônica, a Agência Nacional publicava o contato “íntimo” que Vargas estabelecia com o “povo”:

[...] A certa altura, uma ancian – Sebastiana Gomes de Oliveira – aproximando-se do chefe do Governo com um pequeno ramo de flores, disse: “Presidente, queria um grande favor seu. Sou filha de um sargento que serviu na guerra do Paraguay e prestou 50 annos de serviços à pátria. Estou na miséria. Precisava de uma pensão para viver”. O Presidente, chamando o capitão Manuel dos Anjos, mandou tomar nota do nome e das informações de Sebastiana, prometendo attender a sua pretensão assim que regressar ao Rio (*OESP*, 13 out. 1940, p. 1).

Esses pequenos trechos de curiosidades sobre a estada do presidente durante suas “excursões”, como eram chamadas as viagens oficiais de Vargas, assumiam, em determinadas notícias, ares de crônica literária. Em visita a São Lourenço, Minas Gerais, uma nota da Agência Nacional intitulada “pequena imagem de uma realidade nacional” descrevia o encontro de Vargas com lavrador da região:

[...] Francisco Pereira Gomes é um velho caboclo de quase noventa annos de idade. Nasceu e viveu todo esse tempo em Lavrinhas. [...] No districto onde elle mora também nasceram e viveram seus filhos. Até 1930, elles estiveram à margem das coisas, praticando uma agricultura baseada em methodos empíricos, sem orientação technica ou assistência de qualquer espécie [...]. Um dia, elle viu grandes transformações na sua região. Eram estradas que surgiam, posto de saúde, estação de experimentação agrícola. Passou a receber ensinamentos de agricultura, sementes para a plantação. E como da esmola grande o cego desconfia, Chico Gomes andou muito tempo de orelha em pé... Certamente – argumentou com seus botões – estavam em véspera de eleição. [...] Palestrando com os compadres mais “sabidos” da vizinhança, o velho Gomes veio a saber que não se tratava de eleições. É que o presidente se lembrava d'elle. Ficou admirado com tudo aquillo! [...] Disseram-lhe que o Presidente era o senhor Getúlio Vargas. Desde então, desejou ardentemente conhecer o Chefe do

Governo. Fez toda a viagem no carro-de-bois em companhia de seus filhos. Aqui instalou a sua barraca, num terreno ao lado do parque. Hontem dirigiu-se ao Hotel Brasil, postou-se à porta à espera do Presidente. E conseguiu realizar o seu desejo (*OESP*, 18 abr. 1941, p. 2).

Descritiva e descompromissada, as notícias das viagens presidenciais se destacam porque possuíam uma linguagem coloquial, semelhantes à um diário. Ao trazer à tona pequenas crônicas do “homem comum”, as notas da Agência Nacional buscavam veicular não somente a relação cordial de Vargas com as massas, elas faziam mais: introduziam novos elementos que legitimassem a atuação do regime no trato social, valendo-se de exemplos tirados do povo para veicular um discurso dualista: quando o agricultor Francisco descobre que as melhorias na qualidade de vida sua e de sua família não estavam relacionadas à “véspera de eleições” – crítica às oligarquias regionais depostas – o homem simples do campo resolve agradecer à altura a graça alcançada perfazendo uma verdadeira via sacra. No texto acima o ano de “1930” é posto como marco na história de vida dos brasileiros, representado aqui na figura do lavrador “Chicão”. As melhorias alcançadas – que nem sequer foram reivindicadas – foram tão generosas que o fez “ficar de orelha em pé”, mas ao tomar conhecimento através dos “homens sábios” – seria quem apoia o regime? – se maravilhou com tal descoberta: “o Presidente se lembrava delle”.

A utilização desse tipo de reportagem demonstra, antes de tudo, segundo Lenharo (1986), uma “infiltração insidiosa na intimidade cotidiana de cada um”, vendo no poder e em suas esferas micropolíticas a perseguição da “[...] certeza de haver penetrado no dia-a-dia das conversas, na troca de impressões das pessoas, na capacidade de influir no gosto individual que reverte em considerações políticas” (LENHARO, 1986, p. 43).

As viagens realizadas por Vargas configuravam uma forma de afirmação da integração nacional, ideia largamente veiculada pelo Estado Novo nas páginas do jornal. O tom de diário utilizados nos textos da Agência Nacional era reforçado com a publicação de fotografias, registrando os passos dados por Vargas em cada lugar que visitava. A viagem a Goiás em 1940, por exemplo, ganhou destaque durante os dez dias que Getúlio permaneceu ausente do Palácio do Catete. Cada inspeção de obras, almoço, chegadas e partidas do presidente confirmavam o seu relacionamento positivo que possuía com a região, esta expressada pelas “recepções espontâneas” das massas quando o avião ou carro presidencial surgia em público (*OESP*, 17 ago. 1940, p. 2).

O processo de autolegitimação da figura de Vargas promovido pelo jornal se estendia à publicação de telegramas endereçados ao presidente. Ao longo do processo de

intervenção, os telegramas, junto de outras demais publicações, serviam de confirmação do apoio dos grupos sociais ao regime.

As primeiras publicações de telegramas do presidente estiveram ligadas às felicitações recebidas ou enviadas por Vargas no âmbito da política internacional¹⁰³. Nesses casos, podemos visualizar na troca de telegramas as características da política de neutralidade desenvolvida pelo Estado Novo. Em janeiro de 1941, Vargas envia mensagem de congratulações ao presidente estadunidense Franklin Roosevelt por sua terceira eleição, o qual responde agraciando os votos (*OESP*, 29 jan. 1941, p. 2). Já em maio do mesmo ano, o destinatário das felicitações de Getúlio é Adolf Hitler, devido à passagem do aniversário nacional da Alemanha nazista (*OESP*, 10 mai. 1941, p. 6). Os sentimentos de pesar de Vargas pela morte do filho de Mussolini, Bruno (o mesmo que viera ao Brasil acompanhado pelo filho de Vargas), também foram publicadas na coluna (*OESP*, 16 ago. 1941, p. 2). Com o rompimento das relações diplomáticas com países do “Eixo” em 1942, a manifestação pública de simpatias do regime pelos países autoritários irá acabar, passando-se à publicação de telegramas entre Vargas e presidentes dos países “Aliados”.

No final de 1941 uma seção intitulada “Telegramas recebidos pelo presidente” passa a concentrar a publicação de mensagens enviadas a Vargas. Na edição do dia 7 de dezembro uma lista de correspondências abre as notícias da coluna *Notícias do Rio*:

Rio, 6 (“Estado” – Pelo telefone) – O Sr. Getúlio Vargas recebeu os seguintes telegramas:

[...] – De Igarapava: “O município de Igarapava, com grande área plantada de cana, agradece a promulgação do estatuto canavieiro. José Ribeiro Soares, prefeito”.

“Vivamente entusiasmados pela promulgação do estatuto da lavoura canavieira, patriótica iniciativa de v. exa. vimos manifestar-lhe grande gratidão e entusiasmo, pela consecução de velha aspiração da classe. Respeitosas saudações – João de Oliveira Campos, Benjamim Gobbi, José Rodrigues Nunes”.

“Manifestamos a v. exa. nossa mais sincera gratidão pela promulgação do estatuto da lavoura cafeeira carta magna da classe, que se vê assim amparada pela patriótica ação do grande e benemérito presidente. Atenciosas saudações – Antonio Piliato, José Lanqueta e Luiz Pechia” (*OESP*, 7 dez. 1941, p. 2).

Nessa seção podemos visualizar o espaço dedicado ao reconhecimento das ações governamentais do presidente. O decreto que regularizou a situação das lavouras cafeeiras

¹⁰³ Em 1940 os telegramas endereçados à Vargas e publicados no jornal geralmente eram dirigidos à outras nações, como foi o caso do Japão: no aniversário da fundação do Império Japonês, Getúlio enviou mensagem de congratulações ao imperador Hiroito. A resposta do imperador japonês publicou-se logo abaixo da de Vargas, agradecendo-o “pelo amável telegrama” (*OESP*, 16 fev. 1940, p. 2). Essas trocas de telegramas com ambos os polos do conflito configuram o jogo relacional do Estado Novo na administração do conflito.

e canavieiras era tema de debates na coluna desde 1940, mas apenas definitivamente transformado em lei somente em novembro de 1941 (*OESP*, 10 abr. 1940, p. 2). Ao se publicar os “agradecimentos”, o governo confirma junto aos leitores do periódico o seu acerto nas decisões tomadas, legitimando, deste modo, suas ações e reforçando a imagem de “benevolência” do regime.

Os telegramas endereçados ao presidente Vargas extrapolavam a representação de classe ou grupos de proprietários: em alguns casos, publicaram-se petições de caráter pessoal. Um comerciante carioca enviara telegrama endereçado ao presidente solicitando auxílio com as despesas de seu casamento. Não obstante, o pedido fora endereçado ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para análise o qual, em resposta, explicara ao solicitante que aguardasse, pois o decreto-lei 3.209 (que dispõe da proteção e organização da família, assinado em 1º de abril de 1941) “previu a concessão de mútuos para casamentos” (*OESP*, 3 jan. 1942, p. 9).

Esses telegramas configuram um mecanismo eficaz para o regime de relacionar nomes da política, industriais, comerciantes, representantes de associações de classes e o cidadão anônimo com o Estado Novo. Dessa forma, criava-se uma atmosfera de cordialidade veiculada nessas mensagens, assegurando ao leitor que a unidade das classes estava garantida pelo governo.

Em sua dissertação de mestrado, Michele Rocha da Silva (2010) busca analisar cartas endereçadas por populares ao interventor do Pará Magalhães Barata. As cartas endereçadas ao interventor eram republicadas em jornais do Estado, servindo, segundo a autora, como mecanismo para fortalecer a imagem de Magalhães Barata e, por outro lado, “configurou uma caminho aberto aos moradores da cidade e do meio rural, nos limites de suas possibilidades, às possíveis conquistas de direitos” (SILVA, 2010, p. 155). Já no caso d’*OESP*, como o processo de publicação dos telegramas não se constituíam em um diálogo, tendo o jornal como divulgador e mediador, mas, sobretudo, servindo mais como propaganda política do que mesmo como uma forma de reivindicação social. Visto que, n’*OESP* visualizamos um tipo de publicação onde os telegramas publicados consistiam em “trocas” de correspondências efetuadas entre personalidades do regime, Vargas, ministros, interventores e pessoas do mundo político internacional. Ou seja, possuíam uma “oficialidade” servindo como demonstração da “harmonia” dos elementos que transitavam no mundo político do Estado Novo.

A presença de Vargas nas páginas d’*OESP* intensificou-se paulatinamente, fazendo com que outra inovação temática irá permear a construção desse governo que tinha a

pretensão de se mostrar coeso. Outros personagens irão dividir o espaço com o presidente: seus ministros e interventores.

2.2 - A partilha dos holofotes: interventores e ministros em *Notícias do Rio*

A veiculação de uma imagem positiva de Getúlio Vargas durante a intervenção n' *OESP* foi apenas uma das prerrogativas contidas no projeto de comunicação colocado em prática com a apropriação do jornal pelo Estado Novo. Partilhando os holofotes do regime, os interventores e ministros estampavam nas notícias como executores fiéis da política administrativa de Vargas.

As notícias que se referiam as ações das interventorias passaram a serem publicadas com regularidade após a intervenção do jornal. Quantativamente, nos dois primeiros anos da nova diretoria d' *OESP*, o número de notícias sobre os interventores cresceu de 284 notas em 1940 para 345 notas no ano seguinte. Esse crescimento irá se estabilizar no ano de 1942 em diante, registrando-se a mesma média anual de notícias (Anexo B – Tabelas II, III e IV).

No entanto, nem todos os interventores figuravam o noticiário político do jornal, dando-se destaque, especialmente, para os interventores dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A publicação sobre os demais interventores se limitavam à pequenas notas que informavam a partida e a chegada dos representantes de Vargas nos Estados e ocasionalmente suas palestras com o presidente no Palácio do Catete (*OESP*, 27 jul. 1940, p.1).

Comentando as relações estabelecidas entre Ademar de Barros e Amaral Peixoto, respectivamente interventores de São Paulo e Rio de Janeiro, um texto produzido pelo Bureau Interestadual de Imprensa evidencia de que forma o Estado Novo enxergava o papel das interventorias em seu projeto administrativo:

Rio, 18 (Bureau Interestadual de Imprensa) – No ambiente do Estado Novo, extintas as forças partidárias regionaes, prevaleceram sem contraste, os interesses nacionaes. Nos Estados, os interventores passaram a governar em função do todo. Nesta atmospheria, a cooperação tornou-se ampla com resultados fecundos. Certos problemas que interessam a mais de um Estado são estudados e resolvidos em commum (*OESP*, 19 jul. 1940, p. 2).

A ênfase dada à extinção das forças regionais em benefício da nação permaneceu durante toda a intervenção no jornal como discurso de unidade e comunhão de ideias entre as figuras estaduais e o governo central. As viagens ao Rio de Janeiro do interventor paulista Ademar de Barros, por exemplo, eram detalhadamente publicadas, assemelhando-se com as que descreviam as atividades do presidente:

Rio, 11 (“Estado” – Pelo telephone) – O Sr. Adhemar de Barros, que se encontra desde hontem nesta capital, teve um dia movimentado. O interventor paulista esteve de manhan em conferencia com os ministros da Agricultura e do Trabalho. Após o almoço, no Copacabana Palace Hotel, onde se encontra hospedado, o Sr. Adhemar de Barros conferenciou com os titulares da Educação, da Viação e da Marinha, visitando também o dr. Jesuíno de Albuquerque, director da secretaria de Saude e Assistencia do Districto Federal. [...] À noite o interventor Adhemar de Barros jantou no Palacio Guanabara em companhia do Presidente da Republica (*OESP*, 12 jul. 1940, p. 1).

A semelhança encontrada entre as notícias sobre os interventores e Vargas pode ser pensada como uma tentativa de assimilação das qualidades desejadas do político administrador. Nessas descrições, o interventor paulista “não vem ao Rio para descansar das suas estafantes ocupações e dos seus inúmeros afazeres”, veiculando na notícia uma imagem do “incansável” administrador, legitimando e transformando a viagem oficial em pretexto para exaltação do interventor (*OESP*, 31 ago. 1940, p. 2).

Em diversas visitas ao Rio de Janeiro, Ademar de Barros atraía à estação de trens Alfredo Maia uma “verdadeira multidão” que aguardava com “entusiasmo” a chegada do chefe do executivo bandeirante. Ao surgir à porta da locomotiva Barros fora “acolhido por calorosa salva de palmas” de elementos da “alta sociedade carioca” que afluíam em direção ao interventor paulista. Os almoços, homenagens e discursos de agradecimento compunham o restante da notícia, evidenciando um esforço de popularização da imagem do interventor, caracterizando-o como ser “magnânimo” e “exímio urbanista” (*OESP*, 21 jan. 1941, p. 2).

Do mesmo modo que Vargas era condecorado pelas universidades com títulos “honoris causa”, Ademar de Barros era igualmente alvo de manifestações de apreço pela Academia Nacional de Medicina, conferindo-lhe o título em agradecimento da classe aos “serviços prestados ao estudo pharmaceutico” (*OESP*, 7 nov. 1940, p. 2). As homenagens direcionadas à Ademar de Barros serviam como agente legitimador da política dos interventores junto aos leitores d’*OESP*: “as realizações de vulto se sucedem ininterruptamente integradas no espírito do Estado Novo” (*OESP*, 7 dez. 1940, p. 2).

Tomados como representantes do chefe da nação nos Estados, os interventores cariocas e paulistas eram descritos com atributos semelhantes aos do presidente. Todavia, assumiam a imagem do arguto “administrador”, onde as preocupações de ordem técnica se sobrepunham às de ordem política. Por outro lado, as substituições dos interventores eram noticiadas de modo breve nas notas da coluna *Notícias do Rio*, geralmente caracterizadas como “demissões a pedido” pelos próprios interventores. No início de 1941, a demissão do interventor federal em Alagoas, por exemplo, foi publicada em nota diminuta que se limitou a informar a assinatura do decreto:

Rio, 29 (“Estado” – Pelo telephone) – O Presidente da Republica assignou hoje decreto demitindo, a pedido, o Sr. Osman Loureiro de Faria, do cargo de interventor federal de Alagoas. Para substituí-lo, o chefe de governo, em outro decreto, nomeou o capitão Ismar de Góes Monteiro (*OESP*, 30 jan. 1941, p. 2).

A “demissão a pedido” era o recurso utilizado como forma de não gerar discussões a respeito das causas dos afastamentos dos interventores. Na posse do novo interventor federal de Alagoas, a Agência Nacional realizou uma entrevista com o Capitão Ismar de Góes Monteiro. Segundo a notícia, “alheio à política, o capitão Ismar de Góes Monteiro pretende realizar uma obra de reconstrução e patriotismo” ou, nas palavras do empossado, um “governo para os alagoanos” (*OESP*, 6 fev. 1941, p. 2). No texto que antecedia a entrevista, ficara evidente o que era considerado essencial na nomeação dos interventores por Vargas:

[...] O Estado Novo, na escolha dos homens para os cargos públicos, abandona o critério elástico das conveniências políticas, vigorantes antigamente. Agora, não se procuram cargos para os apadrinhados. Não tem mais valor as combinações políticas que os altos interesses administrativos assim o exigem. No transcurso destes últimos dez annos o presidente Getúlio Vargas demonstrou as suas extraordinárias qualidades de estadista, entre as quaes a capacidade de descobrir valores e saber aproveitá-los. Essa é uma qualidade que, no dizer de Machiavel, revela o príncipe, o verdadeiro governante. Em um decennio firmou-se uma nova geração de administradores, em que sobressaem grandes nomes, completamente desconhecidos em 1930 ou occupando postos sem nenhuma projecção (*OESP*, 6 fev. 1941, p. 2).

Escolher com inteligência os seus interventores é uma das qualidades natas de Getúlio Vargas. Tal qual “o Príncipe” de Maquiavel, o presidente se destacava por ter sabido “aproveitar” forças políticas que estavam desorganizadas antes de seu governo, uma das principais características presentes no discurso dualista do regime. Diferenciando-se

das oligarquias regionais, que privilegiavam os “apadrinhamentos” políticos, o “homem público” propugnado pelo Estado Novo devia estar identificado com o líder, transformando-se em um reflexo de Vargas, mas nunca maior que ele.

O esforço para legitimar as escolhas de interventores por Vargas ultrapassava as publicações da Agência Nacional, verificando-se, por sua vez, notícias produzidas pela sucursal carioca d’*OESP* que objetivavam atrelar a credibilidade do próprio periódico com os interventores paulistas¹⁰⁴. A republicação de artigo de Abner Mourão¹⁰⁵, diretor d’*OESP*, intitulado “Como S. Paulo esta sendo governado”, exaltava a figura de Ademar de Barros e sua obra: “homem de grande coração, possui temperamento dos mais acolhedores” e suas ações de assistência à Saúde Pública eram “tratadas com carinho”. Para o diretor d’*OESP*, Ademar de Barros era o “robusto realizador dos postulados do Estado Novo”, tratando os temas públicos com “paixão” (*OESP*, 10 mai. 1941, p. 2).

A crescente adjetivação presente no texto era elemento comum nas publicações que exaltaram o governo e o interventor paulista. Todavia, menos de um mês após a republicação do artigo de Mourão, *OESP* noticiava a saída de Ademar de Barros da interventoria paulista por meio de nota do DIP:

Rio, 3 (“Estado” – Pelo telefone) – Recebemos do Departamento de Imprensa e Propaganda: “A secretaria da Presidência da República distribuiu a seguinte nota: Havendo o Sr. Adhemar de Barros, interventor federal de São Paulo, solicitado exoneração do cargo, foi nomeado para substituí-lo o Sr. Fernando Costa, atual ministro da Agricultura [...]” (*OESP*, 4 jun. 1941, p. 2).

A notícia veiculada por meio do DIP, semelhante à que informava a “demissão a pedido” dos interventores, não mencionava o que motivou a saída de Ademar de Barros da interventoria paulista. Por outro lado, as felicitações pela escolha de Fernando Costa para o cargo foram largamente noticiadas, especialmente em telegramas endereçados à Getúlio Vargas, congratulando-o pela “sábia escolha” do substituto no governo estadual paulista (*OESP*, 7 jun. 1941, p. 2). Dias após sua nomeação, um telegrama de Fernando Costa ao presidente agradecia-lhe pela “prova de confiança”, prometendo ainda que “tudo farei para

¹⁰⁴ Em julho de 1940, as sucursais cariocas d’ *OESP* e do *Correio Paulistano*, ambas dirigidas pelo jornalista Ivo Arruda – também diretor do Bureau Interestadual de Imprensa – prestaram homenagem ao interventor Ademar de Barros com a inauguração de seu retrato na redação do *Correio* no Rio de Janeiro. A notícia atribui ao interventor paulista “o milagre de fazer voltar à unidade o povo paulista, e congrega-lo em torno da bandeira do Estado Novo” (*OESP*, 28 jul. 1940, p. 2).

¹⁰⁵ O artigo foi publicado originalmente na revista “Vamos ler”, editada por “A Noite”, igualmente sofrendo processo de intervenção.

bem corresponder aos elevados intuitos de v. exa.”¹⁰⁶. Segundo o novo interventor, sua tarefa seria das mais árduas pois reconhecia a responsabilidade de governar um Estado avançado como São Paulo mas seu compromisso com o Estado Novo estava firmado: “não medirei sacrifícios para bem servir o Brasil, servindo a terra bandeirante” (*OESP*, 13 jun. 1941, p. 2).

A ideia de servir ao Brasil através de um dos Estados, mais marcante quando se tratava de São Paulo, levava à glorificação da unidade nacional em oposição aos regionalismos¹⁰⁷. A atuação política do Estado Novo se caracterizou pela centralização das esferas decisórias, amparada por bases burocráticas muito bem definidas. As interventorias, por sua vez, “[...] eram elementos-chave na relação entre o governo central e as unidades da federação. Possuíam prerrogativas executivas e legislativas transformando o interventor em coordenador político”. Elas constituíam, ainda, esferas estratégicas do regime para interligar “as novas oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República” (GOULART, 1990, p. 29).

Como seu antecessor, Fernando Costa gozou de amplo espaço na coluna *Notícias do Rio*. Suas viagens oficiais à capital federal rendiam grandes manchetes nas páginas do jornal, especialmente quando o interventor visitou pela primeira vez Vargas como chefe do governo paulista (*OESP*, 21 ago. 1941, p. 2). Em retribuição, Vargas visitou São Paulo no final do ano de 1941, finalizando e legitimando a escolha de Fernando Costa. Dessa vez, foi o próprio Vargas, em declarações à imprensa, que se pronunciou a respeito:

[...] O ouvido atento de repórter escutou nos bondes e nos cafés das ruas e nos escritórios, comentários dos mais variados sobre a excursão presidencial. O homem de negócios e o intelectual focalizam, de preferência, a importância política dos discursos pronunciados pelo Sr. Getúlio Vargas. Salientaram também, a perfeita união de vistas, existentes entre o governo central e o governo bandeirante. As afirmações do Presidente da República, neste particular, são as mais expressivas: “Perdi um grande ministro. S. Paulo, porém, ganhou o Administrador que merecia” (*OESP*, 29 nov. 1941, p. 2).

Essa frase foi repetida em notícias futuras que comentavam as declarações de Vargas sobre sua visita à São Paulo. A união entre o “governo central” e o “bandeirante”

¹⁰⁶ As confirmações da “excelente escolha do presidente” foram também autenticadas com a publicação de uma lista com mais de mil nomes de personalidades do mundo cultural, intelectual e político que enviaram felicitações à Fernando Costa (*OESP*, 27 jun. 1941, p. 2).

¹⁰⁷ Segundo Capelato e Prado (1980) antes da intervenção n’ *OESP*, o jornal sempre se portou como defensor de uma política de valorização de São Paulo. De acordo com essas autoras, “a valorização dos vultos históricos paulistas, a evocação do ciclo das bandeiras e da campanha civilista justificam a idéia de que a São Paulo caberia a tarefa de construção e afirmação da nacionalidade” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 127).

era cada vez mais evidente, embora a saída de Ademar de Barros exprimisse a crise interna pelo qual passava o Estado Novo naquele momento. Uma fotografia de Getúlio Vargas, Benedito Valadares (governador de Minas Gerais) e Fernando Costa, andando lado a lado em Poços de Caldas, MG (Anexo A - Figura 15), acompanhava a republicação de comentário publicado no *Correio da Noite*:

“[...] é interessante frisar, à vista deste documento fotográfico, a perfeita união de vistas, a colaboração, a compreensão existentes entre todas as administrações regionais, num ambiente estranho às lutas políticas e aos mesquinhos interesses regionalistas. Hoje, todos trabalham, devotadamente, pelo engrandecimento do Brasil. Neste momento, Minas e São Paulo têm um importante papel a cumprir” (*OESP*, 1 mai. 1942, p. 12).

Comentários de outros jornais sobre a “perfeita união” entre os interventores e Vargas eram um dos elementos utilizados por *OESP* para veicular as “repercussões” das ações de Fernando Costa. Em menos de um ano após sua nomeação para a interventoria paulista, uma série de notícias republicavam trechos do noticiário da capital federal que exaltavam tanto a escolha de Fernando Costa pelo presidente quanto o “tino” administrativo do ex-ministro da Agricultura. Como reforço a essa ideia, a do “interventor-administrador”, uma notícia publicada no mesmo dia da edição especial do aniversário de Getúlio Vargas louvava o “saneamento das finanças paulistas” realizado por Fernando Costa: “Toda nação brasileira já tem um juízo formado sobre a capacidade administrativa do Sr. Fernando Costa”. Os jornais do Rio de Janeiro, segundo o texto, teciam “justos” comentários sobre sua atuação como “administrador idôneo e culto”, qualidades inerentes ao interventor devido a suas habilidades na “arte de administrar” (*OESP*, 19 abr. 1942, p. 9).

A legitimação do governo de Fernando Costa não tardou: uma grande manchete na capa da edição de junho de 1942 (Anexo A - Figura 16) comemorava um ano do “aniversário da administração” do interventor¹⁰⁸. O texto, de autoria da Associação Comercial de São Paulo¹⁰⁹ e da Federação das Indústrias de São Paulo (subscrito igualmente por diversas empresas paulistas), prestava-lhe homenagem enumerando e

¹⁰⁸ Outros aniversários de administrações foram noticiados tais como o do governo do prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth (*OESP*, 3 jul. 1940, p. 2).

¹⁰⁹ Ilka S. Cohen, em estudo sobre as práticas associativas da Associação Comercial de São Paulo, identifica nesses grupos “uma forma de sistematizar as questões que envolviam o cotidiano do empresariado”, entendendo-as a partir “[...] de sua condição de órgão representante das classes conversadoras – numa palavra, do capital” (COHEN *In*: BRESCIANI, 1992, pp. 229-231).

comentando suas realizações no governo paulista¹¹⁰. Novamente, a construção da imagem do “administrador” sintetizava as qualidades desejadas de um interventor: “um administrador, um homem público dos mais realistas e lúcidos que já passaram pelo governo do grande Estado bandeirante” (*OESP*, 4 jun. 1942, p. 1).

A construção de uma imagem positiva do interventor do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, seguiu protocolos narrativos semelhantes aos dos utilizados para descrever a atuação dos governantes paulistas. Todavia, as notícias sobre a interventoria do Rio de Janeiro se concentraram em informar as homenagens prestadas ao “casal Amaral Peixoto” (Ernâni e Alzira Vargas), como a que noticiou uma viagem, à convite do governo dos EUA, para inaugurarem navio mercante da frota estadunidense (*OESP*, 6 mar. 1941, p. 9).

A glorificação do poder de escolha dos auxiliares de Vargas se estendeu à outros cargos do Estado Novo: ministros, presidentes de conselhos federais, juízes de tribunais civis e militares, auxiliares diretos de Vargas e diretores de departamentos de Estado foram louvados por suas ações na coluna *Notícias do Rio*. Desse modo, *OESP* veiculava todo o repertório de personagens que compunham o governo, reforçando a ideia de harmonização do regime e racionalização da máquina administrativa.

Os ministros de Agricultura, Educação e Saúde, Fazenda, Guerra, Relações Exteriores, Trabalho, Indústria e Comércio e o da Viação, Transportes e Obras Públicas se destacavam no noticiário sobre a capital federal. O enfoque dado à agenda de trabalho dos ministros de Vargas, especialmente em viagens oficiais, demonstrava a ampliação do quadro de ícones do regime; todavia, conforme os acontecimentos, um ministro ficava mais em evidência do que outro. Em termos quantitativos, os ministérios que mais tiveram notícias relacionadas a sua atuação nos dois primeiros anos de intervenção n’ *OESP* foram, em ordem crescente: Trabalho (1762); Relações Exteriores (1514); Educação (1475); Agricultura (1380); Viação (1221); Fazenda (1032); Guerra (780) (Anexo B – Tabelas II, III e IV). O predomínio de determinadas temáticas evidenciava que o noticiário político do jornal seguia tanto o desenvolvimento dos acontecimentos da política como, pensando em um jornal reapropriado como *OESP* e na censura à imprensa que marcava o Estado Novo, no enfoque dado à determinado setor do governo ou pessoa que o representava.

¹¹⁰ A fotografia de Fernando Costa centralizada no texto é semelhante a que era utilizada em edições especiais nos aniversários de Vargas ou da instituição do Estado Novo. Outros recursos simbólicos de representação da união do governo bandeirante com o regime foram noticiados n’ *OESP*, tal qual o envio de uma mensagem do interventor paulista ao presidente por meio de pombos-correios (*OESP*, 15 jul. 1942, p. 8).

Waldemar Falcão, Dulfê Pinheiro Machado¹¹¹ e, posteriormente, Alexandre Marcondes Filho tiveram nas notas publicadas na coluna *Notícias do Rio* maior espaço se comparado com os demais ministérios. As notícias relacionadas ao Ministério abarcavam desde a publicação de consultas endereçadas ao ministro às entrevistas de Falcão/Marcondes Filho sobre ações do governo no campo do trabalho, indústria e comércio. Do mesmo modo, portarias, comunicados, esclarecimentos, homenagens e visitas aos ministros da pasta compunham o grupo de notas que informava ao leitor o cotidiano do mundo trabalhista. Todavia, entre a intervenção do periódico e a saída de Falcão, o número de notícias relacionadas ao comércio e indústria era bem menor se comparado com as que informavam ações ligadas estritamente ao mundo do trabalho, suas relações de produção e regularização¹¹².

A construção da imagem de Waldemar Falcão n'*OESP* esteve ligada à sua capacidade de coordenação da consolidação da legislação trabalhista no Estado Novo. No aniversário de dez anos da criação do Ministério do Trabalho – e terceiro ano de sua administração –, o ministro, modestamente, agradeceu às homenagens prestadas por seus subordinados, direcionando as manifestações “a todos que têm colaborado [...] no engrandecimento do Ministerio do Trabalho e da consolidação da política social instaurada no país pela clarividencia do presidente Sr. Getúlio Vargas”. Terminando seu discurso, Falcão levantou sua taça “em honra ao Chefe da Nação” (*OESP*, 27 nov. 1940, p. 2).

Essa postura de respeito e obediência caracterizou boa parte dos pronunciamentos de Waldemar Falcão nas edições analisadas. Em junho de 1941, Dulfê Pinheiro Machado substituiu interinamente Waldemar Falcão na pasta do Trabalho. Falcão, em mais uma “exoneração a pedido”, assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma pequena biografia política de Waldemar Falcão foi publicada no jornal, seguida de carta de Vargas à seu ex-ministro, agradecendo-lhe pelos serviços prestados à nação:

[...] se fizeram sentir os benefícios de uma direção inteligente, vigilante e operosa, que atestam a sua cultura e capacidade de homem público, uma compreensão segura das diretrizes políticas do nosso regime e também um alto

¹¹¹ O papel de Dulfê Pinheiro Machado n'*OESP* foi diminuto se comparado a Waldemar Falcão e o seu sucessor Marcondes Filho, possivelmente devido ao caráter interino de seu cargo.

¹¹² Das 1762 notícias sobre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 518 tinham como tema o comércio e 307 a indústria. Entretanto, embora se discutisse mais o comércio do que as atividades industriais, boa parte das notas do primeiro diziam respeito mais às reuniões da Associação Comercial do Rio de Janeiro do que ações do próprio Ministério – evidenciando a força política que esse setor possuía durante o Estado Novo. De meados de 1942 em diante, verificou-se um aumento no número de notas sobre a atuação da indústria e do suporte dado pelo regime ao setor, assunto que será abordado mais adiante no texto (Anexo B – Tabelas II-VII).

espírito de colaboração. Tudo isso equivale a dizer que o tive e tenho na conta de um auxiliar devotado e não concordaria em privar-me dos seus serviços se não precisasse utilizá-lo noutro campo de atividade pública. Resolvi por isso conceder-lhe exoneração, mas o faço com o prazer de comunicar-lhe a sua nomeação para ministro do Supremo Tribunal, onde em caráter permanente, poderá prestar ao país novos e valiosos serviços (*OESP*, 14 jun. 1941, p. 5).

Dulfe Pinheiro Machado deixou a pasta do Trabalho no final do ano de 1941, sendo nomeado em seu lugar Alexandre Marcondes Filho, ex-deputado federal e diretor da sucursal paulista do jornal interditado *A Noite*. Na penúltima edição do ano de 1941, o novo ministro foi caracterizado como “trabalhador metódico e organizado, não conhece fadiga nem põe limites a suas atividades”, atributos semelhantes utilizados para se descrever seus antecessores (*OESP*, 30 dez. 1941, p. 3).

Se por um lado as notícias sobre o ex-ministro Waldemar Falcão o colocavam como “coordenador” da legislação trabalhista, por outro, a imagem de Alexandre Marcondes Filho foi marcada por seu poder de divulgação dessa legislação. Logo após sua posse, em janeiro de 1942, o ministro inovou a comunicação do Ministério do Trabalho com a irradiação, via DIP, de seus discursos “aos trabalhadores brasileiros”. Às quintas-feiras, Marcondes Filho assumia por uma hora os microfones do DIP, objetivando “manter estreito contacto do Governo com todas as classes, acolhendo suas sugestões, ouvindo os seus reclames e suscitando suas aspirações” (*OESP*, 21 jan. 1942, p. 8). Essa proximidade era cada vez mais reforçada com a republicação de seus discursos nas edições de sexta-feira d’*OESP*¹¹³, tratando de temas ligados ao trabalho e exortando os ouvintes/leitores sobre as inovações da legislação trabalhista e o amparo dado pelo Estado Novo (*OESP*, 24 jan. 1942, p. 2).

A ideia de proximidade do ministro com os trabalhadores caracterizou a imagem de Marcondes Filho nas páginas do jornal. Segundo Gomes (1994), as conversas de Marcondes Filho com os trabalhadores:

[...] deixa entrever a dimensão personalista da tarefa, reforçada pelo fato de que só Marcondes proferia as palestras. Quando era obrigado a se ausentar do Rio, ele esclarecia seus ouvintes, e as emissões eram interrompidas. Ao retornar, procurava dar notícias – “prestar contas” – dos acontecimentos que o haviam ocupado. Tratava-se, assim, de uma comunicação não apenas oficial do ministério, mas, sobretudo pessoal do ministro (p. 215).

¹¹³ De acordo com Ângela de Castro Gomes (1994) as palestras de Marcondes Filho eram publicadas no jornal oficial do regime *A Manhã* nas sextas-feiras, assemelhando-se com o que era realizado n’*OESP*. Isso comprova, em parte, a origem do noticiário que estamos analisando e a proximidade existente entre jornais abertamente oficiais e jornais interditados (GOMES, 1994, p. 211).

No entanto, se o ministro do Trabalho passou a ser conhecido por sua “proximidade” com o público, outros ministros ganharam adjetivos diversos nas notícias sobre a capital federal.

O ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, foi louvado nas publicações d’*OESP* como “possuidor de uma larga cultura humanística”, uma “personalidade excepcional”. Segundo o texto, publicado em homenagem a seu aniversário¹¹⁴, “sua acção é marcada por uma linha muito nítida e muito firme de ponderação, de equilíbrio, de energia serena” (*OESP*, 16 fev. 1941, p. 2).

O uso de aniversários, nomeações e perfis biográficos era recurso fartamente utilizado na produção de notícias sobre o regime que objetivava a popularização dos “homens de Estado”, alcunha utilizada em boa parte das descrições dos ministros. Em alguns casos, publicizar eventos particulares da vida dos ministros era uma forma de torná-los mais próximos dos leitores do jornal. A comemoração das “bodas de prata” do casal Oswaldo Aranha serviu a esse propósito:

Rio, 12 (“Estado” – Pelo telefone) – Afim de cumprimentá-lo pelo por motivo de suas bodas de prata, o casal Oswaldo Aranha recebeu hoje em sua residência as figuras mais representativas da nossa sociedade e do mundo oficial. Foi realizada missa em ação de graças na sala principal do palacete, servindo-se após o ato religioso um churrasco e uma mesa de doces nos jardins. Em meio à celebração da missa o oficiante leu um telegrama do cardeal Maglione, secretário do papa Pio XII, felicitando o ilustre casal em nome de Sua Santidade e enviando a benção papal (*OESP*, 13 jun. 1942, p. 14).

Receber “as figuras mais representativas da nossa sociedade” era comum em descrições de eventos dessa espécie. A cerimônia íntima que ganhou as páginas do jornal assumiu aqui um caráter sereno, semelhante à personalidade do homenageado. As “bodas” do casal Aranha surgiram revestidas de caráter sagrado, confirmado pela leitura do telegrama Papal abençoando o ministro e sua esposa.

Publicar a comemoração dos aniversários de ministros era uma forma, segundo o jornal, de manifestar o “reconhecimento por sua obra administrativa”. Outro aniversariante contemplado com notas e homenagens era Gustavo Capanema: o ministro da Educação e

¹¹⁴ Na mesma edição é publicado um telegrama de José Roberto de Macedo Soares, que assumia interinamente o Ministério das Relações Exteriores, enviado ao prefeito de Alegrete, cidade natal de Aranha, comunicando-o que funcionários da pasta, para homenagear Oswaldo Aranha pelo seu aniversário, iriam comprar um busto do ministro, produzido pelo “falecido escultor Bertassoni”, para doá-lo ao município (*OESP*, 16 fev. 1941, p. 8).

Saúde era um “homem de Estado” que tratava os problemas de sua pasta com “carinho”, transformando-se em “um dos mais eficientes colaboradores do Estado Novo na obra gigantesca na restauração da vida nacional” (*OESP*, 10 ago. 1940, p. 2).

A ideia de reconhecimento pelo trabalho era tônica no processo de construção da autoimagem dos ministros. Capanema, por seu turno, era eventualmente homenageado por setores civis com interesses ligados ao Ministério da Educação e Saúde. Em uma dessas homenagens, o ministro recebeu uma “grande delegação” com mais de “70 artistas e escritores mineiros” que o presentearam com uma tela à óleo da pintora mineira Aurélia Rubião. Esse gesto dos artistas, segundo o jornal, era uma “prova de reconhecimento pelo interesse que vem demonstrando v. exa. pelas manifestações de intelligencia e da arte no Brasil” (*OESP*, 23 jun. 1940, p. 2).

Relacionar nomes da intelectualidade como Gustavo Capanema era comum nas notas publicadas no jornal. Em alguns casos, o alvo da homenagem era o próprio intelectual, no entanto, o destaque dado à participação do ministro sobrepunha a do homenageado. Em notícia sobre almoço oferecido pela intelectualidade a Gilberto Freyre, por exemplo, listavam-se as personalidades presentes – todos ligados ao regime –, “ocupando lugares de honra” o ministro Capanema (*OESP*, 27 jul. 1941, p. 9).

A passagem da comemoração de aniversários dos ministros da esfera íntima para a pública pode ser visualizado em notícia que felicitava o ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, por sua dedicação ao Estado Novo:

[...] A grande obra administrativa do Chefe da Nação Nova tem encontrado, felizmente, colaboradores de grande intelligencia e alto descortino do sentido das actividades públicas. Esses homens excepcionaes estão enquadrados na estima geral que o paiz devota ao eminente estadista que reorganizou o Brasil. E, por consequencia, qualquer data significativa na vida pública ou particular desses devotados à causa collectiva foge á intimidade dos círculos de amigos para a ampla repercussão da commemoração popular” (*OESP*, 26 mai. 1940, p. 1).

O papel desempenhado pelos “homens excepcionaes”, como é o caso de Sousa Costa, era descrito como um ato de “devoção”, um missionário do Estado Novo, descrevendo-se o ministro como possuidor de um “elevado sentido de brasilidade”. Em outro trecho da notícia, o ministro da Fazenda assumiu atributos até então identificados somente ao presidente: sua ação no ministério era “um significado frisante do patriotismo aliado ao senso de trabalho verdadeiro e à clarividencia orientadora”.

Além da publicização de datas comemorativas de caráter pessoal, algumas notas informavam os leitores sobre as datas de comemoração das gestões dos ministros. Sousa Costa, por exemplo, em razão das comemorações dos dez anos à frente do Ministério da Fazenda, recebeu “manifestações de apreço e sympathia, tão calorosas e tão sinceras quão vasto é o círculo de amigos e admiradores que, pelas suas altas qualidades, logrou [...] grangear por todo o território nacional” (*OESP*, 24 jul. 1940, p. 2).

As qualidades atribuídas aos “colaboradores” de Getúlio Vargas no Estado Novo, por outro lado, variavam conforme a área de atuação. Se à Gustavo Capanema foram conferidas as qualidades de “homem culto”, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, foi descrito como um homem convicto, de atitudes “firmes” e “enérgicas” (*OESP*, 18 mai. 1941, p. 9).

Alguns elementos foram comuns a todos os ministros ou interventores: as ideias de “colaborador” de Vargas, de amizade e companheirismo estabelecidos entre o presidente e seus auxiliares. Numa notícia intitulada “Plenamente identificado com os seus ministros”, Vargas, Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército e Gustavo Capanema apareceram em fotografias almoçando na casa do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. O texto, além de informar a realização da ágape – sempre conduzida por “cordialíssima palestra” –, explicava o sentido assumido em tais eventos:

[...] Uma das razões da esplendida ordem que norteia os serviços públicos é, sem dúvida, a grande e expressiva cordialidade existentes entre o Chefe da Nação e os seus ministros. Há, realmente, um perfeito entendimento entre os integrantes do Ministério e o Presidente Getúlio Vargas, pormenor esse que torna possível um sincronismo admirável em todas as esferas da alta administração. [...] Mas, fugindo um pouco do sentido essencialmente administrativo e hierárquico, o Presidente Getúlio Vargas estreita mais essa confiança, tornando mais ampla e íntima a amizade que o prende a cada um dos seus auxiliares imediatos, elegendo cada ministro em um grande e sincero amigo seu (*OESP*, 3 mar. 1942, p. 6).

O reconhecimento dado aos apoiadores do regime se estendia à outras personalidades. Lourival Fontes, diretor geral do DIP, era anualmente lembrado com a publicação de homenagens em seu aniversário. O casamento de Lourival Fontes com a poetisa Adalgisa Nery, por exemplo, ganhou destaque e publicação de fotografias na capa do jornal (22 mai. 1940, p. 1). No aniversário do diretor do DIP, exaltaram-se suas qualidades de “homem de letras e de sociedade”, detentor de uma “cultura polymatica” (*OESP*, 20 jul. 1940, p. 1). No aniversário seguinte, Fontes foi novamente alvo de felicitações numa nota localizada no mesmo espaço da publicada no ano anterior: a matéria

contendo a foto do diretor e o texto abrindo a coluna (Anexo A - Figura 17). O texto, dessa vez, utilizava a mesma fórmula que glorificava o presidente por seu poder de escolha dos auxiliares. Exaltando a atuação de Lourival Fontes no DIP, Getúlio Vargas “possue entre outras qualidades a de saber escolher homens para os cargos” (*OESP*, 20 mai. 1941, p. 2).

Exaltar o chefe de governo por meio de seus representantes evidenciava, antes de tudo, uma divisão dos holofotes. Exaltar suas qualidades, atributos e publicizar datas que até então eram restritas à vida particular era um modo de popularizar as personalidades que compunham o Estado Novo: casamentos, aniversários, homenagens às gestões aproximavam o leitor d’*OESP* da vida de ministros, interventores e demais cargos de confiança de Vargas. No entanto, o que era comum nessas notícias era o processo de autojustificação dessas escolhas de Vargas por meio de seu poder “clarividente”. Do mesmo modo que se exaltava a figura pública, glorificava-se sua atuação no setor que representava. Em suma, personificavam-se os setores do regime tal como a figura de Getúlio Vargas identificada com o próprio governo.

Tais processos de autolegitimação foram possíveis graças à situação em que se encontrava a imprensa durante o período. A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda na trajetória d’*OESP* deixou marcas profundas na História da imprensa brasileira. Evidências dessa atuação foram gravadas nas páginas do jornal, veiculando, deste modo, projetos de comunicação do regime e demarcando seu relacionamento com os meios de comunicação.

2.3 - O DIP e a imprensa nas páginas d’*OESP*

Logo após os primeiros dias de existência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sua presença e seu espaço estavam garantidos na coluna *Notícias do Rio*. A participação do DIP cresceu grandemente com a intervenção no jornal, totalizando, entre a criação do órgão e a saída de Lourival Fontes em julho de 1942, 610 notas publicadas que informavam deliberações, portarias, comunicados, comentários, avisos, resultados de reuniões do Conselho Nacional de Imprensa (CNI) e homenagens ao diretor Lourival Fontes e, em algumas ocasiões, aos diretores de imprensa e rádio (Anexo B – Tabela II-IV).

O DIP foi criado nos últimos dias de 1939 - três meses antes da intervenção n’*OESP* em março de 1940 - pelo decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro. Todavia, a

formatação de organismos de controle à imprensa se deu logo após a vitória do Movimento de 1930 que, segundo Goulart (1990), “[...] tornou-se imperativo legitimar o novo regime. Já não bastava o recurso de subsídios aos jornais: era necessária a criação de órgãos especializados que coordenassem uma ação mais global, incluindo os meios de comunicação disponíveis” (GOULART, 1990, p. 55). A necessidade de coordenar a construção da imagem do regime por meio da propaganda, em todos os níveis midiáticos, levou o Governo Provisório a criar, em 1931, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que tinha como objetivo coordenar e controlar as informações produzidas pela imprensa. Em 1934, o DOP foi reestruturado e passou a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), inicialmente dirigido por Sales Filho e, em pouco tempo, Lourival Fontes. Uma nova reorganização no órgão ocorreria em 1937, com a criação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O DNP, reestruturado em 1938, passou a ter uma organização muito próxima do que seria o DIP no futuro.

A própria constituição de 1937 atribuía à imprensa uma função de “caráter público” transformando-a em “sustentáculo do Estado no seu esforço de autojustificação e legitimidade” (GOULART, 1990, p. 49). Como nos aponta Habermas (1986), a imprensa possui um duplo caráter (público e privado) que deve ser levado em consideração, suas funções de formação e informação: formação em relação à “opinião pública”, seja como expressão ou como configuração de consciências políticas; e informação, assumindo um compromisso com a objetividade e com a verdade, vistas como cópia do real. Nesse sentido, a imprensa, enquanto mediador das relações entre o Estado e os leitores, teria a função de controlar o poder e a ação das massas. Segundo o autor, a imprensa não é a voz do povo, mas sim a de seus dirigentes. Considerando o novo status da imprensa durante o período, ocorre uma interpenetração das esferas pública e privada. *OESP*, especificamente, desde o Estado Novo, já era considerado, como toda a imprensa, em seu caráter público (especialmente, mas também privado). Com a intervenção no jornal, sua função como porta-voz oficial se define de modo cada vez mais específico, ressaltando-se sua função pública enquanto veículo autolegitimador do Estado – transformando o regime, deste modo, o público como sinônimo de governamental.

A regulamentação da imprensa ocorreu em 30 de dezembro de 1939, três dias após a criação do DIP¹¹⁵, determinando, entre outras normas, a fiscalização das atividades dos

¹¹⁵ O decreto-lei nº 1.915 que cria o DIP foi publicado em 30 de dezembro de 1939 n’*OESP*. Já o decreto-lei nº 1.949 que regulamentava as funções da imprensa foi publicado somente na edição do dia 7 de janeiro de 1940 com o título “Exercício da imprensa e da propaganda no território nacional”.

meios de comunicação em todo território nacional. O artigo 2º do decreto-lei nº 1.949 estabeleceu como função da imprensa “contribuir por meio de artigos, comentários, editoriais e toda a espécie de noticiário para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional”. O decreto-lei, publicado na íntegra pelo jornal, ainda estipulava o prazo de 15 dias para a criação do CNI sob “direção nata do diretor da Divisão de Imprensa do DIP”, determinando, sobretudo, o registro de jornais, revistas, agências de notícias, jornalistas, editores e redatores (*OESP*, 7 jan. 1940, p. 2).

No Estado Novo, o DIP, por meio da Divisão de Imprensa¹¹⁶, tinha como objetivos primordiais “tornar conhecidas as realizações do governo e esclarecer a opinião pública sobre os problemas nacionais”. Por sua vez, a imprensa tinha uma “nobre função educativa”, estabelecendo um canal de comunicação entre o Estado e os leitores dos jornais, veiculando-se, conseqüentemente, valores tidos como ideais na ideologia estadonovista (*OESP*, 16 jun. 1940, p. 1).

A Divisão de Imprensa tinha como objetivos “assistir ao jornalismo e defender sua missão”, fornecendo, por meio da Agência Nacional, notas, artigos assinados, fotografias, dados estatísticos para os jornais do Brasil e do Exterior. Cabia-lhe também criar e organizar um arquivo de periódicos, revistas e publicações diversas para futuras consultas (GOULART, 1990, p. 66).

No que diz respeito à imprensa, o Estado Novo instituiu um emaranhado de “regulamentações” para os meios de comunicação, onde censura/intervenção foram alguns dos elementos que “fizeram parte da política do Estado para estabelecer controle social e impulsionar uma política cultural baseada na assimilação e na aculturação, em benefício da centralização e do paternalismo” (FÍGARO, 2008, p. 18).

Por outro lado, a criação do DIP, segundo Goulart (1990), contribuiu para que a execução desse projeto comunicacional fosse possível:

Geralmente se tendeu a deixar em segundo plano o aspecto essencial de que a censura – ao menos a realizada pelo DIP – fosse a “face negativa” de uma política de comunicação social: ela fazia parte de um projeto amplo que visava o monopólio da comunicação. Vista sob esse aspecto, a censura exercida pelo DIP representou uma das faces da tentativa de se exercer uma política de comunicação social englobada num projeto de hegemonia cultural e dominação política (GOULART, 1990, p.121).

¹¹⁶ Concentrar-nos-emos na Divisão de Imprensa do DIP devido a sua forte presença nas páginas d’*OESP* durante a intervenção no jornal. A Divisão era geralmente citada na seção especial do CNI.

Fazer-se presente era o objetivo do Estado Novo que, para isso, valeu-se das mais variadas formas repressivas¹¹⁷, resultando em um projeto de comunicação centralizador que tinha por objetivo a busca de consenso entre os leitores d'*OESP*. Tal processo, que burocratizou boa parte das esferas do trato social, resultou na tentativa de silenciamento dos discursos que eram análogos ao projeto de Brasil do regime.

O processo de centralização e coordenação das informações durante o período tornava patente a relação estabelecida entre Estado e meios de comunicação. Essa relação, pautada num projeto específico de comunicabilidade, determinou a atuação do Estado Novo nesse campo, criando, para isso, “processos de reprodução simbólica” carregados de forte apelo sentimental, onde censura e produções simbólicas se mesclavam e complementavam a criação de um fazer jornalístico específico na história da imprensa brasileira (MELO, 2006, p. 56).

Essa “especificidade” da imprensa brasileira durante o Estado Novo foi fundamental para o entendimento não só do que se veiculava ou se deixava de publicar, mas, sobretudo, a assunção de sentidos pretendidos com as notícias sobre as atividades do governo central nos variados campos da sociabilidade. Mais do que censurar, o Estado Novo procurou produzir discursos que legitimassem sua atuação na sociedade.

Durante os primeiros meses de estruturação do DIP, um tema gerou polêmica nas edições analisadas: as dificuldades para importação do papel de imprensa. Era o início da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e os bloqueios navais contra a Alemanha no Oceano Atlântico impediam que os carregamentos de papel chegassem até os portos brasileiros. Os proprietários de jornais, temendo a falta absoluta de sua matéria-prima, começaram a pressionar o regime para que tomasse providências para solucionar a crise. O país ainda não possuía uma indústria de celulose suficientemente capaz de suprir a demanda das empresas jornalísticas. A falta de papel para a imprensa gerou duas formas de dependência dos jornais durante o período: do papel importado, encarecendo o preço do jornal e sujeitando-o às oscilações que o transporte transatlântico em tempos de guerra causava; do Estado, pois o papel de imprensa era subsidiado pelo governo, criando uma série de impedimentos legais para periódicos que não correspondessem com o perfil de imprensa desejado pelo Estado Novo.

¹¹⁷ Para Tânia Regina de Luca, a intervenção n'*OESP* foi caracterizada como uma das “ações diversificadas” do Estado Novo para controlar os meios de comunicação, exemplificando com a interdição do jornal *A Noite* e de estações de rádio como a *Radio Nacional* (LUCA, In: MARTINS; LUCA, 2008, p. 172).

Uma alteração na cobrança das taxas sobre a importação de papel para a imprensa causou uma série de pressões de proprietários de jornais nas páginas d'*OESP* poucos meses antes da intervenção. Em janeiro de 1940, um decreto assinado na pasta da Fazenda restabeleceu o decreto-lei 24.343 de 1934 que estipulava depósito de garantias para que as empresas importassem papel e, sobretudo, manteve o Serviço de Fiscalização de Importação de Papel. Nas considerações do decreto, publicada no jornal, argumentava-se que a imprensa, por ser considerado o seu “caracter público”, deveria “receber apoio do Estado, a qual está ligada pelo seu caracter de orgam representativo da opinião pública” (*OESP*, 3 jan. 1940, p. 2).

A reação ao reavivamento das tarifas não tardou a aparecer: órgãos representativos da imprensa passaram a questionar a cobrança da taxa, como o fez a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)¹¹⁸, solicitando, por meio de ofício a Vargas, divulgado no jornal, a revogação da referida cobrança:

[...] A Associação Brasileira de Imprensa, que tantas deferências tem recebido de v. exa., vivamente se impressionou com a publicação do decreto-lei criando novas normas para o regime de importação de papel para a imprensa [...] – após considerações sobre as taxas empregadas, questiona – Como poderá a imprensa manter-se daqui por diante? Entendem as autoridades públicas ser preciso que a imprensa deposite os direitos que importa? (*OESP*, 5 jan. 1940, p. 2).

A manifestação de descontentamento da imprensa sobre a cobrança de taxas¹¹⁹ - alegava a ABI que a legislação vigente já estabelecia a taxa de 80 réis por quilo de papel importado – motivou o levantamento de outras vozes contra a medida. Dias após, em apoio ao ofício contra a cobrança das taxas, foi publicado telegrama da Associação Baiana de Imprensa, felicitando a “intermediação” da ABI sobre a questão (*OESP*, 11 jan. 1940, p. 2), agindo do mesmo modo a Associação Rio-grandense de Imprensa (*OESP*, 12 jan. 1940, p. 2).

A publicação dos protestos contra as novas regras de importação de papel podem ter gerado um mal estar entre *OESP* e o DIP, transformando-se em mais um fator para o processo de intervenção no jornal em março de 1940. Sob intervenção, *OESP* não mais

¹¹⁸ A ABI foi criada em 7 de abril de 1908 pelos jornalistas Gustavo Lacerda, Mário Galvão e Amorim Junior. Em 1917 a ABI é considerada uma instituição de utilidade pública, tendo seu atual prédio inaugurado em 1938 com o patrocínio do Estado Novo. Disponível em: www.abi.org.br. Acessado em 20 fev. 2011.

¹¹⁹ É importante salientar que esse telegrama abria a coluna *Notícias do Rio*. Considerando as disposições hierárquicas que a localização das notícias assume na imprensa, definindo, por sua vez, seu grau de importância e destaque. A discussão sobre a crise de importação do papel de imprensa nessa notícia evidencia tanto importância dada a ABI por *OESP* quanto à existência de mecanismos de pressão sobre o regime, fugindo de uma leitura do Estado Novo onde ele figura como ser absoluto e implacável.

publicaria esse tipo de discussão, pois, numa sociedade que se pretendia unificada, os debates sobre os problemas enfrentados pela imprensa no período não corroboravam com a harmonia pretendida pelo Estado Novo. No entanto, se após a intervenção n' *OESP* alguns temas foram excluídos ou tratados com novas roupagens, a introdução de uma nova seção contribuiria para a inserção cada vez mais evidente do DIP no cotidiano do jornal: as reuniões e deliberações do CNI.

O CNI¹²⁰ foi um colegiado que prestava serviço à Divisão de Imprensa, cabendo-lhe “julgar os casos de violação ou infração legal praticados pela imprensa ou através dela” (*OESP*, 7 jan. 1940, p. 2). O Conselho era efetivamente um tribunal que penalizava as publicações por meio de suspensão temporária, definitiva ou negação de registro. As deliberações do CNI foram noticiadas largamente nas páginas do jornal, evidenciando a extensão de sua atuação¹²¹.

As primeiras notas do CNI n' *OESP* foram publicadas em janeiro de 1940, informando a convocação dos novos membros, as indicações dos órgãos participantes¹²² e sua primeira reunião, não realizada por falta de quórum (*OESP*, 12 jan. 1940, p. 2). Do mesmo modo, uma série de instruções que informavam os procedimentos para o cadastramento de jornais e revistas foi publicada com destaque na coluna *Notícias do Rio* (*OESP*, 17 jan 1940, p. 2). Com a obrigatoriedade do cadastro, a seção do CNI passou a publicar cotidianamente cada reunião do Conselho, bem como os resultados de pedidos de registros das empresas jornalísticas.

O prazo para o cadastro dos jornais e revistas no CNI foi prorrogado de 15 de fevereiro para 15 de março de 1940 em aviso publicado no jornal (*OESP*, 11 fev. 1940, p. 2). No entanto, dias depois, novas instruções aos jornais e revistas eram repassadas, obrigando o cadastramento obrigatório junto ao CNI: as empresas deveriam também se cadastrar junto ao Serviço de Importação de Papel, ligado ao Ministério da Fazenda, caso contrário, não poderiam retirar o papel de imprensa comprado no exterior (*OESP*, 15 fev. 1940, p. 2). Ao findar a data limite, em 15 de março de 1940, o CNI publicou novamente

¹²⁰ O Conselho Nacional de Imprensa (CNI) era composto de seis membros, sendo três deles podendo ser nomeados livremente pelo presidente e os restantes compostos por indicações da Associação Brasileira de Imprensa, Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. O presidente, que era o próprio diretor da Divisão de Imprensa do DIP, votava somente em casos de empate (*OESP*, 7 jan. 1940, p. 2).

¹²¹ Segundo Silvana Goulart (1990), o CNI recusou registro de 420 publicações em seu primeiro ano de atuação, 1940. No mesmo período, 61 publicações foram suspensas pelo órgão (GOULART, 1990, p. 66).

¹²² N' *OESP* foi noticiada a nomeação pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro do jornalista Roberto Marinho, diretor de *O Globo*, da indicação de Carlos Eiras como representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e de Belisário de Souza, membro da ABI e encarregado de representar o órgão. Ver edições do dia 13, 14 e 19 de janeiro de 1940.

aviso notificando as empresas jornalísticas que receberia o pedido de cadastro ainda dez dias após o prazo final (*OESP*, 15 mar. 1940, p. 2). Todavia, novamente, a data limite foi estendida até 30 de setembro (*OESP*, 30 ago. 1940, p. 2). Essa extensão do prazo para cadastro de jornais e revistas por mais de três vezes pode indicar uma recepção negativa das empresas de comunicação em relação às novas regras impostas¹²³.

Deste modo, ao pensar em censura¹²⁴ à imprensa no Estado Novo, deve-se considerar também que outros mecanismos de pressão sobre o periodismo foram colocados em prática. O cadastro obrigatório de jornais e jornalistas, a liberação e concessão de subsídios para a importação do papel de imprensa foram elementos que, juntamente com a censura prévia, permearam o relacionamento assimétrico entre a imprensa e o Estado. O Estado Novo, com o intuito de se fazer presente no cotidiano dos leitores, “exercia o monopólio dos veículos de informação, procurando garantir a uniformidade das mensagens e eliminar a contra propaganda, para que os efeitos da comunicação se ampliassem” (GOULART, 1990, p. 21). Instituído uma “verdade oficial”, segundo Goulart, a atuação do DIP foi bem mais ampla, não se restringindo à censura e à produção de propaganda, especialmente, atuando em três frentes: fiscalizando o cumprimento das normas de funcionamento dos meios de comunicação no Brasil; produzindo uma série de bens culturais, tais como livros, folhetos, revistas, notícias de jornal, programas de rádio, filmes e cartazes; e orientando o conteúdo e a forma de veiculação das mensagens nos meios de comunicação de massa (GOULART, 1990, p. 24-26).

Acumulando as funções de fiscal, produtor e coordenador da comunicação social no Brasil, o Estado Novo ampliou com o DIP sua capacidade de intervir nas esferas culturais e ideológicas. Criando um modelo de divulgação e propaganda próprias, o novo órgão passou a “popularizar o regime para amplas camadas da população veiculando propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal” (GOULART, 1990, p. 19). Por outro lado, o controle imposto à imprensa periódica por meio da censura, “impunha critérios que direcionavam a visão dos

¹²³ Ainda em dezembro de 1940 o DIP avisava jornais e revistas da necessidade de registro junto ao CNI, estendendo o prazo “máximo” para 15 de janeiro de 1941 (*OESP*, 24 dez. 1940, p. 2).

¹²⁴ Em uma das reuniões do CNI, discutiu-se a “phase actual de transição da imprensa dos Estados, passando do regime de censura até agora vigente, para o de liberdade, sujeita apenas às normas que a lei estabelece e, consequentemente, às penalidades previstas nos casos de infrações”. Obviamente, o regime de censura não foi abolido ou muito menos a imprensa alcançou tão cedo liberdade de publicação, fato que ocorreria somente em 1945, todavia, é interessante notar que notícias que abordassem o fim da censura não foram publicadas antes do processo de deposição de Vargas (*OESP*, 29 fev. 1940, p. 1). Poucos dias antes da intervenção no jornal em 25 de março de 1940, o tema foi novamente retomado em notícia sobre reunião do CNI, contudo, o fim da censura prévia nos Estados ficou nos debates mais como uma “possibilidade” do que uma medida efetiva (*OESP*, 8 mar. 1940, p. 2).

fatos, mutilando aspectos, fornecendo versões oficiais, minimizando ou valorizando acontecimentos, segundo o que lhe convinha” (GOULART, 1990, p. 22).

Não podemos deixar de lembrar que além de medidas oficiais que coordenavam a atuação da imprensa, outras, mais atrativas financeiramente, colocavam os jornais à disposição do regime sob o pagamento de “propagandas subvencionadas”. Segundo Barbosa (2007), “[...] as verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder” (BARBOSA, 2007, p. 121).

Direcionando, enfocando, subtraindo ou maximizando informações, as notícias analisadas, especialmente as que envolviam casos de censura – tema delicado em um jornal interdito¹²⁵ –, apontaram para um outro lado do ato de censurar: as oposições ao regime expressas nas próprias notícias sobre a repressão do regime. Em uma notícia do Tribunal de Segurança Nacional, publicou-se “denúncia” contra o jornalista Agenor Paes, do jornal *A Tribuna* de Uberlândia, Minas Gerais. “Desvirtuando a finalidade da boa imprensa”, segundo a denúncia do procurador, Paes publicou em seu jornal artigos contra o prefeito local, contra a “intervenção vigilante da censura” ao não ter um de seus artigos publicados. Não obstante, Agenor Paes burlou os órgãos de repressão, publicando apenas o título do texto, seguido de espaço em branco com os dizeres: “cortado pela censura”. Dando continuidade a seu protesto, o jornalista de Uberlândia imprimiu aquele artigo em pequenos panfletos e os distribuiu pela cidade, fatores estes, segundo o procurador do TSN, que confirmavam o “gesto criminoso” do autor (*OESP*, 22 jun. 1940, p. 2).

O processo de coordenação das informações veiculadas na imprensa pelo DIP pode ser verificado nos textos e temas publicados pelo órgão n’*OESP*. As críticas à política de importação de papel pelas empresas jornalísticas deram lugar às notícias sobre a implantação do DIP. Por outro lado, a nomeação do novo Diretor de Imprensa, Jarbas de Carvalho, foi fartamente noticiada nas edições analisadas, dando-se espaço, especialmente, para elogios ao recém-nomeado diretor¹²⁶. Distanciando-se dos protestos pela falta de papel na imprensa, citados anteriormente, as notícias que informavam a nomeação de Jarbas de Carvalho explicitavam que “[...] o nosso ilustre confrade conhece perfeitamente o que é a vida do trabalhador de imprensa, bem assim, a situação das empresas jornalísticas

¹²⁵ Para Capelato e Prado (1980), *OESP* pré-intervenção “entende a livre expressão do pensamento como um princípio relativo, que, manipulado em função de imperativos conjunturais, assume valor absoluto, somente quando o jornal se situa na oposição, ou quando a livre manifestação desse princípio não ultrapassa os limites rigidamente demarcados de seu universo” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 100).

¹²⁶ O primeiro diretor da Divisão de Imprensa foi o ator Olímpio Guilherme, substituído por Jarbas de Carvalho em abril de 1940 (MELO SOUZA, 2003, p. 136).

do nosso país”. Com o intuito de legitimar a escolha para o cargo e o novo estado de coisas, comentários da imprensa carioca sobre Jarbas de Carvalho foram republicados no final da nota¹²⁷ (*OESP*, 14 abr. 1940, p. 2). Buscava-se, por um lado, apaziguar os ânimos, trazendo tranquilidade aos proprietários de jornais e revistas – já que Vargas nomeara um “conhecedor” dos problemas que a imprensa enfrentava no período – e por outro, legitimava-se a escolha de Carvalho por meio da “boa repercussão” nos periódicos cariocas.

A confirmação da nomeação do novo diretor da Divisão de Imprensa do DIP seria efetivada com uma publicação informando a visita de Jarbas de Carvalho à “Casa do Jornalista”, sede da ABI. Na ocasião, recepcionado pelo presidente da instituição, Herbert Moses, o novo diretor reiterava seu comprometimento com “os amigos da imprensa”, reforçando-se, no texto, sua larga experiência como jornalista e sócio da instituição (*OESP*, 17 abr. 1940, p. 2). No dia seguinte, como meio de reiterar a recepção positiva a Carvalho pela classe jornalística, *OESP* publicou uma grande fotografia (Anexo A - Figura 18), sem texto, mostrando aspectos da visita do novo diretor da Divisão Imprensa à sede da ABI (*OESP*, 18 abr. 1940, p. 2).

O processo de legitimação da figura de Jarbas de Carvalho não pararia por aí: entre os meses de abril e julho de 1940, uma série de notas informava as “repercussões positivas” de sua nomeação: jantares, banquetes, recepções de interventores no DIP e demais festividades buscavam mostrar ao leitor d’*OESP* que a aceitabilidade da nomeação de Carvalho nos meios jornalísticos era unânime, exaltando-se sua “larga experiência no jornalismo”¹²⁸.

Entretanto, Jarbas de Carvalho não permaneceu à frente da Divisão de Imprensa por muito tempo. Num primeiro momento, em junho de 1940, Lourival Fontes passou a assumir a presidência do CNI no lugar de Carvalho (*OESP*, 27 jun. 1940, p. 2). Em dezembro do mesmo ano, foi extinto o cargo de diretor da Divisão de Imprensa, quando se noticiou que Lourival Fontes também assumiria como diretor da DI¹²⁹ (*OESP*, 29 dez.

¹²⁷ Os trechos dos comentários de jornais cariocas sobre a nomeação de Jarbas de Carvalho republicados n’*OESP* foram extraídos de *Jornal do Comércio*, *O Imparcial*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *A Noite*.

¹²⁸ Jarbas de Carvalho foi homenageado com vários banquetes, dentre eles, destacamos o oferecido pela Associação Brasileira de Imprensa, pela Associação dos Artistas Brasileiros e pelo Automóvel Club do Rio de Janeiro e amigos do diretor. Ver nas edições d’*OESP* de 25 de março, 5, 11, 19 e 23 de maio, 16 e 18 de junho e 31 de julho de 1940.

¹²⁹ A extinção do cargo de diretor da Divisão de Imprensa gerou confusão nos jornais obrigando o DIP a publicar nota explicando “que não foi extinta essa divisão, mas sim, o cargo de director, que passará a ser atribuição do director geral daquelle Departamento” (*OESP*, 31 dez. 1940, p. 2).

1940, p. 2). Todavia, Jarbas de Carvalho permaneceu trabalhando na DI até 1946¹³⁰ (MELO SOUZA, 2003, p. 137).

Durante o primeiro ano de vida do DIP, buscou-se popularizar as atividades e funções da Divisão de Imprensa e do CNI. Uma notícia argumentava que os objetivos da Divisão eram justamente os de “resguardar os interesses da verdadeira imprensa”. Comentando a crise de papel – tema gerador de protestos discutidos anteriormente –, a notícia justificava as “medidas enérgicas” tomadas pelo Estado para evitar que a falta de papel para a imprensa não acarretasse prejuízos aos jornais e revistas. Quanto ao CNI, atribuía-se a ele a função de “aplicar a lei com justiça”, estipulando os “excessos” cometidos pela imprensa e o cadastramento dos periódicos conforme o decreto-lei 1.949 (*OESP*, 29 mai. 1940, p. 2).

O processo de cadastramento de publicações junto ao CNI foi cotidianamente noticiado nos dois primeiros anos de intervenção n’*OESP*. Publicava-se a listagem de jornais e revistas que tiveram seus pedidos deferidos, seguido dos que tiveram o pedido de cadastro negado (*OESP*, 7 dez. 1940, p. 2). No entanto, essa listagem não se restringia a publicar apenas resultados mas, sobretudo, dava-se enfoque aos casos especiais. Em comunicado do DIP publicado n’*OESP*, o CNI publicizou uma punição a jornalista:

[...] O Conselho Nacional de Imprensa, reunido sob a presidência do Sr. Lourival Fontes, director geral do DIP, resolveu unanimemente em sua sessão de hontem applicar ao Sr. Bruno de Martino a pena de suspensão da profissão de jornalista por haver externado, em artigo assignado, conceitos injuriosos ao Exército Nacional, independentemente da acção criminal cabível na espécie. Ao mesmo tempo, o CNI tomou conhecimento de uma nota inserida no jornal em que foi divulgado o referido artigo, manifestando espontaneamente o seu formal repúdio aos conceitos offensivos adduzidos pelo articulista e communicando a sua exclusão do quadro de colaboradores por haver trahido a confiança da direção do mesmo jornal (*OESP*, 18 ago. 1940, p. 1).

Informes sobre a exclusão ou punição de jornalistas que criticavam o regime eram colocados em evidência na seção do CNI. Vale notar no comunicado acima que a suspensão de registro do jornalista Bruno Martino acarretou sua automática exclusão do quadro de colaboradores do jornal onde trabalhava. Nem fora preciso notificar o jornal e muito menos puni-lo por ter publicado o artigo injurioso, já que o mesmo,

¹³⁰ Devemos ressaltar que o DIP e suas divisões passaram por modificações em meados de 1945 com a criação do Departamento Nacional de Informações (DNI) (*OESP*, 26 mai. 1945, p. 2).

“espontaneamente”, determinou a “exclusão” do colaborador¹³¹. Do mesmo modo que jornalistas eram punidos, os próprios jornais eram alvo de advertências do CNI:

Rio, 30 (“Estado” – Pelo telephone) – O Conselho Nacional de Imprensa, hoje reunido, resolveu aplicar ao jornal “Meio Dia”, editado nesta capital, a pena de suspensão por 5 dias, sem prejuízo dos salários dos seus empregados, por motivo da publicação de artigos e commentarios perturbadores dos interesses da paz e da harmonia continentaes (*OESP*, 1 out. 1940, p. 1).

Nessas publicações do CNI, verificamos o quanto o DIP interferiu na vida dos periódicos, proibindo assuntos que o regime considerava tabus ou atitudes consideradas antipatrióticas. Por outro lado, suspensões temporárias de jornais serviam como punições exemplares, pressionando, deste modo, os órgãos a seguirem as regras impostas pela legislação de imprensa. Todavia, fica evidente nas análises dessas punições que a unidade pretendida não era uma regra: em alguns casos, os próprios apoiadores do regime sofriam intervenções do CNI.

Em nota publicada na seção do CNI, anunciava-se que o *Correio Paulistano* – que apoiava deliberadamente o regime – foi punido com suspensão de “48 horas” por ter descumprido “determinações do DIP e expedidas através do Departamento Estadual de Imprensa” (*OESP*, 6 ago. 1941, p. 2).

Não tardou muito para que o diretor geral do jornal e o diretor da sucursal carioca, respectivamente Luiz Rodolpho Miranda e Ivo Arruda, fizessem uma visita a Lourival Fontes, solicitando o cancelamento da punição dada ao *Correio*. Na exposição de motivos, publicada juntamente com a notícia, Miranda e Arruda lembravam ao diretor do DIP os “grandes serviços prestados por essa folha ao estado e ao regime” (*OESP*, 21 ago. 1941, p. 2). Fontes, atendendo ao pedido, anunciou que cancelaria imediatamente a punição ao *Correio*. No dia seguinte à reunião, publicou-se n’*OESP* uma entrevista em que Luiz Miranda teceu elogios à atuação do diretor do DIP, do CNI e da política comunicacional do Estado Novo, afastando, ainda, quaisquer comentários sobre a punição de seu jornal,

¹³¹ Era comum nas notícias publicadas na seção do CNI se deparar com casos de “injúria aos poderes públicos” por parte de jornalistas nacionais. No entanto, apenas um caso fora noticiado de suspensão de correspondente estrangeiro antes do alinhamento do Brasil com os EUA: um correspondente da agência de notícias “Orverseas News Agency”, Paul Vanorden Shaw, teve sua correspondência pessoal investigada, encontrando-se “notícias inverídicas para servir a designios de intriga internacional” enviadas ao exterior pelo jornalista (*OESP*, 4 julho 1941, p. 1). No entanto, ocorreu um crescimento do cancelamento de registros de correspondentes estrangeiros no Brasil com o rompimento de relações diplomáticas com os países do “Eixo”, cancelando-se registros de japoneses, alemães e italianos.

limitando-se apenas a denominar o ocorrido como um “grande engano” (*OESP*, 22 ago. 1941, p. 2).

Os jornais eram obrigados pela Constituição de 1937 a publicar como matérias pagas notas enviadas pelo governo. Os informes do DIP, desse modo, possuíam dois objetivos: informar aos leitores sobre existência de uma nova deliberação ou portaria, um novo decreto-lei, aviso, etc. e, não menos importante, desmentir notícias publicadas, geralmente em outros jornais, que não corroboravam com as diretrizes do DIP ou possuísem temas proibidos.

No primeiro grupo de notícias, as informações oficiais, verificamos a interferência do DIP em assuntos diversos do cotidiano do cidadão. Em comunicado oficial, o preço do pão foi discutido pelo órgão:

Rio, 23 (“Estado” – Pelo telephone) – Comunica-nos o DIP: “A Comissão de Defesa da Economia Nacional está tomando medidas de repressão contra a alta do preço do pão, levada a efeito por fabricantes de varios bairros desta capital, sem a autorização da C.D.E.N.

Assim, fica o público prevenido de que não deve pagar mais de 1\$400 por kilo de pão Frances, quem em domicílio quer nas padarias, e 1\$500 por kilo de pão allemão.

Quanto à alta da farinha de trigo, a C.D.E.N. está estudando a possibilidade de baixar o seu custo de forma a estabelecer um preço remunerador para os panificadores, sem maiores sacrificios para o publico” (*OESP*, 23 ago 1940, p. 2).

Durante o ano de 1940, a atuação da Comissão de Defesa da Economia Nacional para regular o preço da farinha de trigo foi marcante nas notícias que compunham a coluna *Notícias do Rio*. A escassez da farinha de trigo, devido ao conflito europeu que se desenrolava, era agravada com a majoração de preços praticados pelos estabelecimentos comerciais. A publicação dos “comunicados” do DIP assumia a função de dar oficialidade aos temas que repercutiam no cotidiano da população. Essas notas informativas eram encaminhadas pelo órgão para serem publicadas nos jornais com o intuito de não deixar dúvidas sobre procedimentos a serem observados e cumpridos pela sociedade.

Outro grupo de comunicados se referia a esclarecimentos sobre assuntos tratados pela imprensa que não foram abordados conforme as prerrogativas determinadas pelo DIP. Os “esclarecimentos”, mais usualmente denominados como “desmentidos”, cumpriam a função explícita de negar ou retrabalhar assuntos que, aparentemente, passaram

despercebidos pela censura prévia nos periódicos¹³². Quando um tema ou questão era abordado segundo perspectivas desfavoráveis ao projeto do Estado Novo, o DIP se manifestava para dirimir dúvidas e esclarecer polêmicas:

Rio, 4 (Succursal – Via Vasp) – Comunicam-nos o Departamento de Imprensa e Propaganda: “A informação publicada por alguns vespertinos de ontem, relativamente ao furto de cédulas de 50\$000 da 17ª estampa, em qualquer das agências do Banco do Brasil ou na sua sede, nesta capital, é inteiramente destituída de fundamento” (*OESP*, 5 mai. 1940, p. 2).

Desmentir notícias já publicadas era um modo de desqualificar ou simplesmente negar acontecimentos que pudessem repercutir de forma negativa em um noticiário que exaltava, exaustivamente, a atuação eficaz do regime em todas as esferas sociais. As notas internacionais eram fornecidas a *OESP* por agências de notícias tais como a *Havas*. Todavia, embora passassem pelo crivo da censura, algumas delas acabavam sendo publicadas pela imprensa, causando, assim, desconfortos para a ideologia estadonovista. Em mais um desses “desmentidos”, o DIP buscou explicar um telegrama da *Havas* que noticiava o “declínio das exportações norte-americanas no Brasil”. O telegrama da agência de notícias internacional afirmava que ocorreu um “declínio” das exportações estadunidenses no ano de 1940. No entanto, valendo-se de dados oficiais fornecidos pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, a nota do DIP informava que, ao contrário do que a *Havas* noticiava, houve, na verdade, “um grande aumento” (*OESP*, 12 set. 1940, p. 2).

A explicação sobre assuntos já publicados evidencia a constatação de dois fatores inerentes ao processo de intervenção na formatação e divulgação de informações no Estado Novo: por um lado, a censura prévia aos periódicos não pode ser considerada “infalível”, pois, como verificamos, algumas notícias tinham que ser “melhor esclarecidas” após serem publicadas e, por outro, a existência de conflitos sociais, negados pelo discurso estadonovista de “confraternização” e “harmonia social”, deixa em evidência no próprio noticiário censurado a existência desses conflitos. As comunicações do DIP abarcavam assuntos que poderiam manchar a imagem cordial que se pretendia veicular nos jornais. Assim sendo, procurava-se amenizar a existência de conflitos e, sobretudo, desqualificar essas notas classificando-as como “rumores”.

¹³² Antes mesmo da apropriação do jornal pelo Estado Novo, em fevereiro de 1940, um comunicado do DIP sobre “algumas notícias divulgadas no estrangeiro e reproduzidas em nossa imprensa” da interrupção de trabalhos técnicos para implantação de siderurgia nacional desmente as notícias, tranquilizando os leitores de que podiam “confiar e aguardar o momento de colaborar, se necessario fôr, em empreendimento de tão grande significação economica e patriotica” (*OESP*, 15 fev. 1940, p. 2).

Em outra nota, o DIP publica um comunicado sobre os problemas enfrentados por plantadores de cana do Estado do Rio de Janeiro. Durante o período, a produção de cana-de-açúcar estava em alta, sendo regulada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, ligado ao Ministério da Agricultura, que determinava o controle da produção a fim de evitar uma crise de superprodução. A questão girava em torno do aproveitamento da cana excedente, denominada como “extra-limite”, que não era de responsabilidade do Instituto regulamentá-la já que o tabelamento do preço da cana correspondia à cota de produção previamente estabelecida pelo Estado. Todavia, não se podia permitir que “reclamações” fossem publicadas, pois a imagem de um governo providencial seria seriamente prejudicada:

“A imprensa desta capital tem divulgado reclamações de plantadores de canna do Estado do Rio de Janeiro, relativas à collocação da safra em curso. Dizem elles que vão soffrer grandes prejuízos pela impossibilidade de aproveitamento dos seus cannaviaes dentro das quotas de produção fixadas pelo Instituto (do Açúcar e do Alcool).

[...] Se há uma pequena parcella sem amparo e que não há possibilidade de seu aproveitamento, o que ainda não constitui falha do Instituto, cujo aparelhamento deve estar em correspondência não com a produção extra-limite, mas também com a produção autorizada por elle dentro das leis vigentes. Não se esqueça também que o dever supremo de todos os interessados é evitar que a super-produção venha restaurar os males inconvenientes de que justamente se queixavam os productores antes do advento do Instituto do Assucar e do Alcool” (*OESP*, 29 out. 1940, p. 2).

A questão era responsabilizar os próprios reclamantes de sua situação, pois as obrigações do Instituto estavam sendo cumpridas com destreza. Segundo a notícia, as reclamações eram infundadas já que a legislação determinava, antes de tudo, a redução nos estoques, medida essa não praticada pelos próprios produtores. Buscava-se desqualificar as notícias consideradas “inoportunas” com base em cifras oficiais ou mesmo alicerçadas na própria legislação. O Estado Novo, por sua vez, nunca se equivocava quando a matéria era a regulamentação das relações de produção promovidas por ele.

A imagem de uma sociedade harmoniosa foi tônica dos discursos veiculados pelo Estado Novo por meio d’*OESP*. Para que essa “imagem” se sustentasse, foi necessário um grande esforço de autolegitimação do regime por meio da imprensa para que a atuação de órgãos como DIP pudessem gozar de prestígio e credibilidade. Como foi dito anteriormente, o Estado Novo se valia de telegramas publicados n’*OESP* para justificar escolhas de nomes para cargos-chave na estrutura do regime, inclusive para criar um

ambiente de receptividade de suas ações. Deste modo, a imprensa necessitava dar o seu aval à atuação do DIP nos meios jornalísticos, afastando conflitos e criando uma uniformidade de discursos. Tais processos de autojustificação eram colocados em prática de dois modos distintos: publicando-se elogios à atuação do DIP por órgãos representativos da imprensa (Associação Brasileira de Imprensa, Sindicatos de jornalistas e proprietários de jornais e jornalistas de renome) e, não menos importante, atrelando a ação do DIP às figuras conhecidas do mundo artístico e político.

A atuação do DIP foi grandemente justificada com a publicação de “aplausos” de órgãos representativos da imprensa. Tal como ocorreu com a nomeação de Jarbas de Carvalho para a direção da Divisão de Imprensa, o papel desempenhado pela direção de Lourival Fontes foi motivo de menção honrosa em reunião da ABI:

Rio, 5 (“Estado” – Pelo telephone) – A assembléa geral da A.B.I. aprovou uma moção subscripta por cerca de 300 jornalistas manifestando o seu aplauso ao Sr. Lourival Fontes, director geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, pela “operosidade constructora e dedicação com que se vem desobrigando de suas funções e exprimindo sua confiança na continuidade do esforço do Conselho Nacional de Imprensa como organ coordenador do jornalismo brasileiro”. Essa moção, que se reveste de especial significação, foi encaminhada ao director geral do DIP pelo Sr. Herbert Moses. Agradecendo, o Sr. Lourival Fontes salienta que aquella prova de solidariedade já se evidenciara na cooperação que tem encontrado por parte da totalidade dos jornalistas nacionaes e representa um dos melhores prêmios a que poderia aspirar no desempenho de suas funções (*OESP*, 6 mai. 1941, p. 2).

Os resultados de reuniões da ABI e de suas moções eram um eficaz mecanismo de autolegitimação: os meios jornalísticos, representados aqui “por parte da totalidade dos jornalistas nacionaes” – evidenciando que não era unanime o apoio dado ao regime, levavam sua “solidariedade” ao diretor do DIP, reforçando, por seu turno, a providencial atuação do órgão e criando, ao leitor da notícia, a ideia de harmonia entre o Estado e os meios de comunicação. Na edição seguinte, o assunto é retomado com a notícia da entrega em mãos da moção por comitiva chefiada pelo presidente da ABI. No texto, que vai além de noticiar o evento, as funções e objetivos do DIP são colocadas: “orgam destinado a coordenar e orientar esta acção educativa e informativa do periodismo nacional”. À imprensa, por sua vez, “sem comprometer a necessária liberdade”, passou “a exercer uma collaboração mais directa e positiva no sentido da mobilisação das energias nacionaes” (*OESP*, 7 mai. 1941, p. 7). Aqui, a imprensa cumpre algumas funções elencadas pelo regime: informar, educar, colaborar e mobilizar.

A ABI iria ser tema recorrente nas publicações d'*OESP* durante a intervenção no jornal. Antes da intervenção, entre setembro de 1939 a março de 1940, as notícias que se referiam à atuação da instituição se limitavam a informar eleições da nova direção (*OESP*, 25 nov. 1939, p. 2) ou de visitas de personalidades do mundo intelectual à “Casa do Jornalista” (*OESP*, 12 dez. 1939, p. 3). Após a intervenção, a participação da ABI passou a ser mais recorrente, sendo inaugurada com a divulgação da reeleição de Herbert Moses na presidência da instituição (*OESP*, 3 e 24 de mai. 1940).

As publicações sobre a ABI buscavam atrelar a participação da entidade com o mundo oficial estadonovista. Para isso, homenagens, publicação de telegramas, recepções na “Casa do Jornalista”¹³³ e comemorações passaram a fazer parte do noticiário sobre as atividades do órgão representativo da imprensa no Brasil. Para Barbosa (2007), no Estado Novo “[...] o que se objetiva é a cooptação daqueles que possuem ingerência sobre o discurso tornado visível e, neste sentido, o apoio e a aliança com os homens de imprensa são fundamentais” (BARBOSA, 2007, p. 110).

Na série de homenagens promovidas pela ABI, algumas se destacaram pela sua composição na página d'*OESP*: os banquetes oferecidos a setores do governo. Em homenagem ao exército, a ABI organizou um grande “almoço de confraternização da imprensa com o Exército”. A notícia, ocupando três colunas das nove existentes, informa detalhadamente os presentes no evento, publicando-se, sobretudo, o discurso do general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. Em sua fala, Góes Monteiro exalta o papel da imprensa chamando para ela a responsabilidade da “missão de orientar a alma brasileira para os grandes destinos sonhados pelos nossos maiores pertence inegavelmente à ‘sexta arma’” (*OESP*, 22 junho 1940, p. 2). Na edição seguinte, publicou-se uma fotografia do general discursando na tribuna da ABI (Anexo A - Figura 19) (*OESP*, 23 junho 1940, p. 2).

A utilização de reportagens que cobriam as visitas de pessoas do governo à “Casa do Jornalista”¹³⁴ estava relacionada com o fortalecimento da ideia da função do jornalismo no Estado Novo. Em notícia sobre as comemorações dos dez anos da presidência de Herbert Moses, ressaltava-se o “patrimônio inestimável” representado pela instituição,

¹³³ A ABI também colaborou com o governo federal ao emprestar seu auditório para a realização de eventos onde palestraram intelectuais, jornalistas e figuras do mundo político estadonovista. Um dos eventos destacados no jornal foi a realização de ciclos de palestras na “Casa do Jornalista” promovido pelo Instituto Nacional de Ciência Política e a direção d'*OESP* sobre “Fundamentos do Estado Novo” (*OESP*, 14 fev. 1943, p. 25).

¹³⁴ Outras visitas à “Casa do Jornalista” foram noticiadas, tais como a do general Francisco José Pinto, chefe do gabinete militar de Vargas, em agradecimento “aos serviços prestados pela imprensa ao governo” (*OESP*, 31 out. 1940, p. 2).

onde “todas as personagens de projeção no mundo político e intelectual de passagem pela cidade não deixam o Rio sem antes visitar a ABI” (*OESP*, 14 mai. 1941, p. 2).

Getúlio Vargas, por sua vez, foi alvo de homenagens da ABI sendo condecorado como “presidente de honra” da instituição. A notícia ressaltava que tal distinção especial nunca havia sido dada a uma personalidade não jornalista. Na justificativa, publicada juntamente com a nota, o conagraçamento entre Vargas e a entidade foram evidenciados:

“[...] A Associação Brasileira de Imprensa abre uma exceção conferindo o título de presidente de honra ao Sr. Getúlio Vargas em reconhecimento aos serviços que sempre lhe prestou, desde o início do seu governo, como Chefe da Nação. Ninguém mais do que ele, nem melhor, auscultou os anseios da classe contribuindo de maneira eficiente e decisiva para se erguer a Casa do Jornalista. A A.B.I., aqui reunida em assembleia geral para reformar a sua lei básica, quer inscrever entre os seus dispositivos um título que não somente exprima a gractidão, mas que a perpetue por jamais ter sido conferido a outro” (*OESP*, 7 ago. 1941, p. 2).

A homenagem deveria ser única, exclusiva, a altura do homenageado. O papel de Vargas na construção da “Casa do Jornalista” seria ressaltado também a cada comemoração de aniversário da entidade. As notícias analisadas procuravam enfocar a posição da ABI como “órgão consultor” do Estado e da providencial assistência do presidente para a construção do “edifício Herbert Moses”, inaugurado em 1938 (*OESP*, 7 abr. 1942, p. 2).

Por outro lado, a publicação de troca de telegramas entre Herbert Moses e Getúlio Vargas constituíam outras formas de reforçar as bases de apoio ao regime pelos meios jornalísticos. Um telegrama de Herbert Moses ao presidente congratulava o apoio dado por Vargas aos jornalistas convidando-o a comparecer em homenagem que seria prestada a ele na “Casa do Jornalista” (*OESP*, 10 jul. 1941, p. 2). Vargas só atendeu ao pedido em janeiro de 1942, seis meses após o convite. A ida de Vargas à sede da ABI assumiu nas páginas d’*OESP* as bases do relacionamento da instituição com o regime.

A visita de Vargas à “Casa do Jornalista” foi uma retribuição da ida de comitiva de jornalistas, representados pelo presidente da casa, que foram ao Palácio do Catete reiterar a “solidariedade da imprensa com o Estado Novo” (*OESP*, 10 jan. 1942, p. 2). Amplamente coberta por *OESP*, deu-se destaque para a publicação do discurso de Herbert Moses e, principalmente, Getúlio Vargas. No texto que abria a notícia, o jornal exaltava Vargas: “[...] Aos seus olhos de culto jornalista ela (a ABI) continuava se mostrando a legítima e autorizada delegação do povo”. Descreveu-se com detalhes os aspectos do almoço, “a

grande mesa coberta com uma preciosa toalha bordada a mão”, seguindo uma extensa relação de presentes. Em seu discurso, Herbert Moses enfatizava a importância de Vargas para a construção da sede da instituição, negando que a construção da “Casa” fora obra apenas do dinheiro público, mas, sobretudo, “a resultante luminosa, e imaterial, da compreensão e o alto reconhecimento de vossa excelência á imprensa do país”. No discurso de agradecimento de Vargas, “de improviso”¹³⁵, publicado logo em seguida ao de Moses, o papel da imprensa enquanto entidade pública é citado:

[...] A Constituição de 1937 deu à imprensa o caráter de serviço público. Esta consideração, por si mesma, eleva-a a um alto grau de dignidade. Poder-se-ia dizer que todos os recursos proporcionados à Associação Brasileira de Imprensa para erguer o edifício que hoje contemplamos com orgulho, foram fornecidos antes do novo regime. Isso, porém, foi apenas o reconhecimento do alto conceito em que eu já tinha a imprensa brasileira, sempre devotada ao serviço da pátria. A imprensa no Brasil não dispõe de poderio financeiro. A irmandade jornalística é pobre. Essa condição, porém, mais a eleva como força espiritual, pela sua capacidade propagadora de idéias, dando-lhe mais prestígio e mais desinteresse nas causas que abraça. Ao estado cabe a função aglutinadora das forças e das energias nacionais, afim de ampará-las para que tenham o desenvolvimento normal que outros recursos não lhe permitam. Isso porque o amparo à imprensa pode ser considerado como um dever do Estado. [...] Posso dizer-vos que a imprensa brasileira desfruta alto conceito de parte do Governo (*OESP*, 18 jan. 1942, p. 9).

O discurso de Vargas na sede da ABI reforça os mesmos valores veiculados pelo restante das notícias analisadas: a imprensa e sua função “pública”, o apoio financeiro dado às empresas jornalísticas e à ABI, sua dignificação enquanto prestadora de “serviços à pátria” e os “altos conceitos” que goza por parte do Estado Novo. Duas edições depois, uma fotografia com o título “Homenagem ao presidente Vargas na A.B.I.” (Anexo A - Figura 20) mostrava Vargas sorridente brindando com Herbert Moses, ambos sendo aplaudidos pelos jornalistas Costa Rego e Jorge Santos (diretor da Agência Nacional) (*OESP*, 20 jan. 1942, p. 6).

Como boa parte de ministros e pessoas com postos de destaque na estrutura estatal, Herbert Moses foi homenageado em seu aniversário de nascimento. Segundo a notícia, o presidente da ABI imprimia aos negócios da instituição um ritmo de “produção e harmonia, angariando boas vontades, criando correntes de coordenação, conseguindo, enfim, o desejado ponto de victoria em benefício da classe”. Assemelhando-se a Vargas,

¹³⁵ Nos discursos de Vargas publicados n’*OESP* era recorrente caracterizá-lo como “improvisado”, procurando, na construção da imagem do presidente, identificá-lo como “eloquente orador”.

cujos aniversários se transformavam em “uma comemoração de todos os brasileiros”, para *OESP* o aniversário de Moses “foge ao calendário das comemorações íntimas”, pois representava uma festividade “de todos os jornalistas brasileiros”¹³⁶ (*OESP*, 27 jul. 1940, p.2).

Do mesmo modo que a ABI, sindicatos de jornalistas louvavam o DIP por seus esforços de amparo ao periodismo. Em congresso de jornalistas gaúchos do interior reunidos em Santa Maria, Rio Grande do Sul, os profissionais da imprensa enviaram a Lourival Fontes telegrama de congratulações por seu trabalho à frente do órgão. Publicado na íntegra por *OESP*, o telegrama, assinado por 123 jornalistas, agradecia ao diretor do DIP pela “patriótica orientação” dada ao órgão e pela “colaboração” desprendida aos jornalistas do interior do Rio Grande do Sul (*OESP*, 23 abr. 1942, p. 2). Na edição do dia seguinte, outra notícia retomava os elogios ao DIP pelos jornalistas gaúchos, ressaltando a “ação mobilizadora” do órgão. Para *OESP*, o telegrama enviado a Lourival Fontes evidenciava ser “a própria imprensa que julga a obra do DIP”, não restando dúvidas sobre a importância do órgão nem quanto a sua legitimidade nos meios jornalísticos (*OESP*, 24 abr. 1942, p. 1).

Os esforços na busca por legitimidade da atuação do DIP junto à imprensa não se restringiam às publicações de apoio declarado de jornalistas mas, sobretudo, valiam-se de uma diversidade de notícias que relacionavam o órgão com personalidades do mundo cultural e político, tanto nacionais quanto internacionais. Era comum publicar as visitas dessas personalidades ao Palácio Tiradentes - antiga Câmara dos Deputados que após a instauração do Estado Novo em 1937 passou a ser a sede do DIP -, especialmente de artistas de renome internacional.

A vinda de Carmem Miranda, por exemplo, ganhou repercussão com sua apresentação beneficente em prol da construção da “Cidade das Meninas”. Sua visita à sede do DIP foi igualmente referenciada nas publicações analisadas. Em nota, *OESP* divulgou a recepção à cantora por Lourival Fontes no Palácio Tiradentes, e se buscou relacionar a cantora como divulgadora de uma imagem positiva do Brasil no exterior. Segundo a notícia, “estas manifestações a Carmem Miranda [...], de certo repercutirão bem

¹³⁶ Na edição do dia seguinte, foi publicado telegrama coletivo de jornalistas que compunham o Conselho Deliberativo da ABI – entre eles Barbosa Lima Sobrinho, Raul Pederneiras, Lourival Fontes e Belisário de Souza – felicitando Herbert Moses pela passagem de seu aniversário: “Valendo-nos do pretexto da data que, sendo embora íntima, é de todos os jornalistas que o conhecem”. O telegrama, embora identifique que é o aniversário de “todos os jornalistas que o conhecem”, assemelha-se grandemente com o texto da nota anterior, característica da utilização dos mesmos protocolos narrativos na produção das mensagens no Estado Novo (*OESP*, 28 jul. 1940, p. 2).

nos Estados Unidos e, mais uma vez, a imprensa daquele país ligará o nome da artista ao samba e ao nosso Brasil” (*OESP*, 16 jul. 1940, p. 2).

Outra personalidade estrangeira recepcionada por Lourival Fontes foi o cineasta estadunidense Orson Welles. Em fevereiro de 1942, logo após o Brasil ter rompido relações diplomáticas com os países que integravam o chamado “Eixo”, o cineasta foi acolhido no Aeroporto Santos Dumont por Fontes, onde havia lhe preparado uma “festiva recepção”. O objetivo da visita de Orson Welles era realizar filmagens para um documentário sobre o carnaval carioca e, a convite do DIP, participar de irradiações semanais de programa radiofônico com músicas brasileiras destinadas aos EUA (*OESP*, 10 fev. 1942, p. 6).

De forma similar às repercussões n’*OESP* da vinda de Carmem Miranda e Orson Welles, a visita do jornalista estadunidense John Gunther ganhou destaque, com a publicação de fotografia do jornalista e Lourival Fontes conversando (Anexo A - Figura 21). O encontro do diretor do DIP com Gunther foi significativo para se entender esse processo de autolegitimação: no texto que acompanhava a fotografia, dava-se destaque às qualidades do visitante – “observador inteligente da política internacional” –, deixando claro para os leitores d’*OESP* a importância assumida pelo encontro¹³⁷ (*OESP*, 15 jan. 1941, p. 2).

Após o primeiro encontro entre o jornalista e Lourival Fontes, uma nova matéria foi publicada n’*OESP* reforçando a anterior. O texto novamente exaltava a “personalidade” do escritor estadunidense e, valendo-se de um recorte, publicou-se um trecho de sua entrevista com o repórter do jornal que continha apenas perguntas relacionadas ao funcionamento do DIP. Deste modo, usou-se um recorte da entrevista para evidenciar a importância assumida pela visita do jornalista ao órgão, passando-se a ideia de credibilidade e reconhecimento internacional do DIP e do bom relacionamento estabelecido entre Lourival Fontes e figuras do mundo intelectual (*OESP*, 23 jan. 1941, p. 2).

Seguindo os mesmo protocolos narrativos, a visita de Antonio Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda de Portugal (SAP – órgão português similar ao DIP), foi amplamente publicada nos dias de instituição do “Convênio Cultural Luso-Brasileiro”. O

¹³⁷ John Gunther esteve de passagem pela América do Sul para estudos de observação dos países a fim de reunir informações para livro que pretendia escrever: *Inside Latin America*. Devemos destacar que durante a estada do jornalista no Brasil, o país ainda defendia a neutralidade como pauta em suas relações internacionais. Um ano após, quando já havia se alinhado com os EUA contra os países do “Eixo”, o número de personalidades estadunidenses no Brasil cresceu grandemente. Tais assuntos serão tratados no capítulo III desta dissertação.

“Convênio”¹³⁸ previa a criação de escritório em Portugal e outro no Brasil dos órgãos de propaganda e imprensa, com o intuito de “fortalecer os laços que nos ligam à nação lusa”. Na mesma nota, informava-se a entrega de condecoração com o título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade do Rio de Janeiro conferido a Antonio Salazar (*OESP*, 5 set. 1941, p. 2).

A legitimação do papel de Lourival Fontes atingiria o ápice com sua condecoração¹³⁹ com o “Porto de Honra” oferecido aos diretores do DIP e do SAP. O “pergaminho” continha texto que reafirmava a solidariedade cultural estabelecida entre Portugal e Brasil, igualmente publicado na íntegra ao final da notícia (*OESP*, 7 dez. 1941, p. 11). Outra notícia em que transparece o processo de legitimação de Fontes junto às personalidades internacionais de renome informava o interesse de Nelson Rockefeller¹⁴⁰, diretor da Comissão de Coordenação das Relações Interamericanas e colecionador de obras de arte, em adquirir retrato de Fontes pintado por Cândido Portinari (*OESP*, 30 nov. 1941, p. 10).

Como o Estado Novo procurou personificar cargos e posições políticas, o diretor geral do DIP não escapou às homenagens prestadas por setores da sociedade e, sobretudo, da própria imprensa. Suas viagens particulares eram destaque nas páginas do jornal, tal como a comemoração de seu aniversário de nascimento¹⁴¹. Quando Lourival Fontes e sua esposa, Adalgisa Nery, realizaram viagem a Buenos Aires “a fins de estudos e confraternização”, uma grande fotografia mostrava o casal na porta de embarque do avião (Anexo A - Figura 22). Como em boa parte das notícias referentes às viagens das personalidades do Estado Novo, o “embarque foi concorrido”, afluindo grande número de admiradores e “todos os chefes de departamento do DIP” (*OESP*, 30 mar. 1941, p. 8). Em uma de suas visitas a São Paulo para inauguração do DEIP/SP, as notícias procuravam destacar o papel do diretor como “coordenador da opinião pública nacional” e seu trabalho desempenhado no DIP. Para *OESP*, a ação de Fontes deixou evidente a “nítida

¹³⁸ O “Convênio Cultural Luso-Brasileiro” foi amplamente noticiado n’*OESP*, destacando-se, especialmente, as visitas realizadas por Antonio Ferro aos departamentos do regime. A nota de maior destaque será publicada no dia seguinte à assinatura do convênio, quando Ferro, acompanhado de Lourival Fontes, faz uma visita a Vargas no Palácio do Catete (*OESP*, 6 set. 1941, p. 2).

¹³⁹ Lourival Fontes foi igualmente homenageado pela embaixada alemã no Rio de Janeiro. Tais notícias evidenciavam as simpatias recíprocas de parte de figuras do regime com elementos nazistas (*OESP*, 3 jul. 1941, p. 2).

¹⁴⁰ Aline Lopes de Lacerda (2008), em sua tese de doutorado, realiza uma interessante análise da formação dos arquivos fotográficos da Fundação Rockefeller no Brasil durante o período (LACERDA, 2008).

¹⁴¹ Já o aniversário do diretor do DIP em 1941 foi comemorado com o oferecimento a jornalistas de um “cocktail” onde Fontes “se recolhera num modesto intuito de furtar-se às justas homenagens de seus amigos” (*OESP*, 22 jul. 1941, p. 2).

compreensão da importância da obra educativa e esclarecedora do periodismo” (*OESP*, 2 nov. 1941, p. 10)¹⁴².

A imprensa, para o Estado Novo, tinha como função esclarecer aos leitores de jornal a obra de construção de uma nova nação. Criou-se um arcabouço de informações que pretendia colocar em evidência a atuação do DIP no cotidiano da notícia, contribuindo, em muito, para a construção de uma autoimagem do Estado Novo que possuía como elementos-chave a união da imprensa em torno do regime, a reafirmação do caráter público da imprensa e, não menos evidente, os processos de interdição na construção da notícia e na vida dos periódicos.

Tais fatores contribuíram para o fortalecimento de uma imagem positiva e harmônica do Estado Novo durante os dois primeiros anos de intervenção do jornal. O rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo” (Alemanha, Japão e Itália) mudaria o tom do discurso do DIP, refletindo-se na saída de Lourival Fontes, em meados de 1942, nos aportes de publicização das ações do regime nas páginas d’*OESP*.

2.4 - O tempo festivo n’*OESP*

O Estado Novo criou e se reapropriou de uma série de comemorações e eventos cívicos que tinham como objetivo autolegitimar seu papel social e sua condição de Estado interventor. Desde a vitória do movimento de 1930, o Governo Provisório buscou estabelecer como marco o processo revolucionário, anunciando uma separação nítida entre o “novo” regime e o “antigo”. Tal processo de rememoração e comemoração foi, paulatinamente, sendo aperfeiçoado, tendo a instituição do Estado Novo, em 1937, ampliado o esforço propagandístico de suas mensagens e de seu projeto ideológico. Nessas mensagens, a festa assumiu um dos mecanismos de propaganda do regime, tratando de veicular uma gama de símbolos e mensagens que se destinavam às massas a fim de despertar sentimentos valorizados por ele.

¹⁴² A própria expressão “coordenador da opinião pública nacional” é por si só impressionante, especialmente se considerarmos que essa frase corrobora com os projetos de uma opinião pública planejada, controlada. Segundo Habermas (1986), o Estado irá somar suas atribuições administrativas com a prestação de serviços que até então ficavam a cargo da iniciativa privada. Para o autor, a esfera privada se torna publicamente relevante constituindo-se em uma esfera social repolitizada onde instituições estatais e sociais se fundem em suas funções.

Claudia Shemes (1995) realiza uma análise comparativa das festas cívicas e desportivas no Estado Novo (1937-1945) e no governo argentino de Perón (1946-1955). A autora aponta algumas funções da festa:

O carácter pedagógico da festa é que possibilitava a transmissão dos valores dos novos regimes, ou seja, as festas são as responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tal, representam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que os regimes querem perpetuar. [...] A festa cívica reforça a imagem do poder, comemorando a morte do passado – o velho – e a instauração do novo – o futuro (SHEMES, 1995, p. 23-26).

A importância de se noticiar as comemorações do Estado Novo n’*OESP*, valendo-se de fotografias e longos textos descritivos, sugere a preocupação do regime em perpetuar pelos diversos meios de comunicação o acontecimento. O regime imprimia marcos, data fatos e (re) construía a própria história – sem contar a história da própria imprensa.

Por seu turno, durante o Estado Novo, as festas ganharam destaque nas publicações analisadas d’*OESP*. Durante o primeiro ano de intervenção, entre março de 1940 e março de 1941, foram publicadas 241 notas que noticiavam eventos oficiais e comemorações. Já entre abril de 1941 e março de 1942, o número de notas foi de 254, mantendo-se nos anos seguintes a mesma média de publicação de notícias que abordavam os festejos oficiais¹⁴³.

As datas de aniversário de personalidades do regime, especialmente de Vargas, foram noticiadas, por um lado, como forma de popularizar uma determinada imagem do chefe do governo, e por outro, serviam como amostras do apoio das massas dado ao Estado Novo, legitimando suas ações, bem como as dos órgãos que os atores políticos dirigiam. Entretanto, verificaremos que foram outras comemorações que ganharam destaque n’*OESP*: a festa pública e os sentidos assumidos por elas no cotidiano da notícia.

A festa no Estado Novo possuía um “carácter pedagógico”, tendo como função a rememoração da história oficial e a veiculação de valores a serem observados pelos leitores do jornal. Como nos aponta Capelato (1989), “[...] a festa cívica se adequava perfeitamente. Os eventos privilegiados n’*OESP* podem ser divididos em alguns grupos distintos, cada à ideologia do regime, que compunha plena inserção do indivíduo na coletividade”, anulando, segundo a autora, “representações isoladas que poderiam causar desordem” (CAPELATO, 1989, p. 214).

¹⁴³ Nos anos seguintes, 1943, 1944 e 1945 serão publicadas, respectivamente, 302, 344 e 214 notícias sobre comemorações/homenagens oficiais do regime. O decréscimo verificado no ano de 1945 pode evidenciar uma relativa abertura para *OESP* que, com Vargas enfraquecido politicamente, passa a dar destaque a outros temas, assunto que trataremos com maior pesar no capítulo IV da dissertação (Anexo B – Tabelas I-VII).

Dentre as festividades oficiais descritas na cobertura jornalística d'*OESP*, destacamos: datas comemorativas das Forças Armadas, desfiles da Juventude Brasileira (e sua crescente participação em eventos diversos), as comemorações da derrota do “levante comunista de 1935”, a Proclamação da República, a instituição do Estado Novo (especialmente, nas festividades do “Decênio do Governo Vargas”, em 1940), o aniversário do “movimento de 1930” e, por fim, o “Dia do Trabalhador”, uma das festividades mais comentadas e divulgadas nas páginas do jornal.

Após a intervenção n'*OESP*, as notícias que cobriam o desenvolvimento das comemorações foram, num primeiro momento, as festividades de datas nacionais, especialmente aquelas ligadas ao Exército Nacional. Logo no primeiro mês de intervenção no jornal, em abril de 1940, publicou-se uma extensa reportagem sobre as homenagens prestadas pelo Ministério da Guerra em honra à memória do “patrono da intendência militar”. A festividade compreendia a rememoração do nascimento do marechal Machado Bittencourt, nomeado postumamente pelo governo Vargas por ter sido o responsável pela organização das intendenções das forças armadas do Exército. Numa longa descrição do evento, as comemorações do nascimento de Bittencourt detalhavam os eventos que seriam realizados, ocupando mais de três colunas de uma página do jornal. Nessas notícias, buscou-se resgatar a memória dos feitos heroicos do “Marechal de Ouro”, publicando-se, inclusive, um pequeno resumo biográfico do homenageado (*OESP*, 14 abr. 1940, p. 2).

As comemorações da Batalha Naval do Riachuelo (1865), por exemplo, foram amplamente noticiadas, dando-se maior enfoque à presença de Vargas no certame. A notícia, que se estendeu por duas edições, evidenciava o conagraçamento de Vargas e os militares, especialmente expresso nos discursos do general Eurico Gaspar Dutra e do próprio Vargas, ambos exaltando o papel do Exército na defesa dos interesses do Estado Novo (*OESP*, 13 jun. 1940, p. 2).

Nessas notícias, era comum a publicação do programa oficial do evento com antecedência. Em agosto de 1940, por exemplo, o programa das festividades do “Dia do Soldado” na capital federal foi publicado cinco dias antes de sua realização. Na notícia, descrevia-se a localização, o horário, as pessoas que estariam presentes e os detalhes sobre os significados da comemoração, em textos que resgatavam os “vultos heroicos da nacionalidade” (*OESP*, 20 ago. 1940, p. 2). Publicada com antecedência, a programação cumpria duas funções: noticiar, com o intuito de conclamar a massa para participar das comemorações, e deixar em evidência a importância assumida pelo espetáculo. No dia do evento, que consistia também em homenagens ao “patrono do Exército Nacional”, o Duque

de Caxias, o programa era novamente publicado e, em muitos casos, repetindo o mesmo texto utilizado na notícia anterior (*OESP*, 25 ago. 1940, p. 2). Entretanto, a ênfase dispensada à comemoração se dava no dia seguinte, quando, coberto por uma ampla reportagem, descrevia-se todo o seu transcurso (*OESP*, 27 ago. 1940, p. 2).

Do mesmo modo, as comemorações cívicas da “Semana da Pátria” eram revestidas de grande brilho e descritas com cores ainda mais vibrantes. No ano de 1940, algumas notas davam conta de promover o evento, publicando-se, três dias antes, a programação aprovada pelo presidente (*OESP*, 4 set. 1940, p. 2). No ano seguinte, as comemorações da “Semana da Pátria” ganharam amplos espaços, resultando em uma produção propagandística até então não utilizada n’*OESP* sob intervenção.

A “Semana da Pátria” de 1941 foi noticiada antes e depois de sua realização. Num primeiro momento, as comemorações se iniciavam alguns dias antes do 7 de setembro, geralmente marcado por cerimônias restritas aos militares e atores políticos dos ministérios. Nessas ocasiões, os chefes militares realizavam discursos, homenageavam soldados e inauguravam prédios e equipamentos das Forças Armadas. Cabe notar a participação de “escolares”, especialmente nas comemorações realizadas na capital federal, constituída tanto de colégios militares quanto da rede pública de ensino. A homenagem ao Duque de Caxias, realizada no dia 29 de agosto, “[...] revestiu-se do maior brilhantismo a solenidade realizada hoje, na Praça Duque de Caxias, ao pé do monumento do Patrono do Exército Nacional, no Largo do Machado”. Nesse ano, as comemorações dos ícones militares ganharam ampla repercussão, sobretudo, com a abertura do “majestoso” edifício do Ministério da Guerra, inaugurado por Vargas e publicizado em uma grande fotografia (Anexo A - Figura 23) no centro inferior da página (*OESP*, 30 ago. 1941, p. 2).

Em 1941, as comemorações cívicas de setembro incluíram delegações militares de outros países, e se buscou destacar nas notícias a legitimidade das forças armadas nacionais diante de seus colegas de armas da América do Sul. Como convidados do Estado Novo, as delegações argentina e paraguaia marcaram presença nos eventos, participando de condecorações e banquetes caracterizados pela “intensa e mutua confraternização” (*OESP*, 4 set. 1941, p. 1). Todavia, nem só militares compareciam ao certame, havia mais um elemento-chave utilizado no processo de comemoração dos símbolos nacionais: a participação da Juventude Brasileira.

A Juventude Brasileira foi criada pelo decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, sendo estabelecida como uma agremiação de escolares de todo o país com o intuito de prestar culto à pátria. A Educação Moral e Cívica foi instituída também pelo decreto e era

destinada a homens e mulheres, definindo papéis específicos para cada gênero (às meninas cabia à missão de cuidar do lar e aos meninos o amor ao dever militar e a valorização de seu papel social como soldado). Os objetivos da “educação cívica e moral” podem ser resumidos no decreto-lei publicado n’ *OESP*:

Art. 2 – A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcella de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação (*OESP*, 10 mar. 1940, p. 2).

Embora criada em março de 1940, a “Fundação Histórica” da Juventude Brasileira só ocorreria em junho do mesmo ano, em evento organizado pelo DIP, quando as alunas do Instituto de Educação desfilaram na Praça em frente ao Palácio Tiradentes, recepcionadas por uma banda musical (*OESP*, 5 jun. 1940, p. 2).

A definição dos papéis atribuídos à Juventude Brasileira foi sofrendo modificações ao longo do processo de desenvolvimento de seu projeto de criação. Segundo Schwartzman (2000), os embates ocorridos durante a elaboração do projeto de lei entre Francisco Campos, ministro da Justiça, e Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, acarretariam na passagem de uma “Organização” paramilitar para um “Movimento” da juventude, fatores que influenciaram a entrada de Gustavo Capanema, ministro da Educação, para contribuir na formatação da entidade (SCHWARTZMAN, 2000, pp. 139-148). Ainda segundo esse autor,

[...] esvaziada de suas pretensões iniciais, impedida de competir com as Forças Armadas na militarização da sociedade, a Juventude Brasileira se limitaria, daí por diante, ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso (SCHWARTZMAN, 2000, p. 150).

Por outro lado, a utilização da Juventude Brasileira nas datas cívicas servia para dar volume massivo aos eventos, imprimindo-lhe grandiosidade¹⁴⁴. Retomando as comemorações da pátria de 1941, *OESP* noticiava uma participação astronômica de jovens e crianças nas festividades:

¹⁴⁴ Segundo *OESP*, as comemorações da “Semana da Pátria” de 1942, por exemplo, contaram com o desfile de “vinte mil jovens desfilando” para mais de “duzentas mil pessoas” na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro (6 set. 1942, p. 1). No ano de 1944 essa cifra subiu para “trinta mil jovens” que se apresentaram na recém-inaugurada “Avenida Presidente Vargas” (*OESP*, 5 set. 1944, p. 16).

Rio, 5 (“Estado” – Pelo telefone) – Acontecimento da mais alta expressão cívica a parada da Juventude Brasileira, que amanhã se realiza, revestir-se-á do maior esplendor. Trinta e cinco mil jovens dos nossos colégios e da Universidade do Brasil desfilarão diante do Chefe da Nação [...] (*OESP*, 6 set. 1941, p. 2).

Essa massa de “trinta e cinco mil jovens” era deslocada para se evidenciar aos espectadores das comemorações (leitores de jornais, ouvintes de rádio) a grandiosidade do regime, seu poder de aglutinação das massas em homenagens a símbolos e datas nacionais. No dia do desfile, a descrição do “clima” que envolvia a “Parada da Juventude” foi noticiada em manchete centralizada como “imponente demonstração de civismo”:

[...] A cidade vestiu-se de galas na manhã de hoje, e vibrou de patriótico entusiasmo com a realização da “Parada da Juventude”, espetáculo que este ano se revestiu de magna importância, excedendo de muito o brilho alcançado nos anos anteriores.

Desde os primeiros albores notava-se intenso movimento. A cidade acordava cedo para os preparativos da majestosa cerimônia cívica, para essa altiloquente afirmação de pujança e fé demonstrada pela juventude do Brasil, integrada na compreensão dos seus deveres perante a Pátria, pela obra salutar desenvolvida pelo presidente Getúlio Vargas dentro dos postulados do Estado Novo, cônica da responsabilidade que lhe cabe nos destinos do Brasil de amanhã.

A população acompanhou interessada, todas as fases do majestoso desfile, vibrando de entusiasmo, aplaudindo calorosamente as corporações que desfilavam. É que os sentimentos de civismo, estão bem acordados na alma da nossa gente. Já não se notam, hoje, o desinteresse e a apatia com o povo encarava, dantes, as comemorações dos fatos nacionais. Temos uma consciência nacional sólida e ativa. As magníficas horas de civismo vividas hoje são uma prova disso. A “Parada da Juventude” foi, realmente, um espetáculo impressionante, de elevada significação e de grande beleza (*OESP*, 7 set. 1941, p. 8).

Nesse texto introdutório, pois a reportagem se estende descrevendo outros aspectos da comemoração, devemos nos ater a alguns elementos utilizados para noticiar a “Parada da Juventude”. Sua assunção de espetáculo, revestido de símbolos e dando-se a sensação da afluência de grande número de pessoas (não só os que desfilam, mas os que assistiam), leva o autor do texto a uma comparação entre o “antes” e o “hoje” - recurso fartamente utilizado para se definir as diferenças entre o regime atual e a “República Velha” -, considerando a participação popular uma prova de que “temos uma consciência nacional sólida”, fato confirmado pelo interesse que os espectadores demonstravam quando aplaudiam “calorosamente” a passagem do desfile.

No meio do extenso texto, uma fotografia posicionada no centro das colunas da

página apresentava Getúlio e Darcy Vargas assistindo sorridentemente ao desfile e, entre o casal, uma criança que fita a câmera com ares de curiosidade (Anexo A - Figura 24). As imagens de Vargas e Darcy utilizadas para estampar a reportagem do evento podem não ser apenas uma simples ilustração, mas, ao que tudo indica, a veiculação de outras ideias menos explícitas que o texto, tal como o menino ao centro do casal Vargas, que representa a criança (qualquer criança), símbolo e objeto do próprio desfile, já que o evento consistia na “Parada da Juventude”.

Todavia, a utilização de imagens n’*OESP* tornou-se mais explícita nas páginas seguintes da edição analisada. Na página de número vinte (Anexo A - Figura 25), uma montagem fotográfica utilizada como cabeçalho chama a atenção: em uma borda, apareceu o retrato de Getúlio Vargas ao lado esquerdo, ao lado direito, o interventor de São Paulo Fernando Costa e ao centro, ornado o fundo por duas bandeiras brasileiras, D. Pedro I estilizado em uma gravura. Na faixa que ligava as figuras que compunham a cena, está escrito: “1822 Salve 7 de setembro 1941”. Essa frase diz muito sobre como o Estado Novo procurou se auto-inserir em eventos do passado, resignificando, a seu modo, a história do processo de independência brasileira. Vargas e Fernando Costa estavam ligados a D. Pedro I, eles eram a continuidade destes ideais, representavam, antes de tudo, a perpetuidade dos valores patrióticos.

Logo abaixo do cabeçalho descrito acima, uma série de quadros de propaganda completaram a página, destacando-se o anúncio das “Balanças Filizola” que, aproveitando o ensejo, propagandeava suas balanças como “um produto brasileiro que conquistou o Brasil, está conquistando a América e, conquistará o mundo”, brincando assim com a ideia de conquista (*OESP*, 7 set. 1941, p. 20).

Vale destacar ainda a propaganda da Sulamerica Seguros (Anexo A - Figura 26) que, tomando a página seguinte, mostrava uma gravura de D. Pedro I à direita, ao centro a frase “mais de um século de independência” e fotografia de Vargas no lado direito da página. Logo abaixo, uma grande reprodução da gravura “Independência ou Morte” de Pedro Américo. Em seguida, a propaganda: o desenho de um casal e um menino, todos sorridentes, e ao lado uma mensagem: “o que ELES fizeram pela independência da pátria... faça-o pela independência econômica de sua família inscrevendo uma apólice de Seguro de Vida na Sulamerica” (*OESP*, 7 set. 1941, p. 21). Essa propaganda da companhia de seguros evidenciava alguns valores e ideias veiculadas em razão dessas comemorações cívicas. A propaganda aproximava a imagem de Vargas da do príncipe, pois ambos realizaram a “independência” (em um primeiro momento política e, em outro, econômica),

convencendo os leitores a realizarem o mesmo por sua “independência econômica” e de sua família. As independências coletivas já foram realizadas pelos homens históricos (D. Pedro I e Vargas), restava apenas ao indivíduo (possivelmente direcionado aos homens chefes de família) proporcionar sua independência financeira individual¹⁴⁵.

Segundo Maria Helena Capelato (2009), o uso de fotografias caracterizou a propaganda estadonovista, revelando

[...] uma preferência por uma representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo. Cabe lembrar a presença desse ideário na formação do gaúcho Getúlio Vargas. Mas a explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso (CAPELATO, 2009, p. 55).

O uso de imagens em datas comemorativas era fundamental para a veiculação de um discurso pretense “realista”, que tinha na fotografia seu suporte imagético da propaganda. Segundo Lenharo (1986), sua intenção era a de “[...] espalhar essa carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor, detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação – reações passivas e não críticas” (LENHARO, 1986, p. 16). Comprovava-se com a fotografia, prova do “real”, a participação popular e, quantitativamente, o comparecimento de multidões nos eventos oficiais.

Compartilhamos com Barthes que “a fotografia de imprensa é uma mensagem”, entendendo essa mensagem não como uma estrutura isolada, mas sobretudo, comunicacional. Segundo esse autor, “ela comunica pelo menos com uma outra estrutura, que é o texto (título, legenda ou artigo) de que vai acompanhada toda foto de imprensa” (BARTHES. *In*: LIMA, 2000, pp. 325-326).

Ainda de acordo com Shemes (1995), as comemorações cívicas e o processo de culto aos ícones da história nacional eram fundamentais, pois esse “culto aos símbolos e heróis nacionais procurava transmitir aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação do regime” (SHEMES, 1995, p. 38). Por outro lado, a busca por legitimação era reforçada com o estabelecimento de conexão direta entre o passado e o presente, elegendo-se determinados signos históricos específicos para atrelá-los e compará-los com

¹⁴⁵ Cabe lembrar que noutra ditadura, a imagem de Pedro I foi reutilizada para legitimar a ação dos governantes, como se observa nas comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972).

símbolos de sua realidade (como a imagem de D. Pedro I e Vargas relacionadas à independência), daí o “caráter alegórico” que caracterizavam essas comemorações.

No dia seguinte às comemorações do dia sete, a afluência das massas ao evento era destacada no noticiário, descrevendo-se o “imponente desfile militar” que se realizou. O comparecimento das massas era a principal característica da festa:

Rio, 8 (“Estado” – Via Vasp) – Desde o Pavilhão Mourisco às escadas da Central do Brasil, comprimia-se a multidão como jamais se viu em tão extenso percurso. Nenhuma festa, das mais caracteristicamente populares às mais ruidosamente anunciadas, lograria interessar a população, como essa manifestação de civismo com que as forças armadas comemoraram ontem, a data maior da História Brasileira. Quatrocentas, quinhentas mil pessoas desceram dos bairros distantes, vieram das ruas centrais, viajaram dos subúrbios afastados, cruzaram a baía, correram de todos os pontos, para o grande desfile (*OESP*, 9 set. 1941, p. 2).

As descrições do evento falaram em aglomerações públicas gigantescas, procurando evidenciar a participação popular: de todos os cantos, de todos os lugares sociais, todos se reuniam com o objetivo de prestigiar o regime. A multidão, convocada a participar, era a prova da sociedade unida, fraternal que se pretendia no Estado Novo. Para Capelato (2009), “[...] há uma forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz” (CAPELATO, 2009, p. 70), onde os jornais expressavam essas manifestações com a utilização de imagens que pretendiam narrar uma sociedade sem conflitos, permeadas pela cordialidade das relações de classe. Nesse sentido, compartilhamos com Capelato (2009) da ideia de propaganda política durante o período onde esta fartou-se em utilizar

[...] de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas (Capelato, 2009, p. 36).

Canetti (1995), analisando os “símbolos de Massa das Nações”, indicou que as teorias nacionalistas, tal como no Estado Novo, “querem engrandecer-se, e embasam esse engrandecimento na multiplicação” (CANETTI, 1995, p. 167). Daí, a “ligação” do indivíduo com a “nação” é representado por uma

[...] unidade mais ampla à qual ele se sente ligado é sempre uma massa ou um símbolo de massa. Tal unidade sempre possui alguns traços característicos das massas ou de seus símbolos: a densidade, o crescimento e a abertura para o infinito, a coesão surpreendente ou assaz notável, o ritmo comum e a descarga súbita (CANETTI, 1995, pp. 168-169).

Afastando conflitos, as notícias das festividades anunciavam o espírito dessas multidões¹⁴⁶ como num profundo estado de êxtase e o fechamento das cerimônias serviam como momentos de “descarga súbita” das massas: ao final da descrição das cerimônias, de cada agremiação que desfilava (batalhões do Exército e da Polícia Militar do Rio e São Paulo, jovens do Instituto de Educação e das escolas públicas), dos discursos e irradiações de rádio do DIP¹⁴⁷, o jornal descrevia a saída do presidente, sua despedida. Vargas, o homem das massas, foi surpreendido ao sair do recém-inaugurado edifício do Ministério da Guerra:

Enquanto o Sr. Getúlio Vargas se preparava para se retirar, o povo, rompendo os cordões de isolamento, movimentou-se para a frente do edifício do Ministério da Guerra, afim de homenagear s.exa. Da rua Marechal Floriano e de toda a praça da República o povo erguia vivas e aclamações, ao mesmo tempo em que o Presidente descendo pelo elevador, caminhava para a porta do edifício. Uma das mais grandiosas manifestações populares a que se tem assistido na capital federal da república foi atribuída então ao Chefe de Estado. Ao tomar o carro, com destino ao Palácio Guanabara, de novo recrudesciam as palmas sendo atiradas flores sobre o Chefe da Nação pelas famílias que se postavam ao longo da rua Marechal Floriano (*OESP*, 9 set. 1941, p. 2).

As comemorações da “Semana da Pátria” de 1941 inauguraram, nas publicações d’*OESP*, uma nova forma de noticiar a festa pública, descrevendo-a como o encontro das classes sociais num espaço público e que objetivava dar amostras da extensão do apoio ao regime. Nessas notícias, foi valorizado o muito, o gigantesco, esse era o “brilho” da comemoração. Como observou Shemes (1995), a festa cívica

[...] provoca emoção, trazendo consigo um sentimento de exaltação, de

¹⁴⁶ A relação de Vargas com as multidões foi fartamente veiculada n’*OESP* sendo, inclusive, relacionada com suas “aparições surpresas” em locais públicos. Em uma dessas “aparições”, noticiou-se “passeio” do presidente pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, formando, “em questão de minutos”, uma “grande multidão” em torno do chefe do Estado Novo (*OESP*, 18 jul. 1943, p. 28).

¹⁴⁷ A “Hora da Independência” era um evento de fechamento da “Semana da Pátria” quando Vargas discursava para multidões que enchiam o Estádio São Januário do Vasco da Gama. *OESP*, na descrição dos acontecimentos, narra a chegada de Vargas: “Grande ovação testemunhou a adesão completa do povo ao Chefe do Governo. Os aplausos continuaram, enquanto o automóvel presidencial, em marcha lenta, dava a volta completa pela pista e só terminaram quando o Sr. Getúlio Vargas alcançou o palanque presidencial, onde foi recebido com novas demonstrações de simpatia” (*OESP*, 9 set. 1941, p. 2).

engrandecimento que leva à comum de todos. Como um espetáculo cívico, ela torna seus participantes iguais, criando em cada pessoa a figura do cidadão membro de uma comunidade (SHEMES, 1995, p. 60).

Em outras festas, procurou-se obter a rememoração de marcos históricos que faziam parte do rol de festividades da memória estadonovista, como a “Revolução de 30”. Em 1940, as festividades do “decênio do governo Vargas” se iniciaram com uma cerimônia a três de novembro de uma “imponente missa campal” na Praia do Russel. O dia foi decretado feriado municipal “a fim de facilitar a presença dos elementos das classes proletárias e comerciais” (*OESP*, 25 out. 1940, p. 2). A programação das festividades incluiu ainda concertos musicais, exhibições de filmes, inaugurações de prédios públicos, exposições, banquetes, sessões especiais no DIP¹⁴⁸, etc. Eram dez anos de governo Vargas, o momento mais que oportuno para dar ao evento todas as atenções possíveis. Era a hora do regime demarcar seu espaço na história e, para isso, resgatou o início de tudo:

A revolução de 30 que atinge agora o seu primeiro decênio e o Estado Novo, que modificou, imprimindo-lhe um ritmo mais dinâmico e uma profundidade maior nas realizações, foram dois acontecimentos que, completando-se, influíram, de maneira absoluta, na organização e no progresso do Brasil e, particularmente, de cada uma de suas classes sociais (*OESP*, 5 nov. 1940, p. 2).

Era a confirmação das lutas ocorridas no passado: a “revolução de 30” tornou-se vitoriosa em 1937 pois o Estado Novo veio para consolidar os anseios revolucionários. Segundo Chauí, a “Revolução de 30 é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, à prática e à memória do vencedor, elevados a condição de memória histórica” (CHAUÍ. *In*: DE DECCA, 1998, p. 16). A tônica do discurso dos dez anos de Vargas à frente do poder se concentrou na ideia de união das classes sociais, essa harmonia podia ser visualizada nas ruas “tomadas de gente” descritas pelo jornal. *OESP*, na figura de Abner Mourão, também participou dessas comemorações: em evento promovido e irradiado pelo DIP, o diretor do jornal pronunciou discurso no Palácio Tiradentes sobre Vargas e suas realizações em sua terra natal, o Espírito Santo (*OESP*, 6 nov. 1940, p. 2).

Compartilhamos da ideia de Michel de Certeau (1982) quando verifica que o “fato

¹⁴⁸ O DIP em 1940 promoveu “A palavra dos Estados” no Palácio Tiradentes. O evento consistiu em uma sessão, com irradiação para os ouvintes das rádios nacionais, onde “um filho de cada unidade da Federação” iria usar a palavra por três minutos. Em seguida, 22 alunos do Instituto de Educação depositariam em uma urna de prata “um punhado de terra”, simbolizando “a unidade da Pátria brasileira e a comunhão de todos os filhos do Brasil”. No término da festividade, a urna seria entregue à Vargas, o “Consolidador da Unidade Nacional” (*OESP*, 3 nov. 1940, p. 1).

histórico” (aqui comemorado pelo Estado Novo e “rememorado”) é resultante de uma “práxis porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido” (CERTEAU, 1982, p. 41). A consolidação do “fato” se dá justamente em seu rememorar, em seu reavivamento, sazonalmente comemorado na festa cívica.

O DIP¹⁴⁹, como organizador das festividades, promoveu a irradiação do pronunciamento de ministros sobre as realizações do governo Vargas em seus dez anos de atuação, cada qual, discorrendo sobre seu ministério. Ao longo dos meses de novembro e dezembro, o ciclo de palestras com os ministros foi anunciado pelo jornal e, geralmente com uma semana de antecedência, elas foram publicadas na edição seguinte às irradiações. Direto do Palácio Tiradentes, os ministros discursavam, apresentando números e exemplos, sobre o quanto Vargas foi providencial para a nação¹⁵⁰.

Diferentemente de sua antecessora, as comemorações da “Revolução de Outubro” de 1941 foram bem mais modestas: Vargas não foi mais o centro das atenções – o que não quer dizer que ele deixou de ser comumente eleito como o líder da “Revolução” -, não se festejava os dez anos de seu governo mas, sobretudo, a memória produzida sobre o movimento de 1930. O ano foi marcado por um crescimento no número de notícias que discutiam a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)¹⁵¹ e a padronização do regime fiscal do Estado (*OESP*, 7 mar. 1941, p. 2); daí, as comemorações desse ano serem resumidas a uma palestra de Souza Costa no DIP.

A palestra do ministro da Fazenda versou sobre as políticas econômicas do Estado Novo e suas realizações no campo financeiro. Souza Costa começou sua palestra “com voz firme e pausada a ler o seu notável trabalho, todo ele vasado numa linguagem simples e clara”, rebatendo críticas “descabíveis” dos que negavam a “ação inteligente do governo Getúlio Vargas” (*OESP*, 25 out. 1941, p. 2). No dia seguinte, uma extensa matéria foi publicada no jornal, retomando por completo os temas apresentados pelo ministro. Os assuntos tratados por Souza Costa resumiam-se à publicação de cifras do desenvolvimento econômico alcançado pelo governo Vargas entre os anos de 1930-1940: a solução dos

¹⁴⁹ Desde a instalação do DIP em 1939 o Palácio Tiradentes foi o local escolhido para acolher alguns dos eventos que faziam parte das comemorações da “Revolução de Outubro”.

¹⁵⁰ O DIP promoveu, respectivamente, as palestras de Aristides Guilherm, Marinha; Souza Costa, Fazenda; General Mendonça Lima, Viação; Eurico Gaspar Dutra, Guerra; Waldemar Falcão, Trabalho; Fernando Costa, Agricultura; Oswaldo Aranha, Relações Exteriores; Gustavo Capanema, Educação.

¹⁵¹ Entre o final de 1940 e meados de 1941 uma série de notas anunciavam “anotações de crédito” em prol da CNS. Muitos contribuíram para a construção da Siderurgia de Volta Redonda, inclusive setores ligados à imprensa, tais como Cásper Libero que por telegrama à Vargas, publicado no jornal, avisava ao presidente a doação de 100 contos de réis para as obras da usina (*OESP*, 15 mar. 1941, p. 2). Em fevereiro de 1941, *OESP* anunciava os resultados da bem sucedida viagem de Souza Costa, ministro da Fazenda, aos EUA: 20 milhões de dólares emprestados ao governo Vargas para a construção da CNS (*OESP*, 24 fev. 1941, p. 2).

déficits orçamentários do governo, as tiragens de papel-moeda, a situação cambial, os montantes do comércio exterior e, especialmente, as medidas para a resolução da crise do café (*OESP*, 26 out. 1941, p. 10).

Deste modo, por um lado, a “Revolução de outubro” assumiu nas comemorações a confirmação das políticas do governo Vargas e, por outro, a construção de sua memória, marcada pela exaltação aos feitos revolucionários e relacionando-os com as realizações governamentais. Resgatava-se a memória estabelecendo a “Revolução” como divisor de águas entre o “velho” e o “novo”. Nas palavras de De Decca (1998),

A Revolução é apresentada como unitária e monolítica e eis a lógica do exercício da dominação – divide a história, memorizando-a, e a historiografia, através de enfoques diversos, assume de ponta a ponta as oposições constituídas no interior desse campo simbólico (DE DECCA, 1998, p. 73).

Dáí que essa divisão da história era complementada com outra data relacionada à memória do regime, demarcando um novo evento passível de rememoração: a implantação do Estado Novo em novembro de 1937.

Para os dirigentes d’*OESP* sob intervenção, o regime “instituído em 1937 e que deu novos rumos aos destinos do Brasil” (*OESP*, 7 nov. 1941, p. 2). Em suas edições, o mês de novembro era privilegiado por ser nele comemoradas, além da instituição do Estado Novo, as homenagens em memória às “vítimas da revolução comunista”. Um dia após o jornal ter publicado o cronograma das festividades do quarto ano do golpe de 1937, uma nota comunicou aos leitores que Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, determinou que os comandantes das regiões militares organizassem comemorações no dia 27 de novembro “em memória dos que se sacrificaram no Rio, em Recife e Natal em defesa da ordem e do regime” (*OESP*, 8 nov. 1941, p. 2).

Relacionar as comemorações da instalação do Estado Novo com a “revolta comunista” era uma forma de fortalecer a memória do próprio regime: ao mesmo tempo em que se comemorava o regime, o Estado Novo rememorava os mártires que sucumbiram para que ele fosse possível.

As comemorações do quarto aniversário do Estado Novo foram noticiadas em matéria abrindo a coluna *Notícias do Rio*, com a descrição das festividades ocorridas não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas também em São Paulo. Esse dado é importante para a compreensão dos esforços de legitimação que foram colocados em prática para se justificar, no próprio *OESP*, a necessidade do golpe em novembro de 1937, ainda mais que

a notícia trazia comentários da “imprensa carioca” sobre a “completa integração do povo e o governo de S. Paulo no regime instituído pelo Presidente Vargas em 1937” (*OESP*, 14 nov. 1941, p. 2).

As comemorações e as homenagens à derrota do levante comunista ganhavam destaque nas páginas d’*OESP* com o decorrer da intervenção. Outra grande manifestação das massas em tributo ao regime foi privilegiada nas notícias analisadas: o 1º de Maio.

As primeiras festividades estadonovistas do 1º de Maio se iniciaram em 1938, em cerimônia fechada e com número reduzido de participantes no Palácio da Guanabara, passando no ano seguinte a serem realizadas para um grande público, sendo deslocadas para o Estádio de São Januário, do Vasco da Gama. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes (1994), o 1º de Maio se caracterizou por

[...] uma comemoração de massas, na qual o presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores. Mais do que isto, era uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa (GOMES, 1994, p. 217).

O 1º de Maio representava, para a cultura política estadonovista, a data que marcava o encontro do líder com as massas, quando o governo prestava contas à população de suas ações e o povo as legitimava ao comparecer em peso às festividades oficiais. Tal como as demais comemorações, “a festa do trabalho transmitia a ideia de harmonia e pacificidade do povo”, evidenciando que as bases de sustentação do regime estavam asseguradas. Entretanto, reapropriado pelo regime – ao invés de um dia de reflexões sobre as conquistas obtidas pelas lutas operárias –, o 1º de Maio se transformava em festa, ressignificado e identificado como um momento de agradecimento ao regime pelos benefícios doados pela legislação trabalhista (SHEMES, 1995, p. 44)¹⁵².

Os preparativos para as comemorações do “Dia do Trabalho” em 1940 foram publicados n’*OESP* logo após a intervenção no jornal. Em março desse ano, o periódico publicou portaria do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, conclamando os trabalhadores, junto com suas famílias, a comparecerem em “grande manifestação trabalhista” que seria realizada. Para Falcão, as comemorações daquele ano deveriam ser a

¹⁵² A ressignificação do 1º de Maio não se limitou ao Estado Novo, passando, por sua vez, a ser apropriada e transformada em festa em períodos posteriores. Nesse sentido, é possível apontar continuidades no dito “período democrático” (1946-1964), no período ditatorial (1964-1984) e no período da redemocratização (1985-hoje).

[...] demonstraco do regozijo da família operaria pelo êxito progressivo da política social do Estado Novo e como testemunho de gratidão dos lares operários para com o chefe do governo nacional, graças a cujo governo se vem mantendo o Brasil cada vez mais forte e unido, sobre a base indestrutível das instituições sociais que fazem a grandeza da pátria (*OESP*, 14 abr. 1940, p. 2).

O 1º de Maio daquele ano seria diferente, já que junto às comemorações, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio anunciaria a criação do “salário mínimo”, elemento basilar da política trabalhista do Estado Novo¹⁵³ (*OESP*, 28 fev. 1940, p. 2). Os preparativos e as reuniões no Ministério do Trabalho eram noticiados no jornal dando-se grande ênfase  característica principal da festa, a “espontaneidade” da participação popular: “ uma festa legitimamente popular, no seu sentido, pois nasce dos mais puros sentimentos de gratidão dos trabalhadores brasileiros, ao seu guia, patrono e seu conductor (Vargas)” (*OESP*, 29 abr. 1940, p. 2).

Ao realizar uma análise dos discursos de Getúlio Vargas no 1º de Maio, Maria Emília Lima (1990) v na escolha do dia a consolidação da celebração oficial da cooperação do capital e do trabalho. Para a autora, Vargas escolhera o dia cujo valor simbólico era relevante para o movimento operário, o Estado Novo se preocupou em

[...] introduzir uma relação nova do Estado com os “bons trabalhadores”, a quem ele apresentar suas leis, declarar “seu amor” e, ao mesmo tempo, se engajar na luta contra a miséria e os “elementos perigosos” da sociedade (de fato, contra uma parte dos próprios operários). Ele lhes ensinar o que é um governo, uma nação, uma revolução, etc., e também como os trabalhadores devem conduzir sua luta: no interior do aparelho de Estado. Ele tentar convencer as massas de que a revolução  indesejável, que ela seria nefasta aos próprios trabalhadores, que ela não lhes traria nada mais que o próprio Estado, dado que, depois de 1930, “as coisas mudaram” em seu favor (LIMA, 1990, p. 74).

Exaltar a participação popular num “movimento espontâneo das massas” que se dirigem ao seu líder para agradecer-lhe foi uma das características assumidas pelas comemorações oficiais do 1º de Maio. Na véspera das festividades, Vargas estava em viagem oficial a São Paulo, inaugurando, inclusive, algumas obras na capital paulista tais como o Estádio do Pacaembu, evento amplamente coberto pelas reportagens d’*OESP* (*OESP*, 28 abr. 1940, p. 7-8).

A ida de Vargas para São Paulo rendeu reportagens que buscavam detalhar as

¹⁵³ é importante salientar que o salário mínimo era destinado aos trabalhadores urbanos, excluindo dessa legislação os trabalhadores do campo.

manifestações de apreço do povo paulista para com o governo central¹⁵⁴. A festa bandeirante antecedeu a festa dos trabalhadores, talvez explique a ênfase dada neste ano à viagem do presidente ao Estado de São Paulo do que mesmo às grandes concentrações trabalhistas realizadas no Estádio do Vasco da Gama no Rio de Janeiro. No dia da “festa do trabalhador”, *OESP* limitou-se a publicar um texto que, embora conciso, definia o significado pretendido do 1º de Maio, comparando-o com as comemorações realizadas no restante do mundo. A manchete, “As comemorações do ‘Dia do Trabalho’ no Brasil”, explicava ao leitor por que o 1º de Maio entre nós era diferente de outros países:

Em todo o mundo, o 1º de Maio marca para os trabalhadores a data representativa de suas lutas e suas victorias. [...] O 1º de Maio tem assim, em todo o mundo, um sentido de reivindicações conquistadas com luta e sangue. No Brasil, entretanto, o 1º de Maio é uma grande oportunidade, um grande dia de festa, de harmonia e de colaboração das classes trabalhadoras com o governo e com as outras classes (*OESP*, 1 mai. 1940, p. 2)¹⁵⁵.

No Brasil, o 1º de Maio possuía outras significações, já que as reivindicações trabalhistas assumiram aqui, continuava a notícia, “um sentido diferente”, com a ação providencial de Vargas que canalizara os reclamos dos trabalhadores, transformando-os em leis que o beneficiassem. Deu-se grande enfoque de que aquela data representava a consolidação de uma política trabalhista iniciada em 1930 e que se efetivaria plenamente com a instituição do salário mínimo, definido como a “aspiração dos trabalhadores em todo o mundo, o proletário brasileiro o terá amanha”. No entanto, as notícias das comemorações após a festividade não foram publicadas, evidenciando, por um lado, que ainda eram incipientes as preocupações em destacar nos jornais, no nosso caso *OESP*, as comemorações do 1º de Maio. Já no ano seguinte, as comemorações ganhariam mais espaço no jornal, especialmente com a divulgação da decretação do funcionamento da “Justiça do Trabalho”¹⁵⁶.

A ideia de harmonia, afastando das comemorações qualquer sinal de conflitos de classe, pode estar relacionada com a mudança de trato dispensado pelo Estado Novo sobre

¹⁵⁴ Segundo Silvana Goulart (1990), ao analisar matérias pagas pelo DEIP/SP aos jornais, as viagens de Vargas a São Paulo constituiu grande parte do noticiário subvencionado. Estas notícias, tais quais as publicadas n’*OESP*, procuravam enfatizar “[...] uma comunhão reforçada pela postura magnânima e tolerante do presidente em relação aos ‘acontecimentos do passado’ (eufemismo frequentemente empregado para fazer referência ao Movimento de 1932)” (GOULART, 1990, p. 116).

¹⁵⁵ As citações seguintes foram retiradas do mesmo texto.

¹⁵⁶ Em fevereiro de 1940, antes mesmo da intervenção n’*OESP*, uma pequena nota, anunciando a possível assinatura de Vargas do decreto-lei que institui o salário mínimo anunciava para o 1º de Maio daquele ano a possibilidade do presidente também criar a Justiça do Trabalho. No entanto, os tribunais trabalhistas só foram instalados no ano seguinte (*OESP*, 28 fev. 1940, p. 2).

a “questão social”. Segundo Maria Stella Bresciani (1992),

A noção de pacto e de contrato social é negada em favor da representação da história em etapas ou evoluindo de formas primitivas para formas mais complexas e modernas de organização social. Naturaliza-se a sociedade, e nela a autoridade ganha à áurea de inquestionabilidade, nesse projeto que se levado às últimas consequências faria da política uma técnica de administração de bens e pessoas, esvaziada, portanto dos embates entre interesses conflitantes (BRESCIANI, 1992, p. 9).

Em 1941, não foi diferente do ano anterior: Vargas, novamente em viagem, só que desta vez a São Lourenço, Minas Gerais, desembarcou no Aeroporto Santos Dumont no mesmo dia do evento. Em seguida, o presidente inaugurou com o batimento de estacas na Praça 11 de Julho, centro do Rio de Janeiro, o “Monumento dos Trabalhadores Nacionais ao Presidente Getúlio Vargas”. O fechamento da programação oficial ocorreu novamente no Estádio do Vasco da Gama, onde Vargas foi para discursar e “instalar” a “Justiça do Trabalho” ao lado de Waldemar Falcão¹⁵⁷ (*OESP*, 29 abr. 1941, p. 6). Na edição do dia seguinte, novamente, foi publicado o programa das festividades oficiais, assemelhando-se em muito com o texto da notícia anterior (*OESP*, 30 abr. 1941, p. 2). No entanto, no dia das comemorações, um artigo sem autoria abria a coluna *Notícias do Rio*, antecipando ao leitor, seguindo a ordem das colunas, a definição da data e sua significação assumida pelo Estado Novo. No texto, o autor anônimo divagou sobre o transcorrer do tempo e o distanciamento necessário em relação a fatos do passado para o entendimento mais crítico dos acontecimentos. O Brasil sofreu mudanças que só passaram a serem mais nítidas com o apaziguamento dos conflitos sociais. Para o autor,

[...] o 1º de Maio que hoje passa é uma esplendida medida para avaliar a radical mudança que o Brasil sofreu. Basta recuar 11 anos e lembrar-se cada um de nós, homens de imprensa, do que escrevíamos e do que hoje escrevemos com critério e liberdade. [...] De 1930 para cá, sem influências de forças opressivas, houve tão profunda alteração que é difícil alcançar-lhe todo o significado. Bastou encarar, com alto sentido humano, o problema que era apenas caso de polícia e que se tornou básico na preparação do Brasil Novo, para mudar o grito ronco de revolta em manifestação da solidariedade, em festa expressiva de confraternização nacional, porque nos somos, apenas, um povo de trabalhadores, onde a divisão de classes nunca poderia ter existido ou que se devia considerar inexistente desde a lei libertadora da massa escrava, no 13 de Maio (*OESP*, 1 mai. 1940, p. 1).

¹⁵⁷ Na mesma matéria, uma pequena nota anunciava que se encontrava no Rio de Janeiro uma comissão de representantes sindicais de Santos, São Paulo, que vieram à capital federal para entregar à Vargas um busto seu de bronze, encomendado especialmente com a contribuição de trabalhadores da cidade.

Novamente, aspectos comparativos entre o “antes de 1930” e o “depois” foram evocados para evidenciar as transformações operadas no país com a ação previdente de Vargas em resolver os conflitos de classe. A festa assumiu a confirmação da inexistência dos conflitos sociais, onde a “harmonia” reinava em um mundo de trabalhadores. Na mesma edição, uma entrevista com o ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, anunciava os beneméritos doados pelo governo com a instituição dos tribunais trabalhistas¹⁵⁸, órgãos máximos de mediação dos conflitos entre empregados e empregadores que, segundo Falcão, efetivavam as promessas realizadas por Getúlio Vargas desde a “plataforma de candidato, lida na esplanada do Castelo” em 1930 (*OESP*, 1 mai. 1940, p. 1).

No dia seguinte às comemorações, uma extensa cobertura jornalística foi publicada no jornal, dando-se destaque ao “entusiasmo popular extraordinário” que a cerimônia de instalação da Justiça do Trabalho alcançou no Estádio do Vasco da Gama. Nas descrições d’*OESP*, as manifestações chegaram a uma “apotheose popular”:

[...] Todo o estádio, empunhando bandeirinhas nacionais, aclama o Presidente da República, aos serem ditas suas ultimas palavras. O Chefe do Governo recebe os cumprimentos e durante muito tempo não pode se retirar porque o povo redobrava nos seus aplausos quase delirantes (*OESP*, 3 mai. 1941, p. 2).

Era o êxtase presente nas comemorações e noticiado no jornal que dava corpo aos sentidos pretendidos pelo regime em rememorar o 1º de Maio segundo uma ótica própria. Ao se apropriar do 1º de Maio, o Estado Novo buscou identificar a data como o símbolo do fim dos conflitos sociais, escolhendo o dia para promulgar leis de amparo ao trabalhador, mas esforçando-se em legitimar suas ações por meio do apoio popular propagandeado pela imprensa. A participação massiva, entretanto, não foi tão “espontânea” quanto se publicava no jornal, havendo casos em que os trabalhadores eram obrigados a entregarem suas carteiras de trabalho antes da festividade para, depois, recebê-las carimbadas com visto de comparecimento, senha obrigatória para sua entrada no trabalho no dia seguinte¹⁵⁹. Deste

¹⁵⁸ Os julgamentos da Justiça do Trabalho eram publicados n’*OESP* com regularidade. Essas notícias, geralmente localizadas na seção intitulada “Ministério do Trabalho”, construíam uma imagem positiva do novo órgão como símbolo da “equidade” e “imparcialidade” do Estado em julgar embates entre empregados e empregadores. Em um de seus artigos que abriam a coluna *Notícias do Rio*, Jorge Santos, comenta o “clima” da primeira sessão da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro, onde, para o cronista, a Justiça do Trabalho é “harmoniosa”, pois o tribunal pretende resolver “dissídios” e não “julgá-los”, criando um espaço, segundo Santos, de um ambiente de acolhida e representação dos trabalhadores (*OESP*, 4 jun. 1941, p. 1).

¹⁵⁹ Alcir Lenharo, citando Affonso Henriques, coloca em questão a participação operária “espontânea” em eventos oficiais do Estado Novo. Segundo Henriques, outras formas de coesão aos trabalhadores coexistiam, como por exemplo, as pressões que funcionários públicos sofriam pelos chefes de repartição para

modo, podemos caracterizar isso como espontaneidade planejada e imposta, à maneira da opinião pública “manipulada” proposta por Habermas (1986).

Para Lenharo, a máquina de propaganda colocada em funcionamento pelo regime insistia na veiculação de uma sociedade harmoniosa. Desse modo, “o poder apresenta a Nação como sua obra acabada”, atribuindo ao Estado o papel de protagonista e única voz autorizada a falar do trabalhador e para o trabalhador. Essa ideia, baseada na ideologia corporativista que regia o Estado Novo¹⁶⁰, dava à festa a concretização da reunião em um só lugar dos componentes desse “corpo” - as classes sociais (LENHARO, 1986, p. 35). Daí, as manifestações públicas terem como objetivos “atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação”. Criava-se, por sua vez, “um clima artificial de certeza de uma fraternidade nacional estável e duradoura”, não sobrando espaço para a contrainformação (LENHARO, 1986, p. 50). A sociedade pretendida pelo regime foi pensada como um estado permanente de paz, onde os conflitos que lhe eram inerentes foram neutralizados.

Segundo Paranhos (1999), a impossibilidade da extinção das lutas de classes levou o Estado Novo a transformar os conflitos em um recurso poderoso para auxiliar as estratégias de dominação que buscavam a “subordinação política das classes trabalhadoras em nome da colaboração de classes”. Daí, a intensificação da promulgação das leis trabalhistas ocorridas durante o período fazer parte integrante de uma proposta de cunho corporativista, onde a ideologia do trabalhismo se “apropriaria dos discursos dos trabalhadores e, essa fala roubada, reformulada, retornava a eles como mito, tendo como componente básico a ‘doação’ da legislação social” (PARANHOS, 1999, p. 35).

A perspectiva da doação foi modificada entre os anos de 1942-1945, já que os conflitos da Segunda Guerra Mundial transformaram o panorama interno e externo do país, levando as comemorações do 1º de Maio a assumirem outros signos até então não trabalhados pelo regime. Se nos anos de 1940 e 1941 as comemorações eram centradas na comunhão do povo com o seu líder, legitimadas com a inauguração de uma nova legislação de amparo aos trabalhadores, nos anos seguintes, procurou-se consolidar a política

comparecerem aos eventos oficiais. (LENHARO, 1986, p. 34). Essa questão é importante já que verificamos n’*OESP* a publicação de portarias de Waldemar Falcão, e posteriormente Alexandre Marcondes Filho, que solicitavam aos sindicatos o comparecimento em “massa” dos trabalhadores (*OESP*, 26 abr. 1940, p. 2).

¹⁶⁰ Para Lenharo, a ordem corporativista proposta pelo Estado Novo se pautou na “substituição do negativo conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes”, gerando, por sua vez, uma “despolitização” da sociedade, em particular a classe operária, que, segundo o autor, era “a menina dos olhos” do regime, já que sem o seu curso, “sem sua dominação”, dificultaria a estruturação das bases da nova sociedade que pretendia se construir (LENHARO, 1986, p. 22-23).

trabalhista do Estado Novo por meio de novos aportes de sustentação ideológica baseados no fortalecimento do “mito da doação da legislação trabalhista”, no elogio dispensado ao “Estado Autoritário” e na “fundação do paraíso da concórdia e da conciliação de classes” (PARANHOS, 1999, p. 141).

As modificações operadas no regime, com a saída de Waldemar Falcão em meados de 1941, inauguraram uma nova fase de divulgação n’*OESP* das realizações do Ministério do Trabalho e, conseqüentemente, das comemorações do 1º de Maio nos anos posteriores. Ao assumir a pasta do Trabalho, em janeiro de 1942, Alexandre Marcondes Filho imprimiu novos significados ao “Dia do Trabalhador”, relacionando-o com a conjuntura de guerra que se tornava cada vez mais evidente, conclamando, desta vez, a imagem do trabalhador-soldado, referência fartamente utilizada nas notícias como forma de propagandear a mobilização para a produção nacional voltada para a economia de guerra, o que também significava virtual militarização da produção, com possível ameaça de lei marcial contra qualquer rebeldia de trabalhadores. Por outro lado, com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do “Eixo”, *OESP* incorporou novos discursos que buscavam autolegitimar o regime, sustentado em outras bases, procurando, antes de tudo, se aproximar dos EUA, ao mesmo tempo em que reconstruía sua imagem perante os leitores do jornal, afastando-se, explicitamente, de suas antigas relações de cordialidade com países como Alemanha, Itália e Japão.

O momento é de suma gravidade. Cabe agora, à imprensa, papel importantíssimo. A situação depende sobremaneira do bom senso e do patriotismo dos homens de jornal. Muito há de esperar-se do seu espírito cívico e da sua compreensão da delicadeza desta hora – Declarações de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, à jornalista de *O Globo* e publicadas n’*OESP*, sobre o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães (*OESP*, 9 dez. 1941, p. 8).

CAPÍTULO III - A GUERRA MUDA TUDO: NOVOS DISCURSOS COM O BRASIL NA GUERRA

3.1 - A “neutralidade” como pauta: as relações cordiais com o mundo

A invasão da Polônia pela Alemanha, em setembro de 1939, foi um acontecimento que marcou o período, dando início à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No desenrolar dos acontecimentos, o Estado Novo se manteve afastado das polarizações e buscou acompanhar os acontecimentos afirmando conjuntamente com outros países do continente americano uma postura de neutralidade. Durante o período, *OESP* publicou, desde o início do conflito, notícias oriundas de Agências Internacionais (*Havas*, *Reuters* e *United Press*) que se localizavam na capa do jornal, muitas vezes se estendendo até à metade da segunda página. Ao lado da coluna *Notícias do Rio*, o noticiário internacional abordava o desenrolar da guerra, procurando o jornal não publicar informações que relacionassem o Brasil com o cenário exterior que se formava.

Considerando o número de publicações sobre a participação do Brasil na Guerra dentro da coluna *Notícias do Rio*, podemos inferir que o jornal buscou distanciar a imagem do conflito em relação às demais notícias sobre o regime e suas ações: em 1940, foram publicadas apenas 25 notas sobre a 2ª Guerra, verificando-se um aumento no ano seguinte, 1941, de 86 notas para, em 1942, ano em que se definiu o reposicionamento do país diante o conflito, esse número subiu em 318 notas nos seis primeiros meses do ano (Anexo B – Tabelas II-IV). O maior e menor número de publicações sobre o Brasil e o conflito mundial estava relacionado com a política de neutralidade levada a cabo pelo Estado Novo até seu limite, quando, o bombardeio do Japão à base estadunidense de Pearl Harbor não permitiu mais a sustentação da política de neutralidade defendida.

Mas o que se publicou durante os anos de 1940-1941 que buscava corroborar com a política de neutralidade sustentada pelo Estado Novo? Quais elementos dessa política foram exteriorizados por *OESP* e que depois foram resignificados após a mudança de posicionamento do regime e seu alinhamento com os EUA?

Em primeiro lugar, devemos levar em consideração que as primeiras publicações d'*OESP* antes da intervenção se limitaram a divulgar resultados oficiais de reuniões da Comissão Interamericana de Neutralidade, sediadas no ano de 1940 na cidade do Rio de Janeiro. As notícias buscavam evidenciar, antes de tudo, que o posicionamento do Brasil se baseava em decisões conjuntas com os demais países do continente, especialmente, publicando-se trechos das resoluções da Comissão, o governo federal “apenas seguia os caminhos traçados nessas reuniões” (*OESP*, 9 fev. 1940, p. 2).

Entretanto, logo após a intervenção n'*OESP* em março de 1940, as notícias que buscavam legitimar o estado de neutralidade passaram por modificações, geralmente, comparando a situação de paz do continente americano como antítese dos conflitos que estavam em franco desenvolvimento na Europa. A “neutralidade” expressa n'*OESP* durante os anos de 1940 a 1941 acompanhava o desenrolar dos conflitos internos e externos pelos quais o país passava e que definiram seu futuro posicionamento diante da Segunda Guerra Mundial.

Desde o início de 1939 os Estados Unidos estão preocupados em estreitar cada vez mais os seus laços com os demais países do continente. Oswaldo Aranha, por exemplo, viaja para os EUA em fevereiro só retornando em março. Embora o ministro tenha efetivado acordos comerciais, o governo estadunidense pressionou-o a estabelecer uma maior aproximação, especialmente no campo militar. Essa aproximação iria ocorrer meses depois, em maio, quando o general George Marshall é convidado a visitar o país e, em retribuição, o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, iria aos EUA. A troca de experiências com os militares estadunidenses não são bem vistas por Dutra e Góes Monteiro que, segundo Carone (1977), “exprimem, nesta hora, tendência pró-Alemanha, que se traduz numa tentativa de ligação prática entre oficiais brasileiros e o Exército Alemão”, já que em fevereiro do mesmo ano, Góes Monteiro havia sido convidado para assistir manobras militares alemãs (CARONE, 1977, p. 275).

Essa relação ambígua onde, de um lado Vargas sinaliza entendimentos e compromissos com os EUA, ainda neutro, mas pró-Inglaterra e França, e por outro, não se incomodando com a aproximação e publicização de simpatias pró-eixo de alguns grupos do governo, evidenciam, nas palavras de Edgard Carone, a transformação de Getúlio

Vargas em um “poder moderador entre seus ministros, oscilando e tolerando a permanência das duas correntes políticas, a dos democratas e a dos germanófilos” (CARONE, 1977, p. 279). Embora Carone proponha uma nomenclatura que foge às pretensões desta dissertação, o que interessa para a presente discussão é constatar a existência no governo de grupos ligados tanto aos EUA quanto aos países de regimes autoritários como a Alemanha, Itália e Japão.

Nesse sentido, é possível pensar que esse era um traço mais geral do Estado Novo, que procurava se aproveitar de várias faces do espectro político para se fortalecer, como se observa na política cultural de Capanema (próximo de práticas corporativistas, liberais reformadas e até fascistas), que não hesitou, por exemplo, em apelar para artistas de esquerda como Portinari, Niemeyer, etc. (SCHWARTZMANN, 2000).

Por outro lado, a análise das notícias publicadas durante o período demonstra que no ano de 1940, o Estado Novo ainda se permitia estabelecer relações cordiais com ambos os grupos de países em conflito. Em junho de 1940, um texto do Bureau Interestadual de Imprensa entrevistava o cônsul japonês no Rio de Janeiro, Suetaka Hayno, buscando apresentar ao leitor os estreitamentos estabelecidos com o Império Japonês a partir de uma “aproximação econômica e intelectual”. O cônsul anunciou a criação do Instituto Brasileiro de Cultura Japonesa, tendo como objetivo inicial estabelecer intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades nipônicas e vice-versa. Para Hayno, o processo das relações intelectuais brasileiro-nipônicas lograria êxito pois, nas palavras do cônsul, “tudo indica que esse intercambio cultural e intelectual continuará para o futuro, cada vez com mais intensidade, ampliando progressivamente os horizontes da amizade nipo-brasileira” (OEPS, 29 jun. 1940, p. 2).

Já em outro texto do Bureau Interestadual de Imprensa, as sinalizações de simpatia penderam para os EUA, quando o órgão entrevistou Edmundo de Miranda Jordão, advogado de renome na capital federal e que acabara de chegar de viagem dos Estados Unidos. Miranda Jordão fala de suas “boas impressões” que obteve durante sua estadia nos EUA, exaltando ainda o “caráter disciplinado do povo”, sua economia e, não menos importante, a relação dos estadunidenses diante da guerra na Europa. Sobre o “panamericanismo”, Miranda Jordão exaltou o desejo dos estadunidenses de “tornar o continente um bloco forte, unido e homogêneo, para evitar toda a agressão ao território de qualquer das suas nações” (OESP, 26 jul. 1940, p. 1).

Nessas duas notícias podemos extrair alguns elementos da política de neutralidade do Estado Novo durante o período: a aproximação “cultural” ou o “intercâmbio”

intelectual como estabelecimento de relações cordiais, e por outro lado, no que tange aos EUA, a aproximação econômica e militar, especialmente no que diz respeito à defesa continental, discurso que paulatinamente ganhou espaço nas edições analisadas. Cabe ressaltar que as notícias foram publicadas durante um período de “ambiguidades” que, apontadas por Carone (1977), podem ser pensadas como característica da leitura de uma política de neutralidade realizada pelo Estado Novo. Sem tomar partido na disputa, o regime tinha liberdade para homenagear ambos os lados representados no conflito. Entretanto, verifica-se uma regularidade temática das notícias caracterizando cada imagem que se pretendia construir atrelada a cada polo do conflito mundial: relações “culturais” com os países do “Eixo” e entendimentos “econômicos e comerciais” com os representantes ou simpatizantes dos “Aliados”. É bom lembrar que mesmo os EUA mantiveram relações amistosas com a Alemanha nazista até à última hora. O filme *O grande ditador*, de Chaplin, por exemplo, foi recebido com reservas quando lançado (outubro de 1940) e, depois, recuperado quando os estadunidenses entraram em guerra contra a Alemanha.

O tema imigrante judeu, por exemplo, é tratado pelo jornal de modo ambivalente: num primeiro momento é visto com estranhamento, para depois, com a aproximação gradual dos EUA, como possibilidade. Jorge Santos, por exemplo, em maio de 1941 escreve um artigo comentando a criação de “um projeto de lei” nos EUA, segundo o autor “copiado do Brasil”, que cria campos de imigrantes destinados aos “indesejáveis, na maioria judeus”, vendo-os como “pouco assimiláveis” (*OESP*, 9 mai. 1941, p. 2). Dois meses depois, Santos escreve nova crônica comentando seu “passeio dominical” nas praias cariocas onde “percebeu” a afluência do “elemento loiro” que a guerra trouxe, acreditando que estes podem servir a um possível “branqueamento” que esse grupo pode proporcionar ao Brasil (*OESP*, 16 jul. 1941, p. 2). Cytrynowicz (2002) analisando a construção, tanto da historiografia sobre o antissemitismo quanto da memória coletiva judia, vê nessa “ameaça” do elemento semita direcionada especialmente aos imigrantes potenciais e não aos membros desse grupo residentes no país. Segundo o autor, “[...] no exterior, os judeus eram considerados semitas, portanto não europeus e indesejáveis; uma vez no Brasil, eles eram brancos (não negros), portanto aceitáveis no contraste com uma sociedade cujo ideal de branqueamento era (é) central” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 397).

Por outro lado, as relações de amizade eram exteriorizadas de muitas maneiras, não se limitando a noticiar acordos culturais e comerciais. O reconhecimento de personalidades com condecorações era também peça fundamental na busca por legitimidade de países dos

dois polos do conflito. De uma edição para outra, por exemplo, as notas informativas sobre as relações externas do país iam desde a condecoração pela embaixada italiana de jornalistas brasileiros à entrevista com empresário estadunidense sobre “os grandes sentimentos afetivos e construtivos” que nutre o seu povo pelo Brasil (*OESP*, 10 e 11 ago. 1940).

Durante o ano de 1941 as manifestações de simpatia deram continuidade, especialmente, com as condecorações atribuídas e noticiadas no jornal tanto de figuras diplomáticas japonesas quanto estadunidenses. Em homenagem ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, *OESP* noticiou um almoço que lhe foi oferecido pela Câmara Americana de Comércio no Rio de Janeiro. No evento, detalhado na reportagem, Caffery exaltou os elementos que tornavam o Brasil um país amigo, lembrando, inclusive, as trocas de experiências entre os dois exércitos (cita a viagem ao país do general George Marshall em 1939) e o maior intercâmbio financeiro oriundo das negociações que Souza Costa obteve com sua recente viagem aos EUA (*OESP*, 5 abr. 1941, p. 6). Algumas edições após a declaração de Caffery, *OESP* anunciava, por meio de nota da Agência Nacional, a condecoração dada a Vargas pelo governo japonês com o “Grande Colar da Ordem Suprema do Chrysanthemo”. Na ocasião, o embaixador japonês no Rio de Janeiro, Itaro Ishil, foi até o Palácio do Rio Negro, em Petrópolis, para entregar ao presidente a honraria. A notícia ressaltava que a homenagem se dava pelo “reconhecimento ao seu trabalho (Vargas) de fraternidade e de aproximação das duas pátrias”, representando, ainda segundo o texto, “um aplauso à política de diplomacia e de patriotismo que o Chefe do Governo vem desenvolvendo a frente dos destinos do Brasil” (*OESP*, 9 abr. 1941, p. 7).

Embora os países do “Eixo” figurassem em algumas notícias sobre suas relações com o Estado Novo, verificou-se que a partir de 1941 e, especialmente, no início de 1942, as notícias referentes aos EUA passaram a ser estampadas com maior regularidade na coluna *Notícias do Rio*. A aproximação com os Estados Unidos e sua identificação como país reconhecedor da arte brasileira foi elemento que pesou na construção da imagem do regime em relação aos estadunidenses.

Desde o final de 1940, as publicações d’*OESP* buscaram atrelar a imagem do Brasil aos EUA como forma de legitimação da cultura nacional¹⁶¹: Candido Portinari, por exemplo, foi convidado pelo Museu de Arte Moderna de Nova York para realizar uma

¹⁶¹ Comentamos a utilização da imagem da cantora e atriz Carmem Miranda como representante da “boa música” brasileira nos EUA, daí que, segundo as notícias analisadas, inferimos que a cantora inaugurou esse tipo de relacionamento da imagem do artista brasileiro no exterior.

exposição individual de suas obras. A nota procurava atrelar a participação do artista no regime, alcançando legitimidade com o chamado que fora realizado “depois de convidado pelo governo para fazer as pinturas muraes do novo edifício do Ministério da Educação, obra que veio consagrá-lo definitivamente como uma das maiores expressões da arte modernista”. Para o regime, sua consagração não se deu com o convite para a exposição no MAMNY, mas, principalmente, com a obra encomendada pelo próprio governo (*OESP*, 1 ago. 1940, p. 2). Portinari figuraria ainda algumas vezes nas publicações d’*OESP*, especialmente, em matéria sobre a abertura da exposição (*OESP*, 30 out. 1940, p. 2) e, posteriormente, em entrevista com o pintor, publicada no jornal. Na entrevista, Candido Portinari procurou distanciar sua imagem com posições partidárias quando, perguntado pelo repórter quais os sentidos pretendidos com a exposição nos EUA, responde que “[...] o interesse dos americanos pela minha pintura é um interesse puramente artístico, o que vem provar mais uma vez que a minha obra não possui nenhuma influência política, nem obedece a canones partidários” (*OESP*, 12 dez. 1940, p. 2). Em outra viagem aos EUA, já em 1941, uma notícia d’*OESP* anunciava o embarque de Portinari, destacando-se a presença de Lourival Fontes no saguão de embarque do aeroporto Santos Dumont, para dar “seu abraço de despedida” no pintor, descrevendo a notícia que o DIP representava “o organismo que tem prestigiado o mais brasileiro de nossos pintores no seu esforço pela aproximação brasileiro-americana através da arte” (*OESP*, 1 ago. 1941, p. 6).

Outro personagem do mundo artístico brasileiro que ganhou espaço nas publicações foi Heitor Villa-Lobos. O maestro foi identificado como um representante da música brasileira nos EUA quando foi convidado para apresentação musical em Nova York. A notícia falava do “sucesso” alcançado em sua apresentação na Feira de Mundial realizada na cidade no ano de 1940 (*OESP*, 7 dez. 1940, p. 2). No mesmo ano, Villa-Lobos acompanhou Portinari em sua primeira exposição, já citada, contribuindo com a apresentação de músicas regionais brasileiras (*OESP*, 11 nov. 1940, p. 2).

O intercâmbio que no início se caracterizou como comercial passou a se tornar cada vez mais cultural, especialmente com a chegada de Walt Disney ao Rio de Janeiro. As relações de proximidade com o governo se deram desde o seu anúncio de desembarque, quando, a notícia ressaltou, além de dotes artísticos, seu entusiasmo pelo “movimento filantropico” no Brasil ao propor que a bilheteria de sua animação, que estrearia no país – “Fantasia” –, fosse revertida para a “obra de benemerencia patrocinada pela Sra. Darci Vargas” em favor da Cidade das Meninas (*OESP*, 19 ago. 1941, p. 2). Dias depois, outra nota anunciava o êxito obtido na primeira exibição da animação do cineasta, atraindo

grande público para a seção especial organizada pela primeira dama (*OESP*, 25 ago. 1941, p. 2).

Por outro lado, o uso da imagem de Disney como elemento aglutinador das relações culturais e comerciais com os EUA ganhou destaque quando o cineasta visitou o DIP a convite de Lourival Fontes. Segundo a notícia, Disney conversou com Fontes sobre o “estreito intercambio artístico e intelectual que pode resultar da maior aproximação entre as Américas” (*OESP*, 21 ago. 1941, p. 6). Dias depois, o criador do camundongo “Mickey” foi recebido por Oswaldo Aranha no Palácio do Itamarati para ser condecorado com as insígnias da Ordem do Cruzeiro do Sul (*OESP*, 7 set. 1941, p. 2).

As tentativas de aproximação dos EUA com os países da América do Sul se intensificaram com o passar do ano de 1941. A vinda de Douglas Fairbanks Junior ao Brasil, o “embaixador de Hollywood”, evidenciou a mudança de orientação das relações diplomáticas com os Estados Unidos: a afirmação da neutralidade continental baseada na defesa mútua e na união das nações americanas. Fairbanks Jr. incumbido por Roosevelt como “portador de mais uma mensagem de cordialidade” entre os dois países, *OESP* procurava evidenciar esse intercâmbio:

[...] A missão de Douglas Fairbanks Junior, terá desempenho cabal e brilhante. Talvez exceda mesmo tudo o que poderia pretender o presidente Roosevelt. Provavelmente o enérgico estadista do paiz do Tio Sam não sabia o de quanto é capaz a exuberância de sensibilibidades dos brasileiros, sobretudo quando precisam demonstrar a amizade. E não saberá também quanto as brasileirinhas sentimentais anseiam por ver os galans heroes de filmes. Se dúvida que amam os EE.UU. pelas suas ideias, pelos seus propósitos, ainda que fosse somente por causa de Douglas Fairbanks Junior e do seu perturbador e inteligente sorriso (*OESP*, 29 abr. 1941, p. 6).

O jornal reconhecia que a escolha do ator hollywoodiano representava um esforço de popularização dos EUA por meio de seu cinema¹⁶². A veiculação de personalidades estadunidenses com a política servia tanto aos EUA como elemento de aproximação de países como o Brasil, como ao próprio Estado Novo que, por meio da notícia, legitimava suas ações e se reapropriava da imagem desses personagens para atrelá-los aos atores políticos nacionais ou, com era de praxe, ao recepcioná-los em visitas oficiais aos departamentos de Estado. Essa aproximação renderia bons frutos no futuro, principalmente, com a realização em janeiro de 1942 da III Conferência dos Chanceleres

¹⁶² Edgar Carone assinala que foi a primeira vez na história do Brasil que um grande número de personalidades estadunidenses viajou para o país, destacando nomes como Henry Fonda, Tyrone Power, Anabela, Grace Moore, N. Rockefeller, Lewis Hanke (1977, p. 281).

no Rio de Janeiro.

Entretanto, alguns fatores ocorridos ao longo de 1941 deixam evidente a resistência do regime em manter sua política de neutralidade. O ataque ao navio “Taubaté” pela aviação alemã, por exemplo, evidenciou a disposição do Estado Novo em não romper sua política de distanciamento dos conflitos. No final de março de 1941 o navio nacional do Lloyd Brasileiro foi atacado por aviões alemães quando navegava no Mar Mediterrâneo, causando a morte do conferente José Francisco Fraga. N’*OESP* as repercussões do ocorrido não foram tão claras, sendo publicada apenas uma pequena nota:

Rio, 3 (“Estado” – Pelo telephone) – O Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, mandou visitar a família do conferente do “Taubaté”, José Francisco Fraga, victimado no cumprimento do dever, assegurando, com as condolências do Governo, toda a assistência de que se tornou credora.

Ao mesmo tempo, a Comissão da Marinha Mercante, por todos os seus membros e o director interino do Lloyd Brasileiro, também fez chegar à família do tripulante sacrificado no bombardeio do navio brasileiro, a segurança de que lhe será prestado completo apoio moral e material (*OESP*, 4 abr. 1941, p. 2).

A notícia acima foi a primeira publicada no jornal sobre o incidente com o navio “Taubaté”; entretanto, não traz nada de substancial sobre o ataque ocorrido contra o navio brasileiro, somente ressaltando os sentimentos e a seguridade dispensados pelo governo à família do conferente. No dia seguinte, outra nota, desta vez com mais detalhes, já falava em “vários membros feridos da tripulação”, donde o “protesto do nosso governo contra esse acto ecoou por toda parte e esperava-se que o governo do ‘Reich’ apresente, sem demora, as reparações indispensáveis” (*OESP*, 5 abr. 1941, p. 2).

Dias após o incidente, sem que o jornal comentasse nada a respeito¹⁶³, foi publicado um comunicado do DIP informando a resposta aos “protestos” encaminhados por Oswaldo Aranha à embaixada alemã:

[...] O Ministério das Relações Exteriores recebeu hontem da embaixada da Allemanha uma nota pela qual lhe foi comunicado que o governo allemão ao tomar conhecimento da nota que o Ministério das Relações Exteriores dirigiu áquella missão diplomática, acerca do ataque soffrido pelo navio brasileiro “Taubaté”, determinou que fosse logo apurado o facto.

Acrescenta a Embaixada da Allemanha, na nota em apreço, que, uma vez confirmados os pormenores expostos áquella comissão diplomática pelo

¹⁶³ No mesmo mês, um comunicado do DIP informava que a Embaixada Brasileira em Londres foi bombardeada pela aviação alemã. Distanciando-se dos conflitos, a nota enfocava os esforços dos funcionários que haviam “trabalhado exaustivamente durante a noite para proteger os arquivos e o próprio edificio contra possíveis incêndios” (*OESP*, 19 abr. 1941, p. 2).

Ministério das Relações Exteriores, o governo do “Reich” não hesitará em resolver o caso de maneira consentânea com as relações de amizade existentes entre o Brasil e a Alemanha (*OESP*, 11 abr. 1941, p. 2).

O assunto n’*OESP* foi encerrado com essa nota. Deu-se, tanto na manifestação de pesares do governo à família do conferente morto quanto na nota do DIP plucizando a resposta da embaixada alemã, um enfoque nas reparações materiais do “incidente”. Embora houvesse o reconhecimento do ataque, ele ficou restrito aos entendimentos diplomáticos entre a Alemanha e o Brasil, reiterados pelos votos de amizade presentes no comunicado oficial do DIP. Daí que,

A afirmação de neutralidade não passa de desejo, apesar de o governo brasileiro e outros governos sul-americanos quererem manter-se afastados da contenda europeia, pois cada vez mais eles se prendem a Washington, que adota política favorável à Inglaterra (CARONE, 1977, p. 281).

A neutralidade propagada pelo Estado Novo consistia em abster-se dos conflitos ao mesmo tempo em que mantinham relações com ambos os lados do confronto. Todavia, com a iminência de um conflito cada vez mais próximo, a política de neutralidade foi enfraquecida e as atenções do regime penderam para o lado dos EUA. Este, por sua vez, pretendia consolidar sua área de influência. No entanto, essas manifestações de aproximação com o governo estadunidense foram detectadas pouco antes da decretação formal de apoio continental, em dezembro de 1941.

Vargas, em um aceno aos EUA, pronunciou uma saudação “ao povo americano” no dia 5 de julho de 1941, data da comemoração da independência daquele país. Irradiado conjuntamente pelo DIP e “123 estações da Columbia Broadcasting Systems” nos EUA, o discurso do presidente foi precedido pela execução de “O Guarani”, de Carlos Gomes (*OESP*, 4 jul. 1941, p. 2). A mensagem do presidente foi publicada no dia seguinte, destacada na manchete como “calorosa mensagem, exprimindo os sentimentos de solidariedade que sempre nos uniram à grande nação americana”. A reportagem era seguida por outra que noticiava almoço de confraternização na Ordem dos Advogados do Brasil oferecido ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery. O evento contou com a entrega, por Jordão Miranda - o mesmo advogado que dera entrevista após viagem aos EUA -, de diploma de “sócio honorário” a Roosevelt pelas mãos do

embaixador Caffery¹⁶⁴ (*OESP*, 5 jul. 1941, p. 2).

Esse conjunto de notas podem indicar algumas sinalizações pró-EUA do regime que iriam se efetivar futuramente. Desse modo, a missão dos parlamentares estadunidenses no Brasil, em agosto de 1941, reforçaria as solicitações dos EUA para que o país criasse um ambiente de maior cooperação. N' *OESP*, a questão era abordada louvando-se o trabalho do embaixador Caffery:

[...] O chefe da representação americana junto ao nosso governo soube compreender o desejo de aproximação econômica, cultural e política do fortalecimento dos laços materiais e espirituais que unem as duas pátrias numa velha e solida amizade. O embaixador Jefferson Caffery soube ver a sinceridade dos nossos sentimentos para com os Estados Unidos. Observou que o interesse pelo seu país não desta ou daquela classe. É geral. Pertence ao povo inteiro. Vai do político, do financista, do intelectual ao homem da rua. Todos compreendem o sentido continental da política de aproximação brasileiro-americana e aplaudem toda a ação nesse sentido (*OESP*, 30 ago. 1941, p. 2).

A notícia reforçava que a solidariedade ao povo dos EUA era “geral”, não se limitando a interesses de classe. A nota, ao exaltar as qualidades de Caffery como diplomata, buscava, a um só tempo, personificar na imagem do embaixador o movimento de aproximação do Brasil com os EUA. Entretanto, a ideia de “panamericanismo” ganhou n' *OESP* outros sentidos, tais como a de “liderança continental” do Brasil na política externa latino-americana.

Em uma de suas crônicas, Jorge Santos exaltou o papel desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores, representado na figura de Oswaldo Aranha, que permitiu que “do isolamento acabrunhador caminhamos para uma liderança fortalecedora”, comparando, ainda, a destreza diplomática de Aranha “à de um Rio Branco”. Para o autor, “nossa preocupação de nacionalismo defensivo” começou a ser “não apenas admirado, mas imitado por várias nações do hemisfério”, citando exemplos com Peru, Chile e Paraguai. Ao final do texto, exaltou os responsáveis pelo êxito dessa política: “Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha” (*OESP*, 4 nov. 1941, p. 2).

Para Santos, o Brasil deveria desempenhar um papel de líder no continente, dotado de fatores que poderiam ser vistos pelo respeito alcançado pelo Estado Novo com a afirmação de sua política de neutralidade baseada na defesa nacional. O autor ainda

¹⁶⁴ Em edição seguinte, o DIP publicou nota informando o recebimento de telegrama da CBS que elogia o órgão que “proporcionou ao público dos EE. UU. uma audição considerada perfeita sob o ponto de vista técnico”. A nota ainda comentou a “magnífica repercussão” do discurso de Getúlio Vargas para o povo dos EUA e seu governo (*OESP*, 6 jul. 1941, p. 2).

defendia que a influência positiva do Brasil não se limitava aos países latino-americanos, chegando a afirmar que a política externa do regime influenciava até os EUA. Em outro texto, o diretor da Agência Nacional comentou as declarações de Roosevelt publicadas em *O Globo*, onde ressaltava que “o chefe da grande nação ianque admite a possibilidade de por em pratica as medidas por nós adotadas, quanto a circulação de jornais redigidos em língua estrangeira”¹⁶⁵. O autor teceu ainda críticas aos “instigantes” que persistiam em afirmar que as orientações do Brasil para com os EUA eram apenas de “interesses e subordinações comerciais”. Segundo Santos, “estavam errados” já que Roosevelt “não aplaude apenas as atitudes dos Brasil, trata de copiar determinados aspectos de nossa obra de combate às infiltrações desagregadoras” (*OESP*, 6 nov. 1941, p. 6).

Comparar os EUA com o Brasil era uma forma de legitimar a nova situação que se criava com a iminência cada vez mais próxima da participação do Continente Americano no conflito. As notícias analisadas podem evidenciar sinalizações crescentemente estreitas entre o Estado Novo e uma política mais contundente de união continental.

Se no plano externo as notícias giravam em torno da aproximação com os EUA, no plano interno, os discursos veiculados pelo jornal anunciavam, com a guerra iminente, a necessidade de união nacional em torno de Vargas. Em artigo de abertura da coluna, sem assinatura, exaltava-se a política de neutralidade como elemento responsável por permanecermos “à margem da catástrofe”, sustentados no plano externo pela “união continental” e no interno, o texto conclamava “a união de todos os brasileiros” como forma de “garantia de nossa independência”. Vargas, que “vê longe e claro os horizontes tormentosos dos dias atuais”, apontava o caminho:

[...] união, trabalho, devotamento completo às coisas da pátria. Devemos permanecer despertados, numa permanente vigília cívica. Não é este o momento para divergências ideológicas, choques pessoais. Em face das circunstâncias, toda a agitação é maléfica aos interesses supremos da nacionalidade. Nada deve perturbar a diretriz serena do governo, que possui o único objetivo: garantir, a qualquer preço e de qualquer forma, a integridade do Brasil. Os bons patriotas não devem prestar ouvido às vozes daqueles que se colocaram, consciente ou inconscientemente, a serviço do interesse estrangeiro. Precisamos de unidade nacional em torno do chefe do governo. Não podemos ser divididos em germanófilos, anglófilos ou partidários de outras tendências internacionais. Somos brasileiros. Exclusivamente brasileiros. Devemos formar um só bloco

¹⁶⁵ A determinação citada por Jorge Santos diz respeito à exposição de motivos apresentadas pelo CNI, encaminhada por Lourival Fontes ao presidente. Segundo Santos, o novo texto da lei obriga os jornais e revistas editadas em língua estrangeira a adotarem o idioma nacional. A nota, publicada no *OESP*, dá prazo de cinco meses, a partir de fevereiro de 1941, para que as publicações regularizem sua situação, caso contrário, teriam seu registro negado pelo CNI (*OESP*, 8 fev. 1941, p. 2).

pelo Brasil (*OESP*, 2 out. 1941, p. 2).

O momento era de união e não de desagregação, essa era a postura assumida e divulgada por *OESP*. A notícia transparecia que, independentemente dos resultados do conflito, o país deveria permanecer unido, mobilizado para produzir e continuar a crescer segundo o projeto de desenvolvimento colocado em prática pelo Governo Federal. A visão ampla de Vargas garantiria aos “bons patriotas” um trilhar seguro, desde que permanecessem apoiando o chefe do governo.

Propagava-se um ambiente de paz e harmonia que só poderia ser ameaçado com a desunião interna. Esse ambiente harmônico e de união nacional foi louvado por Jorge Santos, que procurava apaziguar os ânimos dos leitores temerosos em relação ao deflagrar do conflito no continente:

[...] Vivemos em uma hora cheia de delicadeza e gravidade. Hora de “vigília de armas”, vamos repetir a expressão feliz do Sr. Getúlio Vargas. O povo não se agita. A nação sabe que tem asseguradas a soberania e a honra. Espera com serenidade o momento que chega: trabalha tranquilamente, para que as surpresas possíveis a não encontrem sem robustez (*OESP*, 10 out. 1941, p. 2).

Essa tranquilidade enfatizada por Santos não seria tão duradoura quanto o jornalista anunciava: no dia 8 de dezembro de 1941 a aviação japonesa atacou a base de Pearl Harbor, acarretando a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão, forçando Vargas, por sua vez, a reiterar seus compromissos de defesa continental. Na edição do dia 9 de dezembro, Santos comentou os acontecimentos nos EUA, informando aos leitores sobre o ataque às bases estadunidenses no Oceano Pacífico. Para o cronista, que se indignou com a “traição” do governo japonês, o momento era de definição e o Brasil, a “primeira nação a falar francamente pela voz autorizada de seu grande condutor”, já definira seu apoio incondicional aos EUA, criticando o posicionamento de “outros países” – possivelmente falava da Argentina e Chile que ainda não haviam se decidido pelo apoio aos estadunidenses:

[...] Em outros países há interrogações. No Brasil a posição é clara. O nosso Presidente o disse, com o apoio indiscutível da massa nacional. Não pode haver dúvidas. Não frutificam dúvidas onde há um comando e uma consciência. Para onde iremos? Para onde o ordena o nosso Chefe, Getúlio Vargas, que hoje, mais do que nunca, nós consideramos a síntese do Brasil (*OESP*, 9 dez. 1941, p. 8).

O processo de legitimação da aproximação do regime com os EUA foi logo posto

em prática pelo jornal a partir do ataque às bases estadunidenses no Oceano Pacífico. Após as declarações de Vargas em apoio aos Estados Unidos, uma notícia informava que “as classes conservadoras apoiam a atitude do governo”, dando como exemplo as deliberações de reunião da Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde foi aprovada moção de congratulações a Getúlio Vargas por sua “decisão imediata” de declarar apoio à “grande nação norte-americana” (*OESP*, 12 dez. 1941, p. 7).

Durante todo o mês de dezembro, a manifestação de solidariedade do Brasil com os EUA foi expressa n’*OESP* por meio da publicação de telegramas de agradecimento a Getúlio Vargas por sua tomada de posição: moções do Supremo Tribunal Militar, telegramas de interventores (Espírito Santo e Minas Gerais), da Ordem dos Advogados do Brasil, do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, do Instituto dos Industriários, do Conselho Nacional do Petróleo, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, da Sociedade Rural Brasileira, enfim, uma ampla gama de setores da sociedade e de órgãos do Estado que levavam ao presidente seus votos de apoio à nova posição do Brasil na política externa. Os telegramas, quando publicados, serviam como confirmação de uma nova situação que o país enfrentaria, mas legitimados pela diversidade de remetentes que em uníssono realizavam pressões para a efetivação do apoio aos EUA¹⁶⁶.

Uma das manifestações de apoio à nova política internacional do Estado Novo foi justamente comentada, e não publicada como notícia, pelo jornalista Jorge Santos. Intitulado “Uma lição”, o autor comentava o telegrama enviado por Fernando Costa, interventor de São Paulo, a Getúlio Vargas. O jornalista ressaltava o apoio do “povo de S. Paulo” ao presidente no momento de crise. O ponto crucial da mensagem de Costa, segundo o jornalista, não consistia simplesmente na confirmação de apoio ao governo central, mas, sobretudo, ao anunciar a Vargas o resultado de reunião que o interventor realizou com grupos de industriais organizados em torno de Roberto Simonsen¹⁶⁷, que solicitavam maior “elasticidade” nas leis – o que correspondia a ignorar as leis trabalhistas que regulamentavam o trabalho noturno e a duração do tempo de trabalho, por exemplo – para que as indústrias paulistas pudessem produzir “em toda a sua capacidade”. Os

¹⁶⁶ Os telegramas citados foram publicados nas edições d’*OESP*, respectivamente, dos dias 13, 14, 17, 19 e 21 dez. 1941.

¹⁶⁷ Roberto Simonsen era presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) durante o período. Sua aparição na coluna foi diminuta antes da entrada do Brasil na guerra. A primeira vez que Simonsen é citado n’*OESP* foi em almoço oferecido a Vargas em sua residência (*OESP*, 26 nov. 1941, p. 6).

resultados do conclave foram louvados pelo autor que, em suas palavras:

[...] Não haverá faltas no Brasil, declaram-nos os produtores presididos por Fernando Costa, não diminuirá a capacidade aquisitiva das massas trabalhadoras; não se armazenarão, inutilmente, matérias primas; não sofrerá colapsos a remesa de artigos necessários à vida dos povos amigos; não terão interrupções os fornecimentos prometidos à nação á qual já estamos associados nesta grande luta em defesa da civilização que é a nossa e que não perecerá. É magnífica a lição de S. Paulo. É mister divulgá-la. É essencial que o Brasil a aprenda (*OESP*, 13 dez. 1941, p. 6).

Estava sendo gerada uma nova perspectiva para a produção industrial em tempos de guerra, na qual a participação de Simonsen seria crucial na definição da política econômica do Estado Novo. As notícias preparavam os leitores para um estado de guerra que estava se formando, num esforço de arregimentação que o regime colocaria em prática logo no início de 1942. Declarado o apoio aos EUA, em fins de 1941, o Estado Novo já começava a convocar o povo em torno do novo panorama internacional que se avistava: uma propaganda, do Ministério da Guerra, mostrava um soldado com mosquete em riste e a bandeira nacional ao fundo (Anexo A - Figura 27), localizada na terceira página do jornal – espaço onde se cobrava um dos maiores valores por anúncio, depois da capa – convocava os brasileiros a se integrarem na “comunhão nacional” se alistando no Exército (*OESP*, 30 dez. 1941, p. 3). Na última edição do ano de 1941, *OESP* realizou entrevista com o general Meira de Vasconcelos sobre o papel do exército na defesa continental. O general exortou os “brasileiros e estrangeiros residentes no país” a contribuírem para os esforços de guerra, considerando que “é crime lesa-pátria prejudicar o esforço comum para a segurança do Brasil. É o instante de esquecermos os melindres, rancores e desavenças para, juntos, como um só homem e um só pensamento, nos unirmos pela Pátria”. Para Vasconcelos, o momento era de união, cabendo à mulher, à Juventude Brasileira e à imprensa cumprir seus papéis na defesa da segurança nacional (*OESP*, 31 dez. 1941, p. 2).

Embora as notícias analisadas entre os anos de 1940 e 1941 indicassem a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e a defesa de um ideal pan-americano, foi no início do ano seguinte, em janeiro de 1942, que uma série de acontecimentos consolidaram a posição do país no âmbito das relações internacionais, transformando, interna e externamente, sua imagem de regime de força para uma “outra” imagem que se aproximasse dos EUA. Essa aproximação trabalhada nas páginas d’*OESP* pode ser visualizada em crônica de Jorge Santos intitulada “Nem ‘Dulce’, nem ‘Fuehrer’, nem ‘caudilho’, Getulio, simplesmente”. O autor comenta entrevista de Vargas ao jornal

portenho *La Nacion*. Nessa entrevista, Vargas define o posicionamento do país nesse contexto: “O Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia [...]”. A partir desse momento, o regime procurou afastar qualquer semelhança entre ele e o nazifascismo (*OESP*, 26 jun. 1941, p. 1). A consolidação da união continental teve início com a realização da III Conferência de Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, certame que definiu os rumos da política internacional do Estado Novo e a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

3.2 - Da “Conferência” à Guerra: agora somos antifascistas

Uma das primeiras manifestações oficiais do Estado Novo que definiram os rumos da política internacional do Brasil ocorreu, justamente, em um almoço oferecido ao presidente pelas Forças Armadas no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1941. Na edição de Ano Novo d’*OESP*, o certame foi cuidadosamente coberto pela reportagem do jornal que dava detalhes do evento, os atores políticos presentes (uma longa lista), publicando ainda os discursos do ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, e, especialmente, de Vargas.

Em sua fala, Getúlio retomou as realizações do regime no ano que se findava, ressaltando que “as perspectivas do Ano Novo não são, infelizmente, as mesmas do passado”. Vargas reafirmava os compromissos assumidos em “congressos internacionais” e justificava o apoio dado aos EUA que, segundo o presidente, “corresponde ao nosso determinismo histórico”. Entretanto, fez uma ressalva:

[...] O momento, portanto, exige vigilante união, indestrutível confiança uns nos outros, e decidida repulsa à facúndia dos boateiros e à solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas. [...] Se um conselho deve ser dado a quantos habitam esta grande e generosa terra, é o de produzir – produzir mais e melhor. Cada brasileiro, na sua esfera de atividade, cumprirá nobremente o seu dever, e mesmo o excederá. [...] No momento do perigo todos os brasileiros acorrerão á defesa da bandeira e eu estarei convosco, pronto para lutar, para vencer, para morrer (*OESP*, 1 jan. 1942, p. 10).

O “almoço das Forças Armadas” definiu, nas edições d’*OESP* aqui analisadas, o posicionamento do regime diante o novo cenário que se desenrolava. Nesse mesmo mês, na capital federal, realizou-se a III Conferência dos Chanceleres Americanos, evento

coberto com grande atenção por *OESP*¹⁶⁸. Na edição seguinte à abertura da Conferência, os discursos de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, que presidia o evento, foram publicados na capa do jornal. Ambos reafirmavam a “solidariedade continental” do Brasil diante a agressão que sofrera os EUA (*OESP*, 16 jan. 1942, p. 1).

Ao longo da cobertura da reunião dos chanceleres, além de entrevistas com participantes, comunicados de mesas de comissões e resoluções tomadas, procurou-se aproximar a imagem do regime com personalidades e símbolos estadunidenses - movimento já iniciado em meados de agosto de 1941. Junto às notícias que esmiuçavam o desenrolar da III Conferência, publicou-se uma série de fotografias onde apareciam Vargas e embaixadores em “cordiais palestras”: uma fotografia de Sumner Welles, embaixador dos EUA, mostrava-o conversando com Vargas em desfile da Força Aérea Brasileira em homenagem aos embaixadores americanos (Anexo A – Figura 28). A Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada em janeiro de 1941. *OESP*, desde o início de suas atividades, deu enfoque especial ao órgão comandado pelo ministro Salgado Filho (Ver edições de 22, 24 e 28 jan. e 1 e 2 fev. 1942). A FAB, antes mesmo de sua participação efetiva na 2ª Guerra Mundial, era vista pelo jornal como órgão eficaz não somente para a defesa do espaço aéreo brasileiro, mas, sobretudo, para auxiliar na organização da aviação civil (*OESP*, 31 mai. 1941, p. 2). Essas publicações demonstravam a reconstrução da imagem do regime: suas relações de aproximação com os EUA indicavam uma nova fase pela qual estava passando o Estado Novo. Um dos destaques dados ao tema foi a publicação de troca de telegramas entre Roosevelt a Vargas. O presidente estadunidense agradece Vargas pelo rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo” e reitera que a sua “amizade pessoal de v. exa. nesses tempos críticos, é para mim, uma constante fonte de inspiração. A segurança e visão que v. exa. enfrenta a mesma emergência em que agora se encontram os povos civilizados de todo mundo alentou grandemente o povo dos Estados Unidos” (*OESP*, 30 jan. 1942, p. 1).

O enlace com o governo de Roosevelt e a definição da política externa brasileira se deram com a decretação do rompimento das relações diplomáticas dos países americanos - exceto Chile e Argentina¹⁶⁹ - com Alemanha, Itália e Japão. Em discurso de Oswaldo

¹⁶⁸ Em janeiro de 1942 foram publicadas 105 notícias referentes à realização do evento na coluna *Notícias do Rio*, correspondendo a 16,15% do total de 650 notas publicadas nesse mês (Anexo B – Tabela III).

¹⁶⁹ Esses países resolveram não aderir à assinatura conjunta de rompimento de relações diplomáticas com os países do “Eixo” durante a realização do evento. O Chile, por exemplo, só romperia suas relações diplomáticas em janeiro de 1943, um ano após a Conferência dos Chanceleres (*OESP*, 21 jan. 1943, p. 1). A Argentina, por sua vez, fez o mesmo somente em janeiro de 1944, após alegar descoberta de “rede de espionagem nazista” em seu território (*OESP*, 28 jan. 1944, p. 12).

Aranha, publicado n' *OESP*, o chanceler brasileiro exortava a “união pan-americana”:

[...] Foi agredida a America toda, não em suas costas porque perto de nós não tiveram ainda animo de chegar; foi agredida no próprio símbolo da soberania continental, nos largos e profundos e superiores princípios em torno dos quais nasceram, cresceram e se formaram os povos americanos (*OESP*, 24 jan. 1942, p. 1).

Formalizado o rompimento das relações diplomáticas com o “Eixo”, *OESP* fartou-se em noticiar declarações de Oswaldo Aranha que reiteravam o apoio do governo brasileiro às decisões de declaração de guerra dos EUA ao Japão (*OESP*, 25 jan. 1942, p. 1). As reações dos chanceleres do “Eixo” diante os comunicados oficiais foram as mais inusitadas na entrega de documentos a essas embaixadas: um diplomata brasileiro ao adentrar na embaixada italiana é recepcionado pelos presentes do recinto com uma “saudação fascista”; na embaixada alemã, segundo a notícia, os diplomatas brasileiros foram recebidos “com cordialidade”, mas ao lerem o comunicado os diplomatas alemães não manifestaram qualquer reação; entretanto, quando o diplomata do Itamarati tentou entregar ao embaixador japonês o informe, o mesmo negou-se a “escutá-lo em português” – recusando inclusive que fosse comunicado em inglês, espanhol ou “qualquer outra língua” – exigindo que a leitura do documento fosse realizada em sua língua - problema resolvido com a busca de um intérprete – do qual escutou “gravemente as frases lidas pelo cônsul” (*OESP*, 31 jan. 1942, p. 2). No encerramento da III Reunião dos Chanceleres Americanos, o ministro das Relações Exteriores utilizou pela primeira vez em seu discurso o termo “democracia” para se referir aos ideais defendidos no encontro e as motivações para a retaliação dos países agressores: iniciava-se, a partir desse momento, a introdução de novos discursos que buscavam legitimar o novo papel representado pelo Estado Novo após a sua aproximação com os EUA. Vargas estava incluso nesse processo, sua imagem recebeu uma nova roupagem na abordagem dada pelo periódico¹⁷⁰ (*OESP*, 29 jan. 1942, p. 1). Se no torpedeamento de navios mercantes como o “Taubaté” o regime solicitou explicações, a formalidade do rompimento das relações diplomáticas transformou o discurso em ameaças e solicitações de reparações materiais: uma nota intitulada “Protesto” anunciava a formulação de desagravo do Itamarati contra o torpedeamento dos navios “Buarque” e “Olinda”, afundados em 4 de dezembro de 1941 (*OESP*, 1 mar. 1942, p. 1).

¹⁷⁰ O Chanceler de Honduras, Julio Cáceres, chega a propor em reunião da III Conferência que Vargas fosse condecorado como “Cidadão Honorário das Américas”, pois o presidente brasileiro era um “aristocrata do pensamento e do coração” (*OESP*, 29 jan. 1942, p. 1).

Do “protesto”¹⁷¹ às medidas efetivas de retaliação, não demorou muito para que *OESP* pudesse noticiar a publicação, com grande destaque, do decreto-lei 4.166 de 12 de março de 1942, onde se estipulava o congelamento de contas e confisco de bens de “súditos do eixo” como forma de reparar os prejuízos causados com os ataques às embarcações nacionais (*OESP*, 13 mar. 1942, p. 2).

As reações dos imigrantes ao decreto-lei foram noticiadas n’*OESP*, quando se evidenciava o desespero desses grupos em manterem suas atividades profissionais. Na mesma seção, onde se publicou a incorporação de navios italianos e alemães ao Loide Brasileiro, outra nota informava a ação da polícia de Recife, Pernambuco, contra um “sorveteiro japonês”:

[...] A polícia efetuou uma diligencia na casa do súdito japonês Heiji Gemba, proprietário da Sorveteria Japonesa, grandemente conhecida nesse Estado e por quase todas as pessoas que por aqui transitaram. Gemba, há várias semanas vinha retirando parceladamente seus depósitos nos bancos desta cidades. Ultimamente após a divulgação do decreto presidencial, responsabilizando os bens dos súditos das nações do “eixo” pelos prejuízos causados ao Brasil pelo torpedeamento de vapores. Gemba retirou todo o dinheiro que possui nos bancos, guardando-o em pacotes de 50 contos no colchão (*OESP*, 15 mar. 1942, p. 2).

Se as restrições aos “súditos” limitavam a movimentação de seu dinheiro¹⁷², outras medidas foram colocadas em prática, tais como a proibição de realizarem viagens ou de comprarem passagens de trem na Central do Brasil (*OESP*, 31 jan.; 3 fev. 1942). Todavia, mais setores foram identificados como hostis aos interesses nacionais, forçando, por sua vez, mudanças em nomes de estabelecimentos comerciais, como foi o caso da “Casa Alemã”, de São Paulo, grande anunciante no jornal e que teve seu nome mudado para “Galeria de Modas Paulista”, mantendo, entretanto, a tradicional “fonte gótica” que caracterizava seu logotipo (Anexo A – Figura 29).

Com o torpedeamento de navios sendo constantemente noticiado por *OESP*, as manifestações de repúdio aos ataques embarcações nacionais não tardou em aparecer: uma

¹⁷¹ A segunda nota de “protesto” do governo brasileiro foi contra o torpedeamento por “submarino nazista” do navio “Arabutã” (*OESP*, 10 mar. 1942, p. 1). O ocorrido provocou uma revolta da população carioca onde foram noticiados “quebra-quebras” contra estabelecimentos comerciais alemães, italianos e japoneses na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷² O Banco do Brasil em informe publicado no jornal comunica aos “súditos do eixo” que possuíam contas na instituição que os valores, além de bloqueados, não iriam receber os rendimentos e juros devidos (*OESP*, 21 jun. 1942, p. 1). Em outra notícia é publicada decisão do prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, em solicitar ao Banco do Brasil que não realize pagamentos de débitos da prefeitura aos “súditos do eixo” (*OESP*, 27 mar. 1942, p. 2).

série de depredações e distúrbios começou a ocorrer na capital federal¹⁷³. O chefe de polícia, preocupado com a situação, busca exortar a população:

[...] Hoje pela manhã um grupo de pessoas exaltadas percorreu as ruas centrais da cidade depredando propriedades de súditos das nações do eixo. As autoridades policiais, interessadas na manutenção da ordem pública, intervieram rapidamente, impedindo por meios suasórios que continuassem as depredações e que praticassem violências de todo em todo inconvenientes e inoportunas. O governo está atento e vigilante na defesa dos interesses brasileiros e à menor exacerbação de ânimos, torna-se prejudicial à coletividade. O povo deve confiar na ação oficial e prevenir-se contra os habituais exploradores de sua boa fé [...] (*OESP*, 13 mar. 1942, p. 2).

Foram publicados o torpedeamento dos navios “Parnaíba”, “Comandante Lira”, “Gonçalves Dias” e “Alegrete” entre os meses de maio e junho de 1942. Essas notas, comunicados oficiais emitidos por meio da Agência Nacional, eram publicadas com semanas e até meses após o acontecimento, demonstrando o cuidado do regime em liberar essas informações para os jornais somente quando eram consideradas seguras pelo Estado Novo. Essas notas oficiais continham apenas a listagem de tripulantes, o destino da embarcação e sobreviventes dos naufrágios (quando existiam), nunca informando sua localização ou detalhes dos incidentes (Ver nas edições d’*OESP* de 5 e 19 mai. e 2 e 11 jun. 1942).

Criava-se um clima paranoico chegando ao ponto de algumas notícias informarem sobre a existência de um plano de conspiração da comunidade germânica do Rio Grande do Sul¹⁷⁴. A exploração desse ambiente de “vigília permanente” foi fatalmente utilizada por *OESP* em proveito da propaganda antinazista que estava se formatando durante o período. Todavia, segundo apontamentos de Ferraz (2005), a

[...] eficiência dessas práticas, na luta contra os atos de espionagem do Eixo e na captura de seus agentes, foi pequena. Os verdadeiros responsáveis por investigar e combater tais atos, os aparelhos policiais brasileiros, não o fizeram com afinco. Especializados em ‘caçar’ comunistas e anarquistas, esses aparelhos abrigavam centenas de adeptos do integralismo e simpatizantes dos regimes fascistas.

¹⁷³ Um curioso caso noticiado foi uma onda de depredações á estabelecimentos comerciais alemães na cidade do Rio de Janeiro na segunda quinzena de janeiro, onde uma “pequena multidão” ameaçou o gerente de “banco germânico” de destruir o prédio caso o estabelecimento não hasteasse uma bandeira do Brasil em sua sacada, exigência rapidamente atendida pelos funcionários da casa bancária (*OESP*, 16 jan. 1942, p. 7).

¹⁷⁴ Essa teoria foi anunciada em entrevista com o jornalista Baltazar da Silveira em que confirma a existência do “plano” desde 1899, quando a vinda de famílias alemãs para o Sul foi descuidada pela “Constituição de 1891”. Para o entrevistado, isso só foi possível porque na República Velha os governantes achavam que os “alemães se tornassem familiares acadêmicos de Olinda” (*OESP*, 28 jan. 1942, p. 2).

Frequentemente faziam vista grossa para as ações de alguns brasileiros (geralmente integralistas) e cidadãos de países do Eixo que enviavam informações estratégicas para seções de espionagem alemãs (FERRAZ, 2005, p. 22).

Se por um lado o nazista é descrito como “astuto”, por outro, algumas notícias procuram desqualificá-lo por sua própria ousadia. Uma nota da Agência Nacional chamava a atenção por seu título, “Atrevimento de um nazista castigado na Baía”:

Rio, 18 (A.N.) – Informa um despacho de Salvador: “Quando era bastante intenso o movimento no Café das Palmeiras, no centro da cidade, um ex-tripulante do navio alemão “Maceió”, de nome Ewald Abers Stonze, entrou a dar vivas a Hitler, insultando, ao mesmo tempo, o nosso país e as autoridades constituídas. Imediatamente, várias pessoas quiseram linchá-lo, o que não se verificou devido a imediata intervenção de vários policiais que recolheram ao xadrez da Secretaria de Segurança o insolente alemão” (*OESP*, 19 mar. 1942, p. 2).

As restrições impostas aos imigrantes desses países não atingiam apenas o indivíduo, mas, sobretudo, sociedades e grupos inteiros que, sob o olhar policalesco do Estado Novo, foram impedidos de continuarem suas atividades devidos aos esforços dos aparatos policiais do regime em fechar entidades culturais, desportivas e recreativas¹⁷⁵. Em um desses casos, *OESP* informava o fechamento do “Esporte Clube Germania” e do “Clube Ginástico” por meio de “ação previdente da polícia carioca”. Nas buscas policiais, foram encontrados, segundo o jornal, “bandeiras nazistas” e “documentos em língua alemã”, proibidos desde a nacionalização das entidades culturais e recreativas em 1938 – citada anteriormente (*OESP*, 2 abr. 1942, p. 2). O uso da língua alemã por si só já era considerado suspeito, como foi o caso de determinação do interventor Nereu Ramos, de Santa Catarina, de mandar fechar uma instituição de caridade evangélica por dar aulas em língua alemã a órfãos brasileiros, fator mais que suficiente, segundo decreto-lei do interventor, para que constituísse “crime contra a soberania nacional” (*OESP*, 4 fev. 1942, p. 2).

Se as manifestações de expurgo do elemento “alienígena” do país resultaram em medidas oficiais do governo, outros órgãos, como a ABI, seguiram os mesmos caminhos

¹⁷⁵ O Tijuca Tênis Clube em março de 1942 excluiu da lista de seus sócios todos que possuísem algum tipo de descendência alemã, japonesa e italiana (*OESP*, 28 mar. 1942, p. 2). Agiu do mesmo modo o Tribunal de Contas da União ao recindir o contrato de trabalho de todos os professores italianos da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro (*OESP*, 26 jun. 1942, p. 2).

tomados pelo regime¹⁷⁶. Em nota, a ABI informava a deliberação de seus associados em excluir de seu quadro de sócios jornalistas e profissionais “súditos do eixo” (*OESP*, 9 abr. 1942, p. 2). Meses antes, o CNI já havia cassado o registro de circulação de periódicos e revistas ligados aos grupos estrangeiros que, embora tivessem se adaptado à lei de nacionalização de 1938, “abrasileirando seus nomes”, o órgão achou por bem não permitir mais suas publicações¹⁷⁷ (*OESP*, 5 fev. 1942, p. 2).

Criava-se uma atmosfera de medo e desconfiança sendo alimentado pelo jornal a cada notícia que informava a prisão de novos “espiões” na Penitenciária de Ilha das Flores, Rio de Janeiro¹⁷⁸. A curiosidade sobre quem eram e o que faziam os acusados despertou o interesse do jornal em mandar um repórter para produzir uma reportagem sobre o presídio. O texto fazia questão de ressaltar o tratamento dispensado aos internos:

[...] Durante todo o dia os detentos podem andar livremente na área cercada de arame farpado. A alimentação é sadia, farta e fornecida a hora certa. Há um cardápio fixo para cada dia da semana, com pratos exclusivamente brasileiros. Isso foi acentuado pelo diretor da Hospedaria de Imigrantes, que, ao notar no “menu” de domingo “cozido completo” e “macarronada completa”, esclareceu: - “só há aqui alemães, em grande maioria, e alguns japoneses. Não se lhes impõem quaisquer vexames, sendo permitida a leitura de jornais, revistas e livros” (*OESP*, 14 abr. 1942, p. 2).

A notícia procurou mostrar que, embora sujeitos acusados de crimes tão execráveis como a espionagem, os “súditos do eixo” eram “tratados com humanidade” pelo governo brasileiro, procurando, por um lado, não caracterizar a “Hospedaria dos Imigrantes” como uma prisão – ou melhor, um campo de concentração – mas, sobretudo, passar a ideia de que o regime era “justo” mesmo com seus inimigos.

Por outro lado, a direção d’*OESP* explorou o clima de tensão que pairava na capital federal ao publicar, com riqueza de detalhes, as ações policiais contra os possíveis “espiões alemães” que agiam na cidade. Publicaram-se, inclusive, “táticas” utilizadas pelas forças de repressão em seus interrogatórios:

¹⁷⁶ Em uma das diversas tentativas do Estado Novo em afastar sua imagem dos regimes autoritários, o colaborador assíduo d’*OESP*, Jorge Santos, “desmente boatos” de que o DIP seria uma “mesa censória” ou um “Tribunal da Santa Inquisição”, pois segundo o autor, citando declarações do diretor do DEIP/SP, Cândido Mota Filho, o DIP “não veio para padronizar a imprensa” e sim, “estimular ainda mais uma variedade dentro da unidade” (*OESP*, 11 jul. 1942, p. 11).

¹⁷⁷ Outro episódio noticiado sobre a ação de repressão ao nazismo pelo Estado Novo foi o fechamento do jornal *A Plateia*, anunciado na seção do CNI. Segundo o Conselho, a interdição do periódico se justificava na medida em que ele manifestava “tendências claramente favoráveis ao eixo” (*OESP*, 17 abr. 1942, p. 1).

¹⁷⁸ A Penitenciária de Ilha das Flores será o local escolhido pelo Estado Novo para confinar “súditos suspeitos de espionagem, elementos indesejáveis e quinta-colunistas” (*OESP*, 8 abr. 1942, p. 1). Devemos ressaltar que, em 1944, o Estado Novo irá desativar a prisão tentando dar um novo sentido à Ilha: sua transformação em “estação de triagem” de imigrantes no pós-guerra (*OESP*, 10 mai. 1944, p. 12).

[...] Entrando a diligenciar no Distrito Federal, a polícia fluminense requisitou à sua colega carioca uma importante figura do nazismo, que se encontrava detida há mais de vinte dias. Não fora possível, porém, arrancar-lhe uma única palavra. [...] Tratava-se do alemão Albrecht Gustav Engels, homem de sólida cultura, inteligente, sagaz com extraordinária capacidade de dissimulação, ampla prática de conspiração internacional, já tendo estado até nas prisões da Rússia. Engels, a princípio, como vinha fazendo no Rio, tudo negou. Durante dias a polícia fluminense, então, mudou de tática: *durante quatro noites a fio não permitiu que Engels pegasse no sono*. De cinco em cinco minutos, um investigador batia no quarto e perguntava-lhe se precisava de alguma coisa. *Na quinta noite, Engels não aguentou mais: caiu, numa crise de nervos, arrancou os cabelos dos braços e chorou, copiosamente*, e em seguida, mandou comunicar ao secretário de Segurança que estava disposto a falar (*OESP*, 29 mai. 1942, p. 1).¹⁷⁹

A notícia acima é importante por dois motivos: primeiro porque ela se assemelha às matérias que foram publicadas sobre as prisões e interrogatórios de “agentes comunistas” pelo regime nos anos anteriores à intervenção e, em segundo lugar, por ela ser a única que deixava mais que evidente, considerando as notícias analisadas, a naturalização da tortura pelas forças repressoras do Estado Novo que, propositalmente ou não, foram noticiadas no jornal. Valendo-se do impacto dessas notícias, usando a ideia de “conspiração nazista” contra o país – recurso, diga-se de passagem, já utilizado contra o comunismo¹⁸⁰ –, *OESP* procurou mostrar que, além dos “súditos”, os chamados “quinta-colunistas”¹⁸¹ deveriam ser extintos da nação, chegando ao ponto de o presidente do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), Silvestre Péricles de Góis Monteiro, declarar ser a favor da condenação à pena de morte de “espiões e traidores da pátria” (*OESP*, 4 jul. 1942, p. 8). As declarações do general Manoel Rabelo, na época ministro do Supremo Tribunal Militar, apoiando as manifestações estudantis contra as “potências do eixo” na capital federal, apontavam a existência de “brasileiros que tiveram a suprema abjeção de trabalhar contra a própria pátria”:

Nós vemos brasileiros dessa espécie, até com certa responsabilidade em consequência dos cargos que exercem fazer votos pela vitória do nazismo

¹⁷⁹ Grifos nossos.

¹⁸⁰ Inclusive, o jornalista Jorge Santos chegou a afirmar que “sumiu o perigo vermelho e o pardo será esmagado”, ao comentar assinatura do acordo dos aliados (URSS, EUA e Inglaterra) onde, segundo o autor – que sempre se caracterizou como “anticomunista” ferrenho – “o ideal comunista, o erro ou acerto do sistema marxista, a redução, a fórmula política do materialismo histórico, são coisas ora circunscritas às fronteiras do antigo império dos Czares” (*OESP*, 13 jun. 1942, p. 14).

¹⁸¹ Para o jornal, o “elemento quinta-colunista” era identificado como o estrangeiro simpatizante do eixo que planejavam/praticavam atos de terrorismo contra o Estado. Em alguns casos o jornal classificava os “camisas verdes” como elementos desse grupo, exortando a população a denunciar para as autoridades indivíduos que estivessem ligados ao integralismo, simpatizantes do nazifascismo, “derrotistas”, etc. (*OESP*, 2 jun. 1942, p. 1).

mesmo depois da ruptura das relações do Brasil com as potências do “eixo”. Por mais estranho que seja essa atitude, ela existe de fato, tornando-se, portanto, necessário eliminar dos cargos de confiança essa casta de indivíduos (*OESP*, 8 jul. 1942, p. 8).

As declarações de Rabelo exprimiram o que aconteceria dias após sua publicação, uma das primeiras grandes modificações que o Estado Novo realizou para poder se adequar ao novo contexto: publicado em forma de decreto, *OESP* anunciou a seus leitores a “exoneração a pedido” de figuras do regime identificadas como “quinta-colunistas”, para nos valermos da expressão do general. A notícia informava as mudanças realizadas: saída de Francisco Campos do Ministério da Justiça para assumir, interinamente, Alexandre Marcondes Filho; substituição de Felinto Muller na Chefatura de Polícia do Distrito Federal pelo coronel Alcides Gonçalves Etchgoyen; Lourival Fontes, diretor geral do DIP, dando lugar ao major Antonio José Coelho dos Reis. Essas informações foram repassadas com poucos detalhes sobre a posse de cada um dos novos membros, limitando-se ao comunicado oficial que informava as “modificações efetuadas [...] no governo federal” (*OESP*, 18 jul. 1942, p. 8). Ocorreram manifestações de desgosto à medida de substituição de Francisco Campos do Ministério da Justiça: em uma pequena nota, *OESP* noticiou o pedido de “demissão coletiva” de membros da Comissão de Negócios Estaduais. O pedido foi negado por Marcondes Filho que, após reunião com a Comissão, chegou a um acordo com os funcionários. Na sequência, como forma de anular a notícia anterior, foi publicada nota sobre visita dos mesmos funcionários ao ministro interino da Justiça para congratula-lo por sua indicação para o cargo (*OESP*, 22 jul. 1942, p. 8). O mesmo ocorreria na passagem de posto na chefia da Polícia do Rio de Janeiro com a saída de Felinto Muller: os delegados ligados a Muller solicitaram demissão coletiva ao novo chefe de polícia Alcides Etchgoyen que, ao contrário da atitude conciliadora de Marcondes Filho, aceitou sem maiores preocupações o pedido (*OESP*, 21 jul. 1942, p. 8).

Todavia, no lugar de manifestações de solidariedade aos empossados, como era a prática do jornal, publicaram-se telegramas de Vargas agradecendo ao grupo demitido os “serviços prestados à pátria”. Felinto Muller, por exemplo, mesmo após sua saída da chefia da polícia carioca, foi alvo do reconhecimento do presidente pois “a sua atuação foi sempre segura e eficiente e se exerceu eficaz, enérgica e sem excessos, contra todos os agentes criminosos da anarquia e desordem”. Na mesma notícia, seguiam cartas de Muller endereçadas á delegados e sindicatos instruindo-os a “permanecerem unidos e coesos” em torno de Vargas (*OESP*, 19 jul. 1942, p. 2). Já Francisco Campos, afastado do ministério

desde o início do ano por motivos de saúde, recebe do presidente seus “agradecimentos”, estimando ao “amigo” melhorias em sua saúde. Na mesma carta, Vargas manifesta seu desejo de que Campos, “futuramente”, “ocupe algum cargo na administração pública” (*OESP*, 21 jul. 1942, p. 8).

Felinto Muller, devido sua patente no Exército, foi reincorporado como militar. Não passaria muito tempo para que o ex-chefe de polícia do Rio de Janeiro fosse empossado como secretário adjunto de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra (*OESP*, 19 jul. 1942, p. 2). Mesmo após ter saído da polícia, Muller continuava sendo tema de notícias: no mês seguinte à sua saída, o jornal publicou nota da Agência Nacional informando evento realizado na Casa do Policial do Rio de Janeiro homenageando-o por “seus serviços prestados”. Essa mesma notícia foi publicada nas edições de 14 e 16 de agosto de 1942. Todavia, Muller não permaneceu no gabinete de Dutra por muito tempo, sendo nomeado, no segundo semestre de 1943, presidente do Conselho Nacional do Trabalho, para no ano seguinte acumular mais cargos como a presidência do Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho. Muller só deixaria o Ministério do Trabalho em novembro de 1945, após a deposição de Vargas (Ver edições d’*OESP* dos dias 8, 9 e 16 jul. e 23 jun. de 1944).

As modificações realizadas foram seguidas de novas publicações sobre afundamentos de navios mercantes brasileiros por submarinos do Eixo. No final de julho, o DIP comunicava o afundamento de mais um navio nacional, o “Tamandaré”, sem detalhar as circunstâncias do incidente (*OESP*, 31 jul. 1942, p. 2). No mês seguinte, novo comunicado do órgão informava sobre o ataque a cinco embarcações, desta vez, mudando o tom de seus argumentos:

[...] Pela primeira vez, embarcações brasileiras, servindo o tráfego das nossas costas, no transporte de passageiros e cargas de um Estado para outro, sofreram o ataque dos submarinos do “eixo”. Nestes três últimos dias, entre a Baía e Sergipe, foram afundados os vapores “Baependi” e “Anibal Benevolo”, do Loide Brasileiro e “Araraquara”, do Loide Nacional S.A. O inominável atentado a indefesas unidades da marinha mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola á margem e distante do teatro de guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e de humanidade. Nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades, e o governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra as vidas e os bens dos brasileiros (*OESP*, 18 ago. 1942, p. 10).

O torpedeamento desses navios foi devidamente aproveitado por *OESP* para a construção do que futuramente seria a base de justificativas do Estado Novo para a entrada

na guerra contra os agressores. Em sua contrapropaganda, o regime passou a identificar seus inimigos como “covardes”, “brutais”, “desumanos”. Na edição seguinte, comentando os eventos, Jorge Santos abriu a coluna *Notícias do Rio* com uma crônica intitulada “Toque de reunir”. Engrossando o tom do discurso contra o “ato bárbaro de sadismo” dos submarinos alemães, o diretor da Agência Nacional classificou o ataque como “[...] crime de loucos cujo castigo não pode ser a reclusão [...]. É investida de matilha de cães hidrófobos contra a qual é mister congregar todas as energias e associar todas as vontades até a sua destruição definitiva”. Os acontecimentos, segundo o jornalista, tinham o significado de um “toque de reunir”, exortando a “população” a se aproximar ainda mais de Vargas pois “de sua autoridade deve partir o grito de ‘às armas’, se assim o reclamar a energia da desafronta” (*OESP*, 19 ago. 1942, p. 10). Santos ainda retomaria o tema em texto que abria as notícias da realização do “Dia dos Marítimos”. O autor comentou o “semblante” de Vargas ao discursar para os militares no evento: “[...] a comoção que embargou a voz e umedeceu os olhos do Presidente Vargas”. A crônica de Jorge Santos antecedia justamente a publicação do discurso de Vargas, servindo, deste modo, como um filtro, uma preparação do leitor, direcionando-o para uma determinada forma de compreender a notícia que seguia o artigo. Foi a primeira vez que *OESP* recorreu a descrições desse tipo para caracterizar um “estado de espírito” do presidente pois até o momento, o jornal sempre descrevera o presidente como um indivíduo que “controlava suas emoções” (*OESP*, 21 ago. 1942, p. 1).

Os torpedeamentos de navios nacionais por submarinos do Eixo resultaram na morte de mais de 900 pessoas e no afundamento de mais de 15 embarcações. Esses danos materiais e humanos serviram a dois propósitos distintos: a repetição do discurso revanchista e a perseguição sistemática aos imigrantes dos países agressores (FERRAZ, 2005, pp. 40-41).

Começou a nascer no jornal uma campanha cada vez mais virulenta contra os chamados “súditos”, acarretando em discursos que propagavam a vingança como único meio para a reparação dos danos causados. Esse clima era reforçado com a publicação de notícias do aparecimento de corpos de náufragos em praias do nordeste brasileiro: um verdadeiro “show de horrores” que objetivava sensibilizar os leitores para a brutalidade dos ataques nazistas (*OESP*, 21 ago. 1942, p. 1). Por outro lado, medidas mais ou menos espontâneas por parte da própria população começaram a surgir com maior regularidade: uma nota informava a dispensa de empregados italianos e alemães do Hotel Glória, Rio de Janeiro, a pedido dos próprios funcionários brasileiros (*OESP*, 22 ago. 1942, p. 10).

Embora sob intervenção, *OESP* chegou a divulgar algumas manifestações populares que buscavam pressionar o regime a tomar uma posição contundente: foi publicada, com relativo destaque, a proclamação ao ministro da Educação, Gustavo Capanema, de estudantes da Escola Politécnica da Universidade do Brasil, como também, uma moção de protesto da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a notícia da formação de uma Comissão de Universitários. Os estudantes, que antes figuravam nas notícias apenas como passistas de desfiles oficiais passaram com a configuração do contexto de guerra a ser retratados como força política que apoiava as medidas do Estado Novo (*OESP*, 22 ago. 1942, p. 10).

Mesmo que os estudantes estivessem figurando como força política, o jornal buscou atrelá-los às medidas oficiais do regime: o “comício monstro” no Largo do S. Francisco, promovido pelos estudantes de Direito da USP, foi publicado ao lado de comunicado do DIP informando o “Estado de Beligerância com a Itália e Alemanha” (*OESP*, 23 ago. 1942, p. 1). Do mesmo modo, outro “comício monstro”, realizado por estudantes no Estádio do Fluminense, Rio de Janeiro, reuniu, segundo o jornal, mais de “30.000 pessoas”. Estas, segundo *OESP*, compareceram “a fim de manifestar apoio à atitude do governo”. Na mesma edição, uma gigantesca repetição de publicações de telegramas de “solidariedade ao Chefe da Nação” foi publicizada pelo jornal (*OESP*, 28 ago. 1942, p. 2).

Colocados como expressões do contexto vivido pelo Brasil, a resposta do Estado Novo à agressão sofrida foi exaustivamente noticiada nas páginas d’*OESP*, servindo, sobretudo, como discursos legitimadores da ação do regime no contexto da beligerância. *OESP* publicou uma grande variedade de “manifestações de apoio ao estado de beligerância” nas edições que antecederam a decretação do estado de guerra: telegramas de Roosevelt, de chefes de Estados Sul Americanos, Sindicatos, Centros Acadêmicos, funcionários de autarquias federais, associações comerciais; visitas de “mulheres da sociedade carioca” à primeira dama Darcy Vargas; “moções de apoio” da ABI, do Supremo Tribunal Federal e da Ação Católica Brasileira. Dentre essas “manifestações”, uma destoava das demais: a publicação de nota que informava “as grandes repercussões” de telegrama de Júlio Prestes a Vargas nos jornais cariocas. O oponente de Getúlio Vargas nas eleições de 1930 – e deposto pela “Revolução de Outubro” – confirmava seu apoio com base na “união de todos os brasileiros para fortalecimento da nacionalidade e defesa de nossa honra e soberania” (Ver edições d’*OESP* dos dias 23, 25, 26, 27, 28 e 29 ago. 1942).

Chegava-se ao ponto de afirmar que “[...] em São Paulo, os moços universitários

esqueceram os últimos resquícios de incompreensões e formaram fileiras em torno da interventoria”, esvaziando, por sua vez, o sentido político dos movimentos universitários de contestação na capital bandeirante e os resignificando como manifestações de apoio ao regime (*OESP*, 9 ago. 1942, p. 2).

No entanto, a publicação do decreto-lei 4.648 só foi realizada em 1º de setembro de 1942, dias após sua decretação. A partir de então, movimentos de perseguição aos “súditos do eixo” - já verificados com o torpedeamento de navios no início do ano - foram institucionalizados, com a criação de novas restrições impostas aos imigrantes desses países, tais como a autorização dada a empregadores de dispensar trabalhadores que fossem considerados suspeitos, isto é, sem o pagamento de seus direitos trabalhistas, acarretando, por sua vez, em economia para o empregador. O mesmo decreto-lei permitia que “nas empresas de serviços públicos ou que interessem á produção e á defesa nacional, o trabalho com duração normal de 10 horas”, medida que, segundo o governo federal, contribuiria para o fortalecimento da defesa nacional e o aceleração da produção destinada ao esforço de guerra (*OESP*, 1 set. 1942, p. 1). Nesse sentido, essa “permissão” de extensão da duração do turno de trabalho pode ser encarada como uma liberação geral, quando não sua institucionalização plena.

Essas medidas provocaram excessos por parte dos empregadores brasileiros, levando o Ministério do Trabalho a publicar no jornal uma portaria que instruía os patrões a “não demitirem todos os funcionários do Eixo” mas somente aqueles que “possam colocar em risco a produção e a segurança nacional” (*OESP*, 20 out. 1942, p. 2). Uma resposta do ministro Marcondes Filho à empresa que solicitava desligamento de funcionário italiano foi publicada no jornal onde, explicando novamente a portaria citada, indeferiu o pedido do empregador, visto que

[...] a atividade do empregado não se relaciona com a defesa ou com a produção, no sentido dado pelo decreto 4.638, pois se trata de um simples cortador de roupa, como a própria Delegacia Especial de Segurança Policial e Social não registra quaisquer antecedentes do mesmo capazes de justificar a medida pleiteada (*OESP*, 12 nov. 1942, p. 1)¹⁸².

¹⁸² Todavia, em alguns casos, somente a condição da empresa já justificava o deferimento desses pedidos, como foi o caso de alemão dispensado de empresa química “devido ser setor de interesse da segurança nacional” (*OESP*, 18 nov. 1942, p. 2).

Na edição seguinte, uma notícia da seção do Conselho Nacional de Educação (CNE) serviu como amostra desta institucionalização da perseguição aos imigrantes considerados indesejáveis: em sessão do CNE, Abgar Renault, presidente do Conselho, cancelou a licença de professor do Rio Grande do Sul que “esbofeteou um aluno, por haver o menor, aproveitando-se da existência de uma letra ‘V’ num caderno, completado a palavra ‘vitória’, símbolo do triunfo aliado”. Do mesmo modo, a dispensa de empregados em autarquias federais seguiu pretextos semelhantes, tal como a demissão de José Macedo Sá, brasileiro, acusado de ter realizado “propaganda pró-eixo” em oficina da companhia na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais (*OESP*, 2 set. 1942, p. 1). A maximização dessas medidas encontrou reforços com a ampliação dos poderes do Tribunal de Segurança Nacional, onde já se discutia a decretação de pena de morte aos “traidores da pátria”, bem como medidas específicas que conturbaram o cotidiano de grupos considerados perigosos pelo regime (*OESP*, 29 set. 1942, p. 2). A Prefeitura do Distrito Federal comunicou a proibição dos súditos de locarem qualquer imóvel na cidade do Rio de Janeiro e os que possuíam locações, deveriam entregá-las no prazo de trinta dias aos proprietários (*OESP*, 11 set. 1942, p. 10). Outra medida foi a proibição de firmas alemãs, italianas e japonesas de moverem ações na Justiça do Trabalho (*OESP*, 19 set. 1942, p. 1) ou a obrigatoriedade de comerciantes dessas nacionalidades de se registrarem no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, caso contrário eram ameaçados de terem seus registros cassados (*OESP*, 20 set. 1942, p. 1). Do mesmo modo, outra portaria do Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho comunicava a “caducidade” - perda de validade - de patentes de produtos registrados em nomes de alemães, italianos, húngaros e austríacos. Na mesma nota, era publicado “aviso” do diretor da Central do Brasil proibindo o “comércio ambulante de italianos e alemães em trens da ferrovia” (*OESP*, 4 set. 1942, p. 2). Uma portaria da Chefia de Polícia do Distrito Federal, por sua vez, determinou que os “súditos não poderiam sair de suas casas no dia do desfile de sete de setembro” (*OESP*, 6 ago. 1942, p. 1). Por esse mesmo caminho, um decreto-lei da Prefeitura do Distrito Federal foi além: determinou a retirada de “aparelhos telefônicos de casas e escritórios de pessoas súditas do eixo” (*OESP*, 26 set. 1942, p. 1).

Dava-se início ao processo de mobilização nacional para a guerra, baseado tanto no sentimento de revanche quanto na exortação da participação nacional e união em torno de Vargas, guia seguro que conduziria o país à vitória. Direcionando seu discurso anticomunista para antinazista, o Estado Novo buscou se readaptar ao novo contexto que se formava. No clima de mobilização geral, *OESP* passou a ser o porta-voz dessas

campanhas, veiculando, por sua vez, uma imagem do regime onde este assumia o papel de extirpador dos males causados pelo Nazismo. Uma modificação na estrutura empresarial do jornal consolidou o projeto político do grupo, assumindo, deste modo, a segunda fase do periódico. “Livre” da intervenção do regime, o jornal assumiu uma nova roupagem em seus discursos durante a decretação de guerra e a participação do Brasil no conflito mundial: era necessário se adequar a um novo contexto de mudanças, para isso, o regime procurou maquiar a intervenção n’*OESP* com sua transformação em Sociedade Anônima.

3.3 - A nova diretoria d’*OESP*: adaptações em tempos de guerra

A reorganização do Estado Novo, com a criação de um movimento de unificação em torno do líder e de mobilização (econômica, social, cultural, bélica) para a guerra, passou a ser a pauta d’*OESP* com a decretação do estado de guerra em agosto de 1942. Todavia, em fins de novembro daquele ano, o jornal passaria por modificações em sua estrutura como empresa, corroborando, por sua vez, o projeto político de reconstrução da autoimagem do regime: a proximidade com os EUA e a caracterização do governo federal como democrático.

Logo após o voto de solidariedade do governo federal contra o ataque japonês de Pearl Harbor, Oswaldo Aranha, por exemplo, em uma colação de grau de bacharéis da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, passou a caracterizar, informalmente, o Estado Novo como uma “democracia”, procurando, sobretudo, relacionar características do regime que seriam “semelhantes” ao governo dos EUA (*OESP*, 15 dez. 1942, p. 1).

Desde a intervenção n’*OESP*, em março de 1940, Abner Mourão ficou à cargo da direção do periódico. No processo de identificação do regime com os ideais de “liberdade e justiça” propagados pelos Aliados, era também necessária uma mudança no aspecto administrativo do jornal: decidiu-se transformá-lo em Sociedade Anônima.

Na edição de 1º de dezembro de 1942, no lugar de “Abner Mourão” – antes centralizado abaixo do título do periódico –, o cabeçalho anunciava os personagens que iriam dirigir *OESP* em sua nova fase: ao lado esquerdo, “Pelágio Lobo”, como diretor superintendente; ao centro, “Gabriel Monteiro da Silva”¹⁸³ e “Francisco de Castro Ramos”,

¹⁸³ Gabriel Monteiro da Silva nasceu em Alfenas, MG, em 17 de setembro de 1900. Mudando-se para São Paulo, Silva cursou direito e se dedicou, paralelamente, ao jornalismo. Atuou como advogado na cidade de

respectivamente Diretor Presidente e Diretor Gerente; ao lado esquerdo, “Abner Mourão”, permanecendo como Diretor da Redação (Anexo A – Figura 30). Esses personagens, distribuídos ao longo do cabeçalho do jornal, representaram um processo de “descentralização” e “autonomia” administrativa do periódico como uma tentativa de desvinculá-lo do regime, apresentando-o, deste modo, como uma nova organização. Entretanto, valendo-se dos mesmos suportes de apoio ao Estado Novo, só que desta vez adaptados em um discurso de humanização do governo.

Durante o período, outros órgãos foram criados, como se observa no surgimento do jornal governista *A Noite* (São Paulo), chefiado por Menotti Del Picchia, periódico vinculado às Empresas Incorporadas do Patrimônio da União, tal como se encontrava até então *OESP* (CAPELATO, 1989, p. 27).

Após a modificação do quadro gestor do jornal, a alteração de seu status administrativo para Sociedade Anônima foi comentada em uma pequena nota intitulada “imprensa paulista”, originalmente publicada no *Correio da Manhã*. A notícia congratulava a permanência de Ivo Arruda na direção da sucursal carioca d’*OESP*:

[...] Desde que foi decretada a intervenção no “O Estado de S. Paulo”, passou a dirigir a sua sucursal nesta capital o nosso colega Ivo Arruda, diretor do Bureau Interestadual de Imprensa, organização jornalística onde se congregam representações de mais de cinquenta diários e revistas do interior do país.

Desde então, desenvolveram-se extraordinariamente, os serviços redacionais e informativos de “O Estado de S. Paulo”, que passou a publicar um completo noticiário referente a todas as atividades na capital do país. Desdobrou-se também, de maneira extraordinária, a parte de anúncios em consequência mesmo do melhor conhecimento que se passava a ter, no Rio de Janeiro, sobre “O Estado”, em face da propaganda feita.

Notícia-se, agora, que, em atenção aos próprios serviços prestados a “O Estado de S. Paulo”, cessada a intervenção do Conselho Nacional de Imprensa, o jornalista Ivo Arruda foi confirmado na direção de sua sucursal no Rio, cabendo-lhe não só atender a parte comercial como, igualmente, a redacional (*OESP*, 10 dez. 1942, p. 1).

Embora o processo de autonomia d’*OESP* se mostrasse aparente, a notícia acima exteriorizou a permanência de atores políticos que tentavam dar continuidade a sua atuação na nova configuração administrativa do jornal¹⁸⁴. Ivo Arruda, “confirmado” como diretor

São Paulo, diretor do Instituto do Café e do Departamento de Municipalidades do Estado. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acessado em: 30/03/2011.

¹⁸⁴ *OESP* sempre louvou, mesmo após a criação da “Sociedade Anônima”, o papel desempenhado por esse conjunto de empresas que eram encampadas pelo Estado Novo. O cronista “G.I.L.” comentou a entrega do presidente das “Empresas Incorporadas”, Cel. Costa Neto, ao ministério da Fazenda de um relatório sobre os

da sucursal carioca d'*OESP*, é figura antiga que, desde a intervenção do CNI, era o responsável pela composição da coluna *Notícias do Rio*. Seu trabalho fora reconhecido, segundo a nota do *Correio da Manhã*, visto a popularidade que o periódico alcançou na capital federal. Do mesmo modo, dias após, foram publicados telegramas do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Acácio Nogueira, e de Herbert Moses, presidente da ABI, felicitando o jornalista por sua efetivação como diretor de redação da sucursal do Rio de Janeiro. Tais processos de autolegitimação, produzidos pelo próprio jornal, evidenciavam que as mudanças no órgão foram aparentes, registrando-se uma alteração de seus conteúdos que, no contexto da aproximação com os EUA, levaram o grupo dirigente d'*OESP* a se adaptar ao novo discurso estadonovista. Antes da passagem do jornal de Empresa Incorporada ao Patrimônio da União para Sociedade Anônima, Abner Mourão e Ivo Arruda criaram uma extensa campanha de “apoio ao governo do presidente Vargas” que culminou na realização de evento cívico na cidade de São Paulo no dia 29 de agosto de 1942. Logo após a decretação do estado de guerra, *OESP* e o Instituto Nacional de Ciência Política promoveram uma missa na Praça da Sé e um desfile na Avenida São João em homenagem a Vargas. O discurso de Mourão após o desfile cívico foi publicado com destaque pelo jornal. Por outro lado, verificou-se a participação de empresas, tais como as cervejarias Brahma e Antártica, que publicaram n'*OESP* um informe publicizando que dispensariam seus funcionários para prestigiarem a homenagem. O jornal também noticiou a participação de seus trabalhadores no evento cívico e que “agradecem a Vargas pela manutenção do jornal”. Mario Guastini, redator da sucursal carioca d'*OESP*, publicou artigo em que comentou o evento promovido pelo jornal vendo-o como “claro reconhecimento do povo” ao Estado Novo pois, segundo o jornalista, “[...] os maus governantes nunca tiveram adeptos ou devotamentos”, diferentemente de Vargas. A série de reportagens sobre os eventos foi publicada em seção especial intitulada “Pelo Brasil! Pelo Regime!” nas edições do jornal dos dias 27, 28, 29 e 30 de agosto 1942. Após a realização do evento “cívico-religioso”, foram publicados com regularidade telegramas de personalidades do regime felicitando Abner Mourão pelo “sucesso do evento” (Ver nas edições d'*OESP* dos dias 2, 3, 5 e 9 de setembro 1942).

Mudada sua organização, *OESP* começou uma campanha de união em torno do presidente que pretendia identificar o Estado Novo como mais uma forma de democracia. Se esse processo teve início em 1940, a aproximação do país por meio de acordos

rendimentos desse grupo de empresas. Para o autor, o relatório de Costa Neto não é somente uma “prestação de contas”, mas, sobretudo, “uma obra de patriotismo e caráter cívico” (*OESP*, 21 jul. 1943, p. 10).

econômicos e militares acelerava essa identificação com novos signos estadunidenses, especialmente, após declarações de Vargas em banquete oferecido pelas Forças Armadas na virada do ano de 1942¹⁸⁵.

Neste banquete, Getúlio discursou sobre a necessidade da “união das armas”, a importância dos compromissos assumidos com os EUA e a disponibilidade do Exército em ceder bases militares aos Aliados no litoral brasileiro. E foi nesse evento que Vargas manifestou, pela primeira vez, a disponibilidade das tropas nacionais em lutarem fora do continente. Dias depois, comentando o discurso do presidente, Jorge Santos definiu o que seria a “nossa democracia”:

[...] Vive-se, pois, democraticamente em nossos dias, sem os inconvenientes dos cabos eleitorais, das injunções políticas, dos bate-bocas mais ou menos parlamentares. Age-se ininterruptamente em que pese os saudosistas, ou melhor, aos remanescentes do saudosismo descrente, anacrônico e cheio de recalques (*OESP*, 3 jan. 1943, p. 2).

Se essa democracia do Estado Novo era impar, mesmo não havendo nenhum tipo de participação política, ela se dava segundo os imperativos em que o contexto brasileiro a criou. Para os representantes d’*OESP*, essa identificação do regime com princípios liberais já estava dada desde a constituição do regime em 1937, negado somente pelos “saudosistas” – categoria que o autor utilizava para identificar opositores do governo federal.

Por outro lado, para demonstrar que a democracia estadonovista era coesa - nela não existiam desavenças políticas de outrora, ou se existiam eram inexpressivas -, a interventoria de São Paulo transformou uma data cívica local em uma comemoração de caráter nacional: o aniversário da cidade de São Paulo de 25 de janeiro de 1943. Diferentemente dos anos anteriores, o “aniversário da terra de Piratininga” foi resignificado pelo governo estadual, com larga contribuição d’*OESP*, como uma data “impar” pois, segundo Fernando Costa, ela se revestia de “caráter nacional” na medida em que a “fundação do Brasil” ocorreu com a própria fundação da cidade de São Vicente (*OESP*, 7 jan. 1943, p. 1).

¹⁸⁵ Os “acordos” que nos referimos são os chamados “Acordos de Washington” e a “Comissão Militar Mista Brasil-EUA”. O primeiro consistiu em uma série de contratos comerciais e empréstimos realizados pelo país e coordenados pelo ministro da Fazenda, Souza Costa. Já o acordo militar consistiu em um intercâmbio realizado entre militares brasileiros e estadunidenses, onde os primeiros realizaram cursos de especialização em armamentos e demais treinamentos militares que em troca os EUA utilizaram bases militares no litoral brasileiro.

Inverteram-se as comemorações descaracterizando-a de seu significado regional. Transpôs-se, deste modo, a festividade para o âmbito nacional. Para Jorge Santos, “[...] a visão estreita de historietas sem profundidade por mais de uma vez tem querido regionalizar as grandes figuras que realizaram com heroísmo a grande pátria”, daí ser necessária a ampliação dessa comemoração para todo o território nacional (*OESP*, 13 jan.1943, p. 10). Tornaram-se costumeiras notícias e artigos que buscavam essa “união de vistas” entre o governo federal e a interventoria paulista¹⁸⁶, procurando reforçar o fim dos “regionalismos”:

[...] A invencível vocação da unidade, nascida, positivamente, nos acampamentos bandeirantes, viva e avulta hoje, na alma popular. Somos um bloco e para logarmos esse objetivo que determinou marchas de guerreiros e incursões de sertanistas, bastou acabar com os partidos. Eles muito mais que as realidades da geografia econômica e os acidentes topográficos, eram a causa das separações. Existe um grande Brasil e sua festa máxima será a que os paulistas promovem em 25 de janeiro (*OESP*, 21 jan. 1943, p. 1).

No texto acima, Jorge Santos identificava as causas das “separações” que existiam entre São Paulo e o Brasil. Todavia, a guerra e a mobilização para a vitória não abriam espaço para querelas partidárias, onde todos unidos, como num “bloco”, confirmariam a solidariedade do povo paulista ao país. Seguindo uma lógica parecida, Abner Mourão, em artigo publicado na capa do periódico no dia do evento, retomou a temática, historicizando o “papel das bandeiras na formação territorial brasileira”, identificando nas comemorações do dia 25 de janeiro uma demonstração do “civismo do povo paulista” onde São Paulo “[...] fiel ao seu ardente espírito de brasilidade, se orgulha da sua união sagrada em torno do poder constituído e freme no ímpeto de tudo fazer pela Pátria”. Ao lado do artigo de Mourão, a tradicional foto de Vargas com a faixa presidencial era centralizada na capa do jornal, bem como artigo de Mario Guastini, recém-nomeado diretor das divisões de imprensa, rádio e teatro do DEIP/SP e redator chefe d’*OESP* (*OESP*, 24 jan. 1943, p. 1). Assim sendo, é relevante realizar um pequeno parêntese: a aproximação realizada entre a nova diretoria d’*OESP* e o governo da interventoria Fernando Costa.

O artigo de Mario Guastini citado acima foi publicado um dia após sua nomeação para o cargo no DEIP/SP (*OESP*, 23 jan. 1943, p. 12). Comentando sua nomeação, um

¹⁸⁶ Já em dezembro de 1942 verificamos o início do processo de legitimação da “união” das interventorias, especialmente São Paulo, em torno do governo federal. Em novembro de 1942, por exemplo, Fernando Costa declarou em entrevista aos “Diários Associados” que em “São Paulo não se discute fórmulas ou conveniências: aceita o que lhe tocar para a defesa da honra nacional. [...] O meu governo não é mais do que uma projeção da orientação política-administrativa do Presidente Vargas” (*OESP*, 13 nov. 1942, p. 1).

texto do Bureau Interestadual de Imprensa – intitulado “O Homem para o lugar” – exaltava as qualidades do redator d’*OESP* como “homem de cultura larga e maleável”, lembrando que o *Bureau* estava ligado a Ivo Arruda, diretor da sucursal carioca do jornal¹⁸⁷ (*OESP*, 21 fev. 1943, p. 1). “G.I.L.”, comentando visita de Guastini ao Rio de Janeiro, o intitulou “embaixador do espírito paulista”, pois segundo o autor, o diretor do DEIP/SP representava, por ser mineiro, “a ausência de bairrismos que tem fama S. Paulo”, sendo sempre bem recebido nos meios jornalísticos que frequenta¹⁸⁸ (*OESP*, 29 jul. 1943, p. 12).

Deste modo, as relações entre os novos dirigentes d’*OESP* se estreitaram cada vez mais com figuras do mundo político do Estado Novo. O diretor superintendente do jornal, Pelágio Lobo, foi tema de uma pequena série de notícias quando viajou para a capital federal. Entre os destinos de Lobo, estavam inclusos a Agência Nacional, a sede do DIP, o Palácio da Guanabara e a sede do Ministério do Trabalho (*OESP*, 12 e 15 mai. 1943). Alguns meses após sua nomeação, outro dirigente d’*OESP* ocupou cargos públicos na interventoria paulista: o diretor Gabriel Monteiro¹⁸⁹ assumiu a direção do Conselho Regional de Esportes, entrando em seu lugar o redator do jornal, Sud Mennucci (*OESP*, 7 jul. 1943, p. 10). Sud Mennucci foi um dos indicados por João Alberto na interventoria paulista em 1931, ocasionando o rompimento com o governo de elementos do PD, estes ligados a *OESP*. Mennucci era membro de Legião Revolucionária de Miguel Costa e visto com desconfiança pelos políticos paulistas, tendo dirigido, inclusive, *O Tempo*, órgão oficial da LR. A nomeação de um secretariado paulista, expectativas dos grupos ligados a *OESP*, acirraram cada vez mais as relações entre o PD e os Tenentes. Pensar na nomeação de Mennucci para o jornal é importante, visto que o Estado Novo passou a utilizar os opositores da Família Mesquita para dirigirem seu jornal após a intervenção (BORGES, 1992, p. 46).

A vontade ideológica da elite paulista no sentido de São Paulo representar o Brasil, desde a criação do território nacional pelos bandeirantes até à pujança econômica de café e

¹⁸⁷ O jornalista Ivo Arruda acumularia ainda, em agosto de 1944 – mês tumultuado para o regime – o cargo de delegado da Associação Paulista de Imprensa na Associação Brasileira de Imprensa. Foram publicados n’*OESP* telegramas de Herbert Moses a Arruda felicitando-o pela nomeação (*OESP*, 30 ago. 1944, p. 12). Na edição seguinte, o jornal divulgou uma nota congratulando o diretor do Bureau Interestadual de Imprensa (*OESP*, 1 set. 1944, p. 12).

¹⁸⁸ Mario Guastini será logo após condecorado pelo Estado Novo, por sugestão de Eurico Gaspar Dutra e Oswaldo Aranha, com a “Medalha do Cincoentenário” (*OESP*, 1 out. 1943, p. 10). Em maio do ano seguinte, Guastini assumirá o lugar de Cândido Mota Filho na direção geral do DEIP/SP (*OESP*, 5 mai. 1944, p. 12).

¹⁸⁹ No final do mesmo ano, o redator d’*OESP* André Carrazoni é eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (*OESP*, 29 dez. 1943, p. 12). No entanto, sua posse só ocorre em abril do ano seguinte. O jornal, por sua vez, procurou publicizar a posse de seu redator da sucursal carioca, destacando, entre outras coisas, a presença de “representantes do presidente da República” e do ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, na cerimônia realizada na sede da ABI (*OESP*, 5 abr. 1944, p. 12).

indústria, era anterior e o Estado Novo demonstra argúcia política ao recuperar esse campo para seus objetivos gerais. O próprio Museu Paulista, fundado em 1895, é uma evidência dessa vontade, tanto no ângulo da formação territorial da nação – inclui objetos de todo o território colonial – quanto na ênfase sobre o processo da independência nacional.

Retomando as “manifestações de apoio do povo bandeirante ao regime”, as notícias e repercussões do evento cívico do aniversário da cidade de São Paulo estamparam as edições seguintes do jornal¹⁹⁰. O destaque dado a esse evento indicava uma nova veiculação da imagem de São Paulo como representante do esforço de guerra nacional, da qual o jornal participava, e conjurava com a propaganda de união da nação em torno do Estado Novo. Finalmente, São Paulo estaria reintegrado à nacionalidade: o interventor Fernando Costa, em entrevista a repórter da Agência Nacional¹⁹¹, declarou que nas comemorações do aniversário da cidade de São Paulo, “consegui ver compreendido pelo Brasil o pedaço de Brasil onde nasci” (*OESP*, 2 fev. 1943, p. 1).

Se em São Paulo as comemorações renderam a confirmação de que seu povo apoiaria o Estado Novo durante a mobilização para a guerra, os cariocas começaram o ano de 1943 atipicamente: por determinação do prefeito da capital federal, Henrique Dodsworth, a Prefeitura redirecionou as verbas municipais destinadas às agremiações carnavalescas para o “esforço de guerra”. Apoiando a medida do prefeito, escolas de samba cariocas, clubes esportivos e associações de bairro aderiram à iniciativa de não realizarem nenhum tipo de festividade. Para os “súditos do eixo”, era vetada a participação na folia – das poucas que se realizaram –, o “uso de máscaras ou pinturas que modifiquem a fisionomia”, medida que, conseqüentemente, deve ter mudado o aspecto alegórico da festa popular¹⁹².

As transformações operadas pelo Estado Novo no carnaval carioca de 1943 não se limitaram apenas a regulamentar uma tradicional festividade popular mas, sobretudo, apropriaram-se da data ao redirecioná-la para seus projetos de mobilização para a guerra:

¹⁹⁰ Nessa mesma ocasião, Vargas realizou uma verdadeira epopeia em São Paulo: participou do desfile na Avenida S. João, almoçou no Palácio dos Campos Elíseos com Fernando Costa, inaugurou trecho da Rodovia Anhanguera, inaugurou a exposição do Estado Novo e visitou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (*OESP* de 26 jan. 1943, pp. 1-4).

¹⁹¹ Uma inovação introduzida pelo jornal foi a publicação de entrevistas, individuais e coletivas, realizadas pela Agência Nacional. Diferente das antigas “declarações”, onde não era transcrito as perguntas e respostas do diálogo, as entrevistas servem, a nosso ver, como novos elementos de comunicação na produção de notícias sobre o Estado Novo.

¹⁹² Mesmo com a proibição, foi noticiada a prisão de “100 súditos do eixo” por terem desobedecido à determinação do chefe de Polícia do Rio de Janeiro de não sair de suas casas (*OESP*, 12 mar. 1943, p. 10). Para as notícias referentes ao carnaval e a adesão à medida do prefeito, ver as edições d’*OESP* dos dias 18, 20, 27 e 28 fev. 1943.

criou-se o “carnaval da vitória”. A ideia partiu de uma reunião da Liga de Defesa Nacional, entre os membros da entidade e jornalistas cariocas. As discussões giraram em torno da criação de propagandas que estimulassem a população a adquirirem “obrigações de guerra” com a chamada “Colaboro, mesmo quando me divirto”. Segundo um dos presentes na reunião, o capitão do Exército Jeová Mota, era necessário dar um “outro” sentido ao carnaval:

[...] emprestar aos festejos carnavalescos um sentido mais alevantado, para que, deixando de ser simples manifestações da alegria popular, converter-se a grande festa pública numa preparação psicológica dos brasileiros para o esforço de guerra. As grandes aglomerações, a enorme frequência nos clubes recreativos, facilitam nesses dias, as consequências benéficas de uma profunda preparação psicológica (*OESP*, 3 mar. 1943, p. 1).

As “obrigações de guerra” eram uma espécie de títulos da dívida pública que serviam como captadores de recursos visando à mobilização econômica do Estado Novo para a guerra. A emissão dessas “obrigações” começou a ser realizada a partir de outubro de 1942, a mesma ocasião em que foi criada uma nova unidade monetária, o “cruzeiro”, e a Comissão de Defesa Econômica (*OESP*, 6 out. 1942, p. 10). Do segundo semestre de 1943 em diante as “obrigações de guerra” passaram a ser chamadas de “bônus de guerra”, criando-se, inclusive, um concurso de propagandas - qual seria escolhido o melhor anúncio para a propaganda oficial. No entanto, esse concurso causou polêmica pois o primeiro colocado havia, segundo *OESP*, plagiado gravura de artista plástico estadunidense (Sobre o concurso de propagandas e o processo contra o artista, ver edições dos dias 26 mai. e 1, 2, 3, 6, 7, 9, 25 e 26 jul. 1943). Em outubro do mesmo ano, a Associação Comercial do Estado de São Paulo passou a sugerir a seus associados que adquirissem “bônus de guerra para darem como presente de natal aos familiares” (*OESP*, 14 out. 1943, p. 14).

Configurando um novo carnaval, era preciso, segundo tal perspectiva, um direcionamento do governo federal nos divertimentos públicos para que pudessem dialogar com o projeto de mobilização para a guerra.

Jorge Santos, no início do ano de 1943, demonstrou seu descontentamento com a festa popular, apontando sua “perda de prestígio” em tempos de guerra. Para o autor, se o carnaval não pudesse ser pelo menos proibido, deveria ser minimamente “coordenado pelo governo por meio de um decretinho-lei”. Santos ainda apresentou uma visão elitista das manifestações populares, identificando-as como “manifestações da ralé” e “lugar da imoralidade” (*OESP*, 10 jan. 1943, p. 1). Pensando sob outra perspectiva, uma forma do

regime se apropriar das festividades populares foi a criação de incentivos financeiros e técnicos, como serviço criado por Cândido Mota Filho no DEIP/SP que objetivava “auxiliar a população na organização de festejos populares” (*OESP*, 13 jun. 1943, p. 28).

Realizado o “carnaval da vitória” de 1943, *OESP* voltou seu foco para as comemorações do aniversário de Vargas naquele ano. Tal como o carnaval, uma nova abordagem do “dia do presidente” foi apresentada aos leitores do jornal: ao invés de noticiar os eventos realizados na capital federal, *OESP* privilegiou a programação no Estado de São Paulo.

A modificação do foco pode estar relacionada à tentativa da diretoria do jornal de se aproximar da interventoria Fernando Costa ao dar destaque às festividades organizadas pelo DEIP/SP. No evento, contando com a presença de Gustavo Capanema, representando o presidente, procurou-se criar uma atmosfera de camaradagem: o ministro da Educação, em almoço na sede do governo estadual, afirmou que “[...] compreendia que S. Paulo sabe do valor do homem que dirige os destinos da República. [...] Vê no presidente Getúlio Vargas, a grande esperança que há de dar ao Brasil a perspectiva histórica que merece”¹⁹³ (*OESP*, 20 abr. 1943, p. 1). A fala de Capanema, em nome de traduzir o sentimento paulista, dita o sentimento a ser expresso pela população do estado.

Legitimada pelo governo federal, à interventoria de Fernando Costa ainda restava a confirmação de que o governo estadual de São Paulo era bem visto por elementos diversos, ou em alguns casos, até opositores: *OESP* publicou as “repercussões” nos jornais cariocas de declarações atribuídas a Plínio Barreto – ex-redator d’*OESP*, dispensado com a intervenção no jornal –, nas quais o jornalista “exalta o empenho do governo paulista em melhorar os serviços da Justiça”. Segundo a nota, o texto de Barreto era “artigo de profunda repercussão, principalmente nas esferas forenses, reflete o esforço que se processa em São Paulo no sentido de criar novas condições à magistratura como é pensamento do atual governo bandeirante”¹⁹⁴ (*OESP*, 8 jul. 1943, p. 12).

¹⁹³ Dias após as comemorações do aniversário de Getúlio, *OESP* publica dados dos resultados do “Dia do Presidente” nas campanhas da “Cruzada Nacional da Educação” apontando a abertura de 533 escolas em todo o Brasil (*OESP*, 24 abr. 1943, p. 24). Do mesmo modo, a campanha de redirecionamento das taxas arrecadadas com o envio de telegramas ao presidente: foram enviados, segundo o jornal, 123.725 telegramas/cartas (*OESP*, 27 abr. 1943, p. 10).

¹⁹⁴ Em alguns casos *OESP* considerava algumas ações do interventor Fernando Costa como “inovadoras”, a ponto de identificar o governo paulista como pioneiro em assuntos jurídicos. Durante o Congresso Nacional de Juristas, realizado no Rio de Janeiro entre agosto e setembro do mesmo ano, o jornalista “G.I.L.”, na abertura da coluna *Notícias do Rio*, elencava essas “inovações” como já realizadas pela interventoria paulista. Segundo o autor, São Paulo se encontrava na “vanguarda na inovação jurídica nacional”, chegando a influenciar o governo federal (*OESP*, 1 set. 1943, p. 12).

Supostamente, não havia mais rancores. Afastava-se qualquer tipo de turbulência política. Um texto de “G.I.L.” comentava o “ambiente de ordem, disciplina e tranquilidade” na capital federal, pois

[...] o país confia no seu Governo (de Vargas). E o apoia irrestritamente. A força do Presidente Getúlio Vargas é consequência do seu prestígio junto ao povo. É força moral. Sua autoridade não é imposta. O Governo não necessita do emprego de meios materiais. A vontade popular faz forte o seu Governo. Assim sendo, sua atividade não sofre resistência de ordem político-partidária. Somente o interesse coletivo dita-lhe o modo de agir. E na defesa do que representa o bem do país, é inflexível (*OESP*, 5 nov. 1943, p. 14).

Negava-se, por sua vez, o caráter autoritário do Estado Novo, alegando-se que sua legitimação e autoridade não “são impostas”, mas conquistada por meio de suas realizações reconhecidas pelo povo e fruto da aspiração das massas. A ausência de representatividade política, expressa pelos “partidos”, era vista até como uma característica inegavelmente “democrática” do Estado Novo: sem brigas partidárias, o regime poderia agir com maior dedicação à coisa pública, seu único objetivo. Nesse sentido, também aqui, a noção de público é transformada em estatal.

O ano de 1943 foi atípico na relação São Paulo/Governo Federal: Vargas visitou por duas vezes o Estado, no início e no final desse ano. Foi a primeira vez em que Getúlio de deslocou mais de uma vez em um ano para uma região com o objetivo aparente de realizar “grandes inaugurações”: trecho da Anchieta, abertura da IV Feira Nacional das Indústrias, inauguração de pré-escolas, visita ao DEIP/SP, participação em homenagens e “manifestações espontâneas do povo paulista” ao presidente¹⁹⁵. Entre os diversos momentos de sua visita ao Estado, dois se destacaram pelo significado que obtiveram: o discurso de Getúlio no DEIP/SP e sua visita à IV Feira Nacional das Indústrias.

A cobertura da IV Feira Nacional das Indústrias é o primeiro grande evento noticiado pelo jornal onde a figura de Roberto Simonsen, presidente da Federação Nacional das Indústrias do Estado de São Paulo, passou a constar como “personalidade do mundo político-econômico” no rol de reconhecimento do periódico. Até então, considerando o montante de notícias da coluna *Notícias do Rio* analisadas desde a intervenção, o tema “indústria” ainda não configurava pauta recorrente do jornal: nos anos de 1940, 1941, 1942 e 1943 foram publicadas, respectivamente, 126, 130, 150 e 238 notas

¹⁹⁵ Os detalhes das “manifestações populares” de apoio à Vargas e demais informações podem ser encontradas nas edições d’*OESP* dos dias 21, 22 e 23 dez. 1943.

(Anexo B – Tabelas II-V). Esse crescimento esteve relacionado com a importância dada pelo regime às indústrias após mudanças levadas a cabo no contexto de mobilização para a guerra (*OESP*, 22 dez. 1943, p. 1).

A visita do presidente ao escritório do DEIP paulista tinha como objetivos primeiros inaugurar o Serviço de Proteção aos Intelectuais, setor responsável pelo amparo assistencial aos “homens de pena” de São Paulo. Em sua fala, Vargas reafirmou que o Brasil “[...] pelas suas tradições, pela sua organização, pela sua vida, é um país democrático”. Nas palavras do presidente: “[...] Nós não temos receio da palavra (Muito bem! Muito bem! A assistência mantém-se aplaudindo prolongadamente). Apenas entendemos que *democracia não é demagogia* (Muito bem! Muito bem! Palmas), como *liberdade, também não é licença nem anarquia* (Muito bem! Palmas)”¹⁹⁶ (*OESP*, 22 dez. 1943, p. 1). Sobre a fala de Vargas, são pertinentes duas observações: a utilização da impressão do jornalista ao descrever as “reações” dos presentes no evento e a definição pela negativa de Vargas do conceito de “democracia”.

A utilização do recurso da descrição da reação dos participantes do evento, presente especialmente na transcrição dos pronunciamentos do presidente, servia como indicativo da aceitabilidade das palavras de Getúlio pelos ouvintes do certame. Por outro lado, pensando em sua utilização na imprensa, valer-se dessa descrição – ou melhor: a “impressão” do autor do texto – reforçava a entonação do palestrante em momentos determinados do discurso, destacando-se para o leitor o “clima” do evento coberto.

Quanto à definição dada por Vargas do conceito de “democracia”, o presidente terminou seu discurso sem precisar sua visão sobre o assunto: o presidente “sabe” o que “não é” a democracia – entendida por ele como o antônimo de demagogia – contrapondo a ideia de “liberdade” com a de “anarquia”. Deste modo, a ideia de um “regime democrático”, no entendimento de Vargas, se definia não pela ausência de “liberdades”, mas, justamente, na coordenação dessas “liberdades” pelo governo federal. Em outras palavras, uma liberdade coordenada. Comentando o discurso do presidente no DEIP/SP, “G.I.L.” viu nas palavras de Vargas um ato de “reafirmação”:

[...] em poucas palavras o Presidente Vargas precisou o fenômeno muito em evidência atualmente: - o uso e abuso da palavra democracia. De fato, anarquia e demagogia, merecedoras da punição e não de conselhos, é o que vem sendo o “leit-motiv” de certos cavalheiros revoltados, uns de poucas letras, outros,

¹⁹⁶ Grifos nossos.

totalmente vazios e saudosistas daquela época em que os nulos mandavam e eram, às vezes, até chefes... (*OESP*, 23 dez. 1943, p. 7).

A tônica dos discursos veiculados n’*OESP* foi pautada pela publicização de informativos, comunicados, artigos, propagandas e notícias que buscavam inteirar o leitor do jornal sobre as ações de coordenação levadas a cabo pelo regime. Do segundo semestre de 1942 em diante, foi decretada a mobilização geral da sociedade em prol do esforço de guerra. Essa “mobilização”, num primeiro momento, configurou-se na convocação da população para “colaborar” com seu país, seja no escritório, na fábrica, na imprensa, nas “obras sociais” ou nas relações de consumo, o regime se fazendo presente no cotidiano da notícia.

Todavia, o reverso da mobilização geral da nação no esforço de guerra evidenciou uma crise de abastecimento e a exaltação dos humores de uma população que, como o regime, procurava se adaptar a um clima caótico que caracterizou o período.

3.4 - A palavra de ordem é... “mobilização”: produzir mais e consumir menos

Após a decretação do estado de guerra no final de agosto de 1942, o Estado Novo verificou a necessidade de preparar o país para uma eventual participação no conflito armado. Em meados de setembro desse ano, o regime publicou um decreto-lei que ordenava a “mobilização geral em todo o país”, alertando, sobretudo, o “dever cívico de todos os brasileiros natos e naturalizados” na defesa nacional (*OESP*, 17 set. 1942, p. 1). Esse seria o primeiro passo oficial para efetivação do estado de guerra, todavia, nesse primeiro momento, a preocupação do regime centrou-se também na “mobilização econômica das forças produtivas” como contribuição do esforço de guerra Aliado.

Na edição seguinte à publicação do decreto-lei, Jorge Santos abriu a coluna *Notícias do Rio* exaltando a decretação da mobilização militar no país pelo Estado Novo. No entanto, o autor procurava alertar os leitores a denunciarem

[...] todas as modalidades de derrotismo, desde as que se desenvolvem no fundo dos prazeres materiais, como as que se afirmam na pregação de ideologias contrárias ao sentido da civilização brasileira: as que se revelam nas atitudes displicentes e as que se mostram na criação de separações e na procura de causas e dissídios desarticuladores, têm de ser destruídas. Tentar a divisão de brasileiros é um crime, neste instante em que a solidariedade integral significa a vida. E, todavia, a todo instante, isso se pratica, revivendo questiúnculas, remexendo no

passado de querelas que deviam estar esquecidas, formulando críticas a fatos e acontecimentos cuja rememoração nenhuma razão autoriza (*OESP*, 18 set. 1942, p. 1).

Desde o início do mês de setembro o regime dava sinais da institucionalização da “mobilização geral do país”. Vargas, ao discursar no desfile em comemoração à independência (7 de setembro de 1942), advertiu sobre as mudanças verificadas na própria festividade com a vigência do estado de guerra:

A semana da pátria neste ano de 1942, assume o caráter de um movimento de mobilização geral das forças morais e materiais da Nação. Serve para conclamar os brasileiros ao cumprimento de obrigações penosas a que estão expostos por circunstâncias incontroláveis, para as quais não concorremos, mas a que temos de fazer frente, com quantas energias possamos dispor (*OESP*, 8 set. 1942, p. 1).

Publicado em primeira página, o decreto-lei 4.750 determinava que “ficam mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos no território nacional”, inclusive “o trabalho humano”. O decreto ainda criava a figura do “coordenador de mobilização econômica”, responsável por “tabelar”, “interferir”, “investigar”, “proibir” (a lista é longa) atividades econômicas de setores considerados de extrema importância para o esforço de guerra. Tal importância, assumida por esse órgão, foi confirmada se pensarmos, lendo o próprio texto do decreto-lei, na livre atuação do “coordenador”, expressa no artigo 6º: “Qualquer pessoa que se opuser à execução das ordens do coordenador de mobilização econômica, ou criar embaraços à sua ação, será punido com pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa de até 100:000\$ (cem contos de réis)”, cabendo, ainda, ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento dos acusados (*OESP*, 29 set. 1942, p. 1).

Criava-se assim a Coordenação de Mobilização Econômica (CME) com atribuições ampliadas, se comparadas com sua antecessora, a Comissão de Defesa Econômica. O novo órgão respondia diretamente ao gabinete da presidência da República, verificando-se sua ampla intervenção no cotidiano de empresas, estabelecimentos comerciais, indústrias e demais setores ligados a abastecimento, transportes, produção e comércio nacionais.

João Alberto¹⁹⁷ foi o primeiro coordenador de mobilização econômica, sendo sua posse efetivada dois dias após a criação do cargo. Em entrevista à imprensa, a proximidade com os projetos Aliados de mobilização para a guerra ficou evidenciada em sua fala:

[...] Não trago nenhum plano de trabalho. Aproveitarei apenas a linha de experiência seguida pela Inglaterra, pelo Canadá e pelos Estados Unidos, adaptando-a naturalmente às condições brasileiras. Sei que posso contar com a colaboração e o esforço de todos, porque é o futuro do Brasil que está em jogo. E assim, orientando a minha atividade em consonância com as aspirações de todos os brasileiros, iremos avançando seguramente, mas com prudência. Justamente por estarmos em guerra é que devemos ser prudentes, medindo muito bem cada passo que ensaiarmos afim de que não tenhamos de dispersar as nossas energias em retificar soluções apressadas (*OESP*, 1 out. 1942, p. 1).

Os termos utilizados pelo ministro João Alberto para definir suas ações foram “união” e “prudência”, elementos que constituiriam boa parte das declarações do coordenador em futuras entrevistas à imprensa. Em relação a sua posse, as notícias d’*OESP* procuraram demonstrar a “receptividade” de Alberto nos meios políticos e produtivos paulistas. Seu primeiro compromisso oficial, comunicado logo após a posse, seria uma “visita à terra bandeirante”.

Fernando Costa estava em viagem oficial à capital federal durante a criação da Coordenação de Mobilização Econômica. Em entrevista à imprensa, o interventor de São Paulo anunciou uma série de medidas, especialmente no que tangia à indústria, em que reafirmava o papel desempenhado pelo Estado na mobilização para a guerra (*OESP*, 30 set. 1942, p. 1). O foco dado a São Paulo como centro industrial do país começou a ser trabalhado a partir desse momento, especialmente em publicação de troca de telegramas entre Fernando Costa e João Alberto, onde se procurava demonstrar o “perfeito entendimento” entre esses dois atores políticos (*OESP*, 3 out. 1942, p. 8).

A tarefa do ministro João Alberto à frente da CME não foi das mais fáceis: desde o segundo semestre de 1941, o país passava por uma crise de abastecimento de combustíveis sem precedentes. A gasolina, especialmente, sofreu reajustes devido o patrulhamento de submarinos nazistas nas águas do Oceano Atlântico, diminuindo, por sua vez, a exportação do produto para o Brasil (*OESP*, 12 jul. 1941, 1).

A “crise de combustíveis” se estendeu de 1941 a 1945. A partir de 1943, algumas medidas de racionamento foram tomadas pelo Estado Novo com o intuito de amenizar a

¹⁹⁷ Sobre a biografia de João Alberto consultar verbete “Barros, João Alberto Lins” no site da FGV/CPDOC. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acesso em: 20/03/2011.

falta de combustíveis, tal como a proibição pelo Conselho Nacional de Trânsito da circulação de motocicletas nos domingos e feriados. “G.I.L.” saiu em defesa da medida adotada pelo regime, criticando os “burgueses” que utilizavam suas motocicletas em passeios dominicais, considerando isso uma atitude antipatriótica desses indivíduos: “vivemos num período de sacrifícios. As comodidades individuais devem ceder lugar aos reclamos do esforço bélico do país” (*OESP*, 16 jun. 1943, p. 12).

Com a falta de combustíveis, já no início de 1942, o Estado Novo decidiu restringir o fornecimento de gasolina em 30%, passando a expedir com regularidade portarias que instruíam a população a reduzir o consumo, lembrando aos leitores do perigo de um racionamento radical¹⁹⁸.

A crise de combustíveis passou a atingir a população da capital federal pois, com o aumento do preço da gasolina, os fretes acompanharam a elevação, criando dificuldades no transporte de mercadorias das zonas produtoras para as cidades. Consequentemente, os preços no comércio de produtos de primeira necessidade seguiram esse aumento¹⁹⁹, criando, nas palavras de Jorge Santos, uma “vida difícil”:

[...] Era natural – em nem razoavelmente se pode combater a prática – o encarecimento dos gêneros, mesmo os armazenados, visto que o comércio previdente tem de atender, na marcação que faz, aos preços novos que pagará, para renovar as mercadorias. Mas o que se verifica não é o encarecimento; é a criminosa triplicação de valores. O que há dois meses, na feira, na quitanda ou no armazém custava 10, custa, neste momento, 30. Somente a carne e a manteiga se mantêm num razoável equilíbrio (*OESP*, 20 mai. 1942, p. 10).

O problema das tabelas de preços foi tema de diversas notícias no jornal, sendo agravado na medida em que novas denúncias contra comerciantes foram publicadas por *OESP*, que participava ativamente na “campanha contra os exploradores do povo”. Foi nesse contexto de crise que João Alberto assumiu a CME, passando a ser alvo de críticas do jornal por declarações dadas a imprensa sobre o racionamento, em 1943, da manteiga no comércio carioca²⁰⁰. “G.I.L.” criticou declarações do ministro João Alberto que, inquirido sobre a falta do produto nos mercados cariocas, respondeu que “César não comia

¹⁹⁸ Sobre a série de portarias e comunicados do Conselho Nacional do Petróleo ver as edições d’*OESP* dos dias 3 e 5 ago. e 23 nov. 1941; 1 e 29 mar. 1942.

¹⁹⁹ No final de 1943, a Agência Nacional informava que restaurantes da capital federal resolveram adotar “sugestão” da CME de reduzir, nas segundas e quintas, o oferecimento de carnes nos seus cardápios, limitando-se a apenas um tipo de corte, economia, segundo a nota, de 20% no consumo de “carne verde” (*OESP*, 18 nov. 1943, p. 14).

²⁰⁰ No entanto, quando João Alberto foi criticado pela situação caótica dos transportes públicos na capital federal, “G.I.L.” defendeu o coordenador, considerando que criticá-lo era “ato impatriótico e injusto” (*OESP*, 30 nov. 1943, p. 18).

manteiga. E, todavia, não comendo manteiga, derrotou o rival Pompeu”. O autor ironizou as declarações de Alberto comentando que o ministro não estava levando em consideração o “pai de família” que,

[...] possuindo uma paciência beneditina [...] sacrifica a hora do almoço para, resignado e feliz, formar na primeira fila que encontra e aí, olhos fitos no relógio, esperar a hora de pegar a sonhada partícula de manteiga. [...] O prestígio cada vez maior das “bichas” prova, no entanto, que sem essa coisa gostosa que se faz do leite, que melhora o pão, o carioca não tem forças para viver o Vasco, ‘apurar os nazistas’ e disputar um lugar nos bondes da Ligth às 6 da tarde, no “Taboleiro da Baiana” (*OESP*, 21 ago 1943, p. 14).

Nesse sentido, *OESP* passou a publicar as “soluções” de São Paulo para alguns problemas de aumento abusivo de preços, tais como a prisão de comerciantes pelo DOPS por decisão do interventor Fernando Costa (*OESP*, 7 ago. 1942, p. 8). No ano seguinte, outras denúncias foram divulgadas no jornal, tal como a determinação do coordenador da CME em tabelar não só os gêneros alimentícios, como também, os preços dos serviços funerários da capital federal, devido às suspeitas de “atravessadores” estarem agindo em instituições hospitalares (*OESP*, 20 jul. 1943, p. 12).

Apesar da crise de abastecimento²⁰¹, tornava-se necessário mobilizar amplos setores da sociedade como forma de acelerar o desenvolvimento industrial e econômico. Criou-se, por sua vez, um programa que objetivava “readaptar e reaparelhar a indústria para a produção de matérias primas e artigos mais necessários e urgentes para as forças armadas e as populações civis” (*OESP*, 22 nov. 1942, p. 2).

Uma campanha divulgada nas páginas d’*OESP* foi a “Batalha da Produção da Borracha”. Consistiu na instituição pelo governo federal do mês de junho de 1943 como “o mês da borracha”. Vargas, em discurso irradiado pelo DIP e publicado no jornal, conclamava os brasileiros a “produzir, produzir sem pouso, colhendo o ‘latex’ abundante das seringueiras do vale amazônico, das manitobas e mangabeiras espalhadas por diversos pontos do território nacional” (*OESP*, 1 jun. 1943, p. 12). Na edição seguinte, foi publicado novamente o “apelo” de Vargas, acompanhado de “carta” do presidente reforçando seu apelo aos prefeitos municipais do país (*OESP*, 2 jun. 1943, p. 10). Roosevelt enviou

²⁰¹ A crise de abastecimento serviu de base para notícias que buscavam mostrar a situação “menos calamitante” da população carioca: em entrevista ao jornal o Dr. Charles O’Quinn, cientista em passagem pelo Brasil, declara que a situação do Brasil é bem melhor se comparada aos EUA, pois lá “[...] falta até pasta de dentes!” (*OESP*, 7 mar. 1944, p. 14).

telegrama a Vargas comunicando “a boa recepção” nos EUA do anúncio de medidas como essas em prol do esforço de guerra Aliado (*OESP*, 18 jun. 1943, p. 10).

Em um primeiro momento, a mobilização popular para a guerra consistiu em arregimentar objetos metálicos destinados a serem matérias primas para a produção bélica estadunidense. A Igreja Católica, por exemplo, através de uma circular do Episcopado Brasileiro, publicou n’*OESP* carta de D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro falecido dias antes, convocando os fiéis a “ter obediência ao chefe de governo”, fazendo da Igreja um “centro de união e força moral”, solicitando ainda, que “rezem” por Vargas e pelas Forças Armadas (*OESP*, 31 out. 1942, p. 1). Comentando a carta de Sebastião Leme, o cronista “G.I.L.” destacou apenas trechos específicos do comunicado da Igreja Católica, focalizando pontos que diziam respeito à união em torno de Vargas (*OESP*, 1 nov. 1942, p. 1). Após “apelo governamental”, o jornal informou que a “população carioca [...] está acorrendo com um entusiasmo indescritível a todos os pontos da cidade”, formando verdadeiras “pirâmides”:

[...] Cada qual maior, essas pirâmides apresentam um aspecto pitoresco, com seus dísticos, espirituosos uns, patrióticos outros, todos conclamando os brasileiros à união sagrada em defesa da Pátria e apostrofando os ditadores das nações agressoras. Automóveis velhos, geladeiras, taças, placas, lataria, trens de cozinha, tudo se amontoa em numerosíssimos pontos da “Cidade Maravilhosa”, num atestado eloquente de que todos os brasileiros atendem ao desejo de cooperar no esforço bélico da nação. As pirâmides metálicas passaram a ser um dos detalhes interessantes da cidade (*OESP*, 15 set. 1942, p. 1).

A participação popular, segundo as notícias veiculadas por *OESP*, era propagada como “espontânea” pelo regime²⁰². Do mesmo modo, antes mesmo do alistamento geral de soldados, o jornal procurava demonstrar a determinação do povo brasileiro em defender sua pátria, exemplificando com a divulgação de “patriótica” atitude do “mais jovem soldado do Brasil”:

RIO, 5 (“Estado” – Pelo telefone) – O ministro da Guerra mandou alistar na 1ª R. M. o menor de 15 anos, Carlos de Moura, natural de Uberlândia, de onde partira a pé com o fim de incorporar-se ao Exército. Recusado em Pouso Alegre e Ribeirão Preto, devido à sua pouca idade, vem de ser aceito pelo ministro Eurico

²⁰² Essa espontaneidade fica evidente com a publicação de “iniciativas” de grupos até então distantes do regime, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), onde enviou telegrama ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, informando-o da expedição de circular para os estudantes de economia, conclamando-os a “se debruçarem sobre problemas econômicos do pós-guerra”, contribuindo, assim, com o “esforço de guerra” (*OESP*, 25 set. 1943, p. 12).

Gaspar Dutra, que satisfaz o patriótico desejo do jovem brasileiro (*OESP*, 6 ago. 1942, p. 1).

Dias após o alistamento do jovem soldado, um comunicado do Ministério da Guerra, via DIP, informava que “devido o ministro da Guerra ter recebido centenas de telegramas de pessoas se oferecendo para o alistamento”, solicitava que “aguardem o chamado para a luta em tempo oportuno” (*OESP*, 15 ago. 1942, p. 1).

Essas notícias objetivavam passar aos leitores do jornal a euforia que a guerra trazia aos corações mais patrióticos. Alistar-se voluntariamente, nesse momento, representava o maior desprendimento pessoal que um cidadão poderia realizar. Publicizar esses “exemplos de patriotismo”, por outro lado, servia como chamariz para novos voluntários²⁰³.

Outra forma de mobilização para o alistamento criada pelo regime foi o programa de rádio “A Marcha para a Guerra”, criado em comemoração ao “1º ano da decretação do estado de guerra”. Dois desses programas, publicados n’*OESP*, chamaram particularmente a atenção: o primeiro, em que o ministro da Fazenda, Souza Costa, relacionou uma série de medidas emergenciais realizadas por sua pasta na preparação do país para o confronto e um segundo, contendo o discurso do general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, retomando as ações do Exército Brasileiro na defesa costeira, na escolta dos comboios de embarcações mercantes e na preparação militar para uma possível participação brasileira na guerra (*OESP*, 21 ago. 1943, p. 14). O DIP, por sua vez, criou o “Brasil Parade”, programa radiofônico em inglês irradiado exclusivamente para os EUA sobre o país e sua cultura. A estreia ficou a cargo de Eurico Gaspar Dutra, que realizou um discurso inaugural (*OESP*, 9 mai. 1943, p. 28).

O regime utilizava como ingrediente do discurso de “mobilização” da nação o apelo “nacionalista”, “patriótico”, que cumpria a função de “[...] justificar suas realizações, sendo concebido como projeto de governo, a quem cabe mobilizar amplos setores da sociedade e engajá-la na tarefa de solucionar os problemas da sociedade” (BARBOSA, 2007, p. 113).

²⁰³ A abertura do alistamento de voluntários só ocorreu em meados de 1943, meses antes da decretação do “estado de guerra”. Para o “cronista” da coluna *Notícias do Rio*, “G.I.L.”, o momento era de “união dos homens para a vitória da democracia”, criando, por sua vez, oportunidades efetivamente patrióticas aos brasileiros em participar ativamente no esforço de guerra (*OESP*, 7 jul. 1943, p. 30).

Falando em mobilização popular²⁰⁴ e em solução de problemas, outras iniciativas foram encabeçadas por personalidades ligadas ao regime que procuraram auxiliar no esforço de guerra por meio da filantropia: a Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁰⁵.

Criada em agosto de 1942, a Legião Brasileira de Assistência foi a primeira instituição pública de cunho assistencial, tendo como objetivo dar assistência social a familiares e soldados convocados para a 2ª Guerra Mundial. Dirigida por Darcy Vargas, a LBA institucionalizou as ações filantrópicas da primeira dama, levando a entidade a participar ativamente do esforço de guerra.

OESP, desde o início das atividades da LBA buscou destacar o papel da entidade – como já vinha fazendo ao noticiar as obras assistenciais da primeira dama – publicando reunião na Associação Comercial do Rio de Janeiro onde se divulgava o surgimento da mais nova “iniciativa de expressão nacional” de Darcy Vargas:

[...] A esposa do Chefe do Governo teve essa ideia e a diretoria da Associação Comercial, por unanimidade, resolveu lançar imediatamente as bases de tão humanitária iniciativa, em pleno entendimento com todas as suas filiadas nos Estados e municípios. [...] Disse (Darcy) que estava certa que ninguém deixaria, mais uma vez, de dar todo o amparo a essa iniciativa com o mesmo espírito de colaboração com que até os nossos dias todos se empenharam em todas as campanhas já realizadas. Fala-se então no espírito filantrópico da mulher brasileira e a sra. Darcy Vargas assevera que é testemunha dessa colaboração eficiente e espontânea das damas do nosso país (*OESP*, 26 ago. 1942, p. 2).

Segundo Ivana Simili (2008), Darcy Vargas representava um símbolo de notoriedade da figura feminina. A primeira dama intermediou a participação das mulheres da esfera privada para a pública, foi estabelecido um plano de ação para a LBA baseado na parceria entre Estado, empresários e o voluntariado feminino com vistas à ampliação dos serviços governamentais de assistência social (SIMILI, 2008, p. 137).

A notícia publicada n’*OESP* sobre a fundação da LBA figurou ao lado da manchete que informava a decretação do estado de guerra, mostrando, deste modo, o contexto de criação da instituição - as mudanças que o regime imprimiu a partir desse momento. A

²⁰⁴ Por outro lado, quem estivesse fora dessa mobilização era considerado “vadio” e “desocupado”, passível de prisão e condenação pelo TSN. O Conselho Federal de Comércio Exterior, ligado ao Ministério do Trabalho, cogitou prever por meio de decreto-lei a obrigatoriedade do trabalho para “desocupados”, visto que, segundo seus membros, “o trabalho é um dever social” (*OESP*, 16 dez. 1944, p. 18).

²⁰⁵ Devemos ressaltar que outros movimentos de mobilização civil foram criados em meados de 1942, tais como, o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea de São Paulo, organizados pelas esposas de Roberto Simonsen, Fernando Costa e Acácio Nogueira (*OESP*, 7 jul. 1942, p. 1).

reportagem sobre a LBA trazia ainda a publicação de telegramas de atores políticos do Estado Novo congratulando a primeira dama pela iniciativa²⁰⁶ (*OESP*, 1 set. 1942, p. 1).

Com o objetivo de legitimar o papel da LBA, o Bureau Interestadual de Imprensa realizou uma “enquete popular” com mulheres cariocas, questionando se estavam “preparadas para a guerra”, na qual, colheram-se alguns depoimentos:

Aqui está, por exemplo, a sra. Rosa Barbosa. Seu esposo, o operário Avelino Pereira da Rocha trabalha no Caís do Porto. Rosa sabe que o Brasil está em guerra. E se algum dia sua Pátria necessitar dos seus préstimos, ela não fugirá:

- Irei para onde me chamarem. Se tiver que substituir meu marido no seu trabalho, substituirei.

Rosa Barbosa tem seis filhos, uma turminha miúda que vai numa escala ascendente, dos quatro aos catorze anos:

- Meus filhos ainda são muito meninos. Mas o mais velho. Oscar, já pode ajudar em alguma cousa. Todos nós podemos ajudar (*OESP*, 23 out. 1942, p. 10).

Em continuidade à reportagem, o Bureau procurou outro grupo para entrevistar, desta vez as alunas da Faculdade Nacional de Direito, onde, segundo o texto, “o seu postulado (da LBA) penetrou em todos os lares do Brasil”. A LBA incentivou “as mulheres a lutarem por uma causa e despertando na alma de cada uma o entusiasmo pela batalha nacional”. Em seu depoimento ao repórter, uma estudante resumiu o significado da LBA:

A senhorita Nivea Jorge Mayer do quarto ano da Faculdade Nacional de Direito, também trouxe o seu depoimento, dizendo:

- Grandiosa realização é a Legião Brasileira de Assistência. O povo brasileiro precisa de seus auxílios. Já me alistei no corpo de enfermeiras e aguardo a chamada. Entrementes, já faço parte do Curso de Voluntárias Socorristas da Faculdade de Direito. E neste meu posto, ou em qualquer outro, estou pronta para qualquer chamado a serviço de minha Pátria (*OESP*, 25 out. 1942, p. 24).

Outros depoimentos foram coletados pela reportagem do Bureau Interestadual de Imprensa e o reconhecimento do trabalho da LBA e de sua presidenta era retrabalhado nas falas das entrevistadas²⁰⁷. O direcionamento dado pelo Bureau nessas reportagens sempre foi precedido de texto introdutório que reforçava os depoimentos das mulheres pois

²⁰⁶ Os estatutos da LBA foram publicados n' *OESP* na edição de 10 out. 1942, p. 1.

²⁰⁷ Sobre a atuação das mulheres em grupos civis de defesa passiva antiaérea verificamos um caso curioso: Comentando a realização de exercícios de “Black-out” realizados na capital federal, “G.I.L.” sai em defesa das voluntárias denunciando “atrevimentos e desrespeitos” durante a realização dos exercícios. O autor pede providências das Forças Policiais para reprimir esses “abusos” por parte de uma “classe de cavalheiros onde tudo é divertimento” (*OESP*, 11 fev. 1943, p. 1).

segundo ele, essas declarações “servem como uma comprovação exata de que a mulher brasileira está presente aos problemas de hoje e disposta a dar o melhor de sua capacidade e diligência para a solução dos mesmos” (*OESP*, 28 out. 1942, p. 10).

A atuação da LBA se expandiu²⁰⁸ especialmente em um segundo momento, quando ocorreu a mobilização para o fornecimento de doações para a Força Expedicionária Brasileira a partir de 1944. No entanto, cabe salientar o espaço ocupado pela LBA n’*OESP* e da importância dada, em um primeiro momento, na arregimentação de voluntários nas obras de assistência social da primeira dama²⁰⁹.

Entretanto, esse movimento de mobilização não se limitou ao esforço oficial ou de personagens políticos ligados ao regime: adaptada também à nova situação, indústria e comércio passaram a utilizar elementos simbólicos da guerra na produção de propagandas comerciais no entorno da coluna *Notícias do Rio*²¹⁰. O “Seagram’s Whisky”, desde o final de 1942, publicava no jornal um anúncio onde era estampando uma mão brindando “pela boa vizinhança e indestrutível amizade”, tendo ao fundo um mapa das Américas. Em outra propaganda, o “Seagram’s” retornava com o tema do copo de bebida “brindando”, só que dessa vez, “pela vitória” (Anexo A – Figuras 31 e 32).

Os “chapéus Sarkif”, por sua vez, criaram uma identificação de seu produto com a guerra de modo mais contundente, relacionando a “qualidade” e “inovação” do chapéu com a invenção do avião e tanque de guerra: “um esforço técnico sem precedentes garantiu decisiva vitória para seus produtos”. Tal como o avião de combate e os veículos blindados, os chapéus “Sarkif” eram os “mais modernos, os mais duráveis, os mais baratos” (Anexo A – Figura 33).

As propagandas atraíam a atenção em tempos de guerra, a ponto de “G.I.L.”, em “crônica” sobre o tema, ressaltar a importância da publicidade como mecanismo de exortação patriótica, dando como exemplo a ser seguido o uso que a publicidade comercial

²⁰⁸ Desde novembro de 1942 o Ministério do Trabalho determina o desconto de ½% do salário de empregados sindicalizados para serem destinados aos fundos de guerra gerenciados pela LBA (*OESP*, 30 nov. 1942, p. 1).

²⁰⁹ Entre os meses de julho e agosto de 1943, Darcy Vargas foi substituída por sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidenta da LBA do Rio de Janeiro. Sobre a saída da primeira dama e a cobertura das atividades de Alzira na direção da instituição, ver edições d’*OESP* dos dias 30 de julho e 2, 4 e 29 de setembro de 1943.

²¹⁰ Outras propagandas foram localizadas n’*OESP*, como por exemplo, publicações de anúncios da “Rádio Record” do programa radiofônico “Espírito de Vitória”. O programa, segundo a propaganda, consistia em uma “palpitante radiofonização de uma série de emocionantes fatos acontecidos nos países ocupados pelo Eixo e que demonstram a inabalável vontade das Nações oprimidas de triunfar e ser livres” (*OESP*, 1 mar. 1943, p. 2.).

estadunidense fazia das temáticas de mobilização relacionadas a seus produtos (*OESP*, 24 jul. 1943, p. 12).

Os discursos de Vargas em eventos oficiais são relevantes fontes para a assunção da ideia de “mobilização” pelo Estado Novo: nas comemorações da “Semana da Pátria” de 1943, por exemplo, Vargas discursando nos microfones do DIP no programa “Hora da Independência”, ressaltou a importância da participação popular, vendo-a com o objetivo principal de “vencer a guerra e preparar o país para fortalecer a sua independência política e completar a sua independência econômica”, relacionando, por sua vez, o contexto das comemorações (“independência”) com o movimento de racionalização e coordenação das forças produtivas (*OESP*, 9 set. 1943, p. 18).

O esforço de guerra nos anos posteriores não mais se limitaria à mobilização econômica, popular ou assistencial, mas, com o envio de tropas brasileiras ao teatro de operações de guerra na Europa, concentrou-se em questões mais específicas relacionadas à organização do Exército, às contribuições da LBA no auxílio aos combatentes e, não menos importante, na incorporação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos discursos de mobilização e união nacional do Estado Novo publicados na coluna *Notícias do Rio*.

Em que pese a boa intenção de quem escolheu o termo “pracinhas” para batizar os nossos combatentes na frente italiana, os quais deram ao mundo um tão másculo testemunho de bravura, combatividade e espírito de sacrifício, somos de opinião que a escolha foi infeliz. [...] Soa mal ao ouvido (o termo “pracinha”) e dá logo a ideia mofina do bonequinho, do fraquinho. Precisamos, pois, acabar com ela, antes que descambe no terreno aberto do achincalhe. Quando outro qualificativo não bastasse para popularizar os nossos soldados, o de simples “expedicionário” deveria ser o preferido. E é assim que o povo, na sua maioria, os chama – Artigo de “G.I.L.” criticando o uso do termo “pracinhas”, no qual o considera “pejorativo” (*OESP*, 29 jul. 1945, p. 36).

CAPÍTULO IV – “PRACINHAS NÃO! EXPEDICIONÁRIOS!”: A PARTICIPAÇÃO DA FEB NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

4.1 - Preparando a guerra: preparação militar e resistências internas

Após a decretação do estado de guerra em agosto de 1942, criou-se um clima de expectativa n’*OESP* com a possibilidade de participação dos soldados brasileiros nos conflitos que se desenrolavam em África e Europa. A atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ocorreu somente meses após as primeiras notícias de combates travados entre navios e aviões brasileiros que realizavam o patrulhamento do Oceano Atlântico para combater a ação de submarinos do “Eixo”. Em abril de 1943, a primeira manifestação n’*OESP* sobre a atuação do Brasil no conflito mundial anunciava a criação de um “Exército Expedicionário”, que “[...] participará ativamente das operações, ombro a ombro, com os nossos aliados” (*OESP*, 9 abr. 1943, p. 10).

Durante esse período, *OESP* noticiava com grande alarde batalhas entre unidades da Marinha e Aeronáutica Brasileira e submarinos do “Eixo”. Nessas reportagens, procurava-se evidenciar o “heroísmo” das Forças Armadas Nacionais na defesa das embarcações mercantes brasileiras e os nazistas são descritos como “traíçoeiros”, “cruéis” e “covardes” (Ver edições d’*OESP* de 29 out. 1942; 21 fev., 3 e 8 mar., 18 e 20 mai., 2 nov. 1943). Por outro lado, o jornal procurou investir em séries de reportagens, tal como a

produzida pela Agência Nacional intitulada “2000 milhas em comboio”, na qual o jornalista Sílvio da Fonseca acompanhou o cotidiano da tripulação dos “caça-submarinos” da Marinha Brasileira no patrulhamento do Oceano Atlântico. Embora o repórter afirmasse a publicação de seu relato em “7 reportagens”, foram publicadas apenas três delas. O que é mais marcante nesse tipo de publicação é a inauguração de uma narrativa de guerra, em formato de diário, onde o jornalista descreve a vivência dos soldados em missões especiais (Ver edições d’*OESP* de 5, 11 e 14 nov. 1943).

No entanto, notas como essas eram negadas pelo governo, que se limitava a afirmar sua colaboração no patrulhamento do Oceano Atlântico Sul. *OESP*, por sua vez, publicou com destaque uma “troca de telegramas” entre Vargas e Roosevelt, após derrota do “Eixo” no norte da África, em maio de 1943, na qual Vargas congratulava o presidente dos EUA pelo feito realizado com “tão nobre heroísmo”. Roosevelt, em resposta, agradeceu os votos de felicitação reafirmando “[...] a parte imprescindível que coube à cooperação brasileira, tornando possíveis aquelas operações militares” (*OESP*, 25 mai. 1943, p. 14).

O Estado Novo não abria mão de sua participação com tropas na guerra. Suas razões se baseavam em um sentimento de revanchismo, atrelado ao desejo do regime em se afirmar no plano exterior no pós-guerra. Os EUA, por sua vez, tentaram em um primeiro momento desestimular a participação brasileira, cedendo somente após pressões que o regime realizou para efetivar seu projeto militar (FERRAZ, 2005, p. 43).

Procurava-se capitalizar a vitória Aliada no continente africano ao se relacionar diretamente o papel desempenhado pelo Brasil – tanto militarmente quanto economicamente – como fruto da parceria com os EUA. Durante o ano de 1943 o intercâmbio militar realizado por Dutra e Salgado Filho, respectivamente ministros da Guerra e da Aeronáutica, evidenciavam essa preparação e a possível participação brasileira na guerra com tropas regulares. Em agosto de 1943, por exemplo, Dutra fazia sua segunda visita aos EUA enquanto Salgado Filho retornava de viagem.

Cabe lembrar que a Base Aérea de Natal estava em funcionamento desde março de 1942 e assumiu importância estratégica para o controle do Oceano Atlântico, ponto de apoio para o envio de tropas Aliadas para as batalhas realizadas na Frente Africana. Em janeiro de 1943, num encontro “secreto” de Vargas e Roosevelt em Natal, foram reafirmadas as disposições do Brasil em assegurar o acordo com os EUA em prol da “vitória da democracia”, bem como o fechamento do acordo para o envio das tropas brasileiras para o “Teatro de Operações” (Ver edições *OESP*, 29 e 30 jan. 1943). Chegou-se a noticiar “pretensões alemãs em relação à base de Natal [...] como trampolim para o

assalto ao canal do Panamá e Estados Unidos, mas que foi impedida de fazê-lo graças à prontidão com que o Brasil formou e preparou essa importante base aeronáutica que é hoje a segunda do mundo” (*OESP*, 4 jun. 1943, p. 8). A Base Aérea de Parnamirim transformou-se em núcleo de apoio aos aliados entre os anos de 1942 e 1945, chegando a ser considerada, no ano de 1943, “o aeroporto mais movimentado do mundo”, com cerca de 800 operações de pouso e decolagem (FERRAZ, 2005, p. 37).

A viagem de Dutra foi amplamente noticiada pelo jornal (*OESP*, 5 ago. 1943, p. 1), dando-se enfoque especial à recepção realizada ao ministro após o seu retorno, depois de permanecer um mês em missão oficial nos EUA (*OESP*, 28 set. 1943, p. 14). Já o ministro Salgado Filho, assim que chegou ao Brasil, convocou uma entrevista coletiva com a imprensa para declarar suas impressões sobre o país aliado. Nessa entrevista, os repórteres insistiram com o ministro da Aeronáutica sobre a participação do Brasil nos conflitos europeus, sendo negada categoricamente a informação. No entanto, ele reiterou a “disposição” do país em enviar soldados (*OESP*, 10 ago. 1943, p. 14)

A primeira declaração sobre a participação do Brasil no conflito coube a Dutra, que, em entrevista coletiva à imprensa, afirmou a preparação de uma “força expedicionária”, reiterando, sobretudo, o papel dos jornalistas no contexto de guerra, cabendo-lhes cooperar com as ações do governo: “É o que acontece com a imprensa americana, em que não se nota oposição a esses atos do governo. Todos os jornais se orientam no apoio ao esforço de guerra do governo dos Estados Unidos” (*OESP*, 29 set. 1943, p. 14).

Todavia, esse apoio tão propalado pelo governo não correspondia à formação de resistências internas que pressionavam cada vez mais para que o país participasse do conflito, visando, sobretudo, modificações internas: o Manifesto dos Mineiros, em outubro, e a repressão ocorrida na Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco, São Paulo, em dezembro de 1943, foram algumas das grandes manifestações de desagravo que não chegaram a ser comentadas nas publicações analisadas d’*OESP*. Procurava-se, antes de tudo, assegurar no noticiário oficial a veiculação de imagens de um regime unido, racional e democrático: três dias após a repressão aos estudantes de Direito em São Paulo, resultando em muitos feridos e duas mortes, o jornal publicou entrevista com Spencer Vampré, diretor da Faculdade, sobre a “vocaço brasileira de S. Paulo” onde, segundo o entrevistado, “a grande força de S. Paulo é ver o Brasil em tudo” (*OESP*, 14 dez. 1943, p. 18).

Esses acontecimentos levaram o regime a criar uma contrapropaganda da “verdadeira mostra de democracia”, ao publicar com destaque a “sabatina” realizada por estudantes da UNE com João Alberto, coordenador da CME, quando eles puderam “apresentar suas queixas e dirimir suas dúvidas sobre questões de abastecimento, transportes, educação e trabalho” (*OESP*, 2 fev. 1944, p. 12). No entanto, segundo Dulles (1984), em fins de 1943, a repressão aos estudantes de Direito da Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco não foi noticiada pelo jornal. A 9 de novembro de 1943, estudantes e populares foram mortos pela Polícia Especial do Estado de São Paulo após realização de manifestação conhecida por “Passeata do Silêncio”. Essas transformações, segundo o autor, aceleram o desprestígio de Vargas, dando-se início à formação de oposições dentro do próprio regime, abrangendo, dentre outros, Oswaldo Aranha e secretários da interventoria Fernando Costa (DULLES, 1984, pp. 257-288).

Durante o período, as declarações das autoridades, especialmente militares, não traziam detalhes da preparação das tropas, limitando-se a confirmar a participação brasileira no conflito. Essa ambivalência do regime, cedendo espaço a determinados grupos favoráveis ao envio de tropas para a guerra, ao mesmo tempo em que reprimia outras manifestações de setores opositores, foi bem representada com a publicação no jornal de uma “proclamação” da Liga de Defesa Nacional no dia das comemorações da “Proclamação da República”. Em seu manifesto, a LDN reforçou a importância de o Brasil participar da guerra com o objetivo de antecipá-la. Segundo o manifesto,

[...] a abreviação da guerra é garantia de paz. Em primeiro lugar a garantia de que com a nossa colaboração a guerra acabará mais cedo, pois que nenhum contingente humano, por menor que seja, merece ser desprezado na hora comum de derrota do nazismo. [...] Fazendo um apelo comum a todos os brasileiros, independentemente de tendências ou de pontos de vista políticos, para cerrarem fileiras em torno do governo do Presidente Vargas (*OESP*, 16 nov. 1943, p. 12).

Em dezembro de 1943, uma nota informava a expedição de uma portaria do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Nelson de Melo, “libertando todos os presos políticos sem culpa formada” e também o oferecimento de uma “ceia de Natal” por sua esposa aos detentos que permaneceram encarcerados (*OESP*, 26 de dez. 1943, p. 28). No entanto, na passagem do ano, o coronel chamou jornalistas em seu gabinete para “agradecer a colaboração da imprensa” e comunicar que desde que assumiu a chefatura de polícia, agosto de 1943, “[...] não encontrou nenhum preso político nem pessoa alguma, até agora, que fosse sequer chamada à Chefatura para prestar esclarecimentos nesse sentido, não

havendo sido efetuada nenhuma prisão por motivo de ordem política” (*OESP*, 1 jan. 1944, p. 8).

Era preciso demonstrar as potencialidades que o país desempenharia com sua participação na guerra. Enquanto isso, embora tenha diminuído o número de torpedeamentos em águas do Oceano Atlântico, o jornal ainda noticiava a ação dos “submarinos do Eixo contra navios nacionais”²¹¹. Em dezembro do mesmo ano, o general Mascarenhas de Moraes, na época comandante da II Região Militar, declarou à imprensa, após viagem ao front italiano, que se enviadas para a Europa, as tropas brasileiras “encontrarão receptividade por parte dos aliados franceses e americanos” (*OESP*, 31 dez. 1943, p. 16).

No entanto, foi Vargas, como era hábito, em tradicional almoço de Ano Novo oferecido pelas Forças Armadas, que se pronunciou sobre o assunto:

[...] Dirigindo-vos a palavra neste momento, soldados do Brasil, dirijo-me na verdade à Nação inteira, hoje mobilizada – dirijo-me aos que vão as linhas de frente e aos que, dentro do país, nos quartéis, nos navios, nos aeródromos, nas fábricas e nos campos, trabalham para aumentar o nosso poder econômico e militar. A vitória das Nações Unidas será a nossa vitória e cada dia se torna mais próxima. Para alcançá-la, já contribuímos de forma considerável e o faremos melhor daqui por diante, guerreando ombro a ombro com os denodados defensores da civilização (*OESP*, 1 jan. 1944, p. 8).

A “nação mobilizada”, segundo Vargas, estava preparada para pegar em armas. Embora o presidente não precisasse quando isso iria ocorrer, reiterava que a readequação do Exército, com apoio dos EUA, estava se processando de modo acelerado, restando apenas alguns detalhes para o envio efetivo dos soldados. Assim sendo, devemos pensar a participação militar do país sob dois momentos distintos: num primeiro, limitando-se ao envio de aviões da FAB para auxiliar em bombardeios específicos no front europeu; e, posteriormente, o envio dos contingentes da FEB.

A primeira informação publicada n’*OESP* sobre as atividades da FAB na guerra noticiava a partida do “1º Grupo de Caça”, e o major Nero Moura – o mesmo que pilotava o “Locker” do presidente – comandaria o agrupamento de aviadores²¹² (*OESP*, 4 jan. 1944,

²¹¹ Em 1943 foram noticiados n’*OESP* o afundamento dos navios “Brasilóide” e “Afonso Pena”, “Bagé”, “Itapagé”, “Campos”, respectivamente, nas edições de 7 mar., 8 ago., 2 out. e 29 out. 1943.

²¹² No mesmo grupo, segundo a notícia, estavam presentes como voluntários “os jovens Luiz Aranha Maciel e Manuel Freitas Vale, sobrinhos do ministro Oswaldo Aranha” (*OESP*, 4 jan. 1944, p. 12). Na edição seguinte é noticiado que Lutero, filho de Vargas, iria embarcar no grupo como médico voluntário. A notícia relata que seu “pai aprovava o ato de bravura do filho”, sendo impedido de participar antes no conflito devido “preocupações” de sua mãe Darcy (*OESP*, 5 jan. 1944, p. 12). É importante ressaltar a associação dos

p. 12). Dias depois, uma relação de oficiais da Aeronáutica foi publicada no jornal, procurando demonstrar que a participação do Brasil no conflito estava se processando sem delongas (*OESP*, 9 jan. 1944, p. 30). Ao mesmo tempo, a preparação das tropas no nordeste brasileiro era noticiada com destaque, procurando-se passar a ideia da união nacional das Forças Armadas com a integração de elementos militares de todas as regiões do país²¹³.

No entanto, antes de partirem para a zona de conflito na Europa, o Estado Novo procurou criar todo um clima de comoção entre a população: ao mesmo tempo em que treinava soldados no nordeste brasileiro, procurava demonstrar o quanto eram militarmente preparados para a peleja, especialmente, a “tropa paulista”.

OESP procurou jogar luzes sobre o papel de São Paulo na preparação militar, especialmente, da entrega “por senhoras paulistas” de bandeira nacional à FEB (*OESP*, 16 fev. 1944, p. 12). “G.I.L.”, comentando a doação, anunciou que o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra – “que pouco aparece em festas e raro sai do seu gabinete, onde trabalha, frequentemente, de madrugada a madrugada” –, viajaria exclusivamente para São Paulo com a finalidade de receber o tributo. Para o autor, o gesto de Dutra “reafirmará a S. Paulo a confiança nacional na sua fé, e a certeza de que não esmoreceu o espírito bandeirante que alargando meridianos soube ser brasileiro em todos os paralelos” (*OESP*, 29 fev. 1944, p. 14).

A formação dos contingentes que se dirigiam para o nordeste era processual, sendo a espera para a participação de tropas terrestres no conflito preenchida por um conjunto de notas, artigos e reportagens que procuravam divulgar uma imagem dessa preparação como etapas de evolução e amadurecimento das Forças Armadas²¹⁴. Entre a declaração de Vargas da efetiva participação das tropas, dezembro de 1943, e o envio da FEB, julho de 1944, formou-se um espaço aberto que deveria ser ocupado por eventos que reforçassem o movimento de adoração ao soldado brasileiro.

parentes de personalidades do Estado Novo com o desprendimento individual e o compromisso com a pátria, característica presente nas notícias citadas. Os contingentes da FAB, formados posteriormente, eram noticiados no jornal a cada partida. Ver edições d’*OESP* dos dias 8, 14, 17, 22, 25 mar. 1943.

²¹³ O general Maurício Cardoso, substituto de Góis Monteiro no Estado Maior do Exército, declarou à imprensa, após viagem de inspeção de tropas aquarteladas em Recife, que “[...] é motivo de grande satisfação saber que os brasileiros do norte sentem o mesmo ardor e entusiasmo pela causa aliada que os do sul”. A fala do militar evidencia o projeto de união nacional com a colaboração de soldados de todos os Estados do país, elemento simbólico para a composição dos Batalhões da FEB que representariam o Brasil na Europa.

²¹⁴ A seção militar da coluna *Notícias do Rio* dava destaque à passagem na capital federal de soldados de São Paulo em trânsito para o nordeste. Ver edições d’*OESP* dos dias 11 fev. e 5 abr. 1944).

A primeira festividade²¹⁵ ocorreu no final de março de 1944, quando desfilaram na Avenida Beira Mar, na cidade do Rio de Janeiro, soldados da 1ª Divisão da Infantaria Expedicionária. O evento foi coberto por *OESP*, que contribuiu com a construção de uma imagem de união em torno do objetivo comum:

[...] Eram precisamente 17 horas quando o general Zenóbio da Costa consultou o relógio, comandou sentido! O clarim fez-se ouvir e a tropa, como um só homem, alinhou-se, firme. Seguiu-se a ordem de marche! [...] O povo contido num nervosismo de entusiasmo, sacudido por essa voz de comando, como se ela fosse não apenas para a tropa, mas para todo o Brasil. É que o povo compreendia o significado daquela voz. [...] Representava ele mesmo a voz do próprio Chefe da Nação [...] Era a voz do Brasil, quando sentiu, ao brado e a atitude magnífica de seu supremo magistrado, que era chegado o momento de mostrar às Nações Unidas o brilho de uma raça e o pundonor de uma gente ferida no seu coração e no seu ideal (*OESP*, 1 abr. 1944, p. 16).

Comentando a realização do último desfile, outra notícia procurava preparar os leitores para mais uma nova parada militar, dessa vez, marcada para o dia 19 de abril, aniversário de Getúlio:

[...] Vive na retina de toda a população carioca o magnífico espetáculo do desfile militar de sexta-feira. Foi uma grande jornada de emoção, de decisão, de virilidade. E as mesmas almas e os mesmos corações que vieram à rua saudar, comovidos, os nossos soldados que vão partir, esperam, para manifestação idêntica, a parada da artilharia que seguirá para os campos de batalha, sob o comando do General Oswaldo Cordeiro de Farias. Marcou-se o novo desfile para o dia 19. O povo faz uma exigência e é de justiça dar-lhe divulgação. A multidão quer que o Chefe da Nação esteja presente. Foi ele que nos levou à guerra e é o comandante supremo de todas as forças que nesta hora se engajam (*OESP*, 5 abr. 1944, p. 12).

No entanto, a “exigência do povo” não podia ser atendida pelo presidente que, como de costume, viajou para Araxá, Minas Gerais, no dia do seu aniversário, alegando que preferiria se ausentar de grandes manifestações nessa data (Anexo A – Figura 34).

Como noutras ocasiões, Vargas sempre era alvo de “manifestações” da população local em suas viagens de descanso, conforme o caso noticiado por notas da Agência Nacional, publicadas n’*OESP* (*OESP*, 18 abr. 1944, p. 12). As comemorações do “Dia do Presidente” em 1944 se concentraram na inauguração do Hospital das Clínicas em São

²¹⁵ Como as demais festividades oficiais do Estado Novo, o desfile da FEB no Rio de Janeiro foi noticiado por *OESP* com antecedência. Na edição do dia do evento, o jornal relatava as “expectativas da população carioca” para o desfile, procurando passar uma imagem de que “a cidade aguarda ansiosamente a realização do ato cívico” (*OESP*, 30 mar. 1944, p. 16).

Paulo e em homenagem realizada pela Casa da Moeda, ao cunhar moeda com a esfinge de Vargas em comemoração ao esforço de guerra da instituição e ao rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo” (Para as comemorações do aniversário de Vargas em 1944, ver edições d’*OESP* dos dias 19, 20 e 21 abr. 1944).

Marcada para o mês de maio, após as comemorações do “Dia do Trabalho” realizado naquele ano em São Paulo, o novo desfile da FEB, com a presença do “Chefe da Nação”, foi noticiado por *OESP* com grande destaque (Anexo A – Figura 35), principalmente, o discurso de Vargas aos “soldados brasileiros”:

[...] Chegou a grande hora de honrar a Pátria. Agredidos insólita e brutalmente, vamos vingar o sangue de nossos patrícios, soldados e civis, mulheres e crianças barbaramente massacradas pelos navios piratas dos países nazistas. [...] Pela primeira vez em quatro séculos de história votados às artes da paz, e só em revide fazendo a guerra, vamos lutar noutro continente. O nosso exército, que se cobriu de louros em feitos memoráveis, atravessará os mares para defrontar um inimigo tenaz e perigoso (*OESP*, 25 mai. 1944, p. 14).

A mudança das comemorações do 1º de Maio daquele ano para São Paulo foi significativa se pensarmos no projeto de exaltação do esforço paulista em prol da nação. Outro ponto a ser destacado é que, segundo *OESP*, Vargas fora convidado pelos trabalhadores paulistas para presidir o evento. “G.I.L.” viu na visita de Vargas a São Paulo “[...] uma confirmação de seu apreço e do seu reconhecimento ao labor esplêndido dos paulistas, incansáveis e destemerosos nessa grande luta em que estão empenhados, visando a grandeza da nação” (*OESP*, 30 abr. 1944, p. 2 - Para as notícias sobre as comemorações em São Paulo, ver edições d’*OESP* dos dias 23 e 30 abr. e 3 mai. 1944).

Essa foi a tônica do discurso que se manteve depois com a ida da FEB para a Europa: o Brasil foi covardemente agredido e como o brasileiro tinha uma índole de paz, o revide não consistia apenas em vingança, mas, sobretudo como meio de honrar o país e o seu passado de conquistas.

Todavia, se algumas manifestações de desagravo ao regime não foram publicadas por *OESP*, colocando em xeque a mobilização para a guerra, verificamos que outras formas de oposição acabaram por ser publicizadas, evidenciando a preocupação do regime em identificar seus inimigos internos: no próprio jornal, onde havia uma preocupação de exaltação da preparação para a guerra, existia, igualmente, o registro de protestos de indivíduos que não condiziam com o ideal de cidadão mobilizado.

O “quinta-colunismo” foi amplamente noticiado como um mal a ser extinto, identificando essas pessoas como responsáveis por entravarem o esforço de guerra. Tal como os “espiões do eixo”, os brasileiros que colaboravam ou compartilhavam de ideias que não condiziam com o novo projeto de Brasil do Estado Novo, especialmente os integralistas, passaram a ser severamente punidos pelas forças de repressão do regime.

Durante o período de 1943-1944, *OESP* continuou a publicar denúncias de atividades de espionagem praticadas por súditos do eixo em colaboração com nacionais: em fevereiro de 1943, por exemplo, o TSN processou grupo de alemães e brasileiros que haviam criado uma “escola de espionagem em Novo Hamburgo”, Rio Grande do Sul, na qual eram ensinadas técnicas de sabotagem e contrainformação. A esse grupo, cabia a função de enviar informações sobre navios que zarpavam do Porto da Guanabara, no Rio de Janeiro (*OESP*, 2 fev. 1943, p. 2). O mês de fevereiro de 1943, em particular, foi privilegiado com publicações sobre o “desmantelamento de rede de espionagem nazista no Brasil” (Ver edições d’*OESP* dos dias 7, 10, 11, 12, 20, 24 e 26 fev. 1943).

Desde o rompimento de relações diplomáticas no início de 1942, foram noticiados casos de brasileiros descontentes com a orientação que o Brasil estava tomando: iniciava-se n’*OESP* uma campanha contra os “maus brasileiros”²¹⁶. Esse personagem que figurou nas páginas do periódico esteve presente durante todo o período de 1942-1944 personificando o papel do sabotador da união nacional:

[...] O procurador Gilberto de Andrade apresentou hoje ao ministro Barros Barreto, presidente do Tribunal de Segurança Nacional, denúncia contra Gustavo Adolfo Hohienweger Caldas. O acusado, segundo-tenente estagiário do 19º Batalhão de Caçadores, manifesta-se no próprio quartel contra atitude assumida pelo Brasil declarando guerra à Alemanha e à Itália. Na presença de companheiros de arma, o acusado insistentemente criticava o ato de reação patriótica do nosso governo, chegando ao cúmulo de pretender justificar com argumentos maliciosos e absurdos o torpedeamento dos navios brasileiros. Para o processo foi designado o juiz Eronides de Carvalho (*OESP*, 10 dez. 1942, p. 2).

Manifestações pró-eixo ou discordâncias de medidas oficiais figuravam nesse grupo de notícias, classificando esses indivíduos como “derrotistas”. O boato, prática considerada abominável pelo regime, levou o chefe de polícia do Rio de Janeiro a publicar uma portaria nos jornais instruindo “[...] o povo carioca a abster-se de veicular boatos

²¹⁶ Uma nota da seção do TSN informa a denúncia apresentada ao procurador Gilberto de Andrade contra “integralista e funcionário público aposentado do Banco do Brasil”, que afirmara perante colegas de trabalho que “iria comemorar o afundamento de navios brasileiros afundados por submarinos do eixo [...] tomando um choop”. O procurador solicitou pena de 3 a 19 anos (*OESP*, 30 jul. 1943, p. 12).

tendenciosamente espalhados com o fito de gerar o pânico ou o desassossego público”. (*OESP*, 28 jan. 1943, p. 12).

A perseguição à elementos contrários ao regime era alimentada pelo jornal com a publicação de novas prisões e denúncias realizadas no TSN²¹⁷. O “retorno” do Integralismo foi constantemente lembrado por *OESP* como um “fascismo indígena”, seus integrantes considerados “fanáticos pelo hitlerismo”, uma ameaça à “civilização cristã” sendo “mais fácil ganhar a guerra” do que “destruir [...] a estranha mentalidade totalitária” (*OESP*, 1 abr. 1943, p. 1).

No entanto, procurava-se dar destaque às declarações desses indivíduos. Em uma notícia, localizada no canto esquerdo superior da página, a manchete anunciava a “Prisão de adeptos da antiga Ação Integralista”, contendo detalhes sobre a entrega de processo criminal pelo DOPS ao TSN. O processo relatava que Macario Calazans, ex-policia da Força Pública da Bahia e do Rio de Janeiro, procurou reunir um grupo de simpatizantes e ex-partidários do Integralismo com o objetivo de reorganizá-lo. Em reuniões realizadas na casa de Calazans, segundo a notícia, os presentes culpavam o ministro Oswaldo Aranha pela entrada do Brasil na guerra, dizendo que “[...] ele havia vendido o Brasil, e que a sua morte era um benefício para o país”. Ainda segundo a denúncia, os acusados também ouviam rádios de Berlim e Roma, “[...] momento em que se expandiam jubilosos com as notícias da vitória alemã sobre as armas das Nações Unidas”, aproveitando a situação para realizarem “comentários caluniosos” quanto à orientação do governo e desejando a morte de Vargas. Aos brasileiros, segundo denúncia de testemunhas, afirmavam que a “[...] Alemanha iria vencer a guerra e nós serviríamos de cavalos para eles” (*OESP*, 17 mar. 1943, p. 10).

Alguns denunciados iam mais longe, procurando, inclusive, tornar públicas suas concepções políticas:

[...] O procurador Gilberto de Andrade apresentou hoje ao presidente do Tribunal denuncia contra Ralf Heirinch Otto por ter este dito em setembro do ano passado “Hitler era o homem talhado para dirigir os destinos do Brasil”. O acusado, apesar de brasileiro nato, segundo o referem as testemunhas ouvidas, sempre se mostrou mau patriota brasileiro repulsivo pelas afrontas constantes assacadas a nossa nacionalidade, tendo sido esbofeteado por uma senhorita, em revide a insultos proferidos contra os brasileiros (*OESP*, 13 abr. 1943, p. 10).

²¹⁷ Dulles (1984) aponta uma estratégia do Estado Novo em enviar para a Itália estudantes contrários ao regime, tais como Geraldo Vidigal, Rui Pereira de Queiroz e José Vasques Bernardes, todos ligados a grupos de resistência anti-Vargas na Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo o autor, 25 alunos da Faculdade foram convocados para a FEB, como também alguns professores (DULLES, 1984, pp. 295-308).

Na própria denúncia transcrita no jornal, a ação da “senhorita” foi louvada, pois esta, horrorizada com as declarações do acusado, reage ao “insulto” como se fosse direcionado a ela: manifestações patrióticas.

O caso do “locutor brasileiro a serviço do nazismo” foi amplamente coberto por *OESP*: José Aristóteles, brasileiro e locutor de rádio acusado pelo TSN de trabalhar em rádio de Berlim, Alemanha, produzindo o programa “Salada Mista”, especialmente criado para “depreciar a honra dos soldados expedicionários” (*OESP*, 18 mai. 1944, p. 18). Aristóteles foi preso em meados de 1945 por tropas Aliadas, sendo extraditado para o Brasil para ser julgado pelo TSN (Para as notícias sobre o caso de José Aristóteles ver edições d’*OESP* dos dias 25 e 27 abr.; 2 jun; 15 ago. 1944).

Por outro lado, nota-se um processo de ampliação do conceito de “quinta-colunismo” n’*OESP*. Se em um primeiro momento ele era utilizado para se referir aos simpatizantes do nazifascismo, o jornal procurou classificar todas as oposições ao regime num mesmo grupo. Um artigo de “G.I.L.”, por exemplo, abriu a coluna *Notícias do Rio* explicando aos leitores a multifacetada característica do “quinta-colunismo”. Para o autor, esse grupo “[...] não pertence somente aos obsecados pelo regime totalitário [...]. Mas ingênuos, que se deixam surpreender a todo o momento”. A estes, segundo o autor, “[...] falta-lhes coragem, porém, para desfivelar a máscara, para abrir o jogo. Inimigos disfarçados do Estado Nacional encontram no saudosismo o clima propício para desenvolver sua manhosa campanha” (*OESP*, 21 abr. 1943, p. 12).

No entanto, nem sempre as opiniões contrárias ao regime podiam ser caracterizadas como “eixistas”. Em alguns casos a simples discordância de uma política oficial poderia levar indivíduos a serem taxados como simpatizantes do nazi-fascismo. Não corroborar com o movimento de mobilização, ou simplesmente mostrar-se indiferente era o suficiente para ser alvo de investigações. A repressão estendeu sua atuação contra indivíduos que não cumpriam determinações de racionamento como o caso de Ciro Moreira, “vendedor viajante” de São Paulo, que foi preso por “usar um automóvel a gasogênio, quando na realidade queimava gasolina” (*OESP*, 20 ago. 1944, p. 30). Outro caso, já no início de 1945, foi o de Antônio Ramos Filho, denunciado no TSN por ter comprado um automóvel em Lins, São Paulo, e o ter conduzido até Rio Preto, no mesmo Estado. Segundo a nota, Ramos Filho fora “preso em flagrante, por se ter verificado não se achar o réu devidamente documentado para usar e abusar da gasolina” (*OESP*, 1 fev. 1945, p. 14). No seio da Força Pública de Segurança do Ceará, uma denúncia no TSN contra policial militar ilustra essas oposições:

[...] Em 24 de fevereiro do corrente ano foi instaurado o presente inquérito policial-militar contra o tenente Pedro Cesar Captul, o qual, comentando uma revista inglesa perante vários colegas, em fins de fevereiro do corrente ano, na sala de refeições dos oficiais do 23º Batalhão de Caçadores, sediado em Fortaleza, Ceará, usou de expressões derrotistas, declarando ser indiferente à sorte da Alemanha, dos aliados ou mesmo do Brasil, em virtude de ser pessoa estranha à causa nacional (*OESP*, 4 mai. 1943, p. 12).

Atitudes contrárias ao movimento de mobilização geral da nação não podiam ser toleradas: no mês seguinte, o policial foi condenado a um ano de prisão pelo TSN (*OESP*, 11 jun. 1943, p. 10). “G.I.L.”, mais uma vez, definiu o “quinta-colonismo” em dois grupos distintos: o externo e o interno. Para o autor, “[...] ambos usando o mesmo processo além daqueles: o boato, a perfídia, o pessimismo, a omissão de tudo quanto o Estado Nacional tem feito pelo Brasil, a traição”, merecendo estes, “o desprezo e o asco dos brasileiros patriotas” (*OESP*, 6 nov. 1943, p. 14).

Se os “derrotistas” mereciam ser desprezados, especialmente no ano de 1944, quando se procurou deixar em evidência a participação da FEB no conflito, não estar mobilizado, em outras palavras, produzindo, constituía crime: em janeiro de 1944, uma greve de trabalhadores de Jundiaí, São Paulo, foi noticiada na seção do TSN, apresentando-se denúncia contra líderes do movimento, mesmo que a greve não tenha obtido êxito (*OESP*, 20 jan. 1944, p. 14). Do mesmo modo, com a determinação da mobilização geral em agosto de 1942, a falta ao trabalho era punida com detenção:

[...] o cantor de rádio Paulo Pinheiro, funcionário da Fábrica Bomsucesso, vinha faltando ao serviço sob alegação de doença, até que o diretor do estabelecimento fabril pode, em uma de nossas emissoras, detê-lo quando participava de um programa cantando sambas, ficando portanto positivada a buria. Considerado desertor por ter faltando mais de oito dias ao serviço na fábrica (agora sob uma legislação especial, em virtude do estado de guerra), Paulo Pinheiro foi julgado e condenado a um ano de prisão (*OESP*, 11 fev. 1944, p. 12).

Essas denúncias procuravam demonstrar o quanto o regime punia atitudes e pensamentos que pudessem descaracterizar a mobilização da nação em prol da vitória Aliada. Excessos eram considerados atitudes antipatrióticas, bem como comportamentos desviantes dos indivíduos. Os programas humorísticos de rádio foram alvo das investidas do DIP: em março de 1944, o diretor da Divisão de Imprensa, Enéas Machado de Assiz expediu portaria proibindo a produção/irradiação dos programas humorísticos em todo o país (*OESP*, 10 mar. 1944, p. 14). Em meados do mesmo ano, foi noticiada a abertura de

processo no TSN contra o radialista Silvério Silvino, o “Pimpinela”, comediante acusado de “simpatizante do eixo”, por ter “excedido em pilherias consideradas ofensivas ao país” em programas radiofônicos (*OESP*, 11 jun. 1944, p. 32).²¹⁸ Do mesmo modo, essas notícias acabavam evidenciando não apenas a repressão aos grupos antagônicos ao esforço de guerra e mobilização da sociedade, mas, sobretudo, representavam algumas oposições que o regime passou a enfrentar com sua mudança de orientação.

Com o envio de tropas da FEB para a frente de batalha na Itália, em julho de 1944, *OESP* voltou seu foco para além das fronteiras nacionais, dedicando espaço exclusivo na coluna *Notícias do Rio* para publicar os feitos dos nossos “pracinhas”, quer dizer, “expedicionários!”²¹⁹.

4.2 - A FEB na Itália: o país no concerto das nações

A partir de meados de 1943 os Aliados começaram, paulatinamente, a conquistar novos territórios, imprimindo uma série de derrotas aos exércitos alemães e italianos no norte da África, preparando, desse modo, o terreno para uma grande invasão da Europa, em junho de 1944: o desembarque dos Aliados na Normandia, sul da França. A participação do Brasil nesse evento, considerando a mobilização militar já iniciada desde o início do ano, era encarada como crucial para os grupos militares do governo, visto que era uma forma de afirmação da capacidade militar brasileira diante as agressões sofridas.

Já em janeiro de 1944, após as declarações de Vargas sinalizando efusivamente a participação do Brasil no conflito com tropas do Exército, uma nota da Agência Nacional, com declarações do general Canrobert Pereira da Costa²²⁰, secretário do gabinete do ministro da Guerra, assegurava que “onde quer que seja iniciada a invasão à fortaleza europeia, aí está o Corpo Expedicionário Brasileiro” (*OESP*, 27 jan. 1944, p. 16). No entanto, apesar do desejo dos comandantes brasileiros de participarem do “Dia D”, a utilização da FEB ficou em segundo plano, sendo somente cogitada após o domínio de regiões estratégicas no continente europeu. O “Dia D”, por sua vez, foi amplamente

²¹⁸ Alguns casos demonstram essa preocupação do regime em punir com rigor atitudes desviantes dos indivíduos: Jader de Carvalho, advogado de Fortaleza, foi condenado a sete anos de prisão por ter erguido uma “coluna de metais” em praça pública, nomeando-a de “Stalingrado” (*OESP*, 20 jun. 1944, p. 16).

²¹⁹ O título do presente capítulo se refere à crônica de “G.I.L.” publicada na abertura da coluna *Notícias do Rio*, onde o jornalista se revoltou com a utilização do termo “pracinha”, exigindo a utilização da alcunha de “Expedicionário” para os soldados da FEB (*OESP*, 29 jul. 1945, p. 36).

²²⁰ O militar participará, inclusive, do grupo que iria futuramente depor Vargas em 1945.

destacado n' *OESP*, figurando como uma confirmação da necessidade da FEB no teatro de operações, meio de assegurar as conquistas Aliadas. Para não ficar de fora do evento, o jornal publicou notícia onde se destacava a contribuição de meteorologistas brasileiros com o fornecimento de informações climáticas sobre o Mar do Norte que, segundo o texto, “contribuíram com o sucesso da invasão aliada” (*OESP*, 10 jun. 1944, p. 14 - Sobre as notícias publicadas sobre o “Dia D”, ver edições d' *OESP* dos dias 7, 8, 10, 13 e 24 jun. 1944).

Mais de um mês após o desembarque dos Aliados na Europa Ocidental, finalmente foi anunciada a chegada dos combatentes brasileiros: uma publicação de capa, centralizada e em meio ao noticiário internacional, trazia detalhes da recepção realizada no Porto de Nápoles, Itália, aos homens da FEB (Anexo A – Figura 36). A descrição da “recepção festiva” ficava evidenciada no texto:

[...] Quando o primeiro grupo de soldados pisou a terra, a multidão prorrompeu em aplausos, aclamando o Brasil, enquanto os civis italianos corriam até a borda do molhe para apanhar os caramelos e cigarros que os soldados brasileiros lançavam de bordo do barco. [...] Uma das notas pitorescas do desembarque foram as insistentes aclamações dos italianos pedindo que o Brasil lhes “envie café”, detalhe esse que traduz as privações sofridas pelas populações italianas em consequência da ocupação alemã e da devastação da guerra (*OESP*, 19 jul. 1944, p. 1).

O desembarque das tropas foi comemorado antes mesmo dos embates terem sido realizados, a presença da FEB, por si só, consistia em uma vitória para o Estado Novo. A suposta popularidade que os Expedicionários gozaram desde o primeiro contato com as populações civis italianas foi apropriada pelo regime como comprovação de sua missão humanitária²²¹. As “repercussões” do desembarque das tropas foram publicadas com alarde n' *OESP*, especialmente com declarações de setores econômicos e governamentais de São Paulo que congratulavam o governo federal pela efetivação da participação militar do Brasil no conflito²²². Nesse momento, verificou-se no jornal o início do que seria uma grande campanha oficial como consolidação do esforço de guerra brasileiro. Alguns personagens saíram fortificados da Segunda Guerra Mundial, especialmente o ministro da

²²¹ Os “pedidos de café” solicitados pelos italianos foram atendidos por Vargas e publicizados no jornal por meio de portaria presidencial determinando o envio de sacas de café e provisões humanitárias destinadas às populações civis daquele país (*OESP*, 16 set. 1944, p. 14).

²²² Entre diversas “declarações”, destacamos a de embaixadores estrangeiros no Brasil, do comandante da II Região Militar, general Horta Barbosa, e de secretários da interventoria Fernando Costa, tais como da Justiça, Educação, Agricultura. Outros setores paulistas se manifestaram: a Associação Comercial de São Paulo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo manifestaram seu apoio à FEB (*OESP*, 20 jul. 1944, p. 14).

Guerra, encarado pelo jornal como o coordenador do Exército nacional, figura responsável pelo “brilho” alcançado pelos combatentes da FEB nas frentes de batalha (*OESP*, 29 jul. 1944, p. 12).

Entretanto, como aponta Ferraz (2005), o primeiro contato da FEB com as populações italianas não foi tão amigável tal qual divulgado por *OESP*: ao chegarem ao país, os Expedicionários foram confundidos pelos locais com as tropas de ocupação alemã por estarem desarmados e ostentarem seu uniforme verde-oliva, semelhante ao das tropas germânicas, passando a ser hostilizados (FERRAZ, 2005, p. 52).

As notícias sobre os Expedicionários ficavam limitadas às notas fornecidas pela Agência Nacional. Esta, por sua vez, procurava maximizar a participação da FEB na guerra. Entretanto, devido à censura imposta à divulgação de informações sobre a mobilização das tropas brasileiras, as primeiras notícias davam indicações evasivas sobre a “realização de exercícios de tiro em algum lugar da Itália” (*OESP*, 13 set. 1944, p. 12).

Ao final de setembro, Dutra se dirigiu para a Europa com o objetivo de verificar “in loco a situação da frente de batalha” (*OESP*, 22 set. 1944, p. 12).

Cabe ressaltar o processo de apropriação imagética do regime para utilizar em seu proveito. Entre as reportagens da Agência Nacional que noticiavam as atividades de Dutra na Europa, uma se destacou pela aparição no jornal da expressão “A cobra vai fumar”. Segundo o texto, a frase era dita por soldados da FEB quando se deparavam com situações extremas de combate. A imagem de uma “cobra deitando fumaça das ventas” foi adotada por Dutra, que “manda colocar o desenho no distintivo da companhia” (*OESP*, 11 out. 1944, p. 14). O cronista “G.I.L.” deu outra explicação para a cunhagem do jargão, segundo o autor, “a mais autorizada”:

Nos campos de Gericinó [...] foram feitas manobras e experiências de tiro real. Um soldado que deixava a barraca para ir guarnecer sua peça, viu qualquer coisa mover-se no chão, no meio do capim seco. Era uma cobra. O artilheiro não teve dúvidas: segurou o reptil pelo meio! – “Ah! Tu assobias, pois agora vais fumar”. Tirou a cigarrilha que lhe pendia dos lábios e meteu-a na boca da cobra. Correu para o seu posto. Era a hora precisa da bateria disparar, visando os acidentes de terreno por onde a infantaria avançava, rastejando. Sem largar o cigarro que certamente se prendera nos dentes finos como alfinetes, a cobra deixou o lugar e fugiu daquele ruído, para ela desconhecido. E o soldado, rindo e mostrando aos companheiros o desesperado ofídio em fuga, repetiu: “pessoal, a coisa é séria, a cobra está fumando” (*OESP*, 9 ago. 1945, p. 16).

Outra hipótese sobre a expressão, menos “patriótica”, foi a de que Hitler, despreocupado com o envio da FEB devido a seu despreparo militar, teria dito que

“somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens para a guerra” (FERRAZ, 2005, p. 51)

Enquanto isso, o governo reagia às críticas realizadas ao “despreparo humano e técnico” da FEB, vista por setores descontentes com o regime como uma força sem expressão diante as demais tropas Aliadas (CARONE, 1977, p. 310). O Estado Novo, sem perder tempo, passou a veicular notícias que desmentiam essas informações, reiterando, a cada nota, o preparo militar e psicológico dos brasileiros:

[...] Além de dar todo o seu apoio econômico para a vitória da causa aliada, o Brasil não se limitou a sua colaboração apenas à essa importante esfera, mas envio também dois contingentes de tropas para o teatro da guerra perfeitamente instruídos e modernamente equipados para participarem ativamente na luta contra os opressores dos povos livres. [...] E os bravos soldados da FEB levaram de fato às trincheiras da democracia a decisão imperterrita da nossa gente, de lutar de armas às mãos até a vitória final (*OESP*, 17 out. 1944, p. 18).

A FEB estava preparada. No entanto, seu êxito fora das fronteiras nacionais ficava condicionado à união interna, preocupação constante do regime: uma reportagem tecia comentários sobre recente portaria do ministro interino da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa²²³, que instruía a população a não acreditar em boatos que tinham como objetivos “comprometer o esforço de guerra”. Nas palavras do militar, “não devemos dar crédito a tais boatos, mas reagir, corajosamente, contra seus propagadores, quer o estejam fazendo de boa ou má fé”²²⁴ (*OESP*, 14 out. 1944, p. 14).

A construção da imagem épica do Expedicionário também foi realizada em artigos do jornal que objetivavam fazer frente às críticas de despreparo das tropas brasileiras: em uma crônica ácida, o jornalista “G.I.L.” respondeu às descrições de correspondente de guerra brasileiro, não citando seu nome, que descrevia os soldados da FEB como “homens paupérrimos” que não “sabem ler nem escrever”, sendo comum ver soldados que “lhe faltam os dentes na boca”. O cronista d’*OESP* contra-atacou:

[...] A tropa que mandamos à Europa é toda ela forte, garbosa, treinadíssima. Enquadrando-a vão oficiais capazes, dezenas dos quais estagiaram, com brilho, na América do Norte. Foram rigorosíssimos os exames de saúde. A simples “cárie”, num dente, determinava o afastamento do soldado examinado. Como

²²³ O general irá assumir como ministro Interino do Ministério da Guerra durante a viagem de Dutra (*OESP*, 22 set. 1944, p. 12).

²²⁴ O Estado Novo, por meio da Agência Nacional, rebate críticas ao sistema de abrigos antiaéreos que, segundo “boatos”, não seriam seguros em caso de um ataque ao país. O comunicado procura desmentir essas informações afirmando que os abrigos construídos no Brasil “seguem todas as especificações técnicas de primeiro mundo” (*OESP*, 16 jan. 1945, p. 16).

poderia o repórter ver homens com um “dente só, quando calha”? Deve haver aqui fenômeno de miragem. (*OESP*, 27 fev. 1945, p. 16).

Por outro lado, as críticas ao governo federal eram rebatidas com a aproximação de figuras do mundo estadunidense que confirmavam o discurso oficial do regime: uma carta de Nelson Rockefeller, diretor da Comissão de Coordenação das Relações Interamericanas, a Vargas foi publicada n’*OESP*, congratulando o presidente pela “cooperação” das tropas nacionais nas linhas de combate. Elogiava ainda o “preparo militar” da FEB – diga-se de passagem, realizado por seu país –, comparando-a com os demais soldados Aliados (*OESP*, 21 out. 1944, p. 14).

Com um projeto inicial de envio à guerra de cerca de 60.000 soldados (correspondente a três divisões de infantaria), o resultado da seleção dos Expedicionários mostrou-se muito aquém do esperado: em 1942, os soldados de terra brasileiros somavam nos quartéis cerca de 90.000 indivíduos, evidenciando não só a insuficiência de homens para levar a combate mas, sobretudo, a própria condição física dos soldados e, mais ainda, da população brasileira (FERRAZ, 2005, p. 44). Os critérios de convocação, por exemplo, se limitavam à submissão a exames físicos e psicológicos, ao preenchimento de atributos físicos como altura maior ou igual a 1,60 metros, peso mínimo de 60 quilos e ter, pelo menos, os 26 dentes da boca. Segundo apontamentos de Ferraz, o projeto inicial do Estado Maior do Exército teve de ser adaptado:

Imaginava-se selecionar uma “elite” de pelo menos 60 mil aptos, em um contingente de 200 mil convocados. Porém, os resultados dos exames físicos e psicológicos desnudaram um quadro alarmante da situação sanitária da população brasileira. Desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas caracterizavam a expressiva parcela da população examinada, inclusive praças e oficiais do Exército regular, aprovados nos exames físicos ordinários para ingresso na profissão militar mas com enfermidades incompatíveis para seu uso em combate, tais como daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas (FERRAZ, 2005, pp. 46-47).

Nota-se uma mudança de foco do jornal: a utilização de seu espaço, antes ocupado por notícias que veiculavam uma imagem positiva do regime, passava, à medida que a crise do regime ia se agravando, a ser destinado ao revide aos comentários desfavoráveis sobre a FEB. A ausência de notícias sobre a atuação dos Expedicionários aumentava a desconfiança sobre seu insucesso, sendo apenas informadas com a volta de Dutra da

Europa, especialmente com a publicação na íntegra de seu relatório de viagem, entregue ao presidente (*OESP*, 31 out. 1944, p. 16).

A resposta mais direta, contudo, foi dada justamente em um momento comemorativo: o 7º aniversário do Estado Novo. Antecipando as comemorações, uma manchete intitulada “Em sete anos o Brasil tornou-se potência militar”. O texto, acompanhado de fotografia de soldados manejando um “moderno canhão” - segundo descrição da legenda (Anexo A – Figura 37) -, buscava lembrar ao leitor “a grande série de realizações do Estado Nacional no Ministério da Guerra”, citando como exemplos a compra de materiais bélicos, o aperfeiçoamento do ensino militar, a reequipação do setor de engenharia do Exército e a formação da reserva, etc. Após elencar todas as atividades da pasta durante o Estado Novo, finalizava reafirmando que a FEB fora enviada para a Itália “cuidadosamente preparada” ²²⁵ (*OESP*, 9 nov. 1944, p. 14).

A ideia de que a tropa estava “preparada” foi tônica nos discursos veiculados por *OESP*, mas eram necessários outros elementos simbólicos e discursivos que passassem a ideia não apenas da equiparação técnica com os Aliados, como especialmente do destemor dos Expedicionários. Após retornar de viagem à frente de batalha na Itália, o general do Exército Francisco de Paula Cidade descreveu a situação da FEB em combate:

[...] A nossa tropa é valorosa. Entregue a oficiais competentes, vem realizando suas missões com bastante êxito. Os oficiais americanos respeitam-nos bastante e não poupam elogios ao nosso trabalho de guerra na Itália. Os rapazes gostam de um “entrevero” – luta a arma branca – e quando têm oportunidade entram no corpo a corpo. Todavia, os nazistas ficam com medo e se entregam (*OESP*, 30 dez. 1944, p. 16).

As “impressões de viagem” do ministro Salgado Filho, da Aeronáutica, foram igualmente noticiadas pelo jornal: o chefe da FAB dava detalhes do front em entrevista coletiva à imprensa. Nessa entrevista, em particular, Salgado Filho procurava maximizar a “eficiência da FAB” e a ação da “quinta-coluna” nas linhas de frente, tais como a confirmação do ministro da distribuição, em português, de boletim de contrapropaganda que circulava entre as tropas aliadas, onde se “[...] concitava os nossos soldados a abandonar o território italiano, que deixassem de estar servindo aos interesses de alguns países que pretendem a hegemonia mundial” (*OESP*, 27 dez. 1944, p. 16).

²²⁵ “G.I.L.” saindo em defesa do regime relaciona as transformações operadas nas Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) como resultado da ação do “Grande Timoneiro” (Vargas) responsável pela “reequipação das armas nacionais”, podendo inclusive, ser equiparado aos exércitos aliados (*OESP*, 11 nov. 1944, p. 16).

Preparada, destemida e guarnecida. As notas da Agência Nacional, especialmente, buscavam mostrar, por meio de publicação de trechos de cartas de Expedicionários, o quanto a boa receptividade à FEB pelas populações locais não se limitou ao desembarque das tropas brasileiras. Segundo uma notícia da Agência Nacional, os Expedicionários passaram a serem tratados pelo nome de “libertatori” – “libertador”²²⁶. A notícia também continha trechos de carta do Tenente da FEB Enio Lipo Verlangierl ao seu pai, onde descrevia o tratamento dispensado pelas populações locais aos soldados brasileiros: “Os italianos nos oferecem tudo quanto tem: casa, camas, macarronadas, coelhos, galinhas, ovos, vinho. [...] Sofreram eles tanto com as barbaridades alemãs, que agora vivem nos agradecendo!” (*OESP*, 7 nov. 1944, p. 16). A divulgação dessas informações servia como propaganda do regime, visto que o cotidiano no front consistia em uma dura realidade de privações, desconfortos e exposição ambiental. Os soldados da FEB “se acomodavam como podiam, em casas abandonadas, celeiros, estábulos, abrigos individuais ou em pequenas trincheiras”. Somente em alguns poucos momentos, quando feridos ou dispensados após missões, os combatentes eram encaminhados para cidades maiores onde podiam reabastecer suas energias para um novo confronto (FERRAZ, 2005, p. 57).

A Legião Brasileira de Assistência criou em fins de 1944 a “Campanha da Madrinha do Combatente”, consistindo na junção de “damas da sociedade carioca” – leia-se as auxiliares da primeira dama – que objetivavam organizar o envio de doações aos Expedicionários, bem como cartas, objetos de uso pessoal e, especialmente, cigarros, estes, doados por sindicatos trabalhistas, indústrias de cigarro ou arrecadados por alunos de escolas públicas do Rio de Janeiro. Em outubro de 1944, a LBA informava uma lista de “presentes” enviados ao front: remédios, instrumentos musicais, alimentos, roupas, etc. (*OESP*, 21 out. 1944, p. 14). Era vetado, segundo informativo da LBA publicado no jornal, o envio pelos familiares dos soldados de alguns curiosos itens, tais como “dinheiro, biscoitos, cocaína e ópio” – evidenciando certos “costumes” dos jovens soldados (*OESP*, 1 dez. 1944, p. 16). Em dezembro de 1945, a LBA organizou o “Natal dos Soldados Expedicionários”, mutirão coordenado por Darcy Vargas e acompanhado por repórter d’*OESP* durante seis dias, descrevendo a “linha de produção” para a montagem de “caixas de Natal” enviadas aos soldados da FEB (*OESP*, 21 dez. 1944, p. 18). Em janeiro de 1945, o jornal acusaria em uma nota o recebimento por Darcy de cartas dos “nossos valorosos

²²⁶ Tradução livre do italiano. Cabe ressaltar a veiculação de uma imagem positiva do país diante os italianos, chegando-se a afirmar “o desejo de todos os italianos” de morarem no Brasil (*OESP*, 9 fev. 1945, p. 14).

[...] expressando os seus melhores agradecimentos à Legião Brasileira de Assistência pelos presentes de Natal que lhes foram enviados” (*OESP*, 16 jan. 1945, p. 16).

O “pracinha” era a imagem do regime no plano externo, a confirmação dos ideais democráticos que o Estado Novo, a seu modo, incorporou ao discurso oficial. A FEB foi colocada como uma instituição representativa da brasilidade, evidenciada na boa repercussão alcançada pelos soldados expedicionários. Todavia, o noticiário sobre a guerra deixava escapar algumas informações que não condiziam com a propaganda pró-FEB realizada pelo jornal: em março de 1945, uma notícia da seção militar da coluna *Notícias do Rio* informava a condenação à morte de dois soldados da FEB, Adão Damasceno Pais e Luis Bernardo de Moraes, por terem estuprado uma italiana e ferido seus familiares com tiros quando estes tentavam salvá-la. Segundo a notícia, os soldados “[...] são dois elementos perniciosos [...] que a seleção feita por ocasião da remessa de nossas tropas não logrou expurgar, uma vez que os mesmos souberam esconder os instintos que agora vem a tona”. Vargas, no entanto, comutou a pena para trinta anos de prisão com trabalhos (*OESP*, 22 mar. 1945, p. 14). Casos como esses confirmavam que os critérios de seleção não eram tão rígidos como se pretendia fazer crer.

Até o final de 1944, não havia notícias sobre a atuação brasileira no confronto, quando as notícias sobre os primeiros feridos começaram a ser publicadas no jornal. Vargas aproveitou o momento para realizar visita aos “Expedicionários” no Hospital Central do Exército, Rio de Janeiro, sendo noticiada a “grande manifestação” realizada pelos doentes ao recepcionarem o presidente (*OESP*, 9 fev. 1945, p. 14). O jornal, por sua vez, tranquilizava os leitores, informando que a maioria dos internados estava nessa condição apenas por ter desenvolvido o “pé de trincheira”, doença típica da guerra em que os pés dos soldados ficavam dormentes devido ao frio e à umidade da trincheira (*OESP*, 17 mar. 1945, p. 16).

Em janeiro de 1945, *OESP* editou uma reportagem especial comemorando o primeiro semestre da atuação da FEB junto aos Aliados. Nessa reportagem, o texto procurava ressaltar “[...] que o nosso esforço vem sendo compreendido e enaltecido por todos os chefes militares estrangeiros que dirigem as forças da democracia contra o nazi-fascismo”, acompanhando o texto a “ordem do dia” do comandante chefe da FEB, general Mascarenhas de Moraes: “Para a frente, custe o que custar” (*OESP*, 17 jan. 1945, p. 12).

Mas nem todos os soldados brasileiros alcançavam esse desprendimento para com sua própria vida: numa entrevista realizada com o coronel João Segadas Viana, o militar reiterou que “a moral da tropa está elevada”, mas admitiu os efeitos causados pela guerra

na mente dos soldados: “[...] os soldados de mais de 30 anos reconhecem que tudo está perdido, mas os jovens, os verdadeiros fanáticos [...] só se deixam pegar como prisioneiros quando não há mesmo possibilidade de manter resistência. São perigosos e traiçoeiros” (*OESP*, 20 mar. 1945, p. 16).

Era necessário ampliar as informações sobre a atuação dos Expedicionários, utilizá-la como propaganda de sustentação do regime em tempos de crise política, daí a criação de um artifício narrativo: o correspondente de guerra. O recurso da descrição do cotidiano da frente de combate já era utilizado em outras cessões do jornal, especialmente na capa, onde eram publicadas as notícias internacionais.

Silvio da Fonseca, também correspondente da Agência Nacional, inaugurou esse tipo de narrativa com reportagens sobre a viagem do 1º Contingente da FEB. O repórter acompanhou as primeiras tropas nacionais que chegaram à Itália, descrevendo seu cotidiano e suas impressões sobre o conflito. Essas notícias buscavam evidenciar a demonstração de “ordem” da FEB no traslado para a Europa, característica reiterada pelo jornal e reforçada com declarações de militares estadunidenses envolvidos no transporte (Ver edições d’*OESP* dos dias 19 e 20 out. 1944).

Embora escassas, as informações sobre as tropas foram noticiadas em reportagens da Agência Nacional que buscavam publicizar o cotidiano dos soldados da FEB, especialmente, a sociabilidade e a adaptação dos Expedicionários na frente de batalha. Campos Mitke, correspondente da Agência Nacional, relatou em reportagem especial sua chegada ao acampamento dos soldados brasileiros, especialmente, a “brasilidade” da linha de frente:

O grande acampamento está instalado entre as espessas florestas de pinheiros, recordando as paisagens do Paraná. [...] O caminhão que nos conduz dirige-se pela estrada central que está sob o comando da FEB. Subitamente chegam aos nossos ouvidos os sons melodiosos dos violões, das cuícas e dos pandeiros. Reconhecemos o velho samba sugestivo, e temos-a impressão de ver diante de nós o rosto moreno de uma mestiça requebrando e entoando loas afro-brasileiras ao Senhor Bom Jesus do Bonfim (*OESP*, 1 abr. 1945, p. 30).

Essas “diversões” eram limitadas ao descanso da tropa, já que os soldados da FEB, “aos milhares”, “trabalham pelo mesmo ideal, anseiam todos pela implantação do mesmo regime de paz, de trabalho fecundo e de prosperidade, em um mundo novo que a guerra fez surgir” (*OESP*, 1 abr. 1945, p. 30).

Os sucessos da FEB na frente de batalha iam sendo noticiados pelos informes da Agência Nacional, que também fornecia aos jornais fotografias publicadas isoladas de textos, geralmente acompanhadas de título e/ou legenda. Elas não mostravam os soldados combatendo mas especialmente cenas da viagem dos expedicionários, reuniões entre o general Mascarenhas de Moraes e dos acampamentos dos Expedicionários na Itália (Anexo A – Figuras 38, 39, 40 e 41 - Ver edições d’*OESP* dos dias 15 e 30 ago. 1944; 28 set. 1944; 4 mai. 1945). Outra série de fotografias, não acompanhadas de textos, foi publicada após o término da guerra. A série “Documentário Brasileiro de Guerra” trazia instantâneos de documentário que seria realizado pelo Ministério da Guerra (Anexo A – Figuras 42 e 43 - Para essas fotografias ver edições d’*OESP* dos dias 1, 3, 10, 17, 22 e 25 jul. 1945; 11 ago. 1945).

Enquanto isso, a instabilidade dentro do governo se acirrava, chegando ao ponto de um coronel do Exército, Sena de Campos, ao retornar de viagem da frente de combate, declarar para a imprensa que os Expedicionários “somente pedem aos seus patrícios que não se deixem levar pelas agitações do momento” (*OESP*, 6 abr. 1945, p. 14).

A participação da FEB era “tática”, sendo utilizada inicialmente em missões específicas de reconhecimento de posições inimigas e defesa de territórios conquistados. Com a aquisição de experiência em combate, sua presença foi sendo paulatinamente cada vez mais frequente, tal como suas baixas. A partir de novembro de 1944, a FEB começou a avançar sobre Monte Castelo, próximo a Bolonha, onde os alemães haviam posicionado suas forças em locais estratégicos da elevação, dificultando a tomada da região. Como nos aponta Ferraz, “Monte Castelo é o maior símbolo e mito das ações da FEB” pois muitas das histórias e memórias da atuação do Brasil no conflito se originaram a partir dos “feitos heroicos”, procurando sempre focalizar seu “aspecto dramático e épico”, ao passo que as dificuldades para a tomada dessa posição foram negligenciadas, elementos não positivos, portanto não utilizados para fins de propaganda (FERRAZ, 2005, p. 64).

No início de maio de 1945, um feito da FEB foi louvado como evidência dos objetivos alcançados: a rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã pelos “pracinhas” da FEB. A notícia foi publicada na capa da edição de 1º de maio, centralizada e abrindo com a manchete do dia (“Brilhante feito das forças brasileiras na frente italiana”), rodeada pelo noticiário internacional²²⁷ (Anexo A – Figura 44). A rendição era inevitável, as tropas

²²⁷ A notícia ao lado informava a execução de Benedito Mussolini por guerrilheiros italianos. Aqui no Brasil, as páginas seguintes anunciavam as comemorações do 1º de Maio, prometendo, inclusive, a execução do Hino Nacional por “40.000 vozes” no Estádio do Vasco da Gama (*OESP*, 1 mai. 1945, pp. 1; 7).

alemãs estavam em condições degradantes para continuarem combatendo: seis mil homens foram feitos prisioneiros pelos Expedicionários.

A capa da edição seguinte trouxe detalhes das comemorações do 1º de Maio na capital federal (Anexo A – Figura 45) e a contracapa anunciava em manchete “O fim da aventura nazi-fascista no território italiano”. Uma imagem centralizada de Vargas foi posta, rodeada de fotografias menores de generais Aliados (Anexo A – Figura 46). O texto, num primeiro momento, ao ler a manchete, arremetia à foto maior (de Vargas), criando a ideia de que “o fim da Alemanha nazi-fascista” foi responsabilidade do país. Na verdade, a rendição do restante das tropas alemãs em território italiano fora realizada não pela FEB, mas pelos EUA. As notícias da Agência Nacional, colocadas em meio às informações sobre os Aliados, eram apenas alguns trechos de telegramas do general Mascarenhas de Moraes com novas informações sobre a FEB na Itália. (*OESP*, 3 mai. 1945, pp. 1-18).

O recurso de utilizar fotografias de Vargas como forma de associá-lo com outros estadistas foi empregado igualmente na edição em que *OESP* anunciava em sua capa a rendição da Alemanha, assinada pelo ministro do Exterior do Reich, Schwerin Von Krosigk. Dois aspectos devem ser ressaltados nessa edição, em especial: primeiro, uma fotografia de Vargas, centralizada e rodeada por outros estadistas (Rei George VI, Winston Churchill, Josef Stalin, De Gaulle e Roosevelt); segundo, um texto abrindo as notícias, localizado ao lado esquerdo da página (Anexo A – Figura 47).

Vargas, na configuração dos elementos icônicos da página, figurou como o centro simbólico da manchete – linguagem exaustivamente utilizada em “edições especiais” –, assumindo, aqui, a ideia de personagem preponderante na vitória aliada. Esse seria, em uma análise rasa, a primeira impressão ao ver a capa do jornal.

Quanto ao texto, dialogando com as imagens, historicizava a 2ª Guerra Mundial, especialmente, dando-se destaque para a participação do Brasil. Cada personagem da capa tinha seu papel delimitado:

[...] No torvelinho da incerteza distinguiu-se, nos primeiros tempos, os principais esteios da liberdade e que seriam os alicerces da futura vitória. A finura política de Winston Churchill congregando as nações democráticas; a determinação de Roosevelt que deu estrutura moral à grande luta; o esforço do Marechal José Stalin, reunindo os seus soldados e conseguindo opor um dique à avalanche dos exercícios nazistas francamente vitoriosos; a fé e o desprendimento do General De Gaulle compreendendo que uma nação como a França não cai morta; e finalmente a solidariedade efetiva, prática e de grande valor prestada pelo Presidente Getúlio Vargas num momento em que ninguém poderia afirmar de que lado estava a vitória (*OESP*, 08 mai. 1945, p. 1).

Segundo Ferraz (2005), as consequências da participação do Brasil no conflito podem ser elencadas da seguinte forma: econômico, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, que se valeu de empréstimos dos EUA, país que, em troca, teve disponibilizadas bases aéreas no nordeste brasileiro; no plano externo, com a reafirmação do Estado Novo como participante no “concerto das nações”, procurando, antes de tudo, conquistar um espaço mais amplo nas negociações do pós-guerra; no plano interno, especialmente, pois a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de “erosão” do regime e fortaleceu grupos de oposição (dentro e fora do governo) que colocaram Vargas em xeque logo após o término do conflito (FERRAZ, 2005, p. 67).

Apesar do esforço do regime para manter a imagem do presidente equiparada às personalidades vitoriosas do momento, Vargas não permaneceria muito mais tempo no poder. O anúncio da marcação das eleições para dezembro de 1945 acelerou a deposição do presidente. A estrutura do Estado Novo já estava ruindo e junto dela *OESP* como veículo de apoio ao regime.

4.3 - O desmonte do Estado Novo: crises internas, eleições e a tomada de partido d’OESP

Uma das primeiras manifestações oficiais sobre eleições foi noticiada na visita de Getúlio Vargas à sede da ABI, em abril de 1944. O evento consistiu em um almoço em homenagem ao “Chefe da Nação” e a inauguração de “bustos” do presidente, de Oswaldo Aranha e de Pedro Ernesto, ex-prefeito do Rio de Janeiro. Em seu discurso, Vargas elencou uma lista de recentes realizações do Estado Novo, elogiou o papel desempenhado pela imprensa (em apoio à mobilização de guerra) e prometeu que o “povo” poderia, com o término da guerra, escolher seus “dirigentes e representantes democraticamente” (*OESP*, 16 abr.1944, p. 1).

Enquanto as tropas da FEB lutavam na Europa, o regime enfrentava algumas batalhas que acabariam por enfraquecê-lo internamente. A primeira delas foi a saída do ministro João Alberto, Coordenador de Mobilização Econômica, que pediu demissão alegando que passaria a se dedicar integralmente à Fundação Brasil Central, instituição da qual já era presidente (*OESP*, 4 ago. 1944, p. 10). A saída de João Alberto²²⁸ sinalizava

²²⁸ O coronel Anápio Gomes assume no lugar de João Alberto. Na posse de Gomes, o ministro Marcondes Filho em sua fala exalta a figura de Alberto, onde “[...] aplicou todos os seus esforços, a sua energia, a sua

uma crise interna do Estado Novo que, em pouco tempo, se intensificaria com o pedido de demissão de Oswaldo Aranha. O ministro das Relações Exteriores, em fins de agosto de 1944, assumiu a vice-presidência da Sociedade Amigos da América. Entretanto, uma ação comandada pelo Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, general Coriolano de Góis de Monteiro - e que não foi noticiada no jornal -, acabou fechando a instituição. Aranha, ao procurar Vargas tentando contornar a situação, obteve resposta negativa do presidente. Em protesto, demitiu-se do cargo (CARONE, 1977, p. 311).

O pedido de demissão de Oswaldo Aranha não foi sequer citado n'*OESP* pois o jornal estava preocupado em cobrir uma série de comemorações que foram realizadas no dia 22 de agosto na Praia do Russel, Rio de Janeiro, em razão do segundo aniversário da entrada do Brasil na guerra²²⁹. Na edição de 26 de agosto, foi noticiada a posse do embaixador Leão Veloso - secretário de Aranha - sem que os motivos de saída deste último fossem informados²³⁰. Nessa edição, em particular, as notícias de outra comemoração militar que se realizava na capital federal, o "Dia do Soldado", ofuscaram a pequena nota onde se informava a posse de Veloso²³¹ (Anexo A - Figura 48).

Outro personagem caro para os grupos de oposição ao Estado Novo que deixou o Brasil, só que em definitivo, foi o embaixador dos EUA, Jefferson Caffery. Após ser "chamado" de volta aos EUA, Caffery se despediu dos brasileiros, declarando a importância assumida pela imprensa ao "pressionar" o regime para uma tomada de posição durante o período de neutralidade (*OESP*, 26 ago. 1944, p. 16).

Embora a crise dentro do Estado Novo não estivesse sendo tratada no jornal, em momentos específicos, nos deparamos com contra-ataques do regime veiculados n'*OESP*. O cronista "G.I.L.", saindo em defesa do DIP, "visto com desconfiança no começo", louvou as ações do órgão e a direção do Major Amilcar de Menezes, seu diretor, salientando, inclusive, a participação em seus quadros de figuras ligadas à administração

inteligência, a sua extraordinária capacidade de trabalho e prestou ao país relevantes serviços, cujo maior elogio está justamente em reconhecer-se que venceu galhardamente quase todos os empecilhos que se antepuseram em seu caminho" (*OESP*, 9 ago. 1944, p. 10).

²²⁹ As comemorações da entrada do Brasil na guerra foram publicadas com grande destaque no jornal. Ver edições d'*OESP* dos dias 22, 23, 24 e 25 de ago. 1944.

²³⁰ Na edição seguinte, o jornal publicaria telegrama de Herbert Moses a Oswaldo Aranha agradecendo o ex-ministro por sua "atenção dispensada à imprensa" (*OESP*, 27, ago. 1944, p. 16). Por fim, Aranha será "esquecido" por *OESP*, sendo somente publicada uma notícia sobre o ele em razão de seu "retorno" ao Rio Grande do Sul (*OESP*, 2 fev. 1945, p. 12).

²³¹ A edição concentrou sua cobertura, especialmente, na entrega de condecoração militar por Vargas ao interventor Fernando Costa, passando este a ser "comendador da Ordem do Mérito Militar" (*OESP*, 23 ago. 1944, p. 12). "G.I.L.", em "crônica" abrindo a coluna *Notícias do Rio*, relaciona a homenagem a Fernando Costa com o esforço de guerra em São Paulo, pois, segundo o autor, "S. Paulo foi o primeiro a se dispor ao chamado" (*OESP*, 27 ago. 1944, p. 6).

d'*OESP*, tais como o diretor do DEIP/SP e redator da sucursal carioca do jornal, Mario Guastini, por terem “influenciado o modelo atual de gestão”, visto pelo autor como “democrático e aliado aos ideais de liberdade e orientação” (*OESP*, 14 out. 1944, p. 14). Do mesmo modo, na edição seguinte, a fala de Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, na “Hora do Brasil”, procurava explicar ao ouvinte/leitor os conceitos da organização estatal do Estado Novo, afirmando, sobretudo, que a Constituição de 1937 era essencialmente “democrática” (*OESP*, 15 out. 1944, p. 32).

Após sua declaração na ABI, Vargas somente retomaria o tema em setembro, em seu discurso irradiado pela “Hora da Independência” nas comemorações de “7 de setembro”. Falando ao público, Vargas começou seu discurso comparando a situação do “Brasil Colônia” com o “Brasil atual”, a situação de carestia provocada pela guerra, a contribuição do país no conflito e, de modo vago, a realização de eleições e necessidade de se criar um sistema de consulta pública. Segundo Vargas, “as reformas de 1937, de profundo e sadio sentido democrático” – eufemismo que passou a utilizar quando se referia à Constituição de 1937 –, já incluíram politicamente “parte da população ativa”. Restava, após o término da guerra, realizar uma “ampla consulta” em todo o território nacional, não sem antes de “adotar um método que registre efetivamente a vontade de todos os indivíduos que contribuem com o seu trabalho produtivo para a prosperidade do país” (*OESP*, 9 set. 1944, p. 1).

O fechamento da fala de Vargas, referindo-se à criação de um órgão que organizasse as eleições para que “indivíduos que contribuem com o seu trabalho produtivo” escolhessem os seus “mandatários”, deu a entender que a realização das eleições se daria por meio dos sindicatos. Essa informação, não noticiada anteriormente no jornal, só foi retomada com declarações do interventor do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. Em uma reunião da Associação Comercial de Campos, Estado do Rio de Janeiro, o interventor, em seu discurso, rechaçou críticas dos “profissionais da política” que estariam insinuando que “as próximas eleições serão realizadas em sindicatos fechados. É mentira, que devemos rebater repetidas vezes. O povo - afirma o Presidente Getúlio Vargas – decidirá livremente o seu regime político” (*OESP*, 26 out. 1944, p. 14).

Esse “desmentido”, maximizado na manchete da notícia, demonstrava a tentativa do Estado Novo de se assegurar no poder até o término da guerra. No entanto, a virada do ano de 1945 foi decisiva para o regime, que ainda insistia em declarar as eleições como um processo “gradual”.

Um terceiro pronunciamento de Vargas sobre as eleições foi realizado no tradicional almoço de Ano Novo oferecido pelas Forças Armadas ao presidente. Em sua fala, Vargas retomou as realizações de seu governo no ano que passou, ressaltando especialmente o envio da FEB para a guerra, e comentou que os “problemas de organização política” – leia-se “eleições” – “hão de ser resolvidos a seu tempo”. Nas palavras de Getúlio,

[...] Num país de índole e formação democrática, como é o nosso, as transformações de caráter político-social podem ser concluídas dentro dos processos de evolução gradual, sob o império da lei e da ordem. Para a manutenção do ambiente pacífico necessário à complementação constitucional, que se efetuará brevemente em moldes de ampla e livre consulta à opinião (*OESP*, 3 jan. 1945, p. 16).

Vargas, em seus discursos, ainda tratava o tema “eleições” de modo tangencial. A Agência Nacional, por sua vez, procurou aproximar a fala do presidente de uma reportagem publicada pelo “New York Times” em janeiro de 1945. A reportagem do jornal estadunidense historicizava, desde 1930, a chegada de Vargas no poder, dando enfoque para a criação do “Estado Novo”, vendo-o como “necessário” para por fim ao “fascismo brasileiro”. Após elencar pontos positivos do regime, definiu-o como “democrático”²³² (*OESP*, 3 fev. 1945, p. 14).

Segundo Carone, a “degringolada da ditadura” ocorreu com a visita de Eduardo Sttettinius Júnior, subsecretário de Estado dos EUA, que retornando da Conferência de Yalta, Rússia, se encontrou com Vargas no Palácio do Rio Negro, Petrópolis, e “impõe a democratização do Brasil e o reconhecimento diplomático da Rússia” (CARONE, 1977, p. 319). Após uma reunião ministerial, o Estado Novo decretou o Ato Adicional nº 9, firmando, entre outras medidas, a fixação das eleições em 180 dias, a ser realizada no dia 2 de dezembro de 1945. A exposição de motivos dos ministros, a favor de pequenas alterações na Constituição de 1937 e negando a necessidade da realização de uma nova “carta”, foi publicada por meio de entrevista coletiva do diretor geral do DIP à imprensa, o major Amílcar Dutra de Menezes (*OESP*, 23 fev. 1945, p. 1).

A edição seguinte d’*OESP* veio reforçar o aspecto “democrático” e pacífico de transformações que o Ato Adicional pretendia realizar. Em uma manchete intitulada

²³² O próprio *OESP*, em razão de seu 71º aniversário, publica nota do jornal governista *A Noite*, que ressaltava o caráter “democrático” da história do periódico. É interessante que os dirigentes d’*OESP* procuravam aproximar seu discurso enquanto instituição com o discurso que se valia o Estado Novo para autolegitimar seu papel político (*OESP*, 6 jan. 1945, p. 18).

“Início do processo de ampla consulta à opinião nacional”, uma fotografia de Vargas acompanhava o texto sobre a “histórica reunião ministerial”, segundo a legenda (Anexo A – Figura 49). A notícia ressaltava os caminhos que seriam tomados para a solução da “complementação constitucional”:

[...] O governo brasileiro vai, portanto, satisfazer o compromisso voluntário e solenemente assumido para com o povo. Abriu-se por outro lado, um largo debate sobre a matéria. Todos podem sentir que os órgãos de expressão do pensamento estão usando, sem limitações da censura, o máximo das faculdades de crítica. Um só propósito anima nesta emergência o governo brasileiro e o seu iminente chefe, que é o propósito de cumprir lealmente os seus deveres cívicos, garantindo a ordem e as liberdades políticas nos mais puros moldes democráticos e tendo presente, acima de tudo, o interesse da pátria (*OESP*, 24 fev. 1945, p. 14).

O regime chamava para si a responsabilidade da realização das eleições pois assumiu “compromisso voluntário” com o “povo”. Essa característica dada ao Ato Adicional nº 9 foi rechaçada pelos grupos de oposição que estavam em formação desde meados de 1944. De um lado, setores descontentes do Exército e de partidários dos EUA, representados pela Liga da Defesa Nacional, pela Sociedade Amigos da América e por outros setores das classes oligárquico-burguesas que viam nessa crítica uma oportunidade de retomada de sua hegemonia. Essa crítica ao regime se dá em dois momentos: primeiramente, direcionada diretamente a Vargas, e depois, ao próprio Ato Adicional (CARONE, 1977, p. 321). O raciocínio de Carone pode sugerir que as “classes oligárquico-burguesas” não faziam parte do Estado Novo, o que não se verificou: setores delas se constituíam como grupos participantes da política estadonovista, especialmente, considerando o espectro amplo que assumiram durante o período.

No entanto, numa entrevista coletiva de Vargas à imprensa, com perguntas e respostas “prontas” fornecidas aos repórteres, os temas giraram em torno da negação do caráter “fascista” da Constituição de 1937, os motivos para sua decretação (ameaça “fascista” no Brasil) e afirmou que realizaria eleições “dentro da ordem”. Mas a entrevista não se limitou ao formulário entregue antecipadamente aos jornalistas, sendo inclusive publicadas as perguntas dos repórteres sobre temas até então não tratados na imprensa: a lei eleitoral, o fim do DIP e do TSN e a campanha para as eleições. Neste último item, em particular, Vargas, respondendo ao jornalista se era “chegado o momento para se iniciar a campanha eleitoral”, afirmou que não era a melhor hora pois as forças e os partidos políticos organizados ainda não estavam formados, necessitando o país de um código

eleitoral e do cadastramento de eleitores em todo o território. Reticente, ao ser perguntado sobre “mudanças nos ministérios” Vargas negou categoricamente qualquer transformação em seu governo²³³ (*OESP*, 3 mar. 1945, p. 1).

Embora negasse, a edição seguinte d’*OESP* anunciaria duas notícias que evidenciavam avançado estágio de desestruturação do Estado Novo: a saída de Marcondes Filho do cargo de Ministro Interino da Justiça, sendo seu lugar assumido pelo interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães. O ministro do Trabalho justificou a somatória de pastas desde 1942 como inevitável pela necessidade de conjugar “limitações de liberdades civis com a mobilização econômica por meio do trabalho” (*OESP*, 4 mar. 1945, p. 32). No rodapé da página, uma fotografia de Vargas, conversando despreocupadamente com os jornalistas no dia anterior, parecia cumprir a função de contrabalancear a notícia sobre as mudanças no governo e a “cordialidade” do presidente com os jornalistas (Anexo A – Figura 50). Em pouco tempo, a saída de Coriolano de Araújo Góis da Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro foi anunciada, sendo nomeado para substituí-lo João Alberto (*OESP*, 9 mar. 1945, p. 14).

Vargas sempre procurou se mostrar próximo dos “homens de imprensa”, mais ainda em sua fase “democrática”: em novembro de 1944, os jornalistas conseguiram que o Estado Novo fixasse uma tabela de salários para a área, criando, inclusive, o “salário mínimo” da categoria. Com a eleição de André Carrazoni (redator d’*OESP*) para a presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ), as discussões foram parar no jornal, sendo consideradas “essenciais” para a organização e o melhoramento da vida dos “profissionais da pena”. Em retribuição, Carrazoni organizou um banquete de homenagem a Vargas no Automóvel Clube do Rio de Janeiro que, exaustivamente noticiado pelo jornal, foi caracterizado como um evento “desprovido de caráter político” (Ver edições d’*OESP* dos dias 14, 18 e 26 nov. 1944; 16 e 28 fev. 1945; 2 e 8 mar. 1945). A homenagem, adiada algumas vezes, foi realizada no dia 12 de março de 1945, e Vargas, em seu discurso, afirmou que “nada reclamo para mim. Não sou candidato”, confirmando apenas que presidiria o processo de transposição política. No entanto, André Carrazoni e Abner Mourão em suas falas, procuraram ressaltar o traço “democrata” do presidente, colocando-o, em determinados momentos, como um possível candidato “nato” à eleição (*OESP*, 13 mar. 1945, p. 1).

²³³ *OESP* reforçará o caráter “democrático” da entrevista coletiva de Vargas em artigo de “G.I.L.”, publicado dois dias depois. O texto abrindo a coluna *Notícias do Rio* exemplificava a não intervenção ao jornal “Correio da Manhã” – acusado de desrespeitar Vargas – como gesto de “apoio” do regime à imprensa. O autor desconsidera a própria situação d’*OESP* (*OESP*, 6 mar. 1945, p. 18).

Com as eleições marcadas e o processo de formação dos partidos iniciado, restou a *OESP* a tomada de posição diante da nova situação. Uma definição seria necessária e ela veio com um artigo do cronista “G.I.L.”, antes mesmo do anúncio das candidaturas. Em texto intitulado “O primeiro meeting”, o autor debochou de comício realizado por “partidários do brigadeiro”, segundo o autor, “apenas 2000 pessoas”, vendo nessa ausência das “massas” a consequente demonstração de que o “carioca correto, não desperdiça seu tempo com oratórias” (*OESP*, 9 mar. 1945, p. 14).

Com a certeza de que Vargas não participaria da disputa política, o jornal logo providenciou publicizar com grande destaque o lançamento da candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra. Uma edição de capa anunciava em letras garrafais os resultados de reunião no Palácio dos Campos Elíseos, em São Paulo, sob os auspícios da interventoria paulista e do governo mineiro de Benedito Valadares. Após os debates, ficou decidido o nome de Dutra como candidato presidencial, com o apoio de setores produtores paulistas e mineiros, citados em longa lista publicada em separado das notícias. Rodeado de fotografias do evento, a imagem do ministro da Guerra, em uniforme militar, era acompanhada dos discursos de personagens políticos no evento (Anexo A – Figura 51). Em ambos os discursos, procurava-se exaltar a figura de Dutra como responsável pela “continuidade da democracia” no país (*OESP*, 14 mar. 1945, p. 1).

A ideia de continuidade do regime por Dutra foi veiculada pelo jornal como forma dele próprio se garantir como instituição: as notícias analisadas evidenciavam uma tentativa dos diretores d’*OESP* de se assegurarem politicamente com os grupos que apoiavam a candidatura Dutra. A campanha contra o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela União Democrática Brasileira (UDN), passou a ser uma das derradeiras bandeiras levantadas pelo jornal sob intervenção no ano de 1945.

Em maio de 1945, “G.I.L.” louvou Dutra por seu primeiro discurso como candidato, ressaltando que o ministro da Guerra era o “mais qualificado para dar continuidade da “democracia”, pois, com a organização das classes trabalhadoras pelo Estado Novo, “há clima agora” para a realização de eleições. O autor definiu, ao final do texto, a predileção nacional: “o Brasil confia no renovador do Exército de Caxias, mas as suas primeiras palavras dirigidas ao povo trazem a certeza de que teremos, de verdade, a prática de uma democracia com substância” (*OESP*, 5 abr. 1945, p. 16).

Se no início da campanha presidencial o cronista da coluna *Notícias do Rio* se limitou a elogiar a atuação de Dutra como responsável pelos sucessos da FEB na guerra, logo após os primeiros ataques da UDN, o autor saiu em defesa do candidato governista.

Comentando a criação do partido de oposição ao regime, “G.I.L.” comparou a convenção de nomeação de Dutra no Palácio dos Campos Elíseos, noticiada dias atrás, com a reunião “das forças opositoras”:

[...] Mas a verdade que os partidários da candidatura do Brigadeiro não dispondo, no Distrito, de figuras realmente prestigiosas, porque os valores eleitorais formaram desde o primeiro instante ao lado do General Eurico Gaspar Dutra, valeram-se da quantidade ao invés da qualidade [...] não se esqueçam os líderes da oposição que o Rio é a capital do país e não uma aldeiola qualquer, onde o povo possa ser facilmente embulhado (*OESP*, 11 abr. 1945, p. 14).

As respostas aos recados dos “correligionários do Brigadeiro” – expressão utilizada para definir os grupos oposicionistas à Dutra – eram publicadas especialmente na abertura da coluna *Notícias do Rio* e sempre a cargo de “G.I.L.”. Durante o período, enquanto o jornal procurava defender a candidatura de Dutra, algumas poucas manifestações do aniversário de Vargas foram publicadas, limitando-se a texto centralizado, com tradicional fotografia (Anexo A – Figura 52), onde se verificava uma mudança no tom da mensagem: com poucas comemorações realizadas na capital federal, Getúlio e familiares “se recolheram em ambiente familiar”, recepcionando inclusive, seu filho Lutero que acabara que retornar da Itália após servir como Médico Expedicionário. Segundo o texto, “não haverá, talvez, recepções, discursos, brindes, mas cada um de nós, do mais humilde ao mais graduado na família brasileira, terá para o Chefe da Nação um pensamento de respeito, de simpatia, ou ainda de gratidão” (*OESP*, 19 abr. 1945, p. 1).

Vargas começou a ficar fora de foco. O próprio *OESP* passou a redirecionar suas pautas para o grande acontecimento que seriam as eleições. Todavia, uma última amostra de força, ou mesmo uma reafirmação de prestígio do presidente, foi publicada com destaque no jornal. A edição cobrindo as comemorações de 1º de Maio de 1945 dividiram espaço com o fim dos conflitos em território italiano. As notícias sobre as comemorações do “Dia do Trabalho” deram destaque para a concentração sindical realizada no Estádio do Vasco da Gama, quando o discurso do presidente, segundo a notícia, “fora entrecortado diversas vezes”. Publicado em separado, Vargas, em sua fala, realizou um balanço dos quinze anos no governo, elencando algumas realizações em campos diversos da economia. Negou, sobretudo, o “caráter fascista” do regime, confrontando que tais afirmações não faziam sentido já que declarara guerra ao nazismo. Criticou o que ele chamou de “demagogos”, que insistiam em não reconhecer as realizações do regime. Finalizou

afirmando que cumpriria suas promessas “custe o que custar” até à realização das eleições (*OESP*, 3 mai. 1945, p. 1).

Enquanto Vargas reafirmava sua disposição para permanecer no poder até o final do pleito nacional, o término da guerra na Europa, com a rendição da Alemanha, dias após o 1º de Maio, provocou uma onda de passeatas, comícios, manifestações e festividades de rua que acabaram por serem noticiadas por *OESP*. O jornal procurou dar a essas manifestações outro sentido: de festa popular – e alívio pelo fim da guerra –, esses gestos convergiram para “homenagens” prestadas a Vargas no Palácio do Catete, no qual o presidente respondeu à multidão com um breve discurso (*OESP*, 8 mai. 1945, p. 16).

A veiculação de homenagens ao presidente continuou, mesmo que em menor quantidade. Um exemplo é a publicação de uma nota informando o convite realizado à Vargas para ser “padrinho de batizado” de “Getúlio”, 16º filho de agricultor em Bertioga, São Paulo. Impossibilitado de comparecer, Vargas mandou um funcionário de seu gabinete para representá-lo (*OESP*, 7 jun. 1945, p. 2). Dias antes, quando em visita à cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Getúlio Vargas foi homenageado por manifestação do povo da cidade, quando desfilaram, segundo informações da Agência Nacional, “10.000 escolares e 40.000 trabalhadores”. Em seu discurso de agradecimento, o presidente classificou as homenagens como “espontâneas”, visto que estava finalizando seu governo (*OESP*, 2 jun. 1945, p. 14).

O Estado Novo, por sua vez, via seus departamentos e mecanismos de sustentação ruindo paulatinamente na medida em que o debate eleitoral ia se intensificando: O DIP, que passara a ser denominado Departamento Nacional de Informações (DNI), ligado ao Ministério da Justiça, teve suas atribuições reduzidas e seu quadro de funcionários reaproveitado em outros setores do governo. Os DEIPs, por sua vez, passaram a ser Departamentos Estaduais de Informação (*OESP*, 26 mai. 1945). Logo após a publicação do decreto-lei que extinguiu o DIP, o ministro da Justiça Agamenon Magalhães realizou uma entrevista coletiva com a imprensa para esclarecer dúvidas sobre as novas funções do DNI: sem censura, sem restrições, fim do uso político da liberação de papel de imprensa, a estrutura do DNI reduzida drasticamente e o anúncio da extinção do CNI²³⁴ (*OESP*, 27 mai. 1945, p. 32).

²³⁴ Outros órgãos do regime tiveram sua atuação reduzida ou cancelada, como foi o caso da redução do tempo da “Hora do Brasil” para trinta minutos e com novo horário, das 19h30 às 20h (*OESP*, 11 jul. 1945, p. 6). Consequentemente, a fala de Marcondes Filho na “Hora do Brasil”, realizada todas as quintas-feiras foi cancelada, tendo em sua última irradiação o ministro do Trabalho realizado uma “despedida” (15 jul. 1945, p. 16).

O próprio Carnaval de 1945 foi diferente do ano anterior: em janeiro, o prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, emitiu comunicado de que, conforme os anos anteriores, não iria contribuir com donativos do Município para a realização da festa popular. Entretanto, confirmou que não impediria a realização de manifestações espontâneas dos populares (*OESP*, 9 jan. 1945, p. 16). Por meio de portarias do chefe de polícia, Coriolano de Góis, foram proibidas nesse ano novamente a participação dos “súditos do eixo” nos festejos, bem como a utilização de “máscaras”. Outra proibição, um tanto inusitada, dizia respeito à proibição de se “dançar” frevo em bailes fechados por considerar a dança “violenta” em seus movimentos, causa de muitas brigas durante o carnaval. O controle do Estado Novo sobre essas festividades se estendia até aos “estandartes” das agremiações, pois estes deveriam ser “autorizados pelo DIP” (*OESP*, 2 e 10 fev. 1945). “G.I.L.”, colaborador do jornal, viu a realização do carnaval desse ano como uma “folga da batalha de produção” levada a cabo pelos trabalhadores, considerando ainda “positivo” a realização do evento (*OESP*, 11 fev. 1945, p. 26).

Com a criação do DNI, o major Amilcar Dutra de Menezes foi exonerado, sendo nomeado em seu lugar Heitor Muniz, antigo colaborador d’*OESP* (*OESP*, 23 mai. 1945, p. 14). Todavia, Muniz não permaneceu por muito tempo à frente do DNI, sendo substituído por Julio Barata, ex-diretor da Divisão de Rádio do DIP que, em sua posse, reiterou que “todos os jornais irão ter liberdade” (*OESP*, 31 mai. 1945, p. 16). Na posse de Barata, Ivo Arruda, d’*OESP*, posou para fotografia ao lado do novo diretor do DNI que, em seu discurso, declarou “o valioso apoio” do jornal “na defesa da ordem e do governo”, esperando assim continuar recebendo a colaboração d’*OESP* para com o regime (*OESP*, 3 jun. 1945, p. 18).

O próprio Palácio Tiradentes passou por uma reforma, sendo o DNI deslocado para o edifício “Novo Mundo”, bem mais modesto do que a antiga Assembleia Nacional (*OESP*, 19 set. 1945, p. 16). Ao final do mês, o jornal publicou um “desmentido” com declarações de arquiteto responsável pela reforma do prédio, negando “boatos” de que o mesmo “havia sido depredado pelo antigo DIP”, necessitando apenas de limpeza (*OESP*, 27 out. 1945, p. 16). Com a desinstalação do DNI do Palácio Tiradentes, o governo federal chegou a afirmar que a III Conferência Pan-americana de Chanceleres seria realizada no recinto, ideia logo abandonada com o cancelamento do evento (*OESP*, 4 out. 1945, p. 18).

Também foi em fins de maio de 1945 que o governo promulgou o Código Eleitoral, publicado com grande destaque por *OESP* (*OESP*, 29 mai. 1945, p. 4). A partir desse momento, começou oficialmente a preparação dos partidos políticos para as eleições. Já no

início de junho, a convenção de fundação do PSD foi realizada no Teatro Municipal de São Paulo. A edição do jornal trazia, tal qual nas edições especiais do regime, um extenso texto com detalhes da “convenção histórica” do partido de Dutra. Os textos anunciavam que o evento tinha como objetivo “homologar” a indicação do ministro da Guerra como candidato das “forças majoritárias do país”. Dentre os personagens que apoiariam Dutra, a matéria procurou enfatizar “a confirmação do apoio do embaixador José Carlos Macedo Soares” (*OESP*, 3 jun. 1945, p. 1).

Se por um lado a candidatura Dutra era exaltada, mostrando a eleição como já ganha, a do brigadeiro Eduardo Gomes era alvo de ironias por parte do cronista “G.I.L.”²³⁵. Comentando o “gosto do carioca em ouvir boatos”, deu como exemplo de “boato” a notícia de que o candidato da oposição iria “encher o Pacaembu com 100.000 paulistas” (*OESP*, 8 jun. 1945, p. 13).

Essa definição d’*OESP* estava relacionada ao próprio grupo que o dirigia: Abner Mourão, desde fins de maio de 1945, se aproximou de Dutra e confirmou sua contribuição no PSD do Espírito Santo, sua terra natal (*OESP*, 22 mai. 1945, p. 16). Em julho de 1945, dias antes da convenção nacional de seu novo partido, o redator-chefe d’*OESP* publicou um artigo sobre as preparações para a Convenção Nacional do PSD. Em seu texto, Mourão rebateu críticas de “saudosistas”, afirmando que a “maioria” (referindo-se a São Paulo e Minas Gerais) estava ao lado de Dutra, acusando a “oposição” de realizar “campanha violentíssima”²³⁶ (*OESP*, 15 jul. 1945, p. 16).

Vargas procurou, num primeiro momento, se distanciar dos embates políticos explícitos entre os candidatos à presidência. O posicionamento público a favor de Dutra ocorreu somente em junho: Getúlio viajava para Aragarças, Goiás, junto com Dutra. Em notícia da Agência Nacional, o presidente justificou que levava Dutra, pois “quis que este conhecesse uma grande obra de recuperação econômica que terá de concluir-se no período do governo do eminente soldado” (*OESP*, 24 jun. 1945, p. 32).

Essa primeira demonstração de apoio de Vargas a Dutra seria confirmada com a publicação da convenção nacional do partido. A edição, com fotografias de Vargas e Dutra lado a lado (Anexo A – Figura 53), dava detalhes da Convenção Nacional do PSD, a qual elegeu Getúlio Vargas como presidente de honra do partido – mesmo sem sua presença – e

²³⁵ “G.I.L.” em crônica n’*OESP* chega a comparar a propaganda eleitoral do “Brigadeiro” com a de “Goebbels”, afirmando que a campanha da UDN tentava “iludir com mentiras e demagogias os brasileiros” (*OESP*, 28 out. 1945, p. 16).

²³⁶ Violentos também foram os “protestos” contra os atrasos da Barca Niterói/Guanabara: após uma espera de quarenta minutos a população revoltada iniciou um “quebra-quebra” na estação de embarque e nas embarcações, resultando na prisão de 22 pessoas (*OESP*, 26 mai. 1945, p. 14).

Eurico Gaspar Dutra como candidato oficial. O evento foi descrito como “grandioso”²³⁷, realizado especialmente no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de líderes estaduais do partido, tais como Benedito Valadares e Fernando Costa. Valadares, em seu discurso, viu na candidatura Dutra uma continuidade da “revolução de 1930”, lançando inclusive, um lema de campanha (“revolução dentro da ordem”). Um orador como o representante do Rio Grande do Sul, Oscar Fontoura, chegou a afirmar que durante os oito anos do Estado Novo, “o país viveu nesse período democraticamente” (*OESP*, 18 jul. 1945, p. 1).

No dia seguinte à convenção do PSD, o jornal procurou noticiar a recepção do 1º Escalão da Força Expedicionária no Rio de Janeiro. Segundo *OESP*, mais de um milhão de pessoas assistiram ao desfile da FEB na Avenida Rio Branco. Segundo Ferraz (2003), as promessas do governo de amparar os Expedicionários, como a garantia de retorno ao trabalho, a concessão de pensões e outras formas de assistência, foram deixadas de lado com o término do conflito. O autor nos proporciona um panorama desse descaso, bem como o esvaziamento da memória sobre o combatente que, apropriado pela Ditadura Civil-Militar de 1964, era utilizado como símbolo da luta contra o Mal, fortalecendo posições políticas de militares que desde então aproveitaram o sucesso dos Expedicionários como propaganda de um patriotismo dessa classe (FERRAZ, 2003).

A notícia dava destaque para a “presa de guerra”: uma bandeira da 148ª Divisão de Infantaria Alemã rendida pelos pracinhas. Um texto especial listava as principais conquistas militares da FEB, ressaltando que “a Itália deve, em grande parte, a sua libertação” ao Brasil (*OESP*, 19 jul. 1945, p. 10). Após o desembarque do 1º Contingente da FEB, o Ministério da Guerra publicou uma série de notas oficiais com o nome dos soldados mortos durante o conflito (5000) (Ver edições d’*OESP* dos dias 21, 22, 24 e 25 jul. 1945). Algumas dessas mortes ocorreram após o término dos conflitos, especialmente, envolvendo “acidentes com viaturas”. Esse dado pode nos levar a duas possibilidades: a segurança dos veículos aliados na 2ª Guerra Mundial era crítica (ou mesmo os soldados não guiavam de modo responsável); essas mortes eram “maquiadas”, podendo ser outros os fatores que as determinaram (*OESP*, 20 jun. 1945, p. 12).

A recepção da FEB no Rio de Janeiro foi prontamente relacionada por *OESP* como a vitória de Dutra nos campos militar e político. Após o desfile dos Expedicionários na

²³⁷ “G.I.L.” posteriormente chegou a afirmar que a publicação da Agência Nacional, bem menor que a d’*OESP*, foi “insuficiente”, sugerindo, inclusive, que a agência de notícias estatal coordenasse a campanha presidencial de Dutra (*OESP*, 25 jul. 1945, p. 14).

capital federal, era a vez de São Paulo recepcionar seus combatentes. *OESP* procurou identificar o “reorganizador do Exército Nacional” com o “candidato nacional à presidência da república”: convidado pela presidente da Legião Brasileira de Assistência de São Paulo, Lair da Costa Rego, esposa do interventor Fernando Costa, para assistir ao desfile da FEB organizado por aquela instituição na capital paulista, Dutra prontamente aceitou o convite e confirmou sua participação.

A organização da recepção da FEB no Rio de Janeiro ficou a cargo da Comissão de Recepção da FEB, presidida por Dutra e composta por membros da LBA e da LDN. No caso de São Paulo, a Comissão Paulista de Recepção ao Expedicionário foi composta por elementos indicados pela interventoria e pela LBA/SP. O ministro Cunha Melo, presidente na época da LDN e membro da Comissão de Recepção, chegou a declarar que mais do que manifestações, os soldados precisavam de um serviço de apoio e de assistência aos familiares. Sugeriu ainda que todos os combatentes fossem promovidos, inclusive os mortos, e que tivessem seus vencimentos dobrados (*OESP*, 23 mai. 1945, p. 14).

O título da manchete anunciava a “Visita do candidato nacional à presidência da República a S. Paulo”, sua primeira viagem ao Estado antes de sua “excursão eleitoral”. Embora candidato, sua viagem tinha outro caráter:

[...] É como se vê, uma viagem sem caráter político, mas simplesmente emotiva [...]. Piratininga vai, pois aplaudir, mais uma vez, o administrador lúcido e patriota que, na pasta da Guerra, realizou obra das mais relevantes. E o aplaudirá não como candidato da nação brasileira à Presidência da República, escolhido pelas forças majoritárias do país inteiro, e sim, como visitante dos mais estimados e desejados (*OESP*, 24 jul. 1945, p. 16).

Na mesma notícia, a manchete o nomeou como candidato do PSD, mas procurava afastar qualquer traço de “campanha” em sua ida para São Paulo. Levando em consideração que o convite fora feito pela esposa do interventor, um dos responsáveis pela articulação da própria candidatura de Dutra no Estado, o argumento não se sustenta²³⁸. Por outro lado, se observarmos a página como um todo, verificaremos que ao lado da notícia sobre a viagem do ministro, foi publicada uma lista de mortos da FEB, seguida de uma fotografia, sem título e acompanhada de legenda, onde visualizamos Dutra, Vargas e dois comandantes estadunidenses (general M. C. Meigs e capitão George W. McKean, ambos da

²³⁸ No início de outubro, *OESP* também anunciou e apoiou a candidatura de Fernando Costa para o governo estadual pelo PSD. A matéria de capa trazia a descrição da Convenção Estadual do partido, as personalidades presentes, etc. Na mesma página, “G.I.L.” louvou a escolha de Costa, considerando-o “um chefe popular, querido de seus governados e, igualmente, daqueles que privam de sua amizade” (*OESP*, 12 out. 1945, p. 1).

Marinha dos EUA): dos personagens que compunham o “flagrante”, Dutra era o único que mostrava um sorriso largo (Anexo A – Figura 54).

As comemorações em São Paulo ganharam as páginas d’*OESP*: o jornal procurou contribuir com as celebrações, publicando inclusive seu programa completo, dando-se enfoque para a “recepção ao ministro da Guerra” no Aeroporto de Congonhas (*OESP*, 29 jul. 1945, p. 5). No dia do desfile, a capa trazia novamente o programa da “Parada da Vitória” e os preparativos para a recepção de Dutra. Na página, três fotografias dos personagens homenageados: Mascarenhas de Moraes, Vargas e Dutra (Anexo A – Figura 55). Mas o que é mais relevante ressaltar é a publicação, no lado esquerdo da página, de uma entrevista exclusiva para *OESP* do candidato do PSD: Dutra discorreu sobre a organização militar do Brasil, da FEB e de projetos de governo de seu partido. Questionado pelo repórter sobre o “preconceito contra um militar na chefia do poder”, o candidato do PSD afirmou que governaria como um “civil” e que sua formação militar só contribuiria para a solução de problemas sob um ponto de vista “nacional” (*OESP*, 31 jul. 1945, p. 1). Na contra capa do jornal, “G.I.L.” comentou a “expectativa” de São Paulo com a chegada do “organizador da FEB”. Para o jornalista, as comemorações da recepção dos combatentes da FEB paulistas procuravam

[...] exteriorizar o quanto o General Eurico Gaspar Dutra vive na simpatia de quantos nasceram na gleba de Francisco Glicério e Eduardo Prado – gleba que sabe tributar suas palmas e sua admiração àqueles que realmente as merecem, como é o caso do militar e administrador que a nação inteira, pela vontade de suas forças de trabalho e construção, acaba de escolher para suceder no supremo posto da República, ao Presidente Getúlio Vargas (*OESP*, 31 jul. 1945, p. 18).

As edições seguintes procuraram noticiar detalhes sobre o desfile na Avenida S. João e especialmente o “banquete” oferecido por Fernando Costa ao ministro da Guerra (*OESP*, 1 ago. 1945, p. 1). Dias depois de seu retorno à capital federal, Dutra pediu exoneração do cargo para se dedicar exclusivamente à campanha presidencial. Em seu lugar, foi nomeado o general Góis Monteiro²³⁹ (*OESP*, 4 ago. 1945, p. 2).

O término da Segunda Guerra Mundial (15 de agosto de 1945) foi publicado no jornal no mesmo dia, permitido pelo fuso-horário. Anunciava-se o rendimento

²³⁹ Em maio de 1945, Góis Monteiro em entrevista á imprensa negou que seria o substituto de Dutra no Ministério da Guerra, afirmando que a escolha caberia ao presidente (*OESP*, 26 mai. 1945, p. 14). Segundo Carone (1977), já em julho, Vargas pretendia escolher um substituto de Dutra “neutro politicamente”, decidindo-se por Góis Monteiro que, “ao contrário de Dutra, é mais manobrista e político, e sempre joga a favor ou contra Vargas, segundo as circunstâncias” (CARONE, 1977, p. 330).

incondicional do Japão acompanhado de declarações oficiais, fotografias de generais aliados e notas de agências internacionais tomando quatro páginas das dezesseis existentes da edição (*OESP*, 15 ago. 1945, p. 1). O fim do conflito no Oceano Pacífico foi mote de uma propaganda comercial, onde um quadro publicitário procurava convencer o leitor que a rendição do Japão “é a melhor notícia para o mundo. Para a sua família a melhor notícia será a instalação em seu lar do Chuveiro e da Torneira Epel” (Anexo A – Figura 56).

O fim da 2ª Guerra Mundial fortaleceu cada vez mais Dutra dentro d’*OESP*, ao passo que as notícias relacionadas a Getúlio começavam a decair²⁴⁰. O periódico procurava basear seu apoio em Dutra ao mesmo passo em que buscava defender o que restava do Estado Novo. Objetivou-se, antes de tudo, a aproximação das imagens de Dutra com as de Vargas: após o início da propaganda de alistamento eleitoral iniciada pelo jornal, em fins de agosto de 1945, Vargas e Dutra foram condecorados pelo Exército com a “Cruz de Guerra” no Forte de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

As propagandas de alistamento eleitoral se assemelharam às produzidas pela “Campanha do Senso de 1940”, sendo publicadas frases de efeito no rodapé das páginas do jornal: “Amais sinceramente a Pátria? Si não vos alistardes eleitores não a amais; pois demonstrai indiferença para o futuro do Brasil” (*OESP*, 15 ago. 1945, p. 2). Uma propaganda em particular chama a atenção: ao lado da imagem de uma mulher e dois filhos e os dizeres “Defende teus filhos defendendo tua pátria pelo voto, alista-te”. Nota-se que é uma propaganda direcionada para a eleitora, fato inédito no jornal (Anexo A – Figura 57) (*OESP*, 28 ago. 1945, p. 7). Um dia antes da eleição, *OESP* publicou propaganda na capa do jornal da Comissão Paulista Pró-Alistamento, advertindo os leitores: “Antes de votar, lembra-te: O Brasil deve continuar Brasileiro”. Ao lado do texto, uma imagem reproduzindo monumento localizado no Palácio do Ipiranga, São Paulo, completava o chamado para o pleito alertando os eleitores: “um erro no teu voto porá em risco as nossas tradições, o nosso conceito de Pátria, e Família, a nossa Religião! Cumpre o teu dever!” (Anexo A – Figura 58) (*OESP*, 1 dez. 1945, p. 1).

Os generais Góis de Monteiro e Mascarenhas de Moraes também foram condecorados com a “Cruz de Guerra”, insígnia criada em 1945 pelo Estado Novo para homenagear indivíduos que participaram direta/indiretamente da guerra. Darcy Vargas foi homenageada naquele evento, mas não compareceu. Em carta ao general Góis Monteiro,

²⁴⁰ Considerando o número de notas publicadas na coluna *Notícias do Rio*, o tema “Vargas” da intervenção até sua deposição, apresentou nos anos de 1940, 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945 os seguintes valores, respectivamente: 211, 271, 282, 198, 152 e 119 notas publicadas (Anexo B – Tabelas I-VII).

publicada no jornal dias depois, a primeira dama informou que aceitaria a honraria somente se ela fosse destinada “a todos que trabalharam na LBA”, sugerindo que a “Medalha de Guerra” fosse enviada ao Museu Histórico Nacional. Isso evidenciava, especialmente, desencontros entre figuras do regime, demonstrando sua instabilidade (*OESP*, 9 set. 1945, p. 32).

A notícia pretende justificar a homenagem:

[...] Mesmo os inimigos mais acervos do Governo não podem negar o seu esforço pela vitória aliada. [...] A condecoração do Presidente Getúlio Vargas, no momento em que S. Exa. se prepara para entregar a chefia do governo ao legítimo sucessor que as urnas livres indicarem, mostra, ainda, quanto o Exército reconhece os serviços por S. Exa. prestados à solução dos problemas da segurança nacional (*OESP*, 30 ago. 1945, p. 16).

A fotografia que acompanhava a notícia era a do general Góis Monteiro colocando a “cruz” na lapela do paletó de Vargas (Anexo A – Figura 59). Entretanto, na edição seguinte, uma notícia exaltando a condecoração dada ao ex-ministro da Guerra foi acompanhada de uma fotografia onde agora se via Vargas colocando a “condecoração” em Dutra, sendo observado pelos generais Góis Monteiro e por Firmino Freire (Anexo A – Figura 60). Textual e simbolicamente, essas fotografias e textos dialogavam entre si, procurando-se evidenciar que o Estado Novo, mesmo a contra gosto das oposições, iria terminar a sua jornada após as eleições.

No entanto, intensificava-se uma questão diversa e que mexeria com a bipolaridade que as eleições estavam assumindo: o movimento “queremista”.

Segundo Carone (1977) o movimento “queremista” passou suas atividades ainda em março de 1945, com os “panelas vazias”, grupos de operários que gritavam slogans pró-Getúlio. Esses movimentos, “descontínuos e dirigidos”, foram tomando forma com manifestações ao presidente que se pretendiam mostrar-se espontâneas, num primeiro momento, para a formação de comícios organizados por figuras como Hugo Borghi (CARONE, 1977, pp. 332-333). Casos de agressão física, como o que ocorreu com o operário Nelson Pinto, foram cobertas por *OESP* como manifestações de violência das oposições ao regime. Segundo o jornal, o operário foi empurrado do primeiro andar do prédio do Instituto Nacional de Música, Rio de Janeiro, “por ter dado um viva ao Chefe do Governo” durante execução de obras no estabelecimento. Internado por mais de dois meses, Nelson Pinto saiu do hospital e foi direto ao Palácio do Catete agradecer o presidente (*OESP*, 17 jun. 1945, p. 32).

Jogando com ambos os grupos em disputa eleitoral, Vargas acabava dando vazão para o movimento que propagava sua continuidade no poder. Após o discurso de Vargas nas comemorações da “Semana da Pátria”, o jornal passou a publicar a propaganda do movimento “Pró-Candidatura Getúlio Vargas” durante o mês de setembro. A propaganda se constituiu em um quadro composto de seis colunas do jornal, com imagens “históricas” acompanhadas de texto (Anexo – Figura 61). A série foi composta de sete temas, indo da “Independência” à “Participação do Brasil na Guerra” (Anexo A – Figura 62). Em todas as propagandas, o “Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas” procurava em uma lógica processual relacionar esses temas com a importância da permanência de Vargas no poder²⁴¹.

Essa manifestação do “queremismo” não significou, contudo, uma desatenção do jornal para com a candidatura Dutra.

OESP continuou publicando imagens positivas de Vargas: em setembro de 1945, uma “manifestação espontânea” de populares nas ruas do centro do Rio de Janeiro foi enfatizada pelo jornal. Segundo a notícia, após uma consulta ao dentista, Vargas realizou uma “tentativa de passeio a pé” pela cidade, impossibilitada pela aglomeração de pessoas que começou a se formar em torno do presidente. Com tumulto, “fechando parte do trânsito”, Getúlio desistiu de sua caminhada e “toma um táxi”. Essas descrições, diga-se de passagem, assemelham-se muito com os protocolos narrativos já fartamente utilizados pelo jornal para descrever o “frisson” causado com os “passeios do presidente”. (*OESP*, 5 set. 1945, p. 16).

Ao final do mês de setembro, o partido do ex-ministro da Guerra procurou dar publicidade a seu “grandioso comício” em São Paulo. Em meio ao noticiário internacional – como o jornal sempre apresentou Vargas –, uma fotografia do candidato do PSD, em trajes civis, figurava no centro da página, acompanhada de texto que descrevia a “comitiva Dutra” e sua partida para a “Paulicéia” (Anexo A – Figura 63). Abaixo da notícia, um quadro de aviso “ao povo de S. Paulo” convidava os leitores para assistirem ao comício que seria realizado às 20 horas na Praça da Sé (*OESP*, 29 set. 1945, p. 1). A edição seguinte anunciava “memorável êxito” do comício de Dutra, com publicação de fotografias do candidato discursando e de multidão agitando bandeiras (Anexo A – Figura 64). Em seu

²⁴¹ Essa série foi publicada nas edições d’*OESP* dos dias 16, 18, 20, 21, 22 e 25 set. 1945. O interessante é que a própria propaganda trazia uma pequena advertência: “Recorte e guarde. Nos quadros seguintes, você terá toda a história política do Brasil” (*OESP*, 16 set. 1945, p. 9).

discurso, Dutra usou um tom conciliatório, pedindo “otimismo” dos partidários e “fé nos destinos supremos do Brasil” (*OESP*, 30 set. 1945, p. 1).

Ao passo que a eleição ia se desenvolvendo, o governo sofria pressões cada vez mais contundentes dos grupos contrários a sua continuidade. No dia ao grande comício de 3 de outubro, organizado pelos “queremistas”, o governo federal mandou publicar uma extensa propaganda n’*OESP* onde reafirmou as eleições: “O governo não mente! As eleições serão realizadas a 2 de dezembro. A honra e a palavra do Chefe do Governo não podem ser postas em dúvida! E as Forças Armadas farão respeitar!” (Anexo A – Figura 65). Abaixo, seguiam reproduções de trechos do Ato Adicional nº 9 que reforçavam a “não necessidade de uma nova Constituição” e finalizado com trechos de discursos de Vargas.

Entretanto, a pressão exercida²⁴² contra o regime foi se tornando cada vez mais evidente, com o caso do fornecimento de papel para o “Diário Carioca”, aumentando ainda mais a impopularidade de Vargas²⁴³. Assumindo atitudes multifacetadas, Vargas em discurso na inauguração de novo trecho da Central do Brasil no Rio de Janeiro, retomou o tema das eleições mas deu um conselho aos trabalhadores: “alistem-se no PTB” (*OESP*, 16 out. 1945, p. 18). Dias depois, ao ser procurado por uma pequena multidão (“dez mil”, segundo o jornal) de trabalhadores de empresas de gás, energia e telefone, solicitando ao presidente que interferisse em seus dissídios, preferiu recuar: “a minha voz é o meu silêncio” (*OESP*, 19 out. 1945, p. 14).

Como nos aponta Carone (1977), a crise dentro do Estado Novo foi se intensificando a cada declaração ambígua de Vargas, que acenava e “jogava” com os grupos em disputa, especialmente, pretendendo postergar a realização das eleições. Segundo o autor, “o esforço da FEB, a luta do mundo contra o fascismo, a vivência ditatorial do Estado Novo, e a promessa de eleições que vão sendo escamoteadas, são fatores que levantam mal-estar entre a oficialidade, que Góis Monteiro não pode evitar”. A propagação de boatos de que Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, assumiria a Chefatura

²⁴² *OESP* tentou, dois dias antes de sua deposição, sair em defesa de Vargas: Hélio Lobo, escritor da ABL, solicitou em reunião da entidade a exclusão de Vargas do quadro de “imortais”, acusando ainda a Academia de ter eleito o “opressor”. Cassiano Ricardo defendeu Vargas, solicitando que o presidente da mesa não considerasse “os termos injuriosos” de Lobo (*OESP*, 27 out. 1945, p. 16). Na edição seguinte, as discussões continuaram, no entanto, um dia antes da deposição do presidente, o jornal informou a decisão “unanime” da ABL de refutar o pedido de Hélio Lobo (*OESP*, 28 out. 1945, p. 16).

²⁴³ Segundo o jornal carioca, o DNI (antigo DIP) havia dificultado a importação de papel. Em defesa do regime, *OESP* publicou nota do DNI desmentindo a informação do “Diário” e reiterando que o jornal apenas deveria pagar “taxas extras de papel que não está inserido na conta de isenção” (*OESP*, 4 out. 1945, p. 14). Dias depois, anunciava-se a concessão de um mandado de segurança a favor do jornal, podendo o mesmo importar papel com o subsídio do governo (*OESP*, 11 out. 1945, p. 14).

de Polícia do Rio de Janeiro no lugar de João Alberto acabou por acelerar a deposição do ditador. Em 29 de outubro de 1945, Vargas demitiu Alberto e nomeou o irmão em seu lugar. Ao receber a notícia, Góis Monteiro, que já havia se reunido com generais pró e contra Vargas desde o dia 25, ameaçou se demitir, acarretando em seu rompimento com o regime e na decretação de um *ultimatum* para Vargas deixar o poder. Após negociações, Vargas resolveu deixar o Palácio do Catete, cercado por militares, com garantias de que não sofreria represálias (CARONE, 1977, pp. 344 - 348).

Na edição após a deposição de Vargas, *OESP* já trazia informações sobre a nova situação política do país, contudo, ainda parciais e baseadas em declarações de alguns personagens militares que participaram do evento. Segundo o general Góis Monteiro, em comunicado endereçado aos jornais,

[...] O general Pedro Aurélio Góis Monteiro, em nome das classes armadas declara que o Exmo. Presidente da República, diante dos últimos acontecimentos e para evitar maiores inquietações, por motivos políticos, se afastará do governo, transmitindo o poder ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Sr. Presidente fará uma proclamação ao povo brasileiro, concorrendo com sua renúncia e alto patriotismo para que a ordem pública não sofra solução de continuidade e se mantenha inalterável o prestígio do Brasil (*OESP*, p. 30 out. 1945, p. 1).

Todavia, Vargas não chegou a “se pronunciar” como havia declarado o ministro da Guerra, restando-lhe o lançamento de seu “Manifesto ao Povo Brasileiro”, publicado n’*OESP*.

Edgard Carone (1977) afirma que o “Manifesto aos Brasileiros” foi proibido de ser publicado nos jornais e meios de comunicação, informação que não confirmamos pois foi divulgado por *OESP*. Segundo o jornal, o “Manifesto” lhe foi fornecido pelo coronel Dulcídio Cardoso, que o repassou para repórteres na Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro (*OESP*, 1 nov. 1945, p. 14). No entanto, uma última declaração de Vargas foi publicada no jornal dias após o ex-presidente se instalar em sua estância em S. Borja, Rio Grande do Sul. A notícia trouxe um Vargas tranquilo, chegando a comentar com repórteres que “todos devem manter-se serenos e confiantes no desenrolar dos acontecimentos, até que o país, após o pleito de dezembro, volte à normalidade” (*OESP*, 2 nov. 1945, p. 14).

Junto ao manifesto, a reportagem do jornal que acompanhava o ex-presidente procurou captar o clima de despedidas:

[...] Desde a Guanabara até o aeroporto o ex-Presidente manteve-se sempre calmo e sorridente, conversando com os integrantes da comitiva que o levou até o avião. Antes de deixar a residência presidencial, o Sr. Getúlio Vargas despediu-se de todos os servidores um a um, agradecendo-lhes os bons serviços prestados.

No aeroporto, as últimas despedidas foram rápidas: - “Até breve pai”, disse a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. O ministro Salgado Filho não escondia a emoção, tendo os olhos marejados. O Sr. João Alberto fitava o horizonte com a firmeza que tanto o caracteriza. O Sr. Amaral Peixoto também se mostrava emocionadíssimo. Mas os momentos emotivos foram rápidos. Minutos apenas e o pássaro de aço, levando em seu bojo o ex-Presidente, desaparecia no horizonte, e a comitiva de seus amigos retomava seus automóveis, deixando o aeroporto (*OESP*, 1 nov. 1945, p. 14).

Getúlio Vargas não mais figuraria como personagem nas páginas d’*OESP*. Essa imagem, a derradeira de Vargas no jornal sob intervenção, procurou repassar um clima emotivo na descrição da cena²⁴⁴. Humanizado nessa descrição do jornal, Vargas partiria para seu exílio político no Rio Grande do Sul. Com a transmissão da presidência ao presidente do Supremo Tribunal Federal, dava-se início ao retorno d’*OESP* para os seus antigos proprietários.

4.4 - O governo Linhares, as eleições e a devolução d’*OESP*

Após a deposição de Vargas, a primeira preocupação do novo governo foi a de “assegurar a ordem” nas capitais, especialmente se valendo do apoio dado pelas Regiões Militares. Mesmo com o cerco ao Palácio da Guanabara por tropas da I Região Militar, o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, ainda permanecia reticente, levando o Exército a ocupar a sede do Palácio do Trabalho e a depô-lo, assumindo em seu lugar o general Angelo Mendes de Moraes. Além da ocupação de repartições públicas, os militares trataram de ocupar a sede do PTB, apreenderam documentos do PC e garantiram a posse de Linhares (*OESP*, 30 out. 1945, p. 1)²⁴⁵.

²⁴⁴ “G.I.L.” em crônica intitulada “Felizes são os mortos”, comentou o “clima” do feriado de Finados, considerando ele uma “pausa na histeria” que vinha tomando conta da capital federal. Para o autor, o feriado de “finados de 1945”, mesmo com a vitória aliada, foi muito mais “choroso” que os demais e concluiu que “felizes são os mortos por não verem esse espetáculo deprimente” (*OESP*, 4 nov. 1945, p. 32).

²⁴⁵ José Linhares nasceu em Baturité, Ceará, em 1886. Cursou a Escola de Medicina no Rio de Janeiro para abandoná-la no segundo ano. Em 1904 instala-se em Recife, Pernambuco, e matricula-se na Faculdade de Direito. Muda-se para São Paulo onde conclui o bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Depois de formado, Linhares retorna ao Rio de Janeiro onde atua como advogado e posteriormente ocupa cargos no governo federal. Durante toda a Primeira República, Linhares irá se dedicar a magistratura atuando em diversas varas estaduais e federais de justiça. Após a “revolução de 1930”, José

Às três horas da manhã do dia 30 de outubro o presidente do STF José Linhares tomava posse no Palácio do Exército rodeado de militares e desembargadores. Em seu discurso, Linhares reiterou o compromisso com a realização das eleições e assegurou a permanência dos interventores recém-empossados. No entanto, o desalojamento dos personagens políticos do antigo regime buscava publicizar seus protestos: Agamenon Magalhães, nas primeiras horas do dia, foi até à casa de Linhares, permanecendo por lá somente cinco minutos. Perguntado pelos repórteres sobre o objetivo de sua visita, declarou que fora entregar ao novo presidente um pedido de “demissão coletiva” dos ministros do Estado Novo. Ainda nessa edição, verificamos a publicação de notícias descrevendo as “despedidas” de alguns ministros, especialmente Souza Costa, da Fazenda, que se despediu “visivelmente emocionado” de seus auxiliares, solicitando que permanecessem calmos e aguardassem o desenrolar dos acontecimentos. Em São Paulo, com o afastamento de Fernando Costa para concorrer ao governo do Estado, foi anunciada a transmissão de cargo da interventoria paulista para Sebastião Nogueira de Lima, marcada assim que o novo interventor chegasse à capital paulista (*OESP*, 31 out. 1945, p. 1)²⁴⁶.

Entretanto, nessa mesma edição, encontramos a publicação de uma “Proclamação do General Gaspar Dutra dirigida ao povo brasileiro”. O texto, em moldura destacada do restante das notícias (Anexo A – Figura 66), objetivava esclarecer que sua participação nos “últimos acontecimentos” (leia-se deposição de Vargas) limitou-se a seguir as decisões dos demais generais das Forças Armadas. A fala de Dutra compreende a deposição de Getúlio como “renúncia”, vendo-a, especialmente, como uma forma de “assegurar, mormente o ritmo da constitucionalização do país”. Nesse sentido, Dutra procurou canalizar os acontecimentos a seu favor e o jornal lhe deu o espaço necessário: ao lado do quadro, uma notícia detalhava que “durante toda a noite” do dia anterior, a casa do candidato do PSD esteve repleta, bem como uma lista consideravelmente grande de personagens, civis e militares, que o visitaram no dia seguinte à deposição de Vargas (*OESP*, 31 out. 1945, p. 1). Do lado oposto da “proclamação” de Dutra, dois comunicados do comandante da II

Linhares é nomeado desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal. Em 1932 compôs o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permanecendo no cargo até o golpe de 1937. A partir de então, Linhares foi nomeado por Vargas como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), atuando também como vice-presidente. Em 1945, com a promulgação do Ato Adicional nº 9, Vargas irá nomeá-lo como presidente do grupo de técnicos e juristas responsáveis pela confecção da nova legislação eleitoral. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acesso em: 17/09/2011.

²⁴⁶ Mesmo com a saída de Fernando Costa *OESP* procura capitalizar a situação congratulando o presidente Linhares por ter escolhido um ministério predominantemente “paulista” (Fazenda, Exterior, Agricultura e secretaria da Presidência, respectivamente Pires do Rio, Pedro Leão Veloso – que continua, Melo Moraes e Lino Moreira) (*OESP*, 31 out. 1945, p. 1).

Região Militar, general Amaro Soares Bittencourt, “ao povo de São Paulo” chamavam a atenção: o primeiro congratulava o “povo progressista e ordeiro deste grande Estado”, confirmando que suas tropas assegurariam a ordem “contra agitadores e grevistas, que tentem perturba-la”; já o segundo pedia que o povo “se mantenha tranquilo e confiante” nas ações das autoridades militares pois estas “só visam o bem estar e os interesses supremos da nação” (*OESP*, 31 out. 1945, p. 1)

A posse de Sebastião Nogueira de Lima serviu para o jornal e seu projeto de apoio às candidaturas Dutra-Costa: o jornal publicou, nome a nome, uma lista gigantesca de chefes regionais do PSD presentes na cerimônia no Palácio dos Campos Elíseos. Fernando Costa, ao finalizar seu discurso, “prometeu” que se eleito, seu futuro governo seria de “paz, de segurança, a fim de que no Estado impere o espírito de união e de forte brasilidade para todos os paulistas” (*OESP*, 1 nov. 1945, p. 1).

As mudanças no governo federal foram rápidas, visto que a realização das eleições se daria em menos de um mês. Alguns interventores foram empossados (Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas), sendo rápida também a composição do novo gabinete presidencial. Uma verdadeira “limpa” foi realizada, procurando Linhares desalojar, especialmente ministros, grupos ainda ligados diretamente a Vargas (*OESP*, 1 nov. 1945, p. 14). Após algumas modificações e ajustes, os novos ministros tomaram posse, declarando o governo que “retornou suas atividades normais os diversos departamentos de governo”²⁴⁷ (*OESP*, 2 nov. 1945, p. 14).

No entanto, o governo Linhares resolver mudar sua estratégia e acabou nomeando, dois dias após a posse dos interventores federais, novos interventores. Esses interventores eram desembargadores nomeados por Linhares, exceto em São Paulo, onde assumiu um ex-ministro do Exterior, o embaixador José Carlos de Macedo Soares. No Rio de Janeiro, as mudanças na direção de autarquias públicas, departamentos e entidades ligadas ao antigo governo foram anunciadas (*OESP*, 4 nov. 1945, p. 32). A transmissão de posse da presidência da LBA gerou desconforto para a esposa de Linhares: após assumir interinamente o cargo, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, João Daudt de Oliveira, comunicou à imprensa a recusa de Darcy Vargas em permanecer no posto, ao qual acabou renunciando por carta, publicada no jornal (*OESP*, 6, 7 e 11 nov.

²⁴⁷ O governo Linhares sofreu protestos da parte de setores favoráveis a Vargas, tais como o pedido de demissão coletiva de membros do Ministério Público, negados pelo novo presidente (*OESP*, 2 nov. 1945, p. 14). Do mesmo modo, diretores do DASP colocaram seus cargos à disposição de Linhares (*OESP*, 4 nov. 1945, p. 32). O ministro Barros Barreto, ex-presidente do TSN, apresentou seu “pedido de exoneração irrevogável”, sempre postergado por Linhares. Após sucessivas tentativas, o presidente finalmente resolveu aceitar o pedido de Barreto exonerando-o do cargo de juiz (*OESP*, 10 nov. 1945, p. 14).

1945). A nova primeira dama, receosa de assumir a presidência da LBA, após muita insistência, resolveu presidir a entidade e anunciou, inclusive, a realização do “Natal dos Pobres no Catete, tais quais os realizados por Darcy Vargas” (*OESP*, 16 nov. 1945, p. 20). Em janeiro de 1946, já sob direção dos antigos proprietários, *OESP* noticiou a “reforma” da LBA por decreto-lei do presidente José Linhares, limitando-a à atuação na assistência à infância e à maternidade (*OESP*, 27 jan. 1946, p. 40).

J. C. de Macedo Soares era partidário da candidatura Dutra, portanto figura elogiável por *OESP*. O ex-ministro do Exterior, antes de chegar a São Paulo para assumir seu cargo, tomou posse no Palácio da Justiça no Rio de Janeiro. Em seu discurso, J. C. de Macedo Soares reiterou seu compromisso com a “legitimidade das urnas” e reforçou que as atitudes tomadas pelos militares eram de “desprendimento”, já que não visavam a cargos nem posições no novo governo. Macedo Soares foi o pivô da devolução d’*OESP* a seus antigos proprietários, especialmente levando em conta que no passado, o embaixador possuía ligações com o Partido Democrático (*OESP*, 6 nov. 1945, p. 1).

A recepção ao novo interventor foi noticiada com grande destaque, especialmente considerando a utilização do jornal para veiculação de comunicados do PSD paulista convocando seus correligionários a recepcionarem-no na estação ferroviária²⁴⁸. “G.I.L.”, abrindo a coluna *Notícias do Rio*, procurou exaltar o novo interventor de São Paulo como uma “figura largamente conhecida nos meios culturais”, realizando, inclusive, uma pequena lista dos livros do embaixador e dos títulos recebidos mundo afora (*OESP*, 7 nov. 1945, p. 1).

Sua posse no Palácio dos Campos Elíseos foi igualmente noticiada. São Paulo, segundo descrições do jornal, “recebeu o novo Interventor Federal entre calorosas manifestações de simpatia e apreço”. De acordo com *OESP*, a posse foi assistida por “numerosas pessoas”, especialmente listadas pelo jornal, dando-se destaque para os membros do PSD que se fizeram presentes (*OESP*, 8 nov. 1945, pp. 1-2).

Novamente, “G.I.L.” teceu elogios ao novo interventor. Era preciso assegurar ao jornal a manutenção do grupo diretor que vinha dirigindo *OESP* desde sua venda e transformação em Sociedade Anônima, em 1942. O cronista da coluna *Notícias do Rio* apresentou uma pequena biografia de Macedo Soares, ressaltando que “São Paulo e todo o Brasil devem orgulhar-se desse homem digno” (*OESP*, 20 nov. 1945, p. 22). Do mesmo

²⁴⁸ Outros grupos anunciaram no jornal convocando seus membros a recepcionarem o novo interventor, especialmente, o Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, Associação Comercial de São Paulo, Círculo Operário do Ipiranga, Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo, etc. (*OESP*, 7 nov. 1945, pp. 1-2).

modo, o autor também elogiou a “simplicidade” de José Linhares que, segundo ele, “já caiu no gosto popular” (*OESP*, 27 nov. 1945, p. 18).

As modificações operadas no governo de Linhares acarretaram o desmonte de estruturas ainda existentes do Estado Novo. Com a reorganização dos ministérios e interventorias, o novo governo procurou cancelar por meio de decreto o “estado de guerra” que caracterizou a participação do Brasil no conflito (*OESP*, 15 nov. 1945, p. 22).

A partir de então, a ação de dispositivos, estruturas e órgãos criados pelo Estado Novo pôs fim aos últimos resquícios diretos do antigo governo²⁴⁹. Após a exoneração de Felinto Muller do Departamento Nacional do Trabalho, anunciou-se a “ampla liberdade de reunião” que Sindicatos e entidades coletivas passariam a gozar (*OESP*, 14 nov. 1945, p. 14). Do mesmo modo, a extinção do Tribunal de Segurança Nacional foi louvada por *OESP*, embora permanecessem abertos, distribuídos para outros tribunais, mais de 300 processos aguardando julgamento num total de 8000 julgados pela mesa desde sua criação (*OESP*, 15 nov. 1945, p. 22). Um último resquício direto do Estado Novo foi desativado ao final do mês de novembro de 1945, quando o novo ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, entregou ao presidente Linhares uma “exposição de motivos”, publicada no jornal, onde justificou a extinção da “Juventude Brasileira” por possuir “feições antidemocráticas” (*OESP*, 21 nov. 1945, p. 14)²⁵⁰.

Outra modificação importante realizada pelo governo provisório de José Linhares foi a decretação do fim do regime de importação de papel para a imprensa praticado desde a criação do DIP, em 1940. Procurando acabar com a interferência de órgãos remanescentes do Estado Novo, tais como o novo DNI, o governo Linhares passou a atribuição do controle das importações do papel de imprensa diretamente para as autoridades aduaneiras (*OESP*, 27 nov. 1945, p. 18)²⁵¹. Em fins de novembro de 1945, Mario Guastini, redator-chefe d’*OESP*, deixou o cargo de diretor geral do DEI/SP,

²⁴⁹ Falamos em “resquícios diretos” pois muitos órgãos então criados e nomes então projetados permaneceram fortes após o Estado Novo: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a consolidação de personagens como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro no cenário político.

²⁵⁰ Lembrando que a Juventude Brasileira foi criada em 1940 com o objetivo de agregar escolares em todo o país com o intuito de prestar culto à pátria. Dois dias depois da extinção da entidade é publicado telegrama da Federação das Bandeirantes do Brasil, instituição que durante o Estado Novo aproximou seus laços com o regime, congratulando Linhares por ter acabado com a entidade. Segundo os remetentes da mensagem, a Juventude Brasileira “sempre foi condenada pela Federação” (*OESP*, 23 nov. 1945, p. 14).

²⁵¹ Após a assinatura do referido decreto, Herbert Moses, presidente da ABI, envia telegrama, publicado no jornal, felicitando Linhares por ter alterado o regime de controle de importações de papel (*OESP*, 1 dez. 1945, p. 1). Todavia, em agosto do mesmo ano, são publicadas declarações de “um funcionário do governo norte-americano” anunciando a continuidade, por mais nove meses, do racionamento do fornecimento de papel de imprensa para a América do Sul, alegando, entre outras coisas, as condições de produção e a escassez de mão de obra (*OESP*, 18 ago. 1945, p. 16).

assumindo o cargo Honório de Silos. O *Diário da Noite*, ao comentar a saída de Guastini, louvou a “resistência passiva” do jornalista contra a “ditadura” (*OESP*, 24 nov. 1945, p. 16). Para homenagear os “serviços prestados” pelo redator-chefe d’*OESP*, a ABI, tão forte e servil durante o Estado Novo, ofereceu-lhe um almoço. Na mesma edição, foi publicado trecho de *O Globo* ressaltando o passado “democrático” de Guastini e sua “luta contra a censura”. Tais aspectos, trabalhados *a posteriori*, objetivavam amenizar a participação do jornalista no Estado Novo, isentando-o de sua colaboração anterior com os órgãos de repressão aos meios de comunicação (*OESP*, 28 nov. 1945, p. 16).

Enquanto algumas estruturas do Estado Novo iam sendo aniquiladas, as eleições continuaram como o mote d’*OESP*. À medida que o pleito se aproximava, 2 de dezembro, a publicação de propagandas políticas do PSD, especialmente da candidatura presidencial de Dutra, se intensificam. O jornal apostava no nome do ex-ministro da Guerra, especialmente procurando caracterizá-la sob dois aspectos distintos: a continuidade da legislação trabalhista e a participação de Dutra na deposição de Vargas.

Nesse sentido, duas propagandas eleitorais do PSD serão publicadas no jornal pouco antes da realização das eleições.

A primeira, tomando toda a página, trazia trechos de discursos do ex-ministro da Guerra assegurando seu compromisso com o “respeito às leis trabalhistas vigentes e seu aperfeiçoamento, pela eliminação de suas falhas e ampliação de seus benefícios”. Ao lado, trechos de falas do candidato dividiam espaço com lista de candidatos do PSD para a Câmara e o Senado e a foto de Dutra, única da página (Anexo A – Figura 67). Os textos que compunham a página tinham um alvo específico: os trabalhadores/eleitores. Comparando os projetos políticos do PSD e da UDN, a propaganda reforçava os compromissos assumidos em dar continuidade às “reformas de 1930”, todavia evitando aproximar demasiadamente as promessas eleitorais do candidato como “continuidade” do governo Vargas: os tempos anunciados eram outros... (*OESP*, 17 nov. 1945, p. 15).

Em uma de suas últimas crônicas antes da devolução d’*OESP* para os Mesquitas, “G.I.L.” comentou a efemeridade da notícia: segundo o autor, até o dia 29 de outubro, o tema mais comentado na imprensa era o “crime da mala” (em meados de outubro, Irene de Freitas foi assassinada e seu corpo colocado dentro de uma mala), depois o cerco dos tanques no Palácio da Guanabara e um “erro de candidato” (não citou o nome de Eduardo Gomes) que teria dito: “não preciso do voto dos marmiteiros”. Segundo o jornalista, “esse é o assunto número um dos jornais. Todos dele se ocupam. E o povo tomou posição contra aqueles que desdenham do voto dos ‘marmiteiros’, esquecidos de que, com a instituição do

voto secreto, valia ele tanto quanto o do capitalista, do sábio e do chamado ‘granfino’” (*OESP*, 23 nov. 1945, p. 16). O tema dos marmiteiros se manteve na memória política até à década seguinte, como se observa no sucesso carnavalesco de 1953 “Zé Marmita”, de Luiz Antonio, gravado por Marlene:

Quatro horas da manhã
Saí de casa o Zé Marmita
Pendurado na porta do trem
Zé marmita vai e vem

Numa lata Zé Marmita traz a bóia
que ainda sobrou do jantar
Meio-dia, Zé marmita faz o fogo
para a comida esquentar
e Zé marmita, barriga cheia
esquece a vida, num bate-bola de meia.

A segunda e última propaganda foi publicada na edição seguinte (Anexo A – Figura 68). Semelhante a uma coluna de jornal, como se esta fizesse parte do corpo do jornal, o texto central procurava esclarecer aos leitores que a participação de Dutra, como general do Exército, não comprometeria a realização de um pleito limpo e imparcial. Rebatendo críticas da UDN, a mensagem procurava ressaltar que sua atuação na deposição de Vargas não teve como objetivo favorecer quaisquer dos partidos em disputa, devendo inclusive, ver a situação como um “elevado espírito democrático, demonstrando respeito aos princípios da manifestação livre e soberana da vontade popular” (*OESP*, 18 nov. 1945, p. 13).

Dias antes da realização das eleições, *OESP* apresentou sua edição de 30 de novembro de 1945 sem os nomes de Abner Mourão e Sud Mennucci no cabeçalho do jornal, assumindo as funções de redator-chefe interino Leo Vaz. A partir desse momento, propagandas, notícias ou artigos sobre Dutra e seu partido não mais foram publicados no jornal, todavia, *OESP* ainda não havia retornado a seus antigos proprietários (*OESP*, 30 nov. 1945, p. 1).

Nesse ínterim, as eleições foram realizadas conforme o previsto e *OESP* publicou uma cobertura completa da apuração das urnas na capital federal, apontando, inclusive, Eduardo Gomes à frente de Dutra (*OESP*, 4 dez. 1945, p. 16). A edição seguinte já trazia uma série de tabelas dividindo as zonas eleitorais, apresentando a quantidade de votos até então contabilizados. Marcondes Filho, Vargas e Prestes figuravam entre os primeiros colocados no Senado Federal (*OESP*, 5 dez. 1945, p. 1).

Somente a partir do dia 7 de dezembro, o jornal foi restituído à Família Mesquita. Sobre a operação necessitamos recorrer à outra fonte, esta corroborando com nossa ideia inicial que evidencia a existência de um projeto de comunicação social que o Estado Novo tinha para *OESP*.

Uma carta de Ivo Arruda²⁵², diretor do Bureau Interestadual de Imprensa e ex-diretor da sucursal carioca do jornal, dirigida a Vargas, lança algumas luzes não somente sobre o processo de devolução do jornal, bem como a respeito da visão e dos motivos para o fechamento do periódico em 1940.

Datada de 19 de dezembro de 1945, timbrada com o cabeçalho do Bureau, Ivo Arruda iniciou sua carta “relembrando” a Vargas sua dedicação na direção da sucursal carioca d’*OESP*, “cuidando, sobretudo, da parte política, toda de apoio irrestrito a V. Exa.”. Segundo Arruda, o processo de devolução do jornal teria se iniciado pouco antes da posse de J. C. de Macedo Soares, no início de novembro, quando o embaixador havia já tomado posse no Palácio da Justiça na capital federal e estava seguindo para São Paulo para assumir a interventoria. Arruda fez parte da comitiva de Macedo Soares, inclusive tomando o mesmo trem. Ainda no Rio de Janeiro, o diretor do Bureau questionou o interventor sobre “a arma perigosíssima que ele entregaria em mãos de adversários impiedosos”, tendo como resposta de Macedo Soares de que “não faria, de forma alguma, a entrega do jornal a um energúmeno de ordem do Julinho Mesquita e seus apaniguados”. Contudo, ao chegar a São Paulo, Ivo Arruda percebera que o interventor “não me falara a verdade”, forçando-o a realizar uma visita a Macedo Soares, acompanhado de Abner Mourão. Nessa reunião, Arruda e Mourão procuraram advertir J. C. de Macedo Soares do quanto a devolução do jornal aos Mesquitas traria prejuízos para Vargas, a “cujo regime ele sempre servira, embora a esta altura dos acontecimentos já renegara”; para a candidatura de Dutra, com a qual “todos estávamos ligados”; para a candidatura de Fernando Costa ao governo do Estado, à qual Macedo Soares havia declarado seu apoio, mas o retirou, alegando que o ex-interventor de São Paulo não era candidato nem do PSD nem de Dutra, mas sim de Getúlio Vargas.

Arruda afirmou que escreveu para Linhares e não obteve resposta. Passou então a procurar alguns militares para saber suas opiniões. Dutra, Góis Monteiro e Scarcella Portella não concordavam com a devolução. No entanto, o general Canrobert, após se

²⁵² Carta de Ivo Arruda a Getúlio Vargas. Base de Dados FGV/CPDOC. Classificação GV c1945. 12.19/5. Correspondência, série C. Disponível em www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acesso em: 20/01/2011. As citações seguintes são referentes a esse documento.

entender com Sampaio Dória²⁵³, levou a questão ao presidente José Linhares, que considerava que o impasse deveria ser revolido em um tribunal, “uma vez que a venda do jornal (em 1942) se tinha revestido de todos os preceitos legais”. Ainda segundo a carta de Arruda, Abner Mourão advertiu Macedo Soares de que “não fomentasse uma conspiração de generais” no caso d’*OESP* pois isto poderia “trazer más consequências”. Relutante, o interventor de São Paulo havia declarado que mesmo assim devolveria o jornal aos Mesquitas.

José Linhares era a favor de uma solução judicial. Para Ivo Arruda, esse posicionamento do presidente contribuiu para que houvesse a “deslocação” do problema do âmbito federal para o estadual. Nas palavras de Arruda:

Foi uma farça de tal natureza que até o Sr. Júlio Mesquita chegou a dar entrevista à imprensa paulista dizendo que a operação estava sendo dificultada pela administração paulista, enquanto o interventor Macedo Soares mandava emprestar dinheiro necessário pelo Banco Mercantil do Estado de São Paulo, de que é Diretor o Sr. Gastão Vidigal. Além disso, a Caixa Econômica recebeu instruções para que fosse transferida aos Mesquitas a responsabilidade do antigo débito de Cr\$ 16.000.000,00!

Arruda deu continuidade à carta acusando o governo de Linhares de ter “retardado” a publicação do decreto-lei 8.313 de 7 de dezembro de 1945²⁵⁴. Esse decreto proibiu os governos Federal, Estadual e Municipal de possuírem empresas jornalísticas, restringindo suas publicações ao Diário Oficial. Além disso, determinava a venda de todas as empresas que estivessem enquadradas na categoria de Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. O missivista ressaltou que “alguns grupos” chegaram a oferecer por *OESP* até Cr\$ 80.000.000,00! Valor que fora ignorado pela interventoria paulista.

Sobre a administração no periódico, o diretor do Bureau demonstrou a Vargas o quanto a intervenção foi benéfica para o próprio *OESP*: amortização de dívidas antigas, saneamento das finanças do jornal, pagamento de dividendos e gratificações aos trabalhadores, aumento da circulação e das vendas. Tal sucesso, graças à administração de Francisco de Castro Ramos, diretor-gerente do jornal, fizera com que “o Sr. Júlio Mesquita, dispensando a cooperação de todo e qualquer elemento ligado à ‘ditadura’”, elegesse novamente Castro Ramos para a gerência d’*OESP*.

²⁵³ Antônio Sampaio Dória foi um dos professores de Direito da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco que foi exonerado por Vargas em 1938 (DULLES, 1984).

²⁵⁴ Esse decreto-lei foi publicado no jornal abrindo a coluna *Notícias do Rio* um dia depois da devolução d’*OESP* (*OESP*, 8 dez. 1945, p. 16).

O desabafo de Ivo Arruda não parava por aí, evidenciando seu descontentamento com a atitude do interventor J. C. de Macedo Soares:

É obvio que o Interventor sabia, de antemão, a orientação que imprimiriam ao jornal, de combate ferrenho ao Ditador e à Ditadura, forma de governo que, no nosso entender, durante quinze anos, beneficiou o país. A entrega de O ESTADO foi, entretanto, negociada pelo atual Interventor levando em linha de conta, apenas, a solidariedade de que hoje está necessitando para afastar o nome do Sr. Fernando Costa, apresentando como sofrimento de um mal viceral: o de ser candidato do dr. Getúlio Vargas e o de ter ficado fiel ao dr. Getúlio Vargas, em face de todos e quaesquer acontecimentos²⁵⁵.

Na carta de Arruda, ficou evidente a manobra política de J. C. de Macedo Soares para contribuir com o processo de devolução d'*OESP* a seus antigos proprietários.

Por outro lado, verificamos a proximidade existente entre Arruda e Vargas, especialmente quando o diretor do Bureau, falando também em nome de Abner Mourão e Mario Guastini, declarou-se “satisfeito e orgulhosamente, no rol dos que não mais cooperam com o O ESTADO DE S. PAULO, para não dar qualquer colaboração aos inimigos dos nossos amigos”. Cabe ressaltar o papel desempenhado por Mourão e Arruda na administração do jornal durante os anos de intervenção. A carta de Arruda demonstrou, antes de tudo, os objetivos visados pelo Estado Novo em colocar um jornal como *OESP* a serviço do projeto político do regime. Mais do que silenciar os opositores do regime, a intervenção seguia um projeto de comunicação que, especialmente na coluna *Notícias do Rio*, coordenada por Arruda, corroborava com os discursos autolegitimadores do Estado Novo.

É compreensível o pavor de Arruda com a devolução d'*OESP*, pois assim que o jornal retornou como empresa livre das amarras do Estado, os antigos proprietários do jornal passaram a criticar incessantemente o Estado Novo. Na carta a Vargas, Ivo Arruda reclamava junto ao ex-presidente o caráter assumido pelo jornal com a sua devolução aos Mesquitas. Segundo o jornalista,

[...] edição por edição, dia por dia, há um artigo de fundo, de combate ao governo de V. Exa., além das colaborações de antigos articulistas nossos adversários. Nada se respeitou. Negou-se a obra social, contestou-se-lhe a paternidade das leis, atribui-se-lhe a subversão das instituições, contestou-se-lhe a assistência aos necessitados, o sentido democrático, afirmou-se-lhe a irresponsabilidade e o abuso no que concerne ao emprego dos dinheiros

²⁵⁵ Grifos do autor.

públicos, livre da fiscalização do parlamento e proclamou-se o aumento sempre crescente dos défices etc. etc..

O combate ao “ditador” se iniciou já na capa da edição do dia 7 de dezembro de 1945, onde o cabeçalho do jornal estampava o retorno de seu tradicional grupo dirigente: à esquerda, os nomes de Plínio Barreto e Júlio de Mesquita Filho, diretores; no centro, Júlio Mesquita; e à direita, Leo Vaz como redator-chefe (Anexo A – Figura 69). Outra peculiaridade dessa edição foi a publicação de uma fotografia de Eduardo Gomes - centralizada na página e disposta de modo semelhante às de Vargas -, em meio às notícias da capital federal e notas internacionais (Anexo A – Figura 70). Abaixo da fotografia, a legenda anunciava um novo tempo:

Dentro do caos em que o golpe fascista imergiu o país, numa esperança apenas alentava os homens livres do Brasil: Eduardo Gomes. Vindo do heroico brado de 1922, de cujos 18 bravos é o único sobrevivente, passando por 1924 e 1930, tornou-se depois disso um dos nossos poucos para quem as posições, quaisquer fossem elas, se subordinavam a um único imperativo: o intercambio nacional. Fiel a carreira que significou mais do que ninguém, só a interrompeu quando o Brasil para ele apelou como guia da arrancada que culminou a 29 de outubro. Candidato à Presidência da República, o nome de Eduardo Gomes, como bem acentuou um ilustre tribuno da União Democrática, não veio dos partidos para o povo. Este quem impoz à Nação (*OESP*, 7 dez. 1945, p.1).

O texto acima procurava definir seu alvo e agora o jornal poderia fazê-lo: o Estado Novo, que o desapropriou mas, com a contribuição do candidato da UDN, podia ser plenamente derrubado. *OESP*, após a devolução, passou a dar especial atenção às atividades de Eduardo Gomes, principalmente quando a vitória do “Brigadeiro” na presidência já era considerada improvável. Verificamos a publicação de notícias que elogiavam a “personalidade” do político da UDN, davam detalhes de seu retorno como “ativo” da Aeronáutica e da realização de cursos em sua área de atuação nos EUA. Em passagem por Belém, a caminho da América do Norte, o jornal objetivou deixar em evidência a “popularidade do “Brigadeiro”, bem como as “demonstrações de apoio” dispensadas pela população local (Ver edições d’*OESP* dos dias 20 e 28 dez. 1945; 3, 4 e 5 jan. 1946).

A julgar pela capa e pelo cabeçalho, efetivamente o jornal retornara aos seus antigos proprietários. Contudo, ao abrir o jornal, colocada estrategicamente na página de número 3, o leitor se deparava com uma reportagem especial intitulada “O Estado de S. Paulo reverte aos seus legítimos donos”. Compondo a página são publicadas fotografias de

Julio de Mesquita (centralizada), Rangel Pestana (esquerda) e Armando de Sales Oliveira (direita) (Anexo A – Figura 71) acompanhados de dois artigos: um de Monteiro Lobato e outro de Paulo Duarte (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 3). Nesse sentido, é relevante ressaltar o peso intelectual desses dois nomes na edição de reabertura do jornal pós-intervenção: tanto Lobato quanto Duarte representavam os opositores do governo Vargas, figuras que possuíam antigos laços com os Mesquitas e que sofreram de modos distintos com a repressão do Estado Novo: o primeiro com prisões e censuras, o segundo, com o exílio imposto pelo regime.

Monteiro Lobato assinou o artigo intitulado “O saco de Carvão”. Lobato iniciou rememorando um “fato curioso” de sua memória sobre *OESP*: na sua condição de “sapo” – indivíduos que não trabalham nos jornais, mas sempre estão presentes nas redações “dando palpite” –, em 1918, devido ao surto de Gripe Espanhola, boa parte do “estado-maior” do jornal “caiu” doente. Lobato recontou sua experiência de modo cômico, pois o jornal acabou sendo dirigido por ele e Lopes durante três semanas: obviamente, a contragosto do então diretor, Júlio Mesquita que também “caíra” de gripe. Segundo o escritor,

[...] aproveitei-me do fato de estar sozinho e sem controle à frente do jornal para umas alfinetadas no governo. Com toda a gravidade, numa sabia imitação do estilo de Júlio Mesquita, lancei uma das tais notas entrelinhadas sobre “a falta de coordenação dos serviços de combate à gripe”. Certo de quem falava era o pobre do Dr. Júlio, lá na cama em Louveira, o ‘Correio’ vibrou de cólera: “Nem numa ocasião como esta, de calamidade nacional, o grande órgão esquece os seus rancores políticos!”. Eu impassível, ignorei o astilo e continuei com as notas, numa verdadeira ‘sola’ sobre a tal falta de coordenação. Lá em Louveira Júlio Mesquita folheava o jornal na cama e danava: “Quem é que me anda em S. Paulo com estas absurdas impertinências?” – e não podia informar-se pelo telefone, porque em S. Paulo todo mundo estava morre-não-morre nas unhas da gripe (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 3).

Esse acontecimento foi o mote para Monteiro Lobato compará-lo com a intervenção do jornal pelo regime: a de Lobato, caracterizada pelo ambiente de camaradagem na redação d’*OESP* em São Paulo; e a do Estado Novo, símbolo da intolerância do regime e do uso da força. Monteiro Lobato continuou sarcasticamente seu relato:

Imagine-se agora o espanto, o estarrecimento, e depois a indignação quando em 1942²⁵⁶ correu pela cidade a nova de que “O Estado” fora invadido e ocupado

²⁵⁶ O autor considera o ano de 1942 como marco da história do jornal. Acreditamos que durante os dois primeiros anos sob intervenção do CNI, 1940-1942, ainda havia a esperança de que o *OESP* retornasse aos

pela polícia; e que a polícia havia descoberto lá metralhadoras, canhões, tanques, “dreadnoughts”, submarinos e bombas atômicas – terríveis armas com que o “pessoal do Estado” pretendia derrubar a ditadura que nos vinha fazendo tão felizes...

[...] A sensação do público de S. Paulo foi de um fim de tudo. E parecia na realidade o fim de tudo, aquele coroamento da ocupação militar que desde 1930 desabara sobre S. Paulo. Entre todas as humilhações com que a ditadura nos obsequiou para castigo do levante de 1932, nenhuma tão dolorosa como a que destruiu o último consolo que nos restava: “O Estado” sempre de pé, sempre digno, sempre mudo, mas de extraordinária eloquência em sua mudez. Era nosso único meio de protestar contra a onipotência ditatorial.

[...] A Via Láctea possui em certo ponto uma falha, um negror profundo que recebeu dos astrônomos o nome de “Saco de Carvão”. Na longa e luminosa Via Láctea do jornal de Julio Mesquita, a fase de 1942 a 1945 aparecerá como esse saco de carvão. O velho órgão continuou a sair na sua forma física de sempre, mas já sem alma, sem coração, sem cérebro. Vazio. Puro fantasma de Macbeth (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 3).

Monteiro Lobato definiu os motivos da intervenção: uma represália à atuação d’*OESP* e de sua liderança no movimento de 1932. Segundo o escritor, mesmo sofrendo com o regime de censura a partir de 1937 e de perseguição a seus líderes, *OESP* ainda permanecia independente, mudo mas independente. A intervenção, tal como encarada pelos atuais proprietários do jornal, foi um ponto negro na imensidão luminosa da história d’*OESP*.

O artigo de Paulo Duarte – “Drenagem Espiritual” – segue outro caminho em comparação ao de Lobato: Duarte relata sua experiência de exilado político a partir de novembro de 1938 com o fechamento do cerco ao grupo d’*OESP*. Segundo o autor, sua vivência no exterior possibilitou que ele ampliasse sua visão sobre o Brasil, auxiliando-o a entender seu país e, sobretudo, no que consistia o Estado Novo:

Que de coisas terríveis não aconteceram no mundo! E no Brasil também. A ditadura realizou estragos morais quase irremediáveis. Conseguiu implantar nos estados a confusão de que necessitava para viver. O país inteiro foi dividido em campos de concentração regionais dirigidos por uma pequena gestapo, armada entretanto das mesma metralhadoras, do mesmo desrespeito pela dignidade humana, da mesma falta de escrúpulos e da mesma doutrina da “grande Berlim”, com a qual se aliara oficialmente em 1938.

Sem imprensa, sem liberdade, sem direitos, velhos e moços, homens e mulheres viveram entablados durante anos. Mas, por mais que o despotismo tenha feito, não conseguiu matar o país (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 3).

seus antigos proprietários, fato não verificado com sua venda e transformação em Sociedade Anônima. Todavia, isso demonstra certa “confusão” das datas, geralmente atribuindo o ano de 1942 como o ano da invasão à redação, que na verdade aconteceu em março de 1940.

Era o momento de descarregar um peso de anos de exílio, onde a “alforria”, segundo Duarte, demorara, mas acontecera. Comparando o Estado Novo com o nazismo, Paulo Duarte atacava diretamente o regime. Para o jornalista, expectador da “realidade universal”, os remanescentes da ditadura (referindo-se à candidatura Dutra) permaneciam “ainda preocupados com patriotadas ufanistas incapazes de compreender questões elementares da vida coletiva moderna” (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 3).

As críticas ao antigo regime não pararam por aí: nas edições seguintes, foi publicada uma série especial intitulada “A volta do ‘Estado’ aos seus legítimos proprietários”²⁵⁷. Durante as primeiras semanas após a devolução do jornal, a seção foi publicada, sempre acompanhada de fotografias. O conteúdo dessa série consistia em cartas, telegramas, cartões e visitas de leitores comuns, personalidades políticas, artistas, escritores, jornalistas, etc. O primeiro texto abrindo a série procurava exaltar a grande recepção realizada nos escritórios do jornal em São Paulo, dela participando “gente humilde, de trabalhadores, jornaleiros” que se dirigiram ao jornal para participar da comemoração – podendo ser visualizado uma espécie de correlato dos “marmiteiros”, verificando-se a utilização da imagem dos humildes como recurso argumentativo. Dialogando com o texto, duas fotografias figuraram na seção: a primeira, de Júlio de Mesquita Filho, discursando para uma pequena assistência e de multidão aglomerada na porta do jornal (Anexo A – Figura 72). O que é mais interessante nessa seção é a publicação de cartas e telegramas que visavam a legitimar e corroborar com o discurso de ataque à ditadura por *OESP*²⁵⁸. Arnaldo Andreucci escreveu: “cumprimentamos pela reintegração que pôs fim ao esbulho fascista que, em lugar de clamar por uma Nuremberg Brasileira, ainda encontra quem vote nos seus autores e comparsas”. Os leitores se manifestavam das mais variadas formas, como o recado enviado por Ubirajara Pinto, leitor do jornal de “longa data”, informando que “reiniciou a leitura do jornal, interrompida desde o dia da apropriação indébita” (*OESP*, 8 dez. 1945, p. 5). João Figueiredo Junior compartilhou com a direção d’*OESP* sua indignação:

²⁵⁷ A série foi publicada nas edições d’*OESP* dos dias 8, 9, 12, 13, 14, 16 e 19 dez. 1945.

²⁵⁸ O primeiro telegrama publicado no jornal foi o de Herbert Moses, presidente da ABI, figura tão atuante durante o Estado Novo em linha absolutamente oficial. O que chama a atenção no seu conteúdo é o fato de Moses enviar mensagem congratulando Júlio de Mesquita Filho por ter “retornado à atividade jornalística” e não por ter reassumido a direção do jornal de sua família. Esse telegrama difere dos demais que atacavam o Estado Novo e condenavam a intervenção do jornal (*OESP*, 8 dez. 1945, p. 5).

No dia em que o “O Estado de S. Paulo” foi assaltado pela ditadura, eu deixei de ser seu leitor. Para mim, durante esse longo período, esse jornal deixou de ser “O Estado de S. Paulo” de Júlio Mesquita. Hoje que ele volta a ser o que era, quero ter a satisfação de ser novamente seu leitor assíduo, como fui noutros tempos. Para isso, peço-lhe a fineza de mandar inscrever novamente o meu nome como seu assinante (*OESP*, 8 dez. 1945, p. 5).

Os leitores figuraram na seção entre os mais indignados com a “expropriação” do jornal. Alguns até admitiam que continuaram assinantes mesmo após a intervenção em 1940. Outros, contraditoriamente, permaneceram assinando o jornal, como “Joca”, mas segundo o missivista ele “não [o] leu” durante esse tempo, pois ficara “cansado de tantos elogios a pessoas que fizeram tão mal ao Brasil”. Para “J. Audi”, leitor do periódico, sua “esperança” era a de ver que “Júlio Mesquita (Diretor 1891-1927), voltasse ao seu lugar, e voltou – que bom para nós!”. Segundo o texto que antecedia essas mensagens, “a torrente de cartas” era um exemplo de que os “gestos das autoridades [governantes no momento em que as cartas eram escritas] corresponderam plenamente aos desejos da coletividade”(*OESP*, 12 dez. 1945, p. 6)²⁵⁹.

Essas manifestações, embora servindo como sustentação do discurso de autolegitimação dos antigos proprietários do jornal, agora realocados em seu lugar de direito, a posse do jornal, demonstravam como se deram possíveis reações de leitores d’*OESP* que eram ou partidários do antigo Partido Democrático ou, mais provavelmente, simpáticos ao posicionamento político da Família Mesquita. De todo modo, elas representavam “vozes” aliadas de sua expressão, agora livres para se manifestarem como bem entenderem (*OESP*, 12 dez. 1945, p. 6).

Algumas dessas mensagens exteriorizavam sentimentos radicais, levantando bandeiras anteriormente defendidas pelo jornal, tal como o regionalismo: M. Martins declarou que considerava Armando de Sales Oliveira “um pai”, afirmando que sua afirmação não consistia em “regionalismo” pois “infelizmente, não sou paulista: desgraçadamente sou gaúcho”. Raul Antônio Fragoso confessou sua “grande felicidade de ler o Estado livre do perigo de topar com bajulações e ditadores guacus e mirins”. Em muitas dessas cartas, os leitores vinham solicitar a reativação de suas assinaturas ou grupos que solicitaram a reativação de colunas sociais ou comerciais, tal como o Jockey Clube de São Paulo, que após reunião com os sócios, “decidiram reativar sua coluna social no jornal, interrompida em 1940” (*OESP*, 14 dez. 1945, p. 6).

²⁵⁹ Grifos nossos.

Muitos confirmavam, depois da queda de Getúlio, seus desamores com o regime de Vargas, evidenciando, antes de tudo, que o processo de intervenção n' *OESP* não foi “bem aceito” segundo se divulgava no jornal durante o Estado Novo. Os personagens dessas mensagens consistiam em leitores comuns, passando por líderes da UDN de São Paulo, ex-membros do Partido Democrático de Armando de Sales Oliveira, jornalheiros, anunciantes, jornalistas, gráficos, distribuidores e correspondentes do jornal que foram demitidos com a intervenção (*OESP*, 14 dez. 1945, p. 3).

Em algumas edições, a seção de cartas de congratulações aos Mesquitas era acompanhada de fotografias “inéditas” da invasão policial de março de 1940. Essas fotos, segundo o jornal, foram guardadas por membros do periódico durante os anos de intervenção n' *OESP*. As imagens representavam uma memória visual da intervenção no jornal, utilizadas como recurso imagético da memória da invasão policial às redações do órgão em São Paulo. Uma dessas fotografias mostrava algumas pessoas em frente à redação do jornal sendo observados por policial (Anexo A – Figura 73). A legenda informava que “muitos populares vieram ver com os seus próprios olhos o fechamento deste jornal pela polícia. Mas a polícia não permitia que o povo se aproximasse das portas de nossa casa”. Outra fotografia na mesma página apresentava pessoas observando policiais entrando na redação d' *OESP* (Anexo A – Figura 74). Um pequeno texto acompanhava a imagem, nomeando ironicamente a intervenção do jornal como uma “compra” – em referência ao processo de venda do jornal para a Sociedade Anônima formada em 1942 -, atacando diretamente os dirigentes do periódico durante a intervenção: [...] Quando os beneficiários da ditadura, conspurcando as colunas desse jornal, pretenderam negar as inomináveis violências de ordem moral e material que precederam a “compra” do “Estado” (*OESP*, 14 dez. 1945, p. 6).

Algumas imagens mostravam “agentes da ditadura” fazendo a segurança da redação do periódico em São Paulo, procurando deixar evidente a utilização da força física para a expropriação do jornal (Anexo A – Figura 75). Elas também mostravam funcionários que, proibidos pela polícia de entrarem no jornal, permaneciam na porta do prédio lacrado (Anexo A – Figura 76) (*OESP*, 15 dez. 1945, p. 3).

O reforço dessa imagem (militares portando armas) foi utilizado pelo jornal como autolegitimação de seu retorno, depois de terem sido desapropriados pelo uso da força. Imagens de tropas, segundo o jornal, passaram a ser “frequentes” durante os dias de ocupação (entre o final de março e início de abril de 1940). As fotografias testemunhavam,

segundo *OESP*, o terror provocado pela ditadura do Estado Novo (Anexo A – Figura 77) e que nunca deveria ser esquecido, para não ser repetido (*OESP*, 16 dez. 1945, p. 4).

A última edição em que se publicou a seção de cartas e mensagens teve como fechamento uma espécie de agradecimento aos governos de Linhares e Macedo Soares. Os dirigentes d’*OESP* renderam a esses personagens seu reconhecimento pela devolução do jornal:

Finalmente o grande órgão da imprensa paulista, “O Estado de S. Paulo”, voltou à posse de seus legítimos donos.

Como um dos atos de verdadeira justiça do atual governo da República, volta o valoroso interprete da consciência livre de Piratininga à tradicional Família Mesquita.

Esta notícia, confirmada publicamente pelo honrado Sr. Interventor Federal em S. Paulo, no decreto que assinou na pasta da Justiça, ecoou simpaticamente em todos os rincões do Brasil, que viu, assim, corrigido um dos atos mais nefandos da extinta Ditadura.

O espírito de Júlio Mesquita, o grande jornalista paulista; glória da nossa classe, símbolo de uma profissão, voltou a imperar no “O Estado de S. Paulo”. Está de parabéns o Brasil e principalmente a sua Imprensa (*OESP*, 19 dez. 1945, p. 5).

A devolução d’*OESP* assumiu na notícia acima a consagração de um novo tempo, autolegitimada pelos antigos proprietários do jornal. Já a coluna *Notícias do Rio*, espaço privilegiado pelo regime deposto, foi relegada às páginas internas d’*OESP*, não mais figurando como matéria de capa²⁶⁰. Segundo Ribeiro (1998), após a intervenção do jornal, Júlio de Mesquita Filho decidiu não mais utilizar a capa para publicação do noticiário político, medida considerada pelo autor como uma forma de “protesto” contra os anos de intervenção (RIBEIRO, 1998, p. 48).

Se observarmos o jornal nas edições seguintes a sua devolução, notaremos que não houve modificações mais profundas de organização das colunas, supressão ou adição de novas seções n’*OESP* – exceto o retorno da coluna social do Jockey Clube de São Paulo, sublinhado anteriormente. O retorno dos Mesquitas, por outro lado, fez com que o jornal continuasse a publicar suas edições seguindo a antiga configuração utilizada pelo Estado Novo, todavia, introduzindo novos colaboradores na coluna *Notícias do Rio*²⁶¹.

²⁶⁰ As comemorações do “71º aniversário” d’*OESP* foram noticiadas com grande destaque pelo jornal, principalmente com a republicação de notas de outros jornais que ressaltavam as festividades realizadas com o jornal sob direção dos antigos proprietários. Algumas cartas também foram publicadas, bem como telegramas e a realização de visitas às redações do jornal. Ver edições d’*OESP* dos dias 6 e 8 jan. 1946.

²⁶¹ Outra mudança foi a negação de publicação de notícias da Agência Nacional, passando-se a divulgar notas de novas agências de notícias, tais como a *Asapress* (*OESP*, 12 jan. 1946, p. 14).

Dentre os colaboradores que substituíram Jorge Santos e “G.I.L.”, “V. Cy.” (Vivaldo Coaracy²⁶², assinando os textos com iniciais, tal como seus antecessores) passou a abrir a coluna com suas crônicas. Coaracy concentrou suas críticas nos personagens da disputa eleitoral que ainda não havia se definido. Em uma crônica, relatou a conversa com sua vizinha, “D. Jovita”, cabo eleitoral do Partido Comunista e eleitora de Iedo Fiúza. Segundo o autor, essa mulher tinha como estratégia eleitoral “conscientizar” seus eleitores analfabetos, ensinando-os a assinarem seus nomes²⁶³ (*OESP*, 6 jan. 1946, p. 40).

Era comum a utilização por Coaracy de “conversas com vizinhos”, estes representando “pessoas do povo”, evidenciando a necessidade argumentativa de apelar para uma opinião pública socialmente diversificada. Nessas conversas, em forma de um conto, o jornalista buscava trazer para o noticiário político as impressões desses personagens. Com o anúncio da vitória de Dutra, apurada boa parte das urnas, o jornalista comentou o “espetáculo” em que se transformaram as eleições, nas palavras do autor, um “teatrinho de João Minhoca”. Em mais uma de suas “conversas” com vizinhos, Coaracy reproduziu possível diálogo que travou com “D. Leocádia”, “Brigadeirista convicta e entusiasta, como toda gente descente, não se conformava com o que as urnas tinham vomitado”. O colunista procurara acalmá-la:

- Mas d. Leocádia, isto é o Brasil. Isto prova que estávamos redondamente enganados sobre a “vontade popular”.
- Vontade popular, nada! Isto foi manobra muito suja. Tudo culpa do tal governo judiciário. No dia 29 de outubro, se queriam fazer uma revolução de verdade, deviam ter entregue o governo a uma comissão de donas de casa que saibam de seu ofício.
- Porque d. Leocádia? Que culpa tem o governo judiciário?
- Tem toda a culpa, sim senhor! Juízes e juristas são uns sujeitos delicados, com medo de arregaçar as mangas e de machucar as mãos. Por isso fizeram uma limpeza de espanador, quando era preciso empregar vassoura e vassulho. Não é com espanador que se limpa uma casa suja. Qualquer dona de casa sabe disso. É com vassoura, vassulho, potassa e escovão... E pó, azul, trigo roxo e água. Mais fizeram uma revolução de espanador e o resultado está aí!
- Não entendo muito bem, d. Leocádia.
- Pois procure entender. E quando precisar de limpar a casa, não mande chamar um jurista. O espanador só serve para tirar o cisco de um lugar para o outro. Por isso, é traste que não tenho em casa. Até logo.

²⁶² Isso significou o retorno deste escritor ao jornal, visto que, Coaracy, segundo Capelato e Prado (1980), era um “assíduo colaborador” d’*OESP* antes da intervenção, especialmente, identificando-se com os representantes do jornal (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 101). Sua ligação advém de suas relações com o PD em São Paulo, especialmente no contexto da “Revolução Constitucionalista” de 1932 (BORGES, 1992).

²⁶³ Em outro artigo atacando o pleito presidencial, Coaracy comentou a fragilidade organizacional dos partidos políticos (PSD e PC), dando como exemplo a candidatura de Iedo Fiúza que, segundo o autor, “nem é comunista” (*OESP*, 11 jan. 1946, p. 12).

Se logo após a devolução d'*OESP* os “juristas”, representados pelo governo Linhares, haviam acertado na resolução do caso do jornal, nas eleições, infelizmente, o resultado mostrou que a vitória de Dutra era nada mais do que uma continuidade do Estado Novo. O autor também passou a criticar o governo provisório de Linhares com a derrota de Eduardo Gomes nas urnas. O jogo do bicho foi por ele considerado uma “lepra social”, evidência de “resquícios” do Estado Novo ainda presentes na política nacional. Coaracy se revolta contra o governo de José Linhares quando o Tribunal Superior de Justiça libertou um “bicheiro” alegando “ausência de provas”. A partir desse momento, o autor passou a criticar com maior virulência a ação dos “desembargadores” nos Estados (Ver edições d'*OESP* dos dias 13, 18 e 19 jan. 1946). Coaracy realizaria outros ataques ao governo de Vargas e ao de Linhares, especialmente no que dizia respeito à continuação da política trabalhista varguista pelo “governo dos desembargadores”. Segundo o autor, a legislação trabalhista só possuía “direitos”, considerando o problema da produção nacional uma questão de “índole dos brasileiros, por ser preguiçoso” (*OESP*, 16 jan. 1946, p. 12). Vargas e sua ditadura haviam deixado para traz, segundo o colunista, graves problemas mas, sobretudo, muitos herdeiros. Para Coaracy, Vargas e seus adeptos deveriam ser observados com atenção pois era constante o “perigo” do seu retorno ao poder: “deveria ficar confinado nas regiões fronteiriças” (*OESP*, 15 jan. 1946, p. 16)²⁶⁴.

Com a confirmação da vitória de Dutra no pleito presidencial as críticas se tornaram cada vez mais ácidas, servindo, desta vez, a coluna *Notícias do Rio* como um espaço de cobrança e vitrine dos deslizes do governo Dutra nos anos seguintes. Buscando reafirmar seus antigos posicionamentos, o retorno d'*OESP* sob a direção dos Mesquitas possibilitou que o grupo representado pelos dirigentes e colaboradores do periódico manifestassem agora suas desavenças com um governo considerado por eles uma continuidade do Estado Novo. Todavia, isso já é uma *outra* história.

²⁶⁴ Os boatos sobre Vargas deviam ser tantos que durante o período, a Secretaria da Presidência publicou um comunicado oficial informando que é “destituída de verdade a informação de que teriam sido roubadas as obras de arte do Palácio da Guanabara com a saída do antigo governo” (*OESP*, 25 jan. 1946, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi a intervenção?

A intervenção n'*OESP* se estendeu por mais de cinco anos e resultou em uma produção de notícias e informações que objetivaram autolegitimar o papel do Estado Novo perante os leitores do periódico. Iniciada em março de 1940 e concluída em dezembro de 1945, representou, antes de tudo, o resultado de um embate político travado entre os grupos liberais paulistas e o Governo Federal pela hegemonia política em São Paulo. Desde antes da “revolução de 1930”, o jornal e seus representantes estabeleceram um relacionamento com Vargas que foi pautado por momentos de apoio ao político e de oposição. Esse posicionamento, que num primeiro momento pode parecer contraditório, é perfeitamente compreensível. *OESP*, representando parte da imprensa liberal paulista, como nos fala Capelato (1989) “se norteou pelos princípios do liberalismo político, embora seus representantes tenham feito concessões quando julgaram necessário”. E o mesmo se pode afirmar sobre Vargas e seus governos entre 1930 e 1945: em alguns momentos, as sugestões dos liberais foram seguidas e compartilhadas pelo Estado Novo, podendo se estabelecer até paralelos em suas propostas (CAPELATO, 1989, p. 245). Buscando assegurar seus “interesses de classe”, como explica a autora, os representantes d'*OESP*

[...] foram perseguidos pela ditadura, mas em 1945 recuperaram uma empresa próspera e retornaram (após anos de exílio) para uma sociedade cujos conflitos políticos haviam sido momentaneamente controlados. Para os liberais brasileiros, a principal tarefa do poder político é impedir que as massas se rebelem, pondo em risco a propriedade. Diante dos perigos da “patuleia exaltada” (a expressão é d'*OESP*), as concessões são consideradas legítimas. Em tal postura não há ambiguidade, pois esse é o limite da democracia liberal (CAPELATO, 1989, p. 246).

Com a instituição do Estado Novo em 1937, o cerco em torno dos antigos correligionários foi se fechando paulatinamente, culminando com a intervenção no jornal em março de 1940. A intervenção n'*OESP* serviu a dois objetivos do Estado Novo: o primeiro, silenciar definitivamente grupos não afeitos ao projeto autoritário e centralizador do Governo Federal, representados pelos dirigentes do jornal e personagens políticos paulistas ligados a ele (como ocorreu com Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita, Armando de Sales Oliveira, Paulo Duarte, etc.); e o segundo, utilizar o jornal

apropriado, aproveitando a sua “credibilidade”, para veicular seu projeto político de comunicação social, autolegitimando, por sua vez, o papel do Estado Novo no trato social.

O início da intervenção no jornal não acarretou em mudanças radicais no projeto gráfico. Nem tão pouco se alterou significativamente o modelo de impressão e apresentação utilizado pelos antigos proprietários. Contudo, a direção de Abner Mourão – indicado pelo Conselho Nacional de Imprensa, um dos órgãos de controle da imprensa durante o período – valeu-se da coluna *Notícias do Rio* para divulgar o projeto de Brasil do regime onde, paulatinamente, veiculou uma autoimagem do Estado Novo perante os leitores do jornal.

Se a construção de uma imagem positiva de Vargas constituiu um dos elementos que compunham o projeto de comunicação social do Estado Novo, outros personagens passaram a ter seus nomes relacionados ao presidente: Lourival Fontes, Fernando Costa, Oswaldo Aranha, Alexandre Marcondes Filho, etc. foram identificados, cada qual em seu posto, como os “homens do regime”, procurando o Estado Novo publicizar a ideia de que a harmonia social propagada pelo Governo Federal era igualmente presente na administração pública. As interventorias de Ademar de Barros e de Fernando Costa em São Paulo foram louvadas como exemplos de administração eficaz, procurando-se associar o sucesso desses personagens no campo estadual ao poder excepcional de Vargas em escolher seus “colaboradores”.

Mesmo em um jornal getulista, como se mostrou *OESP* durante a intervenção, pudemos visualizar o outro lado da censura: a produção de informações oficiais que carregavam em seu bojo toda a carga emotiva que a propaganda estadonovista se esforçou em publicizar. Para que isso fosse possível, o Estado Novo procurou arregimentar a imprensa – seja se valendo do uso de força, concessão de favores, controle burocrático ou por simples opção –, transformando-a em veículo de publicização de seus feitos. Valendo-se de recursos como manchetes, fotografias e textos que positivavam a atuação da ditadura, *OESP* sob intervenção se mostrou eficaz em seu propósito: colocou o leitor em contato com novas informações que expressavam a ideologia estadonovista, legitimando personagens, ações, gestos e imagens de um regime harmonioso e providencial.

Alguns produtores de notícias, tais como a Agência Nacional e o Bureau Interestadual de Imprensa, participaram do processo de intervenção no jornal, especialmente, divulgando nas páginas d’*OESP* notícias e artigos que corroboravam com o Estado Novo. O primeiro se limitou ao fornecimento de notas oficiais, obrigatório para todos os jornais da época, e à colaboração cotidiana de crônicas de Jorge Santos, diretor da

Agência, que buscava sintetizar os conteúdos da coluna *Notícias do Rio* com textos que louvavam e defendiam o regime contra quaisquer ataques. Já o segundo, personificado na figura de seu diretor, Ivo Arruda, colaborou diretamente n'*OESP* sob intervenção, mais ainda se considerarmos que as notícias da coluna provinham da sucursal carioca da qual o jornalista era diretor. O interesse de Arruda em levar adiante o projeto comunicacional do Estado Novo fica evidente, tanto em sua correspondência com Vargas quanto em sua presença nos mais variados eventos que a ditadura produziu. A indignação de Arruda com a devolução do jornal aos antigos proprietários deixa claro o quanto significou para os partidários do regime o valor estratégico que assumiu *OESP* durante os anos de intervenção. Para a ditadura Vargas, a intervenção no periódico foi compensadora.

Por outro lado, devemos considerar que a intervenção n'*OESP* só ocorreu quando um aparelho legal do regime entrou em funcionamento: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado em dezembro de 1939, poucos meses antes da intervenção, o DIP desempenhou um papel fundamental no processo de centralização e burocratização dos meios de comunicação durante o período. Com *OESP* apropriado pela ditadura, finalmente o regime teria um órgão de grande peso em São Paulo a sua disposição para veicular sua autoimagem. Não é coincidência que a intervenção no jornal se deu justamente durante o período de implementação desse projeto de comunicação.

A intervenção n'*OESP* pode ser dividida em duas fases: a primeira, entre março de 1940 e novembro de 1942, sob direção de Abner Mourão como interventor; a segunda, entre dezembro de 1942 e dezembro de 1945, caracterizando-se pela “venda” do jornal a uma “Sociedade Anônima”. Embora não tenha ocorrido mudanças de posicionamento entre uma diretoria e outra – Abner Mourão continuou como diretor do jornal – essa transformação de ordem administrativa buscava legitimar novos discursos produzidos pelo regime que o aproximavam dos estadunidenses, os novos aliados na guerra.

Na fase seguinte da intervenção, verificamos que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de decomposição, se assim pudermos chamar, do Estado Novo: os discursos de Vargas, publicados com grande destaque no jornal, evidenciavam que o regime já não podia mais se sustentar, mesmo assumindo uma nova roupagem democrática. As notícias que em um primeiro momento serviram para louvar o Governo Federal, com o fortalecimento das oposições ao regime, cederam espaço para o rebate de críticas e desavenças políticas: a imagem de uma FEB “despreparada” foi combatida permanentemente pelos dirigentes do periódico. Para o Estado Novo, o sucesso

dos Expedicionários poderia representar a continuidade de sua existência. Essas esperanças não se concretizaram.

No mesmo espaço em que o elogio e a autolegitimação foram realizados, também é possível visualizar uma imagem oposta do que o Estado Novo pretendia passar: ao mesmo passo que *OESP* mostrava um regime de força - eficaz contra os inimigos da ditadura e onipresente no cotidiano das pessoas -, algumas notícias, tais como as de seções de tribunais, policiais e outras, deixavam mais que evidente a não unanimidade das vozes de apoio ao Governo Federal. A repressão aos comunistas, nazistas, liberais, quinta-colunistas ou apenas brasileiros que se consideravam “indiferentes” a toda movimentação para a guerra contrastava com a cobertura jornalística da presença das massas nas festividades oficiais do regime. *OESP*, durante a intervenção, apresentava obviamente uma perspectiva de apoio deliberado ao regime. Todavia, pudemos constatar também em suas páginas vozes que destoavam do discurso oficial, mostrando a amplitude que uma fonte censurada pode proporcionar ao conhecimento histórico.

Já no início de 1945, com o prenúncio da queda de Vargas, os representantes d’*OESP* sob intervenção procuraram assegurar a propriedade do jornal, apoiando a candidatura de Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (e demais candidatos do partido, como Fernando Costa para o governo estadual em São Paulo): a campanha presidencial contou com contra-ataques do cronista “G.I.L.” direcionados ao candidato da oposição, Eduardo Gomes da UDN. O afínco d’*OESP* para tornar a eleição de Dutra possível, mostrando-a como descontinuidade do Estado Novo, evidenciaram sua íntima ligação com o PSD, especialmente se considerarmos o amplo espaço destinado a sua propaganda eleitoral e o alinhamento de Abner Mourão e demais personagens do periódico com setores do partido em São Paulo.

Terminado o Estado Novo, a devolução do jornal aos antigos proprietários se mostrou necessária para os novos governantes. Isso ocorreu por dois motivos: primeiro, devido à insustentabilidade de manter um veículo de comunicação como *OESP* sob um disfarce independente (ocorrido com sua “venda” em 1942); segundo, as relações estabelecidas entre os governos de José Linhares na presidência e J. C. de Macedo Soares no estado de São Paulo, que procuraram incompatibilizar suas ações com qualquer tipo de atitude que lembrasse o antigo regime. Como pudemos visualizar na carta de Arruda e nas publicações d’*OESP* pós-intervenção, a devolução do jornal foi o resultado de pressões políticas dos antigos proprietários, conjugadas com os objetivos do governo provisório em se desvincular dos resquícios do Estado Novo. Daí que a devolução d’*OESP* deve ser

encarada como parte do processo de desestruturação do regime, tornando evidente o papel desempenhado pelo jornal como suporte comunicacional da ditadura Vargas.

Os antigos proprietários d'*OESP*, ao retomarem a direção do jornal, procuraram mostrar a seus leitores o quanto o Estado Novo, pela primeira vez depois da intervenção caracterizando-o como uma “ditadura”, foi prejudicial para o país. Foi a partir desse momento de revanche, de retomada, de alforria, que o grupo desapropriado passou a construir sua imagem como símbolo de resistência liberal, do liberalismo como um bem em si e de vítima da intolerância política de um período: a publicação de cartas e telegramas de leitores e correligionários d'*OESP* durante o primeiro mês do jornal livre da ingerência governamental estadonovista foi reforçada com a divulgação de fotografias da invasão do jornal em março de 1940. Entretanto, os representantes do periódico nem sempre se opuseram ao regime, evidenciando a tentativa do jornal de omitir seus antigos elos com Vargas. Valendo-se da memória violenta da intervenção d'*OESP*, os liberais do jornal procuraram capitalizar essa violência em prol da construção de sua história, colocando-se especialmente como alvos do estado algoz de Vargas.

A intervenção n'*OESP* foi o resultado do relacionamento situacional de seus representantes liberais com o governo Vargas. Impossibilitados de darem continuidade para seus projetos em relação ao país (onde São Paulo era peça fundamental), os dirigentes do jornal viram seu veículo servir à consolidação do projeto de comunicação social que o Estado Novo procurou implantar. Nada puderam fazer quando assistiram, nas páginas de seu (ou não mais seu) jornal, à transformação da coluna *Notícias do Rio* em um espaço privilegiado de publicização do cotidiano do regime. O que lhes restou foi a tentativa de reconstruir sua memória, mostrando aos leitores o quanto era maléfico um governo autoritário.

Entretanto, anos depois, com o golpe de 1964, *OESP* novamente cedeu para a centralização do poder em troca da defesa dos interesses de seu grupo, repetindo, mais uma vez, o seu ciclo de encontros e desencontros: entre o anúncio de um liberalismo defensor geral de direitos e a prática de um liberalismo em luta pelo poder a todo custo, preponderou a prática.

Corpus Documental

O Estado de S. Paulo. Jornal em suporte microfilme. Edições de 11 set. 1939 a 31 jan. 1946.

Bibliografia de Época

ACHILLES, Aristheu. *Aspectos da ação do DIP*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas estadista*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

_____. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

CAMPOS, Francisco. *O espírito do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do DF, s.d.

_____. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1941.

GUASTINI, Raul. *Ideário político de Getúlio Vargas*. São Paulo: S. ed., 1943.

SILVA, Avilmar. *O novo Brasil*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1939.

SILVA, Gastão Pereira. *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, s.d.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

_____. *Diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1942.

Bibliografia Analítica

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*. São Paulo: FAPESP/HUICITEC, 2004.

ALVIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Básica Universitária, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História social da imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia – 1926-1932*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 17 de março de 2009.

BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Jogos da política – imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero/FAPESP, 1992.

BROWN, J. A. C. *Técnicas de persuasão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

CAMPOS, Reynaldo. *Repressão judiciária no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Multidões em cena*. São Paulo: FAPESP, 2009.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista - 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa - Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 2001.

_____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador*. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. *Cultura política e política cultural*. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v.9, n.23, p.71-84, jan./abr. 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985.

COSTA, Cristina. *Censura em cena*. São Paulo: FAPESP/ EDUSP/ Imprensa Oficial, 2006.

_____. *Teatro, comunicação e censura – atas do Seminário Internacional A censura em cena – interdição e produção artístico – cultural – São Paulo: FAPESP/ Primeira Margem*, 2008.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Além do estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de História. Vol. 22, nº 44. São Paulo: ANPUH, 2002.

_____. *Guerra sem guerra: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DEBERT, Guíta Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DIAS, Odete da Conceição. *O trabalhador no discurso fotográfico do jornal A Gazeta (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.

DUARTE, Paulo. *Júlio de Mesquita*. São Paulo: Hucitec/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

DULLES, John W. F. O. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

_____. *O comunismo no Brasil - 1935-1945 - repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAUSTO, Boris. *Perfis brasileiros: Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.
- FIGARO, Roseli. *Na cena paulista, o tetro amador: circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945)*. São Paulo: Ícone, 2008.
- FGV/CPDOC. *Base de Dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na biblioteca do cônego*. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1981.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2007.
- _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- NOBRE, José Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições LEIA, 1950.
- GARCIA, Néelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org>. Acesso em: 10 de maio de 2009.
- _____. *Propaganda: ideologia e manipulação*. eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org>. Acesso em: 10 de abril de 2010.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Historia y critica de la opinion publica*. México: G Gili, 1986.
- HARRISON, Albert. A. *A Psicologia como Ciência Social*. São Paulo: Cultrix, 1975.

- HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JANOTTI, Maria de Lurdes Mônaco. *O imaginário sobre Getúlio Vargas*. Revista de História Oral, nº. 1, jun. 1998.
- _____. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Aline Lopes de. *Fotografia e discurso político no Estado Novo: uma análise do projeto editorial "Obra Getuliana"*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: URFJ, 1998.
- _____. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.
- LE GOFF, Jacques, et al. *A História Nova*. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIMA, Maria Emilia A. T. *A Construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Imprensa e história: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- OSTROM, Thomas M.; BROCK, Timothy C. *Cognitive responses in persuasion*. São Paulo: LEA, 1981.
- PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PRADO, Maria Ligia C. *A democracia ilustrada - O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1927-1997 – História da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- SCHWARTZMAN, Simon (Ed. e Apr.). *Estado Novo, um auto-retrato - Arquivo Gustavo Capanema*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- SCHWARTZMAN, Simon, et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FVG, 2000.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SHEMES, Cláudia. *Festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1995.
- SILVA, Hélio. *Vargas, uma biografia*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe: o autoritarismo como questão técnica e historiográfica*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- SILVA, Marcos Antonio da. *Caricata República – Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- _____. *Contra a Chibata*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, Marcos Antonio da, et al. *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- SILVA, Marcos Antonio da (org.) *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Ed. Marco Zero/MCT/CNPQ, 1990.

- SILVA, Michele Rocha da. *Para serem lidas: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2010.
- SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira – coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Brasília: IPEA, 2010
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, José Inácio de Melo Souza. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- STERNBERG, R. *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.
- TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT)*. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas USP, 2009.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A instauração da temporalidade e a (re) fundação na história: 1937 e 1930*. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, n. 21, out./dez. 1986.
- _____. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade 1950-1980*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

Anexos

Anexo A - Figuras

NOTÍCIAS DO RIO

ENTENDIMENTO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A ITALIA

Troca de notas entre o ministro Oswaldo Aranha e o embaixador Hugo Sola estabelecendo as normas para o intercambio commercial entre os dois paizes

ACCORDO PARA REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

RIO, 18 ("Estado") — No dia 12 do corrente foram trocadas notas entre os srs. Oswaldo Aranha, ministro do Exterior, e Hugo Sola, embaixador da Italia nesta capital, estabelecendo para o intercambio commercial entre os dois paizes as seguintes normas:

1.º — O commercio normal entre os dois paizes continuará a ser regido na base do accordo commercial provisório firmado em 14 de Agosto de 1936 e do accordo de pagamentos concluído entre o Banco do Brasil e o Instituto Nazionale Italiano per i Cambi con l'Estero em 20 de Setembro de 1937.

2.º — Para o intercambio commercial extraordinario, isto é, o proveniente de encomendas passadas pelos poderes publicos brasileiros, Federaes, estaduais ou municipais, as industrias Italianas, serão adoptadas as seguintes normas:

a) tratando-se de artigos já fabricados para entrega immediata, o pagamento será realizado em moeda de livre curso internacional, na base dos contractos correspondentes contra a entrega dos respectivos documentos de embarque; as importancias resultantes desses pagamentos serão levadas a credito, na mesma moeda, de uma conta especial no Banco do Brasil em nome do Instituto Nazionale per i Cambi con l'Estero e só poderão ser utilizados no pagamento das compras Italianas de productos brasileiros a livre escolha do governo italiano;

b) tratando-se de encomendas de artigos a serem fabricados e cujos pagamentos serão feitos parceladamente de accordo com as condições previstas nos contractos respectivos, as importancias assim pagas pelo Brasil serão igualmente lançadas a credito, da sobredita conta especial na mesma moeda estipulada nos contractos e também só poderão ter a applicação prevista na letra "a".

3.º — O governo Italiano concorda em que as encomendas feitas as industrias Italianas de conformidade com as letras "a" e "b" do item 2.º se elevem no decurso de um anno a 200 milhões de liras Italianas a serem compensadas pela aquisição de mercadorias brasileiras. Esse limite poderá entretanto ser ultrapassado se esse for o desejo do governo brasileiro e

com elle concordar o governo Italiano.

4.º — Os governos do Brasil e da Italia, com o intuito de promover o incremento das relações commerciaes entre ambos os paizes, darão a estas bases a maior divulgação possível e tomarão junto ás autoridades competentes as providencias necessarias para que sua applicação seja feita de modo a evitar difficuldades e que estas, caso surjam, tenham prompta solução.

5.º — O Banco do Brasil e o Instituto Nazionale per i Cambi con l'Estero entrarão em contacto directo todas as vezes que julgarem necessarias quaisquer medidas complementares para a execução destas bases.

6.º — As presentes bases e a resposta de v. exa. constituirão um entendimento entre os dois paizes que entrará em vigor immediatamente.

Ao Banco do Brasil caberá a expedição de instruções para a execução deste decreto para o qual não foi estabelecido nenhum prazo de duração, devendo o mesmo por consequente ser denunciado a qualquer momento por uma das partes contractantes que nisso tiver conveniencia".

Suplemento em do "Estado de

Conforme vimos divulgando no "Estado de S. Paulo" são feitas diariamente das assignaturas do togravura deste jornal. Entre as annuaes do Suplemento são pagantes do "Estado de S. Paulo" nacional de 8\$000, ao passo que, os do jornal, custam 12\$000.

Figura 1 - A coluna *Notícias do Rio*, desde antes da intervenção de março de 1940 já publicava o noticiário oficial do Estado Novo (OESP, 28 set. 1939, p. 2).

HOMENAGEM AO DIRECTOR E GERENTE D'"O ESTADO"

Tava aspecto festivo a homenagem que os srs. Abner Mourão e Luiz de Souza, respectivamente director e gerente desta folha, receberam dos seus companheiros de trabalho. Foi o leal e vivo testemunho da sympathia que souberam conquistar durante a sua actuação nestes elevados cargos, o reconhecimento do quanto fizeram em beneficio do prestigio e do progresso da empresa jornalística da qual dependem a subsis-

cidade, todo aquelle inesquecivel periodo de vida em que o mundo parece pequeno para conter a avalanche de nossas illusões.

Para não citar muitos exemplos, lembremo-nos do companheiro Hor-misdas Silva, que ainda "engatinhava" com dificuldade quando entrou para a redacção do "Estado". Setenta e oito annos são passados!... e elle permanece fiel à profissão e à casa, — guarda impertinente e ranzinha das suas tradições, sempre a postos para as tarefas diarias do jornal, que é o seu pão de cada dia, a sua razão de viver, o regalo de seu espirito, a

nosso pão, do pão de nossas familias, da tranquillidade de nossas casas! Luiz de Souza tem sido o amigo de todos nós, o irmão de todos nós, e — porque não proclamar? — a mãe de todos nós.

Senhores: uma grande salva de palmas ao nosso Luiz de Souza! (Demorada e vibrante salva de palmas de todos os presentes).

Bons companheiros e amigos. — Procurei, com palavras singelas, despidas do brilho que lhes daria qualquer outro orador, realçar o significado desta homenagem, na parte que ella respeito ao amigo a quem prezamos muitissimo e para quem pedimos, na etapa de 1941,

tranhado amor à profissão jornalística, no desempenho das funções delicadissimas à testa do maior jornal de nosso paiz, com tradições arraigadas no coração de todos os paulistas e altos serviços ao Brasil, — que não foram preciosos senão alguns dias para que, desaparecidas por completo, as prevenções porventura existentes, o dr. Abner Mourão conquistasse, do mais humilde ao mais graduado, a afeição de todos os seus companheiros de trabalho, em cujo seio se vê perfeitamente integrado, porque o consideramos um grande di-

Diversos aspectos da reunião do pessoal d'"O Estado" para prestar homenagem aos srs. dr. Abner Mourão e Luiz de Souza, director e gerente do jornal

Figura 2 - Conjunto de fotografias das homenagens prestadas a Abner Mourão por sua nomeação para diretor d'OESP (OESP, 31 dez. 1940, p. 6).

Figura 3 - Com a intervenção em março de 1940, o cabeçalho do jornal passou por mudanças, como por exemplo, a centralização do nome de Abner Mourão no lugar da tríade “Leo Vaz”, “Julio de Mesquita” e “Plínio Barreto” (Edições d’OESP dos dias 5 mar. 1940, p.1 e 7 abr. 1940, p. 1).

O ANIVERSARIO DO SR. GETULIO VARGAS

NOTAS E INFORMACOES

O Sr. Getulio Vargas, Presidente da Republica, nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

ORIENTAÇÃO E ASSISTENCIA PEDAGOGICA

III

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

AS COMEMORAÇÕES EM S. PAULO

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

ARTES E ARTISTAS

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

FORÇA POLICIAL

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

Polícia do Estado

Na noite de 18 de abril, o Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

O Sr. Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Vargas nasceu em uma familia humilde, mas com grandes aspirações. Desde a infancia, mostrou-se um homem de grande capacidade e de grande vontade. Foi um dos grandes líderes da Revolução de 1930, e desde então, tem sido o chefe do Estado brasileiro.

Melhor do mundo

O caso de fígado de bacalhau da Noruega aplicado a todas épocas na EMULSAO DE SCOTT

PAULISTA

HOJE - 100.000\$000

NOSSA LOTERIA PLANO POPULAR

CADA 5 BILHETES UM PREMIADO

Figura 4 - Nas comemorações do aniversário de Vargas, no dia 19 de abril, OESP publicava extensos textos acompanhados pela tradicional foto presidencial de Getúlio no centro da página (OESP, 19 abr. de 1940, p. 3).

Figura 6 - As fotografias, em meio ao texto, eram utilizadas para passar ao leitor a “grandiosidade” das manifestações massivas em razão da visita de Getúlio Vargas a São Paulo (OESP, 28 abr. 1940, pp. 7-8).

Figura 7 - Fotografia de "jantar" oferecido ao novo diretor da Divisão de Imprensa do DIP, Jarbas de Carvalho (*OESP*, 11 mai. 1940, p. 2).

Figura 8 - O casamento de personalidades do governo, como o de Lourival Fontes, diretor geral do DIP, eram publicados em matérias que abriam a coluna *Notícias do Rio*, dando-se grande importância à vida particular de atores políticos do Estado Novo (*OESP*, 22 mai. 1940, p. 1).

O CHEFE DA NAÇÃO NO CONSELHO FEDERAL DE COMMERCIO EXTERIOR

O presidente da Republica presidiu a sessão semanal do Conselho — Discurso do sr. Leonardo Truda, saudando o sr. Getulio Vargas — Pálabras do chefe do executivo sobre a expansão do commercio brasileiro com as repubblicas americanas

O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO CONSELHO

RIO, 17 ("Estado", pelo telephone) — O presidente Getulio Vargas presidiu hoje a sessão semanal do Conselho Federal do Commercio Exterior. O chefe do governo, que se fazia acompanhar do capitão Manuel dos Anjos, seu ajudante de ordens, foi recebido á porta do edificio pelos ares. Leonardo Truda, director do Conselho e ministro Carlos Taylor, presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Ao chegar ao salão das sessões, foi o presidente da Republica saudado por todos os conselheiros, ares. coronel Sylvio Raulino de Oliveira, Benjamin do Monte, Arthur Torres Filho, Alcysio de Menezes Greenhalgh, Decio Colimbra, Alves de Souza, Uldarico Bezerra Cavalcanti, Euvaldo Lodi,

poderão com segurança concorrer ao suprimento dos mercados latino-americanos. O de que se precisa é ter um mais amplo conhecimento desses mercados, verificar quâtes os embarços que se possam oppor á nossa exportação, conhecer as exigências e preferências da clientela habitual, estudar enfim, todos os obices a remover e todos os meios de estimular um intercambio, que mesmo nas suas cifras actuaes já se mostra muito promissor.

A tarefa da missão se orientará toda ella nesse sentido pratico. De accordo com os termos da resolução approvada, o Conselho officiou, dando conhecimento da aprovação, á Confederação Geral das Indus-

ba inteiramente mercados com os quâes não podemos contar, é logico e natural que nós voltarmos para os palizes do continente americano, assim de incrementarmos com elles o nosso intercambio. Hoje, a aproximação das nações não se faz apenas por motivos sentimentaes e politicos, mas por vinculos de interesses economicos, de modo que o desenvolvimento desse intercambio estreitará mais as nossas relações com esses palizes.

A comissão de que se trata de tratar não só estudará a possibilidade da collocação dos productos brasileiros, como facilitará ainda a entrada dos productos dos países continentaes em nossos mercados consumidores, posto em con-

O sr. Getulio Vargas dirigindo os trabalhos da sessão semanal do Conselho Federal de Commercio Exterior

Guilherme Weinchenck, Salgado Scarpa, Hldefonso de Abreu Albano, Carlos de Figueiredo, Santos Filho e pelo consul Haul Bopp, director da secretaria do Conselho.

Após percorrer as dependências do Conselho, o chefe do governo deu início á sessão. Em ligeiras palavras, o sr. Getulio Vargas saudou os conselheiros dizendo que, com a sua presença, queria reafirmar o seu apreço e o seu applauso ao patriotico e efficiente trabalho que ali era desenvolvido.

O sr. Leonardo Truda proferiu, seguida, um discurso saudando

triaz e á Federação das Associações Commerciaes do Brasil, que já haviam assegurado o seu concurso, e bem assim ao Banco do Brasil, que deverá também ser representado na missão.

Aguarda-se a designação dos representantes dessas classes e instituições para apressar a elaboração do plano de trabalho e do programma da missão. Entrementes a secretaria do Conselho procede sem perda de tempo á collecta dos elementos de informação e de estudo das questões cujo exacto conhecimento seja útil ao bom exito da

tacto directamente os exportadores e importadores; e deve ser composta de homens capazes, de homens praticos, de homens conhecedores do assumpto e, além disso, patriotas e dedicados á causa publica. Espero que elles sejam bem escolhidos e desde já designo para seu presidente um nome que está naturalmente indicado, em virtude de seus conhecimentos, de sua capacidade, de sua intelligencia: o dr. Leonardo Truda. Ouvindo as classes produtoras e conservadoras, serão escolhidos os outros membros, de maneira que haja uma

Figura 9 - As matérias sobre reuniões de Conselhos Federais presididas por Vargas eram publicadas na capa do periódico, assumindo, deste modo, importância hierárquica na organização das notícias (OESP, 18 jun. 1940, p. 1).

A DATA NATALICIA DA SRA. DARCI VARGAS

RIO, 13 — ("Estado" Via Vasp) — O aniversário natalício da sra. Getúlio Vargas constituiu acontecimento social de raro brilho, mobilizando todos os vários ramos da alta sociedade brasileira, que compareceram ao Palácio Guanabara, na noite de ontem, a fim de levar-lhe os cumprimentos. Ministros de Estado, militares, industriais, engenheiros, jornalistas, diplomatas, homens de letras, magistrados e artistas, foram ao palácio, onde a ilustre aniversariante se encontrava cercada de damas da sociedade brasileira. Foi, ainda d. Darcy Vargas, homenageada pelos artistas de rádio, que interpretaram músicas populares.

Além de ser pelos títulos sociais a primeira dama do país, a sra. Darcy Vargas tornou-se figura querida do povo brasileiro, que deve a ela empreendimentos de caráter filantrópico, aos quais se dedicou com coração. O Brasil inteiro, em mensagens de simpatia, admiração e estima, se congratulou com a ilustre senhora.

A noite de ontem foi transformada numa festa social de expressiva sensibilidade, que coroou as demais homenagens de afeto recebidas pela aniversariante em sua data natalícia.

O flagrante que ilustra esta nota, mostra um aspecto da recepção no "Guanabara", vendo-se a sra. Darcy Vargas entre as sras. Josúlio de Albuquerque e Salgado Filho.

Figura 10 - Os eventos íntimos, tais como aniversários da primeira dama, Darcy Vargas, eram noticiados com destaque nas páginas do periódico. Geralmente destacadas, essas fotografias reforçavam uma imagem positiva da esposa de Getúlio Vargas (*OESP*, 14 dez. 1941, p. 9).

O Natal das crianças pobres no Cattete

Figura 11 - O ápice das “ações filantrópicas” da primeira dama Darcy Vargas ocorria com o “Natal dos Pobres no Catete”. Acima, fotografia de criança publicada junto à notícia (*OESP*, 7 jan. 1941, p. 2).

HOMENAGEM DA FACULDADE DE DIREITO AO CHEFE DA NAÇÃO

Conforme noticiamos em nossa edição de ontem, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro prestou uma homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, conferindo-lhe o título de doutor "honoris causa" por esse estabelecimento de ensino superior. Fazendo entrega do título ao chefe do governo falou o prof. Pereira Lyra, que pronunciou um discurso exaltando os serviços prestados pelo sr. Getúlio Vargas à educação nacional. O "clichê" apresenta um aspecto da cerimônia no momento em que falava o prof. Pereira Lyra.

Figura 14 - As homenagens ao presidente eram devidamente registradas com o uso de fotografias. Acima, foto de Vargas ao receber título honorífico pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (OESP, 5 jul. 1940, p. 2).

Figura 15 - Era comum o uso de fotografias de Vargas acompanhado de seus ministros e interventores como forma de evidenciar a coerência de Vargas na escolha de seus auxiliares (OESP, 1 mai. 1942, p. 12).

Figura 16 - Do mesmo modo que Vargas era alvo de manifestações dos setores empresariais e comerciais, Fernando Costa, interventor de São Paulo, era homenageado pelo primeiro aniversário de sua administração (OESP, 4 jun. 1942, p. 1).

NOTÍCIAS DO RIO

O ANIVERSÁRIO DO DIRETOR GERAL DO DIP

A personalidade e ação de Lourival Fontes

RIO, 19 ("Estado" — Via Vasp) — A data de amanhã em que se assinala o aniversário natalício do sr. Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, é particularmente cara aos meios jornalísticos. O aniversário que, no momento se acha investido das funções de diretor do organismo governamental incumbido da difusão dos princípios doutrinários e realizações do novo regime, foi e continua a ser um completo profissional. Desde a juventude, milita na imprensa, que transformou em veículo de suas idéias e aspirações.

Dentro do jornal mostrou-se um espírito lucido, objetivo, com compreensão perfeita dos problemas nacionais. Ao jornalismo de ac-

posse entre outras qualidades a de saber escolher homens para os cargos, entregou-lhe a tarefa, a um tempo honrosa e cheia de dificuldades, de dirigir o Departamento de Imprensa e Propaganda. Al continuou o mesmo jornalista de sempre, pelo conhecimento minucioso e profundo dos problemas da imprensa brasileira, pelo interesse em atender às suas necessidades e pelo esforço em colocá-la no seu nobre papel de colaboradora dos poderes públicos, em benefício dos interesses nacionais.

Todos reconhecem que as funções do sr. Lourival Fontes se apresentam cheias de dificuldades, exigindo muito tato diplomático, muita habilidade. A unanimidade com que a imprensa do país prestigia a ação do D. I. P.: a amizade e a simpatia de que goza o seu diretor, constituem prova da inteligência, cultura e compreensão do sr. Lourival Fontes e da maneira elevada por que desempenha as suas funções.

Organização que honra o nosso país, o D. I. P. presta, através de suas divisões especializadas de imprensa, rádio, cinema e teatro, turismo e divulgação, um inestimável serviço às nossas relações culturais com o mundo civilizado. E, diante dessa obra, cuja irradiação dia a dia se torna mais ampla, realça a figura de Lourival Fontes, incansável nos seus empreendimentos em favor do bom nome do Brasil fora das nossas fronteiras.

Divulgando a obra do governo inteligente e objetivamente, o Departamento de Imprensa e Propaganda realiza uma política feliz de aproximação dos brasileiros de todos os Estados ao mesmo tempo em que leva ao estrangeiro o reflexo da nossa potencialidade, quer no setor econômico, quer no terreno cultural. Essa poderosa organização traduz apenas uma vontade extraordinária de cooperar, um desejo tenaz de fazer pelo Brasil o que o Brasil merece — ser conhecido e respeitado.

Lourival Fontes dirige tudo isso com acerto e esplendor mental e daí a justiça das manifestações que certamente lhe serão tributadas amanhã.

Dr. Lourival Fontes

ção preferiu, sempre, o jornalismo construtivo, de informação serena e de orientação segura. Seu desejo de influir sobre o pensamento da elite nacional, sobretudo das gerações novas, levou-o à fundação de uma revista de cultura — "Hierarquia" — que marcou época no Brasil e possui um lugar na história da renovação política do país.

O Presidente Getúlio Vargas, que

Figura 17 - Como forma de legitimar a ação de atores políticos do regime, publicavam-se textos e fotos de personalidades como Lourival Fontes, diretor geral do DIP (OESP, 20 mai. 1941, p. 2).

Figura 18 - Fotografia publicada no periódico da visita do diretor da Divisão de Imprensa do DIP, Jarbas de Carvalho, à Associação Brasileira de Imprensa (*OESP*, 18 abr. 1940, p. 2).

Figura 19 - Fotografia do general Góes Monteiro discursando em evento da ABI (*OESP*, 23 junho 1940, p. 2).

LE — JORNALISMO, 20 DE JANEIRO DE 1942

A HOMENAGEM AO PRESIDENTE VARGAS NA A. I. B.

O Presidente Vargas agradecendo as palavras do sr. Herbert Moses, que tem a seu lado os jornalistas Costa Rego e Jorge Santos

Figura 20 - Fotografia da visita de Vargas à Associação Brasileira de Imprensa (OESP, 20 jan. 1942, p. 6).

NOTÍCIAS DO RIO

JOHN GUENTHER VISITOU O DIRETOR DO D. I. P.

John Gunther em palestra com o sr. Lourival Fontes

Figura 21 - Fotografia abrindo a coluna *Notícias do Rio* da visita do jornalista estadunidense John Gunther ao diretor geral do DIP, Lourival Fontes (OESP, 15 jan. 1941, p. 2).

Figura 22 - Fotografia localizada na capa do jornal do embarque de Lourival Fontes, diretor geral do DIP, e sua esposa, a poetisa Adalgisa Nery, para Buenos Aires (*OESP*, 30 mar. 1941, p. 8).

O ESTADO DE S. PAULO — DOMINGO, 7 DE SETEMBRO DE 1941

Dr. Gubileo Vargas

Dr. Fernando Costa

1822 SALVE 7 DE SETEMBRO 1941

FAÇA SUA FORTUNA ESTUDANDO RADIO

APRENDA EM SUA CASA nas horas de folga para ser um **RADIO TECNICO COMPETENTE**

Com o novo e aperfeiçoado método de ensino do nome INSTITUTO V. E. aprenda todos os trabalhos técnicos de um modo eficiente para montar e consertar RADIOS de qualquer marca, simplificação, transmutação, ajuste de Trânsito, Criação de ondas, etc. Radial V. E. quer mais dinheiro do que o custo de uma educação, logo após de iniciá-lo. Criação de ondas, 35 semanas. Mensalidade variável. Não é preciso ter conhecimentos, sem preparação especial. Os alunos têm direito de praticar gratuitamente no laboratório da sede do Instituto Rádio Técnico. Alunos, Avenida Ipiranga, 912, S. Paulo. MANEJE HOJE MESMO O COUPON ABaixo

INSTITUTO RADIO-TECNICO MONTANA LTDA. 83

S. Paulo, 61 - São Paulo, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000

NO MAIS ALTO, CONHEÇA PUBLICO! CERVEJA CARACU

BEBER CARACU E BEBER SAUDE

HOMENAGEM DA CERVEJARIA RIO CLARO LTDA.

A elegância e conforto do equipamento dos lavadores "URCA", aliado a sua incomparável qualidade, completa os seus serviços pessoais de vida. "URCA", a elegância da vida.

"Urca"

O CIGARRO MARAVILHOSO. Fina e suave mistura de Fumo de Cigarros Tipo Americano - Marca 1928

"Urca" NOTAVEL PRODUTO "SUDAN"

QUE LINDOS MODELOS!

Rei dos Moveis LTDA.

AV. RANGEL PESTANA, 1532 - TEL. 2-0360 - S. PAULO

BALANÇAS FILIZOLA

UM PRODUTO BRASILEIRO QUE CONQUISTOU O BRASIL, ESTA' CONQUISTANDO A AMERICA E, CONQUISTARA' O MUNDO

AVENIDA VAUTIER, 307 - SAO PAULO

GINASIO IPIRANGA

COM INSPECÇÃO FEDERAL PERMANENTE

DECRETO 437, DE 18-11-1938

CURSOS: — Jardim de Infância — Primário — Admissão ao Ginásio — Ginasial (Ginásio e Instituto)

Para ambos os sexos

Curso de Admissão Gratuito

Director: PROF. DR. JOAQUIM BASILIO PENNING

Vice Director: DR. MIGUEL PENNING

Escola Normal Livre Ipiranga

Atendimentos e transferências — Principais e Informações: Rua Vergueiro, 1568 — Fones: 7-2574 e 7-2631

VILA MARIANA

CASA VERMELHA

PALACIO ENCANTADO DOS CALÇADOS

CALÇADOS DE LUXO — SEMPRE NOVIDADES

W. VILLAÇA & CIA. LTDA.

RUA QUINTINO BOCAIUNHA N.º 78 — TELEFONE: 2-4693 — S. PAULO

Karo

AGORA EM LINDOS VIDROS E PARA TODOS OS PALADARES!

ROTULO DOURADO

Um charque dourado e delicioso. Preferido por todos. Fonte de energias no organismo.

ROTULO AZUL

Com um delicioso sabor de melado. Ideal para a dieta infantil.

ROTULO CHOCOLATE

Uma colher, das dez, com um copo de leite frio: como as crianças o apreciam!

ROTULO VERMELHO

Para fins culinárias. Deliciosa sobremesa. Usado na dieta infantil.

E MAIS... OS DELICIOSOS

PÓS PARA PUDINS DURYEA

seus sabores de: Baunilha — Chocolate — Caramelo.

A' venda nas principais mercearias.

Apresentados pelos fabricantes da famosa

MAIZENA DURYEA

O CALÇADO DA ATUALIDADE

Yara

A mais linda casa de calçados da cidade

W. VILLAÇA & CIA. LTDA.

A TABA DAS MARAVILHAS — Rua Direita n.º 40

CHAMPAGNE STOCK VERMOUTH

DESDE 1884

LIQUIDAÇÃO MME. JENNY

Rua Barão de Itapetininga, 265-273

SAO PAULO

CIGARROS Fulgor

DISTRIBUEM DE FAÇO

CHEQUES DE 500\$000 E 200\$000

COM FIGURINHAS PARA LINDOS BRINDES

CIGARROS Fulgor

MILHARES DE OUTROS

CHEQUES DE 100\$000 A 1\$000

GRANDE DISTRIBUIÇÃO DE VALIOSOS BRINDES

CIGARROS Fulgor

E' UM PRODUTO "SUDAN"

A FAVORITA DISTRIBUE

Matriz em S. Paulo: Av. Rangel Pestana n.º 1206

Filiais: Em todo o Estado:

Figura 25 - Página da edição especial após as comemorações do dia 7 de setembro em 1941: nota-se a tentativa de estabelecer uma relação entre D. Pedro I, Vargas e o interventor de São Paulo Fernando Costa (OESP, 7 set. 1941, p. 20).

Q. ESTADO DE S. PAULO — DOMINGO, 7 DE SETEMBRO DE 1941

Mais de um século de
INDEPENDÊNCIA

*O que ELES fizeram
pela independência
da pátria...*

**FAÇA-O PELA INDEPENDÊNCIA ECONOMICA
DE SUA FAMILIA**

subscrévendo uma
apólice de Seguro de Vida na

SUL AMERICA
COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

**Cerca de
100 MIL LARES
estão protegidos por Seguros
de Vida na "SUL AMERICA"
num total superior a
2.400.000
CONTOS DE REIS**

Sede Social: RIO DE JANEIRO

FIRME
com a Pátria de
Amor
SUL AMERICA

Figura 26 - Empresas aproveitavam as comemorações oficiais do Estado Novo, como a “Semana da Pátria”, para divulgarem seus produtos, atrelando-os a imagens, símbolos e palavras relacionadas às festividades. Na imagem acima, podemos visualizar propaganda de empresa de seguros privados que aproveita a data comemorativa para divulgar os seus produtos (OESP, 7 set. 1941, p. 21).

Figura 27 - Primeira propaganda do Ministério da Guerra, publicada em dezembro de 1941, exortando os jovens a se alistarem no Exército. Ela foi publicada pouco antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do “Eixo” (OESP, 30 dez. 1941, p. 3).

O ESTADO DE S. PAULO — DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 1942

OUÇAM OS PROGRAMAS DE RADIO DA "GALERIA PAULISTA DE MODAS"

Domingo das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Domingo das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Segunda das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Segunda das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Terça das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Terça das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Quarta das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Quarta das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Quinta das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Quinta das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Sexta das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Sexta das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Sábado das 10 h às 11 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.
Sábado das 11 h às 12 h	— música sinfônica	— na Rádio Tupi	— 1412 Kcs.

Galeria Paulista
DE MODAS

TODOS PODEM COMPRAR AS ÚLTIMAS
NOVIDADES DE INVERNO

"Galeria Paulista de Modas" apresenta suas exposições de inverno em harmonia com o bom gosto e o espírito de seleção do povo culto e progressista da capital bandeirante.

Em seus deslumbrantes mostruários, sucedem-se as mais notáveis criações de inverno, sortimentos grandiosos que são verdadeiras fontes de surpresas e belezas: Cores, desenhos, modelos, nos vestidos, nas roupas internas, nos agasalhos que a "Galeria Paulista de Modas" mostra ao público paulistano, constituem verdadeiros requintes da arte de bem vestir.

Melhor do que quaisquer palavras, a "Galeria Paulista de Modas" convida o público paulistano a visitar as suas grandes exposições de inverno, certas de que, para cada gosto, apresenta um artigo correspondente e sempre o

**MELHOR EM QUALIDADE
PELO MENOR EM PREÇO**

De acordo com a sua orientação de vendas a "Galeria Paulista de Modas" oferece:

Manteaux • Costumes • Vestidos • Malhas • Peles • Chapéus • Tecidos de lã • Echarpes • Triângulos • Carteiras • Bolsas • Luvas • Cintos • Agasalhos para crianças e bebês • Artigos para cavalheiros • Cobertores • Acolchoados • Tudo novo! Tudo moderno! Por preços ao alcance de todas as bolsas.

Schaedlich, Obert & Cia. - Rua Direita 162-190
(em reorganização)

Figura 29 — Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, algumas empresas tiveram que mudar seus nomes para se readequarem ao novo momento. Acima, uma propaganda da "Casa Alemã" que teve que mudar seu nome para "Galeria de Modas Paulista", todavia continuando com sua característica "letra gótica" (OESP, 19 abr. 1942, p. 7).

Figura 30 – No final de 1942 *OESP* passou por outra transformação de ordem administrativa: de Empresa Incorporada ao Patrimônio da União para Sociedade Anônima (*OESP*, 1 dez. 1942, p. 1).

Figura 31 – Propaganda de bebida que aproveitava o contexto da guerra para vender seus produtos (*OESP*, 15 dez. 1942, p. 2).

Figura 32 – Propaganda de bebida (*OESP*, 18 dez. 1942, p. 2).

1943

Um esforço técnico sem precedentes garantiu decisiva vitória para seus produtos.

1943

Sarkis

Sarkis

produzindo novos tipos, garantiu maior elegância masculina
os Mais modernos tipos
os Mais duráveis
os Mais baratos

Sarkis

ITAPIRA - Est. São Paulo - L. Mogiana - Caixa Postal, 2 - Tel. 139

Figura 33 – Propaganda de fábrica de chapéus (OESP, 28 mar. 1943, p. 2).

As notícias de São Paulo
Quinta-feira, 14 de Novembro de 1944
Edição de Hoje 14 Páginas

U ESTADU DE S. PAULO

Quinta-feira, 14 de Novembro de 1944
Edição de Hoje 14 Páginas

DESCRITA NA CAMARA DOS COMENSEM SETE ANOS O BRASIL TOR- A DIFICIL SITUACAO DA GRECIA NOU-SE POTENCIA MILITAR

Relato da visita do Sr. Eden e Greca, na viagem de volta de Moscou — Desolados pela situação da indústria, os meios de comunicação e transporte, enfim todos os recursos econômicos do povo helênico

AS CONDIÇÕES DA LUTA NA FRENTE ITALIANA

LONDRES, 13 (R.) — O general Eden, chefe do governo britânico, chegou a Atenas, na Grécia, na tarde de ontem, após uma viagem de sete dias a Moscou, onde esteve com o primeiro-ministro soviético, Stalin. O general Eden, ao chegar a Atenas, foi recebido pelo rei Jorge II e pelo primeiro-ministro grego, Metaxas. O general Eden, em sua viagem a Moscou, teve uma reunião com Stalin, na qual discutiram a situação da Grécia e a luta na frente italiana. O general Eden, ao chegar a Atenas, fez um discurso em que falou sobre a situação da Grécia e a luta na frente italiana. O general Eden, em seu discurso, falou sobre a situação da Grécia e a luta na frente italiana. O general Eden, em seu discurso, falou sobre a situação da Grécia e a luta na frente italiana.

PREMIO INSTITUÍDO PELO EMBAIXADOR DO CANADÁ

A medalha de ouro destinada aos melhores trabalhos de estudantes brasileiros sobre o Canadá

COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO ESTADO NACIONAL

Será festivamente assinalada em todo o país a passagem do 10º de Novembro — Homenagem do Exército e da Marinha ao Chefe da Nação

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Em nome do chefe do Estado-Maior, o ministro da Aeronáutica, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, fez um discurso em que falou sobre a situação da aeronáutica brasileira e a luta na frente italiana.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

PREMIO INSTITUÍDO PELO EMBAIXADOR DO CANADÁ

A medalha de ouro destinada aos melhores trabalhos de estudantes brasileiros sobre o Canadá

COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO ESTADO NACIONAL

Será festivamente assinalada em todo o país a passagem do 10º de Novembro — Homenagem do Exército e da Marinha ao Chefe da Nação

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Em nome do chefe do Estado-Maior, o ministro da Aeronáutica, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, fez um discurso em que falou sobre a situação da aeronáutica brasileira e a luta na frente italiana.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

SENA DO BOM FÉ

Comunicação enviada pelo Senador da República, Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, em nome do chefe do Estado-Maior.

Figura 37 — Fotografia de soldados da FEB manejando canhão em treinamentos na Europa (OESP, 9 nov. 1944, p. 14).

Figura 38 – Fotografia publicada n’*OESP* de reunião do general Mascarenhas de Moraes com militares estadunidenses (*OESP*, 15 ago. 1944, p. 2).

Figura 39 – Fotografia do general Mascarenhas de Moraes cumprimentando militares estadunidenses durante a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial (*OESP*, 30 ago. 1944, p. 12).

AS FORÇAS EXPEDICIONARIAS DO BRASIL NA FRENTE ITALIANA

As tropas brasileiras que se encontram na Itália vêm combatendo, valentemente, o inimigo nazista, destacando-se de maneira brilhante, no setor de batalha que lhes foi confiado. Nas refregas em que os nossos soldados já tomaram parte, a sua bravura, de que muito justamente se orgulha todo o Brasil, foi posta à prova de modo esplêndido. Nossos patriotas evidenciam não somente coragem, mas iniciativa e intrepidez nos duros momentos de combate. Os últimos telegramas procedentes da frente italiana revelam que a F. E. B. está participando das investidas aliadas contra a linha "Gótica" e que os seus avanços têm sido coroados de êxito. Na fotografia acima, distribuída pela Agência Nacional, vêem-se barracas onde se abrigam nossos soldados, ao longo de uma área onde se alinham centenas de oliveiras.

Figura 40 – Fotografia publicada n’*OESP* sobre o cotidiano dos soldados no front de batalha (*OESP*, 28 set. 1944, p. 16).

O Tte. General Lucien K. Truscott, comandante do V Exército norte-americano, condecorando com a Estrela de Bronze, por atos de heroísmo, aos oficiais da FEB, o 2.º Tte. Balduino Nonato Ribeiro da Silva, e 2.º Tte. Naimundo Cavalcanti Silva, ambos do Rio de Janeiro. Em baixo ajuda o Tte. General Lucien K. Truscott em companhia do General João Baptista Macaregnhas de Moraes, comandante chefe da F. E. B., passando em revista uma unidade da mesma força, momentos antes de fazer entrega aos soldados, das condecorações por atos de bravura. (Foto S. J. H.).

Figura 41 – Fotografia de evento de condecoração de soldados da FEB pelos EUA (OESP, 4 mai. 1945, p. 2).

DOCUMENTARIO BRASILEIRO DA GUERRA

Entrevista coletiva à imprensa americana, concedida pelos aviadores brasileiros que combateram na Itália, e levada a efeito no famoso Edifício Pentagono, do Ministério da Guerra, em Washington. (S. I. H.)

Figura 42 – Fotografia que fazia parte do “Documentário Brasileiro da Guerra” (OESP, 22 jul. 1954, p. 16).

DOCUMENTARIO BRASILEIRO DA GUERRA

O General Enéides Zenóbio da Costa, Comandante da Infantaria da F. E. B., quando, ainda na Itália, fazia a entrega de citações por ato de bravura aos heróis brasileiros. Da esquerda para direita: cabo Manuel Prates Filho, de Imarui, (Santa Catarina); o Maj. Argens Monte Lima, do Rio de Janeiro, já condecorado anteriormente com medalha de prata; Cap. Helitor Furtado Araújo do Matos, de Salvador (Bahia); 2.º Ten. Raimundo Cavalcanti da Silva, do Rio de Janeiro; 2.º sgt. Max Wolff, do Rio de Janeiro; Cap. João Manuel Faria Filho, de S. João del Rey (Minas Gerais). (S. I. H.)

Figura 43 – Fotografia da “entrega de citações por ato de bravura” aos Expedicionários (OESP, 25 jul. 1945, p. 2).

O ESTADO DE S. PAULO

DIRETOR RESPONSÁVEL: FRANCISCO DE GASTRO RAMOS
 S. PAULO - TERÇA-FEIRA, 1 DE MAIO DE 1945
 ANO LXXI - Nº 23.192

BRILHANTE FEITO DAS FORÇAS BRASILEIRAS NA FRENTE ITALIANA

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS REALIZADAS EM PARIS

Os comunistas obtiveram 27 cadeiras das 90 existentes — O Movimento Republicano Popular obteve 13 cadeiras, as socialistas 12 e as liberais 3. Laval, Marcel Dax e outros líderes vichystas em Paris, na França — Herriot recentemente libertado pelo povo francês, eleito prefeito de Lila.

PATRIÇA SUICA ATACA POR ENCANO PELOS FRANCÊSES

A Patria Suíça, órgão de propaganda da Suíça, atacou os franceses por terem permitido a entrada de soldados alemães no país. O artigo afirma que os franceses são responsáveis pela situação atual da Suíça.

Formado o governo austríaco chefiado pelo dr. Karl Renner

O governo austríaco foi formado com a chefia de Renner. O novo gabinete inclui membros de várias facções políticas. A situação política na Áustria é considerada estável.

Benito Mussolini executado pelos guerrilheiros

Benito Mussolini foi executado pelos guerrilheiros italianos. A execução ocorreu em um local secreto. Os detalhes da execução não foram divulgados oficialmente.

A execução de Mussolini e seus cúmplices

A execução de Mussolini e seus cúmplices foi realizada de forma rápida e eficiente. Os detalhes da execução foram divulgados por fontes confiáveis.

Mais prudência, menos egoísmo

O artigo discute a importância da prudência e da moderação em tempos de guerra. Argumenta-se que o egoísmo pode levar a consequências catastróficas.

Terminada a ofensiva dos bombardeiros da R.A.F.

A ofensiva dos bombardeiros da Real Força Aérea (R.A.F.) foi terminada. Os resultados foram considerados satisfatórios.

Eleições às câmaras municipais

Foram realizadas eleições às câmaras municipais em várias cidades. Os resultados foram divulgados.

Lançado ao mar o porão do navio "Franklin"

O porão do navio "Franklin" foi lançado ao mar. O incidente ocorreu durante uma operação naval.

Forças alemãs, sem sucesso, tentam romper a linha de defesa

As forças alemãs tentaram romper a linha de defesa sem sucesso. Os aliados mantiveram a posição.

Memórias de um soldado

Um soldado compartilha suas memórias da guerra. O texto descreve as experiências e sentimentos durante o conflito.

Hoje, DIA DO TRABALHO, de celebração universal e feriado nacional, estarão fechadas todas as dependências do "O ESTADO DE S. PAULO"

Hoje, DIA DO TRABALHO, de celebração universal e feriado nacional, estarão fechadas todas as dependências do "O ESTADO DE S. PAULO".

Figura 44 – Capa da edição especial sobre a prisão da 148ª Divisão de Infantaria alemã. No canto direito inferior, fotografia do general Mascarenhas de Moraes provando sopa em acampamento brasileiro da FEB na Itália (OESP, 1 mai. 1945, p. 1).

O ESTADO DE S. PAULO

DIÁRIO GERAL DE S. PAULO
ANO LXIXI
FUNDADO EM 1890
PUBLICADA: 1945

DIRETOR PRESIDENTE PELAGIO LOBO
S. PAULO - QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1945

DIRETOR DA REDACÇÃO ABNER MOURÃO
NÚM. 23.183

BRILHANTEMENTE COMEMORADO O "DIA DO TRABALHO" NA CAPITAL DO PAÍS

Como parte do programa das solenidades de 1.º de maio, o Presidente da República inaugurou no Ministério do Trabalho, a "Galeria Presidente Vargas", precioso mostro da grandeza industrial do país — Discurso do Ministro Marcondes Filho durante a cerimônia — Almoço oferecido ao Sr. Getúlio Vargas no restaurante do Ministério — A grande concentração trabalhista no Estádio do Vasco da Gama, onde cerca de 50 mil pessoas aclamaram o Chefe do Governo — Homenagem especial aos soldados da F. E. B. que presenciaram o desenrolar das festividades

NOTAVEL DISCURSO PROFERIDO PELO CHEFE DA NAÇÃO

Em discurso brilhante, o Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, inaugurou no Ministério do Trabalho, a "Galeria Presidente Vargas", precioso mostro da grandeza industrial do país. O discurso foi proferido em uma cerimônia solene, na qual o Ministro do Trabalho, Sr. Marcondes Filho, também participou.

O Sr. Vargas destacou a importância do trabalho para o desenvolvimento do Brasil e a necessidade de uma legislação trabalhista adequada. Ele também fez uma homenagem aos soldados da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) que estavam presentes na cerimônia.

Após o discurso, foi oferecido um almoço ao Sr. Vargas no restaurante do Ministério. O almoço foi uma ocasião para o Sr. Vargas conversar com os membros do governo e os convidados.

Em seguida, houve uma grande concentração trabalhista no Estádio do Vasco da Gama, onde cerca de 50 mil pessoas se reuniram para comemorar o Dia do Trabalho. O evento foi muito animado, com muita música e dança.

As comemorações nos Estados

PARANÁ — O governador do Paraná, Sr. Antônio de Toledo, também participou das comemorações do Dia do Trabalho. Ele fez um discurso no qual destacou a importância do trabalho para o desenvolvimento do Estado.

Em Curitiba, houve uma grande concentração trabalhista no Estádio do Vasco da Gama, onde cerca de 50 mil pessoas se reuniram para comemorar o Dia do Trabalho.

GOIÁS — O governador do Goiás, Sr. Antônio Carlos de Oliveira, também participou das comemorações do Dia do Trabalho. Ele fez um discurso no qual destacou a importância do trabalho para o desenvolvimento do Estado.

Em Goiânia, houve uma grande concentração trabalhista no Estádio do Vasco da Gama, onde cerca de 50 mil pessoas se reuniram para comemorar o Dia do Trabalho.

MINAS GERAIS — O governador de Minas Gerais, Sr. Antônio Carlos de Oliveira, também participou das comemorações do Dia do Trabalho. Ele fez um discurso no qual destacou a importância do trabalho para o desenvolvimento do Estado.

Em Belo Horizonte, houve uma grande concentração trabalhista no Estádio do Vasco da Gama, onde cerca de 50 mil pessoas se reuniram para comemorar o Dia do Trabalho.

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Outro aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Outro aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Outro aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Outro aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Outro aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

Um aspecto da enorme multidão no Estádio do Vasco da Gama

A chegada do Chefe da Nação ao Estádio do Vasco da Gama

Figura 45 — Capa da edição do "Dia do Trabalho" (OESP, 3 mai. 1945, p. 1).

O ESTADO DE S. PAULO

DIRETOR GERENTE FRANCISCO DE CASTRO RAMOS
ANO LXII
FUNDADO EM 1890
PUBLICADA: De acordo com a tabela de preços em vigor

DIRETOR PRESIDENTE PELAGIO LOBO
S. PAULO, — TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1945

DIRETOR DA REDACÇÃO ABNER MOURAO
ESTADÃO E ADMINISTRAÇÃO RUA BOA VISTA N. 180 A 182
Cidade de São Paulo, 1945
NÚM. 23.197

OS EXERCÍCIOS ALEMÃES RENDERAM-SE ONTEM INCONDICIONALMENTE

O Presidente Vargas anunciou para o homem que batia de dar todos os recursos militares da organização e técnica militar: o General Duque de Caxias.

Por que tivemos um exército e uma vitória a nível das circunstâncias e por que a nossa participação na luta no território europeu constitui uma grande vitória.

Mas a vitória principal foi a vitória moral. A campanha da Alemanha aliada à vitória moral. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Termina assim a guerra no continente europeu — Proclamação do Ministro do Exterior do Reich anunciando ao povo alemão a dura realidade da derrota total — Os chefes dos governos da Inglaterra, Estados Unidos e Rússia farão hoje a comunicação oficial do grande acontecimento — Ordem de cessação de fogo a todas as forças combatentes alemãs — A ocupação do território do Reich

SERÁ COMEMORADO HOJE EM TODO O MUNDO O DIA DA VITÓRIA

Reorganização da vida civil na capital alemã — O exército russo já conta com o auxílio da população berlinesa para os serviços de socorros — Belonas germanicas entregues às forças aliadas

A derrota alemã é a derrota final. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal. Os alemães renderam-se incondicionalmente. A vitória moral foi a vitória principal.

Figura 47 — Capa de edição onde encontramos as imagens de Vargas associadas a outros chefes políticos aliados e generais (OESP, 8 mai. 1945, p. 1).

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO
SABADO, 14 DE AGOSTO DE 1944

O ESTADO DE S. PAULO

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO
SABADO, 14 DE AGOSTO DE 1944

NOTÍCIAS DO RIO Avenida Presidente Vargas

RIO, 13 ("Estado") — Via Vargas, o maior e mais importante eixo de circulação da cidade, apresenta, desde a sua inauguração, um movimento constante e crescente. A Avenida, que se estende desde o Centro até ao bairro de Botafogo, é hoje uma das mais importantes artérias da cidade. O movimento de veículos e pedestres é intenso, refletindo a importância da via para a vida urbana carioca.

PROCESSOS DE S. PAULO NA CAMARA DE REAJUSTAMENTO ECONOMICO

RIO, 13 ("Estado") — O processo de reajustamento econômico em São Paulo, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A Comissão de Reajustamento Econômico, criada para estudar e propor medidas de equilíbrio econômico, tem realizado várias reuniões e audiências públicas. O objetivo é estabelecer uma política econômica que permita o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, considerando as necessidades da população e as possibilidades da economia local.

EXPOSIÇÃO DO ESFORÇO DE GUERRA DO BRASIL

RIO, 13 ("Estado") — A exposição "O Esforço de Guerra do Brasil" é uma das mais importantes iniciativas culturais e educativas do momento. Ela visa destacar o papel do Brasil na luta contra o eixo, mostrando a mobilização de recursos humanos e materiais. A exposição é organizada pelo Ministério da Educação e é aberta ao público em geral.

MINISTERIO DA VIAGIÇÃO

RIO, 13 ("Estado") — O Ministério da Viagem, sob a direção de Eurico Gaspar Dutra, tem tomado medidas para facilitar o deslocamento dos cidadãos. A criação de linhas aéreas e terrestres mais eficientes é uma das prioridades do ministério.

EMBAIXADOR DO MEXICO

RIO, 13 ("Estado") — O embaixador do México, Sr. [Nome], chegou à cidade para uma visita oficial. Ele será recebido pelo governador do Estado e pelo prefeito da cidade.

RECEPCIONA O SINDICATO DOS JORNALISTAS

RIO, 13 ("Estado") — O governador do Estado recebeu o representante do Sindicato dos Jornalistas. A reunião teve caráter informativo e de troca de ideias sobre a situação da imprensa no Estado.

NO CATETE

RIO, 13 ("Estado") — O governador do Estado, Eurico Gaspar Dutra, realizou uma reunião no Catete com membros do governo e da oposição. O encontro teve caráter de trabalho e de discussão de assuntos de interesse público.

O DIA DO SOLDADO BRILHANTEMENTE COMEMORADO NO RIO DE JANEIRO

Grandes homenagens à memória de Caxias — Cerimônia realizada junto à estatua do patrono do Exército brasileiro, com a presença do Presidente da República e altas autoridades — Entrega das insígnias da Ordem do Mérito Militar ao Interventor Fernando Costa e outras ilustres personalidades

RIO, 13 ("Estado") — O Dia do Soldado foi comemorado no Rio de Janeiro com grandes honras. A cerimônia, realizada no Centro do Exército, contou com a presença do Presidente da República, do governador do Estado e de outras autoridades. O dia foi dedicado à memória de José Bonifácio e a todos os soldados que serviram ao Brasil.

RIO, 13 ("Estado") — O Dia do Soldado foi comemorado no Rio de Janeiro com grandes honras. A cerimônia, realizada no Centro do Exército, contou com a presença do Presidente da República, do governador do Estado e de outras autoridades. O dia foi dedicado à memória de José Bonifácio e a todos os soldados que serviram ao Brasil.

RIO, 13 ("Estado") — O Dia do Soldado foi comemorado no Rio de Janeiro com grandes honras. A cerimônia, realizada no Centro do Exército, contou com a presença do Presidente da República, do governador do Estado e de outras autoridades. O dia foi dedicado à memória de José Bonifácio e a todos os soldados que serviram ao Brasil.

O Interventor Fernando Costa no momento em que recebe a insígnia da Ordem do Mérito Militar, sob o olhar atento do presidente da República.

O Interventor Fernando Costa no momento em que recebe a insígnia da Ordem do Mérito Militar, sob o olhar atento do presidente da República.

RIO, 13 ("Estado") — O Dia do Soldado foi comemorado no Rio de Janeiro com grandes honras. A cerimônia, realizada no Centro do Exército, contou com a presença do Presidente da República, do governador do Estado e de outras autoridades. O dia foi dedicado à memória de José Bonifácio e a todos os soldados que serviram ao Brasil.

O Interventor Fernando Costa no momento em que recebe a insígnia da Ordem do Mérito Militar, sob o olhar atento do presidente da República.

DO RIO DOCE

RIO, 13 ("Estado") — O Rio Doce, importante via de transporte e comércio, apresenta um movimento constante. A navegação é intensa, refletindo a importância da via para a economia local.

REGISTRO DE DOPLAS

RIO, 13 ("Estado") — O registro de doblas, uma das principais atividades econômicas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. O registro é realizado pelo Departamento de Registro e é aberto ao público em geral.

A PRODUÇÃO NO VALE DO RIO DOCE

RIO, 13 ("Estado") — A produção no Vale do Rio Doce, uma das principais atividades econômicas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A produção é realizada pelas indústrias locais e é aberta ao público em geral.

LIBERTACAO DE PARIS

RIO, 13 ("Estado") — A libertação de Paris, uma das principais vitórias da Segunda Guerra Mundial, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A libertação foi realizada pelas forças aliadas e é aberta ao público em geral.

AS PROMOÇÕES DO FUNCIONARIO PUBLICO

RIO, 13 ("Estado") — As promoções do funcionário público, uma das principais atividades administrativas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. As promoções são realizadas pelo Departamento de Administração e são abertas ao público em geral.

AUTORIZACAO A PRODUCAO DO HORARIO DO TRABALHO PARA CONDUTORES, MOTORISTAS ETC.

RIO, 13 ("Estado") — A autorização a produção do horário do trabalho para condutores, motoristas e outros, uma das principais atividades administrativas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A autorização é realizada pelo Departamento de Administração e é aberta ao público em geral.

CONCURSO PARA FACULDADES DE FILOSOFIA

RIO, 13 ("Estado") — O concurso para faculdades de filosofia, uma das principais atividades acadêmicas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. O concurso é realizado pelo Departamento de Educação e é aberto ao público em geral.

CARTERA DE REGISTRO DE CONTAS DO BANCO DO BRASIL

RIO, 13 ("Estado") — A carteira de registro de contas do Banco do Brasil, uma das principais atividades financeiras do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A carteira é realizada pelo Banco do Brasil e é aberta ao público em geral.

MINISTRO JOAO ALBERTO

RIO, 13 ("Estado") — O ministro João Alberto, uma das principais autoridades do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. O ministro é responsável pelo Departamento de Administração e é aberto ao público em geral.

CASO DAS OBRAS PSICOGRAFADAS DE HUMBERTO DE CAMPOS

RIO, 13 ("Estado") — O caso das obras psicografadas de Humberto de Campos, uma das principais atividades culturais do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. O caso é realizado pelo Departamento de Cultura e é aberto ao público em geral.

CONCURSO PARA FACULDADES DE FILOSOFIA

RIO, 13 ("Estado") — O concurso para faculdades de filosofia, uma das principais atividades acadêmicas do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. O concurso é realizado pelo Departamento de Educação e é aberto ao público em geral.

CAMPAHA NACIONAL CONTRA O CANCER

RIO, 13 ("Estado") — A campanha nacional contra o câncer, uma das principais atividades de saúde do Estado, tem sido acompanhado com interesse pela imprensa e pelo público. A campanha é realizada pelo Departamento de Saúde e é aberta ao público em geral.

A foto da cerimônia realizada junto à estatua de Caxias, no Rio de Janeiro, sob o olhar atento do presidente da República.

Figura 48 — Contracapa d'OESP sobre as comemorações do "Dia do Soldado" no Rio de Janeiro. Detalhe para a foto de Vargas condecorando o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (OESP, 26 ago. 1944, p. 14).

INICIO DO PROCESSO DE AMPLA CONSULTA A' OPINIÃO NACIONAL

O governo brasileiro vai satisfazer o compromisso voluntário e solenemente assumido para com o povo — Patenteado a boa fé e boa vontade do governo

Um aspecto da histórica reunião ministerial realizada, ante-onitem, no Palácio Rio Negro em Petrópolis, sob a presidência do Chefe da Nação

RIO, 23 ("Estado" — Pelo telefone) — Quinta-feira o Ministro Interino da Justiça comunicou a toda a Nação, através da "Hora do Brasil", o início do importante relatório escrito apresentado pelo Ministério ao Presidente da República, sobre o problema da complementação constitucional. Tendo sido desse modo o processo da ampla consulta à opinião nacional e as urnas livres, que fôra prometida pelo Presidente Getúlio Vargas. O governo brasileiro vai, portanto, satisfazer o compromisso voluntário e solenemente assumido para com o povo. Abriu-se por esse meio, um largo debate sobre a matéria. Todos podem sentir que os órgãos de expressão do pensamento estão usando, sem limitações da censura, o máximo das facilidades da crítica. Um só propósito anima esta emergência o governo brasileiro e o seu iminente chefe, que é a proposta de cumprir integralmente os seus deveres oficiais, garantindo a ordem e as liberdades públicas nos mais puros moldes democráticos e tendo presente, acima de tudo, o interesse da pátria. Nenhuma provocação, foi feita para espas de alistar o governo desta linha de procedimento. A exposição ministerial versou sobre os aspectos da política, que vinham merecendo a atenção dos vários círculos de opinião. Houve resposta a cada uma das perguntas, houve atenção para cada uma das dificuldades apresentadas. Com exemplar sinceridade, a questão foi colocada e discutida em seus menores detalhes. A lei constitucional remanejada dos estudos do Ministério, sob a orientação superior do chefe de Estado, responderá, inequivocamente, à aspiração do povo e às necessidades do país. É evidente que o governo que assim procede é um governo substancial e formalmente democrático e digno da tradição do povo brasileiro. Não portanto apresentadas a boa fé e a boa vontade do governo. O povo brasileiro saberá compreender e interpretar vista exclusivamente o interesse do Brasil, do seu progresso e da sua alta posição no quadro das relações internacionais, onde o reconhecimento já obteve profunda repercussão. Resta que todos aqueles que têm responsabilidades na orientação da política também o compreendam, com a mesma elevação de vista e o pensamento voltado para o bem do Brasil.

Figura 49 – Fotografia de Vargas e ministros em reunião ministerial sobre a realização das eleições em dezembro de 1945 (OESP, 24 fev. 1945, p. 14).

A ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPUBLICA A' IMPRENSA

Diante do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, durante a entrevista.

Figura 50 – Vargas e jornalistas conversando após entrevista coletiva no Palácio do Catete (OESP, 4 mar. 1945, p. 32).

O ESTADO DE S. PAULO

DIRECTOR GERAL: FRANCISCO DE CASTRO RAMOS
DIRECTOR PRESIDENTE: PELAGIO LOBO
DIRECTOR DA REDACÇÃO: ARNER MOURAO

ANO LXII. — 1945 — S. PAULO — QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1945 — Nº 23.162

LANÇADA POR SÃO PAULO E MINAS GERAIS A CANDIDATURA DO GENERAL EURICO GASPAR DUTRA A PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

Como decorreu a histórica reunião de ontem, no Palácio dos Campos Eliseos — Em eloquente discurso, o Governador Benedito Valadares apresentou o nome do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial — Em brilhante improviso, o Sr. Mario Tavares exprimiu a satisfação dos presentes pela união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar — O Sr. Cirilo Junior leu a nota expondo os resultados das conversações, a qual foi subscrita pelo Sr. Fernando Costa, Benedito Valadares e as mais expressivas figuras do cenário político e das forças produtoras do Estado

DECLARAÇÕES DO SR. INTERVENTOR FERNANDO COSTA

S. PAULO, 13 MAR. — A reunião histórica, que se realizou ontem, no Palácio dos Campos Eliseos, sob a presidência do Sr. Benedito Valadares, teve o seu ponto culminante na apresentação do nome do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial. O Sr. Valadares, em eloquente discurso, apresentou o nome do General Dutra, destacando a sua carreira militar e política, e a sua posição de destaque no cenário nacional. O Sr. Mario Tavares, em brilhante improviso, exprimiu a satisfação dos presentes pela união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar. O Sr. Cirilo Junior leu a nota expondo os resultados das conversações, a qual foi subscrita pelo Sr. Fernando Costa, Benedito Valadares e as mais expressivas figuras do cenário político e das forças produtoras do Estado.

DECLARAÇÕES DO SR. INTERVENTOR FERNANDO COSTA

S. PAULO, 13 MAR. — O Sr. Fernando Costa, Interventor do Estado, declarou que a reunião de ontem foi uma verdadeira festa política, e que a apresentação do nome do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial foi um ato de grande importância. Ele destacou a carreira do General Dutra, desde a sua entrada no Exército até ao seu posto de General, e a sua posição de destaque no cenário nacional. Ele também destacou a união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar, e a importância desta união para a sucessão presidencial.

DISCURSO DO SR. BENEDITO VALADARES

S. PAULO, 13 MAR. — O Sr. Benedito Valadares, Governador do Estado, fez um eloquente discurso, apresentando o nome do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial. Ele destacou a carreira do General Dutra, desde a sua entrada no Exército até ao seu posto de General, e a sua posição de destaque no cenário nacional. Ele também destacou a união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar, e a importância desta união para a sucessão presidencial.

DISCURSO DO SR. MARIO TAVARES

S. PAULO, 13 MAR. — O Sr. Mario Tavares, em brilhante improviso, exprimiu a satisfação dos presentes pela união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar. Ele destacou a importância desta união para a sucessão presidencial, e a importância do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial.

DISCURSO DO SR. CIRILO JUNIOR

S. PAULO, 13 MAR. — O Sr. Cirilo Junior leu a nota expondo os resultados das conversações, a qual foi subscrita pelo Sr. Fernando Costa, Benedito Valadares e as mais expressivas figuras do cenário político e das forças produtoras do Estado.

DISCURSO DO SR. FERNANDO COSTA

S. PAULO, 13 MAR. — O Sr. Fernando Costa, Interventor do Estado, declarou que a reunião de ontem foi uma verdadeira festa política, e que a apresentação do nome do General Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial foi um ato de grande importância. Ele destacou a carreira do General Dutra, desde a sua entrada no Exército até ao seu posto de General, e a sua posição de destaque no cenário nacional. Ele também destacou a união política de São Paulo e Minas Gerais, em torno do nome do ilustre militar, e a importância desta união para a sucessão presidencial.

General Eurico Gaspar Dutra

Benedito Valadares

Mario Tavares

Cirilo Junior

Fernando Costa

Benedito Valadares

Eurico Gaspar Dutra

Benedito Valadares

Figura 51 — Capa de edição especial cobrindo a realização de convenção do PSD em São Paulo (OESP, 14 mar. 1945, p. 1).

Figura 52 — Capa de edição comemorativa do “Dia do Presidente” em 1945 (OESP, 19 abr. 1945, p. 1).

PERIODICAIS DN.
AUG 27 1945
RECEIVED

DIRETOR GERAL: FRANCISCO DE CASTRO RAMOS
ANEXO LXII
NÚMERO 23.255
RUA DO ARAÚJO, 18 - JARDIM - SÃO PAULO - SP

O ESTADO DE S. PAULO

S. PAULO — QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1945

DIRETOR DA REDACÇÃO: ABNER MOURAO
RUA DO ARAÚJO, 18 - JARDIM - SÃO PAULO - SP
NÚM. 23.255

AS FORÇAS MAJORITARIAS DA NAÇÃO RATIFICARAM ONTEM A CANDIDATURA DO GENERAL EURICO GASPAR DUTRA A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Resoluções do Ministro do Trabalho

Resolução nº 1.234, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.235, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.236, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Coror-se do mais brilhante exto a grande convenção nacional do Partido Social Democrático ontem realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro — Intenso entusiasmo popular à hora do início da histórica assembleia — Como estava constituída a mesa que presidiu aos trabalhos — Discurso do Governador Benedito Valadares propondo a homologação da candidatura do General Gaspar Dutra à presidência da República — O Sr. Getúlio Vargas aclamado Presidente do Partido Social Democrático

A grande convenção nacional do Partido Social Democrático realizou-se ontem à noite no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com o mais brilhante exto e intenso entusiasmo popular. A assembleia, que começou às 20 horas, foi presidida por Benedito Valadares, governador do Estado de Minas Gerais. Na mesa de honra estavam o General Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência da República, e o Sr. Getúlio Vargas, presidente do Partido Social Democrático.

O Sr. Vargas, em seu discurso, afirmou que a convenção era um momento histórico para o Brasil, e que a candidatura do General Dutra era a expressão da vontade popular. Ele também mencionou a importância da participação dos trabalhadores na vida política do país.

Benedito Valadares, em seu discurso, propôs a homologação da candidatura do General Dutra e a convocação de eleições para o próximo ano. Ele também mencionou a importância da participação dos trabalhadores na vida política do país.

Dr. Eurico Gaspar Dutra, candidato da maioria, e Sr. Getúlio Vargas, presidente do PSD.

ANTES DO INÍCIO DA HISTÓRIA REUNIO — GRANDE ENTUSIASMO POPULAR — MAIS DE 4.000 PESSOAS NO TEATRO MUNICIPAL

A reunião do Conselho Nacional de Estatística realizou-se ontem à noite no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com o mais brilhante exto e intenso entusiasmo popular. A assembleia, que começou às 20 horas, foi presidida por Benedito Valadares, governador do Estado de Minas Gerais. Na mesa de honra estavam o General Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência da República, e o Sr. Getúlio Vargas, presidente do Partido Social Democrático.

CHEGOU AO RIO O MINISTRO DA JUSTIÇA DA ARGENTINA

O Sr. Antonio J. Benítez trouxe uma bandeira argentina para o Brasil, em homenagem ao General Eurico Gaspar Dutra.

Estudos das questões relativas ao trabalho e à produção

Resolução nº 1.237, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.238, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.239, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

Resolução nº 1.240, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.241, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.242, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

REINÍCIO DAS CONSTRUÇÕES NAVAIS EM LADARIO

Resolução nº 1.243, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.244, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.245, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

TRIBUNAL DE SEQUESTRAMENTO DE BENS

Resolução nº 1.246, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.247, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.248, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

MINISTRO DA AVIAÇÃO DO PARAGUAI

Resolução nº 1.249, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.250, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.251, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

SERVIÇO TELEGRÁFICO DO PARAGUAI

Resolução nº 1.252, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.253, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Resolução nº 1.254, de 18 de julho de 1945, sobre a regulamentação da jornada de trabalho para os empregados de estabelecimentos comerciais e industriais.

Figura 53 — Capa de edição d'OESP sobre Convenção Nacional do PSD (OESP, 18 jul. 1945, p. 1).

Frangente da visita do Sr. Getúlio Vargas, acompanhado do General Gaspar Dutra, ao transporte americano "General M. C. Meigs" em que regressou o primeiro Escalão da F. E. B. e foi o mesmo a conduzir grande parte dos expedicionários à Itália em três viagens sucessivas. Na fotografia vê-se ainda, entre as duas altas autoridades brasileiras, o Capitão George W. McKean, comandante do transporte. (Foto oficial da Armada dos Estados Unidos distribuída pelo Serviço de Informações do Hemisfério).

Figura 54 – Foto de Vargas e Dutra em encontro com militares (OESP, 24 jul. 1945, p. 16).

Figura 55 - Capa d'OESP cobrindo o desfile da FEB em São Paulo (OESP, 31 jul. 1945, p. 1).

O JAPÃO RENDEU-SE

é a melhor notícia para o mundo.
Para a sua família a melhor notícia será a instalação em seu lar do

**Chuveiro e da Torneira
E P E L**

Vendas à vista e a prestações.

RUA SEMINARIO, 78 **TELEFONE: 4-8846**

Figura 56 – Propaganda relacionando o fim da Segunda Guerra Mundial com a venda de produtos (OESP, 15 ago. 1945, p. 2).

**DEFENDE TEUS
FILHOS**

**DEFENDENDO
TUA PATRIA
PELO VOTO**

Alista-te!

C.P.P.A.

PANAM — CASA DE AMIGOS

Figura 57 – Propaganda incentivando as mulheres a se cadastrarem para as eleições de 1945 (OESP, 28 ago. 1945, p. 7).

O ESTADO DE S. PAULO

DIRETOR GERAL FRANCISCO DE CÁSTRO RAMOS
 ANO LXXI. S. PAULO — SABADO, 1 DE DEZEMBRO DE 1945
 REDATOR-CHEFE INTERINO LEO VAZ
 NÚM. 23.368

NOTÍCIAS DO RIO

Decisões da Câmara de Reajustamento Econômico

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — A Câmara de Reajustamento Econômico, reunida em sessão ordinária, no dia 29, decidiu sobre o reajuste de preços de diversos produtos. A Câmara, presidida por Francisco de Castro Ramos, decidiu que o reajuste de preços de diversos produtos, como açúcar, café, leite, etc., será de 10%.

A Câmara também decidiu que o reajuste de preços de diversos produtos, como açúcar, café, leite, etc., será de 10%.

A Câmara também decidiu que o reajuste de preços de diversos produtos, como açúcar, café, leite, etc., será de 10%.

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAL DA MARINHA DE GUERRA

Decreto-lei criando este órgão que se destina a promover o aproveitamento de todo o material inservível — Extinta a Comissão de Metalurgia — As comemorações do "Dia do Recrutista"

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O Departamento de Recuperação de Material da Marinha de Guerra foi criado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Departamento tem como finalidade a recuperação e aproveitamento de todo o material inservível da Marinha de Guerra.

O Departamento também tem como finalidade a recuperação e aproveitamento de todo o material inservível da Marinha de Guerra.

Alteração no estatuto dos funcionários públicos

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O Estatuto dos Funcionários Públicos foi alterado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. A alteração trata de diversos pontos, como a criação de novos cargos, a alteração de salários, etc.

A alteração também trata de diversos pontos, como a criação de novos cargos, a alteração de salários, etc.

PAPEL PARA IMPRENSA LIVRE DE DIREITOS

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O papel para imprensa livre de direitos foi autorizado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a emissão de papel para imprensa livre de direitos, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a emissão de papel para imprensa livre de direitos, para uso de jornais e revistas.

SENSÍVEL REDUÇÃO NOS PREÇOS DOS TÊXTEIS DE ALGODÃO

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — A sensível redução nos preços dos têxteis de algodão foi anunciada pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei reduz os preços dos têxteis de algodão em 10%.

O Decreto-Lei também reduz os preços dos têxteis de algodão em 10%.

ANTES DE VOTAR, LEMBRA-TE:

O BRASIL DEVE CONTINUAR BRASILEIRO!

ELEITOR!

Um erro no teu voto porá em risco as nossas tradições, o nosso conceito de Pátria e Família, a nossa Religião! Cumpre o teu dever. A C.P.P.A. cumpriu o seu!

ABONO DE EMERGENCIA AO PESSOAL DAS AUTARQUIAS

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O abono de emergência ao pessoal das autarquias foi autorizado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a concessão de abono de emergência ao pessoal das autarquias, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a concessão de abono de emergência ao pessoal das autarquias, para uso de jornais e revistas.

Subvenções aos Diretores Acadêmicos

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — As subvenções aos diretores acadêmicos foram autorizadas pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a concessão de subvenções aos diretores acadêmicos, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a concessão de subvenções aos diretores acadêmicos, para uso de jornais e revistas.

Declaração do Ministério da Fazenda

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — A declaração do Ministério da Fazenda foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a emissão de declaração do Ministério da Fazenda, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a emissão de declaração do Ministério da Fazenda, para uso de jornais e revistas.

Ministério do Trabalho

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O Ministério do Trabalho foi autorizado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a emissão de declaração do Ministério do Trabalho, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a emissão de declaração do Ministério do Trabalho, para uso de jornais e revistas.

CONCURSOS NA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — Os concursos na Escola Nacional de Belas Artes foram autorizados pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a realização de concursos na Escola Nacional de Belas Artes, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a realização de concursos na Escola Nacional de Belas Artes, para uso de jornais e revistas.

A instalação de refinarias petrolíferas

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — A instalação de refinarias petrolíferas foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a instalação de refinarias petrolíferas, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a instalação de refinarias petrolíferas, para uso de jornais e revistas.

SOCIEDADE INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — A Sociedade Internacional Protetora dos Animais foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a emissão de declaração da Sociedade Internacional Protetora dos Animais, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a emissão de declaração da Sociedade Internacional Protetora dos Animais, para uso de jornais e revistas.

NO CATETE

O Rio de Janeiro, 30 de novembro. — O Catete foi autorizado pelo Decreto-Lei nº 12.000, de 29 de novembro. O Decreto-Lei autoriza a emissão de declaração do Catete, para uso de jornais e revistas.

O Decreto-Lei também autoriza a emissão de declaração do Catete, para uso de jornais e revistas.

Figura 58 – Propaganda da campanha de alistamento para a realização das eleições presidenciais de 1945 (OESP, 1 dez. 1945, p. 1).

CONDECORADO COM A CRUZ DE GUERRA O PRESIDENTE VARGAS

O Ministro Góis Monteiro condecorando, em nome das Forças Armadas do Brasil, o Presidente Getúlio Vargas

Figura 59 – Fotografia de Góis Monteiro condecorando Vargas (*OESP*, 30 ago. 1945, p. 16).

Figura 60 – Fotografia de Vargas condecorando Góis Monteiro (*OESP*, 31 ago. 1945, p. 16).

CONFERÊNCIAS E CURSOS

Curso de extensão cultural patrocinado pelo Departamento de Educação

O Departamento de Educação do Estado de São Paulo, através do Departamento de Extensão Cultural, promove um curso de extensão cultural, com o objetivo de proporcionar aos alunos conhecimentos e habilidades em diversas áreas do conhecimento. O curso é dividido em módulos e abrange temas como História, Geografia, Literatura e Artes. As aulas são ministradas por professores experientes e os alunos têm acesso a bibliotecas e laboratórios. O curso é gratuito e aberto a todos os interessados.

CAMPANHA NACIONAL DE REFORESTAMENTO

Incitativa botânica, pelas excoerções do Capital, a fase prática do grande movimento

A campanha nacional de reforestamento, promovida pelo Departamento de Educação, visa à preservação do meio ambiente e ao combate à desertificação. A campanha é dividida em duas fases: a primeira, de incitativa botânica, e a segunda, de fase prática. A fase prática consiste na plantação de árvores em áreas degradadas. A campanha é patrocinada pelo Departamento de Educação e pelo Departamento de Meio Ambiente.

COMISSÃO CENTRAL PRO SÍRIA E LIBANO

Comissão Central Pro Síria e Líbano

A Comissão Central Pro Síria e Líbano, criada pelo Departamento de Educação, tem como objetivo arrecadar fundos para a assistência humanitária aos refugiados sírios e libaneses. A comissão é composta por membros do Departamento de Educação e por representantes da comunidade. A comissão promove eventos e campanhas de arrecadação de fundos.

COMISSÃO CENTRAL PRO SÍRIA E LIBANO

Comissão Central Pro Síria e Líbano

A Comissão Central Pro Síria e Líbano, criada pelo Departamento de Educação, tem como objetivo arrecadar fundos para a assistência humanitária aos refugiados sírios e libaneses. A comissão é composta por membros do Departamento de Educação e por representantes da comunidade. A comissão promove eventos e campanhas de arrecadação de fundos.

ANTUNES DE ABREULTEIA

500 2 Milhões

Antunes de Abreulteria, uma obra-prima da literatura brasileira, narra a história de um homem que luta contra a opressão social e política. O livro é dividido em capítulos e aborda temas como a luta pela liberdade e a transformação social. O livro é considerado uma das obras mais importantes da literatura brasileira.

EMBAIXADA DE ACADEMICOS DE CIENCIAS ECONOMICAS DO URUGUAI

Embaixada de Acadêmicos de Ciências Econômicas do Uruguai

A Embaixada de Acadêmicos de Ciências Econômicas do Uruguai, criada pelo Departamento de Educação, tem como objetivo promover a cooperação acadêmica e científica entre o Brasil e o Uruguai. A embaixada promove eventos, cursos e pesquisas conjuntas.

CONFERENCIA NA CURIA METROPOLITANA

Conferência na Cúria Metropolitana

A Conferência na Cúria Metropolitana, promovida pelo Departamento de Educação, discute temas relacionados à educação e à sociedade. A conferência é aberta a todos os interessados e é considerada uma importante oportunidade para o debate e a troca de ideias.

TOURNO DE TAQUIGRAFIA

Torneio de Taquigrafia

O Torneio de Taquigrafia, promovido pelo Departamento de Educação, é uma competição para alunos de escolas e universidades. O torneio visa à melhoria das habilidades de escrita rápida e precisa. O torneio é dividido em categorias e é considerado uma importante oportunidade para os alunos.

PRIMEIRA CONVENÇÃO NACIONAL DE CONTABILISTAS

Primeira Convenção Nacional de Contabilistas

A Primeira Convenção Nacional de Contabilistas, promovida pelo Departamento de Educação, discute temas relacionados à contabilidade e à economia. A convenção é aberta a todos os contabilistas e é considerada uma importante oportunidade para o debate e a troca de ideias.

GENERAL LUIZ GAUDIELEY

General Luiz Gaudieley

General Luiz Gaudieley, um dos líderes da resistência brasileira, é homenageado nesta seção. A seção destaca suas contribuições para a luta pela liberdade e a transformação social. A seção é dedicada à memória de General Gaudieley e à sua luta pela liberdade.

REDUZA A GORDURA

Por Um Novo Método

Reduza a Gordura, um livro de receitas e dicas para a perda de peso, apresenta um novo método para a redução da gordura corporal. O livro é dividido em capítulos e aborda temas como a nutrição e a atividade física. O livro é considerado uma das obras mais importantes da literatura de saúde.

DR. DONALD PIERSON

Dr. Donald Pierson

Dr. Donald Pierson, um renomado médico, apresenta nesta seção suas pesquisas e descobertas. A seção destaca suas contribuições para a medicina e a saúde. A seção é dedicada à memória de Dr. Pierson e à sua luta pela saúde e bem-estar.

Arche no Levantados

Arche no Levantados

Arche no Levantados, um livro de histórias e lendas, apresenta uma coleção de histórias interessantes e fascinantes. O livro é dividido em capítulos e aborda temas como a história e a cultura. O livro é considerado uma das obras mais importantes da literatura de histórias.

Rogena

Rogena

Rogena, um livro de poemas e contos, apresenta uma coleção de poemas e contos interessantes e fascinantes. O livro é dividido em capítulos e aborda temas como a poesia e a narrativa. O livro é considerado uma das obras mais importantes da literatura de poemas.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TRABALHADORES

Organização Mundial de Trabalhadores

A Organização Mundial de Trabalhadores, criada pelo Departamento de Educação, tem como objetivo promover a cooperação entre os trabalhadores de todo o mundo. A organização promove eventos e campanhas de solidariedade.

Comitê Pró-Candidatura GETULIO VARGAS

Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas

O Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, criado pelo Departamento de Educação, tem como objetivo promover a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. O comitê promove eventos e campanhas de arrecadação de votos.

Figura 62 – Propaganda do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas (OESP, 25 set. 1945, p. 8).

[illegible]

Figura 63 – Capa d'*OESP* destacando comício do PSD em São Paulo (*OESP*, 29 set. 1945, p. 1).

O ESTADO DE S. PAULO — QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1945

PROS E CONTRAS**BRASILEIROS****O Governo não mente!****AS ELEIÇÕES SERÃO REALIZADAS A****2 DE DEZEMBRO****A HONRA E A PALAVRA DO CHEFE DO GOVERNO
NÃO PODEM SER POSTAS EM DUVIDA!****E AS FORÇAS ARMADAS AS FARÃO RESPEITAR.**

A exposição de motivos que precedeu a lei constitucional ou ao adicional n. 9, assinado pelo Presidente da República e todos os ministros de Estado, é clara, explícita e categorica. Eis alguns de seus trechos:

"Devemos esclarecer, finalmente, que não deixou de estar presente ao nosso espírito a opinião daqueles que, habituados a processos anteriores em épocas diferentes, ENTENDIAM NECESSARIA A CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA CONSTITUENTE". Esse pensamento não corresponde a exigências da nossa realidade. Em primeiro lugar, se a conveniência está na urgente constitucionalização do país, a convocação de uma constituinte para estruturar uma nova Carta Política retardaria de mais um ano essa constitucionalização, como aconteceu com a de 34, com a circunstância agravante, desta vez, de que a época envolve uma intensa vida internacional, onde o fato influiria prejudicialmente, por deixar sem expressão segura o próprio poder do Estado, perante os demais países, na transcendente emergência de negociações em comum, para obtenção das condições efetivas da paz. Em segundo lugar, a Carta de 37, para nos referirmos apenas a alguns de seus princípios fundamentais — estabeleceu a República federal, o sistema representativo, o exercício do poder em nome do povo e no interesse do seu bem estar, de sua honra, de sua

independência e de sua prosperidade. Mantém os poderes legislativo, executivo e judiciário. Proclama a família como base da sociedade. Estatui a educação da infância e da juventude. Faz do trabalho um dever social e o protege como um bem individual e coletivo. Ampara o trabalhador intelectual, técnico e manual. Reconhece a igualdade dos cidadãos perante a lei. Ora, ninguém no Brasil pretendia elaborar uma nova Constituição para sustentar princípios diferentes ou contrários e, assim, se o arcabouço é invulnerável, não há porque substituí-lo.

Toda Constituição pode ter falhas, como é da contingência humana, sobretudo numa era de tão profundas transformações universais e de fatos e pensamento que ainda não estão completamente definidos. Ela própria o reconhece, apesar de seu extraordinário mérito acima demonstrado, pois ela mesma é revisionista. Nem é outro o fundamento com que ainda agora estamos propondo a Vossa Excelência a modificação de alguns de seus dispositivos. A verdadeira regra, porém, não é substituir o todo porque uma parte carece de mudança. E' corrigir, aperfeiçoar, aprimorar as instituições e adequá-las aos novos tempos naquilo que seja possível e acertado, como sem dúvida, através da reforma a que aludimos, poderá realizar-se com a extensão que venha a ser favorável aos interesses nacionais. Modificando desde já a

Constituição no tópico competente, para apressar-lhe o reexame e a própria reforma, a lei constitucional que Vossa Excelência expedir virá em auxílio dos mais amplos propósitos revisionistas, sem tirar da Constituição vigente, com a qual o Brasil declarou a guerra, se empenhou na luta e ganhou a vitória, o sentido e a força de continuidade que são indispensáveis ao país no momento profundamente internacional que vivemos, perante os graves compromissos exteriores que assumimos e os direitos internacionais que conquistamos.

Ao nosso ver, senhor presidente, muitos anos ainda transcorrerão antes que o mundo volte ao estado de normalidade. Acreditamos também que, no difícil e complexo período de pós-guerra, não será simplesmente pela Constituição, e muito menos por uma Constituição totalmente in fieri, que poderemos prever e resolver por antecipação problemas que devem representar o longo, agitado e doloroso acesso da humanidade a um novo ciclo de vida jurídica e de convivência internacional".

"Todas estas considerações denotam a conveniência de restabelecer-se o sufrágio direto para a eleição do presidente da República. Quanto à época de tais pronunciamentos, pelas razões aqui desenvolvidas, acreditamos que é de utilidade para o país seja logo fixada por meio de ato que

estabeleça as várias datas das diversas fases do processo de complementação das instituições".

"Do que expusimos sobre a antecipação da eleição presidencial resulta igualmente a convicção de que é de toda utilidade fazer-se com que o segundo período presidencial tenha início em curto prazo após o reconhecimento do candidato eleito. A eleição, com efeito, dando início a novo período presidencial, oferecerá maiores oportunidades de êxito às negociações externas do país e à direção dos negócios públicos interiores, o que nos leva a reconhecer que a retomada do prazo suspenso pelo decreto n. 10.358 seria desvantajosa, no primeiro caso, à política exterior, e, no segundo caso, acarretaria um compreensível enfraquecimento dos poderes do mandatário em exercício à vista da manifestação eleitoral então já levada a efeito.

Por outro lado, a proposta de designação de datas para as eleições tem por objetivo não somente fixar o quadro dos pleitos indispensáveis à complementação, mas igualmente tornar possíveis desde logo as providências preparatórias.

Entendemos ainda que a urgência aconselhada determina, para o processo da manifestação eleitoral, a adoção de um sistema rápido e simples, que prescinda de um alistamento específico geral, de trâmite necessariamente demorado, como sabemos por anteriores experiências".

Tendo a Comissão Paulista Pró-Alistamento enviado ao chefe do Governo um telegrama solicitando um claro pronunciamento sobre as próximas eleições presidenciais, a Secretaria da Presidência da República em resposta enviou àquele organismo, integrado pelos representantes das classes produtoras bandeirantes, o seguinte despacho em termos claros e inequívocos:

"EM RESPOSTA AO VOSSO TELEGRAMA DE 18 DO CORRENTE, DIRIGIDO AO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, ESTOU AUTORIZADO A INFORMAR-VOS QUE O GOVERNO NÃO COGITA DE FAZER MODIFICAÇÕES NA LEI ELEITORAL. CORDIAIS SAUDAÇÕES. (A) LUIZ VERGARA, SECRETARIO DA PRESIDENCIA".

O QUE DISPÕE A LEI ELEITORAL — Eis o artigo 136, da Lei Eleitoral, que dispõe sobre as eleições mediante as quais o Brasil se reintegrará no ritmo da vida democrática:

"As eleições para presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados realizar-se-ão no dia 2 de dezembro de 1945 e as eleições para governadores dos Estados e Assembleias Legislativas no dia 6 de maio de 1946".

O Presidente Getúlio Vargas não tem duas palavras, e já declarou peremptoriamente:

"MARCHAMOS COM ELEVAÇÃO DE PROPÓSITOS, PARA O PRELÍCIO PAZÍFICO, DAS 'UNAS, ONDE O POVO ESCOLHERÁ' SOBERANAMENTE OS SEUS DIRIGENTES E OS SEUS REPRESENTANTES.

TUDO O QUE DESEJO É ENTRE-

GAR, NUM AMBIENTE DE CALMA E SEGURANÇA, A SUPREMA DIREÇÃO DO PAÍS A QUEM FOR LEGITIMAMENTE ESCOLHIDO PARA SUBSTITUIR-ME. JAMÁIS FALTARÁ AOS COMPROMISSOS DE HONRA".

"As forças políticas se organizam em torno dos candidatos já apresentados, que se manifestaram de público. Não pode haver dúvidas, por conseguinte, sobre os

rumos da campanha de recomposição da vida política do país, que deverá processar-se democraticamente, em condições de absoluta confiança".

E no discurso de 1.º de maio do corrente ano afirmou achar-se "assegurada a reforma constitucional pelo próprio Parlamento que vai ser eleito".

De fato, o Parlamento pode emendar ou repudiar a Constituição de 10 de no-

vembro de 1937, pelos fundamentos que o Governo lhe oferecer ao convocá-lo. Será uma assembleia rigorosamente constituinte, e não, deixaria de sê-lo mesmo na hipótese de aceitar integralmente a referida Constituição. Pois nesse caso a consagração, na ausência do plebiscito — que não foi realizado.

(Transcrito do "Globo" de 1 de outubro de 1945).

Figura 65 — Comunicado do Governo Federal confirmando a realização das eleições de 1945 (OESP, 3 out. 1945, p. 4).

Figura 69 – Retorno do tradicional cabeçalho com a devolução d’*OESP* aos antigos proprietários (*OESP*, 7 dez. 1945, p. 1).

Figura 72 – Fotografias sobre o retorno dos antigos proprietários do jornal com o fim da intervenção (*OESP*, 8 dez. 1945, p. 5).

No dia da "compra" do "Estado" pela ditadura, muitos populares vieram ver com os seus olhos o fechamento deste jornal pela polícia. Mas a polícia não permitia que o povo se aproximasse das portas de nossa casa. Vê-se, nesta fotografia, que um soldado rondava o passeio, para manter a distância os curiosos.....

Figura 73 – Fotografia da invasão d'OESP publicada com o retorno de seus antigos proprietários (OESP, 14 dez. 1945, p. 6).

Somos, há anos, detentores desta e de outras fotografias que documentam, de maneira bem expressiva, o que foi o assalto "mano militar" ao "O Estado de S. Paulo", em março de 1940. Quando os beneficiários da ditadura, conspurcando as colunas deste jornal, pretenderam negar as inomináveis violências de ordem moral e material que precederam a "compra" do "Estado", poderíamos ter publicado este e outros flagrantes que dizem mais do que palavras. Hoje, que o "Estado" voltou a ser o "Estado de S. Paulo", aí têm os leitores um precioso instantâneo conseguido, a despeito da vigilância da polícia (que não permitia se tirassem fotografias) por um dos nossos companheiros de trabalho. Vê-se um contingente da polícia de carabinieri em punho, quando rendia outro contingente, ao entrar no edifício do jornal pela única porta conservada aberta e que é a que fica contígua ao teatro Boa Vista.

Figura 74 - Fotografia da invasão d'OESP publicada com o retorno de seus antigos proprietários (OESP, 14 dez. 1945, p. 6).

Figura 75 – Fotografia de policiais vigiando a redação do jornal durante a intervenção em 1945 (*OESP*, 15 dez. 1945, p. 3).

Figura 76 – Fotografia de jornalistas na porta do jornal interditado em 1940 (*OESP*, 15 dez. 1945, p. 3).

Foi esse um espetáculo frequente, nas cercanias deste jornal, durante o período de ocupação do "Estado" pelos agentes da ditadura: — chegada e partida de caminhões conduzindo tropas... Vê-se ao lado da porta semi-aberta de armas embaladas uma sentinela.

Figura 77 – Fotografia de policiais e soldados invadindo a redação d'OESP durante a intervenção de 1940 (OESP, 16 dez. 1945, p. 4).

Anexo B - Tabelas²⁶⁵

Tabela I - 1939

Notícia	Set	Out	Nov	Dez	TOT
Agricultura	6	40	37	39	122
Artes	0	4	9	8	21
Catete	4	15	16	16	51
Comemorações\Homenagens	2	39	34	14	89
Comércio	2	17	17	4	40
Concursos	1	6	7	8	22
Condecorações	0	7	2	4	13
Convites\Comunicados oficiais	0	1	0	2	3
DASP	3	24	25	21	73
Educação	5	43	18	21	87
Energia	0	13	9	6	28
Eventos Sociais\Soc. Civil	3	4	6	6	19
Falecimentos	2	14	8	7	31
Falências	0	6	8	10	24
Fazenda\Economia	13	59	43	44	159
Guerra e Militar	3	7	12	21	43
Inaugurações (Vargas)	0	3	0	0	3
Indústria	1	2	5	7	15
Interventorias	1	13	18	2	34
Justiça	7	25	31	23	86
Meios de Comunicação	5	12	7	17	41
Movimento de vapores	2	21	15	19	57
Nomeações	0	3	5	5	13
Policiais	3	10	14	11	38
Prefeitura do Rio	1	5	11	11	28
Publicação de Leis	2	3	5	3	13
Relações Exteriores	4	44	49	45	142
Saúde	0	15	8	5	28
Suicídios	1	1	3	2	7
Supremo Tribunal Federal	2	14	15	12	43
Trabalho	11	50	61	42	164
Tragédias	2	15	17	12	46
Tribunal de Segurança Nac.	4	25	19	20	68
Turismo	0	4	0	2	6
Vargas	0	6	8	3	17
Viação e transportes	10	65	77	83	235
Viagens\Viajantes	3	21	14	9	47
TOTAL	103	656	633	564	1956

²⁶⁵ Durante a intervenção d'OESP os temas e seções publicados na coluna *Notícias do Rio* variaram no decorrer dos anos.

Tabela II - 1940

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOT.
2º Guerra	0	0	0	0	0	1	2	7	2	3	1	9	25
Agricultura\Abastecimento	39	57	35	66	88	66	64	51	38	50	39	27	620
Artes\Cultura	4	11	5	10	11	10	21	28	10	16	9	12	147
Catete	13	14	6	5	12	14	19	5	4	2	4	5	103
Censo	0	1	5	6	11	11	8	9	1	0	2	1	55
Comemorações\Homenagens	15	9	7	29	23	25	20	19	15	19	21	23	225
Comércio	2	13	4	13	15	15	25	13	10	24	26	30	190
Concursos	5	11	6	6	6	3	7	5	3	4	3	3	62
Condecorações	1	2	0	0	2	1	3	8	2	1	1	0	21
Convites\Comunicados oficiais	3	3	5	5	4	1	0	1	2	0	1	3	28
DASP	31	22	10	15	23	16	18	6	6	13	9	10	179
DIP	24	9	2	20	21	17	25	23	23	22	17	37	240
DOPS	6	6	0	11	7	1	1	1	1	0	0	0	34
Educação	38	51	36	18	36	29	35	30	22	34	21	31	381
Energia\Petróleo\Minério	10	10	10	11	25	20	17	14	12	12	18	18	177
Eventos Sociais\Soc. Civil	4	5	3	1	1	4	4	3	2	6	4	7	44
Falecimentos	2	9	10	6	4	13	6	12	8	13	10	9	102
Falências	11	8	3	3	1	0	7	4	1	1	1	0	40
Fazenda\Economia	51	36	37	21	55	54	49	30	21	26	25	45	450
Inaugurações (Vargas)	1	0	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0	6
Indústria	18	5	8	10	15	17	12	12	6	13	3	7	126
Intervenção\OESP	0	0	0	5	4	4	1	0	4	2	5	3	28
Interventorias	22	13	21	10	26	21	50	42	19	19	24	27	294
Justiça	47	42	26	30	30	30	30	19	8	22	15	17	316
Meios de Comunicação	1	7	6	8	12	21	18	7	6	3	13	17	119
Militar	16	13	25	27	25	29	26	28	24	35	25	26	299
Movimento de vapores	17	24	15	15	19	24	18	20	15	15	10	13	205
Nomeações (Vargas)	12	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	18
Polícia	24	11	17	13	16	3	9	18	15	9	9	9	153
Prefeitura do Rio	10	13	15	7	23	7	14	17	7	11	2	0	126
Publicação de Leis	7	1	0	0	1	2	1	1	3	0	2	2	20
Relações Exteriores	49	37	21	36	64	38	44	50	59	45	48	37	528
Religião\Igreja	4	11	4	2	5	5	3	7	3	6	3	2	55
Saúde	13	8	10	4	8	8	9	14	12	9	8	4	107
Social\Assistência	0	0	0	1	2	2	7	3	1	0	1	1	18
Suicídios	6	6	0	3	2	0	0	1	1	0	0	2	21
Supremo Tribunal Federal	22	1	1	14	18	20	14	2	16	15	16	13	152
Trabalho	51	40	25	27	41	30	55	46	26	32	25	36	434
Tragédias\Desastres	26	19	8	11	6	8	4	3	6	6	9	8	114
Tribunal de Apelação	0	0	1	1	2	3	3	5	1	0	0	0	16
Tribunal Seg. Nac.	20	20	13	20	21	20	11	21	15	17	17	14	209
Turismo	5	2	0	0	1	1	1	2	4	3	0	1	20
Vargas	16	6	10	21	25	17	13	20	13	28	23	19	211
Viação\Transportes\Obras	68	90	48	64	60	54	62	54	46	71	35	41	693
Viagens\Viajantes	2	4	7	7	18	10	11	7	21	34	23	17	161
TOTAL	646	560	411	511	714	677	748	668	514	641	528	586	7204

Tabela III – 1941

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOT.
2º Guerra	5	1	1	12	7	12	5	5	0	9	4	25	86
Agricultura\Abastecimento	49	57	78	60	65	55	59	56	58	57	46	55	695
Artes\Cultura	13	4	9	15	13	19	19	20	13	28	18	22	193
Catete	6	3	9	3	9	7	4	2	7	5	4	4	63
Censo	1	4	9	8	2	6	12	12	4	9	8	3	78
Comemorações\Homenagens	6	16	13	12	15	13	22	24	18	41	25	24	229
Comércio	16	20	20	18	11	22	23	24	21	19	26	34	254
Comunismo	2	0	1	0	0	7	4	0	1	1	0	1	17
Concursos	5	7	6	8	6	4	11	12	4	4	6	3	76
Condecorações	1	1	1	0	1	4	5	4	5	3	2	2	29
Convites\Comunicados oficiais	2	1	1	3	2	1	0	2	3	1	1	1	18
DASP	14	8	20	12	15	19	11	17	13	16	19	11	175
DIP\DEIP	24	17	25	22	27	25	45	31	22	20	20	28	306
DOPS	5	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	1	12
Educação	29	29	33	50	41	39	48	35	54	44	45	29	476
Energia\Petróleo\Minério	24	28	28	27	30	21	23	40	25	29	35	24	334
Eventos Sociais\Soc. Civil	4	0	0	1	3	3	1	1	0	0	0	6	19
Falecimentos	5	6	8	11	4	12	8	8	9	13	8	9	101
Falências	0	0	0	3	0	1	3	0	2	0	0	1	17
Fazenda\Economia	57	37	61	26	58	51	52	46	37	35	33	45	538
Indústria	12	11	7	11	6	6	16	11	9	20	8	13	130
Intervenção\OESP	3	0	3	2	1	3	2	2	4	2	1	4	27
Interventorias	31	28	37	26	19	50	42	36	22	23	13	18	345
Justiça	18	23	28	20	22	14	20	16	14	16	20	24	235
Meios de Comunicação	11	12	16	19	11	15	25	22	14	18	14	16	193
Militar	33	33	42	25	31	39	51	33	23	30	31	27	398
Movimento do Porto	9	11	17	14	11	11	9	17	6	8	13	14	140
Polícia	9	3	6	9	14	13	15	15	11	11	3	2	111
Prefeitura do Rio\Cidade	11	11	12	7	3	4	7	5	10	10	6	4	90
Publicação de Leis	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Relações Exteriores	41	49	56	64	84	72	99	94	84	93	68	77	881
Religião\Igreja	2	0	3	0	10	9	6	1	3	10	6	4	54
Saúde	4	12	14	13	10	12	17	8	11	21	23	6	151
Social\Assistência	1	3	6	4	1	5	3	3	4	8	6	6	50
Suicídios	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Supremo Tribunal Federal	13	1	2	4	15	19	14	16	10	11	12	13	130
Trabalho	42	43	57	43	41	46	38	45	41	44	40	49	529
Tragédias\Desastres	11	5	8	4	11	9	7	3	5	8	7	3	81
Tribunal de Apelação	3	0	0	0	3	1	1	0	0	2	0	3	13
Tribunal Seg. Nac.	12	8	13	14	14	11	16	19	17	17	11	15	167
Turismo	1	1	0	0	1	3	3	2	4	7	3	2	27
Vargas	24	12	29	29	14	25	23	28	12	22	31	22	271
Viação\Transportes\Obras	43	41	68	62	57	55	49	42	41	50	45	34	587
Viagens\Viajantes	19	14	18	26	19	24	22	22	31	24	18	15	252
TOTAL	628	561	767	688	707	768	841	779	673	789	680	699	8580

Tabela IV – 1942

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOT.
2º Guerra	105	13	58	33	41	34	36	72	123	63	69	72	719
Agricultura\Abastecimento	38	60	55	43	64	33	57	27	28	30	31	46	512
Artes\Cultura	14	16	6	7	11	6	13	14	14	5	11	10	127
Catete	5	5	7	5	2	2	2	1	4	1	0	0	34
Censo	3	3	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	10
Comemorações\Homenagens	9	12	17	22	23	12	20	26	14	23	34	19	231
Comércio	17	15	10	20	11	4	20	18	17	23	17	33	205
Comunismo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Concursos	6	0	1	1	1	0	1	1	1	4	2	4	22
Condecorações	0	1	1	2	2	2	1	1	2	6	7	2	27
Convites\Comunicados oficiais	0	1	0	1	2	4	0	1	1	1	1	0	12
DASP	10	17	8	6	13	5	16	19	9	14	10	13	140
DIP\DEIP	19	17	12	16	8	12	19	23	10	14	12	15	177
DOPS	4	1	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	9
Educação	27	40	28	30	24	12	28	27	19	24	37	34	330
Energia\Petróleo\Minério	20	18	23	27	33	20	31	32	19	21	31	28	303
Eventos Sociais\Soc. Civil	3	1	0	1	1	0	0	0	6	2	2	5	21
Falecimentos	6	11	4	2	4	5	9	10	7	9	13	7	87
Falências	0	0	3	0	0	1	1	1	0	0	2	1	9
Fazenda\Economia	33	46	46	43	49	20	53	41	39	60	53	56	539
Indústria	11	17	13	14	16	4	9	8	18	10	14	16	150
Intervenção\OESP	4	0	1	2	1	1	1	0	0	0	1	3	14
Interventorias	20	13	19	25	23	19	28	20	4	21	38	12	242
Justiça	19	16	22	11	12	13	17	21	13	18	11	18	191
Meios de Comunicação	17	8	13	12	17	11	14	12	18	12	13	21	168
Militar	32	29	42	34	33	22	43	34	58	48	38	49	462
Movimento do Porto	5	3	1	2	0	0	1	2	0	0	2	1	17
Polícia	9	6	7	7	7	2	13	13	20	11	8	18	121
Prefeitura do Rio\Cidade	4	4	5	6	3	1	8	3	9	3	1	7	54
Publicação de Leis	2	3	3	1	1	0	4	3	3	1	1	4	26
Relações Exteriores	45	56	64	47	55	31	56	48	46	53	48	29	578
Religião\Igreja	0	2	5	0	8	5	2	11	7	7	3	0	50
Saúde	4	9	9	6	7	6	27	13	15	7	10	7	120
Social\Assistência	6	1	2	5	2	1	2	2	3	4	4	6	38
Suicídios	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Supremo Tribunal Federal	18	3	1	10	12	14	19	13	16	14	17	13	150
Trabalho	52	44	26	26	38	40	32	29	33	45	53	41	459
Tragédias\Desastres	10	2	3	3	6	1	3	2	2	1	1	1	35
Tribunal de Apelação	0	0	1	1	0	1	0	2	0	0	0	1	6
Tribunal Seg. Nac.	10	14	15	15	7	7	14	8	13	13	9	13	138
Turismo	2	3	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	9
Vargas	18	18	21	31	22	13	27	33	17	24	27	31	282
Viação\Transportes\Obras	30	29	53	35	19	17	45	44	33	32	44	42	423
Viagens\Viajantes	13	20	21	15	17	16	21	27	9	21	21	12	213
TOTAL	650	577	628	567	595	398	699	665	650	646	697	691	7463

Tabela V – 1943

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOT.
2º Guerra	44	50	38	31	54	37	63	80	64	54	36	24	575
Agricultura\Abastecimento	42	45	43	43	56	42	53	41	34	41	33	39	512
Artes\Cultura	13	20	14	13	21	24	17	15	16	19	6	12	190
Catete	0	4	2	2	2	0	3	0	0	1	4	6	24
Censo	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	5	0	8
Comemorações\Homenagens	14	17	18	21	24	21	37	35	35	35	22	23	302
Comércio	38	27	17	28	43	27	39	30	24	40	37	25	375
Comunismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concursos	1	1	0	0	1	2	3	5	1	4	2	1	21
Condecorações	0	3	1	1	6	2	6	1	4	3	0	9	36
Convites\Comunicados oficiais	0	0	0	0	2	0	0	1	1	1	0	0	5
DASP	7	11	9	14	18	9	24	22	20	25	16	13	188
DIP\DEIP	12	9	11	15	14	10	14	10	5	11	10	5	126
DOPS	1	0	2	0	0	0	2	0	1	5	0	3	14
Educação	27	28	47	32	27	38	62	18	25	32	21	20	377
Energia\Petróleo\Minério	14	9	26	33	25	26	21	26	16	16	15	20	247
Eventos Sociais\Soc. Civil	0	1	3	4	2	3	2	4	2	2	1	5	29
Falecimentos	3	2	8	5	5	9	9	7	3	11	6	8	76
Falências	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fazenda\Economia	61	53	45	60	70	62	63	36	68	62	60	71	711
Indústria	18	11	10	11	21	30	36	21	15	37	16	12	238
Intervenção\OESP	4	1	0	0	0	1	7	3	2	2	1	1	22
Interventorias	32	30	15	23	21	31	33	24	32	25	35	22	323
Justiça	22	18	17	22	32	24	62	51	29	30	19	20	346
Meios de Comunicação	14	10	6	10	18	19	17	5	8	12	5	6	130
Militar	46	39	45	48	39	45	43	45	28	42	30	42	492
Movimento do Porto	2	1	0	0	0	2	1	5	3	3	4	0	21
Polícia	8	12	9	6	11	2	8	5	12	7	4	6	90
Prefeitura do Rio\Cidade	5	3	2	5	5	7	10	9	4	11	7	7	75
Publicação de Leis\Decretos Ass.	3	2	6	10	15	7	7	3	4	6	5	10	78
Relações Exteriores	45	42	43	54	73	78	80	77	66	50	41	47	696
Religião\Igreja	0	2	1	2	3	2	8	9	11	4	1	6	49
Saúde	5	16	9	9	9	11	12	9	17	14	9	14	134
Social\Assistência	2	1	3	1	6	10	21	5	3	6	3	2	63
Suicídios	0	0	1	2	1	0	0	0	0	1	1	3	9
Supremo Tribunal Federal	17	2	1	15	15	14	16	10	13	12	10	7	132
Trabalho	57	52	45	31	60	53	60	64	51	60	36	45	614
Tragédias\Desastres	5	0	2	3	2	3	2	4	7	2	6	4	40
Tribunal de Apelação	1	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	5
Tribunal Seg. Nac.	13	16	19	9	12	13	13	15	15	20	5	12	162
Turismo	0	2	1	2	1	1	3	2	1	0	0	2	15
Vargas	22	15	16	26	13	14	13	8	12	22	11	26	198
Viação\Transportes\Obras	39	40	39	32	36	47	52	30	36	28	34	32	445
Viagens\Viajantes	28	24	17	22	36	29	37	26	25	30	20	29	323
TOTAL	500	471	452	520	639	595	779	615	566	624	465	489	6715

Tabela VI – 1944

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOT.
2º Guerra	43	20	48	33	29	25	28	32	37	38	34	36	403
Agricultura\Abastecimento	26	43	45	34	50	39	24	34	50	39	40	35	459
Artes\Cultura	9	9	13	10	9	14	21	12	21	18	14	14	164
Catete	3	4	9	2	7	12	5	16	11	8	11	10	98
Censo	0	0	0	0	1	2	1	1	0	1	1	0	7
Comemorações\Homenagens	11	15	21	43	52	18	25	28	37	34	28	32	344
Comércio	43	38	52	40	45	28	34	31	38	28	39	43	459
Comunismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concursos	1	2	6	4	6	3	2	2	2	3	2	2	35
Condecorações	4	5	3	1	5	7	4	4	6	5	2	6	52
Convites\Comunicados oficiais	1	1	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	6
DASP	8	17	22	11	10	13	15	14	12	11	5	15	153
DIP\DEIP	2	3	7	9	12	10	11	9	4	6	10	8	91
DOPS\DSPS	0	2	2	1	0	1	0	0	0	0	1	0	7
Educação	24	30	56	32	37	38	30	27	26	24	18	27	369
Energia\Petróleo\Minério	28	16	20	17	14	15	29	17	13	15	20	21	225
Eventos Sociais\Soc. Civil	3	2	9	6	6	5	6	9	8	3	6	6	69
Falecimentos	5	9	13	9	15	7	8	8	7	5	6	8	100
Falências	0	0	8	3	5	1	0	8	5	2	1	0	33
Fazenda\Economia	55	53	58	51	58	67	53	69	45	49	36	48	642
Indústria	11	14	20	11	11	10	13	16	20	14	15	12	167
Intervenção\OESP	0	0	1	1	0	2	0	2	2	0	0	0	8
Interventorias	29	30	27	33	20	20	13	23	13	19	15	20	262
Justiça	15	20	19	19	16	33	39	30	36	20	17	25	289
Meios de Comunicação	3	1	4	11	14	17	11	15	9	10	11	9	115
Militar	36	42	44	41	57	56	53	61	55	43	54	55	597
Movimento do Porto	1	2	0	1	1	3	2	1	1	5	4	4	25
Polícia	7	10	8	3	14	6	19	13	5	7	9	6	107
Prefeitura do Rio\Cidade	13	16	11	8	7	12	4	9	16	9	6	9	120
Publicação de Leis\Decretos Ass.	5	9	16	5	7	8	10	10	10	7	9	7	103
Relações Exteriores	44	45	45	23	54	45	43	70	71	50	43	68	601
Religião\Igreja	1	0	6	3	3	3	3	1	4	5	3	6	38
Saúde	23	24	24	16	14	14	18	14	17	12	13	15	204
Social\Assistência	7	5	11	2	2	0	1	3	5	4	1	12	53
Suicídios	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Supremo Tribunal Federal	8	2	0	13	17	12	17	15	12	12	11	14	133
Trabalho	41	56	52	45	56	51	43	41	51	71	59	51	617
Tragédias\Desastres	13	8	6	3	2	5	3	4	4	0	1	0	49
Tribunal de Apelação	0	0	6	0	2	2	0	0	0	2	1	1	14
Tribunal Seg. Nac.	15	11	17	11	15	19	13	16	15	14	12	15	173
Turismo	0	3	2	0	1	3	2	3	1	2	2	1	20
Vargas	15	10	10	35	11	5	10	10	11	10	13	12	152
Viação\Transportes\Obras	35	51	55	57	47	43	33	32	31	30	30	38	482
Viagens\Viajantes	15	30	38	37	28	29	27	23	29	27	30	30	343
TOTAL	469	489	628	498	598	549	542	604	598	506	485	573	6539

Tabela VII – 1945

Notícia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez *	Dez **	TOT.
2º Guerra	16	25	34	29	58	34	85	60	38	15	8	3	4	409
Agricultura\Abastecimento	28	43	36	25	31	23	30	29	29	27	48	6	17	372
Artes\Cultura	12	11	6	13	16	19	13	22	17	14	13	3	10	169
Catete	15	15	15	7	13	13	10	15	13	13	22	2	10	163
Censo\Estatísticas	2	1	0	0	1	1	14	1	1	3	1	0	5	30
Comemorações\Homenagens	13	9	12	32	30	15	15	20	27	21	19	1	7	221
Comércio	41	33	35	20	20	33	22	30	43	30	18	10	22	357
Comunismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concursos	1	1	3	2	1	2	1	3	1	0	2	0	2	19
Condecorações	2	2	5	5	5	3	3	7	5	8	0	0	1	46
Convites\Comunicados oficiais	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	4
DASP	8	6	9	7	6	8	7	17	7	18	22	2	19	136
DIP\DEIP\DNI	8	4	6	0	12	5	7	3	5	6	9	0	3	68
DOPS\DSPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação	18	22	16	19	28	37	27	30	34	24	46	10	30	341
Eleições\Mudança de Governo	1	4	9	6	7	4	9	9	9	18	15	3	0	94
Energia\Petróleo\Minério	7	15	22	19	8	18	19	17	11	14	10	3	9	172
Eventos Sociais\Soc. Civil	6	3	6	10	2	4	2	4	2	14	4	0	6	63
Falecimentos	11	3	2	1	9	1	6	8	9	6	4	1	3	64
Falências	1	2	2	6	5	4	3	3	6	5	10	1	2	50
Fazenda\Economia	56	43	44	35	52	57	47	37	38	55	60	11	54	589
Indústria	16	9	12	10	17	17	15	14	10	5	3	1	9	138
Intervenção\OESP	3	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	10	18
Interventorias	24	30	20	13	16	13	23	17	4	20	20	1	6	207
José Linhares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	2	11
Justiça	22	22	30	12	25	24	16	22	23	18	19	4	24	261
Meios de Comunicação	6	5	14	4	7	12	13	7	13	8	5	1	6	101
Militar	41	42	31	31	31	41	37	49	34	38	50	7	33	465
Movimento do Porto	1	2	4	1	3	6	3	5	3	3	4	3	4	42
Polícia	12	9	16	16	6	8	4	5	6	12	12	0	5	111
Prefeitura do Rio\Cidade	9	11	8	11	6	7	7	14	11	8	4	1	11	108
Publicação de Leis\Decretos Ass.	8	5	6	5	8	8	4	13	11	8	10	0	9	95
Relações Exteriores	59	57	54	69	67	66	69	69	72	56	43	6	27	714
Religião\Igreja	2	5	1	2	7	4	4	0	6	2	3	0	3	39
Saúde	4	5	6	4	13	22	11	18	20	13	8	3	5	132
Social\Assistência	3	3	1	2	3	7	7	8	14	2	13	4	4	71
Suicídios	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Supremo Tribunal Federal	16	3	1	12	16	15	11	10	13	11	9	3	7	127
Trabalho	55	36	58	41	39	36	36	45	44	45	35	5	30	505
Tragédias\Desastres	0	3	7	5	2	2	3	8	5	6	2	0	3	46
Tribunal de Apelação	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	6
Tribunal Seg. Nac.	16	9	1	10	13	12	8	11	7	8	7	0	0	102
Turismo	3	3	2	1	4	0	1	0	0	2	1	0	0	17
Vargas	14	14	4	12	16	14	8	9	12	14	2	0	0	119
Viação\Transportes\Obras	29	23	27	32	30	33	17	35	39	27	52	6	30	380
Viagens\Viajantes	21	39	28	27	23	32	11	23	17	9	23	6	29	288
TOTAL	590	541	566	529	634	630	618	676	643	598	648	108	461	7472

* Até 6 de dezembro de 1945

** A partir de 7 de dezembro de 1945

Tabela VIII – 1946

Notícia	Jan
2º Guerra	7
Agricultura\Abastecimento	40
Artes\Cultura	10
Catete	11
Censo\Estatísticas	0
Comemorações\Homenagens	10
Comércio	32
Comunismo	0
Concursos	1
Condecorações	1
Convites\Comunicados oficiais	0
DASP	12
DIP\DEIP\DNI	3
DOPS\DSPS	0
Educação	24
Eleições\Mudança de Governo	10
Energia\Petróleo\Minério	12
Eventos Sociais\Soc. Civil	10
Falecimentos	2
Falências	5
Fazenda\Economia	48
Indústria	7
Intervenção\OESP	2
Interventorias	12
José Linhares	6
Justiça	29
Meios de Comunicação	6
Militar	30
Movimento do Porto	12
Polícia	7
Prefeitura do Rio\Cidade	7
Publicação de Leis\Decretos Ass.	7
Relações Exteriores	52
Religião\Igreja	12
Saúde	9
Social\Assistência	9
Suicídios	0
Supremo Tribunal Federal	17
Trabalho	53
Tragédias\Desastres	8
Tribunal de Apelação	4
Tribunal Seg. Nac.	0
Turismo	0
Vargas	0
Viação\Transportes\Obras	49
Viagens\Viajantes	24
TOTAL	600

Tabela IX – Total de Publicações Analisadas (1939-1946)

Ano	Notícias
1939	1956
1940	7204
1941	8580
1942	7463
1943	8517
1944	8389
1945	7472
1946*	600
TOTAL	50181

* Considerando apenas o mês de janeiro de 1946.